



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

JULIANA DA SILVA MONTEIRO

**O PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS – MT/MS: CULTURA ESCOLAR E
ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA (1950-1983)**

**DOURADOS/MS
2021**

JULIANA DA SILVA MONTEIRO

**O PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS – MT/MS: CULTURA ESCOLAR E
ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA (1950-1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil

DOURADOS/MS
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M775p Monteiro, Juliana Da Silva

O PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS - MT/MS: CULTURA ESCOLAR E
ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA (1950-1983) [recurso eletrônico] / Juliana
Da Silva Monteiro. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Maria do Carmo Brazil.

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. História das Instituições Escolares. 2. Patronato de Menores. 3. Cultura Escolar. 4. Ordem
Franciscana. 5. Menores desvalidos. I. Brazil, Maria Do Carmo. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

JULIANA DA SILVA MONTEIRO

**O PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS – MT/MS: CULTURA ESCOLAR E
ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA (1950-1983)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para a obtenção do título
de Doutora em Educação.

Área de concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Data da Defesa: 23 de abril de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof.^a Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro – Examinadora
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof.^o Dr.^o Carlos Edinei de Oliveira – Examinador
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado – Examinadora
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof.^a Dr.^a Magda C. Sarat Oliveira – Examinadora
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

DOURADOS/MS
2021

À minha mãe Cida, que me ensina a tecer a vida com os fios da perseverança e da fé.

À minha avó Maria das Dôres, que de tantas que sentiu, me ensina o que é resiliência.

Ao Frei/Dom Sebastião Assis de Figueiredo (in memorian), presença fraterna e missionária em minha vida.

Ao Frei Mateus Rothmann (in memorian), presença franciscana em minha infância.

À minha ex-aluna Maria Ivanete Nonato Gonsalves (in memorian), quem primeiro começou a escavar a história do Patronato de Menores de Dourados.

Aos ex-alunos e ex-professores do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, que protagonizaram essa história.

AGRADECIMENTO

O momento de agradecer nos retira o peso da racionalidade e do rigor acadêmico e nos devolve a sensibilidade para reconhecermos que além dos pressupostos científicos, outras forças nos sustentam.

Agradeço ao dono de toda a Ciência. Deus não apenas renovou as minhas esperanças durante todo esse percurso de doutoramento, como também renovou as minhas forças físicas e emocionais durante esses tempos tenebrosos que a humanidade tem enfrentado com a pandemia da Covid-19. Deus foi o meu sustento, o meu consolo e a certeza que eu resistiria a qualquer força contrária, e foram muitas. Eu sei que o Senhor agiu em meu favor, a Ele toda honra e toda a glória para sempre.

Agradeço à minha família por compreender as minhas ausências. A parte mais difícil de uma produção acadêmica é sem dúvida não estar tão presente na vida e no cotidiano das pessoas que mais amamos. De modo particular, agradeço à minha querida mãe Cida, mulher de tantas virtudes, minha matriz, meu primeiro vínculo com o mundo, meu amor mais puro. A sua força me motivou a chegar até aqui, o seu exemplo de honestidade, perseverança e caráter imprime em mim o desejo de evoluir.

Ao Edmar Cassaro, pelo seu amor, companheirismo, compreensão e paciência.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil, pelas suas contribuições técnicas, pela sua mediação para o acesso às fontes documentais e por ter acreditado no meu potencial.

À Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado, à Prof.^a Dr.^a Magda Sarat, à Prof.^a Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e ao Prof.^o Dr.^o Carlos Edinei de Oliveira. Não me sinto somente agradecida, mas honrada pela participação de vocês na banca avaliadora desta tese, pelas provocações e apontamentos valiosos que me desafiaram a aprimorar minhas análises e os critérios teóricos-metodológicos da minha pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD por todo o saber compartilhado ao longo desse processo; às secretárias Valquíria Lopez Martinez e Eliza Sanches Silva, que foram sempre muito atenciosas e prestativas.

A todos os meus colegas de doutoramento, em especial, às minhas amigas Silvia Viedes e Patrícia Agüena, que foram verdadeiros exemplos de generosidade, companheirismo, amizade e empatia. Agradeço pelos risos e pelas lágrimas, pela partilha das conquistas e dos dissabores da vida acadêmica.

Ao padre Márcio Bogaz Trevizan, por intermediar o acesso ao Arquivo da Conferência Episcopal Regional da Catedral de Dourados/MS.

Aos funcionários e técnicos do Centro de Documentação Regional da UFGD, que foram extremamente cordiais e pacientes nas inúmeras vezes que eu precisei realizar a minha pesquisa documental no laboratório.

Aos funcionários da Biblioteca da UFGD, especialmente, ao coordenador Anderson Avila Piassarollo, que foi incrivelmente colaborativo com esta pesquisa, pois mesmo durante as restrições da pandemia, permitiu o acesso ao acervo e o empréstimo de livros.

Pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui um sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos: 'A apreensão da palavra responde à preocupação de reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico, de desenhar a golpes de palavras cenas que são igualmente acontecimentos (CHARTIER, 2002b, p.9).

RESUMO

A presente tese incide sobre o campo da História das Instituições Escolares e tem como objeto de pesquisa o Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, instituição confessional criada por iniciativa da Ordem dos Frades Menores vindos da Alemanha para o Sul do antigo Mato Grosso. A delimitação temporal estabelecida corresponde ao primeiro ano de funcionamento do Patronato de Menores de Dourados em 1950 até o encerramento das suas atividades escolares em 1983. O problema central consiste em compreender em que medida as estratégias de atuação da Ação Social Franciscana e a cultura escolar desenvolvida no Patronato de Menores de Dourados legitimaram a consolidação da influência católica e contribuíram para a expansão do ensino na região? O objetivo geral é analisar a história e os vestígios da cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados, sob a égide do sistema educacional franciscano entre 1950 a 1983. A pesquisa se ancora no método da Nova História Cultural, sobretudo, nos conceitos de estratégias e táticas de Certeau (1998), de práticas e representações de Chartier (1988, 2002) e de Cultura Escolar de Julia (2001) e Viñao Frago (2001). Trata-se de uma pesquisa histórica, com procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental. Entre as fontes utilizadas, destacam-se os livros tombo e livros de crônicas; atas e legislações; fotografias e registros iconográficos; jornais de época; livros de registro escolar, livros de ponto, entre outros. Do diálogo com o quadro referencial teórico e as fontes inventariadas emergiram as seguintes categorias de análise como parâmetros para a pesquisa: cultura escolar; missão e catequese; menores desvalidos; pobreza, caridade, filantropia e assistência. Após análises empreendidas, verificou-se com esta tese que, apesar de ter sido criado nos documentos oficiais como um Patronato de Menores, na prática, a instituição não atendeu os chamados menores desvalidos, ainda assim, contribuiu para a expansão do ensino na região, tendo sido responsável pela escolarização de uma ampla parcela da infância douradense. Os resultados apontam ainda que, a escola teve como finalidades não somente a instrução das crianças douradenses, como também a disseminação e consolidação do projeto missionário franciscano, a formação espiritual e a incorporação de comportamentos da vida cristã, almejando a contenção da expansão de ideologias concorrentes e um maior engajamento da população com a Igreja e as práticas da religião católica. Esta pesquisa contribui para a ampliação do estado do conhecimento sobre a temática abordada e para a historiografia da educação, assim como, para a preservação do patrimônio documental e das diversas fontes históricas que a investigação conseguiu sistematizar e arrancar do silêncio dos arquivos, de modo a permitir o acesso da comunidade civil e científica à informação e à abertura para novas possibilidades de pesquisas.

Palavras-chaves: História das Instituições Escolares. Patronato de Menores. Cultura Escolar. Ordem Franciscana. Menores desvalidos.

ABSTRACT

This thesis focuses on the field of History of School Institutions and has as object of research the Patronage of Minors of Dourados - Franciscan Social Action, a confessional institution created at the initiative of the Order of Friars Minor from Germany to the south of the old Mato Grosso. The time limit established corresponds to the first year of operation of the Patronage of Minors of Dourados in 1950 until the end of their school activities in 1983. The central problem is to understand to what extent the strategies of action of Franciscan Social Action and the school culture developed in the Patronage of Minors of Dourados legitimized the consolidation of Catholic influence and contributed to the expansion of teaching in the region? The general objective is to analyze the history and the vestiges of the school culture of the Patronage of Minors de Dourados, under the aegis of the Franciscan educational system between 1950 and 1983. The research is anchored in the method of the New Cultural History, above all, in the concepts of strategies and tactics of Certeau (1998), of practices and representations of Chartier (1988) and of School Culture of Julia (2001) and Viñao Frago (2001). It is a historical research, with methodological procedures of bibliographic and documentary research. Among the sources used, the tombo books and chronicle books stand out; minutes and legislation; iconographic photographs and records; period newspapers; school registry books, time books, among others. From the dialogue with the theoretical framework and the inventoried sources, the following categories of analysis emerged as parameters for the research: school culture; mission and catechesis; underprivileged minors; poverty, charity, philanthropy and assistance. After analyzes undertaken, it was verified with this thesis that, despite having been created in the official documents as a Patronage of Minors, in practice, the institution did not attend the so-called underprivileged minors, even so, it contributed to the expansion of education in the region, having been responsible for the schooling of a large portion of childhood in Dourados. The results also point out that the school had as its objectives not only the instruction of the children of Dourados, but also the dissemination and consolidation of the Franciscan missionary project, spiritual formation and the incorporation of behaviors of the Christian life, aiming to contain the expansion of competing ideologies and a greater engagement of the population with the Church and the practices of the Catholic religion. This research contributes to the expansion of the state of knowledge on the theme addressed and to the historiography of education, as well as to the preservation of the documentary heritage and the various historical sources that the investigation has managed to systematize and to extract from the silence of the archives, in order to allowing the civil and scientific community access to information and opening up to new research possibilities.

Keywords: History of School Institutions. Patronage of Minors. School Culture. Franciscan Order. Underprivileged minors.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os Patronatos de Menores como objeto de pesquisa em teses e dissertações (2000-2020)	39
Quadro 2: Topografia dos Patronatos de Menores que foram objetos de pesquisas (2000-2020)	42
Quadro 3: Os Patronatos de Menores nas revistas especializadas em História da Educação (2000-2020)	44
Quadro 4: Os Patronatos de Menores em livros (2000-2020)	45
Quadro 5: Os Patronatos de Menores em anais de eventos da área (2000-2020)	46
Quadro 6: Relação de fontes localizadas sobre o Patronato de Menores de Dourados/Educandário Santo Antônio – Ação Social Franciscana	51
Quadro 7: Criação de Escolas Católicas no Brasil entre 1889-1996	146
Quadro 8: Instituições escolares instaladas em Dourados entre as décadas de 1930 e 1950	149
Quadro 9: Transcrição das atividades desenvolvidas pelos missionários Franciscanos em Dourados no ano de 1948	181
Quadro 10: Diretoria do Educandário Santo Antônio (1966-1983)	284
Quadro 11: Número de alunos matriculados (1954-1983)	300
Quadro 12: Corpo docente do Educandário Santo Antônio (1969-1983)	329
Quadro 13: Transcrição do calendário escolar do Educandário Santo Antônio, 1971	348

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPUH – Associação Nacional de História

APAMI – Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Dourados

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação

CDR – Centro de Documentação Regional

CEE/MS – Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COVID-19 – Novo Coronavírus

CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EHECO – Encontro de História da Educação do Centro-Oeste

ESA – Educandário Santo Antônio

FAB – Força Aérea Brasileira

FAED – Faculdade de Educação

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

GEPHEMES – Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade

GT – Grupo de Trabalho

HISTEDBR – Revista de História, Sociedade e Educação no Brasil

H2N2 – Gripe Asiática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

OFM – Ordem dos Frades Menores
OFM CAP. – Ordem dos Frades Menores Capuchinhos
OFM CONV. – Ordem dos Frades Menores Conventuais
O.F.S. – Ordem Franciscana Secular
PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação
SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação
SOCIGRAN – Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TOF – Terceira Ordem Franciscana ou Terceira Ordem da Penitência
TOR – Terceira Ordem Regular
TOS – Terceira Ordem Secular
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UDE – União Douradense de Estudantes
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFS – Universidade Federal do Sergipe
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNB – Universidade de Brasília
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados
UNIVÁS – Universidade do Vale do Sapucaí

SUMÁRIO

NOTAS SOBRE A AUTORA	15
INTRODUÇÃO.....	23
1. A ORDEM FRANCISCANA E AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO MISSIONÁRIA	56
1.1 Um homem, uma Ordem: Francisco de Assis, o irmão da pobreza	57
1.2 A Ordem dos Frades Menores: história e estrutura organizacional	62
1.3 A missão catequética e educativa da Ordem Franciscana no Brasil	71
1.4 Terra de missão e refúgio: os franciscanos alemães no Mato Grosso	81
2. OS FRANCISCANOS EM DOURADOS MT/MS: ENTRE TÁTICAS E IDEOLOGIAS CONCORRENTES	97
2.1 O palco da história: Dourados e seu contexto político, econômico e sociocultural	98
2.2 Um lugar próprio: a Missão Franciscana em Dourados e a Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição	111
2.3 Tempo de Guerra: impasses da Missão Franciscana em Dourados	117
2.4 Disputas por almas: concorrências entre o catolicismo e o protestantismo	121
2.5 Estado e Igreja Católica: mentores da educação	139
2.6 Traços da história da Educação de Dourados	147
3. O PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA: GÊNESE E TRAJETÓRIA	153
3.1 As representações de pobreza e suas implicações nas práticas de caridade, filantropia e assistência	154
3.2 A invenção dos Patronatos de Menores: iniciativas para a escolarização da infância pobre e <i>desvalida</i>	171
3.3 Gênese e institucionalização do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana	179
3.4 Uma trama na história: Por que um Patronato de Menores em Dourados?	193
3.5 Sob nova direção: as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã	220

4. DE PATRONATO DE MENORES À EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO: VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR	237
4.1 Lugar de escola e tempo de construção: espaço escolar, cultura urbana e visibilidade	239
4.2 De Patronato à Educandário: transição, permanências, estatuto e estrutura organizacional	275
4.3 Instruir e catequizar: normatizações e finalidades da escola franciscana	288
4.4 Sujeitos escolares: os alunos do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio	299
4.5 O corpo docente do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio	317
4.6 A liturgia da escola e suas práticas socioeducativas: entre festas, rituais e tradições	337
4.7 Sob protestos: o Educandário Santo Antônio fecha as portas em 1983	363
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 390
 REFERÊNCIAS	 396

NOTAS SOBRE A AUTORA

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquentando e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz
de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais
alegre
ainda no meio da tristeza!
A vida inventa!
A gente principia as coisas, não sabe por que,
e desde aí perde o poder de continuação –
porque a vida é mutirão de todos,
por todos remexida e temperada.
O mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais,
ainda não foram terminadas –
mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me
ensinou.
Isso que me alegra, montão.
Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas (1984)

A vida é mutirão de todos: o poder da continuação

Minha avó já me contou diversas vezes o dia em que ela, meu avô, meus três tios e minha mãe de seis meses de idade saíram do sertão do Pernambuco na década de 1960 com destino a Mato Grosso. Minha avó sempre suspira profundamente e enxuga as lágrimas que escorrem discretas nos cantos dos seus olhos, ao contar que pela vontade de minha bisavó Antônia, minha mãe teria ficado no Pernambuco, alegando que a recém-nascida não aguentaria a difícil e longa viagem. Minha avó sempre conclui a história em tom heroico dizendo que jamais deixaria um filho dela para trás, entretanto, precisou deixar os pais e nunca mais tornou a vê-los.

Eu não me canso de ouvir essa história, principalmente, o trecho em que minha avó relata um gesto simbólico que realizou para se despedir pela última vez do seu pedaço de chão: olhou para trás e ao inclinar os olhos marejados viu os rastros deixados na terra seca pelos pezinhos dos filhos, que seguiam adiante sem nem saber ao certo para qual destino.

Tenho aprendido que às vezes é preciso sim olhar para trás e nos valer dos rastros do passado para entender a nossa realidade e tecer os nexos da nossa história. A minha avó não imagina o quanto a história dela também é minha, esse é o poder da continuação. Portanto, posso dizer com propriedade que eu sou filha do sertão, seja agreste ou Mato Grosso (do Sul),

sou filha do nordeste, filha e neta de Marias, Maria Aparecida e Maria das Dôres. Minha vida é mutirão de todos que passaram por mim e temperada por tantos outros. É certo que os fatos e as pessoas não são e nem estão isolados, afinal, o correr da vida embrulha tudo em histórias que se entrecruzam e se misturam.

É incrível como a cada dia me surpreendo mais com a capacidade que a História tem de nos ensinar e fazer perceber o quanto estamos conectados não somente uns com os outros, mas com os tempos, os lugares e as tradições, com os acontecimentos que nos precedem, com as conjunturas que vivenciamos, com os rastros que nos deixaram e com aqueles que nós deixamos.

A vida quer da gente coragem?

Talvez tenha sido a coragem que impulsionou meus avós a deixarem o Pernambuco, mas não somente ela, pois quem precede a coragem é a esperança. Os nordestinos são movidos a esperança. Estão sempre a esperar e a esperar por dias melhores. E foi isso que meus avós buscaram no Mato Grosso, que na década de 1960 ainda vivenciava os desdobramentos e os efeitos propagandísticos da antiga *Marcha para o Oeste*, além do período ensejar um forte êxodo nordestino e abertura de núcleos coloniais e lotes de terras na região da Grande Dourados. Meu avô José Gomes da Silva foi convencido pelo seu irmão, que já estava no Mato Grosso, de que a região era uma *terra prometida*, um lugar de oportunidades. Um a um, todos os irmãos do meu avô migraram para a região Sul do antigo Mato Grosso, somente o meu avô permaneceu, mas há 34 anos também já não está entre nós.

Também foi em busca de oportunidades que meu pai migrou para a região na década de 1970. A canção *Paratodos* de Chico Buarque caberia perfeitamente nessa história, pois o meu pai era/é paulista, meu avô pernambucano. As histórias deles se cruzaram, pois, o meu pai, normalista recém-formado, soube que na região quase não havia professores; meu avô que era vereador em Caarapó (ex-distrito de Dourados), acabou acolhendo meu pai no fundo da casa da família, para que ele pudesse dar aulas no Distrito de Cristalina, foi assim que ele também conheceu a minha mãe.

Minha avó lembra, sem compreender ao certo, que o meu avô vivia pedindo ao prefeito a liberação de tábuas para a construção de escolas rurais, ajudava os professores e ainda emprestava o gerador da casa deles para que a escola do distrito de Cristalina tivesse energia, porém, ele não queria que os filhos estudassem, pois achava que a escola levaria as crianças para o mal caminho, eu penso que o meu avô principiava as coisas, no não saber por que; era

analfabeto, aluno da escola da vida e filho de pais que também não compreendiam a força da educação formal. Por outro lado, o sonho da minha avó era ser professora e que os filhos estudassem o máximo possível, foram muitas as divergências com o meu avô a respeito disso. O primeiro sonho ela não realizou, mas fez de tudo para que pelo menos os filhos mais jovens pudessem se formar no Ensino Superior. Ela conseguiu, minha tia Rosana e meu tio João são professores.

Verdade maior é o que a vida [e a escola] me ensinou

O ambiente e a cultura escolar foi desde cedo muito familiar para mim. Antes de entrar na Pré-escola eu já frequentava muito antes a instituição escolar em que meu pai foi professor e diretor. Muitas vezes ele tinha que sair escondido para trabalhar, pois eu queria ir para a escola com ele e era uma alegria fascinante quando ele me levava, tanto que minha memória afetiva ainda me faz recordar claramente muitas coisas desse tempo, como o cheiro da merenda; os dedos sujos de giz; o sabor da sopa de macarrão de conchinha; o som do sino e os sons do movimento cotidiano da escola; o mobiliário escolar; a biblioteca com os livros que eu folheava para ver as ilustrações, pois ainda não sabia ler; a lousa com várias coisas escritas e que eu não via a hora de começar a estudar para decifrar aquilo que pareciam códigos ainda ininteligíveis para mim.

Certa vez, deu o que fazer para o meu pai me convencer de que eu não podia trazer uma carteira da escola para casa. O fato é que eu queria estudar logo, eu tinha pressa em querer estar numa escola. Minha tia Rosana, estudante de Pedagogia, tratou logo de resolver esse desassossego e começou a me ensinar as primeiras letras. Nessa época, a nossa família tinha uma lanchonete, e foi ali, na cozinha do estabelecimento, em uma carteira improvisada com caixas de refrigerantes, que minha tia fez a nossa sala de aula e me ensinou as primeiras lições.

A minha tia começou a lecionar também em uma escola rural, acordava de madrugada, ainda escuro, pois a escola era muito longe e ela se deslocava de bicicleta para chegar até lá. Eu achava toda essa logística uma verdadeira aventura e cismava que eu tinha que ir dar aula com a minha tia, era mais uma que precisava sair escondida de casa para ir trabalhar. Minha tia explicava carinhosamente que era muito longe para uma criança, e que não tinha como me levar, mas, para remediar, ela sempre prometia que me levaria nas suas aulas de catequese, e levava.

A Igreja ficava bem pertinho da nossa casa e foi acompanhando a minha tia nas aulas de catequese que essa instituição foi se tornando uma referência significativa para mim.

Também foi assim que eu tive a oportunidade de conviver com os franciscanos, que se perpetuaram em minhas memórias de infância, especialmente, Frei Mateus Rothmann, nascido na cidade de Fulda, Alemanha. Ele foi o primeiro pároco de Caarapó, atuando na cidade em três períodos distintos. Na minha infância, eu achava um máximo quando minha tia passava pela casa paroquial antes de começar a catequese e eu podia brincar com o cachorrinho de Frei Mateus, que o ensinara até tomar a benção juntando as duas patinhas.

Ainda é muito frequente ouvir na cidade, que Frei Mateus construiu muitas obras em suas passagens pela Paróquia Senhor Bom Jesus de Caarapó, de fato, com as doações da Alemanha e seu trabalho pastoral, ele fundou instituições na área da saúde, educação e assistência social, tais como o hospital São Mateus, o Centro de Educação Infantil Frei Mateus e o Lar de idosos Frei Eucário Schmitt, nome em homenagem ao primeiro superior da missão franciscana no Mato Grosso. Além disso, sob a direção de Frei Mateus foram construídas a Igreja Matriz, o salão paroquial, a casa paroquial, duas casas de Irmãs, a Igreja da Paróquia São Francisco, as igrejas dos distritos e muitas capelas na Zona Rural. Em 2012, após uma pesquisa de opinião pública, Frei Mateus foi eleito o maior caarapoense de todos os tempos.

Outro franciscano que marcou a minha vida foi Frei Sebastião Assis de Figueiredo, com quem eu atuei na pastoral da infância missionária sob o incentivo da minha tia Rosana; toda vez que eu usava uma sandália marrom – que já andava sozinha de tanto que eu a calçava – ele me chamava de franciscana. Em 2001 Frei Sebastião foi ordenado Bispo de Rondonópolis e faleceu em 2007 em um trágico acidente de carro, seu jeito simples, fraterno, acolhedor, conselheiro e bem-humorado continuam a me ensinar.

Deixo claro que, o vínculo com os Franciscanos não limita a minha clareza de raciocínio e não impede o distanciamento crítico, também não me faz uma pesquisadora menos vigilante ideológica e epistemologicamente no meu ofício, muito menos ainda me faz uma intelectual proselitista nesta pesquisa.

Aos poucos eu já não precisava sair correndo atrás da bicicleta da minha tia para acompanhá-la em suas atividades, peripécia que me custou aos cinco anos de idade a minha primeira fratura: ao me lançar na garupa da bicicleta em movimento da minha tia, enrosquei o pé direito no aro e acabei fraturando o membro. Foi também aos cinco anos de idade que eu finalmente ingressei na Pré-escola, já sabendo os numerais, o alfabeto e a escrever o meu nome, pois a minha tia havia me ensinado.

A minha primeira professora se chamava Leila e até hoje, a minha mãe relata com alívio que eu não chorei no primeiro dia de aula e que nunca dei trabalho para ir à escola. Eu fui alfabetizada na 1.^a e 2.^a séries pelas professoras Edna Pancoti e Fátima Carneiro, essa última,

para minha surpresa, é ex-aluna do Patronato de Menores de Dourados/Educandário Santo Antônio, descobri quando eu analisava as fontes documentais da instituição. Também descobri, que no dia em que eu nasci, os jornais emitiam o anúncio oficial do apagar das luzes dessa escola, que anos mais tarde, se tornaria para mim objeto de pesquisa.

Mas por falar em escola, gradativamente, eu fui aprendendo o que significava passar de ano. E de série em série fui construindo minha trajetória escolar. Uma das lembranças mais presentes é a da minha mãe todas as noites me ajudando com as lições, depois que acabávamos ela gostava de ler suas revistas em cima da cama, a Revista Manequim era a sua preferida. A minha mãe é costureira e estudou até a 4.^a série, porém, é a pessoa mais sábia que eu conheço. Eu ficava muito feliz de ver o seu semblante contente ao perceber que eu estava sendo dedicada com os estudos. Houve um tempo em que ela já não conseguia acompanhar o conteúdo das séries, conforme eu progredia ano a ano, mas ela continuava a me ensinar as coisas mais importantes da vida, com o simples fato de existir e resistir aos incontáveis desafios. Por muitos anos, eu continuei todas as noites fazendo as lições na companhia da minha mãe, que agora me ensinava apenas com o olhar enquanto lia as suas revistas de receitas e de corte e costura.

Eu percebi desde cedo que a educação nos transforma e que a escola era um lugar privilegiado do saber, um espaço quase que sagrado, tanto que eu sempre tive grande dificuldade em me desfazer dos meus objetos escolares, e assim, acabei arquivando todos os meus cadernos, da Pré-escola até a Pós-Graduação. Contrariando as inúmeras tentativas da minha mãe de jogar no lixo esses objetos – alguns ela conseguiu jogar escondido. Também tenho no meu acervo alguns uniformes com assinaturas dos meus colegas de turma; cartilhas e livros didáticos; trabalhos e avaliações escolares; bilhetes de colegas; boletins e certificados de honra ao mérito; lápis, canetas, borrachas da época; pastas de relatórios de estágios do magistério; planos de aulas; cartinhas de ex-alunos, entre outros. A minha mãe vive tentando me convencer de jogar tudo fora, e eu não me canso de explicar que é a cultura material da minha trajetória escolar e acadêmica. Eu penso que já fazia história da educação antes mesmo de conhecer melhor esse campo.

As pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, elas vão sempre mudando

Antes de concluir a 8.^a série, eu me deparei com a minha primeira grande decisão em termos de formação. Eu deveria escolher em qual curso me matricularia no 2.^o Grau, como era chamado o atual Ensino Médio. Como eu estava decidida em seguir a carreira docente e fazer

Graduação em História, escolhi cursar o Magistério, que me conferiu em 2001 o título profissional de *Professora da Pré-Escola e no Ensino de 1.º Grau – 1.ª a 4.ª série*, o que me enveredou para as primeiras experiências como docente. Em Caarapó, a minha turma foi a última a se formar nessa modalidade de Magistério de 4 anos, o curso foi extinto em virtude das deliberações da LDB 9.394/96.

Foi no Magistério que eu conheci a Psicologia da Educação e que me fez mudar os rumos das minhas escolhas. As pessoas não estão sempre iguais. Assim, sou graduada em Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Na faculdade mantive o interesse na área da Educação e me aproximei da linha teórica da Psicanálise, sobretudo, dos teóricos Freud e Lacan, que faziam interlocuções com muitas outras disciplinas e paradigmas da nossa Ciência, como filosofia, sociologia, história, linguística, entre outras, abrindo um leque de conhecimentos para o meu percurso acadêmico, pois hoje eu entendo o quanto foram fundamentais para eu compreender, por exemplo, os pressupostos de Certeau, um frequentador assíduo dos Seminários de Lacan e que carrega fortes influências da Psicanálise em seu trabalho, de Chartier, com sua teoria das representações que necessariamente perpassem pela lógica do inconsciente, de Ginzburg, cujo paradigma indiciário tem muito da metodologia de Freud e os métodos de Morelli.

A época da Faculdade foi muito desafiadora, pois passávamos por uma situação conturbada e minha mãe ainda precisou realizar uma cirurgia muito delicada na medula espinhal. Eu continuei estudando porque tinha bolsa de estudos e porque minha mãe fez todos os desdobramentos possíveis para priorizar os meus estudos, ela sempre me dizia que daria um jeito. Eu me lembro muito bem que para pagar as mensalidades do transporte estudantil, ela precisou costurar as cortinas e as capas das poltronas dos ônibus da empresa que prestava o serviço de transporte dos estudantes para Dourados. A minha mãe me ensinou a tecer e a costurar os meus sonhos.

No 5.º ano de Psicologia eu tive a oportunidade de cursar Pós-Graduação em Psicopedagogia, concluindo os dois cursos quase que simultaneamente em 2006.

Sem perder de vista o desejo de ser docente, dois meses depois da minha colação de grau, participei de um Processo Seletivo para Professor Substituto na UFGD, com lotação na Faculdade de Educação (FAED). Fui aprovada e comecei a lecionar em 2007 as disciplinas de Psicologia da Educação e Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento em diversos cursos de licenciatura. Foi o meu primeiro emprego formal. No mesmo ano comecei a cursar uma especialização em Metodologia do Ensino Superior, que conclui em 2008.

Em 2008 também comecei a cursar como aluna especial a disciplina de História Oral no Programa de Pós- Graduação – Mestrado em Educação da UFGD e a participar do Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), no qual comecei a me familiarizar com as pesquisas em História da Educação, que me fizeram decidir a concorrer o processo seletivo do Mestrado em 2009. Conclui o Mestrado em março de 2011 e desde então, continuo cada dia mais encantada com esse campo. Não foi um processo de legitimação muito simples, pois foram diversas as vezes em que eu fui interrogada: o que faz uma Psicóloga por aqui? A sensação era de que eu precisava a todo momento provar algo, pois quando eu transitava pela Psicologia era a mesma coisa: Por que está fazendo Mestrado em Educação? Quando li Norbert Elias pela primeira vez nas disciplinas da Prof.^a Magda Sarat, fez todo o sentido para mim os estabelecidos e os outsiders. Aos poucos, também aprendi que eu tenho o direito de não ser terminada e de poder mudar.

No mestrado eu encontrei muitas pessoas que me ajudaram e acreditaram em mim, entre elas, especialmente a professora Maria do Carmo Brazil, entre outros que me nortearam nesse campo, que remexeram e temperaram a minha formação e com quem aprendi muito, entre elas professora Ana Paula Gomes Mancini, professora Magda Sarat, professora Alessandra Cristina Furtado, professor Reinaldo dos Santos entre outros.

A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa

Depois que conclui o Mestrado em março de 2011, voltei a lecionar como Professora Substituta na UFGD em 2012 e decidi tirar um ano sabático em relação aos estudos a fim de me preparar para o ingresso no Doutorado no ano seguinte. Mas nada disso aconteceu. O ano de 2013 foi muito turbulento. Após exames de rotina, descobri que eu estava com um câncer na tireoide e diante de uma cirurgia inadiável. Quando o médico falou que eu corria o risco cirúrgico de ter as cordas vocais prejudicadas e ficar com comprometimento na fala, passou um filme na minha cabeça. Eu estava prestes a renovar o meu contrato com a UFGD, mas por telefone mesmo eu manifestei a recusa. O plano do doutorado também precisou ser adiado. Nunca foi tão difícil ser mais alegre ainda no meio da tristeza.

A vida aperta, mas passa e eu me recuperei e não tive grandes sequelas físicas, porém, muitas pessoas próximas a mim me convenceram que eu precisava dar um tempo, alegando que também é preciso deixar que a vida sossegue um pouco.

Embora não tenha parado de vez com todas as atividades acadêmicas, desde os cinco anos de idade, eu nunca tinha ficado tanto tempo longe de uma sala de aula como fiquei entre

2014 a 2016. Continuei trabalhando, pois sou psicóloga efetiva desde 2010 na Prefeitura Municipal de Caarapó.

Enfim, a vida quer da gente coragem! É isso que a vida me ensinou. Foi por isso que em 2017 eu resolvi voltar para cursar o Doutorado em Educação, pois estudar sempre foi uma das estratégias que mais me salvaram na vida, depois de saber que o que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz... e ser feliz.

INTRODUÇÃO

Caminhar e/ou escrever, é o trabalho sem trégua, pela força do desejo, sob as esporas de uma curiosidade ardente que nada poderia deter (MICHELET *apud* CERTEAU, 2010, p.13).

Sabemos que a escolha do objeto é determinante para o itinerário de um trabalho científico. A propósito, um objeto de pesquisa nunca advém de maneira pronta, mas é algo que o pesquisador se dispõe a construir, provocar e problematizar no decorrer de etapas até chegar ao seu delineamento, tal como um oleiro que do caos do barro consegue modelar, dar forma e fabricar um objeto definido.

A própria historiografia é uma forma de construção e de fabricação específica do que uma ressurgência de uma realidade passada, como nos assegura Certeau (2010). Nessa perspectiva, “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (CERTEAU, 2010, p.66). Portanto, o lugar de produção que se articula à escolha do Patronato de Menores de Dourados como objeto de pesquisa desta tese tem a sua gênese em 2010, quando na condição de mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD participei do Projeto de Pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ana Paula Gomes Mancini, intitulado *Os Grupos Escolares e a Escolarização da Infância no Sul do Mato Grosso (1940-1970)*. Embora o projeto tivesse como foco o modelo organizacional dos Grupos Escolares, tivemos a oportunidade de realizar um mapeamento das instituições escolares mais significativas no Sul do antigo Mato Grosso e que foram implantadas naquele período investigado, dentre elas, o Patronato de Menores de Dourados, criado em 1950 pela Ordem Franciscana e que se constitui como a primeira escola confessional católica do município que conseguiu se consolidar institucionalmente.

Apesar do Patronato de Menores de Dourados ter despertado um grande desejo de pesquisa e inúmeros questionamentos epistemológicos, na época, a pesquisa ainda não tinha viabilidade de execução pela escassez de fontes sobre a instituição.

As práticas do mestrado em educação e a minha participação no Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMS) me aproximaram cada vez mais das pesquisas sobre a história das instituições escolares com ênfase na cultura escolar. Em 2011 defendi a minha dissertação intitulada *Cultura Escolar: a institucionalização do Ensino*

Primário no Sul do antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974) sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Paula Gomes Mancini.

O Grupo Escolar pesquisado era uma instituição pública, mas que havia sido administrado por quase 20 anos pelas Irmãs Franciscanas, o que também me aproximou da temática sobre a história das instituições confessionais católicas no Sul do antigo Mato Grosso, especialmente, as administradas pela Ordem Franciscana. O fato é que a pesquisa do mestrado me fez adentrar definitivamente no caminho da história da educação e no campo da história das instituições escolares.

Segundo Certeau (2010), toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, político e cultural. Não obstante, em 2016, a convite da Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil, ingressei como pesquisadora no Projeto de Pesquisa *O Ensino Normal e a invenção das Moças de Família: Análise sobre práticas socioculturais e de formação docente em colégios confessionais católicos do Sul de Mato Grosso: (1889-1971)*, que reuniu uma equipe de pesquisadores que compartilhavam um desejo comum: o interesse em investigar a história das instituições escolares implantadas pela Ordem Franciscana na região, sua gênese, cultura escolar, práticas socioculturais e educativas. Na oportunidade, pudemos realizar o levantamento de um rol de fontes documentais de várias instituições escolares franciscanas, e mais ainda, muitas fontes inéditas do Patronato de Menores de Dourados.

Muitos frutos já surgiram dessa empreitada, tais como a dissertação de Mestrado em Educação de Fanny Silva Valdez (2017) intitulada *Seminário Santo Antônio de Rio Brillante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)*; a dissertação de Mestrado em Educação de Eliane Maria Amaro (2018) intitulada *Escola Franciscana Imaculada Conceição: história da Instituição Educativa na região de Dourados, Sul de Mato Grosso (1955-1975)*; a dissertação de Mestrado em Educação de Marcel dos Santos Borba (2019) com o título *Entre leigos e franciscanos: da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979)*; a dissertação de Mestrado de Sabrina Gabriele Sander (2020) *As Irmãs de Bonlanden: Colégio Franciscano São Miguel de Ladário MT/MS (1940-1974)*, todos pelo PPGEDU/FAED/UFGD, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Brazil.

O contato no presente com fontes originais inéditas do Patronato de Menores e a marca do não-dito que a instituição não cessava de provocar desde os tempos de mestrado, aguçou de uma vez por todas as esporas de uma curiosidade ardente em mim, parafraseando Jules Michelet. Mas não foi simplesmente o entusiasmo das fontes que determinaram a escolha do Patronato de Menores de Dourados como objeto de pesquisa para o ingresso no Doutorado em

Educação do Programa de Pós-Graduação da UFGD, pois, “não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado” (SAVIANI, 2004, p. 5).

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção histórica que é a reconstrução, no plano do conhecimento do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p.5-6).

Portanto, neste trabalho, compreendemos que as fontes não falam por si só e é o fazer historiográfico do pesquisador que lhe atribuem sentido. Marc Boch (2001) nos adverte que o trabalho do historiador exige a consciência de que o fato histórico é o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema.

A cada fonte examinada, eu também pude construir meu problema de pesquisa, ao perceber a densidade histórica, o significado, o reconhecimento e o lugar social que o Patronato de Menores ocupava na cidade, não somente pela grande demanda de alunos atendidos, mas pelos traços significativos de sua trajetória para a história da educação da região, para a sociedade e para os atores sociais que a constituíram.

Apesar de ser uma instituição já extinta, o Patronato de Menores de Dourados guarda uma ideia de tradição e permanência, haja vista que, apesar de tantos anos do seu fechamento em 1983, a sua história continua presente e respeitada, sendo reelaborada e representada pela memória dos alunos e atores sociais que fizeram parte dela.

Essa percepção aumentou ainda mais quando tivemos contato com ex-alunos e ex-professores da escola por intermédio de um grupo de uma rede social denominado *Dourados, recantos e história*, no qual nos deparamos com diversos relatos sobre fatos vivenciados na escola, desde normas, eventos e lembranças de colegas e professores que já faleceram até depoimentos saudosistas e a dúvida perene: por que a nossa escola fechou?

Logo, muitos questionamentos e incógnitas sobre a gênese, trajetória, finalidades, cultura escolar e o processo evolutivo dessa instituição começaram a emergir. A vitalidade da memória desses sujeitos e o encantamento provocado pela força do significado sociocultural dessa escola já não me permitiam recuar diante do desafio de romper o silêncio sobre essa história.

E já que o caminhar e o escrever é um trabalho sem trégua, os primeiros passos trilhados me fizeram eleger como objeto de investigação essa instituição confessional católica,

criada no Sul do antigo Mato Grosso¹ no final dos anos 1949, denominada Patronato de Menores de Dourados, que começou a funcionar somente em 1950 e posteriormente tornou-se Educandário Santo Antônio em 1966. Esse caminhar possibilitou situar ainda o meu objeto no campo da História das Instituições Escolares.

As pesquisas acerca da História das Instituições Escolares têm se revelado bastante profícua nas últimas décadas e se configurado como um campo inovador da História da Educação. Nesse contexto, a cultura escolar tem se tornado uma importante categoria de análise para as pesquisas sobre as relações entre escola, cultura e sociedade.

A relevância social e científica da pesquisa histórica está acoplada nela própria, pois fazer história da educação garante não apenas o acesso das pessoas e da comunidade à escrita da história, como assegura que as fontes históricas sejam preservadas, possibilitando a disseminação dos sentidos que lhes são atribuídas e a própria construção historiográfica.

Mas afinal, por que fazer História das Instituições Escolares? Qual a relevância em fazer História de uma única Instituição Escolar, ainda mais já extinta? O fato é que, as pesquisas acadêmicas direcionadas para a História das Instituições Escolares têm demonstrado grande relevância para a produção historiográfica. As pesquisas desse campo possibilitam não somente reconstruir a trajetória singular das instituições, como analisar os elementos plurais que influenciam e que são influenciados pelas mesmas, focalizando tanto a sua complexidade interna como as suas relações externas com os diversos contextos, comunidades e atores envolvidos no processo de escolarização.

Pesquisar a singularidade do Patronato de Menores de Dourados permite compreendermos ainda a conjuntura regional e nacional que a influenciaram, como o processo de criação dos primeiros patronatos no Brasil, o contexto político, sociocultural e econômico do Brasil na Segunda metade do século XX; a política de expansão demográfica do Centro-Oeste brasileiro e os efeitos migratórios; a imigração dos missionários franciscanos alemães para o Mato Grosso, as estratégias de legitimação e as disputas e tensões de segmentos religiosos na região, sobretudo, entre católicos e protestantes.

Assim, compreendemos que nenhuma instituição escolar pode ter o sentido de sua singularidade explicitado se for analisada de forma isolada do seu contexto. Nessa perspectiva, as contribuições de Justino Magalhães (2004) nos permitem explicar a realidade histórica de

¹ Considerando que esta pesquisa abrange um período anterior a divisão do Estado de Mato Grosso pela Lei Complementar N.º 31 de 11 de outubro de 1977, ao longo desse trabalho utilizaremos a denominação Sul do antigo Mato Grosso em referência ao então Estado de Mato Grosso do Sul, recorte espacial da pesquisa. Segundo Siqueira (1997), mesmo tendo sido dividido territorialmente, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não podem ser divididos culturalmente, pois a história de ambos foi única, de 1719 a 1977.

uma instituição de modo a integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade, de uma região, seu território, seus públicos e locais de influência. Essa relação envolvente estrutura-se numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro e de uma reconceitualização espaço-temporal: o nacional/universal, o regional, o local.

Os Patronatos de Menores foram instituições escolares difundidas em vários estados brasileiros no início da República e ao longo do século XX, e que, em sua origem se destinavam a instruir crianças pobres, desvalidas, delinquentes e menores abandonados².

De fato, com o advento da República em 1889, o Brasil vivenciou um novo período histórico, marcado por inúmeras transformações, a começar pela urbanização, a construção de ferrovias, a expansão das exportações e a consolidação das indústrias entre outras. Concomitantes com as preocupações em relação a infraestrutura urbana e o progresso econômico, várias demandas emergiram da área social e educacional, assim, outro projeto de interesse republicano era a escolarização dos brasileiros.

Deste modo, o debate sobre a legitimação da identidade nacional brasileira e o desenvolvimento socioeconômico do país passou a se intensificar nos movimentos intelectuais da época. A educação foi elevada como requisito indispensável para assegurar as expectativas da República, pois, além de contribuir com a pretendida civilização e formação da nação brasileira, viabilizaria o próprio progresso e modernização do país.

Por todas as regiões do país verificam-se semelhanças nas representações e nas práticas discursivas em torno da importância política e social da instrução pública vinculada às expectativas de desenvolvimento econômico, de progresso, de modernização e de manutenção do regime republicano (SOUZA e FARIA FILHO, 2006, p.29).

Norbert Elias (1994), nos apresenta importantes reflexões para compreendermos o processo civilizador. Para o sociólogo, o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos, desde o nível de tecnologia, maneiras, desenvolvimento dos conhecimentos científicos até as ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir a fatos políticos, econômicos,

² Para não incorrerem no emprego pejorativo dos termos *menores abandonados*, *desvalidos* e *delinquentes* (BRASIL, 1927), esclarecemos que os mesmos são utilizados nesse trabalho por constarem na própria legislação tais como Leis, Decretos e demais fontes documentais referentes aos Patronatos e aos adjetivos empregados para designarem os menores na época, como explica Boeira (2012). “No caso dos recolhidos pela polícia (*vadios*, *viciosos* e *criminosos* e demais categorias que vão surgindo)” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.73). Também é possível notar a utilização de termos como criança-problema, criança carente, indigente, marginal, infame, infrator, infante perverso, órfão, categorias que nos fornecem pistas para compreendermos as representações de infância pobre da época e como elas foram disseminadas no processo de institucionalização dos Patronatos de Menores no Brasil, nas políticas de educação e assistência social.

religiosos, técnicos, morais ou sociais, mas também a comportamentos e atitudes, preceitos e normas convertidas em modelos de conduta e padrões sociais.

Dessa maneira, Greive (2002) explica que, um novo elemento manifesto interpõe-se nesse contexto: é necessário tornar toda a sociedade civilizada. Alguns setores da elite se dão conta de que a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir. Assim, civilização passa a referir-se a um padrão universal de moral e costumes.

No Brasil, com a República, o progresso se tornou um anseio para aqueles que vislumbravam na civilização europeia, a própria civilização. Deste modo, tomaram principalmente os países da Europa como modelos a serem apropriados, tanto pela modernização das suas cidades e ordenamento dos seus espaços, quanto pelo ideal higienista de salubridade, pelo progresso do ensino escolar e inovações técnicas cujo objetivo era a civilização.

Concomitantemente, o período inicial da República também ficou marcado por uma complexa relação entre Estado e Igreja. Entretanto, apesar da Constituição Republicana de 1891 defender o Estado separado da Igreja e prever um ensino laico nos estabelecimentos de ensino público, o governo republicano se encontrava engessado diante de tantos problemas educacionais espalhados por um extenso território nacional.

Portanto, a expansão do ensino e a organização escolar dependiam da influência e da experiência acumulada da Igreja Católica no setor educacional. Ademais, é esclarecedor dizer que a própria Igreja lançava-se a este projeto educacional – como é reconhecido na historiografia brasileira – no intuito de dar uma resposta também à secularização do ensino propagada pelos liberais republicanos (SOUZA, 2003, p.157).

Em consequência, embora o projeto republicano para educação fosse audacioso, o seu período inaugural não conseguiu alavancar êxitos significativos na área. Assim, a emancipação de um Estado republicano laico estava atravancada pela própria ineficiência do mesmo em criar um sistema educacional popular, democrático e eficiente. Nesse contexto de embates e instabilidades, a influência religiosa ainda era proeminente. Na vanguarda, a Igreja Católica com receio de perder o seu lugar social e simbólico, realizava inúmeros Congressos visando organizar e implementar novas políticas assistenciais e educacionais que enfatizassem a sua experiência secular no trato da caridade, da pobreza, das obras sociais e educacionais.

Sob este prisma, Oliveira (2010) destaca os desdobramentos das mudanças ocorridas no mundo ocidental, aos quais influenciaram o cenário sociocultural brasileiro com a República: a consolidação da supremacia política dos senhores do café e, ao mesmo tempo, a chegada de grandes levas de imigrantes para substituir o trabalho escravo nas lavouras e

também a chegada das congregações religiosas, cujos objetivos e projetos eram disseminar a doutrina cristã.

Nessa conjuntura, a instalação dos Franciscanos no Mato Grosso teria ocorrido por motivos sociais, políticos e religiosos. Segundo Marin (2012a), os franciscanos imigraram da Província de Santa Isabel, da Turíngia (Alemanha) para o Brasil a partir de 1937 e para o Mato Grosso a partir de 1938 em virtude da ascensão e consolidação do nazismo na Alemanha. A diáspora involuntária para o Brasil, imposta pela perseguição nazista obrigaram os frades a produzirem uma série de discursos cuja função era legitimar o deslocamento e sua presença no Mato Grosso. Ao justificá-las evocavam as perseguições na Alemanha, as necessidades do momento da Igreja Católica no Brasil, sobretudo, no Mato Grosso.

Quando chegaram ao Mato Grosso, os franciscanos logo perceberam a “necessidade e a vantagem de Escolas Católicas. Só assim poderiam formar uma nova geração, mais entrosada na vida da Igreja e na prática da religião” (KNOB, 1988, p.73). Portanto, a abertura de instituições educativas católicas seria uma estratégia eficiente para a Igreja angariar fiéis e também catequizá-los segundo a perspectiva da doutrina.

Em vista disso, cumpre destacar que, um dos primeiros pontos que despertaram questionamentos sobre o Patronato de Menores de Dourados e sua possibilidade como objeto de pesquisa, surgiu das fontes sobre o público atendido pela instituição, entre elas, os Livros de Registro Escolar (1956-1966). Esses Livros nos fornecem importantes informações sobre as profissões dos pais dos alunos, que nos permitem dimensionar as condições de renda dos mesmos, dentre as quais, pudemos localizar desde filhos de médicos, comerciantes, bancários, fazendeiros até filhos de roceiros, carpinteiros, domésticas, costureiras, entre outras. Em resumo, crianças da elite e crianças pobres, mas nem por isso, consideradas *desvalidas*.

Em contrapartida, em sua origem, os Patronatos de Menores foram instituições destinadas a atender exclusivamente a chamada infância pobre e *desvalida*, tendo como foco a instrução profissionalizante, o ensino agrícola e inclusive a regeneração de menores delinquentes. Deste modo, qual seria o sentido e os motivos da criação de um Patronato de Menores em Dourados? Por que um Patronato de Menores e não um outro modelo de escola primária? Uma vez que a instituição também atenderia a demanda da elite por escolas, por que a Igreja Católica implantou justamente uma escola de caráter assistencial e que tem por finalidade o atendimento às crianças pobres e abandonadas? Tais estranhamentos, contradições e não-ditos provocaram ainda mais o desejo epistemológico em eleger o Patronato de Menores de Dourados como objeto de pesquisa.

Portanto, a proposição desta pesquisa é a de investigar uma instituição escolar franciscana, que começou a funcionar em 1950 no município de Dourados, Sul do antigo Mato Grosso, região referenciada e definida pelos franciscanos como Terra de Missão. A pesquisa incide sobre o campo da História das Instituições Escolares e tem como foco o estudo da Cultura Escolar e das estratégias da Ação Social Franciscana.

Em relação a delimitação temporal, estabelecemos como recorte os anos de 1950 a 1983, respectivamente como marco inicial e final da investigação. O ano de 1950 refere-se ao primeiro ano de funcionamento do Patronato de Menores de Dourados e o ano de 1983 corresponde ao período em que a instituição encerrou as suas atividades, culminando no fechamento da escola.

O problema central que norteia a tese é: em que medida as estratégias de atuação da Ação Social Franciscana e a cultura escolar desenvolvida no Patronato de Menores de Dourados legitimaram a consolidação da influência católica e contribuíram para a expansão do ensino na região? Consequentemente, outros questionamentos subjacentes emergem dessa problemática, tais como: Qual a gênese e os motivos da criação de um Patronato de Menores no município de Dourados? Quais foram as forças políticas, lideranças e sujeitos históricos envolvidos na demanda, criação e funcionamento do Patronato de Menores em Dourados? Quais os elementos plurais, regionais e locais que influenciaram a trajetória e o itinerário histórico da Instituição? Quais os aspectos políticos, socioculturais e religiosos relacionados com a cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados? Quais as práticas socioeducativas e as representações que legitimaram a atuação do Patronato de Menores em Dourados? Quem eram os sujeitos escolares? O Patronato de Menores atendeu de fato a infância desvalida douradense e as demandas populares por educação? Quais as práticas e estratégias utilizadas para essa finalidade? Como ocorreu a transição de Patronato de Menores para Educandário Santo Antônio? Quais os motivos que levaram o fechamento da instituição em 1983?

Para respondermos ao problema de pesquisa e a esses questionamentos subjacentes, estabelecemos como objetivo geral: analisar a história e a cultura escolar do Patronato de Menores sob a égide do sistema educacional franciscano no Município de Dourados entre 1950 a 1983. E como objetivos específicos: caracterizar os elementos plurais e os aspectos econômicos, socioculturais e políticos que interagiram com a singularidade e o itinerário histórico do Patronato de Menores e a Missão Franciscana de Dourados; compreender as estratégias de atuação missionária e educativa da Ordem Franciscana no que tange à assistência e à escolarização da infância douradense; produzir um discurso historiográfico sobre a gênese, o processo de criação e a trajetória institucional do Patronato de Menores de Dourados – Ação

Social Franciscana; analisar os vestígios da cultura escolar do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, com suas finalidades, dispositivos de normatização, espaços escolares, seus atores sociais, bem como suas representações, práticas socioeducativas e o seu significado simbólico.

No que tange às hipóteses, acredita-se que no Sul do antigo Mato Grosso e em Dourados, a criação do Patronato de Menores – Ação Social Franciscana teria acontecido não apenas pelo imenso contingente de crianças fora da escola e pela lacuna do Estado no campo da educação pública, mas também como estratégia da missão franciscana na ocupação dos espaços necessários para a construção e consolidação do seu lugar de poder, para a contenção da expansão protestante e para o maior engajamento da população nas práticas da Igreja.

A Missão Franciscana teria utilizado ainda o título de Patronato de Menores como tática para angariar subvenções públicas, porém, a escola não teria atendido a chamada infância desvalida e nem oferecido o ensino profissional como preconizava os documentos oficiais.

Outra hipótese suscitada seria de que a ausência de escolas e a falta de um corpo docente qualificado teriam favorecido a demanda por instituições confessionais em Dourados não somente por parte dos moradores menos abastados, mas principalmente por parte dos segmentos das elites e de um grupo composto por certa hegemonia da cultura católica local, que veem na educação institucionalizada a oportunidade de formar seus filhos, e a presença de uma Ordem religiosa potencializaria essas ações educativas e religiosas almejadas.

Acredita-se também na hipótese de que a cultura escolar do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, teria por finalidades não apenas a instrução da infância douradense, mas também a formação catequética e a inculcação de comportamentos e normas da vida cristã católica.

Considerando os objetivos e hipóteses levantadas, esta pesquisa propõe defender a **tese de que o Patronato de Menores não atendeu a infância desvalida de Dourados conforme era exigido nos documentos oficiais, mesmo assim, além de legitimar a consolidação do projeto missionário católico, diante da ausência e escassez de escolas públicas, também contribuiu para o acesso e a expansão do ensino na região, tendo como legado a escolarização de uma ampla parcela da infância douradense.**

Para tanto, a tese se ancora no método da Nova História Cultural e suas diversas possibilidades de “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p.16-17).

Peter Burke (2005) esclarece que a expressão Nova História Cultural começou a ser utilizada no final da década de 1980, com a publicação do livro da historiadora norte-americana

Lynn Hunt em 1989 com o mesmo nome. A palavra *nova* serve justamente para distinguir a Nova História Cultural da *Nova História* francesa da década de 1970, com a qual tem muito em comum. A palavra *cultural* distingue-a da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em ideias ou sistemas de pensamento. A palavra *cultural* serve ainda para distinguir a Nova História Cultural de outras irmãs, como a *História Social*. Portanto, a Nova História Cultural segue um novo paradigma, no sentido utilizado por Thomas Kuhn (1998) na obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

Na perspectiva da Nova História Cultural, a história passou a ampliar seus horizontes, propondo aproximações entre o cultural e o social, além da abertura para novas temáticas, problemas, conceitos e objetos a serem investigados pela historiografia, em um crescente discernimento dos historiadores de que o cultural desempenha um papel fundamental em toda e qualquer história. Em síntese, nas afirmações de Burke (1992), podemos dizer que a nova história cultural começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana.

Deste modo, concordamos com Souza e Faria Filho (2006), que defendem a utilização da Nova História Cultural como paradigma para pesquisar as instituições escolares, sua cultura e questões educativas, valorizando os processos de escolarização, as relações entre práticas e discursos e a escola como objeto historiográfico.

Não obstante, tal escolha não nos impossibilita de realizarmos aproximações e diálogos com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), historiador italiano que nos ensina a atentar-nos para os indícios, pistas, vestígios e sinais para remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente. Assim, na prática da historiografia, o historiador/pesquisador, tal como um caçador, trabalha rastreando indícios para tecer suas explicações e construir sentidos.

Os conceitos basilares da tese são os de *estratégias* e *táticas* de Michel de Certeau (1998) e as noções articuladas de *práticas* e *representações* de Chartier (1988, 2002a), ambos da corrente da historiografia francesa e que serão autores fundamentais para a elaboração desta tese. Além disso, outro conceito nuclear utilizado para a análise do objeto de pesquisa é o de *cultura escolar* a partir das contribuições de Dominique Julia (2001), o que não exclui a possibilidade de interlocução com outros autores para subsidiarmos a nossa investigação, como, por exemplo, Viñao Frago (1998, 2001), que defende a cultura escolar como um conjunto de manifestações que ocorrem no interior da escola e que também se constitui como uma importante ferramenta teórica para a compreensão da dimensão do tempo e do espaço como elementos constitutivos da cultura escolar e da atividade educativa.

O conceito de estratégia de Michel de Certeau nos permite compreender e analisar as relações de força da Igreja Católica com outras instituições concorrentes e o modo como a missão franciscana legitimou e conquistou seu lugar de poder no Sul do antigo Mato Grosso e na cidade de Dourados no período histórico pesquisado. Certeau (1998) apresenta a seguinte definição para o que ele chama de estratégia:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) (CERTEAU, 1998, p.99).

De modo complementar, o conceito de tática é definido por Certeau (1998) como uma ação calculada, que é determinada pela ausência de um lugar de poder. Inspirado no contexto militar, Certeau concebe a tática como a arte do fraco, ao compará-la com um jogo de astúcia. A tática é flexível e não tem por lugar senão o do outro, por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto conforme a necessidade e o momento, portanto, a tática pode ser considerada como um movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado, de modo a operar golpe a golpe, lance por lance.

De um modo geral, as instituições criam estratégias e táticas para se manterem e perpetuarem nos espaços e ao longo do tempo, como é o caso da Igreja Católica em Dourados e a atuação da missão franciscana. Vale destacar que, estratégias e táticas podem ser percebidas de formas distintas a partir do olhar e do lugar social de referência.

Conforme Chartier (1988), a noção de representação, por sua vez, é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. Daí a razão do conceito ser visto por Chartier como a pedra angular da história cultural, pois permite articular três modalidades da relação com o mundo social:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1988, p.23).

As representações assim concebidas, podem ser entendidas como “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 1988, p. 17). Para o historiador, ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto, a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém, opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo da sua identidade (CHARTIER, 2002a).

Cardoso e Vainfas (1997) concluem que a proposta de Chartier possui o mérito de tentar livrar a história cultural de toda e qualquer conceituação esquemática, e ainda se afastar do conceito de mentalidade e se defender da tirania do social, ao sustentar a necessidade de buscar-se o social em conexão com as diferentes utilizações do equipamento intelectual disponível. E para dar conta de sua proposta, Chartier propõe o conceito de cultura enquanto prática.

Nas práticas culturais, temos de certa maneira, a cultura objetivada – “o conjunto de obras, realizações, instituições – que conferem originalidade e/ou autenticidade à vida de um grupo humano, inclusive seus usos e costumes, nem sempre imediatamente dados” (FALCON, 2002, p.60).

Somando-se a isso, dentre as formas de se pesquisar a história das instituições escolares, se encontra o estudo da cultura escolar. Sabemos o quanto desafiante é o estudo nesse âmbito. O desafio se percebe logo na própria definição do conceito de cultura. Para Chartier (2010), essa dificuldade se encontra nas múltiplas acepções do termo, que podem se distribuir entre duas famílias de significados: a que designa cultura como as obras e os gestos que se subtraem às urgências do cotidiano e se submetem a um juízo estético ou intelectual e outra que aponta as práticas comuns pelas quais uma sociedade ou indivíduo vivem e refletem sua relação com o mundo, com os outros e consigo mesmos. Como vimos, o autor concebe o cultural em termos de representações e das práticas a estas associadas.

Neste caso, a cultura apresenta-se como resultante de algum tipo de ação (mental, espiritual, ideológica, como queiram) das práticas culturais sobre o respectivo grupo humano considerado (nas práticas), quer em seus aspectos coletivos quer, eventualmente pelo menos, em seus componentes culturais. Trata-se, assim, de cultura como representante coletiva e também expressão de algum tipo de finalidade inerente à própria cultura (FALCON, 2002, p.61).

Diana Vidal (2005) enfatiza que, nos últimos anos, a categoria cultura escolar vem subsidiando as análises historiográficas e assumindo grande visibilidade no campo da História da Educação. A propósito, os trabalhos da autora são pioneiros em operar sobre os conceitos de representação e cultura escolar, atestando para os historiadores da educação brasileira, a fecundidade analítica dessas categorias.

Como já citado, a cultura escolar a que iremos nos referir nesta pesquisa é consonante com o conceito clássico de Dominique Julia, que descreve a cultura escolar como:

Um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p.10).

Julia (2001) aponta várias críticas à história da instituição que não considera a história sociocultural da escola e despreza a análise das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. Assim, o autor aponta pistas e caminhos para este trabalho, quando afirma que, atualmente, ao pesquisar a cultura escolar de uma escola “convém voltar ao funcionamento interno dela” (*Ibid.*, p.12).

Viñao Frago, por sua vez, apresenta um significado mais abrangente para cultura escolar:

La cultura escolar, así entendida, estaría constituida, en una primera aproximación, por un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y practicas – formas de hacer y pensar, mentalidades y comportamientos – sedimentadas a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho y comportadas por sus actores en el seno de las instituciones educativas. Tradiciones, regularidades y reglas de juego que se transmiten de generación en generación y que proporcionan estrategias para integrarse em dichas instituciones, para interactuar y para llevar a cabo, sobre todo en el aula, las tareas cotidianas que de cada uno se esperan, así como para hacer frente a las exigencias y limitaciones que dichas tareas implican o conllevan (VIÑAO FRAGO, 2001, p.29).

Ademais, para tratarmos das questões educativas com enfoque numa história sociocultural da educação, também tomaremos como referência os teóricos que são expoentes no que tange ao estudo sobre a história da educação, a cultura escolar e a história das instituições escolares tais como: Vidal (1998, 2004, 2005); Faria Filho (2000, 2004); Souza (1998, 2006); Magalhães (2004, 2005), entre outros.

Para abordarmos as temáticas referentes a relação do Estado e Igreja utilizaremos autores como Oscar Lustosa (1991), José Carlos Souza Araújo (1986), Laércio Dias de Moura (2000), Lúcia Lippi Oliveira *et al.* (1982), Azzi (1992, 1994, 2008), Grijp (2008), Hoornaert *et al.* (1977). Para analisarmos a história da Ordem Franciscana utilizaremos autores como Le Goff (2011), Spoto (2010), Carvalho (2005), Caroli (1999) e Aguiar (2010).

Quanto à atuação catequética e educativa da Ordem Franciscana no Brasil, utilizaremos Willeke (1974), Passos (1999), Amorim (2005), Sangenis (2004, 2018), Iglesias (2010, 2011), Barros (2010), Oliveira (2012), Gohl (2015), Pasquini (2017), Toledo (2020), Barboza (2020), entre outros.

Para discutirmos o projeto da Igreja Católica no Sul do antigo Mato Grosso e a instalação da Ordem Franciscana dos Frades Menores no município de Dourados, nos reportaremos aos estudos desenvolvidos pelo historiador Jérri Roberto Marin (2000, 2002, 2018) que realizou pesquisas importantes sobre a diáspora, as identidades e experiências de missionários franciscanos alemães em Mato Grosso.

Destacamos ainda a dissertação de Mestrado em História (UFGD) de Aline Cerutti Pereira (2006) intitulada *Representações franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande – Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)*; a dissertação de Mestrado em História (UFGD) de Camila de Brito Quadros Lara (2017), denominada *O Patrimônio Cultural Religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS*; o trabalho do historiador e memorialista Frei Pedro Knob (1988), que fez um relevante levantamento documental e historiográfico da atuação da missão franciscana em Mato Grosso, inclusive no Sul do Estado e na cidade de Dourados; o livro de Frei Jorge Elsing³ (1988), *Entre os Rios Paraguai e Paraná: experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso*; a dissertação de Mestrado em História (UFMS) de Inez Maria Bitencourt do Amaral (2005), no qual apresenta uma importante contribuição para a análise das relações de rupturas e permanências da Igreja Católica na região de Dourados entre 1943-1971; e o trabalho de Frei Teodardo Leitz (1982), franciscano que atuou como vigário geral e Bispo no município de Dourados, produzindo um levantamento documental que decorreu na publicação de um livro sobre a gênese e a trajetória de 25 anos da Diocese de Dourados no período de 1957 a 1982, e que se constitui para essa pesquisa uma fonte documental de grande relevância.

³ Frei Jorge Elsing foi Diretor da Missão Franciscana da 1.^a Ordem de São Francisco no Estado de Mato Grosso do Sul, entidade mantenedora do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio. Foi o autor do requerimento pedindo a autorização para o encerramento das atividades escolares da escola em 27 de setembro de 1982.

Para contextualizarmos os aspectos históricos, econômicos, políticos e socioculturais do município de Dourados recorreremos a diversos escritores, historiadores e memorialistas que se debruçaram sobre a temática. Entre eles Ercília da Roza de Oliveira Pompeu (1965, 2014), considerada na cidade como uma historiadora autodidata, cujo trabalho intitulado *Monografia do Município de Dourados* foi vencedor de um concurso de monografias em 1965, sendo considerada a primeira obra que esboçou a história de Dourados. A sua versão original e mimeografada está disponível para consulta no CDR (Centro de Documentação Regional/UFGD), além disso, em 2014 a Comissão de Revisão Histórica de Dourados e o Grupo Literário Arandu foram responsáveis pelo lançamento da obra de Ercília Pompeu (*in memoriam*) no formato de livro.

Também utilizaremos os trabalhos de Lori Alice Gressler (1988, 1995) que possui diversas publicações sobre o município de Dourados, dentre eles *Dourados 60 anos de emancipação: 1935-1995* e *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao Município de Dourados* que escreveu em parceria com Lauro Joppert Swensson. Destacamos ainda o livro *Memória Fotográfica de Dourados* da historiadora Regina Heloiza Targa Moreira (1990); o livro *Dourados, Terra Prometida: esboço histórico de Dourados-MT*, do jornalista e memorialista Armando da Silva Carmello (1973); o livro *Relatos e contos de Dourados*, organizado pelo Prof.º Dr.º Emílio Davi Sampaio (2004), que reúne várias entrevistas à partir da metodologia da História Oral, com pessoas comuns de Dourados e que versam sobre o cotidiano, histórias de vidas, lembranças pessoais e fatos do município; o livro *Antigamente era assim: para a história* de Julio Capilé (2004) que reúne diversas crônicas e narrativas sobre o Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, Dourados, suas instituições e seus atores sociais.

Para a análise do documento fotográfico, utilizaremos como referência Burke (2004), que assegura que as imagens, assim como os textos e os testemunhos orais constituem importantes formas de evidência histórica; Kossoy (2001), que assevera que toda fotografia é um resíduo do passado, um artefato que nos oferece indícios quanto aos seus elementos constitutivos, destacando o seu potencial como fonte histórica, além de Abdala (2005, 2016) e Vidal (1994, 1998, 2005), que corroboram com a importância da fotografia enquanto fonte para a história e a história da educação.

Nesta pesquisa, percebemos a fotografia como monumento, conforme as inspirações de Le Goff (1990) e as contribuições de Vidal (1994, 1998):

Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisá-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é

instituinte de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação e hierarquização, gerando um próprio do ato de fotografar (VIDAL, 1998, p.78).

O *corpus* teórico e a análise historiográfica serão pautadas pelas orientações de Certeau (2010), que traz elementos essenciais para o fazer historiográfico, sobretudo, para compreender a relação dinâmica entre o lugar social, a prática científica (procedimentos) e a escrita da história (construção do texto).

Residem nesses pressupostos toda a força, relevância e importância dessas ferramentas teóricas para operarmos sobre o nosso objeto de investigação. Ademais, a presente pesquisa pode ser classificada como sendo histórica-documental. A metodologia empregada envolverá as técnicas da pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, foram utilizadas e interrogadas diversas fontes como livros tombo, livros de crônicas, atas, fotografias, registros iconográficos, imprensa periódica e jornais de época, livros de matrícula, livros de registro escolar, legislações, livro ponto, entre outros.

Do diálogo com o quadro referencial teórico e as fontes inventariadas, emergiram as seguintes categorias de análise como parâmetro para as discussões desenvolvidas ao longo da tese, tais como: cultura escolar; missão e catequese; menores desvalidos; pobreza, caridade, filantropia e assistência.

Ademais, a fim de mapearmos as produções acadêmicas e os autores de referência acerca dos Patronatos de Menores, realizamos o Estado do Conhecimento sobre o objeto de pesquisa e analisamos os trabalhos científicos no período de 2000 a 2020⁴ que abordaram a temática no Brasil, de modo geral, e na região Centro-Oeste, de modo particular, especialmente Mato Grosso (Uno)/Mato Grosso do Sul, recorte espacial desta tese.

O Estado do Conhecimento das produções acadêmicas sobre os Patronatos de Menores

Para a localização de teses e dissertações, utilizamos como fontes de consulta os repositórios da CAPES (Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Filtramos a pesquisa com buscas avançadas nas áreas de Educação e História, por meio dos seguintes descritores: Patronato de

⁴ Foram analisadas as produções científicas dos últimos 20 anos, considerando que o ano 2000 corresponde ao período da primeira produção acadêmica que abordou diretamente os Patronatos como objeto de pesquisa, que é a tese intitulada *Formar cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República* de Milton Ramon Pires de Oliveira pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Menores; Patronato de Menores AND História da Educação; Patronato de Menores AND História das Instituições Escolares e Patronato de Menores AND Cultura Escolar.

O levantamento resultou na seleção de apenas 10 produções acadêmicas que de fato correspondiam diretamente ao objeto de nosso interesse, isto é, os Patronatos de Menores, das quais 02 são de teses na área da Educação e 08 são dissertações, sendo 06 circunscritas na área da Educação e 02 na área de História, estas últimas foram selecionadas por dialogarem com o campo da História da Educação.

Como podemos observar no Quadro 1, as produções foram classificadas e analisadas pelo ano de publicação, com destaque para a tese defendida em 2000 por Milton Ramon Pires de Oliveira, que se configura como precursora e referência no estudo sobre os Patronatos, sendo citada de forma unânime nas produções acadêmicas que a procederam.

Quadro 1 – Os Patronatos de Menores como objeto de pesquisa em teses e dissertações (2000-2020)

Ano	Título	Autor (a)	Orientador (a)	Nível/Programa
2000	Formar cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República	Milton Ramon Pires de Oliveira	Maria Juraci Maia Cavalcante	Doutorado em Educação – Universidade Federal do Ceará (UFC)
2006	A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas	Marco Arlindo Amorim Melo Nery	Jorge Carvalho do Nascimento	Mestrado em Educação – Universidade Federal do Sergipe (UFS)
2007	De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?	Gleice Izaura da Costa Oliveira	Genylton Odilon Rêgo da Rocha	Mestrado em Educação – Universidade Federal do Pará (UFPA)
2010	O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas	Magda de Abreu Vicente	Giana Lange do Amaral	Mestrado em Educação – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
2012	Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)	Daniel Alves Boeira	Luciana Rossato	Mestrado em História – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
2012	Ensino Agrícola: um estudo da gênese e das práticas pedagógicas no antigo Patronato Agrícola Manoel Barata-PA	Inácia Maria Carneiro Thury	Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior	Mestrado em Educação Brasileira – Universidade Federal do Ceará (UFC)
2014	História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba/MT (1953-1963)	Georgea Suppo Prado Veiga	Geraldo Inácio Filho	Doutorado em Educação – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

2015	Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947)	Suely Cinthya Costa dos Santos	Cláudia Engler Cury	Mestrado em História – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
2017	Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969)	Márcia Spadetti Tuão da Costa	Amalia Cristina Dias da Rocha Bezerra	Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
2018	Da origem do Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” (1918) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS (2008) – Campus Inconfidentes	Antônio Carlos Vilas Boas	José Luis Sanfelice	Mestrado em Educação – Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos repositórios da CAPES e BDTD (2020)

Em sua tese, Milton Ramon Pires de Oliveira (2000) analisa o processo histórico de constituição da rede de Patronatos enquanto instituições de assistência à infância e adolescência pobre durante a Primeira República. Criados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, os Patronatos integravam o conjunto de ações e representações que sustentavam a atuação governamental no meio rural. Embora o autor indique que seu trabalho foi inspirado pelos estudos pioneiros de Sônia Regina de Mendonça com o livro *O Ruralismo Brasileiro: (1888-1931)*, observamos que de fato foi a tese de Oliveira o primeiro trabalho a focar os Patronatos como objeto de pesquisa, enquanto que Mendonça (1997) abordou o contexto político-econômico da Educação Rural no Brasil, no qual incluía a criação de instituições rurais, dentre elas, os Patronatos, porém, a autora somente tangenciou sobre os mesmos.

Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2006), em sua dissertação intitulada *A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*, observou que os Patronatos representavam o amadurecimento de um modelo de assistência à infância. Nery (2006) propôs compreender o processo de criação, implantação, cultura escolar e as práticas educativas do Patronato Agrícola de Sergipe no período de 1924-1934.

A dissertação de Gleice Izaura da Costa Oliveira (2007) teve como objetivo pesquisar as mudanças e permanências curriculares identificadas em decorrência das diferentes prescrições oficiais que foram implementadas no Patronato Agrícola Manoel Barata no Pará até sua mudança para Escola Agrotécnica Federal.

Em 2010, Magda de Abreu Vicente defendeu uma dissertação que objetivou analisar a gênese e as práticas educativas do Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS entre

1923-1934, ao qual concluiu que o Patronato de Pelotas administrou práticas educativas rígidas, voltadas para a aprendizagem agrícola e cívica. A pesquisadora constatou ainda um quadro de escassez de pesquisas acadêmicas sobre os Patronatos.

Em 2012, duas dissertações sobre Patronatos foram defendidas, sendo uma de Inácia Maria Carneiro Thury, que analisa a gênese do ensino agrícola no Pará, a partir das narrativas de educadores que participaram da criação e do cotidiano escolar do Patronato Agrícola Manoel Barata criado em 1918. Conforme Thury (2012), os Patronatos tinham como perfil institucional o disciplinamento correccional dos menores, nos quais se incluíam os órfãos, crianças que viviam nas ruas ou por aqueles que seus responsáveis declaravam sem recursos para mantê-los.

Outra dissertação de 2012 é de Daniel Alves Boeira, no qual propôs analisar a história do Patronato Agrícola de Anitápolis em Santa Catarina no período de 1918 a 1930, a fim de compreender sua dinâmica interna, suas redes de relacionamentos, seus agentes educacionais e seus espaços de ensino. Segundo Boeira (2012), os Patronatos, surgidos em várias regiões do Brasil, supriam duas necessidades nacionais fundamentais: qualificar mão de obra livre para o trabalho na agricultura e retirar dos centros urbanos os chamados desvalidos da sorte, os pobres órfãos e a minoridade marginalizada.

Notamos que as pesquisas arroladas até o momento apontam para uma recorrência de investigações referentes ao recorte temporal da Primeira República, fato que pode ser explicado por ter sido um período de criação e expansão dos primeiros Patronatos, além disso, também é possível observar uma tendência pelas pesquisas locais e regionais.

Não obtivemos resultados de teses e dissertações produzidas em Instituições da região Centro-Oeste⁵ propriamente dita, dado que foi corroborado com os resultados de buscas complementares em repositórios dos principais Programas de Pós-Graduação em Educação da região, tais como: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Apesar de não localizarmos teses e dissertações sobre patronatos desenvolvidas em Instituições no Centro-Oeste, o que evidencia uma lacuna historiográfica na região, observamos que a pesquisadora Georgea Suppo Prado Veiga realizou sua tese de Doutorado em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – região do Triângulo Mineiro, abordando um objeto de Mato Grosso (Uno – anterior a divisão do Estado em 1977), mais precisamente, um

⁵ Neste estudo levamos em consideração a divisão geográfica oficial do Brasil. Porém, é importante ressaltar que na divisão geoeducacional da ANPED, o Triângulo Mineiro foi englobado na Região Centro-Oeste.

Patronato de Menores do município de Paranaíba, atual Mato Grosso do Sul, como mostra o Quadro 2 com a topografia dos Patronatos que foram objetos de pesquisas.

Quadro 2 – Topografia dos Patronatos de Menores que foram objetos de pesquisas (2000-2020)

Nome do Patronato	Município/UF de pertencença do Patronato	Categoria do Patronato	Autor (a)/Instituição de vínculo acadêmico	Ano
Rede de Patronatos Federais	-	Público	Milton Ramon Pires de Oliveira (UFC)	2000
Patronato Agrícola São Maurício ou Patronato Agrícola de Sergipe	Aracaju/SE	Público	Marco Arlindo Amorim Melo Nery (UFS)	2006
Patronato Agrícola Manoel Barata	Castanhal/PA	Público	Gleice Izaura da Costa Oliveira (UFPA)	2007
Patronato Agrícola Visconde da Graça	Pelotas/RS	Público	Magda de Abreu Vicente (UFPEL)	2010
Patronato Agrícola de Anitápolis	Anitápolis/SC	Público	Daniel Alves Boeira (UDESC)	2012
Patronato Agrícola Manoel Barata	Castanhal/PA	Público	Inácia Maria Carneiro Thury (UFC)	2012
Patronato de Menores São José	Paranaíba/MT (Uno)	Confessional	Georgea Suppo Prado Veiga (UFU)	2014
Patronato Agrícola de Bananeiras	Bananeiras/PB	Público	Suelly Cinthya Costa dos Santos (UFPB)	2015
Patronato São Bento	Duque de Caxias/RJ	Confessional	Márcia Spadetti Tuão da Costa (UERJ)	2017
Patronato Agrícola Visconde de Mauá	Inconfidentes/MG	Público	Antônio Carlos Vilas Boas (UNIVAS)	2018

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos repositórios da CAPES e BDTD (2020)

A tese de Veiga (2014) teve como objetivo analisar o processo de constituição do Patronato de Menores São José (1953-1963), instituição confessional católica criada em Paranaíba/MT (Uno) pelos missionários franciscanos vindos da Alemanha. A tese inaugurou novas perspectivas de análise mediante o estudo sobre os elementos da cultura escolar, além disso, apresentou um novo recorte espacial e temporal de pesquisa sobre os Patronatos, ao discutir o modo como os Patronatos de Menores foram criados e institucionalizados no espaço sulino de Mato Grosso (Uno) na Segunda metade do século XX.

Na sequência, a dissertação de Suelly Cinthya Costa dos Santos teve como objetivo estudar o processo de criação e os caminhos educacionais percorridos no Patronato Agrícola de Bananeiras, no Estado da Paraíba, bem como a condição da criança desvalida que ingressava na instituição. De acordo com Santos (2015), sua pesquisa buscou traçar a trajetória do Patronato, ressaltando os personagens, o ensino primário, o trabalho nas oficinas, a prática do escotismo, da ginástica sueca e o ensino agrícola como expressão das relações sociais e de poder

travados para articular um modelo de ensino rural sistemático, envolvendo escolaridade e produtividade.

Os dois trabalhos mais recentes acerca dos Patronatos são de Márcia Spadetti Tuão da Costa, que defendeu em 2017 a dissertação denominada *Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969)* e a dissertação de Antônio Carlos Vilas Boas intitulada *Da origem do Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” (1918) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS (2008) – Campus Inconfidentes*.

Segundo Costa (2017a), sua pesquisa propõe investigar a história de uma instituição confessional denominada Patronato São Bento no município Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, a fim de contribuir para a ampliação do debate em torno dos projetos para a infância pobre da região, marcados pelo controle social, o disciplinamento por meio do trabalho e a intervenção da Igreja Católica, além de problematizar o papel desempenhado pelas instituições educativas no território e suas especificidades relacionadas com o âmbito nacional e regional.

A pesquisa de Antônio Carlos Vilas Boas (2018), teve como objetivo analisar a origem do Patronato Agrícola Visconde de Mauá, criado em 1918 no município de Inconfidentes/MG até sua fase atual enquanto Instituto Federal. Embora o autor tenha proposto um recorte temporal bastante amplo (quase um século), a pesquisa consegue trazer elementos fundamentais para historicizar a trajetória e período inicial do Patronato, revelando suas práticas educativas, currículo, gestão do tempo e espaço escolar da instituição.

Após a leitura e análise dos 10 trabalhos selecionados é possível indicar quatro categorias de análise que estão associadas aos temas mais investigados nas pesquisas: *o ensino agrícola; a educação rural; a escolarização da infância pobre*, além de uma tendência mais recente em utilizar a categoria *cultura escolar* para o estudo da história dos Patronatos e suas práticas socioeducativas.

O silenciamento historiográfico acerca dos Patronatos de Menores pode ser confirmado por Nosella e Buffa (2005) que analisam que as instituições de ensino superior, as escolas normais, as escolas confessionais (principalmente as femininas) e as escolas de referência são as mais pesquisadas; os Grupos Escolares tornaram-se recentemente objeto de vários estudos, mas “as escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas” (NOSELLA e BUFFA, 2008, p.20).

Reconhecemos que as afirmações dos autores já não refletem o contexto atual, pois sabemos que nos últimos anos, a história e a historiografia da educação brasileira já avançaram muito em termos de produções acadêmicas, sobretudo, com pesquisas cujas temáticas possuem um interesse regional e local, com investigações voltadas para o estudo de modelos de escolas mais modestas e destinadas à população carente, de cidades do interior e da zona rural, como as escolas isoladas, escolas reunidas, pequenos grupos escolares e escolas rurais de núcleos coloniais. Todavia, ainda assim, precisamos avançar mais nas pesquisas sobre a história das instituições escolares de caráter educativo-assistenciais como é o caso dos Patronatos de Menores, pois, como podemos observar, no período de 2000 a 2020 foram apenas 10 teses e dissertações desenvolvidas sobre os Patronatos em todo o Brasil, o que revela a pertinência de novas pesquisas, como a presente tese.

Somando-se a isso, ao verificarmos as produções das revistas⁶ nacionais especializadas em História da Educação entre 2000 a 2020, apenas 03 artigos sobre Patronatos foram localizados, ambos na Revista HISTEDBR Online, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Os Patronatos de Menores nas revistas especializadas em História da Educação (2000-2020)

Revista	Total de publicações
Revista História da Educação	-
Revista HISTEDBR On-line	03
Revista Brasileira de História da Educação	-
Cadernos de História da Educação	-
Revista de História e Historiografia da Educação	-
TOTAL	03

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa (2020)

Um dos artigos é produto da dissertação de Mestrado em Educação de Magda de Abreu Vicente e sua orientadora Giana Lange do Amaral, publicado em 2010, que analisa as normas e o discurso higienista adotado no Patronato Agrícola Visconde da Graça no período de 1923 a 1934, na cidade de Pelotas-RS.

O segundo trabalho, publicado em 2011 por Gleice Izaura da Costa Oliveira e Genylton Odilon Rêgo da Rocha, também é produto da Dissertação de Mestrado em Educação da autora com o seu orientador e versa sobre o processo de criação no Estado do Pará, do Patronato Agrícola Manoel Barata.

O terceiro artigo, é resultante da pesquisa bibliográfica da presente tese, publicado em 2019 por Juliana da Silva Monteiro e Maria do Carmo Brazil, intitulado *O estado do*

⁶ Foram considerados os acervos digitais dos cinco principais periódicos nacionais especializados em História da Educação: Revista História da Educação; Revista HISTEDBR On-line; Revista Brasileira de História da Educação; Cadernos de História da Educação e Revista de História e Historiografia da Educação.

conhecimento de pesquisas sobre a história das instituições escolares denominadas Patronatos de Menores (2000-2018).

No Quadro 4, foram arrolados 04 livros de autores que se debruçaram sobre o objeto de pesquisa, seja de forma direta ou indireta. Ainda que algumas dessas produções abordaram tangencialmente o tema, observamos que elas necessitam ser consideradas, pois contribuíram para contextualizar e problematizar a temática dos Patronatos de Menores.

Quadro 4 – Os Patronatos de Menores em livros (2000-2020)

Livro	Autor (a)	Ano	Conteúdo
Formar Cidadãos Úteis: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República	Milton Ramon Pires de Oliveira	2003	A obra é praticamente um clássico sobre a criação dos Patronatos, o ensino agrícola e o modo como foi realizada a escolarização da infância pobre durante a Primeira República. Trata-se de um estudo macro que permite entender o contexto social, político e econômico da gênese dos Patronatos. O livro é produto da tese do autor.
A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente	Irene Rizzini e Irma Rizzini	2004	O livro não discorre especificamente sobre os Patronatos, mas permite compreendermos o cenário de fundo da sua criação ao propor refazer o percurso histórico da prática da institucionalização de crianças no Brasil, focalizando os tipos de programas e serviços oferecidos a menores que passam a ser alvo específico da intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as ordens religiosas e filantrópicas. Tais programas incluíam instituições como os asilos infantis, orfanatos, casas de educandos, internatos, institutos, colégios e inclusive os Patronatos de Menores.
Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos	Sonia Regina de Mendonça	2007	Propõe uma investigação sobre a Educação Rural no Brasil, tangenciando estudos sobre os Patronatos, principalmente quando discute sobre a criação de instituições de ensino agrícola junto a categorias sociais.
Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920	Sônia Camara	2010	Investiga a situação da infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920 e a realidade de um enorme contingente de excluídos, particularmente de jovens e crianças, que continuavam fora da escola, muitas vezes em situações de riscos pelas ruas da cidade. Isso acontecia não apenas no Rio de Janeiro, mas em outras cidades do país. Assim, sob o prisma de um discurso higienista, os Patronatos de Menores foram criados para atender crianças pobres que deveriam ser preservadas das más influências das ruas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa (2020)

Em relação aos Anais de Eventos da área⁷, foram selecionados uma amostra de 06 trabalhos, do total de 10 localizados, conforme o Quadro 5. Foram elegidos os anais que contribuíram para a modificação e ampliação do estado do conhecimento, sendo desconsiderados aqueles que resultariam em redundância por apresentarem duplicidade de

⁷ Foram considerados os eventos nacionais de relevância para a área da história da educação brasileira: o Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE); Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED – GT de História da Educação); Encontro de História da Educação do Centro-Oeste (EHECO); Simpósio Nacional de História (ANPUH), que também possui um espaço para as pesquisas sobre história da educação.

conteúdo, ou seja, devido os objetos de pesquisa já terem sido sistematizados e analisados anteriormente em outro formato de produção científica.

Entre os Anais mapeados, é possível observar a localização de produções que tomaram como objeto de pesquisa os Patronatos de Menores da região Centro-Oeste, especialmente, do Estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 5 – Os Patronatos de Menores em anais de eventos da área (2000-2020)

Evento	Título do trabalho	Autor (es)	Local	Ano
XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH	A presença da Igreja Católica na Educação em Dourados/MS: o caso do Patronato de Menores (1943-1983)	Poliana Gianello Santini	São Paulo	2011
I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste – EHECO	Escolarização da infância: memórias dos internos do Patronato de Menores São José – Paranaíba (MS)	Georgea Suppo Prado Veiga	Cuiabá	2011
I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste – EHECO	Escolas Franciscanas: mapeando fontes primárias do Educandário Santa Clara e Patronato de Menores São José de Paranaíba (MS)	Sandra Maria Honda Jara e Ademilson Batista Paes	Cuiabá	2011
XII Encontro de Pesquisa em Educação – Centro-Oeste – ANPED-CO	A Missão Franciscana e a Escola Patronato São Francisco em Dourados-MS, décadas de 1940 e 1960	Maria Ivanete Nonato Gonsalves	Goiânia	2014
III Encontro de História da Educação do Centro-Oeste – EHECO	A “Cidade dos Meninos”: Patronato Rio das Pedras de Uberlândia-MG: 1951 a 1953.	Cristiane Angélica Ribeiro e Tânia Cristina da Silveira	Uberlândia	2015
IX Congresso Brasileiro de História da Educação - CBHE	Patronato São Bento: entre o arquivo institucional e a imprensa local. A infância menORIZADA (1960-1969)	Márcia Spadetti Tuão da Costa	João Pessoa	2017

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa (2020)

Entre os anais, chamou a nossa atenção o trabalho de Maria Ivanete Nonato Gonsalves, pesquisadora vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que apresentou uma tentativa de pesquisa sobre o Patronato de Menores de Dourados, mas que foi equivocadamente denominado pela autora de Patronato São Francisco. Na verdade, o Patronato de Menores de Dourados teve a sua filial denominada de Patronato de Menores Santo Antônio. Além disso, cumpre reiterar que a Ação Social Franciscana também criou outras instituições assistenciais e educativas, como o Abrigo de São Francisco, que funcionou como Jardim de Infância no fundo do Patronato de Menores, daí o possível equívoco. Tais contradições em relação a própria denominação da instituição revelam a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre a escola. Gonsalves (2014) reconhece que o seu texto foi apenas um esboço

sobre o processo de criação da instituição escolar, além disso, a autora centralizou mais as discussões sobre a atuação da missão franciscana na área da educação do que na história do Patronato propriamente dita.

O trabalho de Santini (2011) também produzido na UFGD, despertou um grande interesse para essa investigação, pois se configura como uma outra tentativa de pesquisa sobre o Patronato de Menores de Dourados. Entretanto, a autora apresenta resultados explanatórios e reconhece a limitação de sua pesquisa, além disso, revela uma importante lacuna historiográfica sobre a instituição e que não conseguiu preencher, pois segundo Santini (2011) o pouco que se sabe sobre a escola Patronato de Menores de Dourados deve-se a estudos relacionados mais a atuação da Igreja em Dourados, do que a trabalhos voltados para a educação, principalmente devido ao número ínfimo de fontes disponíveis para consulta. Em suas considerações finais, a autora convida e desafia novos pesquisadores para a escrita “desta história que se encontra até o momento, esquecida, jogada em algum arquivo morto, à espera de alguém que possa trazer à tona as diversas histórias do Patronato de Menores de Dourados” (SANTINI, 2011, p.10-11).

Foi no rastro desse convite e perseguindo tais silenciamentos, que percebemos a necessidade de recompor essa história, atribuindo-lhe sentido, de modo a contribuir com a construção historiográfica de uma região, de um município e de uma instituição escolar que foi responsável pela escolarização de uma ampla parcela da infância douradense. Cumpre destacar, portanto, que este trabalho se configura como a primeira tese sobre um Patronato de Menores desenvolvida dentro de uma Instituição de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (UFGD) e também a segunda que propõe investigar a história de um Patronato de Menores do Estado e na região Centro-Oeste.

Assim, diante da descoberta de fontes inéditas e originais sobre o Patronato de Menores de Dourados (Livros de Registro Escolar, Livros de Matrícula, Livros de Frequência Escolar, Livros Ponto, Atas, correspondências, entre outras) e do desafio de escrever e dar sentido no presente aos fatos e acontecimentos do passado, justificamos a necessidade dessas fontes serem interrogadas, compiladas e analisadas com critérios científicos, de modo a recompormos a trajetória de uma instituição educativa, integrando-a na realidade mais ampla que é a sociedade e o sistema educativo, a fim de sistematizarmos e legitimarmos o seu próprio significado histórico e social, além de contribuirmos com a recomposição de novos conhecimentos para a historiografia regional e a preservação de suas fontes históricas.

Embora as pesquisas no campo da História das Instituições Escolares tenham se solidificado e aumentado significativamente nas últimas décadas, vimos que o número de trabalhos que investigam os Patronatos de Menores ainda é exíguo. De um modo geral,

observamos que a maioria das pesquisas que se debruçaram sobre os Patronatos deram preferência a temas ligados ao ensino agrícola, a educação rural e a escolarização da infância *desvalida e marginalizada*. A utilização da cultura escolar como categoria de análise para o estudo da história dessas instituições e suas práticas socioeducativas ainda é recente e incipiente, o que denota a atualidade, relevância e pertinência do tema.

O recorte temporal mais explorado nas produções foi o período das primeiras décadas do século XX ou Primeira República, sendo notória a lacuna historiográfica com relação aos períodos subsequentes. Somando-se a isso, os Patronatos de Menores apresentaram características particulares nas diferentes regiões em que foram instalados, além das diferentes demandas, contextos históricos, sociais, políticos e culturais nos quais estavam inseridos. Essas instituições escolares ainda estão permeadas de incógnitas e temas que precisam ser descortinados, como os diferentes públicos atendidos, os motivos pelos quais os Patronatos se faziam presentes naquela época em alguns lugares e contextos, como eles incorporaram as modificações propostas pelo Estado e se apropriaram das recomendações para o seu funcionamento, como conciliaram os interesses do Estado, da Igreja e da sociedade, entre outros aspectos.

Dos muitos Patronatos de Menores que existiram no Brasil, ainda pouco sabemos dos seus tempos e espaços escolares, das normas, cultura escolar, práticas socioeducativas, representações, estratégias, táticas e outros aspectos que permitam historicizar e compreender melhor a singularidade dessas instituições, bem como as realidades plurais e mais amplas das quais fazem parte e constituem essa modalidade de escola tão difundida em diversos estados brasileiros e que integra a História da Educação no país. Por tudo isso, que esse estudo é relevante para dar visibilidade a novas perspectivas de pesquisas e novos questionamentos, interessados em compreender esse modelo escolar enquanto construção histórica resultante da intersecção de uma pluralidade de dispositivos, finalidades e práticas constituintes.

Entre outros aspectos já mencionados, a originalidade desta tese reside também no fato de propor pesquisar um Patronato de Menores que apresentava características e singularidades bem distintas dos outros Patronatos pesquisados na literatura, ou seja, diferentemente das outras instituições, o Patronato de Menores de Dourados foi instalado na região urbana, não funcionava em regime de internato, não executava o ensino agrícola e não atendia apenas a chamada infância pobre da cidade. Deste modo, dispomos do desafio da sua construção historiográfica, da análise e compreensão da sua cultura escolar, de suas práticas, representações e estratégias. Temos, portanto, como afirma Certeau (2010), a tarefa de articular a escrita e a história, o real e o discurso, de modo a tornar possível essa aliança.

Percursos metodológicos e os vestígios do Patronato de Menores nos arquivos

Não há como negar e já dizia Certeau (2010), que em história, tudo começa com o gesto de separar, reunir e transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. No entendimento do historiador, esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. “Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto” (CERTEAU, 2010, p.81).

Investigar uma instituição escolar já extinta há quase 40 anos se constitui por si só um desafio inicial para toda pesquisa, principalmente, pelas dificuldades de acesso aos seus arquivos e documentos. Conforme Mogarro (2005), os arquivos e documentos possuem informações que permitem a uniformidade na análise sobre os vários discursos produzidos pelos atores educativos, que têm representações diversas sobre a escola. Assim, o arquivo ocupa um lugar de referência no universo das fontes utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar.

Deste modo, os caminhos dessa pesquisa documental foram traçados inicialmente por informações coletadas em visitas e entrevistas exploratórias que realizei com pessoas e instituições relacionadas com o objeto de pesquisa. Esse percurso retrata um pouco das vicissitudes e obstáculos enfrentados por pesquisadores que se propõem a empreender investigação sobre a história das instituições escolares, no qual se deparam com diversos silenciamentos, não-ditos e contratempos que precisam ser contornados, neste caso especificamente, me deparei com a desativação e falta de manutenção de acervos, dispersão de documentos até o cerceamento do acesso às fontes históricas.

A descrição dos caminhos que percorri nesta investigação, seguem as recomendações sugeridas pelas pesquisadoras Furtado e Pinto (2011), que orientam que as pesquisas sobre os acervos escolares, que geram instrumento com a descrição da documentação são essenciais para a preservação e conservação das fontes. Desse modo, cabe ao pesquisador descrever sem distorções as fontes. Nesse aspecto, faz-se necessário uma descrição orgânica que permita ao investigador recuperar a trajetória, a procedência e as interlocuções geradas por essa documentação.

A princípio, empreendi uma visita com a finalidade de pesquisar o acervo do Memorial da Diocese de Dourados, localizado em uma sala no piso superior do Centro Pastoral da Catedral, nas instalações onde funcionou o Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio. Porém, para a minha surpresa e decepção, fui informada que o memorial teria sido desativado

para a realização de reformas, uma vez que o prédio estava com infiltrações e problemas de vazamento no telhado.

Ao questionar a secretária paroquial sobre os documentos do memorial, fui informada de que eles estavam indisponíveis para a consulta por estarem encaixotados; também perguntei sobre a previsão de reabertura do memorial, mas fui informada que por falta de espaço, possivelmente o mesmo não seria reativado. Insisti sobre a necessidade da interação com as fontes, foi quando a secretária me forneceu os contatos de pessoas que poderiam me ajudar, uma delas foi Solenyr Araújo Moraes, que durante muitos anos trabalhou como voluntária responsável pelo Memorial da Diocese.

Pesquisar a história da educação e das instituições escolares na nossa região, muitas vezes se assemelha ao trabalho de um artesão que se depara com um novelo de lã emaranhado e cheio de nós. Encontrar a ponta do novelo nem sempre é garantia do desenrolar contínuo das linhas, mas pode significar uma excelente pista não somente para compreendermos a conexão entre os fios, mas para tecermos as tramas e os nexos do tecido que pretendemos (re)construir, isto é, o tecido da história. Concordamos com Ginzburg (2007) que é a relação do fio e dos rastros que ajuda nos orientarmos no labirinto da realidade.

A interação com determinados atores sociais foi imprescindível para a viabilidade da pesquisa e para seguirmos os rastros para a localização de fontes inexploradas do Patronato de Menores, sendo de fato como encontrar a ponta escondida do fio do novelo, que quando puxada, revelam outros fios condutores e muitas outras pistas.

Assim, em diálogo com a Sr.^a Solenyr Araújo, a mesma me relatou com tristeza o fato de o Memorial ter sido desativado, pois muitos documentos ainda não tinham sido sequer catalogados. Por outro lado, Solenyr forneceu muitas informações sobre a possível localização de algumas fontes e de religiosos que poderiam ter guardado alguns arquivos.

Nesse percurso, conseguimos localizar com o Padre Márcio Bogaz Trevizan muitas fontes originais da Ação Social Franciscana de Dourados que abrange a escola Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, a Sociedade Pão de Santo Antônio e o Abrigo de São Francisco entre outras, fontes estas que fazem parte do Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados, que sequer tinham sido inventariadas. No Quadro 6, relacionamos algumas dessas fontes:

Quadro 6 – Relação de fontes localizadas sobre o Patronato de Menores de Dourados/Educandário Santo Antônio – Ação Social Franciscana

Documentos disponíveis	Período	Descrição
Livro Ata do Educandário Santo Antônio	1966 a 1983	Contém informações sobre o processo de transição da instituição de Patronato de Menores para Educandário Santo Antônio; Estatuto; Relatório de fechamento da escola; Membros da diretoria e demais dados
Livros de Registro Escolar dos alunos do Patronato de Menores	1956 a 1962	Material com riqueza de dados sobre os alunos dos primeiros anos de funcionamento do Patronato de Menores, como nome, idade, sexo, data de nascimento, nacionalidade, endereço e distância da escola, série, tempo escolar, procedência do aluno, aproveitamento, motivos de exclusão do aluno; informações sobre a família: nome dos pais ou responsável, características dos pais, nacionalidade, profissão, grau de instrução, religião, etc.
Livros Ponto dos professores do Educandário Santo Antônio	1968 a 1971 e 1980 a 1983	Apresenta informações sobre a frequência do corpo docente, com o nome do professor, entrada e saída, data, assinatura e horário.
Livros de Matrícula do Patronato de Menores	1956 a 1966	Contém registros sobre a identificação do corpo discente, nome, idade, naturalidade, filiação, profissão dos pais, endereço, período de inscrição, série matriculada.
Livros de Matrícula do Educandário Santo Antônio	1968-1970 1974-1977 1983	Contém registros sobre a identificação do corpo discente, nome, idade, naturalidade, filiação, profissão dos pais, endereço, período de inscrição, série matriculada.
Livros de Registro Escolar de Frequência Diária do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio	1957 a 1974	Material bem preservado com registros dos alunos de 1. ^a , 2. ^a , 3. ^a e 4. ^a séries. Contém nomes dos professores responsáveis, turma, turno, data, nomes dos alunos, dias letivos do mês, movimento mensal, movimento diário, faltas, aproveitamento, frequência média, atraso do aluno ou necessidade de saída antecipada.
Livros de Chamada dos alunos do Educandário Santo Antônio	1965 a 1981	Dispõem de registros dos alunos de 1. ^a , 2. ^a , 3. ^a , 4. ^a séries e também de alunos da Primeira Comunhão. Apresenta informações sobre nomes dos professores, nomes dos alunos, data, idade, dias letivos, observações, comparecimento, resumo mensal, média de frequência, assinatura do professor.
Livros de Registro dos empregados do Educandário Santo Antônio	1969 a 1983	Apresenta importantes informações sobre a vida funcional do corpo docente e funcionários da escola, tais como: fotografia, profissão, grau de instrução, nacionalidade, idade, salário, características físicas, residência, estado civil, etc.
Calendário Escolar do Educandário Santo Antônio	1971	Informações sobre as atividades mensais da escola, datas comemorativas, dias letivos, férias, feriados, cronograma escolar, etc.
Contratos do Educandário Santo Antônio	Década de 1970	Contém contratos, relatórios, correspondências e ofícios da escola com outras instituições. Contratos de aluguel do prédio do Educandário Santo Antônio com outra instituição de Ensino Superior para o funcionamento dos cursos de Direito e Administração no período noturno.
Relatórios de atividades do Abrigo de São Francisco – Ação Social Franciscana Balancetes do Abrigo de São Francisco Estatutos do Abrigo de São Francisco – Ação Social Franciscana Diário Oficial referente ao Abrigo de São Francisco	1960 a 1971	Contém informações das demais instituições que funcionavam paralelamente ao Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio e que engendravam o conjunto de instituições administradas e implantadas pela Ação Social Franciscana em Dourados.

Livro de Subvenções do Abrigo de São Francisco Ata do Abrigo de São Francisco Livro de Subvenções do Pão de Santo Antônio – Ação Social Franciscana		
Ofícios e registros de Subvenções do Patronato de Menores	Década de 1960 e 1970	Elementos contábeis e administrativos. Contém recebidos, balancetes, requerimentos de subvenções, orçamentos da construção do novo prédio do Patronato/Educandário, comprovantes de auxílio pecuniário e doações para a escola.
Livro Diário Geral do Educandário Santo Antônio	1982	Contém balanços e demonstrativos de resultado do exercício; controle de gastos e despesas.
Diário Geral de Contas do Educandário Santo Antônio	1983	Informações sobre gastos e despesas da instituição
Balanco Geral do Encerramento do Educandário Santo Antônio	1983	Balanco de despesas e subvenções do último ano de funcionamento da instituição.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das fontes do Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Do arquivo da Escola Franciscana Imaculada Conceição, tivemos acesso a parte do Acervo Fotográfico e ao Livro de Crônicas (1955-1987), que é uma importante fonte para a presente investigação, considerando que as Irmãs da referida instituição foram responsáveis pela administração do Patronato de Menores a partir de 1955 e deixaram registrado nesse Livro de Crônicas muitos relatos dos primeiros anos de funcionamento da escola.

Posteriormente, recorri ao acervo local do Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD que possui uma coleção intitulada *Igreja Católica* que contém: Caixa 1 – fontes mais recentes e diversas da Igreja Católica, desde panfletos informativos até programações de eventos e atividades da Diocese de Dourados; outra caixa intitulada Igreja Católica (Inez B. do Amaral), que contém: Livro Tombo da Diocese de Corumbá (1935-1958); Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970); Livro Tombo II da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Dourados/MS (1970-1996); Livro Tombo I da Diocese de Dourados (1958-1988); Livro Tombo Dom José (1958-1960); Livro Tombo Dom Carlos (1961-1970); Livro Tombo Dom Teodardo (1971-1989); Diário Oficial; Questionário Estatístico Geral Anual; Relatórios Quinquenais, dentre outros. A localização de tais fontes foi de extrema importância para o andamento da pesquisa, haja vista que eu não tive acesso diretamente às mesmas no Memorial da Diocese.

Em relação ao Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD) destaco ainda a *Coleção Memória Fotográfica de Dourados*, que possui muitas fontes iconográficas do município e das instituições escolares, como fotografias do cotidiano e dos espaços públicos de

Dourados, dos eventos escolares e cívicos; das construções, arquitetura e prédios do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio e de ex-alunos e ex-professores. Além disso, obtive acesso a várias edições de jornais de época que estão digitalizados e disponíveis para consulta, entre eles *O Progresso*⁸ e *O Douradense*⁹, que contribuem com essa tese como fonte documental, por exporem, em partes, acontecimentos e ideias em circulação no período, como nos assegura Capelato (1994), ao afirmar que a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos.

No Acervo da Biblioteca Nacional, obtive acesso a Coleção Digital de Jornais e Revistas, com destaque aos jornais confessionais de Mato Grosso, especialmente, o jornal católico *A Cruz*, publicado desde 1910 na capital Cuiabá e o impresso presbiteriano *A Penna Evangelica*, primeiro jornal protestante de Mato Grosso, publicado em Cuiabá desde 1925 e que se configurou como uma das estratégias protestantes para fazer oposição e rebater as críticas do principal veículo de comunicação da Igreja Católica no Mato Grosso, o jornal *A Cruz*. A Hemeroteca conta com edições de 1910 a 1969 do jornal *A Cruz* e de edições de 1928 a 1944 do jornal *A Penna Evangélica*.

Para tanto, Luca (2008) nos adverte que, para historicizar as fontes impressas, é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada tem de natural. Requer ainda, considerar as funções sociais desses impressos, suas escolhas, conteúdos, público, temas, linguagem, militâncias e contextos socioculturais.

No arquivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, localizei leis e decretos sobre as subvenções destinadas para a construção e manutenção do Patronato de Menores de Dourados, documentos imprescindíveis e de grande relevância para a construção e sustentação da tese que defendemos.

Por conseguinte, o contato com o acervo digital da Comissão de Revisão Histórica de Dourados, me ajudou não somente com o acesso a uma grande coleção fotográfica do objeto de pesquisa, mas principalmente com a localização de muitos ex-alunos da escola, que me auxiliaram com a disponibilização de arquivos privados, como Damarci Olivi da Costa, Zilda Batistoti e Fátima Carneiro. Entre as fontes dos acervos particulares, destacamos a localização de boletins escolares e

⁸ O Jornal *O Progresso* foi fundado em 1951 por Weimar Gonçalves Torres, que também foi seu primeiro diretor, assumindo posteriormente o cargo a sua esposa Adiles do Amaral Torres, ambos com forte atuação na igreja católica. O nome do jornal era homônimo ao que foi fundado por seu pai José dos Passos Rangel Torres em 1920 na cidade de Ponta Porã, mas que havia fechado. Formado em Direito, Weimar Gonçalves Torres foi um influente político, eleito vereador, deputado estadual e deputado federal por Dourados. Uma das colunas do jornal, chamada Coluna Religiosa, foi responsável por registrar as atividades e o cotidiano da Igreja Católica em Dourados.

⁹ O jornal *O Douradense* circulou em Dourados entre 11 de maio de 1948 e 01 de agosto de 1950, tendo como proprietário e diretor responsável o jornalista Armando da Silva Carmello.

fotografias, aliás, as fotografias escolares foram as fontes mais disponibilizadas e que as pessoas mais prezam em conservar, devido seu valor afetivo e seu *status* de “criadora de memórias e recordações” (LE GOFF, 1990, p.221).

Ademais, também consultei o Museu Histórico de Dourados, que apesar do descaso com que vem sendo tratado nos últimos anos, também contribuiu para essa pesquisa por meio de fontes fotográficas, objetos da cultura material e importantes edições de jornais de época que eu não havia conseguido na sede do Jornal O Progresso e nem no acervo digitalizado do CDR/UFGD.

Cumprir destacar que, neste trabalho preferimos adotar a transcrição literal das fontes, optando pela reprodução *fac-símile* dos documentos, preservando inclusive a integralidade da ortografia original dos autores e fontes (o que inclui erros ortográficos e normas ortográficas vigentes da época), permitindo em contrapartida, um maior contato com a sua materialidade.

Apesar das dificuldades, consegui realizar o levantamento de um número considerável de fontes. De um modo geral, o que ficou evidente no percurso trilhado é que ainda são muitos os desafios para instituímos no Brasil a cultura e as práticas preservacionistas do patrimônio histórico-documental, sobretudo, em relação aos arquivos escolares. Por isso, esperamos que esta proposta de tese possa contribuir não somente para a construção historiográfica e disseminação de sentidos, mas também para a preservação das fontes históricas que a pesquisa conseguiu localizar, arrolar e sistematizar como documento-monumento, de modo a permitir o acesso da comunidade civil e científica ao seu conteúdo e informação, bem como para novas possibilidades de pesquisa.

Dos capítulos e organização da tese

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo propomos dar relevo ao personagem de São Francisco de Assis, ao carisma e a história da Ordem Franciscana, a fim de compreendermos a ação catequética e educativa dos Franciscanos no Brasil, especialmente, as estratégias de atuação dos missionários alemães no Sul do antigo Mato Grosso.

No segundo capítulo discutimos e analisamos os aspectos plurais, regionais e locais que interagiram com a singularidade e o itinerário histórico do Patronato de Menores, destacando o cenário político, sociocultural, econômico e educacional de Dourados, bem como a chegada dos freis alemães e a instalação da Missão Franciscana no município; as relações entre a Igreja e o Estado e as disputas ideológicas entre as denominações religiosas, que refletiram nas práticas socioeducativas das escolas confessionais e na própria história da educação de Dourados.

No terceiro capítulo tecemos considerações sobre as representações de pobreza e suas implicações nas estratégias de caridade, filantropia e assistência praticadas pela Sociedade Civil, pelo Estado e pela Igreja Católica às chamadas crianças desvalidas e que refletiram na gênese dos Patronatos de Menores do Brasil, mas também nas atividades da Ação Social Franciscana em Dourados e na capitalização de subvenções públicas. Por conseguinte, abordamos de um modo geral, o processo de criação dos Patronatos de Menores no Brasil como estratégia de escolarização da infância pobre e *desvalida*. A partir daí, tomamos como foco a gênese, trajetória e a institucionalização do Patronato de Menores de Dourados, analisando seu processo de consolidação e os motivos pelos quais os franciscanos decidiram criar justamente esse modelo de escola na cidade.

Por fim, no quarto capítulo, que é o corolário deste trabalho, percorremos os vestígios que inscrevem os elementos da cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados e a sua transição para Educandário Santo Antônio, caracterizando as finalidades da instituição, sua estrutura organizacional, suas representações e práticas socioeducativas, a distribuição de seus espaços, seus sujeitos escolares e seu significado simbólico.

Longe da pretensão de apresentar uma pesquisa acabada, esta tese se propõe a lançar fios e rastros que possam conduzir novas pesquisas e investigações pelos labirintos da realidade, afinal de contas, a história pulsa.

1. A ORDEM FRANCISCANA E AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO MISSIONÁRIA

A história é busca, portanto, escolha. Seu objeto não é o passado: a própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda. Seu objeto é ‘o homem’, ou melhor, ‘os homens’, e mais precisamente ‘homens no tempo’ (BLOCH, 2001, p.24).

A descoberta do *Novo Mundo* possibilitou um grande movimento de expansão e renovação da Ordem Franciscana a partir da Idade Moderna e entre os séculos subsequentes, sobretudo, no que se refere ao processo de evangelização, catequização e formação para atuar nas diversas frentes de missão da América.

A propósito, a história do Brasil e a história da educação brasileira também foram influenciadas pela ação dos missionários franciscanos. Em Mato Grosso, especificamente, a chegada dos franciscanos em 1938 teve um papel fundamental no processo de legitimação e expansão do catolicismo e na história de muitas instituições sociais e educativas da região.

De acordo com Gatti Júnior e Gatti (2015), o conhecimento das instituições escolares é fundamental para a compreensão dos contornos específicos de qualquer sociedade, ainda que não se esgote em si mesmo, mas na compreensão da articulação que tais instituições comportam em termos societários.

Por isso, a contextualização dos aspectos históricos mais amplos e plurais de uma sociedade é indispensável para a compreensão de uma instituição escolar, e esse é o propósito deste primeiro capítulo, no qual propomos dar relevo ao personagem de São Francisco de Assis e a adoção da pobreza e da missão como carismas da Ordem Franciscana. Também discutiremos a história e a estrutura organizacional da Ordem, a fim de compreendermos a ação catequética e educativa dos Franciscanos no Brasil, especialmente, a diáspora e as estratégias de atuação dos missionários alemães para o Sul do antigo Mato Grosso, representado pelos mesmos como uma Terra de Missão.

Compreendemos que assim, estaremos cumprindo o que orienta Magalhães (2004), ao afirmar que, a história das instituições educativas, como a história da educação, integra desafios epistêmicos amplos que se aproximam da história total, no âmbito de territórios sociogeográficos e socioculturais com características de permanência, cuja evolução reflete as conjunturas e circunstâncias de cada época. É uma história social/cultural, institucional/pedagógica, antropológica, centrada no local como totalidade institucional, que se

abre ao universal, representado e substanciado na fundamentação, legitimação e projeção da ação educacional.

Cumpramos esclarecermos ainda que, não é o objetivo desta pesquisa o aprofundamento sobre a biografia de São Francisco de Assis e da história da Ordem Franciscana, tendo em vista a sua amplitude e o risco do olhar do pesquisador desviar para questões que fogem ao seu objeto de investigação.

1.1 Um homem, uma Ordem: Francisco de Assis, o irmão da pobreza

Francisco não desejou transformar seus companheiros em *ordem*, não pretendia reunir mais do que um pequeno grupo, que mantivesse um contraponto franciscano, uma inquietação, um fermento no mundo. Esse contraponto franciscano permaneceu uma necessidade do mundo moderno, para os crentes como também para os não-crentes. E como Francisco pregou, pela palavra e pelo exemplo, com uma chama, uma pureza, uma poesia inigualável, o franciscanismo permanece, ainda hoje (LE GOFF, 2011, p.115).

É na história de vida do fundador que encontramos vestígios para compreendermos a história da Ordem Franciscana e, conseqüentemente, as raízes da sua pedagogia e trajetória de atuação no campo da educação.

A vida de São Francisco de Assis despertou o interesse de muitos biógrafos, historiadores e escritores, resultando em uma literatura abundante e muitas vezes ambígua sobre a biografia daquele que seria considerado o santo restaurador da Igreja Católica. O próprio São Francisco, apesar de não tratar de si mesmo, teria deixado alguns escritos que nos informam sobre muitos aspectos de seus pensamentos e comportamentos. Os problemas historiográficos residem justamente na autenticidade desses escritos atribuídos a São Francisco e também na objetividade dos testemunhos de seus primeiros biógrafos, que muitas vezes, enveredaram por uma escrita romaneada e imbuída de uma forte carga lendária.

A primeira biografia de São Francisco de Assis foi realizada por São Tomás de Celano em 1228, todavia, foi São Boaventura que recebeu a incumbência da Igreja para realizar essa obra, aprovada em 1263, sendo reconhecida como a biografia oficial de São Francisco de Assis, ao passo que São Boaventura foi considerado o segundo fundador da Ordem Franciscana.

Muitos outros autores se dedicaram a descrever a vida do santo, dimensionando sobremaneira, os aspectos espirituais, religiosos e místicos do mesmo, porém, nesta tese, nos pautamos principalmente nas referências de Le Goff (2011) e Spoto (2010), por apresentarem

um esforço de confiabilidade objetiva e uma abordagem historiográfica pautada em rigorosas pesquisas que incluem fontes e documentos históricos sobre a vida de São Francisco.

O nascimento de Francisco ocorreu em 1281 ou 1282 na cidade de Assis, região da Úmbria, Itália. Inicialmente, foi batizado com o nome de Giovanni di Pietro di Bernardone. Era filho de Pica Bourlemont, de origem francesa e de Pedro Bernardone Maricone, abastado e conceituado comerciante de tecidos. Quando Francisco nasceu, o seu pai estava na França, e ao regressar não concordou com a escolha do seu nome. Como não era possível revogar o nome de batismo, fez questão que seu filho passasse a ser conhecido como Francisco, prestando homenagem ao país de origem de sua esposa e no qual costumava fazer acordos comerciais, já que Francisco significa francês livre, ou, aquele que vem da França.

Considerado por Le Goff (2011) como um dos personagens mais impressionantes do seu tempo, e ainda hoje, da história medieval, Francisco de Assis foi produto de um lugar e de um momento, a Itália comunal em seu apogeu. Francisco nasceu no coração do período do grande desenvolvimento do Ocidente Medieval, em uma região fortemente marcada por esse desenvolvimento.

Ainda criança, Francisco recebeu educação cristã dos padres da Escola Paroquial de São Jorge em Assis, no entanto, sua mãe também foi responsável pela sua formação humana e cristã, bem como pelo aprendizado de um dialeto da língua francesa, o provençal. Em sua juventude, aprendeu rapidamente o ofício do pai. Além de comerciante, ele era um exímio trovador, amava a música, poesia, serenatas e de financiar grandes banquetes e festas para seus companheiros. Francisco também era ambicioso e desejoso de conquistar fortuna, glória militar e o título de nobreza.

Nesse contexto, a Itália vivenciava um período conflituoso da sua história, marcado pela transição do sistema feudal para o sistema burguês, com o surgimento das comunas livres, isto é, de pequenas cidades, com seus comércios, artesanatos e trocas econômicas. Com o novo sistema, também mudaram as relações e os espaços sociais. A expansão demográfica e o desenvolvimento econômico promoveram um grande movimento de urbanização, com populações aumentadas nas aldeias, em aglomerações concentradas ao redor da igreja e do castelo. Logo, o poder dos senhores feudais passou a ser questionado e enfrentado pelos emergentes burgueses das comunas, que desejavam um lugar próprio na vida social, a maioria deles, representados pelos comerciantes mais afortunados e em ascensão, a exemplo de Pedro Bernardone, pai de Francisco.

Também podemos encontrar nesse cenário, uma Itália dividida entre o Imperador, como força civil do Império, e o Papa, como chefe espiritual, mesclando disputas de interesses,

de modo que as lutas e cruzadas eram constantes, bem como, as cidades voltadas umas contra as outras, polaridades entre a nobreza e o povo, entre as tradições rurais e uma economia cada vez mais influenciada pelo dinheiro e pelo progresso urbano.

Por volta do ano 1200, a burguesia e a população de Assis se revoltaram contra os nobres, expulsando-os para a cidade vizinha de Perúgia. Em 1202, os nobres exilados se reúnem com aliados de Perúgia e dão início a uma batalha comunal contra Assis. Aos 20 anos de idade, Francisco que era burguês e desejoso pela glória militar, parte para a guerra e torna-se prisioneiro durante os combates em que a comuna de Assis acaba derrotada.

Segundo Spoto (2010), Francisco definhou durante um ano numa prisão subterrânea, cujas as condições eram pavorosas, mesmo para a época. Os prisioneiros ficavam confinados em escuridão quase que perpétua e subsistiam com uma dieta de restos de alimentos e água contaminada; não havia latrinas e nem instalações de limpeza, e o lugar era brutalmente frio no inverno e quente no verão. Muitos prisioneiros não sobreviveram. Após seis meses de silêncio, os captores mandaram avisar os ricos de Assis que teriam que pagar elevados resgates por seus amigos e filhos. Foi então que, no fim de 1203, Francisco foi libertado e regressou a Assis, havia contraído malária e estava tão abatido que mal podia caminhar e falar.

Ainda assim, nem a experiência desagradável da prisão, nem a doença que o imobilizou durante grande parte do ano de 1204 fizeram Francisco mudar de opinião sobre as glórias de cavaleiro. De acordo com Le Goff (2011), em 1205, ele resolveu participar de mais uma guerra, ao acompanhar à Apúlia um nobre de Assis que vai servir nos exércitos papais contra as tropas imperiais. No entanto, o objetivo é frustrado, pois, no caminho para Apúlia, em Espoleto, Francisco adoece e não pode prosseguir na batalha, precisando voltar para Assis. Francisco não será um glorioso militar, sua conversão caminha. Ele será um dos maiores santos da história do cristianismo.

A conversão de Francisco envolveu inúmeros episódios. A prisão em Perúgia deu início a uma conversão velada, mas foi no caminho para Apúlia que Francisco teve a confirmação gradual desse processo, quando ficou doente e pensou ter ouvido a voz do Senhor a lhe questionar: ‘Francisco, o que é mais importante: servir ao Senhor ou servir ao servo?’ Francisco respondeu que era servir o Senhor e questionou: ‘Senhor, o que queres que eu faça?’ E a voz disse: ‘Volta a Assis e ali será dito’.

Em seu retorno a Assis, Francisco começou a sentir muitas inquietações e dúvidas existenciais. Em busca de respostas, decidiu viajar a Roma, onde visitou a tumba de São Pedro e depositou um grande punhado de moedas de ouro e, em seguida, trocou as suas vestes com os

trajes de um mendigo que encontrara. “A pobreza, é disso que lentamente ele se aproxima”. (LE GOFF, 2011, p.65).

De volta a Assis, Francisco se entregou cada vez mais ao silêncio, às orações e a ajudar os mais necessitados. O seu comportamento chamou a atenção de familiares e amigos, que questionavam a sua lucidez. Em 1206, passeando a cavalo, encontrou um leproso que sempre lhe causara repugnância. Tomado de uma força superior, decidiu parar e lhe dar um beijo de amizade, depositando nas mãos do leproso o seu dinheiro. Em seguida, colocou-se a rezar na Igreja de São Damião, que estava em ruínas pelo abandono. Quando estava de joelhos diante da cruz, uma voz saída do crucifixo lhe falou três vezes: “Francisco, não vês que minha casa está sendo destruída? Vai, então, e conserta-a para mim” (SPOTO, 2010, p.87).

Como de fato a igreja estava semidestruída, Francisco considerou literalmente aquelas palavras, interpretando que ele precisava ajudar na reconstrução material da igreja. Voltou para a sua casa e vendeu alguns tecidos do comércio do seu pai e entregou todo o dinheiro ao padre, oferecendo-se ainda para ajudar na reforma com o próprio trabalho e com o pedido de esmolas.

Ao final de 1206, inconformado com o comportamento de Francisco, Pedro Bernardone resolveu acorrentar e encarcerar o filho em uma cela na própria residência, mas, dias depois, tomada de piedade, sua mãe o libertou às escondidas. Pedro Bernardone entendeu que nem a razão e nem a força fariam o filho mudar de ideia, assim, recorreu ao Bispo Dom Guido II para instaurar um julgamento contra Francisco, exigindo que o filho lhe devolvesse tudo quanto recebera dele. O julgamento ocorreu na Praça de Assis, na presença de toda a comunidade. Ali, Francisco que vivia sempre muito bem vestido, com roupas de tecidos finos, renunciou a todos os seus bens, a herança do pai, ao sobrenome e a própria roupa do corpo, ficou nu e entregou tudo ao pai, dizendo: ‘até agora chamei de pai Pedro Bernardone. Doravante não terei outro pai, senão o Pai Celeste’.

Sem lar, sem posses e nu, o Bispo Guido deu a Francisco uma velha túnica de eremita. A partir de então, Francisco entregou-se a uma vida de simplicidade, em companhia dos pobres, ao serviço dos leprosos e à restauração das igrejas de Assis.

Prefigurando a reconstrução espiritual da Igreja, de que ele será um dos grandes artesãos, Francisco pega a pá de pedreiro, sobe nos andaimes e se transforma em operário de construção. Um outro tema entra em sua vida, o trabalho manual (LE GOFF, 2011, p.68).

Após reconstruir a Igreja de São Damião, Francisco trabalhou na Igreja de São Pedro e, enfim, na pequena Igreja de Santa Maria dos Anjos, mais conhecida como Porciúncula¹⁰, que ficava próxima de dois leprosários e onde também serviu de residência para Francisco durante um período de sua vida.

Foi em Porciúncula que se cumpriu o episódio de consumação da conversão de Francisco, local onde Deus fala novamente com ele por meio da voz do padre, que durante uma missa lê um trecho do Evangelho que Francisco acreditara ouvir pela primeira vez. Trata-se do capítulo 10 do Livro de Lucas:

Designou o Senhor e mandou-os, dois a dois, adiante de si, por todas as cidades e lugares para onde ele tinha de ir. Ide, eis que vos envio como cordeiros entre lobos. Não leveis nem ouro, nem prata, nem dinheiro em vossos cintos, nem mochila para viagem, nem duas túnicas, nem calçado, nem bastão. Em toda casa que entrardes, dizei primeiro: Paz a esta casa! Se ali houver um homem pacífico, repousará sobre ele a vossa paz; mas, se não houver, ela retornará para vós. Permanecei na mesma casa, comei e bebei do que eles tiverem, pois o operário é digno de seu salário. Em qualquer cidade que entrardes e vos receberem, comei o que vos servir. Curai os enfermos que nela houver e dizei-lhes: o Reino de Deus está próximo (BIBLIA, 2010, p.1361).

Conforme Spoto (2010), ao ouvir este Evangelho, Francisco olhou para sua própria vestimenta e depois para o padre e disse: ‘é isso o que eu quero, é isso que eu busco e desejo de todo o meu coração’.

A partir desse momento, Francisco compreende a sua missão como reconstrutor espiritual da Igreja por meio da ação missionária e começa a pregar o Evangelho com palavras simples e uma vida de penitência.

Transbordando de alegria, descalça os sapatos, joga fora seu bordão e não conserva mais do que uma única túnica, que amarra com uma corda à maneira de cinto. Essa túnica, enfeita-a com uma imagem de Cristo e confecciona tão áspera que aí crucificará sua carne com seus vícios e seus pecados, tão pobre e tão feia que ninguém no mundo a invejará. É o terceiro ano da conversão de Francisco, o 12 de outubro de 1208 ou o 24 de fevereiro de 1209. Francisco tem 26 ou 27 anos. De convertido, torna-se missionário. São Francisco nasceu, vão nascer os franciscanos (LE GOFF, 2011, p.68-69).

¹⁰ Porciúncula significa pequena porção. Era assim que os moradores de Assis chamavam a pequena igreja de Santa Maria dos Anjos, localizada fora dos muros da cidade, construída no século IV por eremitas da Palestina e assumida em 576 por São Bento e seus monges. Considerada como o local mais sagrado para os franciscanos, a Porciúncula foi o lugar mais significativo e simbólico para São Francisco de Assis. “Foi este o lugar que mais amou, dentre todos os lugares do mundo: aí encetou o caminho da conversão, aí progrediu no caminho da virtude, aí atingiu o cume da santidade; por isso que ao morrer recomendou especialmente aos Irmãos este lugar” (BOAVENTURA, 1263/2017, p.23).

Francisco não tinha a intenção e nem mesmo a ideia de formar uma comunidade, tampouco ter seguidores, porém, rapidamente o seu exemplo começou a atrair outros adeptos ao seu estilo de vida. O primeiro foi um homem rico de Assis chamado Bernardo de Quintavalle, que vende todos os seus bens e reparte aos pobres e junta-se a Francisco. O segundo é Pedro Cattani, um jurista de Assis; o terceiro é o Frei Egídio.

Sempre de dois em dois, Francisco e seus companheiros dão início às pregações itinerantes pelas cidades e aldeias da região, até que o grupo chega ao número de 12 irmãos, como os apóstolos de Jesus. Diante de algumas hostilidades sofridas tanto pela população quanto pelo clero, os doze se reúnem na Porciúncula e Francisco decide pedir ao Papa a aprovação para as suas atividades. Para tanto, mesmo sendo contrário às regras, haja vista que o seu propósito era simplesmente pregar o Evangelho pelo mundo, Francisco decide criar uma Regra sobre o modo de vida e o apostolado dos irmãos.

Assim, entre 1209 e 1210, o grupo partiu em viagem a Roma e obteve a aprovação do Papa Inocêncio III, que só os recebeu após várias insistências do grupo e porque naqueles dias, o Papa sonhava com um homem maltrapilho semelhante a Francisco, que estava segurando os pilares da Igreja prestes a desmoronar. Com a bênção do Papa, Francisco e seus companheiros foram autorizados a fazerem suas pregações. Essa data é considerada como o marco do nascimento dos Franciscanos, melhor dizendo, da fundação da Ordem dos Frades Menores (OFM), também conhecida como Primeira Fraternidade dos Irmãos Menores ou a Primeira Ordem Franciscana, ligada à autoridade e hierarquia do Papa. Na verdade, oficialmente falando, somente em 1223 o grupo seria reconhecido como uma ordem e com um nome definitivo.

A adoção do adjetivo *menores* ao nome da Ordem decorre da rejeição do seu fundador a toda extravagância ou luxúria, ao adotar a pobreza como o principal carisma da congregação. Francisco também preferiu se referir aos seus confrades chamando-os de Irmãos, desejando que fossem tratados em igualdade de condições. Não era o seu objetivo torna-se sacerdote, tampouco, fazer com que os seus seguidores também fossem, entretanto, acabou atraindo muitos sacerdotes formados que desejavam ser franciscanos, dentre eles, Santo Antônio de Lisboa.

1.2 A Ordem dos Frades Menores: história e estrutura organizacional

Francisco não tinha a pretensão de fundar uma Ordem, apenas viver em torno da pobreza, numa fraternidade de homens livres, com no máximo, doze irmãos, no entanto, sucessivamente, a sua reputação se espalhou e seus seguidores tornaram-se cada vez mais

numerosos, reunindo nobres, burgueses e pobres, analfabetos e doutores, leigos e sacerdotes em um mesmo grupo, pois não havia limitações para a inserção de novos irmãos, independentemente da idade, cultura ou condição socioeconômica.

Em 1212, na noite de Domingo de Ramos, Francisco recebeu uma jovem de família nobre de Assis, chamada Clara d'Offreducci, que fascinada pelos seus sermões, fugiu da casa dos pais para segui-lo. Francisco refugiou Clara na Porciúncula, tendo consagrado ela a Deus, cortou os seus cabelos, a vestiu com uma túnica semelhante a sua e no dia seguinte, a levou para o Mosteiro das beneditinas de São Paulo das Abadessas e alguns dias depois, para o Mosteiro de Santo Ângelo, onde outras beneditinas habitavam. Logo, também se juntou à Clara, a sua irmã Inês, e posteriormente, com a autorização do bispo Guido, Francisco levou-as para a Igreja de São Damião, onde fundaram o ramo feminino da Ordem Franciscana, posteriormente, chamadas de Clarissas. “Francisco e Clara não deixarão de caminhar juntos até a morte” (LE GOFF, 2011, p.78).

Os anos seguintes da vida de Francisco de Assis foram pautados pelo anúncio do Evangelho e total despojamento de poder. Após uma intensa atividade na Itália, Francisco também realizou peregrinações na Espanha e no Oriente, de modo especial, no Egito e Terra Santa (Jerusalém). Do mesmo modo, também enviou seus frades a irem por todas as partes do mundo pregar o Evangelho.

Carvalho (2005) explica que no período de peregrinação pelo Oriente, muitos franciscanos foram presos e mortos. Outros frades foram à França, Alemanha, Hungria, Espanha e Países Baixos, mas as primeiras viagens missionárias falharam, surgindo os primeiros mártires franciscanos. Em outra tentativa, Francisco consegue alcançar o seu desejo de chegar à Terra Santa, onde aprendeu tudo o que podia com os muçulmanos e sua visão de mundo sofre uma mudança, no qual começa a realizar um discurso inter-religioso que irá animar a Igreja.

Os últimos cinco anos de Francisco foram marcados por muitas inquietações, doenças, conflitos internos e discordâncias entre os irmãos, que em grande número, divergiam cada vez mais entre si a respeito das regras de vida e apostolado. Le Goff (2011) define os últimos dois anos de vida de Francisco como um período de sofrimento sublimado. Em 1224 Francisco recebe os estigmas de Cristo¹¹ e sentindo-se confirmado em sua missão retoma suas viagens, montado em um jumento. Porém, suas doenças pioram, fica quase cego e sofre terríveis dores

¹¹ São marcas físicas que tomam forma de úlceras, chagas ou ferimentos e que alguns acreditam serem a reprodução das cinco chagas de Jesus Cristo, isto é, os cinco pontos do corpo pelas quais Jesus teria sido ferido: pés, punhos e tórax.

de cabeça. Decide visitar Clara, que o retém na Igreja de São Damião para cuidar dele. Ali, Francisco compõe o Cântico das Criaturas, também conhecido como o Cântico do irmão sol:

Altíssimo, onipotente, bom Senhor,
 Teus são o louvor, a glória, a honra
 E toda a benção.
 Só a ti, Altíssimo, são devidos;
 E homem algum é digno
 De te mencionar.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Com todas as tuas criaturas,
 Especialmente o Senhor irmão Sol,
 Que clareia o dia
 E com sua luz nos alumia.
 E ele é belo e radiante
 Com grande esplendor:
 De ti, Altíssimo é a imagem.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Pela irmã Lua e as estrelas,
 Que no céu formaste claras
 E preciosas e belas.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Pelo irmão Vento,
 Pelo ar, ou nublado
 Ou sereno, e todo o tempo
 Pelo qual às tuas criaturas dás sustento.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Pela irmã Água,
 Que é mui útil e humilde
 E preciosa e casta.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Pelo irmão Fogo
 Pelo qual iluminas a noite
 E ele é belo e jucundo
 E vigoroso e forte.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Por nossa irmã a mãe Terra
 Que nos sustenta e governa,
 E produz frutos diversos
 E coloridas flores e ervas.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Pelos que perdoam por teu amor,
 E suportam enfermidades e tribulações.
 Bem aventurados os que sustentam a paz,
 Que por ti, Altíssimo, serão coroados.
 Louvado sejas, meu Senhor,
 Por nossa irmã a Morte corporal,
 Da qual homem algum pode escapar.
 Ai dos que morrerem em pecado mortal!
 Felizes os que ela achar
 Conformes à tua santíssima vontade,
 Porque a morte segunda não lhes fará mal!
 (SÃO FRANCISCO DE ASSIS *apud* CAROLI, 1999, p.75-77)

Cada vez mais doente, Francisco é convencido por Frei Elias a consultar com os médicos do Papa em Roma, mas, seu estado piora e já não era possível reverter a doença. Ao perceber sua debilidade, Francisco pede para voltar a Assis, mais precisamente, para a

Porciúncula em 1226, onde reproduz a ceia de Jesus Cristo e pede que o depositem na terra sobre um cilício coberto de cinzas. Francisco falece no dia 3 de outubro de 1226 aos quarenta e quatro ou quarenta e cinco anos de idade, rodeado pelos seus irmãos e cantando em francês o Cântico das Criaturas, no qual exalta nas últimas estrofes, a irmã morte da qual nenhum homem pode escapar.

A fraternidade franciscana, a consagração à pobreza e uma liderança dinâmica, alternando a solidão e a inserção social fizeram de Francisco uma das figuras religiosas mais cultuadas do Ocidente (LE GOFF, 2011). São Francisco foi um santo diferente e original, um homem fora do seu tempo, que rompeu paradigmas, sendo contrário ao isolamento dos mosteiros, ao saber escrito, a elitização da Igreja e a erudição da evangelização, de tal modo que, a ordem franciscana se distinguiu de outras ordens da Igreja Católica, sobretudo, pela escolha da pobreza voluntária, da ajuda aos mais necessitados, da simplicidade e da mendicância como regra de vida.

Tanto a sociedade quanto a Igreja olharam Francisco com suspeita durante muito tempo, principalmente porque seu estilo de vida e sua mensagem eram altamente subversivos e estavam em conflito evidente com os valores da época. Tanto o clero quanto os leigos muitas vezes se sentiam pouco à vontade em sua presença e o consideravam louco ou fantasioso, assim como os seus companheiros. A história mostra que esta é a frequente reação aos autênticos profetas (SPOTO, 2010).

Em 1999, São Francisco de Assis foi eleito a Personalidade do Segundo Milênio por meio de uma votação da Revista *Times*, que é uma revista secular, a propósito, a escolha envolveu cristãos e não cristãos, expondo o alcance e a influência cultural desse homem.

Na análise de Pasquini (2017), há pelo menos duas tendências históricas que interpretam pontos antagônicos e polaridades em Francisco de Assis. Uma que entende que Francisco foi um contestador da Igreja do seu tempo e que foi, gradativamente, por ela institucionalizado, adequando-se as exigências da Cúria romana. E uma segunda corrente interpretativa que compreende que toda a vida e ações dele foram pautadas na obediência total à Igreja.

Apesar da Ordem Franciscana ser considerada por Francisco uma fraternidade, ela também sofreu inúmeras dissensões e reformas ainda durante a vida do seu fundador e muitas outras rupturas depois de sua morte, criando tensões e divisões na Ordem e na própria Igreja, principalmente, pelos diferentes modos com que interpretavam e desejavam viver as Regras Franciscanas.

As Regras Franciscanas são condutas de vida a serem seguidas pelos franciscanos e que fogem a todas as normas e regras de outras ordens religiosas, tendo como primazia a criação de um ideal radical de pobreza, que gerou décadas e séculos de discussões entre leigos e clérigos da ordem. Tais regras tem sua origem entre 1209 e 1210, quando Francisco e seus companheiros decidiram ir a Roma pedir ao Papa Inocêncio III a aprovação para suas atividades.

Para tanto, Francisco redige uma Regra de vida para a fraternidade, conhecida como Regra Primitiva, composta de citações do Evangelho e outras exigências, como a prescrição de uma pobreza absoluta e a imitação literal dos ensinamentos de Jesus Cristo; a proibição da posse de bens por parte de seus membros e a exigência da mendicância da própria comida enquanto pregavam. Em síntese, seu ideal também era pautado em três votos comuns às outras comunidades religiosas: obediência, pobreza e castidade.

Segundo as pesquisas de Le Goff (2011), a regra submetida a Inocêncio III era bem vaga e acabou se perdendo. O Papa aprovou o texto que Francisco lhe submetia, mas com muitas precauções. Deu apenas uma aprovação oral e nada por escrito. Impôs aos frades que obedecessem a Francisco, e a Francisco que obedecesse aos Papas. Como todos eram leigos, mandou tonsurar¹² todos eles, sem conferir as ordens maiores, dando a Francisco a ordenação de diaconato¹³. Por fim, autorizou-os apenas a pregar, isto é, dirigir exortações ao povo.

Após o contexto da Regra Primitiva, Francisco encontrou muitos desafios e conflitos dentro da Ordem, que já havia se modificado muito em relação ao pequeno grupo de origem e que não parava de crescer, fazendo com que ele renunciasse o seu comando em 1220, elegendo Frei Pedro Cattani como o novo ministro geral. Pedro veio a falecer três meses depois de assumir o cargo, sendo substituído por Frei Elias de Cortona, idealizador de uma ordem estruturada e forte. Na realidade, “o aumento desordenado do movimento Franciscano necessitava de uma definição institucional mais clara e objetiva” (AGUIAR, 2010, p.48).

De acordo com Carvalho (2005), pesquisadora das regras franciscanas, entre as constantes preocupações de Francisco, após a sua saída do comando da Ordem, estava no fato dos franciscanos se desviarem do seu caminho constantemente. Vários frades começaram a pregar contra a ortodoxia católica e criar comunidades à parte da Ordem Franciscana. Os

¹² A tonsura é um corte rente de parte do cabelo, realizado por um bispo numa cerimônia religiosa, ao conferir ao ordinando o primeiro grau de ordem no clero. Havia três tipos de tonsura: de São Paulo (todo o cabelo era raspado); de São Pedro ou Coroa de Cristo (somente o topo da cabeça era raspado) e de São João (apenas um crescente pedaço do cabelo da frente era cortado). Foi introduzido no século V como sinal distintivo, cujo significado original era o de renúncia às vaidades do mundo. Caiu em desuso com a aprovação da autoridade eclesiástica de Paulo VI, que suprimiu a tonsura em 1973, passando o ingresso no estado clerical a fazer-se pela ordenação diaconal. Entretanto, muitos membros da Ordem Franciscana mantêm, ainda hoje, essa tradição.

¹³ Corresponde ao primeiro grau do sacramento de ordem, sendo ordenado não para o sacerdócio, mas para o serviço da caridade e da proclamação da Palavra de Deus e da liturgia.

problemas se agravavam devido ao crescimento da Ordem e a segurança dos frades. Francisco se angustiava na busca de um texto que comportava os problemas da Ordem e o ideal franciscano (humildade, pobreza, castidade e penitência).

A pressão exercida pelo grupo do novo ministro era evidente na redação de uma nova regra. Além disso, começa ingressar entre os franciscanos, homens letrados e doutores, que viam na Regra Primitiva um problema de cunho jurídico, pois não se tratava de texto para uma Ordem com as proporções dos franciscanos. Esse grupo queria uma Regra que garantisse dignidade e prosperidade, para uma Ordem e não mais para uma fraternidade, como no início.

Sob este prisma, em 1221 surge a Regra não Bulada, ou seja, não aprovada pelo Papa. “Basicamente contendo as relações, já anteriormente citadas na primeira Regra. Várias citações do Evangelho e uma argumentação mais rígida referente a pobreza, não possuir bens, estudos e obediência” (CARVALHO, 2005, p.45).

A nova Regra é composta de 23 capítulos, que traz consigo um teor ainda mais exigente de Francisco pelos ideais que defende. Porém, além de não ser aprovada pelo Papa, a Regra também é recusada pelos Frades. Tal recusa reside na insistência de Francisco em lançar uma Regra ainda mais árdua e subjetiva, que pode ser sintetizada com a tríade dos elementos do carisma franciscano: o amor mútuo aos irmãos, a fidelidade à pobreza, a submissão eclesial aos prelados e clérigos da Igreja. Em alguns trechos da Regra, Francisco recomenda ainda um vestuário vil, a privação de calçados, a rejeição ao dinheiro e ao domicílio fixo, bem como a prática humilhante da esmola.

Teixeira (2001) explica que quando Francisco nega qualquer tipo de propriedade, não devemos interpretar essa atitude colocando todo o peso na pobreza, mas precisamos perceber como a itinerância era a principal característica dos primórdios do franciscanismo. Ter propriedades significava amarrar os pés do itinerante e impedir que ele prosseguisse o seu caminho pelo mundo.

Diante da falta de uma regulamentação institucional e abalados com os rumos da Ordem, os frades se dividiam em dois grupos, de um lado, os que eram a favor de uma ordem letrada e dos ideais da Igreja, cada vez mais inclinada ao acúmulo de bens e a avareza, esse grupo via nos estudos um modo para se obter êxito frente às outras ordens existentes, e de outro lado, o grupo que exigia o retorno ao franciscanismo primitivo.

Por conseguinte, em 1223 Francisco apresenta uma nova Regra, desta vez, escrita com o auxílio e interferência de outros freis e aprovada pelo Papa Honório III, conhecida como Regra Bulada. Segundo Aguiar (2010) é somente na redação da Regra de 1223 que o Papa Honório III se refere aos franciscanos como Ordem e atribui um nome definitivo a mesma,

utilizando o termo Frades Menores. A Regra Bulada não deixa de ser derivada da Regra de 1221, por ter em consonância o ponto fundamental de viver sem propriedade individual ou coletiva, premissa que norteia toda a documentação legislativa da Ordem e a diferencia das demais Ordens religiosas.

Carvalho (2005) explica que a terceira regra ou Regra Bulada de 1223 passa a ser o texto definitivo da Ordem, sendo composta por 12 capítulos e construída a partir de anseios da Ordem e interesses da Igreja, que acarretaram na elaboração de um texto mais conciso e breve, retirando-se o lirismo, mas mantendo vivo o ideal propagado por Francisco.

Neste período a Ordem Franciscana já estava dividida em três ramificações em seu próprio interior, sendo importante compreendermos a sua estrutura organizacional para dimensionarmos como funcionavam as suas instituições. Conforme Caroli (1999), a organização da Ordem se divide em três categorias, ambas fundadas por São Francisco de Assis:

A *Primeira Ordem Franciscana*, chamada inicialmente como Ordem dos Frades Menores (OFM), se dividiu ao longo dos tempos em três ramificações distintas: a *Ordem dos Frades Menores*, conhecida como Observantes (OFM); a *Ordem dos Frades Menores Capuchinhos* (OFM Cap.) e a *Ordem dos Frades Menores Conventuais* (OFM Conv.).

A *Segunda Ordem Franciscana*, também chamada de Ordem das Clarissas ou das Pobres Senhoras, se constitui como o ramo feminino da ordem franciscana destinada às irmãs religiosas, cuja primeira integrante foi Santa Clara.

A *Terceira Ordem Franciscana* (TOF) ou *Terceira Ordem da Penitência*, destinada a reunir os irmãos e irmãs da penitência de São Francisco. Constitui-se de dois grupos distintos: A *Terceira Ordem Secular* (TOS), formado por fraternidades abertas a homens e mulheres, clérigos ou leigos. Possui regras próprias e com a aprovação da sua Regra de 1978 pelo Papa Paulo VI, a sigla foi substituída por O.F.S. (Ordem Franciscana Secular); e a *Terceira Ordem Regular* (TOR), formado por frades e monjas, religiosos e religiosas de diferentes congregações e institutos, sendo que o ramo feminino vive em clausura.

Os grupos religiosos guardam singularmente a memória, as tradições e os mitos fundadores da instituição. À maneira que os troncos das árvores crescem em largura, a cada geração, surge mais um nó. Assim são as intuições que se tornaram seculares (SANGENIS, 2018, p.696).

A Ordem Franciscana tornou-se uma instituição que se perenizou ao longo dos séculos. Segundo Iglesias (2010), no transcorrer do tempo, a Ordem se dividiu em muitos ramos. Os franciscanos aparecem na literatura sob várias designações, entre as quais se podem citar os

Capuchinhos, Bernardinos, Descalços, Alcantarinos, Recoletos, Celestinos, Fraticeli, Clarenos, Coletanos, entre outras.

Além disso, a organização estrutural do governo da Ordem franciscana foi se desenvolvendo em razão de inúmeros fatores, como o crescimento numérico, a distância onde viviam os missionários, as exigências da vida comunitária e a finalidade evangélica e apostólica da Ordem.

Iglesias (2010) explica que, em função da manutenção e garantia da continuidade da vocação da Ordem, que crescia tanto em número como no espaço, que acabou se desenvolvendo uma estrutura hierárquica. Assim, foi preciso inserir na Ordem cargos administrativos responsáveis pelo serviço de administração e de organização, tais como: Ministro Geral, Ministros provinciais, Custódios, Guardiães, conferindo a eles, direta ou indiretamente, o poder necessário para cumprir a tarefa evangelizadora sem se desviar dos ideais constitucionais e para manter a unidade da Ordem.

Desta maneira, cada categoria da Ordem Franciscana é considerada uma ordem por direito, com seu próprio ministro geral, vestimenta e um tipo particular de governo, todas vivendo com um corpo de regulamentos que remonta o seu fundador, pois, mesmo com o transcorrer do tempo e as mudanças, a Regra escrita por Francisco permanece guiando a Ordem em seus valores fundamentais. Cumpre destacar que, a instituição escolar investigada nesta pesquisa, isto é, o Patronato de Menores de Dourados/Educandário Santo Antônio foi criado por religiosos vinculados à Primeira Ordem Franciscana, do ramo da Ordem dos Frades Menores (OFM), conhecidos como Observantes, ou, simplesmente, Franciscanos¹⁴.

Contudo, um dos componentes elementares que apreendemos com a contextualização da vida de São Francisco e a história da Ordem Franciscana para a análise desta tese, reside justamente na compreensão de que, a atividade missionária itinerante é um legado deixado por Francisco e reverberado pelo movimento franciscano. Assim, podemos perceber a partir da repercussão dessa insígnia, o desejo dos franciscanos de se espalharem pelo mundo, produzindo práticas e fundando diversas instituições.

Nas palavras de Teixeira (2001), no momento em que Francisco ouve o Evangelho do envio surge a figura do *homo viator*, isto é, do homem viajante, que está a caminho. Por isso,

¹⁴ As inúmeras denominações dos ramos franciscanos provocaram muitas confusões. No Brasil, os freis também acabaram sendo chamados popularmente de Capuchos, Capuchinhos ou de Padres de Santo Antônio. Tal designativo alude ao hábito do ramo da Observância, que pedem ao Papa que conceda a eles a autorização do uso do capucho, isto é, do capuz pontiagudo do hábito que vestiam, à semelhança dos frades capuchinhos da Itália, porém, isso não significa que eles eram frades do ramo dos Frades Menores Capuchinhos (OFM Cap.).

os primórdios da Ordem foram marcados pela itinerância e atitude do *homo viator*. Em consonância, Knob (1988, p. 36) afirma que a “Ordem Franciscana é uma Ordem missionária tendo a missão como uma das suas tarefas principais”.

Em Francisco a missão era praticamente uma ideia fixa, segundo Caroli (1999). O autor observa que a escuta do relato da missão dos apóstolos desencadeou um elemento decisivo para a orientação pessoal de sua vida e dos seus frades, multiplicando-se o número de viagens missionárias. Apesar do termo *missão* não aparecer nos escritos de São Francisco, no século XVI, o termo missão começou a significar o envio ou a determinação de um território delimitado, para que fosse exercido o ministério, ou o próprio território. No início do século XVII, a palavra adquire o sentido técnico de envio ou destinação a outros países, tendo em vista a pregação do Evangelho. Em consequência disso, aquele que era enviado passou a ser chamado de missionário, e o lugar para onde era enviado, terra de missão ou simplesmente missão.

Na época das grandes descobertas geográficas, os franciscanos chegaram mesmo a acompanhar os descobridores. A propósito, de acordo com Iglesias (2010), a Ordem Franciscana possui um vínculo significativo com o descobrimento e a evangelização da América, tendo a incumbência de evangelizar o Novo Mundo descoberto, a partir da Espanha. Imediatamente após receberem o aviso de descobrimento feito por Colombo em 12 de outubro de 1492, os Reis da Espanha comunicaram ao Papa Alexandre VI a notícia, que foi respondida por ele com um mandato: ‘Vão por todo o mundo e puguem o Evangelho’.

Na análise de Certeau (2010), o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado, o brasão de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América Latina, terra percebida como nova. Ela representa o início de um funcionamento novo na escrita ocidental. A escrita conquistadora utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental.

O vínculo da Ordem Franciscana com a descoberta e a missão na América não foi uma causalidade, foi decorrente de vários determinantes, incluindo a própria identidade da Ordem, os condicionantes sociais, seu carisma, a organização estrutural e o caráter reformador que foi adquirindo ao longo das suas relações históricas-sociais, que determinaram a sua inserção na tarefa evangelizadora da América.

A participação efetiva dos franciscanos nos grandes desbravamentos geográficos, teria sido favorecida em parte pelo próprio estilo de vida dos frades, que inclinados a viver de forma mais simples, tinham maior facilidade de lidar com as vicissitudes e intempéries das situações. Caroli (1999) destaca que, em 1493, três frades franciscanos acompanharam Cristóvão Colombo na segunda viagem americana. A ideia missionária, colocada por Francisco como

coroamento de sua Regra, foi fecunda em resultados para os campos de missão e para a própria Igreja. A longa história da Ordem prova à saciedade que o exemplo dos primeiros pioneiros continuamente encontrou imitadores.

Para Iglesias (2010), os franciscanos tiveram respeitável participação na obra de recristianização da Península Ibérica durante o processo de reconquista daquele espaço europeu perdido para os árabes. Os frades franciscanos do ramo dos Observantes foram os primeiros a conduzir um projeto missionário colonizador sob o comando da Coroa Espanhola nas Ilhas Canárias. Por conseguinte, também foram escolhidos pela Santa Sé e pela Coroa Espanhola para a direção das Missões americanas no período inicial da colonização desse território. Também foram os frades derivados da Reforma Observante¹⁵ espanhola que se estabeleceram na missão civilmente oficializada para a implantação da Ordem Franciscana no Brasil.

Sair em missão pelos diversos continentes para pregar o Evangelho é sem dúvida uma estratégia pioneira da Ordem Franciscana, inclusive, essa prática aponta caminhos para a compreensão dos motivos pelos quais existirem franciscanos espalhados pelos mais distantes e diferentes recônditos do mundo, inclusive, no Brasil e no Mato Grosso. “A instituição de Francisco com sua imitação apostólica universal é a primeira Ordem missionária, precursora dos hodiernos Institutos especificamente missionários” (CAROLI, 1999, p.441).

A prática da evangelização fulgura, portanto, como um dos carismas emblemáticos da Ordem Franciscana, que se especializou na tarefa missionária não somente pela práxis, mas, pela preparação intelectual para as Missões em instituições criadas para essa finalidade. Para Pasquini (2017), a presença e atuação da Ordem Franciscana na América do Sul tiveram início a partir de um amplo projeto da Igreja Católica, pautado no objetivo europeu de conquistar o Novo Mundo. Esse foi o principal motivo que levou príncipes, reis e bispos a recrutarem os frades para atuarem nos diferentes continentes.

Esses dados são informações basilares para entendermos que desde o início da colonização americana, conseqüentemente, da colonização brasileira, o trabalho missionário de evangelização dos franciscanos assumiu um caráter educativo e político-religioso, uma prática que excedeu as fronteiras do plano espiritual, tornando quase que indissociável os conceitos de evangelização, catequização e educação.

1.3 A missão catequética e educativa da Ordem Franciscana no Brasil

¹⁵ Reforma Observante ou Movimento de Observância, ambas as expressões se referem ao amplo movimento de reforma da Ordem Franciscana, acontecido no século XVI, quando foi destacado o esforço de recuperação do antigo ideal e do estilo original da vida franciscana, tendo como fundamento a pobreza radical vivida fora dos grandes conventos existentes.

Os franciscanos foram os primeiros missionários a desembarcarem em terras brasileiras em 1500, na frota do colonizador Pedro Álvares Cabral. O cenário foi materializado na tela *Primeira Missa no Brasil* (Figura 1), pintada por Victor Meirelles entre 1858 e 1860, sob inspiração dos relatos de viagem escritos por Pero Vaz de Caminha em carta ao Rei de Portugal Dom Manuel I.

Figura 1: Primeira Missa no Brasil, 1860 – óleo sobre tela, de Victor Meirelles



Acervo: Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (reprodução)

A obra compõe o acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e retrata a primeira Missa celebrada em solo brasileiro pelo frei franciscano Henrique Soares de Coimbra, observada pelo olhar curioso dos indígenas que aqui viviam. A cena habita a memória nacional como o acontecimento de fundação do Brasil e já estampou notas de dinheiro, selos e diversos livros didáticos.

Desde o momento do primeiro encontro, a palavra do missionário ecoou nas praias e causou o espanto dos índios. Plantada a cruz e rezada a primeira missa, imprimiu-se ao território um novo percurso. Nessa hora, casou-se a terra brasileira ao burel dos frades Franciscanos, que não mais deixariam de a demandar, estendendo-se a sua atuação a todos os territórios, de Norte a Sul (AMORIM, 2005, p.26).

Willeke (1974) explica que a Igreja é missionária por natureza. E sempre assumiu a obra de evangelização como um dever fundamental. Por sua vez, a Ordem Franciscana, desde os primórdios, sempre se envolveu do espírito missionário e se dedicou nas missões entre os não-cristãos. E não seria de esperar outra coisa de uma Ordem que nasceu ouvindo o trecho do Evangelho em que Jesus envia seus discípulos – sem dinheiro e sem bagagem – a anunciar a

proximidade do Reino dos Céus. Assim, na nova terra, simbolicamente chamada de Vera Cruz e depois Terra de Santa Cruz, os Franciscanos foram os primeiros entre os primeiros missionários.

Nesse contexto, o conceito de missão para os Franciscanos era concebido como “dilação das fronteiras do sistema católico, como expansão religiosa, em primeiro lugar” (HOORNAERT *et al.*, 1997, p.54-55). A partir dessa concepção colonizadora, no Brasil, muitos franciscanos seguiram os passos dos conquistadores e cercearam a liberdade cultural e religiosa dos silvícolas que aqui encontraram.

Cumprir destacar que, apesar da colonização brasileira e a missão franciscana no Brasil serem quase sempre analisadas sob a ótica da colonização portuguesa, não podemos deixar de considerar os aspectos hispânicos da sua constituição, especialmente nos primeiros anos coloniais. Em sua tese, Iglesias (2010) defende a necessidade de explicar a participação dos franciscanos espanhóis no Brasil. Isso ocorre por dois motivos, um deles diz respeito às características da Península Ibérica, que faz de Portugal e Espanha uma realidade distinta das demais regiões da Europa, principalmente em relação ao campo religioso; o segundo, diz respeito à liberdade e organização que a Ordem Franciscana teve no que se refere a Evangelização a partir da reforma da Igreja na Espanha.

Sobre o primeiro motivo, cumprir destacar que, tanto a Coroa Portuguesa quanto a Coroa Espanhola tinham experiência com o trabalho de conversão de povos considerados não-cristãos e com os desbravamentos geográficos, fazendo com que ambas recebessem autonomia e privilégios da Santa Sé para a evangelização dos novos territórios anexados aos seus domínios, praticamente anulando a participação de Roma na evangelização do Novo Mundo. O segundo motivo, diz respeito tanto aos privilégios da Ordem quanto a hegemonia que os Franciscanos conquistaram na Península Ibérica, não somente pela associação direta com a política de cristianização defendida pela Coroa Espanhola, mas também pelo poder adquirido após terem suscitado a reforma na Igreja, no interior da Ordem Franciscana, nas demais Ordens e no clero em geral.

Todo esse processo fez com que os frades derivados da Reforma Observante Espanhola tornassem um ramo praticamente independente, tanto de Roma como da própria Ordem, tendo uma jurisdição sobre toda a região ultramontana¹⁶, da qual Portugal fazia parte.

¹⁶ De acordo com Iglesias (2010), a mais significativa cisão da Ordem Franciscana aconteceu séculos após a morte de São Francisco, quando em 1415, repartiu-se em dois grandes grupos: um denominado, Frades da Comunidade, e o outro, Frades da Regular Observância. Para efeito de seu governo, a Ordem se dividiu em duas grandes famílias autônomas entre si: A Família Cismontana, que compreendia a Itália, Áustria, Hungria, Polônia e todo o Oriente, e a Família Ultramontana, que compreendia a Espanha, Portugal, França, Alemanha e os Países Baixos - Inglaterra

Assim, podemos compreender a influência que os freis espanhóis tiveram sobre grande parte da Ordem e sobre os franciscanos que vieram para a missão no Brasil.

Iglesias (2010, p.303) chega a afirmar que “é impossível dissociar os franciscanos espanhóis dos franciscanos portugueses que vieram para o Brasil”. Segundo a autora, os frades espanhóis foram praticamente os primeiros a terem autorização, seja no âmbito religioso como no secular, para a evangelização americana e brasileira, a chamada autorização civilmente oficializada, isto é, a liberdade jurídico-canônica oferecida pela Sé Romana.

Por esse motivo, o Papa estabeleceu os Franciscanos como uma Ordem Apostólica, ou seja, sem a intermediação da Santa Sé (Episcopado), ligando-a diretamente a uma autoridade própria, exercida pelo Ministro Superior da Ordem. Assim, as missões evangelizadoras não foram limitadas nem política e nem geograficamente, pois dependiam apenas da autorização do Ministro Geral para serem consideradas oficiais.

Com a Lei do Padroado¹⁷, não tardou para que a Coroa Portuguesa também pudesse obter a autorização de Roma para atuar no Brasil, até mesmo porque, “em Portugal vivia-se uma espécie de situação de Estado confessional, em que as atitudes de ordem político-institucional acompanhavam as convicções religiosas” (AMORIM, 2005, p.26).

Para a administração da América, as instituições criadas pela Ordem franciscana para a organização da evangelização foram os Comissariados¹⁸. Assim como a Coroa espanhola, a Ordem Franciscana organizou-se jurídica e institucionalmente para a tarefa de evangelização americana, para isso, estabeleceram também uma Legislação Franciscana. Segundo Iglesias (2010), as principais fontes legais dessa Legislação, elaborada para a evangelização da América, foram a Instrução e a Obediência, conhecidas como a primeira constituição evangelizadora americana. Destaca-se, em seu conteúdo, o sentido espiritual, apostólico e missionário que os frades deram a essa Missão.

Foi nesse contexto que os franciscanos fundaram em 1538 a primeira escola do Brasil, criada por Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Leblon para atender os Carijós de Mbyaça,

e todo o norte da Europa. As duas eram mantidas sob o comando de um mesmo Ministro geral, eleito alternadamente de cada uma delas. Mas, durante o período em que o Ministro Geral correspondia a uma das duas famílias, para a outra, era eleito um Comissário Geral. Foi devido a essa divisão que a Ordem franciscana passou a ter, ao mesmo tempo, duas sedes de governo: a da família Cismontana em Roma e a da família Ultramontana em Madri, Espanha, de onde vieram os primeiros frades para a missão evangelizadora da América.

¹⁷ É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico que possibilitava uma autoridade direta da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal Domínio. Assim, padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil Colonial, de cujo os cofres saíam o sustento da comunidade e o patrocínio das missões.

¹⁸ O Comissariado é uma “circunscrição eclesiástica criada para atender as necessidades de um determinado território ou grupo de fiéis” (ROCHA, 2016, p.33).

atual cidade de Laguna, Santa Catarina. “O progresso da catequese foi tal que os franciscanos mantinham até dois internatos em Mbyaça, um para moços e outro para moças, tanto para a instrução como para a formação cristã mais profunda” (WILLEKE, 1974, p.27).

A pesquisa de Iglesias (2010), atesta com fontes históricas essa afirmação e conclui que a experiência dos frades franciscanos em Santa Catarina em 1538 pode ser considerada a primeira missão católica oficializada no Brasil, onde Frei Bernardo e Frei Alonso instituíram uma Província¹⁹ denominada Província de Jesus e mantiveram por dez anos duas instituições dedicadas à educação dos indígenas.

Gilberto Freyre (1959), afirma que é inegável a presença franciscana na paisagem, na vida, na cultura e no modo de ser do brasileiro, mas que por falta de registros sistemáticos e documentação escrita, parece as vezes menos importante do que foi ou tem sido a ação franciscana entre nós.

Não há novidade nenhuma em dizer-se da gente brasileira que uma das influências decisivas em sua formação vem sendo a Igreja; nem que dessa influência, a que aqui madrugou, para nunca mais deixar de fazer-se sentir sobre essa mesma gente, ora de modo mais intenso, ora com menor vibração, foi e é a franciscana. O que tem faltado ao franciscano no Brasil é método, sistema, organização no registro apologético dos seus feitos; de modo que a recordação de esforços por eles ou por alguns deles desenvolvidos, está menos na história erudita do que no folclore; menos na prosa dos historiadores que na poesia dos analfabetos; menos nos livros dos doutos que nos contos que os velhos contam aos meninos; menos nas estátuas dos artistas acadêmicos que nas imagens dos santeiros ingênuos (FREYRE, 1959, p.15).

Mas se a presença franciscana não pode ser inteiramente notada na história erudita, no cotidiano do povo ela não passava despercebida, sobretudo, por sua fama de educadores. No Brasil, segundo Willeke (1961), onde quer que se levantasse uma capela missionária entre os índios, surgia infalivelmente uma escola, e os primeiros missionários que o país conheceu, pertencentes à Ordem Franciscana, gozavam de tanta fama de educadores que o povo até os chamava de Padre Mestre.

Apesar de todas essas constatações, a historiografia sobre a atuação catequética e missionária da Ordem Franciscana no Brasil e o seu papel na formação educacional dos

¹⁹ Trata-se de uma unidade administrativa da Ordem, ou, ainda, certo número de Conventos que, preenchendo certos requisitos, são reunidos sob um governo comum denominado Provincial. A Custódia compreende certo número de Conventos que ainda não possuem requisitos estatutários para se constituir em uma Província. Custódio é o Superior da Custódia, mas também é, na Província, o primeiro conselheiro do Provincial, chamado também Vigário Provincial. Corresponde ao atual Vice Provincial. Definidores são os quatro conselheiros do Provincial, que junto com o Custódio e o Provincial, formam o Definitório. O Definitório, por sua vez, designa tanto o corpo de Superiores maiores da Província (Provincial, Custódios e Definidores) quanto a reunião dos mesmos. Guardião é o superior de um Convento com voz ativa no Capítulo provincial. Por fim, Presidente é o substituto do guardião e também superior das casas franciscanas ainda não constituídas como Convento (IGLESIAS, 2010).

brasileiros possui poucas referências, documentações e estudos. Aliás, no imaginário coletivo sobre a história da educação brasileira, sobrevém muito mais as memórias e informações sobre as atividades missionárias e educativas ligadas aos jesuítas, a exemplo dos pioneiros padre Manuel de Nóbrega e padre José de Anchieta.

Os próprios livros didáticos e os manuais de história evidenciam mais a presença da Companhia de Jesus, a partir de sua chegada à Bahia em 1549, em detrimento de outras Ordens religiosas, como a Franciscana. Inclusive, muitos livros apontam erroneamente que foram os jesuítas os primeiros educadores e responsáveis pela fundação das primeiras escolas no Brasil, o que é refutado por Willeke (1978):

A Ordem de São Francisco, até 1549, foi a única a missionar no Brasil, mandou outras levas apostólicas tanto de Portugal e Espanha como da Itália para vários pontos do país, constando já em 1543 as escolas e internatos de Mbyaçá (Santa Catarina), sob a orientação de Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Leblon; e até o presente nunca deixou essa Ordem Seráfica de catequizar os filhos da selva e de plantar a fé na Terra de Santa Cruz (WILLEKE, 1978, p.44).

Em sua tese intitulada *Gênese do pensamento único em educação: Franciscanismo e Jesuitismo na Educação Brasileira*, Sangenis (2004) propõe discutir justamente a atuação dos franciscanos no campo da educação brasileira e elucidar os silenciamentos que a Ordem teve na historiografia. Ele explica que há muitos equívocos e omissões sobre o projeto missionário franciscano, seja na sua integralidade, seja na sua especificidade no campo da educação, apesar do protagonismo da Ordem na cena educacional brasileira. Para vir a lume esse tema quase que intocado, o autor afirma que precisou juntar pedaços, garimpar arquivos, reconstituir fragmentos e identificar indícios considerados secundários, reler documentos e fontes, sob nova perspectiva, estabelecer conexões entre acontecimentos nacionais e supranacionais.

Em consonância, Amorim (2005) concorda que a historiografia produzida ainda é insuficiente para avaliar a verdadeira dimensão da atividade franciscana no Brasil, que marcada pela forte presença da Companhia de Jesus, fez com que o papel das outras ordens religiosas tenha sido bastante esquecido. Além disso, a simplicidade dos franciscanos, característica da própria regra que professam, deixou adormecer pelo tempo a memória das suas ações, o testemunho do seu envolvimento como parte integrante do processo evangelizador e civilizador além-mar.

Sangenis (2004) reconhece que em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir sua hegemonia. Empreenderam no Brasil uma significativa obra educativa, fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes.

Não somente organizaram uma ampla rede de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado, uniforme e planejado. No entanto, esse feito não retira a importância e participação dos franciscanos na educação brasileira. O autor reitera que os franciscanos não somente foram os fundadores da primeira escola em território brasileiro, como também foram os iniciadores das missões junto aos indígenas, os sistematizadores de línguas nativas, os estudiosos de nossa história, da flora e da fauna, os promotores da educação e da cultura, fazendo com que a participação franciscana na América e no Brasil também fosse expressiva.

Apesar do autor adotar uma linguagem um tanto que romântica e epopeica sobre a ação missionária e educacional dos franciscanos no Brasil, a pesquisa de Sangenis (2004) significa um avanço no estado do conhecimento sobre a temática. O autor explica que a pouca visibilidade da ação franciscana no Brasil, deve-se ao fato dos franciscanos não terem se preocupado em escrever a sua história. O próprio Francisco de Assis, não desejava que os seus frades possuíssem livros e muito menos se dedicassem aos estudos, acreditando na incompatibilidade de uma vida simples com a vida de quem conhecia as letras. Assim, tornou-se costume afirmar que os franciscanos do Brasil escreveram a sua história na areia. Essa quase unanimidade entre os pesquisadores, somando-se a declarada escassez de fontes documentais da Ordem e a ausência de histórias escritas sobre a presença secular em terras brasileiras, justificaria o fato de a ação franciscana ser pouco estudada e reconhecida como importante na formação da identidade nacional. Além disso, enquanto as escolas dos jesuítas davam preferência às cidades e grandes centros urbanos, as escolas franciscanas optavam pela interiorização, o que também relegava a atividade educacional franciscana a uma menor visibilidade.

Para além das comparações, a presença dos jesuítas e franciscanos no Brasil também foi marcada por disputas de poder e embates entre as Ordens, que refletiam diretamente no campo educacional. No que se refere a estrutura da educação franciscana detectada no Brasil, sobretudo, no Período Colonial, não se pode reduzi-la apenas a iniciação aos preceitos cristãos ou catequese, embora também não possam ser dissociadas.

Nesse sentido, Iglesias (2010) argumenta que, diferentemente do que tornou senso comum, a educação franciscana não foi apenas pensada em função da finalidade da conversão. Os frades estabeleceram no Brasil as seguintes modalidades de ensino: Escola de primeiras letras em regime de internatos para indígenas; Escola de Primeiras letras em regime de externato para leigos; Escola Secundária Interclassista para a elite Colonial e para a formação na Ordem; Ensino Superior em regime de internato para formação na Ordem e Ensino Superior Misto em

regime de externato para a elite Colonial e para a formação do clero secular. Dessa forma, o ensino de conteúdos culturais formativos se fez presente na ação dos frades franciscanos desde a primeira experiência fixa em 1538 em Santa Catarina e de forma institucionalizada desde a instalação definitiva da Ordem no Brasil. Esse ensino ultrapassou a catequese propriamente dita, embora inter-relacionados e praticados nos mesmos locais, funcionou de forma, horários, graus e para clientelas diferentes. Mesmo sabendo que o seu conteúdo tenha sido, obviamente, de caráter religioso e, que teve como finalidade a evangelização para a acomodação social, inserida no projeto de colonização portuguesa, manteve uma organização e funcionamento de acordo com a prática educativa tradicional da Ordem.

Em relação ao conteúdo da educação praticada pelos Franciscanos, este consistia nos rudimentos da fé. Os frades ensinavam aos alunos a memorizar as orações principais da Igreja Católica, os Mandamentos de Deus e da Igreja, os pecados, as virtudes, as obras de misericórdia, os Dons do Espírito Santo, entre outros dogmas católicos, de acordo com as doutrinas elaboradas pelos frades para esse fim específico. Para isso, lançaram mão de métodos e recursos da memorização, da música, do teatro e do canto.

Além disso, nas escolas franciscanas também eram oferecidos conteúdos do ensino formal, onde, além da catequese, os frades proporcionavam a instrução, entendida nesse contexto como um processo formalizado para transmitir conhecimentos de leitura, escrita, fala, cálculo, ciências, bem como artes e ofícios às crianças e aos jovens.

Iglesias (2010) esclarece que, é muito importante atentar para o movimento histórico que mostra a educação utilizada inicialmente como meio para a evangelização, tendo sido, posteriormente, transformada, em função da ação propriamente educacional formal, cujos objetivos, ainda que proximamente ligados ao campo espiritual, extrapolaram a evangelização em si. Deste modo, os conteúdos dependiam, obviamente, do grau de ensino oferecido pela instituição. Podiam, dessa forma, constar apenas de noções básicas de alfabetização até disciplinas universitárias. Contudo, há duas características marcantes e presentes nos conteúdos do ensino: seu caráter socializador, entendido aqui como instrumento de modelação social; e religioso, no sentido de função cristianizadora. Assim, é consenso entre os historiadores que colonização e catequese no Brasil são fatos análogos. Da mesma forma, é consenso entre os historiadores franciscanos que evangelização e educação são processos equivalentes.

A atuação catequética e educativa da Ordem Franciscana no Brasil foi estrategicamente pensada como um meio político-religioso que acabou ultrapassando a demanda do ensino religioso. Para tanto, uma das táticas mais eficientes que os franciscanos

adotaram quando chegaram ao Brasil, foi aprender a língua nativa daqueles que pretendiam evangelizar/educar.

Deste modo, também é possível perceber a presença da educação prática com o objetivo de capacitação profissional, utilizada pelos Franciscanos para a modelação social dos indígenas. Para Iglesias (2010), essa educação prática foi realizada de modo concomitante e até dependente da cristianização, pois era preciso acomodar os indígenas ao sistema político, econômico e social, imposto pelos europeus. Isso supunha, incorporá-los ao sistema econômico monetário, o que, todavia, não pode ser confundido com a atividade de trabalho, pois, desde o início, esta foi imposta de forma obrigatória pelos colonizadores, que se serviam dos índios como força de trabalho escravo. Nesse caso, o conteúdo de ensino era composto pelas técnicas práticas de vários ofícios e artes, que contaram com a colaboração de oficiais e artistas, não sendo, dessa forma, obra exclusiva dos Franciscanos, já que esta era uma preocupação das autoridades eclesiásticas e civis, para imprimir-lhes os costumes, tanto sociais como religiosos dos europeus. Assim, os procedimentos pedagógicos estavam mais ligados às necessidades concretas do que teóricas.

Ao longo da História, o desenvolvimento da Ordem Franciscana no Brasil baseou-se na hierarquização da Igreja Católica e em aproximações e distanciamentos com o Estado. As vicissitudes de cada período foram diversas, algumas mais desafiantes como as proibições dos anos pombalinos a partir de 1758, o período do Império em que a Ordem Franciscana quase se extinguiu no Brasil até a declaração de um Estado laico com a República.

Segundo Pasquini (2017), as transformações ocorridas nas relações materiais, que acarretaram na transposição de um Brasil Colonial, para uma República laica e independente deu à educação o *status* de principal instrumento de desenvolvimento da sociedade. A cada momento, a Igreja Católica demonstrou sua capacidade de adaptar-se às exigências e responder às novas demandas sociais valendo-se da educação. Como representantes da Igreja, os franciscanos atenderam a esses diferentes períodos: serviu à Coroa nos Aldeamentos, ministrou os sacramentos durante o Brasil Imperial e estruturou Escolas Paroquiais nas primeiras décadas republicanas.

Ao longo dos séculos e dos anos, a Educação Franciscana também passou por inúmeras transformações, acompanhando as novas conjunturas dos processos históricos, socioculturais e políticos, buscando não perder de vista a Pedagogia de São Francisco de Assis. Em seu livro *Pedagogia Franciscana*, Roberto Zavalloni (1999) afirma que a força do testemunho de São Francisco deriva mais daquilo que ele era do que quanto se esforçava para dizer e mostrar, e

isto perpassou os séculos. O seu modo de ser e de agir é atual e é o seu carisma que a educação franciscana deveria vivenciar.

A Ordem dos Frades Menores, quase desde suas origens, reconheceu que sua vocação essencialmente evangelizadora exigia dela ocupar-se também da tarefa educativa. Atividade que se concretizou, de uma maneira muito especial, nas Universidades e, depois, nas chamadas terras de missão. Pois, nelas, junto à casa e ao templo, os irmãos construía, regularmente, uma escola ou um centro de formação. Na atualidade, a Ordem presta um serviço de investigação e de docência em diversos níveis de educação (elementar, secundária e universitária), com suas múltiplas modalidades (formal e não formal, educação oficial e particular, rural e urbana) e segundo as culturas e as políticas educativas de cada região ou país. Esta atividade educativa permite colocar as bases do que hoje se denomina diálogo intercultural e inter-religioso. Uma realidade que nos leva a recuperar com espírito crítico as grandes tradições filosóficas, teológicas, místicas e artísticas de nosso patrimônio franciscano, como sustentáculo de nossa missão de pregar o evangelho por palavra e obras, no meio da cultura contemporânea (ORDEM DOS FRADES MENORES, 2009, p. 7-8).

Muito daquilo que os Franciscanos realizaram no campo da educação brasileira ficou disperso. O fato é que, enquanto os jesuítas se preocupavam em registrar e divulgar a sua obra missionária, os franciscanos no Brasil não foram o melhor exemplo de preservação da sua própria história, e muito do pouco que produziram, por falta de cuidado e preservação do acervo documental, perdeu-se pela ação do tempo e das traças. Em Dourados não foi diferente e os desafios para pesquisar o Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio é prova concreta disso. A viabilidade desta pesquisa só está sendo possível graças a uma pequena parcela do acervo documental que foi localizado e que ainda está preservado.

Embora muitos pesquisadores como Sangenis (2004) e Amorim (2005) tenham realizado suas pesquisas há mais de uma década, os trabalhos mais recentes continuam apontando lacunas na historiografia brasileira em relação a temática. Nas palavras de Gohl (2015), apesar da História da Educação ser alvo de diversos estudos e publicações, a historiografia tem deixado os franciscanos numa paisagem sombreada, esquecendo-se que eles tiveram uma grande participação na educação brasileira.

Segundo Toledo e Barboza (2020, p.2), “os franciscanos ocupam pouco espaço não só na estante de história do Brasil como na história da educação no Brasil”. Os autores argumentam que na área de história da educação, são raros os estudos que tratam da presença e ação catequética e missionária da Ordem Franciscana no Brasil. A grande maioria das investigações é centrada nos jesuítas, atribuindo a eles o pioneirismo na educação brasileira. Além disso, muitos estudos sobre os franciscanos abordam questões históricas, mas fazem poucas referências sobre o papel da Ordem no processo de formação cultural do povo brasileiro e sua expansão pelos diversos Estados do Brasil.

Contudo, reconhecer a importância da Ordem para a educação brasileira, não deve excluir a crítica de que os Franciscanos tinham como objetivo primordial a cristianização dos habitantes de cada povoado por onde se espalhavam, independente da sua cultura, identidade, tradição ou crença. Porém, percebemos que muitos autores que pesquisam o franciscanismo acabam por exaltar poeticamente a atuação dos Franciscanos no Brasil, o que confere a muitas dessas contribuições historiográficas um discurso literário e uma investigação enviesada.

Não podemos deixar de observar que, ao buscar uma homogeneização religiosa no Brasil, os franciscanos também acabaram desrespeitando e violando física e simbolicamente as diferenças de povos indígenas, caboclos e sertanejos com os quais se depararam ao longo dos séculos pelo imenso território brasileiro. “O discurso acerca da evangelização era em primeiro lugar universalista. Era um discurso que desconhecia as fronteiras do outro” (HOORNAERT *et al.*, 1997, p.24), desta forma, não podemos esquecer que os Franciscanos, “à medida que assumiram a tarefa evangelizadora, utilizaram também meios repressivos na educação” (AZZI, 1992, p.12), desconsiderando a alteridade daqueles que encontravam pelos caminhos das suas ações missionárias.

Todos esses aspectos facultam ainda mais relevância para a presente tese e para os trabalhos acadêmicos realizados recentemente no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, que apresentam justamente a proposta de expandir o conhecimento e a escrita da história sobre a atuação missionária e educativa da Ordem Franciscana, trazendo a lume especificamente, a sua experiência no Sul do antigo Mato Grosso.

1.4 Terra de missão e refúgio: os franciscanos alemães no Mato Grosso

A Alemanha foi o berço de onde partiram os primeiros missionários franciscanos para o Mato Grosso, vindos da cidade de Fulda e pertencentes a Província de Santa Isabel da Turíngia. A propósito, a presença franciscana na Alemanha remonta o ano de 1219, quando ainda em vida, São Francisco de Assis manifestou o desejo de realizar uma missão entre os povos germânicos, enviando um grupo de frades à região. Todavia, a primeira missão fracassou porque os frades desconheciam a língua do povo e tiveram que retornar para a Itália.

Em 1221, outros franciscanos, mais bem preparados, se dirigiram novamente à Alemanha e conseguiram difundir a Ordem dos Frades Menores por toda a extensão de língua alemã. Assim, já em 1237, foi fundado o primeiro convento franciscano em Fulda, que se tornou um célebre núcleo de evangelização.

A Província de Santa Isabel da Turíngia foi criada em 1633, abrangendo os conventos de Limburg e Fulda, reconstruídos depois das Províncias Franciscanas serem praticamente destruídas e extintas durante a Reforma Protestante na Alemanha. Essa gênese é de singular importância para o tema dessa pesquisa, pois se trata da origem dos missionários franciscanos que chegaram em Mato Grosso em 1938 para fundar “uma nova Missão” (KNOB, 1988 p.9).

A procura por um novo campo missionário aconteceu ainda em 1936, quando foi eleito o novo Provincial Frei Vicente Rock, que ao assumir a Província de Santa Isabel da Turíngia, encontrou um grande número de vocações e uma comunidade de mais de 600 membros com muitos jovens de espírito missionário.

Além disso, o anticlericalismo nazista instalado na Alemanha era um sinal de risco e instabilidade para a Província. Surgia então, na instituição, um movimento para assumir mais um campo missionário além do Japão, onde os franciscanos já se faziam presentes.

A situação política, então existente na Alemanha, deu o último impulso para que o Governo Provincial resolvesse aceitar logo um novo território e enviasse, em pouco tempo, um grande número de frades. Ocorreu também a ideia de se formar um **lugar de refúgio** para o caso de os religiosos não poderem mais continuar a existir na Alemanha, pois já se agravava a perseguição nazista à igreja e particularmente aos religiosos. Na região da Turíngia, os mais visados eram os Franciscanos. Já aconteciam invasões de conventos, prisão de frades, processos contra eles com acusações caluniosas de crimes contra a lei das divisas e de delitos contra a moral (KNOB, 1988, p.36, grifo nosso).

Foram várias as incertezas, hesitações e conjunturas sobre a região onde os franciscanos alemães deveriam enveredar seu destino e lançar as redes de sua missão. A primeira sugestão para a fundação de uma missão no Brasil veio, segundo Knob (1988), de uma carta de Nova Iorque, escrita em 26 de agosto de 1936, por Frei Irineu Schonherr ao Provincial Frei Vicente Rock sobre a possibilidade de fundar uma missão em Belém do Pará.

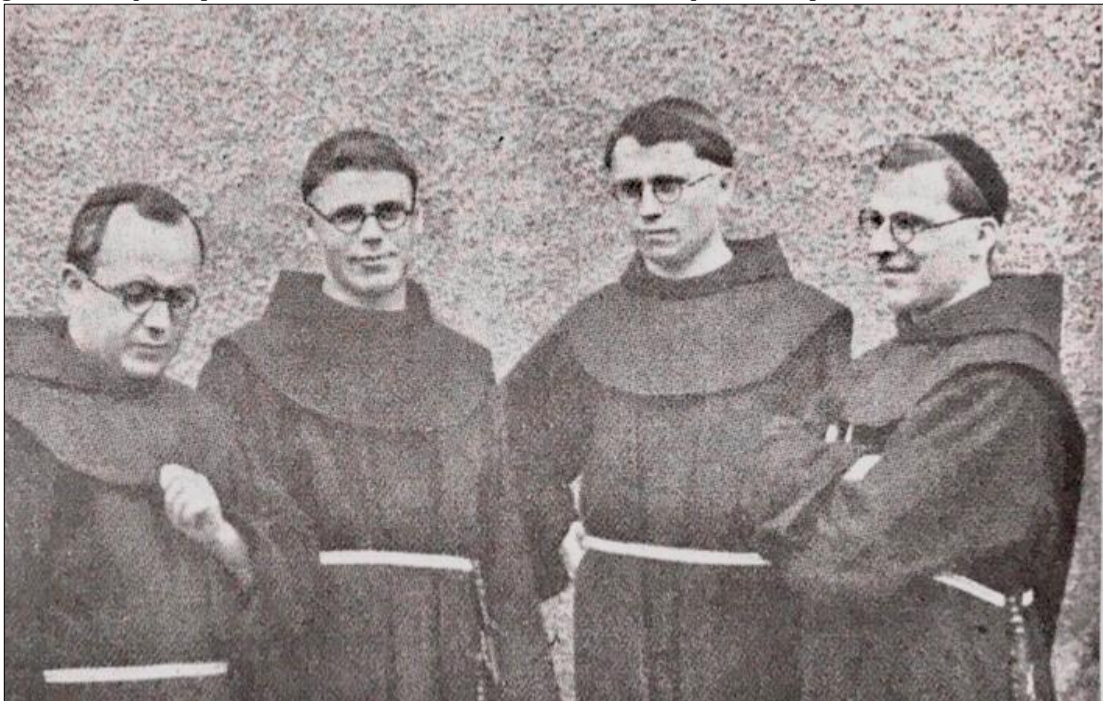
Posteriormente, houve interesse do Governo Provincial na região Sul do Brasil. No entanto, quando o missionário do Japão Frei Martinho Friesse esteve em Fulda para se despedir, antes de embarcar para o Brasil, com a finalidade de auxiliar a grande colônia japonesa em São Paulo, o Provincial Frei Vicente Rock o encarregou de sondar as regiões do Brasil para a futura missão.

Prontamente, chamou a atenção de Frei Martinho Friesse o fato de existirem dois estados em que não haviam franciscanos, a saber: Espírito Santo e Mato Grosso. A propósito, em Mato Grosso “Frei Martinho acrescentou: Há trabalho bastante. Ainda há índios na região para converter” (KNOB, 1988, p.40). A exposição dessa motivação inicial, revela a insistência quase que obsessiva dos Franciscanos pela prática colonizadora de conversão dos povos

tradicionais, ainda mais em Mato Grosso, cujo o território era povoado por uma grande população indígena.

A escolha de Mato Grosso gerou sentimentos favoráveis e contrários, mas segundo Knob (1988), na reunião do Definitório Provincial de 2 de março de 1937, Frei Vicente Rock apresentou a questão da missão e ela foi amplamente aprovada e na mesma reunião já foram indicados os quatro primeiros missionários: Frei Eucário Schmitt, Frei Wolfram Passman, Frei Antonino Schwenger e Frei Francisco Brugger, que podem ser identificados na Figura 2, respectivamente da esquerda para a direita.

Figura 2: Os quatro primeiros missionários franciscanos alemães que vieram para a missão do Mato Grosso



Fonte: Knob (1988, p.46)

Assim, a Missão Franciscana, fundada em 1937 pela Província de Santa Isabel da Turíngia no Mato Grosso foi denominada simplesmente de *Comissionariado do Mato Grosso*, segundo seu fundador Pe. Provincial Vicente Rock, tendo como padroeiro São Francisco Solano, o patrono das Missões Franciscanas. Em 1940, em Cuiabá, o Comissionariado foi registrado como pessoa jurídica, passando a denominar *Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco no Estado do Mato Grosso*. A partir de 1967, devido às mudanças na legislação franciscana, a Missão passou a ser chamada de *Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora*, que passa ser a Padroeira da Missão.

Nas Figuras 3 e 4, podemos verificar alguns signos dessas referências, por meio dos símbolos da missão franciscana, que aparecem nos carimbos da Ordem, utilizados para registrar

e dar vistos nas visitas canônicas e fraternas. No centro do primeiro carimbo podemos verificar a imagem de Santa Isabel da Turíngia, com as inscrições: SIG. PROV. THURINGIAE - S. Elizabeth - OFM. No carimbo do Comissariado Mato-Grossense verificamos no centro a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços, simbolizando e homenageando, portanto, a origem da Ordem e a sua Padroeira respectivamente.

Figura 3: Carimbo com Imagem de Isabel da Turíngia



Figura 4: Carimbo do Comissariado



Fonte: Livro Tombo II da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Dourados (1970-1996), acervo Iconográfico da pesquisadora, 2018.

Segundo Marin (2012a), a presença dos Franciscanos no Brasil vinculava-se ao movimento de reforma que o episcopado mato-grossense estava implementando com a finalidade de criar uma Igreja homogênea e centralizada, e de criar meios para que a instituição se tornasse a mais presente e importante da sociedade. Assim, os freis representavam Mato Grosso como uma terra de missão ou de ninguém.

A Terra de Missão, isto é, Mato Grosso ensejava a representação de território vazio, desconhecido e inexplorado, portanto, um lugar em que os Franciscanos precisavam conquistar, institucionalizar e dilatar as fronteiras do catolicismo. Podemos entender com Certeau (2010), que é em função desse lugar social que se instauram métodos, se delineia uma topografia de interesses e que as questões que lhe serão propostas se organizam.

Amaral (2005) explica que o Mato Grosso passou a ser visto como uma terra de colonização e atrativa para aqueles que estavam em dificuldades nos lugares em que viviam. Os religiosos que quisessem atuar nesse espaço precisariam se preparar para o encontro com a fome, a falta de moradia, as doenças, a falta de higiene e de conforto, pois era evidente que os governos federal e estadual não se encontravam estruturados para oferecer o suporte necessário para tamanho trânsito de pessoas nesses lugares.

O dia 29 de junho de 1937 foi um marco na história das missões da Província de Santa Isabel da Turíngia na Alemanha, sendo constituído como o dia do envio dos quatro missionários reconhecidos pela Ordem como desbravadores do grande sertão. A intenção era de que os missionários ficassem primeiramente na Província da Imaculada Conceição de São Paulo para aprenderem a língua portuguesa e somente então preparar a fundação das novas missões.

No dia 17 de outubro de 1937, mais dois missionários vieram para o Brasil, Frei Modesto Rabold e Frei Valfrido Stähle. Segundo Knob (1988), após seis meses de aprendizagem da língua nacional, dos costumes do país e do trabalho pastoral, os missionários, em número de seis, finalmente iriam conhecer o seu novo campo de atividade.

Os frades franciscanos que chegaram em Mato Grosso assumiram as paróquias de Rio Brilhante, em 6 de fevereiro de 1938 e de Rosário do Oeste no dia 20 de março. Eles foram os precursores de muitos outros missionários Franciscanos que viriam logo depois para a missão do Mato Grosso.

No dia 25 de janeiro de 1938, partiram de São Paulo rumo ao Mato Grosso os primeiros três missionários franciscanos da Turíngia para fundar a nova missão no Mato Grosso. Eram os Freis Eucário Schmitt, chefe do grupo, Frei Antonino Schwenger e o Irmão Frei Valfrido Stähle. Chegaram no dia 27 em Campo Grande, sendo recebidos por D. Vicente B. M. Priante, e ficaram por alguns dias hospedados no Colégio Dom Bosco dos Padres Salesianos. Depois Dom Vicente os acompanhou até Entre Rios, onde, no dia 6 de fevereiro de 1938, o bispo deu posse solene ao primeiro vigário franciscano, residente em Entre Rios, Frei Antonino Schwenger. Foi a primeira paróquia assumida pelos Franciscanos da Turíngia no Mato Grosso e também a primeira residência da Missão Franciscana no Mato Grosso (KNOB, 1988, p.224).

A chegada dos franciscanos ao Mato Grosso foi noticiada no Jornal *A Cruz* de 06 de março de 1938. Além de divulgar a vinda dos missionários estrangeiros, o periódico estendia um apelo aos católicos para que pudessem contribuir com *esmol*as de dinheiro ou objetos de utilidade para a instalação da missão franciscana:

Acabam de chegar a esta Capital, os primeiros missionários franciscanos [...]. Os missionários que vem agora trabalhar pelo Progresso da nossa terra, pertencem ao 1.º ramo da 1.ª Ordem, e, são, como já se disse, da importante Província da Thuringia, que instalou uma florescentíssima missão no Japão, para onde não precisam mais enviar missionários estrangeiros, tendo conseguido formar um suficiente clero nacional. Eles já se encarregaram da paróquia de Entre-rios, no sul do Estado, e agora vão se instalar na paróquia de Rosário-Oeste, nesta arquidiocese. Tratando-se de iniciar a missão, os franciscanos vão precisar de muitos auxílios, e por isso dirigimos daqui um apelo aos católicos (A CRUZ, 06/03/1938).

A matéria do jornal esclarece ainda aos católicos sobre a divisão da Ordem Franciscana e os seus diferentes ramos. Na Figura 5 podemos conhecer a matéria na íntegra e que se constitui

como uma fonte histórica importante para vislumbrarmos esse contexto de chegada dos primeiros franciscanos no Sul do antigo Mato Grosso.

Figura 5: Jornal A Cruz, 1938

A CRUZ		6-3-1938
Missionários Franciscanos Acabam de chegar a esta Capital, os primeiros missionários franciscanos, da 1ª Ordem de S. Francisco de Assis, provenientes da Província de Thuringia, na Alemanha. São eles os Revmos. Padres Frei Eucherio Schmitt e Frei José Passmann e o irmão leigo Frei Modesto Rabold. A grande família religiosa de S. Francisco, ou dos <i>Frades Menores</i>, se divide em tres <i>Ordens</i>: 1.a; 2.a e 3.a. A primeira se divide em tres ramos, a saber: <i>observantes</i>, chamados propriamente <i>Franciscanos</i>, <i>Capuchinhos</i> e <i>Conventuales</i>. A 2.a ordem é feminina, são as <i>Clarissas</i> (assim denominadas de S. Clara). A 3.a ordem, subdivide-se também em <i>secular</i> e <i>regular</i>. Os regulares vivem em comunidade, os seculares não. A esta 3.a Ordem Regular, pertencem os Franciscanos, que aqui trabalharam tanto tempo, e agora fazem tanto bem na diocese de Cáceres, e na Prelazia da Guajará-Mirim. Os missionários, que vêm agora trabalhar pelo progresso da nossa terra, pertencem ao 1º ramo da 1.a Ordem, e, são, como já se disse, da importante Província da Thuringia, que installou uma florescentíssima missão no Japão, para onde não precisam mais enviar missionários estrangeiros, tendo conseguido formar um sufficiente clero nacional. Elles já se encarregaram da parochia de Entre-rios, no sul do Estado, e agora vão se installar na parochia de Rosario-Oeste, nesta archidiocese. Tratando-se de iniciar a missão, os franciscanos vão precisar de muitos auxílios, e por isso dirigimos d'aqui um apello aos catholicos. O bom povo de Rosario já se movimentou, e opportunamente publicaremos o resultado da sua	caridade em beneficio daquella missão. Os que desejarem concorrer com esmolas de dinheiro, ou quaesquer objectos de utilidade para a installação dos missionários, podem enviar-as á Redacção deste jornal, no Seminário. DESPEDIDA <i>Aos meus prezados confrades do Magistério e da Academia Matogrossense de Letras.</i> Forçado a me separar de vós, por tempo quicá mais dilatado, quero deixar-vos esta pagina aberta, quente e palpitante, que vos escrevo com os olhos em lágrimas, mas iluminados por uma grande fé em Deus que, como sabeis, é a fonte unica da inspiração, que nos permite decifrar o enigma da vida. Esta página é a minha mensagem; a mensagem do meu coração. Escrevo-a, porque a palavra escrita fica a perpetuar a minha gratidão a vós, queridos consócios da Academia Matogrossense de Letras, pelo muito que devo á vossa illustrada companhia, com a qual tanto me estimulastes para o trabalho exaustivo da intelligência com as vossas arrojadas ascensões espirituais. Aqui vos deixo, imperitura, a expressão do meu reconhecimento pelos exemplos grandiosos de tenacidade no trabalho e de perseverança na luta pela conquista do ideal, com que edificastes o meu espirito, que se debate, em vão, na ansia de seguir os vossos surtos alcandorados, pelas regiões olympicas, onde cintilam, como astros de primeira grandeza, D. Aquino Corrêa, o nosso guia espiritual, e José de Mesquita, o coordenador paciente e consciencioso dos nossos valores intellectuais. A todos vós, trabalhadores incansáveis do espirito, as mi-	nheiros, que comigo carregais o madeiro pesado do Magistério, principalmente a vós, que comigo sofreis, neste momento, o peso esmagador da indiferença e da incompreensão; a vós que, como eu e como os demais que vieram antes de nós, sereis crucificados, depois de ultrajados e cuspidos, como o prêmio que sóem dar os que ainda não renasceram em espirito, por uma vida inteira de privações, de renuncias e de sacrificios, a vós é que, com o meu cáldo adeus de despedida, envio, do intimo do coração, o meu agradecimento sincero pela vossa camaradagem franca e cheia de amenidades, que sempre foi para mim um oasis em meio ao deserto áspero das injustiças, que ferem e da ingratiidão que mata. Lembre-mos do fim tragico, que teve o Supremo Mestre, Aquele que viveu a ensinar as turbas, a curar os enfermos, a ressuscitar os mortos e a espalhar o Bem e resignemos com o nosso destino. Vejamos nesse passo emocionante da vida do Filho do Homem uma lição para todos nós, que ensinamos, e um exemplo, um grande exemplo para o renascimento do nosso espirito. Alente-nos, sempre, a esperança de que, assim como o Mestre de Nazaré, teremos nós também o nosso dia de ressurreição e de glória. De ressurreição na justiça incorruptivel da Posteridade e de glória na consciência de haver-mos resgatado uma divida de honra para com a Pátria e a Humanidade. Estas palavras, que vos dirijo, neste momento de atribulação e de abatimento, por que passo, me foram sugeridas pela leitura do formoso livro, o derradeiro que caiu da pena admirável de Paulo Setúbal — <i>Confiteor</i> — que me proporcionou a bondade peregrina, a extraordinária bondade do meu querido amigo Desembargador Armando de Sou-

Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

Nos primeiros anos de existência, o Comissariado no Mato Grosso teve uma rápida expansão não somente de membros, mas em número de paróquias e residências. Na análise de Marin (2012a), o cenário religioso de Mato Grosso trouxe desafios variados aos Franciscanos,

tais como a inserção em outro Estado-Nação, a forma de negociar com a hierarquia eclesiástica brasileira, como estabelecer uma pastoral diante de um contexto bem diferente do alemão e europeu e como reconstruir suas identidades e estabelecer suas negociações culturais. Consequentemente, a missão de Mato Grosso caracterizou-se pela dispersão espacial, isolamento dos confrades, impossibilidade de manter a vida conventual, a escassez de renda para administrar e sustentar financeiramente a missão.

Do ponto de vista de Knob (1988), nos primeiros tempos em Mato Grosso, os Franciscanos encontraram muitas dificuldades em relação ao próprio povo e a falta de uma tradição religiosa:

Era uma população vinda de todos os outros Estados do Brasil e de todos os países da América do Sul, ainda misturada com sírios, portugueses, etc. Por isso existiam muitas formas individuais de religiosidade, mas nenhuma prática comunitária e comum. Faltava uma tradição religiosa. Além disso, o povo estava imbuído de materialismo. Deixava-se levar facilmente pelo indiferentismo religioso, por influência dos presbiterianos. O povo queria ser moderno e daí havia um grande interesse na dança e divertimentos e a vida religiosa começava onde não se conseguia outro divertimento (KNOB, 1988, p.229).

O fato é que, as primeiras missões franciscanas “foram um fracasso e não conseguiram despertar o povo” (KNOB, 1988, p.230). Nesse primeiro momento, além do choque cultural, da concorrência com outras denominações religiosas, a população que vivia no Mato Grosso não mostrou interesse, participação e engajamento comunitário nas atividades da Igreja, em parte devido à própria falta de compreensão das funções litúrgicas, cujas celebrações eram realizadas em latim e com o padre virado de costas para os fiéis, ritual que só viria mudar depois do Concílio Vaticano II²⁰.

Em meio a todas essas adversidades, em 1939 com a iminente possibilidade de uma guerra, o Governo Provincial “achou imprescindível assegurar de qualquer forma a continuidade e a sobrevivência da Província. Era preciso providenciar um **lugar de refúgio** para os confrades. Aliás, essa já fora uma das razões da fundação da missão no Mato Grosso” (KNOB, 1988, p.58, grifo nosso).

Apesar de ter encontrado oposição de alguns membros, o Governo Provincial decidiu não somente forçar e apressar o envio de outros confrades para o Mato Grosso, mas também

²⁰ Pode ser considerado o grande evento da Igreja Católica no século XX e se constitui em uma série de conferências realizadas entre o ano de 1962 a 1965, convocadas inicialmente pelo então Papa João XXIII e concluídas pelo Papa Paulo VI. O Concílio Vaticano II teve como objetivo modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião. Entre os diversos encontros e debates, as discussões versavam sobre diversos temas, tais como, os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e o diálogo ecumênico, a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época.

encaminhar padres novos, clérigos e estudantes para outros países, para que fosse possível garantir as missões do Japão e do Brasil, preservar o maior número possível de jovens confrades do serviço militar e evitar que fossem presos ou mortos.

Nesse período, o Governo brasileiro e o Cônsul do Brasil na Alemanha se mostraram receptivos e procuraram facilitar a entrada dos frades no Brasil, não exigindo todos os documentos necessários e os trâmites burocráticos. Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1.º de setembro de 1939, as atividades dos Franciscanos tiveram ainda mais empecilhos, desde entraves nas correspondências entre a missão do Mato Grosso e a Província da Alemanha, até dificuldades com o auxílio financeiro e o envio de novos missionários, que precisou ser interrompido.

A Figura 6 simboliza muito bem a investida nazista sobre a Ordem, retratando a prisão em 1939 de vários Freis Franciscanos, que foram levados para Auschwitz ainda com a indumentária tradicional do hábito franciscano. Na fotografia podemos perceber um contraste, de um lado, o semblante de desolação e o olhar cabisbaixo dos franciscanos, e de outro, o riso sarcástico do soldado nazista que acompanhava os prisioneiros.

Figura 6: Prisão de Freis Franciscanos de Niepokalanowa (Cidade da Imaculada) em 1939



Fonte: Museu-memorial Auschwitz-Birkenau. Acervo iconográfico da pesquisadora, 2017.

Não somente a Alemanha, mas toda a Europa tornou-se um lugar de insegurança e desamparo para os franciscanos. Cada vez mais, Mato Grosso se configurava como terra de missão, mas também de um refúgio estratégico. Sobre esse período de Guerra, o Provincial Frei

Vicente Rock escreveu: “A Missão do Mato Grosso é um fruto da perseguição à Igreja por parte do III Reich” (*Allerlei von der Ausreise der Missionare*, p. 6 *apud* KNOB, 1988, p.62).

No Brasil, os frades alemães viveram dificuldades tanto para cumprir a regra original de São Francisco, isto é, da imitação de Cristo na sua face de pobreza, como para preparar seus quadros nos conhecimentos básicos, para a vida comum e autossustentação, para a evangelização e para o magistério da Igreja, em um ambiente completamente estranho para eles, seja em relação ao idioma, a alimentação, ao clima e ao próprio antagonismo votado aos frades de procedência alemã, por causa das grandes guerras que a Alemanha foi causadora e partícipe. (FERREIRA, 2016).

De acordo com Marin (2012b), o missionário franciscano era representado como um desbravador destemido dos sertões, do pantanal e das terras inóspitas. Esses ideais exigiram renúncia de si mesmo, dos seus valores e desvinculação dos laços sociais, familiares e com os seus locais de origem. Nesse sentido, não havia sentimento de culpa no ato de imigrar e a diáspora dos religiosos era entendida como repleta de boas intenções, afinal iriam trabalhar pela salvação das almas e pela Igreja Católica.

Essas representações podem ser verificadas nas fontes memorialísticas do missionário alemão Frei Jorge Elsing (1988), que escreveu o livro *Entre os Rios Paraguai e Paraná: experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso*, no qual descreve o seu cotidiano e o trabalho pastoral dos franciscanos na região:

O missionário renuncia aos bens da cultura de sua pátria e se esforça por adaptar-se ao novo campo de trabalho e a adquirir outros hábitos de vida até outra maneira de pensar. É uma história de fidelidade à vocação missionária, vivida em condições difíceis, em um trabalho pastoral itinerante. É uma história de vida de pobreza e de modéstia, sem recursos da Europa no tempo da guerra e no período pós-guerra. É uma história de constante evangelização e transmissão de fé, com obstáculos imensos numa civilização muito primária. É uma história de interesse social e de promoção humana, realizada com muito empenho por meio de escolas, creches, hospitais, asilos de velhos e outros incentivos à vida comunitária. É uma vida de contemplação e oração, incentivada pelas imensas paisagens percorridas nas viagens de desobriga anual. É uma história de realização pessoal e de criação de ambiente eclesial, ao aceitar o trabalho missionário das vastas paróquias em prol do povo do sertão. É, acima de tudo, uma história de simpatia profunda e de carinho franciscano para com o povo mato-grossense (ELSING, 1988, p.9).

A autocompreensão de Frei Jorge Elsing, assim como outros discursos epopeicos e de renúncias dos franciscanos eram validados por eles como uma prova de fidelidade à Igreja, à vocação missionária e ao compromisso com a transmissão da fé católica. Muitos desses discursos e a própria exaltação das suas obras sociais, também funcionavam para sustentar o projeto de evangelização e justificar o caráter colonizador e doutrinador da Ordem, que muitas

vezes ignorava a alteridade e cultura do outro, vista pelos franciscanos alemães como uma civilização primitiva e bárbara. Segundo Certeau (2010), o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso de poder. É a escrita conquistadora, no qual transforma o espaço do outro num campo de expansão.

A esse respeito, Hoornaert *et al.* (1977) explica que podemos identificar na prática, diversas terminologias sobre os feitos dessa evangelização, entre elas: o aumento da religião cristã (discurso universalista), a pregação do evangelho (discurso doutrinário) e a salvação das almas (discurso soteriológico), eliminando a superstição e a ignorância dos indígenas.

No Mato Grosso, a missão franciscana precisou se adequar a muitas situações adversas e distintas daquelas encontradas pelos missionários na Europa. Não somente o choque cultural, a vastidão territorial e a grande distância entre os vilarejos e cidades, mas também a falta de igrejas e capelas para a realização das celebrações religiosas e ritos litúrgicos, desafiaram os franciscanos a celebrarem missas e rezas à sombra das árvores, nas casas das famílias e em locais improvisados.

Nas visitas de desobriga²¹ os missionários percorriam longas distâncias e o transporte geralmente era realizado a cavalo, o que tornava ainda mais moroso o trabalho missionário. Os franciscanos precisavam fazer longas viagens, conhecer trilhas e atravessar rios para chegarem nos mais distantes rincões mato-grossenses, onde a população vivia de forma dispersa. A Figura 7 representa como foi o início do trabalho missionário em terras mato-grossenses. Podemos observar um missionário atravessando o Rio Dourados em uma dessas viagens de desobriga.

Figura 7: Travessia do Rio Dourados em viagem missionária



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

²¹ Desobriga é o nome dado à prática de incursão da Igreja Católica em regiões de difícil acesso, realizando a catequese e os sacramentos da vida cristã.

As tensões da cultura e a religiosidade dos sertanejos também demandaram dos missionários inúmeros ajustamentos e adaptações em suas práticas de evangelização, pois, de um lado não poderiam entrar em conflito direto com os costumes, tradições e práticas de religiosidade da população, de outro, precisavam ensinar aquilo que eles chamavam de liturgia oficial da Igreja.

Hoje estou celebrando a missa à sombra de uma grande mangueira de ampla copa, pois sei que a sala da casa é pequena demais para a multidão que costuma ocorrer. [...] Já começam a reunir-se as pessoas; vêm chegando a cavalo ou a pé em suas vestes de cores variadas, e em geral é toda a numerosa família. Algumas mulheres trazem no colo as crianças com vestes novas para batizado. Todas essas pessoas vêm também cumprimentar o padre, que não os esqueceu este ano. [...] Muitos trazem suas imagens de santo, velhas figuras de madeira entalhada ou também estampas novas coloridas de pouco gosto; procuram eles para si e para seus santos a bênção para o ano todo junto ao Santíssimo na forma de pão²². Vou recebendo todas as imagens e as coloco sobre a grande mesa à sombra da árvore, que hoje é também nosso altar. Respeito conscientemente a crença que essa gente tem nos seus santos e procuro aproximar a piedade que eles praticam o ano inteiro da liturgia oficial da Igreja. Sempre acho que o padre aqui no Brasil deve ser grande amigo de todos esses santos populares. Pois é o culto dos santos que salvou a fé do povo brasileiro através dos séculos, e é também o culto dos santos que permite a muitos manter-se fiel à Igreja também hoje em dia e os preserva das seitas protestantes que penetram em toda a parte. [...] explico isso a eles em palavras simples e à mão de exemplos tirados da vida dos santos ou dos evangelhos. Aí sinto que estou falando na língua deles, quando parto do mundo religioso em que eles vivem e devagar procuro leva-los adiante para um encontro pessoal com Cristo e com Deus (ELSING, 1988, p. 16).

A interpretação de Frei Elsing revela o lugar a partir do qual o estrangeiro descreve e percebe a cultura popular e a religiosidade do sertanejo mato-grossense. É possível analisar, a partir de Hoornaert *et al.* (1997), que as realidades religiosas que mais escandalizaram os estrangeiros e neles provocaram desprezo e ironia foram a ignorância religiosa, o aspecto teatral da religião e o culto dos santos. O lugar a partir do qual o estrangeiro interpreta a religiosidade brasileira é o lugar iluminista, racionalista e intelectualista. O catolicismo brasileiro pareceu, aos olhos dos estrangeiros, como vazio e ignorante. Eles não perceberam o sentido dos símbolos religiosos brasileiros por falta de convivência mais profunda.

Nesse período, podemos observar que no Mato Grosso, como bem explicou Azzi (1999), a principal forma de transmissão da fé eram os ritos, pois, diante de uma população iletrada, os símbolos e as imagens tinham uma grande força de convencimento. Eram valorizados ainda, os três sacramentos que tinham uma dimensão social: o batismo, ligado ao nascimento das pessoas; o matrimônio, vinculado à união conjugal e à consequente reprodução humana e, por último, a extrema-unção. Nesse caso, incluíam-se todas as cerimônias

²² Fazendo referência à hóstia consagrada, concebida pela Igreja Católica como verdadeiramente o Corpo de Cristo transubstanciado.

relacionadas com a morte, como o velório, o enterro e a missa de sétimo dia. Todos esses atos religiosos envolviam a comunidade local e eram ocasião para reunião de parentes e amigos, seja para as celebrações festivas, seja para as comemorações fúnebres.

Assim, pouco a pouco, as representações franciscanas, segundo Pereira (2006), ao mesmo tempo em que construíam grandes diferenças socioculturais com relação ao sertanejo, também precisavam ressignificar construções identitárias com o povo. Deste modo, ora o missionário era o pobre no meio dos pobres, ora era o herói que enfrentava todos os perigos e selvagerias da região para possibilitar o desenvolvimento cultural e a educação da população.

Tais desafios ficam evidenciados na autocompreensão de Frei Jorge Elsing a respeito da missão evangelizadora praticada em Mato Grosso, na qual expõe os conflitos internos e existenciais experimentados pelos franciscanos na região:

Quando se é obrigado a cavalgar por horas e horas, tem-se tempo, até muito tempo, para se estar sozinho consigo mesmo e com o mundo de seus próprios pensamentos [...]. As vozes que de toda a parte se fazem ouvir insistem: Que valor tem uma única visita superficial do padre para essa gente? O Cristianismo nunca atingiu de fato a alma dessas pessoas. O povo usa os sacramentos da Igreja católica apenas como sinais mágicos, para viver com tanto menores preocupações sua própria piedade popular pagã. A verdadeira religião deles é a crença indígena na natureza, e são os deuses africanos que eles veneram sob um nome cristão [...]. Ataca-me no meu mais íntimo a melancolia, o tom fundamental da imensidade do sertão. Estou eu cumprindo meu dever de anunciar o evangelho, a Cristo, o crucificado e o ressuscitado? Ou talvez o esteja traindo – o único que eles verdadeiramente precisam conhecer – estou a ocultá-lo sob cerimônias, imagens e exterioridades? Nisso surge na minha mente o rosto de uma menina. É a pequena Francisca, a quem dei hoje a primeira comunhão. Era como se ela tivesse vindo para me consolar [...]. Essas pessoas do imenso interior brasileiro são uma riqueza incalculável. Agora sei de novo por que estou a cavalgar por esse terreno deserto. Estou a serviço de uma Igreja que surge, de uma Igreja de futuro: é a igreja da fé, da esperança e do amor: Não é perdido esse dia que passei hoje. Graças a Deus! (ELSING, 1988, p. 18).

Ainda sobre as questões culturais e a escolarização do mato-grossense, também chamava a atenção dos missionários a abissal diferença e os contrastes entre a cultura ocidental altamente desenvolvida e a cultura de Mato Grosso. Em muitos relatos é possível perceber o juízo fantasioso dos missionários, ao pensar no risco de apropriação do primitivismo da população.

Na Europa, onde o missionário tem sua pátria espiritual, o jovem é educado para ser um cidadão do mundo; é enorme o cabedal de saber transmitido nas escolas; aí se acham reunidos todos os bens da cultura colhidos de todas as épocas da humanidade. Aqui no interior do subcontinente americano, vive-se em um ciclo cultural inteiramente fechado. O espaço vital do homem é aqui estreitamente limitado e orientado apenas para o que está mais próximo. Em muitos lugares do interior tem-se a impressão espontânea de que desde os tempos coloniais nada mudou, nada no estilo exterior da vida, nada na consciência das pessoas [...] estão longe de ser atingidas pelo

grande remoinho do mundo técnico moderno. E quando a gente se põe a escutar a conversa delas, parece até que todo o pensar delas muitas vezes é como o da criança que ainda vive em seu mundo próprio muito restrito e que ainda não descobriu que lá fora existe um mundo grande e amplo. É um risco para a gente descer ao nível dessa cultura monótona. Existe o perigo de a gente ser absorvido por esse mundo do primitivismo (ELSING, 1988, p.33).

O discurso embebido de preconceito cultural de Frei Jorge Elsing, reflete as representações de grande parte dos freis alemães que vieram para o Mato Grosso e expõe o viés universalista da missão. Sob essa ótica, a população de Mato Grosso era simplesmente interpretada como pessoas rústicas, iletradas, de uma cultura inferior e limitadas acerca dos fundamentos da Igreja. Nas palavras de Hoornaert et al. (1977), esse discurso de evangelização não respeitava as fronteiras da alteridade, só considerava o outro como bárbaro ou marginal, nunca como outro no sentido pleno da palavra.

Podemos analisar esse comportamento a partir de Peter Burke (2004) e o conceito de estereótipo do outro. O autor explica, com muito acerto, que os historiadores culturais se tornaram interessados pela identidade cultural e os encontros culturais, tais como o debate sobre o multiculturalismo. O historiador explica que no caso dos grupos confrontados com outras culturas, ocorrem duas reações opostas: uma seria negar ou ignorar a distância cultural, ao assimilar os outros como reflexo do eu e a segunda reação é a construção consciente ou inconsciente da outra cultura como oposta à nossa própria. Assim, quando ocorrem encontros entre culturas, é provável que a imagem que cada cultura possui da outra seja estereotipada.

A palavra estereótipo, originalmente uma placa da qual uma imagem podia ser impressa, é um sinal claro da ligação entre imagens visuais e mentais. O estereótipo pode não ser totalmente falso, mas exagera alguns traços da realidade e omite outros. “Os estereótipos mais grosseiros estão baseados na simples pressuposição de que ‘nós’ somos humanos ou civilizados, ao passo que ‘eles’ são pouco diferentes de animais” (BURKE, 2004, p.157).

Parte daí, o desejo quase que fanático dos missionários de quererem, em nome da fé e do seu propósito evangelizador e formativo, extirpar qualquer comportamento considerado primitivo, para que pudessem converter e catequizar indígenas, caboclos e sertanejos que aqui viviam, e consequentemente, atingirem o objetivo de dilatar e ampliar as fronteiras do catolicismo. “Esta maneira de referir a si mesmos dos povos ditos civilizados foi, sem dúvida nenhuma, uma realização da escolarização” (VEIGA, 2002, p.99).

Não é por menos que, segundo Norbert Elias (1994), o que realmente se constitui a função geral do conceito de civilização é a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Ele

resume tudo o que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou as sociedades contemporâneas mais primitivas.

Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível da sua tecnologia, a natureza das suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (ELIAS, 1994, p.23).

Assim sendo, é possível observar que o lugar estrangeiro ainda é o lugar a partir do qual se descreve a religião popular no Brasil. É o lugar iluminista, da Europa do Norte que mal entendia a vida mais exuberantemente religiosa tanto na Europa do Sul como na América Latina. Os iluministas, racionalistas e intelectualistas reagiram muito diante de um tipo de religião e uma cultura que lhes parecia irracional, sentimental e superficial (HOORNAERT *et al*, 1977).

As discussões de Pereira (2006) apontam que os missionários franciscanos exprimiam contentamento em saber que o sertanejo era todo religioso e católico, porém, observaram que lhes faltavam os fundamentos, reconhecendo, assim, o campo ideal para a catequização. Sentiam-se também responsáveis pela substituição da religiosidade popular, pela difusão do catolicismo romano, o que aumentava o poder do clero sobre as práticas religiosas. Portanto, a cultura multifacetada e a realidade do povo mato-grossense, cujas fronteiras do sagrado e do profano eram fluídas, permeadas de crenças e de práticas não convencionais católicas, eram consideradas profanas pela igreja.

Diante desse cenário e à partir do ponto de vista da cultura e civilização europeia, os Franciscanos logo perceberam a “necessidade e a vantagem de Escolas Católicas. Só assim poderiam formar uma nova geração, mais entrosada na vida da Igreja e na prática da religião” (KNOB, 1988, p.73).

Consequentemente, logo após a fundação das primeiras residências no Mato Grosso, surgiu a ideia da necessidade de Irmãs para a abertura de escolas e o cuidado com os doentes. Em 1940, em carta aos confrades, Frei Eucário Schmitt, primeiro superior da Missão Franciscana no Mato Grosso, escreveu a esse respeito:

Não há que duvidar: **precisamos de escolas** que estejam **sob nossa influência**. Elas são uma condição prévia para uma atividade frutuosa. Por isso vamos fundar em todos os nossos lugares um colégio, uma escola paroquial de ensino primário, de 5 anos, para meninos e meninas, com internato para meninas. Essa escola será inteiramente confiada às Irmãs, nós mesmos não teremos nada a ver com ela. As Irmãs também podem abrir, onde for possível, uma escola doméstica ou de costura e assumir uma espécie de serviço dos doentes. Não interessa, porém, nenhum estabelecimento de ensino secundário (KNOB, 1988, p.73, grifo nosso).

Podemos reconhecer na estratégia de abrir escolas em todos os lugares, sob a influência da doutrina católica, “um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio” (CERTEAU, 1998, p.100). O fato é que, a Missão Franciscana em Mato Grosso ficou representada não somente pela diáspora dos missionários alemães e a possibilidade de um lugar de refúgio para a preservação dos confrades da Província, mas também pelo interesse da Igreja em ocupar espaços ainda não constituídos e legitimados pela presença Católica. Portanto, abrir escolas seria uma estratégia eficiente para alcançar e disseminar essa finalidade e o projeto missionário católico.

Ao longo das primeiras décadas da República e em diferentes épocas do século XX, é preciso reconhecer que a Igreja Católica foi eficiente em desencadear estratégias capazes de edificar sua autoridade de poder, servindo-se da instalação de paróquias e de escolas em regiões estratégicas do território eclesiástico brasileiro (PEIXOTO, 2013, p.101).

Todas essas proposições confirmam a hipótese de que no Sul do antigo Mato Grosso e em Dourados, a implantação das escolas confessionais católicas teria emergido não apenas pelo imenso contingente de crianças fora da escola e pela lacuna do Estado no campo da educação pública, mas também como estratégia da missão franciscana pela ocupação dos espaços necessários para a construção e consolidação do seu lugar de poder, para a contenção de ideologias concorrentes e para o maior engajamento da população com a Igreja e as práticas da religião católica.

Deste modo, Mato Grosso representava muito bem o interesse de expansão religiosa e o desafio em conquistar terras distantes e isoladas, cujo o cenário religioso e a sua população eram interpretados como incivilizados, sem acesso à escola, sem a prática de uma vida religiosa e carentes de padres, portanto, no entendimento dos franciscanos, necessitavam ser civilizados e catequizados. Assim, instruir e evangelizar eram finalidades e estratégias inseparáveis, legitimadas como um meio político-religioso que extrapolou as fronteiras da conversão, mas que poderia ser capaz de ampliar a autoridade e o poder da Igreja.

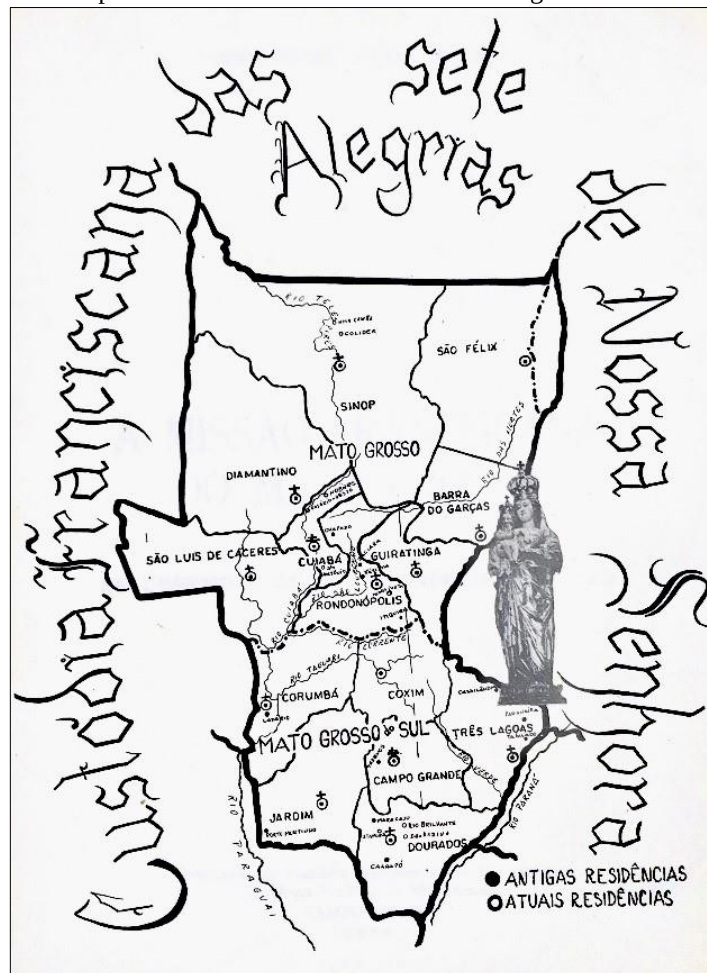
Deste modo, a escola era concebida pelos missionários franciscanos como um lugar privilegiado onde se deveria ensinar a fé e as leis da Igreja, haja vista que, a realidade mato-grossense descrita por Frei Jorge Elsing (1988) denota que a população não tinha acesso nem ao ensino e nem a evangelização:

As mulheres e as moças, os jovens e as crianças me tratam com muito respeito e fazem de tudo para que eu fique satisfeito com eles. De religião não sabem eles muita coisa, pois também não frequentaram nenhuma escola: de sua fé sabem apenas que Deus é

bom e que seus santos os protegem em todos os perigos. Muito melhor do que as leis da Igreja, conhecem eles a lei não-escrita do sertão (ELSING, 1988, p.14).

Sob esse modo de pensar, uma das práticas iniciais dos Franciscanos para alcançarem os espaços desejados para a expansão religiosa era abrir missões em várias localidades e também criar escolas, instituições e ações sociais que estivessem sob a sua influência. Gradativamente, eles foram conquistando espaços e dilatando suas fronteiras missionárias e geográficas. No mapa apresentado na Figura 8, podemos conhecer os caminhos percorridos pelos frades nessa Terra de Missão, suas primeiras e posteriores residências até meados a década de 1980.

Figura 8: Mapa da Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora



Fonte: KNOB, 1988, contracapa.

Entre as residências de missão que podemos situar no mapa, destacamos a do município de Dourados, localizado no Sul do antigo Mato Grosso, que prefigurou como um importante campo de atuação missionária da Ordem Franciscana e que foi mantenedora e responsável pela criação do Patronato de Menores pesquisado nesta tese.

2. OS FRANCISCANOS EM DOURADOS MT/MS: ENTRE TÁTICAS E IDEOLOGIAS CONCORRENTES

A pesquisa histórica é um trabalho de pensamento que também experimentamos como ação e afeto. Desejar compreender as trajetórias de outros sujeitos, procurando romper com o processo de estereotipagem presente na Historiografia da Educação Brasileira, é o ato inaugural que nos impele a verificar que o desejo que encontrou nos outros a oportunidade de manifestar-se em obras é, em nós, o móvel do esforço que nos leva a passar horas consultando arquivos ou a permanecer debruçados sobre uma mesa copiando informações, criando e recriando ideias. Este desejo, que encontra em nós a sua origem, movimenta-se na direção dos sujeitos e das coisas habitadas pela história. É a nossa paixão que institui a ação de não só buscar a revisão dos cânones já consagrados pela ciência, mas também de forjar uma identidade e reconstituir um passado, passado que nos obriga a tratar com mais prudência e responsabilidade o sentido, sempre em aberto, do presente (NUNES, 1990, p.37).

Sabemos que a escola guarda estreitas ligações com a sociedade na qual foi constituída e está inserida. Cada sociedade carrega em si a marca da heterogeneidade e da diversidade, portanto, em cada contexto histórico e em cada grupo social, a escola se organizou de modo a estabelecer sempre uma relação de influência com essa sociedade. Neste capítulo, pretendemos caracterizar e analisar os aspectos econômicos, socioculturais, educacionais e políticos que interagiram com a singularidade e o itinerário histórico do Patronato de Menores e a atuação da missão franciscana no município de Dourados, como define Magalhães (2004), numa abordagem cruzada dos planos macro, meso ou micro e de uma reconceitualização espaço-temporal entre o nacional, o regional e o local.

A idealização de uma escola católica em Dourados aconteceu no momento histórico em que a cidade vivia os primórdios de sua emancipação e um franco desenvolvimento, ainda sob os desdobramentos do Projeto Varguista de ocupação do Centro-Oeste conhecido como *Marcha para Oeste* e das atividades ligadas a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), quando o município experimentava em seu espaço o impacto migratório, a expansão demográfica, o desenvolvimento econômico e o multiculturalismo de migrantes nordestinos, sulinos, paulistas, e também de imigrantes japoneses, paraguaios, argentinos e europeus, a fazer de Dourados um verdadeiro mosaico cultural.

Desta maneira, propomos compreender e analisar o palco da história e o lugar social no qual se insere o Patronato de Menores, com ênfase nas táticas e estratégias utilizadas pelos

missionários alemães para se estabelecerem e conquistarem um lugar próprio no município de Dourados, a fim de cumprirem o propósito evangelizador e formativo da Igreja Católica frente as ideologias concorrentes e o desejo de expansão religiosa.

2.1 O palco da história: Dourados e seu contexto político, econômico e sociocultural

Historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os compromissos sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural do contexto (MAGALHÃES, 2004).

Pois bem, o palco principal da história da gênese e trajetória do Patronato de Menores é o município de Dourados. A cidade está localizada na mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul e faz parte da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. É o segundo maior município do estado com uma população estimada pelo IBGE (2020) de 225.495 habitantes.

Segundo Gressler (1995), antes do advento do colonizador branco, as terras que hoje pertencem ao município eram habitadas pelos povos indígenas Terena e Kaiowá, cujos descendentes podem ser encontrados em reserva indígena e no perímetro urbano de Dourados.

A história e colonização de Dourados são marcadas por diferentes movimentos históricos de colonização e expansão demográfica, envolvendo indígenas, não-índios e diferentes colonizadores da região.

Com o término da Guerra do Paraguai em 1870, o povoamento do Sul do antigo Mato Grosso foi sendo retomado com a fixação de ex-combatentes, com a reestruturação das propriedades rurais, além de muitas famílias que retornaram para a região. Para Corrêa (2006), a luta pela posse da terra, no período do pós-guerra, continuou como um dos fatores de maior tensão e violência durante a Primeira República. A atividade principal da região era a pecuária extensiva e, portanto, o predomínio do latifúndio como fonte de poder econômico e político.

Na visão de Queiroz (2003), os espaços correspondentes aos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ilustram, no âmbito da história do Brasil, um dos mais fascinantes casos de fronteira. Trata-se de espaços que foram objeto de disputas multisseculares, que se caracterizam como área de contato e conflitos entre indígenas, castelhanos, portugueses, brasileiros, paraguaios e bolivianos.

A efetivação do povoamento de Dourados ocorreu com a fixação de ex-combatentes da Guerra, com a vinda de gaúchos e fugitivos, em sua maioria, em consequência da Revolução Farroupilha que ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1893 a 1895; pelo desenvolvimento da

cultura pastoril por famílias de Minas Gerais; pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de 1904 a 1914, atraindo muitos paulistas para a região e também pelo ciclo da erva-mate e a atuação da Companhia Mate Laranjeira, que deteve monopólio da exploração dos ervais em toda a região, entre os anos 1882 e 1924.

De acordo com Gressler (1995), em 1909, cerca de 50 pioneiros, dentre eles, destacam-se Marcelino Pires, Januário Pereira de Araújo e Joaquim Teixeira Alves, iniciaram um trabalho inspirados na ideia de uma criação de um Patrimônio. As iniciativas foram cheias de situações desencorajadoras, já que a empresa Mate Laranjeira, arrendatária das terras, interferia para impedir que isso fosse realizado e registrado.

As relações entre os pioneiros e a Companhia Mate Laranjeira foram marcadas por inúmeros conflitos e tensões. O monopólio da empresa foi duramente denunciado pelo jornal carioca O Radical de 25 de agosto de 1938:

Lá o governo não é governo e a lei não é lei. [...] Senhora da fronteira, tirana de populações que vivem martirizadas sob um regime de escravidão, a Matte Laranjeira desmente as geografias e cria um novo Estado – a Matte. Território trancado onde a justiça nunca penetra e a palavra direito só se pronuncia em surdina, com medo de represálias, o feudo de Mendes Gonçalves é aberração inexplicável para uma nação soberana. A Matte Laranjeira criava líderes, elegia deputados, fazia senadores, indicava governadores de Estado, todos empreitados para assegurar, junto ao governo central, a inviolabilidade da sua capitania (O RADICAL, 25/08/1938, p.1).

Apesar das forças contrárias, ainda assim, o Patrimônio de Dourados foi criado e recebeu inicialmente o nome de São João Batista de Dourados, depois Patrimônio das Três Padroeiras. “O povoado que então se formava recebeu a denominação de São João Batista de Dourados, topônimo esse consequente de sua proximidade com o Rio Dourados” (O PROGRESSO, 20/12/1985, p.22).

A influência da Igreja Católica pode ser percebida já na gênese das denominações concebidas para a cidade. Em relação ao nome Patrimônio das Três Padroeiras, Pompeu (2014) justifica que existiam três cruzeiros em pontos estratégicos do povoado. O primeiro ficava na então residência episcopal²³ e era destinado à invocação da Imaculada Conceição, o segundo onde atualmente é o loteamento São Pedro, invocando Santa Rita, já o terceiro na atual região da Cabeceira Alegre sob a proteção de Santa Catarina.

Somente em 1914, pela Lei N.º 658, de 15 de junho, criou-se o Distrito de Paz e Dourados foi elevado como Distrito de Ponta Porã. Em 1915 pelo Decreto N.º 402 de 3 de

²³ Conhecida como Quadra do Cruzeiro, local onde foi instalado o Patronato de Menores em 1954.

setembro, o governo reserva 3.600 hectares de terra para o patrimônio da povoação de Dourados, que já contava com algumas famílias fixadas na região.

Nesse período, muitas regiões do interior do Sul do estado ainda enfrentavam as dificuldades dos vazios demográficos, entendidos à luz das descrições de Queiroz (2003) como sertão, confins geográficos da Nação, espaço virgem a ser ocupado, enfim, lugar de encontro e conflitos de alteridades. As características da região eram de vastidão territorial, situação fronteiriça, grande distância dos centros dirigentes brasileiros situados no litoral; precariedade das vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e as regiões centrais do país; população não-indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade.

Apesar da região ter uma expressiva população de indígenas, paraguaios e sertanejos que aqui habitavam, o discurso hegemônico da época formulado nos grandes centros do país, apontava para a existência de espaços considerados vazios, isto é, terras de um Brasil inexplorado, ainda não totalmente submetido ao controle do Estado e à sua dinâmica político-econômica, com uma população que era estigmatizada como bárbara, selvagem, iletrada e pouco civilizada.

Conforme Gressler (1995), em 1922 o Distrito de Dourados recebeu impulso em seu crescimento com a criação da Agência dos Correios e Telégrafos e a organização da comissão para a construção da Igreja Católica.

No que tange a organização do núcleo urbano, Moreira (1990) destaca que na segunda década do século XX, a sede do Patrimônio de Dourados começava a se organizar. Na década seguinte, as famílias que moravam nas fazendas próximas já encontravam motivos para se deslocarem em carros de bois ou a cavalo até a sede do Patrimônio. A igreja foi a primeira instituição que surgiu, atuando inclusive, na organização do espaço urbano. Assim, a igreja, a casa comercial, a pensão, o hotel são polos organizadores deste núcleo, dando a ele traços de cidade.

Dourados, na década de 1930 era uma cidade pequena, era como uma fazenda. No lugar que é hoje a Avenida Marcelino Pires, e, que se chamava rua Principal, algumas casas se espalhavam. A cidade era toda cercada de chácaras. A diversão da gente pequena era jogar barra-manteiga, futebol, ou nos fins de semana pegar o cavalo e ir pescar no rio, ou fazer rinha de galo. Havia a chamada violência particular, as chamadas brigas pessoais. Certos indivíduos eram inimigos de morte por razões particulares, mas isso que existe hoje, de uma pessoa matar a outra para roubar, não havia. Aconteciam brigas por desafetos, ciúmes de namorados, mas a

violência como instituição não havia. As pessoas viajavam e fechavam a casa com tramela para o vizinho poder cuidar (ROSA, 1990).

O Distrito se desenvolveu e o seu crescimento fez com que em 20 de dezembro de 1935, pelo Decreto Estadual N.º 30, fosse elevado a município e desmembrado de Ponta Porã. “Neste ano, Dourados contava com uma população estimada em aproximadamente 20 mil habitantes e compreendia 21.250 quilômetros quadrados de território, limitando-se com os municípios de Ponta Porã, Maracaju, Entre-Rios (Rio Brilhante) e com o Estado do Paraná” (GRESSLER, 1995, p.17).

Em 1936 ocorreu a inauguração do prédio de alvenaria da Prefeitura Municipal de Dourados, na Rua Joaquim Teixeira Alves, como mostra a Figura 9, no qual podemos observar que as ruas ainda eram de chão batido, sem canteiros e sem a rede de energia elétrica e demais infraestruturas. Podemos identificar também, informações sobre a vida urbana e a identidade cultural de Dourados. No registro fotográfico, nota-se a presença de algumas crianças descalças e sem camisa, conduzidas pela curiosidade, participam do evento como observadoras; enquanto outras, estão vestidas a caráter para o evento, trajando uma espécie de uniforme para uma possível apresentação cultural. A separação entre o grupo de homens e o de mulheres realçam ainda um sociograma representativo dos papéis sociais de gênero neste período.

Figura 9: Inauguração da Prefeitura de Dourados/MT, 1936



Fonte: Museu Histórico de Dourados

Como já citado, a toponímia do nome Dourados vem do início do século XIX, quando se formou o primeiro núcleo populacional de São João Batista de Dourados, nome que o

povoado tomou por estarem localizados próximos do Rio Dourados. O Rio Dourados, por sua vez, recebeu esse nome devido abundância do peixe dourado em suas águas.

Não obstante, a partir de 1930, o Governo Federal deu início a ações e medidas que teriam grande impacto e consequências em Mato Grosso e em Dourados. Segundo Gomes (1982), em 1930 foi criado no Brasil, o Departamento Nacional de Povoamento, visando encaminhar para o interior do país uma quantidade de pessoas sem trabalho, e que no discurso do governo, ameaçavam a ordem pública, já que não tinham condições de sobreviverem nas cidades. Porém, o Estado precisava estabelecer políticas que limitassem a entrada de estrangeiros – o Sul já estava esmagado pelo internacionalismo – e que também orientassem sua localização, bem como racionalizassem as migrações internas.

Nos anos subsequentes, entre 1938 e 1940, essa pauta ganhou novo impulso com o Governo Getúlio Vargas no *Estado Novo* (1937-1945), que lançou o projeto chamado *Marcha para o Oeste*, uma estratégia geopolítica que tinha como objetivo promover a expansão territorial do Centro-Oeste e a integração do Brasil como nação, mediante o desenvolvimento agrícola e a colonização do interior e das regiões de menor densidade populacional.

A campanha Marcha para o Oeste, desencadeada em 1938, propunha a *construção da nação* por todos os brasileiros e isso foi fundamental para os trabalhadores que tinham sido expulsos do campo e encontravam-se desempregados nas cidades ou trabalhavam como empregados rurais nos grandes latifúndios, sobretudo na região nordeste, aderissem ao projeto (OLIVEIRA, 1999, p. 88).

O projeto que também era permeado por interesses do governo em conquistar uma base de apoio político em estados periféricos, tinha ainda como finalidade a povoação e nacionalização das fronteiras, o que gerou uma série de efeitos e medidas no Sul do antigo Mato Grosso. Uma delas relacionou-se com a criação do Território Federal de Ponta Porã, que pôs fim ao domínio e a concessão de terras da Companhia Mate Laranjeira.

A política da *Marcha para o Oeste* almejava a expansão brasileira dentro de suas fronteiras e recolocava o problema da mão de obra necessária para a reordenada conquista do interior do país. Foi instaurada uma comissão para regulamentação da política imigratória, assim, o Departamento Nacional de Povoamento foi transformado em Departamento Nacional de Imigração, já o Serviço de Imigração, Reflorestamento e Colonização foi transformado em Divisão de Terras e Colonização. Por fim, a imigração foi tratada como um problema político, ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim, várias legislações foram criadas nesse período para o controle dos imigrantes, que deveriam passar a ser um fator de progresso e não de desagregação social e desordem política. E já que no *Estado Novo*, o Brasil realizava

um grande esforço para ocupação das terras do interior, não interessava ao país, a fixação de estrangeiros nas cidades, eles deveriam ser conduzidos aos trabalhos do campo, sem prejuízo do brasileiro, que se constituía a base da política de colonização, pois o Brasil vivia uma grave situação de desequilíbrio, face ao crescente deslocamento da população rural para as cidades litorâneas (GOMES, 1982).

O nacionalismo proposto pelo Governo Vargas pretendia construir um país patriota e que valorizasse a cultura brasileira. Nesse contexto, novas estratégias irromperam no município de Dourados, em especial com a criação das colônias federal, municipal e particulares, com destaque para a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), oficializada pelo Decreto de Lei Federal n.º 5.941 de 28 de outubro de 1943:

Cria a Colônia Agrícola Nacional ‘Dourados’, no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional ‘Dourados’, no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares.

Art. 2º As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia, correrão por conta da dotação de Cr\$ 2.000.000,00²⁴ (dois milhões de cruzeiros) atribuída à Colônia de Mato-Grosso, compreendida na Verba 5 - Obras, desapropriação, etc. Consignação I - Obras - Subconsignação 02 - Prosseguimento e conclusão de obras, etc. 21) D. N. P. V. - 04) D. T. C. - a) Prosseguimento de obras das Colônias Agrícolas Nacionais - d) Mato-Grosso, do orçamento geral da União para o corrente exercício e observadas as disposições do decreto-lei nº 5.562, de 9-6-1943.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS

Apolônio Sales (BRASIL, 1943)

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados atraiu para a região grandes contingentes de migrantes brasileiros e também imigrantes estrangeiros, sobretudo, os japoneses, que tinham como objetivo principal o cultivo de novos cafezais. A exemplo de outras cidades do Centro-Oeste, Dourados se insere no discurso do progresso e desenvolvimento inculcado por Vargas, com repercussão em vários aspectos da dinâmica da região e do município, seja do ponto de vista econômico, político e sociocultural. A criação das colônias agrícolas representa um divisor

²⁴ O auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 corresponderia atualmente a uma proporção de R\$ 1.621.180,00. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/calculadoradocidadao>. Aplicativo Oficial do Banco Central do Brasil. Acesso em: 30/12/2019.

de águas na história do município de Dourados, sendo impossível contar a sua trajetória sem se remeter a elas, em especial, a CAND.

Santos (2007) destaca que embora a CAND tenha sido implantada em 1943, somente em 1948 ela teve a sua efetivação. Nesse período, a campanha Marcha para o Oeste já tinha sido desencadeada desde 1938. “A campanha revestida de grande aparato propagandístico apresentava ao povo brasileiro a colonização como chave para o desenvolvimento econômico e a conquista total do território” (SANTOS, 2007, p.23). Os primeiros migrantes a aderirem ao projeto anunciado pelo Governo Federal chegaram à região em 1948 e receberam além dos lotes de 30 hectares legalmente demarcados, uma casa em sua propriedade, ferramentas e demais benfeitorias.

Nas Figuras 10 e 11 podemos observar a construção da sede da CAND e a visita de colonos e colaboradores em 1945. As imagens denotam a grande movimentação demográfica nesse período e a sensação de descoberta de um novo mundo a ser demarcado e construído.

Figura 10: Construção da sede da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, 1945



Fonte: Museu Histórico de Dourados

Figura 11: Colonos e colaboradores da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, 1945



Fonte: Museu Histórico de Dourados

Ainda nas palavras de Santos (2007), à medida em que os primeiros colonos tomavam posse de suas terras e benfeitorias, as notícias se espalhavam e atraíam cada vez mais colonos nos anos seguintes. Muitos enviavam cartas para os amigos e parentes divulgando a região, outros visitavam Dourados em caráter exploratório, conheciam o local e retornavam à região de origem para buscar a família e contavam aos demais sobre suas impressões, estimulando desta forma, outros trabalhadores a migrarem para a região.

Na década de 1950, Dourados experimentou um crescimento econômico e uma ampliação no processo de povoamento e expansão demográfica, principalmente, mediante a colonização realizada pelas companhias privadas, com grandes projetos de loteamento e o início de novas colônias. Além disso, os proprietários de chácaras próximas ao núcleo urbano, também desmembraram suas propriedades para a implantação de loteamentos. Somente na década de 1950, já havia no município de Dourados aproximadamente 49 loteamentos e uma população de 23.019 habitantes segundo o IBGE (1950).

Paulatinamente, a região de Dourados passou a ser representada como uma terra prometida, uma Nova Canaã. As estratégias de propaganda e disseminação doutrinária do governo podem ser percebidas na função dos jornais e revistas de época. Era comum os discursos de exaltação, progresso e promoção da cidade. Em tom epopeico, muitas edições dos jornais locais traziam constantes matérias com os seguintes títulos: “A Nova Canaã” (O DOURADENSE, 11/05/1948, p.1); “Terra promissora de grandioso futuro” (O DOURADENSE, 17/08/1948, p.1); “Novo Clarão de Luz” (O DOURADENSE, 27/06/1950, p.1); “Dourados, paraíso dos loteamentos” (O PROGRESSO, 02/12/1951, p.1); “A cidade

cresceu da noite para o dia” (O PROGRESSO, 05/08/1951, p.1); “Na Marcha para o Oeste, Dourados é o objetivo” (O PROGRESSO, 07/10/1951, p.3); “Dourados em Marcha ascensional para o Progresso” (O DOURADENSE, 13/11/1948, p.1); “Oásis do Sertão” (O DOURADENSE, 29/01/1949, p.1); “Dourados em Marcha: Progresso vertiginoso – Valorização astronômica das propriedades – Absoluta liderança na produção agrícola – Construções e mais construções” (O PROGRESSO, 28/09/1952, p.1) e assim por diante.

Com Jacques Le Goff (1990), podemos compreender essa ideia de progresso como um conceito eminentemente ocidental, que se desenvolveu entre o nascimento da imprensa do século XV e a Revolução Francesa, embora recebesse diferentes atribuições ao longo do tempo. Assim, nos séculos XIX e XX a ideologia do progresso é portadora de um juízo de valor, reconhecido pelo esforço intencional para obter-se o avanço técnico, científico, econômico e moral.

Aí define a ideia de progresso como ‘o ídolo do século’, a ideia que impera e regula a ideia de civilização ocidental; lembra que a expressão ‘civilização e progresso’ se tornou um lugar-comum e que se encontram a todo momento os pares ‘liberdade e progresso’, ‘democracia e progresso’. [...] É, antes de mais nada, ‘uma teoria que engloba uma síntese do passado e uma profecia do futuro’. É, em seguida, uma interpretação da história que considera que os homens avançam mais ou menos depressa, mas em geral bastante lentamente, numa direção definida e desejável (implica, pois como finalidade a felicidade) e supõe a indefinida continuação desse progresso (LE GOFF, 1990, p.265).

Em Dourados, a imprensa local expressava não somente uma estratégia de propaganda para instigar a vinda de novos colonos para a cidade, mas também uma tentativa de desmistificar a representação de rusticidade, barbárie e atraso com que a região e a sua população eram estereotipadas nos grandes centros urbanos e no litoral do país. A intenção era afirmar que o progresso já se fazia presente.

Segundo Pinto (2017), as fontes ligadas à imprensa de circulação geral viabilizaram a percepção e identificação de ideias em circulação, bem como sistemas de referência, ora reforçando a situação de atraso, comumente atribuída ao território Centro-Oeste, ora destacando suas potencialidades perante outras localidades do país.

Uma reportagem do jornal O Douradense de 24 de julho de 1948 simboliza muito bem essas táticas e estratégias:

Fatos há, de repercussão lá fora, de lugares outros, não muito distantes, às vezes, que fazem de certas regiões como a nossa, um verdadeiro espantinho, quando não passam, na verdade, de méros comentários de ruas, cafés e esquinas. [...] quando procuramos conviver com o povo, conhecendo-o de perto, auscultando as suas necessidades e os anseios, em suma, da população. Desconheço povo mais ordeiro e trabalhador do que este. [...] povo que habita uma rica e futura região, dependendo, porém, que os nossos

governantes olhem para ele com carinho e justiça (O DOURADENSE, 24/07/1948, p.1).

O processo de colonização alterou significativamente o cenário rural e urbano de Dourados, à medida que atraiu um grande contingente demográfico para a região, inclusive uma imensa quantidade de famílias pobres, que demandavam a implantação de políticas públicas educacionais e sociais.

Em 1950, a população de Dourados somava 22.834 habitantes, sendo 4.730 na zona urbana e 18.104 no campo. A Figura 12 mostra a visita de uma família de colonos no núcleo urbano de Dourados, que nesse período possuía uma cultura e uma demografia predominantemente rural. Além disso, a vestimenta com trajes gaúchos de um dos homens representa a marca desse multiculturalismo presente em Dourados. Segundo Linke (2013), como significante, o vestuário assume diversos papéis e relata realidades que se constroem no cotidiano, nas manifestações culturais e tradições, pois muitas delas utilizam vestes específicas, tradicionais, que representam mais que um adorno, mas agregam valores e crenças.

Figura 12: Colonos em visita na cidade. Dourados, anos de 1950



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Como podemos perceber, nessa época, segundo Sampaio (2004), as ruas de Dourados além de poucas, não eram asfaltadas. Na Avenida Marcelino Pires havia poucas moradias e algumas casas de comércio grandes onde as pessoas, principalmente as que moravam afastadas do centro, compravam alimentos de sacas, como arroz, açúcar e sal. O perímetro da cidade era curto, mas as distâncias eram maiores pois quase não havia veículos, os meios de transporte

eram precários e não havia pavimentação asfáltica, sem contar que a terra de Dourados era e é espessa e bem escura.

Com a colonização, essa complexidade cultural aumentou. Amaral (2005) pontua que a Colônia Agrícola Federal de Dourados tinha recebido até 1960, aproximadamente 9.232 famílias. Em 1960 a população urbana e rural do município de Dourados era de 84.955 habitantes e em 1968 passou para 148.980 habitantes.

Como podemos notar, em menos de uma década, a população do município quase que dobrou de quantidade. A Figura 13 mostra uma vista parcial do centro de Dourados em 1958, com destaque para sua avenida principal, a Avenida Marcelino Pires e a Praça Antônio João. Podemos perceber a presença de carros motorizados da época, mas principalmente, a predominância de carroças, cavalos e charretes. A imagem também revela os traços da organização urbana que foi se modificando, com canteiros centrais, meio fio, calçadas, postes de iluminação e prédios de dois andares. Dourados representava muito bem a típica cidade rural, que acenava para a constituição de uma cultura urbana, mas ao mesmo tempo refletia a marca de um Brasil rural.

Figura 13: Centro de Dourados - Avenida Marcelino Pires e Praça Antônio João, 1958



Fonte: Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD)

Com o passar dos anos, a realidade dos colonos que chegavam em Dourados foi se tornando cada vez mais difícil e não correspondia em quase nada as propagandas e a exultação do *boom* migratório. As dificuldades enfrentadas pelas famílias eram inúmeras, desde a falta de

moradia, transporte, saneamento básico, atendimentos de saúde, acesso a escolas, enfim, todo um conjunto de condições básicas necessárias para se estabelecerem.

De acordo com Santos (2007), boa parte dos atrativos oferecidos pelo Governo Federal no início da implantação da colônia, como as benfeitorias, deixaram logo de existir. A segunda etapa de colonização na 2ª zona do Núcleo Colonial de Dourados pode ser identificada a um modelo de colonização espontânea motivada pela ocupação de posseiros e especuladores. A instabilidade gerou grandes conflitos e, muitos daqueles que marcaram seus lotes, jamais tomaram posse, pelo menos não na área que havia sido demarcada. A luta dos colonos para formarem a cidade somou-se à luta pela terra e permitiu constatar que a adaptação desses colonos ao lugar que tinham chegado alcançava índices consideráveis.

A edição de 10 de agosto de 1952 do jornal O Progresso denunciava as condições precárias que os colonos viviam:

Os homens de vários rincões do Brasil, muito especialmente os nordestinos, [...] entraram de verdade, desbravando o sertão bruto, radicaram se na terra; criaram seus filhos, povoaram a colônia [...]. Resta agora, decorridos muitos anos, que os colonos tenham direito de propriedade das terras trabalhadas. Elas não podem mais continuar como ‘terras de ninguém’ ou do governo, como dizem. Terra que é do governo, no nosso entender, é do povo. E, se as terras são do povo, que esse povo tenha o direito de propriedade assegurado por uma medida oficial justa (O PROGRESSO, 10/08/1952, p.3).

Já a partir de 1960, Dourados recebeu uma grande leva de sulistas, sobretudo, vindos do Rio Grande do Sul. Por serem conhecedores do manejo agrícola em grande escala, os gaúchos implantaram extensas lavouras e iniciaram na região uma verdadeira revolução da soja, além disso, também cultivaram grandes plantações de trigo e arroz e implantaram a lavoura mecanizada. Nos anos 1970-1980 Dourados se projetou como um celeiro agrícola, uma potência econômica do agronegócio no cenário nacional, com vastas extensões de terras. Com efeito, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO²⁵) propôs a denominação da região como *Grande Dourados*.

Em depoimento prestado à pesquisadora Maria da Glória Sá Rosa, o professor Ayrthon Barbosa Ferreira fornece indícios das representações, conflitos socioculturais e transformações pelas quais passou a cidade de Dourados. Apesar do discurso xenofóbico e embebido de preconceito cultural, por meio dele, podemos conhecer vestígios das vicissitudes e tensões desse

²⁵ É uma autarquia federal brasileira criada em 1967 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste.

passado, as percepções coletivas e os estereótipos que surgiram dos encontros entre as culturas, bem como o imaginário compartilhado pelas pessoas que viveram aquele período histórico:

Retornando ao assunto da migração, insisto em que ela foi fundamental em nossa formação com levas de nordestinos, que provocaram inúmeros crimes aqui, tendo em vista seu passado de cangaço e misticismo. Os paraguaios também nos causaram muitos problemas, provocaram crimes, porque são sem instrução e têm sangue quente. Depois que Dourados foi colonizado e já tinha estradas, vieram os paulistas para dinamizar a cultura do café e os mineiros para desenvolver a Pecuária. No fim dos anos sessenta e começo dos 70, a fisionomia de Dourados sofreu uma miscigenação de etnias: gaúchos, paranaenses, catarinenses, cada um com seu tipo de cultura, a que se juntaram índios, negros, alemães, italianos num grande aglomerado de raças em que os de cultura superior foram assimilando os de cultura inferior. Os que vieram do sul do país dinamizaram a cultura do trigo e da soja que deu prosperidade à região. Com o progresso vêm as mazelas da civilização (ROSA, 1990, p.172).

Essa conjuntura de intensa expansão demográfica, em que pessoas e famílias de vários estados brasileiros e também estrangeiros vieram para viver e trabalhar em Dourados, alterou profundamente a cultura urbana e rural do município, mais do que isso, as trocas de experiências, a heterogeneidade social, o intercâmbio e a apropriação de elementos de várias culturas fizeram de Dourados um espaço multicultural. Da explosão migratória, que acabou se tornando desordenada, também começaram a surgir as mazelas sociais.

Em relação às práticas religiosas, Amaral (2005) explica que a formação histórica, o caráter fronteiriço e a multiplicidade cultural conferiam à população douradense uma manifestação religiosa bastante peculiar, com uma série de práticas comuns nas famílias, costumes herdados dos avós e passados ao longo de gerações. A maioria da população mato-grossense não havia frequentado escola, desconhecia as práticas religiosas católicas e de sua fé sabia apenas que Deus era bom e que seus santos as protegiam de todos os perigos. A missa rezada em latim com o padre de costas era algo estranho a população.

Com o aumento demográfico no Sul do antigo Mato Grosso, a Igreja Católica passou a reconhecer a importância de abrir novas frentes de missões e novas paróquias, sobretudo, em lugares em que a Igreja havia perdido espaço para outras denominações religiosas e onde a sua legitimação ainda não estava estabelecida. A propósito, o catolicismo vivia um momento em que era necessário garantir a sua hegemonia, o seu lugar social e a sua expansão. Assim, a Missão Franciscana se instalou em Dourados e fundou a Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição. A partir daí, o município também se tornaria palco de uma disputa religiosa entre protestantes e católicos pela conquista de novos espaços abertos na sociedade e pelo maior número de seguidores possível.

2.2 Um lugar próprio: a Missão Franciscana em Dourados e a Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição

No início do século XX, a igreja católica em Mato Grosso apresentava sérios problemas estruturais, organizacionais e operacionais. No Sul de Mato Grosso, em especial a região do município de Dourados, a situação de penúria e as limitações da igreja eram ainda mais evidentes. Conforme Marin (2000), a realidade da igreja católica em Dourados era de influência política limitada, escassos recursos financeiros, ausência de intelectuais católicos e de edifícios religiosos. Tais problemas tornavam-se agudos, pois o povoamento da região iniciou-se no final do século XIX com uma população predisposta à luta, à violência, com valores referenciados em uma população militarizada e armada, latifundiária e pastoril.

Dourados, desde sua formação, caracterizou-se pela violência, brigas de rua, mortes por vingança. Tudo isso afetava a vida das escolas, pois, quando aconteciam brigas, tiros, a gente trancava a escola correndo, com medo de que algum aluno fosse atingido (ROSA, 1990, p.161).

A história da construção e instalação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição – que inicialmente foi Capela e atualmente é Catedral Diocesana – se mistura com a própria construção do município. Aliás, a chegada da Missão Franciscana em Dourados também resultaria em uma sucessão de desdobramentos e influências não somente nos aspectos religiosos, mas socioculturais e educacionais. É inegável as influências que a Ordem Franciscana imprimiu na população e em Dourados, construindo história e produzindo rastros de memória. O inverso também é verdadeiro, pois, nas trocas sociais, culturais e religiosas, os franciscanos também resignificaram e reconstruíram as suas representações, práticas e estratégias de atuação.

Vale constar que, no início da existência do Patrimônio de Dourados, não havia capelas, igrejas ou sequer sacerdotes. Nesse contexto emerge a figura do padre viajante, que nas visitas esporádicas de desobriga passava um tempo no local para realizar os sacramentos da igreja, como batizados, primeira comunhão, casamentos e festas litúrgicas; celebrava as missas, realizava a catequese ao povo e depois prosseguia para outras regiões, retornando de tempos em tempos. Nessa época, a assistência religiosa católica em Dourados ainda era bastante incipiente e escassa.

Nessas circunstâncias, em 1923 os moradores de Dourados começaram a cogitar a ideia da construção de uma capela, que se fortaleceu em 1925, ainda de forma improvisada,

pois, não sabendo das leis eclesiásticas da Igreja, a população acabou agindo precipitadamente, dando início à obra sem a benção da pedra fundamental, que era uma exigência da Igreja para a autorização da construção de um templo religioso.

Na Figura 14, mesmo com as bordas rasgadas, podemos conhecer essa primeira capela construída em Dourados e observar a sua população, constituída por mulheres, homens e crianças que participavam do evento de recepção da imagem artística de Nossa Senhora Imaculada Conceição, trazida pelos moradores para a Capela em 8 de dezembro de 1925, data em que se comemora o seu dia. Dada a importância simbólica da festividade, nota-se que a população estava especialmente trajada para a ocasião, com roupas sociais da época, inclusive os meninos vestidos com ternos. O registro fotográfico em tela é praticamente o que Peter Burke (2004) chama de testemunho ocular, que permite observarmos a identidade cultural, as formas de comportamento social, cotidianas ou de eventos festivos e encontros culturais.

Notamos que a maioria dos homens e meninos tiraram os chapéus da cabeça, segurando-os nas mãos em sinal de respeito diante da imagem da Padroeira que contemplavam, que se tornou um dos primeiros símbolos do catolicismo em Dourados. Esse dia também oficializou uma data tradicional e simbólica, isto é, a ocasião da primeira festa em homenagem à Padroeira de Dourados, que ganhara o *status* de maior festa católica do município.

Figura 14: Primeira capela de Dourados em construção, 1925



Fonte: Museu Histórico de Dourados

A Comissão que se dedicou em benefício da referida construção foi registrada no Livro de Tombo I da Paróquia Imaculada Conceição de Dourados, aberto em 1936 pelo então Padre Amado Decleene, missionário da Paróquia de Ponta Porã:

Eu, sacerdote Amado Decleene, missionário, certifico que a folha doze do livro de Tombo de Ponta Porã encontra-se a acta do theor seguinte: Capella de N. S. Imaculada Conceição de Dourados, do Districto da Paroquia de Ponta Porã. Aos quatro dias do mez de Junho de mil novecentos e vintiseis na Capella de Dourados, recém construida, o abaixo assignado teve a satisfação de conhecer a distincta Comissão da Construção da dita Capella, composta dos Exmos. Irs.: Januário Pereira de Araujo, presidente; João Rosa Goés, fiscal das obras; Exmas Irs. D. Francisca Claudina Rosa, thesoureira; D. Sofia de Castro Batista, secretaria; D. Genoveva Capillé, conselheira auxiliar; D. Balbina Pereira de Carvalho, conselheira auxiliar; D. Antonia Capillé, 2.^a secretaria; estas duas ultimas ausentes por motivo justificado. O visitador diocesano agradeceu a Exma. Comissão pela obra benemérita levada a termo no breve prazo de Junho de 1925 a oito de Dezembro do mesmo anno, dia em que a população de Dourados levou a artistica imagem de N. S. Immaculada, que se encontrava na residencia do Ir. Major Manoel Pompeo Capillé, dadiva do finado Major Affonso de Oliveira Mello. Inteirou a Exma. Comissão, das leis eclesiásticas emanadas pela Pastoral Collectiva dos Exmos. Arcebispos e Bispos do Sul do Brasil, a saber o Capitulo: Igrejas e Oratórios e mais artigos sobre a construção das egrejas. Não tendo se benta a pedra fundamental pela única razão de não ter um sacerdote, ignorando a obrigação que todos em geral tem de recorrer a Exmo. Ordinario Diocesano, determinou-se de benzer no dia 06 de junho corrente a pedra fundamental e em seguida a mesma capella (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.4).

Como vimos, até o ano de 1935, o então Distrito de Dourados pertencia administrativamente e, portanto, religiosamente ao município de Ponta Porã, e ambos pertenciam a Diocese de Santa Cruz de Corumbá, distante a mais de 600 Km de Dourados. Em 3 de outubro de 1935, pelo Decreto N.º 3, o então bispo de Corumbá Dom Vicente Maria Priante resolveu criar a Paróquia da Imaculada Conceição de Dourados, desmembrando-a assim, da Paróquia São José de Ponta Porã.

Diocese de Santa Cruz de Corumbá

Decreto N.º 3

D. Vicente B. M. Priante por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica

Bispo de Corumbá,

Aos que este nosso Decreto virem saudações, paz e benção no Senhor. Fazemos saber que, em atenção ao bem espiritual dos habitantes do Districto de Dourados e mais adjacências, neste nosso bispado de Corumbá, tendo nós deliberado crear a Paroquia de N. S.^a Immaculada Conceição do Districto de Dourados [...]. Havemos por bem desmembrar da Paroquia de S. José de Ponta-Poran, o territorio correspondente ao Districto de Dourados e mais outros adjacentes, e nelle pelo presente de acto erigimos e canonicamente instituimos nova Parochia amovível em face do Direito, sob a denominação de Paroquia de N.^a S.^a Immaculada Conceição de Dourados, com sede na villa do mesmo nome, a qual terá por matriz a Capella de N. S.^a Immaculada. [...] Concedemos a Igreja que vai servir de Matriz todos os direitos das demais Parochias. Sempre que as condições liturgicas o permitam poderá conservar o Santissimo Sacramento e terá sua Pia Baptismal. Deverá ter os livros paroquiais próprios. Damos, pois, por ereta a nova Parochia sob a proteção da Virgem Imaculada, cuja festividade

se há de celebrar cada anno; seus paroquianos serão sempre submissos as parochias que forem nomeados para a regerem e serão sempre solícitos em cuidar das necessidades delles e da Fabrica da Igreja, contribuindo religiosamente para isso com emolumentos, offertas e benesses (LIVRO DE TOMBO DA DIOCESE DE CORUMBÁ (1935-1958), p.1-1v).

Apesar da criação da nova paróquia, o bispo não dispunha de padres para atendê-la e resolveu anexá-la a de Ponta Porã. Somente no dia 10 de julho de 1936 que a população de Dourados ficou sabendo da criação da paróquia, quando o Padre Amado Decleene missionário de Ponta Porã publicou o decreto do Bispo.

Os padres de Ponta Porã continuaram dando assistência à Paróquia recém-criada até que ela foi confiada aos Franciscanos por Dom Vicente, junto com as paróquias de Entre Rios (Rio Brillhante) e Maracaju em 29 de janeiro de 1938. Tomaram posse das três paróquias em 6 de fevereiro de 1938, o Frei Antonino Schwenger, o coadjutor Frei Francisco Brugger, que prestaram assistência por dois anos à Paróquia de Dourados, com visitas a cada dois meses, ou, acontecia de o padre passar vários dias na Paróquia.

Não obstante, como vimos, no decorrer do tempo, a população de Dourados cresceu rapidamente e novas povoações e comunidades surgiram. Desta forma, tendo chegado novos padres da Alemanha, em julho de 1940, o Padre Comissário dos Franciscanos, Frei Eucário Schmitt visitou Dourados na companhia de Frei Higino Latteck para verificar a possibilidade de Dourados receber um padre efetivo na paróquia. Assim, em 18 de outubro de 1940, Frei Higino chegou em Dourados e assumiu o trabalho paroquial, mas somente em 10 de janeiro de 1941 recebeu sua provisão de vigário por parte do Bispo Diocesano de Corumbá, Dom Vicente.

Aos 18 (dezoito) de outubro de 1940 cheguei aqui definitivamente, pois a situação religiosa deste lugar foi muito triste. Os Protestantes da America do Norte tomaram totalmente a conta na religião do povo. A dona Antonia Capilé se queixou, que quasi ninguém na ausência dos padres frequentava as rezas católicas, mas quase todos assistiram o culto dos outros. Tres vezes por semana os Presbyterianos tiveram o seu culto, e sempre acharam a igreja delles cheia de povo católico. As primeiras missas assistiram somente no dia util tres, nos domingos vinte e até trinta pessoas. Felizmente com auxílio da Dona Antonia eu ensinava como propagandistas as crianças catholicas. Aos oito de Dezembro, na festa da nossa Padroeira, 35 crianças receberam a primeira comunhão (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.7).

Notamos que uma das primeiras preocupações de Frei Higino Latteck foi justamente a constatação de que os protestantes já estavam bem estabelecidos em Dourados, inclusive, deixando claro o incômodo por saber que muitos católicos frequentavam o culto dos presbiterianos. Também é perceptível o tom de competição pela quantidade de fiéis que frequentavam as atividades de ambos segmentos. Mais do que isso, já que nos valem dos

conceitos de estratégias e táticas de Certeau (1998), e se estratégia é o lugar de poder, pode-se entender que a presença católica em Dourados, por meio da institucionalização da missão franciscana, surgiu como necessidade de fazer oposição a expansão protestante. Como a Igreja Católica ainda não havia legitimado e estruturado seu espaço no município, os franciscanos precisaram valer-se de táticas que pudessem enfraquecer e controlar o movimento protestante, visto como um inimigo potencial da fé católica.

Nesse período, conforme Knob (1988), Frei Higino Latteck encontrou a maioria dos seus paroquianos morando em choupanas miseráveis e primitivas casas de madeira, as estradas descuidadas e o povo religiosamente ignorante. Para auxiliar no intenso trabalho pastoral que Frei Higino Latteck teria pela frente, em 19 de agosto de 1941 chegou em Dourados o Frei Quintino Schaefer.

Naquele tempo Dourados tinha 800 habitantes no perímetro urbano, mas bem mais na extensa área rural de uns 20.000 quilômetros quadrados. O começo foi difícil como de costume, e de extrema pobreza franciscana (LEITZ, 1982, p. 49).

Os freis não encontraram residência paroquial e precisaram improvisar uma moradia na sacristia da pequena igreja, mas já no mesmo ano, em 1941, Frei Higino deu início à construção de uma pequena casa paroquial de madeira e de um salão paroquial.

Nestes dias o Sr.^o Antonio Borges Capilé começou com o serviço da casa paroquial: o frei Eucário Schmitt, comissionário dos franciscanos no Mato Grosso, me deu, graças a Deus, para a construção da nomeada casa por presente a importância de seis contos de reis. A casa contém quatro cômodos (3 x 4 m), uma cozinha e varanda (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.7v).

A casa paroquial foi construída de tábuas, idêntica a quase totalidade das casas daquele tempo no município. Quando os Franciscanos chegaram em Dourados também encontraram apenas uma pequena igreja, que era a primeira Capela construída pelos moradores em 1925. Assim, em 20 de agosto de 1943 realizaram uma reunião para estudar a possibilidade da construção de uma nova igreja matriz, já que a capela estava muito pequena para as atividades religiosas.

Seguidamente, entre 1943 e 1944 construíram a nova matriz em lugar da obsoleta capela, sendo esta de alvenaria e medindo 10x20 metros. Ainda inacabada recebeu a benção solene no último domingo de 1944 (LEITZ, 1982). A primeira casa paroquial dos franciscanos e a nova Igreja Matriz pode ser vista na Figura 15.

Figura 15: Primeira casa paroquial e nova Igreja Matriz, 1945



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Os franciscanos ampliaram o espaço da igreja em três metros, colocaram um novo piso, construíram bancos, janelas, santuário e sacristia. Pela fachada, que revela traços importantes da cultura religiosa, podemos observar o campanário e a imagem da Padroeira Imaculada Conceição; o desenho que se ergue sobre a porta tem forma triangular e termina no ponto mais alto com uma cruz, o símbolo maior do Cristianismo.

As táticas e estratégias da conduta missionária dos Franciscanos tinham em comum o *modus operandi* da maioria das Ordens e Institutos religiosos que chegavam em missão pelas vilas e cidades mais longínquas do Brasil, isto é:

Eles iniciam suas missões mediante a construção de capelas, escolas, ambulatórios médicos e residências para os religiosos, nas franjas do território já povoado por brancos, mamelucos ou índios mansos. São essas fronteiras ou limites entre a civilização e a selva, que se estabelecem as missões, com frequência transformadas posteriormente em sedes paroquiais. Na maior parte das vezes, o trabalho de catequese dessa população socialmente desamparada, acaba absorvendo as atividades dos sacerdotes (AZZI e GRIJP, 2008, p.57).

Como vimos, as estratégias produzem um conjunto de lugares, sejam eles físicos, simbólicos ou discursivos. Portanto, a presença Franciscana na cidade de Dourados é marcada pela necessidade de a igreja demarcar e construir o seu espaço e também o que Certeau (1998) chamou de lugar próprio.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas

coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’ [...] implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 1998, p.201).

Certeau (1998) afirma ainda que o espaço é um lugar praticado, é o efeito produzido pelas operações que o orientam, pelas ações de sujeitos históricos. Deste modo, compreendemos que para além dos lugares físicos, a Missão Franciscana atuava no sentido de conquistar o seu lugar simbólico e praticado, para que a legitimação da fé católica na cidade fosse possível, pois Dourados era concebida pelos missionários como uma “cidade protestante, já que os Presbiterianos da América do Norte, com uns vastos recursos, tinham tomado conta do lugar” (LEITZ, 1982, p. 49). Assim, toda a racionalização estratégica da Missão Franciscana procurava primordialmente estabelecer “o lugar do poder e do querer próprios” (CERTEAU, 1998, p.99).

A disputa pelo mercado religioso em Dourados era acirrada, assim como o trânsito entre as diferentes religiões, resultando em hibridações religiosas (MARIN, 2012a). Amaral (2005) explica que durante muito tempo boa parte dos douradenses ficaram desassistidos de padres, em virtude disso, muitos passaram a adquirir práticas religiosas que desagradavam a Igreja, como benzimentos e a frequência em pajés, centros espíritas, terreiros de umbanda e outros seguimentos que houvesse, como o protestantismo, que começara a desencadear um amplo crescimento no município.

Além desses embates e as dificuldades estruturais da missão, o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha também provocaria muitos impasses para os franciscanos em Dourados. No município, durante o período da Segunda Guerra Mundial, muitos freis alemães foram acusados de serem espiões e tiveram que ficar sob o regime de prisão domiciliar, sendo proibidos de sair de casa até para realizarem as suas atividades pastorais, o que para a igreja representou um empecilho ainda maior para a missão e para ocupação do seu espaço praticado.

2.3 Tempo de Guerra: impasses da Missão Franciscana em Dourados

No Brasil, a Campanha de Nacionalização e o Decreto Federal N.º 406, de 04 de maio de 1938 instituídos por Getúlio Vargas no *Estado Novo*, proibiram que os imigrantes escrevessem e falassem em público outras línguas que não fosse o português, inclusive em cerimônias religiosas e nas escolas, incumbindo ao exército inspecionar as comunidades estrangeiras, além disso, permitia que apenas brasileiros natos lecionassem nas escolas. Em

Dourados, isso gerou um impasse muito grande na atuação dos missionários alemães nas escolas e em suas atividades como um todo.

Na Figura 16, podemos observar um modelo de notificação que era obrigatória ser afixada em comércios, repartições públicas, clubes e locais de aglomeração no Brasil, em consonância com a legislação de Getúlio Vargas quanto à proibição de se falar línguas estrangeiras em público, principalmente, o idioma alemão, italiano e japonês, ou seja, dos países do Eixo na Segunda Guerra Mundial.

Figura 16: Placa de proibição de língua estrangeira



Fonte: Acervo de Edilberto Luiz Hammes *apud* ABREU, 2018, p.61

Em 1942, Brasil e Alemanha romperam definitivamente as suas relações diplomáticas, com efeito, uma série de repercussões acarretaram contra o clero estrangeiro em todo Brasil, inclusive com campanhas na imprensa com informações de alerta e acusações em desfavor dos missionários. Em Mato Grosso, os efeitos dessas intercorrências foram sentidos de forma ainda mais dramática e evidente na região Sul do estado, principalmente, em Dourados. “Pelo fato de os padres serem alemães, o trabalho pastoral foi dificultado, em 1942, pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial” (KNOB, 1988, p.229).

Frei Higino descreve o dia 13 de abril de 1942 como o dia mais sinistro da sua vida, em que os oficiais do 11.º Regimento de Ponta Porã apareceram em Dourados para prender os franciscanos que atuavam no município. A acusação era de que os missionários seriam espiões políticos do Nazismo, simplesmente por serem alemães.

Nós fomos denunciados de sermos espiões políticos no serviço do nefasto Nazismo da Alemanha (nazismo é o governo da nossa terra, cuja doutrina pagã está condenada pelo Snr. Papa e cujos algozes são e eram inimigos ferozes da igreja católica). Nós, i. é. Frei Quintino Schaefer e eu, frei Higino sofrendo esta calúnia, rezamos o

“Tedeum²⁶” por sermos verdadeiros discípulos do nosso mestre onipotente e de S. Francisco. Durava sete semanas a nossa prisão [...]. Entretanto a igreja de Deus não cessava de pedir a Deus por seus padres. Cada dia reunia-se o povo – mais que 200 pessoas – rezando em honra da Auxiliadora dos Christãos, entre lágrimas, pedindo juízo justo, i. é. a libertação dos padres. Homenagens de todos nós a Sua Excia., Snr. General da região militar de Campo Grande, que no seu sentimento justíssimo provando os autos resolveu o nosso caso com a libertação definitiva dos padres no dia 2 de junho. (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.10).

Diante dessa situação, também chegou em Dourados em 16 de abril de 1942 Frei Juliano Lauer, também chamado de Frei Julião, com suspeitas de que os nazistas estariam conspirando contra a sua vida em Maracaju. No livro Tombo, assinado por Frei Higino, ele descreve que em alguns municípios, os franciscanos alemães foram até ameaçados de morte, necessitando muitas vezes, serem transferidos para preservarem suas vidas. A propósito, ele relembra e destaca que a imigração dos franciscanos para o Brasil não foi uma simples viagem, mas praticamente uma fuga, que se prolongava e se repetia pelo território da nova missão.

Chegou a cavalo o meu antigo socio da Yugoslavia e da viagem – melhor: **fuga** – da Europa para o Brasil – o Revmo Frei Juliano Lauer a ficar aqui no cargo sagrado de cooperador na pastoração. Ele sendo o sacrifício pior duma outra intriga, ainda mais feia que a da minha prisão, trocou com frei Quintino – neste lugar seja exprimida a nossa gratidão ao bom frei Quintino por seu fervor exemplar na vinha pedrosa daqui. (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.10, grifo nosso).

Com a entrada do Brasil na Guerra em 22 de agosto de 1942, Frei Higino foi novamente acusado em 27 agosto de ser espião do exército alemão, com acusações de que ele operava até mesmo uma emissora de rádio para manter relações secretas com os nazistas e a Alemanha.

Fui acusado de novo como capitão do exército alemão, mantendo por um rádio segredos [...]. O secretário da junta militar daqui, Snr. Joaquim Rodrigues de Oliveira, mandou-me chamar ao seu escritório, abrindo comigo um inquérito rigoroso e avisando-me, se eu não falasse a verdade inteira, êle devia mandar-me ao Rio ou ao campo de concentração. Infelizmente as testemunhas dele não sustentaram nenhuma palavra. E assim voltei à casa sabendo, que as calúnias ainda não acabaram (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.11).

Por todos esses fatos, o Pe. Comissário da missão, Frei Eucário Schmitt, foi chamado ao Comando Geral em Campo Grande para prestar esclarecimentos e receber o comunicado e a ordem do Senhor General de que todas as acusações que daí em diante fossem feitas contra

²⁶ A Vós, ó Deus. Trata-se de uma oração católica de louvor.

os padres, precisariam ser dirigidas primeiramente aos seus superiores e que os mesmos deveriam comunicar aos seus padres “de se absterem de toda política” (KNOB, 1988, p.78).

Depois desse episódio, Frei Eucário foi chamado muitas vezes ainda no Comando Geral para elucidar muitas outras denúncias que surgiram. O Pe. Comissário não só precisou defender seus confrades junto às autoridades militares, mas também diante das autoridades eclesiásticas, como ao próprio bispo de Corumbá Dom Vicente Maria Priante, que numa carta a Frei Eucário escreveu:

Peço por amor de Deus e da religião que proíba a seus padres ter qualquer coisa que possa dar suspeita de propaganda nazista, e que cuidem só da religião, como bons sacerdotes. As coisas não vão bem e temo mais aborrecimentos se esses padres não tiverem juízo. Para mim, do modo que estão as coisas, de um momento para o outro alguns de seus padres irão para o campo de concentração! Sinto não poder falar mais claro por ser carta (KNOB, 1988, p.79).

Neste caso, a representação de bom sacerdote a qual se referia Dom Vicente, estava relacionada ao não envolvimento dos padres com assuntos relativos à política. O fato é que, as fontes consultadas denotam que tanto Frei Higino quanto Frei Juliano costumavam falar sobre política em suas homílias, não com o teor de temas relacionados a guerra ou ao nazismo, mas faziam reflexões sobre as atuações dos governos no cotidiano do povo e nas ações da igreja.

Além do não-dito explícito de Dom Vicente sobre a ameaça dos padres serem enviados ao campo de concentração, o conteúdo manifesto e o tom tendencioso da escrita também deixaram o Pe. Comissionário Frei Eucário Schmitt bastante decepcionado e entristecido, que rebateu veementemente o Bispo com os seguintes argumentos:

O que me estranhou muito foi que V. Exa., o nosso Sr. Bispo, acredita que os nossos padres estão fazendo propaganda nazista. Isto ninguém ainda falou, nem os militares, nem o Sr. General o acredita. Ao contrário, acharam muito material em Dourados, recolhido dos discursos do Papa e das circulares de muitos bispos, que é sumamente antinazista. Também de todos os outros padres nenhum falou palavra em favor do nazismo, nem pode falar porque todos sabem que este regime é uma grande desgraça para a nossa Pátria e a ruína da religião católica. O que os Padres fizeram foram imprudências, entre elas, três grandes, o resto de todas as denúncias foram boatos falsos, bobagens, ou como um Major me disse, mentiras (KNOB, 1988, p.79).

De acordo com Knob (1988), as imprudências de que Frei Eucário menciona, referem-se às acusações contra os padres de Dourados. O Comissionário ao mesmo tempo em que defendeu seus padres, também os advertiu sobre os seguintes aspectos: precisavam compreender que as autoridades locais naquela situação deviam estar vigilantes e tinham o direito e o dever de controlar os estrangeiros; não se tratava de saber o que se podia fazer ou

não, mas sim o que convém e o que não convém, por exemplo, não era proibido ouvir rádio, mas não convinha; não era proibido tirar fotografias, mas não era conveniente andar com o aparelho na mão ou mostra-lo aos outros. Por último, quanto ao comportamento, segundo as autoridades militares, não era proibido pensar o que quisesse, mas ninguém que então vivia no Brasil tinha o direito de externar sua opinião, quando contrária do ponto de vista do povo e do governo. Portanto, padres e religiosos de modo algum deveriam falar sobre política, nem contra, nem a favor, nenhuma palavra, pois segundo os militares, eles deveriam falar sobre outras coisas e tinham outras tarefas a cumprir.

Tais advertências dadas aos freis alemães de Dourados, por mais absurdas que pareciam ser, deveriam nortear daquele momento em diante as suas práticas e condutas. De certo modo, os Franciscanos fugiram da Alemanha, mas nem por isso escaparam da Guerra e das reverberações do nazismo. “O tempo de guerra (1939-1945) dificultou ainda mais a atuação dos padres alemães que ficaram obstaculizados no seu trabalho pastoral” (LEITZ, 1982, p. 49). Por outro lado, os missionários presbiterianos advinham dos Estados Unidos, país que constituía a base dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Talvez Mato Grosso, ou melhor, Dourados, já não expressava tanto assim a ideia de um lugar de refúgio, mas de grandes desafios, nas palavras dos freis, uma vinha pedrosa. Nesse contexto, no município se acirrava cada dia mais as disputas entre católicos e protestantes pela ‘salvação das almas’, em outras palavras, pelo mercado de bens simbólicos. Essa realidade acabou influenciando não somente os aspectos sociais, políticos, culturais e religiosos do município, mas as práticas socioeducativas e a implantação e expansão de instituições confessionais.

2.4 Disputas por almas: concorrências entre o catolicismo e o protestantismo

A égide do protestantismo no Brasil aconteceu no período de transição do sistema monárquico e imperial para o regime republicano no final do século XIX. A partir de 1870 começaram a chegar de forma sistemática os primeiros missionários norte-americanos com seus modelos associativos e ecumênicos, que viabilizavam a formação de alianças entre presbiterianos, batistas, adventistas, metodistas e demais denominações protestantes, já que o protestantismo ainda contava com um número ainda reduzido e fragmentado no Brasil.

Para a efetivação do seu estabelecimento no Brasil, os protestantes contaram com o apoio de políticos liberais e com as novas deliberações e princípios da Constituição Republicana de 1891, que entre os princípios basilares, instituiu um Estado laico e separado da Igreja

Católica. “De um lado, os missionários lhe ofereciam os meios financeiros para prosseguirem com suas lutas reivindicatórias, de outro, abriam um espaço de expansão das ideias liberais em suas escolas e em seus órgãos de imprensa” (AMARAL, 2005, p.59).

O protestantismo norte-americano foi o que mais investiu na América Latina, já que o protestantismo Europeu achava a América uma seara pouco promissora. Segundo Amaral (2005), havia uma preocupação constante entre os protestantes não somente em consolidar locais já ocupados, mas de buscar incessantemente novos campos para a pregação do Evangelho e a construção de suas igrejas. Para tanto, foi preciso investir muito em termos de recursos financeiros e de pessoal. Por meio de seus missionários, as igrejas norte-americanas fizeram um imenso esforço ao longo do século XX para implantar a missão presbiteriana na América Latina, em especial, no Brasil.

O Catolicismo que antes era a religião oficial do Brasil, com a República, se deparou com um novo desafio, isto é, precisou entrar em concorrência com outras religiões e ideologias que ascendiam no país. Na região de Mato Grosso, as reações contra o laicismo e a liberdade de culto presente nas deliberações republicanas foram diversas. Em 12 de abril de 1926, Dom Francisco de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, protagonizou uma das reações mais polêmicas, ao proferir a Conferência denominada *Imperialismo e Protestantismo* no Liceu Cuiabano, que virou livro e foi amplamente divulgada em panfletos e em veículos de comunicação católica de todo o Brasil, entre eles, o jornal *A Cruz*, órgão da Liga Católica da Arquidiocese de Mato Grosso, cujo discurso refletia no próprio lema: *A grandeza do Brasil pelo Catolicismo*. Na Conferência, Dom Aquino associou a expansão protestante ao imperialismo norte-americano, acusando os protestantes de quererem “destruir o catholicismo na alma brasileira, para minar os alicerces da nacionalidade” (A CRUZ, 09/10/1927, p.2).

O jornal *A Penna Evangélica*, Semanário de propriedade da Igreja Cristã Presbiteriana de Cuiabá, que trazia como lema: *Nós pregamos a Cristo*, nos permite conhecer um contraponto das polêmicas e disputas que ocorreram na região entre as denominações religiosas.

Em resposta aos católicos e na tentativa de desvincular o protestantismo ao imperialismo norte-americano, muitos jornais protestantes argumentavam que o corpo eclesiástico católico também possuía um considerável número de estrangeiros, além disso, também criticavam os dogmas da Igreja Católica, como a devoção às imagens, a salvação das almas somente pelo catolicismo e a forma de culto católico, além de iniciar uma contraposição aos argumentos de Dom Aquino e do jornal *A Cruz*: “Pobre religião esta que precisa de objectos materiaes, como são as imagens, para dar socorro espiritual aos seus adeptos!” (A PENNA EVANGELICA, 24/03/1928, p.1); “em refutação a celebre conferencia anti-americana de Dom

Aquino [...] os cathólicos estrangeiros e intolerantes no Brasil devem deixar da sua intolerancia religiosa, adoptando o salutar princípio da liberdade de culto” (A PENNA EVANGELICA, 30/06/1928, p.2); “Nosso semanário demonstrou a sociedade o quanto havia de falso, de perverso, de insidioso nas afirmações de D. Aquino Correa” (A PENNA EVANGELICA, 06/09/1930, p.1); “Dom Aquino no último número da ‘A Cruz’, não quer o illustre arcebispo que o pão seja um symbolo do corpo de Christo” (A PENNA EVANGELICA, 16/06/1928, p.1).

Figura 17: Jornal A Penna Evangelica, 16/06/1928



Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

O jornal A Penna Evangelica associava ainda o contexto de analfabetismo no Brasil com o longo período de influência católica no país: “concluamos: instrução, moralidade, liberdade, vida religiosa, são as causas da superioridade social do protestantismo; obscurantismo, imoralidade, despotismo, apathia religiosa, são as razões de inferioridade social do catholicismo romano” (A PENNA EVANGELICA, 07/09/1929, p.6); “nos paizes catholicos ha mais analfabetos do que nos paizes protestantes” (A PENNA PROTESTANTE, 06/09/1930, p.1).

A pedagogia evangelica firma o caracter, fortalecendo-lhe a independência e cultivando o sentimento do dever. No polo oposto, agita-se a actividade pedagógica de Roma. O analfabetismo é a vida cancerosa da Igreja Romana, a ignorância a condição de seu florescimento (A PENNA EVANGELICA, 07/09/1929, p.3).

Sobre esses embates frequentes e intolerantes de ambas as partes, fica patente a importância da investigação sobre as representações, como defende Chartier (1988), ao afirmar que a investigação sobre as representações, as supõe como estando sempre num campo de

concorrências e competições. Portanto, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para a compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo se impõe ou tenta impor a sua visão de mundo social, seus valores e seu domínio. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

O historiador Carlos Barros Gonçalves (2009), em sua dissertação de mestrado, que teve como objetivo analisar o movimento ecumênico no Brasil e a inserção do protestantismo em Dourados, afirma que a competição com o catolicismo, a partir da perspectiva protestante, dava-se no sentido de afirmar posições e abrir espaços diante de uma Igreja confortavelmente instalada em termos institucionais e culturais. Uma das estratégias adotadas foi afirmar as virtudes civilizadoras e de progresso da fé protestante, advogadas como as responsáveis pelo desenvolvimento intelectual e econômico de países como os Estados Unidos. No caso da parte Sul de Mato Grosso, em Dourados, foram os indígenas o elemento tomado como destinatário dessa expansão, apresentados nos jornais protestantes como pobres selvagens brasileiros, habitantes das selvas, ignorantes e pagãos.

Uma das características da ação protestante no Brasil também foi a implantação de missões. Em Dourados não foi diferente, as primeiras bases protestantes foram instaladas no final da década de 1920 e em situações bem distintas da Missão Franciscana. Segundo Benfica (2014), os protestantes chegaram à região de Dourados em situação mais favorável e exerceram forte influência na população antes do estabelecimento de um padre na localidade. Diferentemente da disponibilidade da Diocese de Corumbá, a qual Dourados pertenceu até 1957, os protestantes contavam com recursos financeiros para a evangelização e com muitos ministros devotos e dedicados.

A historiadora Amaral (2005) relata que a presença protestante na região foi possível em virtude da chamada Sociedade Evangélica de Catequese dos Índios, uma ação conjunta da Igreja Presbiteriana do Brasil, da Igreja Presbiteriana Independente, da Igreja Metodista e da Igreja Episcopal, com apoio dos missionários estadunidenses.

Os primeiros missionários responsáveis pela implantação da missão em Dourados foram: o reverendo norte-americano Albert Sidney Maxwell e sua esposa Mabel Davis Maxwell. Junto com o casal Maxwell, também chegou o missionário e médico Dr.^o Nelson de Araújo de Juiz de Fora/MG, que inclusive tornou-se prefeito de Dourados entre 30/01/1951 a 31/01/1955; Esthon Marques, missionário, professor e dentista de Campinas; João José da Silva, missionário agrônomo e sua esposa Guilhermina Alves da Silva, missionária e professora, acompanhados do filho Erasmo Braga, ainda criança. Anos depois, vieram o reverendo Orlando e Loide Bonfim Andrade em substituição ao reverendo Albert e sua esposa.

Assim, em 1929 os protestantes implantaram a Missão Evangélica Caiuá na Reserva Indígena de Dourados – criada pelo Serviço de Proteção ao Índio em 13 de setembro de 1917, cuja extensão era de 3.600 hectares para abrigar cerca de 350 famílias. A missão evangélica incluía uma igreja, um ambulatório médico, um orfanato e uma escola indígena. Nas Figuras 18 e 19 podemos observar a escola da missão com alguns de seus alunos e professores/missionários presbiterianos.

Figura 18: Escola Indígena da Missão Evangélica Caiuá



Fonte: Museu Histórico de Dourados

Figura 19: Alunos e professores da Escola Indígena da Missão Evangélica Caiuá



Fonte: Museu Histórico de Dourados

Posteriormente, os presbiterianos decidiram abrir novos espaços de missão também no núcleo urbano de Dourados para os moradores não-índios. Assim, na área religiosa, fundaram em 1936 a Igreja Presbiteriana de Dourados.

Na área educacional, em 06 de abril de 1939, os presbiterianos norte-americanos e missionários da Missão Leste do Brasil decidiram abrir a Escola Erasmo Braga²⁷ na região central da cidade. No início, os professores que lecionaram na escola urbana eram os mesmos que atendiam a Missão Evangélica Caiuá. Segundo Amaral (2005), durante muitos anos a Escola Erasmo Braga contou com a cooperação do casal Maxwell, de Mário Sydenstricker, além da direção técnica de Suzana Cockell, com auxílio de Catarina Peck, de Eliza Gonzales e Edith Foster.

Na Figura 20, podemos verificar o espaço da Escola Erasmo Braga, que também era utilizado para o culto. Uma ampla casa de madeira, bem ordenada, com uma torre de sino; é possível observar alguns de seus alunos com material escolar nas mãos, possivelmente no momento de chegada ou de encerramento das aulas.

Figura 20: Escola Presbiteriana Erasmo Braga, 1945



Fonte: Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD)

Na área assistencial, na década de 1940, os presbiterianos investiram na construção de um hospital, que foi inaugurado em 15 de novembro de 1946, uma data simbólica, ou seja, o dia da Proclamação da República.

É interessante salientar que, a vinda da Missão Presbiteriana para Dourados foi precedida de planejamento e uma série de estratégias anteriores. Conforme os estudos de

²⁷ A escola recebeu esse nome em homenagem a um professor e missionário que se destacou como uma das lideranças protestantes brasileiras responsáveis pelo movimento ecumênico na América-Latina.

Gonçalves (2009), os missionários realizaram viagens de exploração do campo a fim de obter maior conhecimento sobre as dificuldades a serem vencidas e as estratégias a serem desenvolvidas no projeto de evangelização. Os relatos de tais viagens produziam discursos triunfalistas do trabalho a ser desenvolvido, o que garantia o envolvimento das diferentes denominações no projeto de evangelização mato-grossense em sintonia com as necessidades dos missionários em Mato Grosso, sobretudo, financeira.

Em contrapartida, a criação da Missão Franciscana no Mato Grosso e na região de Dourados aconteceu no agitado e violento contexto da Segunda Guerra Mundial, com a vinda de Freis Franciscanos de origem alemã, que saíram praticamente como fugitivos da sua terra.

Logo que chegaram em Dourados, uma das primeiras preocupações que não cessavam de surgir nos discursos dos franciscanos era o crescimento protestante e a ampliação da sua atuação religiosa, política, social e, sobretudo, educacional. Além disso, ao contrário dos franciscanos, os presbiterianos contavam com todo um aporte capital para o financiamento da missão.

Em 1940, quando o primeiro pároco Frei Higinio Latteck assumiu a paróquia de Dourados, tratou rapidamente de escrever no Livro Tombo I da Paróquia (1936-1970) essa preocupação, afirmando que achava muito triste a situação religiosa de Dourados pelo fato dos protestantes terem tomado conta da religião do povo. Para reverter isso, Frei Higinio passou a incluir atividades catequéticas todos os domingos e festas, às três horas da tarde, momento em que dava o ensino religioso a umas 70 a 80 crianças, como podemos visualizar na Figura 21.

Figura 21: Frei Higinio Latteck com crianças douradenses na Praça Antônio João, 1941



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados.

No registro fotográfico, além de conhecermos a infância douradense da época, podemos verificar a prática dessas atividades, que aconteciam muitas vezes na própria Praça Antônio João, que ficava em frente à Igreja, no coração da cidade. Aos domingos, Frei Higino aproveitava a presença de equipes de futebol para realizar catecismos dominicais com as crianças e jovens que frequentavam o campo futebolístico que havia na praça.

É notória a curiosidade de algumas crianças ao redor do missionário, que com seu sotaque alemão e sua vestimenta franciscana, composta pelo hábito marrom com capuz, o terço, o cordão na cintura com três nós²⁸ e o tau²⁹ pendurado no pescoço, simbolizava uma figura ainda ádvena para o cotidiano dos moradores. Sem dúvidas, estas “vestes específicas, tradicionais, representam mais que um adorno, agregam valores e crenças” (LINKE, 2013, p.93).

O registro evidencia ambos mergulhados na alteridade um do outro, nesse intercâmbio de diferentes culturas, estranhamentos, linguagens, fisionomias, modos de ser, pensar e fazer. A diferença entre as vestimentas das crianças também é visível, algumas vestidas com roupas incompatíveis ao seu tamanho, outras descalças; uma criança está seminua e outras, com roupas bem arrumadas, inclusive com cinto na bermuda. As crianças de diferentes idades, demonstram estar em um momento de recreação e lazer. Ao fundo, o campo de futebol com algumas equipes praticando o esporte e outras crianças observando a atividade. Paulatinamente, a ambientação dos Franciscanos foi se aprofundando em Dourados, mas os freis estranharam muito não somente a comida, o idioma e as práticas de religiosidade do povo, mas o clima e a constante poeira vermelha das ruas de chão batido da cidade.

Segundo Knob (1988), Frei Higino também aceitou o convite para lecionar aulas de catecismo às quintas-feiras nas escolas reunidas e na escola municipal. Para aumentar a frequência aos sacramentos e afervorar os paroquianos, fundou associações religiosas como as Conferências Vicentinas, a Associação do Anjo da Guarda para as crianças, a Pia União das Filhas de Maria; incrementou o Apostolado da Oração que já existia e começou também a fazer os giros de desobriga pelo interior. Fazia uma viagem por semana, visitava os chacareiros, celebrava a missa, batizava e preparava as crianças para a primeira comunhão.

²⁸ Os nós representam os três votos franciscanos: obediência, pobreza e castidade.

²⁹ Tau é uma “letra do alfabeto hebraico e grego, que pela sua forma evoca a cruz: Francisco a utiliza com frequência por devoção e como sinal em suas cartas” (CAROLI, 1999, p.939). O Tau é um dos símbolos mais usados pelos franciscanos e remonta ao próprio São Francisco de Assis, que marcou as costas de sua túnica com um grande T. Formado por duas linhas que se encontram, uma horizontal e uma vertical, o Tau recorda a ideia de tempo e eternidade, o céu e a terra, o divino e o humano. A letra Tau ficou conhecida como cruz franciscana, se converteu num símbolo e é visto nos pescoços dos franciscanos em um cordão com três nós.

Percebemos com isso, o quanto as representações mobilizam estratégias, que por sua vez produzem práticas. “As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos (CERTEAU, 1998, p. 102). Assim, as ações dos Franciscanos para transformarem o cenário religioso e sociocultural de Dourados foram justamente as de fortalecimento da formação dos leigos com a supervisão do sacerdote, de criação de movimentos, associações e pastorais, mas, sobretudo, de incentivo à população para realizarem batizados, casamentos, sacramentos da comunhão e crisma, ou seja, de práticas e rituais que simbolizam o ingresso e o crescimento na vivência da fé católica.

No Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970), Frei Higino registrou os resultados do seu trabalho e missão com a população indígena, que também na concepção dos católicos deveriam ser catequizados e terem ‘as almas salvas’. O discurso de concorrência com os protestantes também se tornava cada vez mais explícito:

Muitas vezes já estava no Posto dos Índios rezando a S. Missa, pregando as verdades da fé aos indígenas. Com auxílio de Deus teve efeito este trabalho verdadeiramente pesado. Algumas famílias já deixaram a crença do protestantismo, que tomou a conta lá há muitos anos. Tenho batizado já 28 Índios (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.8).

Atrás desse discurso evangelizador de Frei Higino, esconde-se um discurso universalista de doutrinação e imposição da fé católica enquanto verdade, desconsiderando a cultura, as crenças e a alteridade dos indígenas. “Esses discursos socialmente construídos geram estratégias e práticas que pretendem impor uma autoridade à custa de outros” (ANDRADE, 2016, p. 220).

Na perspectiva de Marin (2012b), sem a existência dos mato-grossenses e das populações indígenas não haveria missão religiosa franciscana e nem a ação catequética e civilizatória da Igreja Católica. Para o autor, os missionários se autorrepresentavam como predestinados ao triunfo sobre o mal e a desordem; que domesticariam os indígenas, concebidos como sem Deus e sem lei, além disso, civilizariam os mato-grossenses.

O fato de serem alemães e franciscanos, os missionários se distinguiram em suas ações e projeto evangelizador, o que também definiria as relações construídas no início da instalação da Ordem em Dourados. Em vários momentos Frei Higino relata suas frustrações e anseios com a missão no município, justamente por não contar com recursos financeiros para construir instituições sociais e educacionais, que eram constantemente exigidas pela população local.

Além disso, a quantidade de padres, apenas dois, era ínfimo diante da vastidão do território e das demandas do trabalho pastoral.

Era uma tortura ver filhos de chacareiros e fazendeiros católicos nas fileiras da escola protestante. Que podíamos fazer que não fizemos ainda? Temo-los visitado, fizemos-lhes benefícios, temos pregado vezes imensuráveis, demonstrando a verdade e beleza da fé católica, conduzindo as crianças à primeira comunhão, mostrando a nossa prontidão em fazer sacrifícios pelo progresso na construção da nova igreja, contudo - - -. [supressão do autor]. O hospital protestante – com aspecto neutro – está progredindo visivelmente. Tenho avisado a Curia diocesana, há um ano, a respeito, esperando até hoje a resposta em vão. [...] Afim de se disfarçar completamente os protestantes convidam o frei Juliano a uma sessão publica em favor do hospital neutro. Ele assistindo dita reunião salientou a necessidade absoluta do respeito mútuo em assunto religioso, uma vez que seja mesmo o hospital benefício do corpo só (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.15).

No próprio vocabulário empregado pelos missionários, podemos notar o tom de disputa e o clima de conflito entre os segmentos religiosos. Além do incômodo do missionário com o fato dos filhos da elite estarem estudando na escola protestante, também podemos perceber no texto uma supressão do autor ou uma pausa repentina, como se ele quisesse evitar o impulso de escrever alguma coisa a mais, preferindo substituir essa intenção com alguns traços. O que podemos notar nos limites do discurso de Frei Higino é a existência de um interdito. Ele desistiu de continuar sua linha de raciocínio e escrever o que realmente queria. Estamos diante de um silenciamento, ou melhor, de um não-dito, que também pode ser notado na frase ‘*com aspecto neutro*’ que Frei Higino destacou entre traços, quando se referiu ao hospital dos protestantes, deixando pistas de algo subentendido e figurado.

O entrecruzamento e análise das fontes dão pistas desses silenciamentos, que estão relacionados com as inúmeras tensões entre católicos e protestantes em relação ao hospital da cidade (fundado pelos Presbiterianos) e também com os desafios que Frei Higino enfrentava com a construção da nova igreja e com as críticas e dificuldades de relacionamento com os próprios paroquianos.

Começaram já nos primeiros dias os trabalhos da construção da nova igreja. Construtores responsáveis são os Ir. Augusto e Willy Hetzel. As festas litúrgicas passaram de costume com grande assistência do povo fiel. Aos 12 de março houve benção da pedra fundamental da igreja, cuja ata está guardada entre pg 13 e 14. Conscientemente criticavam-se os trabalhos, de sorte que os sábios ficaram contentes (i.é. os engenheiros que nos visitaram etc), infelizmente há tb. aqui muitos sabidos neste assunto, sapateiros, empregados, dentistas etc que não se puderam abster em criticar quasi tudo – foram justamente que menos contribuíram que outros – de maneira que não só aborreceram o construtor mas tb. instigaram o povo a derrubar a construção alegando entre outros pretextos estes que não existisse planta nem calculo, que o Augusto fosse pedreiro de meia colher, que o dinheiro do povo – nestes tempos o cofre da igreja continha só Cr\$ 14.000 – fosse mal empregado, que não fosse criada

comissão construtora com secretário, tesoureiro oficial etc. E dita atitude era só politicagem inócua; pois si o Sr. prefeito e os amigos da causa católica (Armando Campos Belo e J. C. Câmara) não soubesse realizar contra-ação eficiente, jamais poder-se-ia levantar o prédio importante (cfr. os prédios do Centro Cívico e do Grupo escolar). Enquanto isso, nós rezamos o exorcismo de Leão XIII³⁰ (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.13v-14).

Armando Campos Belo, a quem se referia Frei Higino, era um empresário e professor, tendo chegado em Dourados em julho de 1937 e era uma das lideranças municipais que apoiavam Frei Higino. Fundou uma indústria para extração de essência de laranja e também foi responsável pela fundação do Centro Cívico Antônio João na década de 1940, cuja diretoria era constituída também pelos missionários franciscanos, a saber: Frei Higino Latteck, Frei Juliano Lauer, João Ramos, Armando Campos Belo, Adroaldo Pizzini, Carlos Garcete, Athanagildo Monteiro e João Cândido Câmara. As finalidades desse Centro Cívico eram promover a solidariedade entre os municípios, defendendo os seus legítimos interesses, bem-estar geral e individual; fundar escolas, bibliotecas, promover conferências instrutivas literárias em benefício da coletividade; pleitear junto aos poderes constituídos a abertura de escolas em geral e obtenção de material agrário (POMPEU, 1965). A participação dos missionários nessas instituições era importante para a própria inserção social e política dos mesmos, tão necessária no início da implantação da missão franciscana no Município.

Os conflitos religiosos e as disputas pelos espaços de bens simbólicos ficaram muito evidentes nos primeiros anos de atuação dos Franciscanos, que quando chegaram em Dourados se depararam com o Protestantismo já estabelecido, com suas missões e instituições implantadas, inclusive, com seus líderes atuando na política. Instituir o espaço da Igreja Católica em Dourados estava para além de construir ou reconstruir prédios e paredes, mas também de estabelecer práticas e estratégias que viabilizassem a consolidação, o lugar social e a expansão do catolicismo. Durante a análise das fontes, podemos perceber o teor dessa disputa nos diversos registros dos Franciscanos no Livro Tombo:

Como cristão, frei Juliano, apenas comentou a atitude geral da igreja católica, dizendo que **é proibido votar** em pessoas ou partidos que fizeram o Dr. Nelson Araújo, ministro protestante candidato para deputado estadual. Em todo o caso é louvável a coragem católica do frei Julião [...]. Vêem-se entretanto, já as reações dos que se sentem ofendidos pela prática: não frequentam a missa dominical, mostram hostilidade indubitável ao padre, falam em vingança etc. [...] Começamos o ano confiantes em Deus! Mas contudo devem-se constatar dois fatos desagradáveis: 1.º Já se contam pelo menos dois casos em que morreram no hospital “neutro” dois católicos sem assistência religiosa, embora fosse combinado que se chamasse o padre em casos destes. 2.º Apesar da rigorosa exortação do frei Juliano, a **não votar em pessoas**

³⁰ Também conhecido como Exorcismo de São Miguel Arcanjo, rezado para afastar com insistência os ataques e emboscadas do demônio. Fonte: <https://pt.aleteia.org/2015/10/15/exorcismo-contra-satanas-e-os-anjos-rebeldes/>.

não-católicas, consta que até membros do Apostolado de Oração, filhas de Maria e Marianos o fizeram; aliás, cometeram mais outras faltas, coagindo outras pessoas e trocando cédulas! *Pater, ignosce illis*³¹! (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 18-18v).

O fato é que, envolvidos na defesa dos seus dogmas religiosos, com suas ações e estratégias, tanto os presbiterianos norte-americanos, quanto os franciscanos alemães faziam proselitismo para garantirem novos adeptos e expandirem seus lugares de poder. Por trás de tudo isso, a intensão era colonizar, converter e catequizar o maior número possível de almas, para que pudessem conquistar a hegemonia do mercado simbólico e religioso de Dourados.

Paralelamente, as disputas políticas em Dourados também eram muito acirradas e o envolvimento de líderes e denominações religiosas tornava os pleitos ainda mais concorridos, afinal, a inserção política era uma estratégia para garantir a legitimação, influência e manutenção das atividades religiosas no município e região. Diante da ascendência e potencial do protestantismo na política, como vimos nos excertos do Livro Tombo, durante as homilias, os Franciscanos literalmente proibiam seus fiéis de votarem em candidatos protestantes.

Nesse período, entre as décadas de 1940 e 1950, o processo de votação era realizado em urnas de lona, porém, o mais polêmico era que o eleitor já levava sua cédula pronta com o nome do seu candidato e no ato da votação recebia um envelope do mesário para armazenar a cédula e depositar na urna. Era justamente desse processo que Frei Higino Latteck se queixava no trecho do Livro Tombo citado acima, pois, nessa configuração era muito comum a troca de votos e a deturpação do pleito eleitoral.

Um episódio das eleições de 1950 representa muito bem essa disputa política e religiosa que ocorria entre católicos e protestantes. Eram candidatos a prefeito de Dourados o missionário presbiteriano Nelson de Araújo e o professor Armando Campos Belo, considerado por Frei Higino como um amigo da causa católica, sendo um membro atuante da igreja. No livro *História, fatos e coisas douradenses* de João Augusto Capilé Júnior *et al.* (1995), os autores relatam que, no dia da eleição faltaram envelopes para colocarem as cédulas. O Juiz Eleitoral, sem recursos para resolver a situação, resolveu apelar para os candidatos majoritários. Assim, os correligionários de Nelson de Araújo se prontificaram a resolver a situação. Não se sabe se por malícia ou não, entregaram algumas caixas de envelopes da pior qualidade, que pela sua transparência eram incapazes de guardar o sigilo dos votos. Na apuração, mais de noventa votos foram impugnados pelos fiscais de Nelson de Araújo (UDN), com a alegação de quebra do sigilo.

³¹ Tradução: Pai, perdoa-lhes!

Encerrada a contagem, Nelson de Araújo saiu vitorioso com vantagem de 43 votos. Armando Campos Belo (PTB), sabendo que os mais de 90 votos impugnados eram quase todos seus, o que lhe daria tranquila vitória sobre o adversário, recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral, enquanto Nelson de Araújo assumia a prefeitura. Passados os tempos, o TRE negou o pedido de Campos Belo, que recorreu ao Supremo Tribunal Eleitoral, transcorridos anos e meses, até que faltavam seis meses para o término do mandato de Nelson de Araújo, o STE mandou um telegrama dando ganho de causa para Armando Campos Belo. “Foi quando este e seus correligionários, em reunião para decidirem sobre o assunto, optaram, depois de longo estudo, por queimar o documento recebido e mandar o Supremo Tribunal Eleitoral às favas” (JÚNIOR CAPILÉ *et al.*, 1995, p. 328).

Para além desses confrontos, foi na área da educação que católicos e protestantes protagonizavam seus maiores embates. No início da década de 1940, havia uma expectativa muito grande pela chegada de Irmãs em Dourados, para que pudessem abrir escolas e demais instituições sociais. Em 1941, Frei Higino Latteck escreveu: “Desde já (i.e. 10 de jan.) a gente catholica reza e trabalha sem cessar para que cheguem aqui as irmãs de caridade. Pois neste campo vasto falta ainda hospital e colégio catholico” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.8).

Foi então que no dia 19 de agosto de 1941 chegaram em Dourados as Irmãs Franciscanas de São Bernardino, vindas, pouco antes, dos Estados Unidos para abrir uma escola paroquial. Segundo Knob (1988), a finalidade era formar melhor as crianças na religião e assim contrabalançar a influência das obras educacionais dos missionários presbiterianos que aconteciam mediante a Escola Presbiteriana Erasmo Braga.

Chegaram – que sorte – três freiras franciscanas destinadas para o ensino das crianças. Aos todos: Nossos parabens *ad multos annos*³²! Ao primeiro de setembro as irmãs franciscanas abriram o seu colégio na casa das escolas reunidas do Sr. Prefeito benignamente arranjadas para este fim. O número dos primeiros alunos foram vinte e seis (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.8v).

Portanto, no dia 1.º de setembro de 1941 as Irmãs Bernardinas começaram a Escola Paroquial Imaculada Conceição³³. Essa foi a primeira tentativa da igreja católica em abrir uma escola paroquial em Dourados.

³² Tradução: Por muitos anos ou Vida longa!

³³ Cumpre destacar que não se trata da mesma Escola Franciscana Imaculada Conceição inaugurada tempos depois pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e em funcionamento até hoje em Dourados na Vila Progresso.

Em 1942 os franciscanos estavam empolgados com os resultados da escola: “O colégio das irmãs tinha sempre 45-47 alunos neste ano, bom princípio, opto para uma propaganda efetiva” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.11v). Em 1943, a escola chegou a receber a visita pastoral de Dom Vicente, Bispo de Corumbá, que escreveu o seguinte sobre a escola: “Visitei a Escola Paroquial das Irmãs Bernardinas. Observei os livros paroquiais, pondo-o visto. Enfim devo consignar aqui as boas impressões que tive, vendo já um belo movimento religioso nesta paróquia” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.12v-13).

Em 1943, Frei Higino descreve as disputas religiosas de uma forma ainda mais acirrada. A influência da Segunda Guerra Mundial servia também para incitar e agravar os conflitos e rivalidade já existentes. No Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970), Frei Higino menciona que a Segunda Guerra Mundial causou em muitos corações aumento notável da seriedade religiosa. Em tom de decepção, o missionário menciona que alguns católicos teriam se deixado convencer, “falando já do vindouro enterro da religião católica neste lugar” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.12). A estes, Frei Higino chamava de católicos fracos, indiferentes e traidores.

A concorrência era tamanha, que o missionário reconheceu que pedia para alguém contar a quantidade de pessoas que frequentavam o culto protestante. Usava ainda palavras de acusação contra os presbiterianos, alegando que os mesmos pretendiam realizar um plano ofensivo em oposição aos católicos romanistas, já que justamente na época da prisão de Frei Higino, teria chegado um ministro da América do Norte fazendo propagandas de um plano esmagador contra os católicos, com promessas de construção de ginásio, escola agrícola, escola noturna de aprendizes entre outras. Por outro lado, os Franciscanos não possuíam recursos financeiro nem para abrir escolas e nem para executar um projeto missionário mais amplo, como podemos verificar na íntegra os escritos do Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970).

Começou este ano diferente dos outros. A Guerra Mundial causou em muitos corações aumento notável da seriedade religiosa. Os protestantes no seu lado realizaram o seu plano de ofensiva geral contra os ‘Romanistas’. Já no ano passado, justamente no tempo da minha prisão, chegou aqui um tal Mario van Siddenstricker (chamado pelo povo: van Strick i. é. de laço) ministro de alta categoria, recém importado da América do Norte, fazendo grande barulhão com seu plano esmagador. Os evangelistas tem agora 4 ministros, cada um com o ordenado de 400-500 dólares por mês (i. é.: 8 - 10 contos). Até os próprios católicos deixaram-se lapear, falando já do vindouro enterro da religião católica neste lugar. Ginásio, escola agrícola, escola noturna de aprendizes até foram as palavras indicando o rumo do avanço, o meio e o modo mais fortes de combate religioso. - - - E a realidade? Construíram os protestantes uma igreja, gastaram 40 contos (sim CR\$ 40.000) deixaram-se lograr pelos próprios crentes, que

lhes forneceram madeira branca por preços absurdos --- mandei contar os devotos protestantes no culto deles muitas vezes, não passam de 32 pessoas, inclusive 18-19 crianças de peito! (Entre eles: 4 pastores com mulher e filhos). Contudo não desprezemos o perigo dos protestantes. E este não está no sistema religioso deles, nem nas discussões, mas sim no dinheiro. Os católicos fracos, indiferentes, naturalmente tem muitos deles aqui – correm atrás desse ímã e tornam-se ainda mais indiferentes, senão traidores, obstáculos da religião católica (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.12, grifos do autor).

Em consequência de todo esse clima de tensões, somados a entrada militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com envio de tropas brasileiras para combater na Itália em 1944, a situação dos missionários alemães em Mato Grosso ficou ainda mais vulnerável, dificultando inclusive o registro das escolas que as Irmãs administravam. Assim, as Irmãs Bernardinas tiveram que abandonar Mato Grosso, fechando as casas em Rosário do Oeste, Paranaíba e também em Dourados.

À vista disso, em dezembro de 1944 as irmãs precisaram fechar a Escola Imaculada Conceição de Dourados e se retiraram para o Rio Grande do Sul. De um modo geral, em Dourados, a missão franciscana precisou lidar não somente com a concorrência religiosa e com os desdobramentos da Guerra, mas com os conflitos internos e acusações entre os próprios católicos de que as freiras e os freis eram espiões.

As freiras, devido as circunstâncias, preferiram sair deste lugar, fechando a escola Imaculada Conceição. Podemos compreender a resolução das irmãs, pois além de ser logradas e exploradas pelos alunos quanto ao pagamento, foram difamadas por certas pessoas católicas, dizendo elas, que as ditas freiras eram espiãs não tinham licença de lecionar, não ensinavam conforme o regulamento, não falavam bem português etc. – nunca mais, enquanto eu, frei Higino, fôr vigário, estabelecer-se-hão aqui freiras (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.14).

O fato de serem estrangeiras e alemãs, a dificuldade com a língua e o conflito diplomático entre Brasil e Alemanha no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial, formaram um conjunto de empecilhos para a permanência das Irmãs Bernardinas, já que no Brasil, como vimos, o Decreto Federal N.º 406, de 04 de maio de 1938, proibia que os imigrantes escrevessem e falassem em público línguas estrangeiras, sobretudo, dos países do Eixo.

Em Dourados, diante da ausência de um lugar de poder estabelecido e frente às desconfianças das autoridades civis, políticas e militares em relação às missionárias alemãs, a Igreja Católica recorreu aos leigos como tática para dar continuidade nas ações educativas da Ordem Franciscana. Dessa maneira, depois que as irmãs precisaram se retirar de Dourados, em 1945 Frei Higino conseguiu registrar novamente a escola paroquial, figurando como diretora a

professora leiga Dona Francisca Rojas Machado, cujo o filho estava em Dourados como Delegado e inspetor da guarda territorial. Os dois padres também receberam a licença de lecionar na Escola Imaculada Conceição, porém, segundo Frei Higino essa permissão foi para atuarem apenas como auxiliares e não como professores, situação classificada pelo vigário como humilhante.

Suportamos tb. esta nova humilhação, com que se pagou nossa energia em colaborar pelo progresso religioso-social desta cidade. [...] Esta professora, D.^a Francisca logo ficou tb. hostilizada como ignorante, anticatólica, antimoderna etc. de maneira que nós fomos iludidos quanto ao número dos alunos. Tínhamos em cêrca de 60, ao passo que o número de alunos da escola protestante subiu a 130 (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.14).

Nessas circunstâncias, as instituições educativas configuravam-se cada vez mais como táticas e estratégias para católicos e protestantes não somente difundirem suas doutrinas e inculcarem suas normas e valores, mas para medirem suas forças e influências no município. Nessa relação de poder, dentre as preocupações imediatas dos franciscanos estava o fato da escola protestante estar com uma quantidade bem superior de alunos em comparação com a escola católica.

Em 1946, decorridos os anos da Guerra, Frei Higino afirmou que estava “caçando de novo alunos para a escola paroquial, não tendo muitas esperanças, pois a contraposição do governo, neste ponto de vista é clarividente” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.16). Frei Higino estava se queixando do fato de o governo, mesmo com o término da guerra, não ter aceitado ainda os padres como professores, somente como auxiliares. Instituir uma escola paroquial que pudesse transmitir os princípios da fé católica, não parecia uma tarefa muito fácil para os Franciscanos em Dourados, em pouco tempo, também a professora leiga acabou abandonando a missão.

Uma coisa está porém certa, seja que fôr, nenhum de nós padres continuará no serviço de bedel do ensino primário. Pois, embora seja terminada a guerra, e tendo o governo muito poucos professores, o mesmo nos rejeita ainda como professores. A D. Francisca, cujo o filho foi transferido daqui, tb. não tem mais muito interesse em aguentar firme contra as instituições do governo, querendo ela entregar a escola à disposição das autoridades, *servatis omnibus de iure servandis*³⁴. É interessante saber que a mesma coação do governo não se sente na escola protestante, cujas lours professorinhas são muito amigas dos homens responsáveis (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.16).

³⁴ Tradução: Observando tudo o que a lei conserva.

Como ficou visível em diferentes documentos e relatos, como o acima citado, dentre os inimigos elegidos pela Igreja Católica para serem veementemente combatidos, estava o Protestantismo. Assim, os Franciscanos sustentavam o argumento de que os protestantes americanos disseminavam sua doutrina em Dourados e isso exigia uma estratégia contrária de combate. O incentivo à educação católica, bem como as constantes advertências às famílias sobre o perigo de manter seus filhos na escola protestante eram divulgadas pela Igreja através de documentos oficiais, homilias e outros discursos, muitos deles, com conteúdos sexista, difamatório e calunioso, como pudemos observar no discurso de Frei Higino.

Os embates com o Governo e as resistências dos próprios membros da Igreja no tocante a manutenção de uma escola católica, também são expostos por Frei Higino. Todavia, na disputa religiosa, chama a atenção o modo como ele descreve as professoras católicas em comparação com as professoras protestantes.

Dona Francisca Roja Machado resolveu repentinamente abandonar-nos, não achando mais vantagens continuar as aulas na escola paroquial. E de fato 55 alunos apenas foram matriculados dos quais grande parte não lhe pagou nenhum tostão, alegando pobreza dos pais. Entre eles tb. filhos de fazendeiros. As aulas porém continuam sob a direção do governo, sendo professoras D. Antonia e Aúrea Azambuja, senhoritas inteligentes, enérgicas e bem religiosas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.16v).

As professoras católicas são credenciadas pelo missionário com adjetivos virtuosos, sendo identificadas como senhoritas inteligentes, enérgicas e bem religiosas, portanto, moças de família aptas para a educação das crianças douradenses. Ao passo que as professoras protestantes, anteriormente citadas, são estereotipadas de forma pejorativa de lours professorinhas, amigas dos homens responsáveis. Podemos conferir sentido a tais insinuações e ao não-dito que ficou implícito no texto, ou seja, das acusações preconceituosas e sexistas de Frei Higino de que as professoras protestantes, por meio de seus atributos físicos, teriam vínculos com os funcionários e autoridades do Governo, para justificar que a escola protestante não sofria as mesmas coações e contraposições que a escola católica recebia.

É possível perceber nesse discurso o que Burke (2004) entende como estereótipos do outro. Infelizmente, a maioria dos estereótipos de outros era ou é hostil, desdenhosa, ou no mínimo condescendente. O estereótipo frequentemente omite traços da realidade, pode ser mais ou menos tosco, mais ou menos violento. Entretanto, necessariamente lhe faltam nuances, uma vez que o mesmo modelo é aplicado a situações culturais que diferem consideravelmente umas das outras.

Marin (2012b) explica que na busca do monopólio do mercado religioso, os franciscanos adotavam discursos de poder e demonização contra os competidores religiosos, utilizando linguagens agressivas e que geravam preconceitos. Termos como, *Cruzadas, almas a colher, salvar, escuridão* aparecem com frequência excitando ao mesmo tempo, as intolerâncias religiosas. Os frades deslegitimavam outras crenças, dificultavam seu estabelecimento e competiam pelo mercado onde outras religiões já estavam estabelecidas por meio da criação de instituições de assistência social, hospitalar e educacional.

Três eram as razões principais que impulsionavam a orientação católica. O princípio fundamental era a consideração da crença protestante como uma heresia. Tratava-se, portanto, de uma doutrina reprovada pela Igreja [...]. Como segunda razão estava a maior abertura protestante para a educação sexual, a valorização da mulher e a democracia liberal, aspectos esses combatidos pela instituição católica como contrários à doutrina de Cristo. Finalmente, os protestantes eram acusados de defender a hegemonia pró-norte americana no país, contrariando os interesses brasileiros (AZZI e GRIJP, 2008, p. 154).

Essas três razões eram percebidas claramente nos discursos dos missionários franciscanos no Mato Grosso. Em paralelo, a falta de autonomia financeira era apontada pelos Freis Franciscanos como outro empecilho para o exercício da sua autoridade e para que a missão pudesse conter a influência das instituições protestantes. Além disso, havia muita pressão social e reivindicações por parte da população douradense para que a Igreja, por intermédio dos padres, pudesse realizar grandes obras na cidade como faziam os missionários presbiterianos.

Outros, compreendendo o nosso ideal, apoiam que em geral se esperam grandes feitos pelos padres, progressos para o povo! Vide as atividades das outras congregações e religiões em Mato Grosso. Portanto eles gostariam, falando sinceramente, de ver aqui tb. padres que estivessem em condições de construir escolas primárias e secundárias, hospitais, conventos, igrejas etc. E nós estamos decididos de tirar a consequência disso! (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.18).

Na análise de Amaral (2005), a atividade missionária dos franciscanos no Mato Grosso era bastante árdua não somente em virtude das enormes distâncias entre as paróquias, da necessidade dos religiosos assumirem novas situações para as quais não estavam preparados, mas também da dificuldade com os leigos, dos dilemas entre a opção pelos pobres e a de trabalhar com as camadas mais elevadas da população, a diversidade cultural e etária dos religiosos que vinham de várias localidades do Brasil e do mundo.

Entre concorrências e divergências, apesar de manifestarem representações diferentes sobre crença, o que fica tangível é o espírito proselitista de ambas as religiões quanto as finalidades de suas ações em Mato Grosso e em Dourados. De todo modo, o avanço das duas

ordens, uma europeia e a outra norte-americana não deixa de revelar certa semelhança nos seus discursos de colonização: acreditavam que eram responsáveis por civilizar, converter almas e levar as suas verdades ao povo. Os Franciscanos e os Presbiterianos acreditavam que tinham o dever cristão e missionário de catequizar a população da região e salvar o maior número de almas para o Reino de Deus.

Contudo, para além dos conflitos supracitados, não podemos deixar de considerar nesse contexto, as relações estabelecidas entre a Igreja Católica e o Estado, que ao longo do período republicano, aparece cada vez mais como agente regulador e normativo das atividades religiosas no Brasil, com deliberações que direta e indiretamente influenciaram as estratégias de atuação da Igreja Católica e suas instituições e práticas socioeducativas, bem como a abertura e funcionamento das instituições escolares confessionais.

2.5 Estado e Igreja Católica: mentores da educação

Ao longo da história, a relação entre Estado e Igreja Católica foi marcada por separações, reencontros e aproximações, ora por interesses ideológicos concorrentes, ora por interesses em comum, que corroboraram com o desenho do cenário educacional do Brasil, do Mato Grosso e de Dourados.

Não é pretensão dessa tese pormenorizar as relações entre Estado e Igreja Católica ao longo de toda a República, mas percebemos que é relevante refletirmos alguns aspectos significativos desse pano de fundo, para compreendermos as marcas herdadas e inculcações estabelecidas nessa relação, que repercutiram na educação brasileira e na história das instituições escolares.

No Brasil, o grande primeiro cisma entre Estado e Igreja Católica aconteceu com o alvorecer da República (1889) e a aprovação da sua Constituição de 1891, que estabeleceu um Estado independente e separado de qualquer confissão religiosa, inclusive com a laicidade do ensino. Essa decisão gerou uma grande instabilidade e inúmeros conflitos entre essas instituições.

Com uma organização política constitucionalmente neutra no Brasil, a Igreja católica perdeu a sua condição de religião oficial do país, e, conseqüentemente, também perdeu o apoio oficial do poder civil. Os desdobramentos dessa cisão foram vários, desde as tensões face às ideologias modernas e liberais até as preocupações com a situação financeira da Igreja, o que refletiria diretamente nas suas atividades pastorais, religiosas, sociais e educacionais. Em suma, “a República outorgou-lhes a liberdade, mas roubou-lhe a proteção” (ARAÚJO, 1986, p.56).

De acordo com Lustosa (1991), os republicanos, sob a capa de um liberalismo, pregavam um Estado como uma sociedade perfeita, que deveria se fechar em objetivos próprios, dotado de poderes e meios suficientes para atingi-los. Em contrapartida, para a Igreja, esse tipo de laicismo político bloqueava as possíveis ligações com o religioso, situando o Estado no plano inclinado a um ateísmo social.

Após o impacto dos primeiros anos do período inaugural da nova organização política do país, a Igreja Católica tratou logo de se adaptar à realidade. O que se testemunhou a partir da década de 1910 foi uma reaproximação e combinação de forças e afinidades entre Estado e Igreja, pois, de um lado, havia um Estado apático que ainda não conseguia engendrar efetivamente suas pretensões, entre elas, uma política educacional pública, ampla e eficiente; de outro, uma instituição religiosa historicamente influente, experiente e com grande poder simbólico e legitimador, que sabia que precisava redescobrir novas estratégias para continuar garantindo sua permanência e inserção na sociedade brasileira, e para isso, compreendeu rapidamente que era imprescindível impulsionar um sistema de ação social e educacional que possibilitasse sustentar as bases cristãs do ensino laico e que fosse capaz de formar a sociedade brasileira e o novo cidadão republicano. Uma das primeiras estratégias da Igreja foi justamente a de valorização e divulgação das suas instituições escolares.

Nessa perspectiva, segundo Sousa (2003), ao mesmo tempo em que um projeto modernizador da economia brasileira e de integração ao mercado exterior estava sendo desejado pelo Estado republicano, a Igreja também foi se constituindo como uma instituição moderna, que negava seu passado imperial e inaugurava um projeto de cunho reformista europeu³⁵. E assim, a Igreja Católica se associava de certo modo ao ideal civilizatório almejado pelo Estado republicano, tais como: ordem, obediência, trabalho, amor à Pátria, progresso, mimetismo europeu. Tudo isso referendado por um contexto complexo que colocava, a partir de então, a Igreja Católica dentro de um competitivo mercado religioso.

Esse movimento da Igreja em manter e conquistar um lugar próprio, pode ser entendido sob a ótica de Certeau (1998), como uma estratégia que permite a instituição capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo. O lugar próprio é, portanto, uma vitória do lugar sobre o tempo.

³⁵ Entre os projetos reformistas, destacam-se o modelo de romanização transplantado para o Brasil, caracterizado pela vinda de congregações religiosas europeias para o país e a consequente tarefa de disseminar o catolicismo romanizado por meio de suas instituições.

Sobre essas circunstâncias, Lustosa (1991) afirma que, no final do entrevero entre Igreja e Estado, a Igreja Católica não saiu tão prejudicada assim, como parecera, à primeira vista, nos espíritos assustados dos bispos. A Constituição de 1891 deixava completamente abertas as portas do país para a entrada de reforços estrangeiros para a pastoral, tanto em nível de sacerdotes, como em nível de religiosos.

Com o reforço de congregações e missionários estrangeiros, a Igreja Católica lançava-se cada vez mais no campo educacional, também como uma forma de combater a secularização do ensino defendida pelos liberais republicanos. Por outro lado, também ficava cada vez mais evidente que o Estado republicado precisava de um sistema educacional eficiente para tornar exequível o seu projeto e que pudesse preencher os grandes vazios existentes na área educacional. Mas, para isso, ele dependia de uma rede de ensino, da ampliação de instituições escolares e de um corpo docente qualificado. Nessa queda de braço entre Estado e Igreja, acabou ficando patente que esse mesmo Estado precisava ceder e admitir que dependia da experiência institucional da própria Igreja Católica para expandir escolas e promover um sistema educacional popular que contemplasse o maior número possível de sujeitos.

O que parecia ser uma grande cisão e rompimento entre Estado e Igreja, acabou se transformando ao longo das próximas décadas da Primeira República, uma relação de entrosamento e troca de interesses. Sousa (2003) explica que aos poucos, a sociedade brasileira começava a ser arregimentada por estes projetos político-religiosos que exigiam a moralização dos corpos e o fim do analfabetismo, o que representou a formação do paradigma do bom cidadão, do bom republicano e do bom cristão.

Podemos perceber, portanto, certo diálogo entre Igreja e Estado em favor de objetivos comuns: de um lado a Igreja em busca de uma sociedade cristã, de outro, o Estado em busca de uma sociedade nacionalista, cumpridora dos deveres da Pátria. Araújo (1986) entende que essa identificação entre religião e sociedade ou entre religião e Pátria é integrante da Cristandade. Desta forma, a unidade entre fé e nacionalidade é um aspecto importante da Cristandade, em que os inimigos da religião são inimigos da Pátria e vice-versa. Portanto, “a formação do crente significa a formação patriota” (ARAÚJO, 1986, p.76).

Na sequência, Lustosa (1991) aponta que as relações entre Estado e Igreja serão encaminhadas de maneira pacífica e entrosada no período de 1930-1945, a ponto de a Igreja ter a autonomia de dialogar e negociar com o Estado em diversas instâncias, seja executiva, legislativa, judiciária e outras. Usando a pressão social que dispunha, a Igreja podia pensar concretamente em estratégias para não apenas se defender dos adversários, como para consolidar a pauta do seu projeto de cristianizar a legislação.

E o momento era propício para isso, pois o Governo Provisório (1930-1934) deveria se ocupar em preparar a Constituição da Nova República (1934). O discurso da Igreja era de que a reconstrução da ordem social cristã só seria possível se houvesse sólidos alicerces morais. Para tanto, a Igreja afirmava ser necessária uma formação da juventude nos princípios educativos da Igreja, daí a grande preocupação e anseio da instituição nesse período com o ensino religioso nas escolas.

Por outro lado, segundo Moura (2000), o Governo Provisório, pelo Decreto de 30 de abril de 1931, instituiu nas escolas oficiais o ensino religioso facultativo, sendo dispensados da disciplina os alunos cujo os pais ou tutores assim o requeressem no ato da matrícula. Tal decisão gerou debates acirrados entre os reformadores que defendiam a laicidade do ensino e os educadores católicos que defendiam pontos capitais do seu programa escolar, especialmente, o ensino religioso nas escolas públicas.

Na *Era Vargas* (1930-1945), a Igreja Católica vislumbrou uma possibilidade de abertura para a reconfiguração de sua situação dentro da sociedade civil e com os grupos instalados no poder. Amaral (2005) explica que nesse período a Igreja prestou apoio ao fortalecimento do Estado, houve uma aliança tácita entre ambos, numa estratégia em busca de resultados. Assim, foram quinze anos de farta colheita para o clero nacional. Embora não tenha conseguido atingir todas as suas reivindicações, a Igreja conquistou nesse período um espaço importante na sociedade brasileira, na mediação entre grupos sociais e políticos dominantes, que utilizaram inúmeras estratégias para barrar o crescimento da luta de classes. Assim, foi possível a abertura do poder a grupos intelectuais católicos, que passaram a ocupar posições decisórias no Estado. Deste modo, ambos se fortaleceram dentro da sociedade brasileira.

Durante a *Era Vargas*, a Igreja conquistou uma certa flexibilidade e uma abertura maior. Com o afastamento de Getúlio Vargas do poder, o relacionamento entre Estado e Igreja continuaram basicamente no mesmo ritmo até a instauração do *Estado Novo* em 10 de novembro de 1937. Em sua volta ao poder, Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição em 1937, que desta vez silenciava vários pontos religiosos de interesses católicos, que já estavam consagrados na Constituição de 1934.

Sobre este prisma, Oliveira *et al.* (1982) explica que no período pós 1930, encontramos o Brasil às voltas com o seu destino e a sua história. Defrontamos com uma elite permeada do ideal salvacionista e que acredita ter um papel messiânico na vida nacional. A compreensão dessa época no Brasil, suas necessidades e carências, assim como os valores elaborados e divulgados pelos intérpretes do Estado Novo constituem um patrimônio da cultura política nacional. O governo do Estado Novo foi centralizador e concentrou as decisões no nível federal.

Sua ideologia política recuperou práticas autoritárias que pertencem a tradição brasileira, assim como incorporou outras modernas, que fazem da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social.

Gonçalves (2011) afirma que o período demarcado pelo governo provisório e o governo constitucional de Vargas (1930-1937) foi quando a Igreja Católica e suas organizações mais usufruíram, legal e financeiramente, de benefícios destinados ao desenvolvimento de seus projetos pastorais e administrativos no campo específico da caridade.

Por meio do Decreto N.º 20.351, de 31 de agosto de 1931, Getúlio Vargas criou a Caixa de Subvenções, destinada a auxiliar os estabelecimentos de caridade, de ensino técnico e os serviços de nacionalização do ensino, considerando que:

Paralelamente aos serviços públicos de assistência, tem o Estado o dever de subvencionar e **amparar os estabelecimentos de iniciativa particular** com as mesmas finalidades; [...]. Considerando que a prestação desse serviço do Estado reclama, há muito, uma reforma que o integre na justa finalidade do seu altruísmo, de molde a estabelecer normas preventivas da burla e dos meros favores pessoais ou políticos, no manifesto interesse dos verdadeiros **desprotegidos** e da economia do país [...] DECRETA: Art. 1.º Fica criada a Caixa de Subvenções, destinada a auxiliar estabelecimentos de caridade, tais como: hospitais, maternidades, creches, leprosários, institutos de **proteção à infância** e à velhice **desvalida**, asilos de mendicidade, cegos e surdos-mudos, orfanatos, ambulatórios para tuberculosos, dispensários e congêneres, bem como os estabelecimentos de ensino técnico; não custeados pela União, Estados e Municípios (BRASIL, 1931, grifo nosso).

Em Dourados, nesse período e nos anos subsequentes, as relações entre Estado e Igreja não foram tão pacíficas assim, isso se deve em parte à frágil inserção política dos padres, aos reflexos da Segunda Guerra Mundial somados a nacionalidade alemã dos Franciscanos, que geraram não somente desconfianças políticas, mas também muitas intercorrências e resistências com populares e os próprios membros da Igreja. Em muitos registros no Livro Tombo I da Paróquia Imaculada Conceição, os missionários relataram várias indisposições com o governo, muitas delas relacionadas com a proibição dos padres de lecionarem na escola paroquial, com a proibição de aulas de catecismo nas escolas públicas e a instabilidade da prática do ensino religioso de um modo geral.

Devido a intriga dos protestantes o inspetor escolar, Prof. Luiz Castanho, simpatizante com o comunismo e vivendo separado da esposa (como aliás uns outros “solteiros” da Repartição do Ensino no Território de Ponta Porã) proibiu por intermédio da Diretora do grupo, D. Antonia Silveira Capilé, a entrada do frei Higino, vigário, tanto no grupo como no ensino do catecismo católico em todas as escolas do município de Dourados pelo simples facto que nenhum dos pais até esta data tivesse pronunciado o seu acordo com o ensino do catecismo católico pelo padre nas escolas. Portanto o padre fique fora das escolas, até que o governo resolvesse o caso. Que falta de lógica e por isso: que sinal indubitavel de malicia deste nobre cavalheiro de uma ordem

brasileira sob o signo de martelo e foice! (ou da lua crescente com a estrela de Maomed, *sapienti sat*³⁶!!) – A resposta dos pais era imediata, espontânea e peremptória pelo Sr. Luiz Castanho, pois 99% dos pais exigiram o mais cedo possível o catecismo pelo padre nas escolas públicas. Fizemos tb. *démarche*³⁷ junto ao governo: e o efeito? O Sr. Luiz, de fato, foi transferido de Dourados, é sim, mas subiu a escada, tornando-se diretor geral dos ensinos no Território. *Ad multos annos!* (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.16-16v).

O fato é que, a Igreja Católica que já se ocupava desde meados do século XIX com três assuntos que circundavam suas preocupações: o comunismo, o matrimônio e a educação, com o recrudescimento das relações entre Igreja e Estado no século XX, passou a intensificar ainda mais os seus interesses pelo ensino confessional e pelo combate às ideias comunistas.

O grande medo, e até mesmo o pavor da Igreja nesse período, é o comunismo. À medida que se reforça a ideia da instituição eclesiástica colocada numa ordem superior e espiritual, o comunismo é apresentado como a grande revolução do ateísmo materialista, desestabilizando toda a ordem social vigente no mundo (AZZI e GRIJP, 2008, p.186).

Como pudemos perceber, a tática de contraposição às ideologias concorrentes se instaurou de forma intensa e irascível em Dourados. Nessa conjuntura, a Ordem Franciscana adotou a educação como estandarte da missão, para fazer do catecismo e da instrução primária, estratégias contra tudo o que os frades entendiam como ameaças que poderiam dispersar o número de fiéis e comprometer o projeto missionário por uma cidade e uma nação católica. É nessa perspectiva que outras crenças e os suspeitos de disseminarem o comunismo e a dissolução do matrimônio precisavam ser combatidos, como demonstram as acusações feitas pelos franciscanos aos funcionários da Repartição do Ensino, inclusive no que diz respeito ao estado civil dos mesmos.

Azzi e Grijp (2008) esclarecem que a estabilidade da família era considerada um elemento básico para a manutenção da ordem social. Deste modo, o princípio até que a morte nos separe deveria servir de norma para todos os casamentos, sendo o vínculo matrimonial considerado indissolúvel pela teologia católica.

Em consonância, Barros (2010) explica que, a instalação do Estado leigo, a ausência do ensino religioso nas escolas públicas, a presença dos inimigos da Igreja, aqui representados pela ideologia comunista e os protestantes americanos, constituíram como principais preocupações das Ordens Religiosas e a urgente necessidade de instalação de obras missionárias pelas dioceses. Nesse contexto, a família era alvo a ser alcançado pelas missões da Igreja.

³⁶ Tradução: Basta para o sábio

³⁷ Tradução: empenho, esforço, diligência, providência.

Assim, no trabalho pastoral católico, no sentido de sacralizar o país, uma das linhas de ação seria o combate às ideologias comunistas e o avanço da religião protestante.

Desta maneira, as homilias públicas, as instruções catequéticas e o projeto de evangelização franciscano insistiam nas advertências ao povo sobre a sedução das ideias comunistas, do perigo da religião protestante e da importância da criação de escolas católicas e do ensino religioso.

Para justificarem a necessidade do ensino religioso nas escolas públicas, os franciscanos apelavam para alguns fatos do cotidiano e condutas de indisciplina e infrações praticadas por crianças e adultos em Dourados, buscando convencer a sociedade e o próprio Estado de que somente com o catecismo, seria possível educar e civilizar as crianças e jovens, bem como construir um futuro promissor para a cidade, sob o contraponto de que para ser um bom cidadão, era preciso ter religião e ser um bom cristão. Assim, Frei Higinio escreve:

Outros fatos significativos: houve neste ano alguns churrascos – na hora do começo, bandos de crianças e homens bêbados, armados com facas afiadas saquearam as mesas – no pé da letra – roubando carne, pão e vinho, disparando a cavalo, voltando logo à praça do churrasco e reiterando o assalto. Os guardas ficaram boquiabertos, não querendo causar cenas desagradáveis, os hospedes (acadêmicos, altos funcionários do Território e fazendeiros) estavam aterrorizados, vendo aqui feras humanas, explorando num modo abominável os sacrifícios e a civilização do povo sensato. Proibam agora os governos as aulas de catecismo nas escolas! Impeçam os clubes sociais e futebolistas a assistência da criança aos catecismos dominicais! Atrapalhem agora certas professoras e pais pelos seus matines infantis, sem cessar o mesmo catecismo, antepondo as suas bolsas ao reino de Deus - - - e aí veremos como se realiza o ditado: “Dourados, cidade do futuro” – futuro sem Deus, sem religião, será que vale muito pelo Brasil? (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.17-17v).

Nesse contexto, os ideais de civilização estavam em evidência. Assim, para promover o projeto da Igreja, Frei Higinio defendia que somente o ensino religioso possuía os meios para alcançar as mais elevadas finalidades da educação e as condições para civilizar, moralizar e controlar os instintos das crianças. À luz dessa concepção, o processo civilizador encontraria no ensino religioso praticado na escola, o caminho para dar continuidade ao projeto iniciado pelo ambiente familiar. Assim, “prevalecia a atitude mais severa de que a moralidade e o respeito pelos tabus deviam estar presentes nas crianças desde os primeiros anos” (ELIAS, 1994, p.169).

As reflexões de Elias (1994) nos permitem identificar que o controle das emoções e a formação disciplinada do comportamento como um todo, apresentavam afinidades com os comportamentos eclesiais. Assim, a civilidade recebe um alicerce religioso e cristão. Desta

forma, a Igreja se revela como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento, como podemos perceber no discurso de Frei Higinio.

Apesar dos inúmeros duelos, conforme Amaral (2005), a colaboração entre Igreja Católica e o Estado viria atingir níveis elevados na década de 1950. O assistencialismo social católico ganhou forças e deu um passo significativo em defesa da transformação das estruturas do país, o que acenaria para futuras cisões dessa relação. Na análise da historiadora, a atuação da Igreja Católica é um entremear de rupturas e permanências.

No Sul do Mato Grosso, a Igreja Católica passou a dedicar-se formalmente às causas sociais, numa época em que as missões franciscanas já estavam instaladas, com suas ações pastorais e sociais em andamento e com projeção de esforços para destinar áreas físicas para construção de instituições. Esta não era uma ação isolada dos franciscanos na região, mas um projeto da Igreja para o país.

Sob o símbolo das lideranças leigas, a partir dos anos 1950, se observa uma maior abertura de bispos e padres com relação às questões sociais do país; mesmo assim, o atendimento a essas necessidades apresenta-se com frequência como forma de contraponto ao avanço dos comunistas e socialistas. Paradoxalmente, o medo ao comunismo se constitui tanto um elemento de freio como de estímulo para as reformas sociais (AZZI e GRIJP, 2008, p.352).

Para assegurar o seu lugar, a Igreja lutará em diversas frentes, desde a tentativa de converter os meios pensantes do Brasil, formar nos colégios católicos uma elite de confiança, penetrar nos círculos governamentais por meio de acordos particulares, enquanto não chegava o momento oportuno das reivindicações sob pressão das massas populares, mobilizadas pela hierarquia (ARAÚJO, 1986).

E foi justamente no período do Brasil Democrático, ou, da República Populista (1945-1964), que segundo o levantamento de Moura (2000), ocorreu a criação do maior número de escolas católicas no Brasil, totalizando 466 instituições. O quadro 7 demonstra o processo de criação de instituições confessionais católicas em todo o país ao longo do período Republicano.

Quadro 7 – Criação de Escolas Católicas no Brasil entre 1889-1996

Período	Total de escolas criadas
Primeira República (1890-1930)	268
Era Vargas (1930-1945)	216
Brasil Democrático (1945-1964)	466
Governos Militares (1964-1985)	238
Nova República (1985-1996)	103

Fonte: Elaborado a partir do levantamento realizado por Moura (2000) até o ano de 1996.

Não obstante, na região de Dourados, o clero aproveitou-se da situação até então favorável, dos investimentos governamentais e do grande fluxo de pessoas ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960 para formar uma massa católica, num complexo jogo de relações que envolveu as elites locais, os comerciantes e os camponeses que se assentavam na região (AMARAL, 2005).

É nesse cenário que a demanda por escolas também começou a se fortalecer cada vez mais em Dourados, que de um lado vivenciava uma intensa expansão demográfica, e de outro, não dispunha de políticas públicas e de escolas suficientes para atender a população.

2.6 Traços da história da Educação de Dourados

A história da educação de Dourados nas primeiras décadas do século XX é pautada pela escolarização informal, realizada pelas famílias, ora nas escolas de improviso ou por professores viajantes que esporadicamente apareciam na região para ensinar as crianças da zona rural, percorrendo as fazendas a cavalo para levar a instrução nos diversos recônditos da região.

Na área urbana também havia a presença de pequenas escolas particulares, que funcionavam na maioria das vezes nas casas das próprias professoras e sequer dispunham de verbas públicas. Tais escolas eram intituladas com os nomes das suas respectivas professoras. Na Figura 22, podemos observar uma dessas iniciativas.

Figura 22: Alunos da Escola Particular de Dona Antônia da Silva Capilé, década de 1930



Fonte: Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD)

Posam para a foto oficial os alunos de diferentes faixas etárias da Escola Particular de Dona Antônia da Silveira Capilé, professora pioneira de Dourados na década de 1930. As crianças estão em fila e rigorosamente uniformizadas para alguma cerimônia especial.

O cenário educacional douradense não deixava de refletir o próprio contexto nacional. Sabemos que nas décadas de 1920 e 1930, o Brasil vivenciou momentos de disputas ideológicas importantes. Segundo Peixoto (2013), o reordenamento estrutural, que resultou na Revolução de 1930, ocorreu em detrimento tanto da política quanto da educação, visto que esta última se tornou alvo de interesse público e de debates acirrados, por se tratar de um assunto altamente politizado e objeto de regeneração da sociedade. De modo geral, o sistema educacional brasileiro era deficitário e, quando fora criado, não previa um tipo de expansão que pudesse atender a todas as camadas da sociedade. A educação constituiu-se até então, privilégio para poucos.

Nessa perspectiva, os debates do movimento escolanovista, liderado por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo dentre outros, reivindicavam a transformação e reconstrução da educação do Brasil, resultando no Manifesto dos Pioneiros de 1932, que entre outros princípios, defendia uma educação para todos, pautada numa pedagogia moderna, fundamentada na laicidade, universalidade e responsabilidades do Estado.

Todavia, em Dourados, a iniciativa pública ainda era praticamente inexistente. Como vimos, em 1939 foi criada por iniciativa privada, a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, sendo a primeira escola com ensino formal e institucionalizado de 1.^a a 4.^a série em Dourados. Logo depois, em 1941, foi criada outra escola confessional, desta vez, por iniciativa da Igreja Católica, a Escola Paroquial Imaculada Conceição.

A ação pública na oferta do ensino institucionalizado ganhou configuração a partir dos anos 1940. No início da década, a esfera municipal criou a primeira escola municipal e ampliou a sua atuação nos anos subsequentes. Em 1946, o Decreto Municipal n.º 70 que estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados, também previa a determinação da oferta da instrução primária gratuita e obrigatória para os filhos dos colonos. Assim, entre 1943 a 1950, verificou-se também a atuação federal na região, com a abertura de 12 escolas rurais pela administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (FERNANDES e FREITAS, 2004). Em 1947, também se fez presente o governo estadual com a criação do Grupo Escolar Joaquim Murtinho.

O quadro a seguir, inspirado na sistematização de Maria Bethania Pastor de Lima (2010), apresenta um panorama das primeiras instituições escolares instaladas entre as décadas de 1930 e 1950 em Dourados:

Quadro 8 – Instituições escolares instaladas em Dourados entre as décadas de 1930 e 1950

Instituições	Ano de instalação e funcionamento	Nível	Natureza	Origem	Regime de ensino
Escola Erasmo Braga	1939	Ensino Primário	Privada	Confessional Protestante	Escola Mista
Escola Paroquial Imaculada Conceição	1941	Ensino Primário	Privada	Confessional Católica	Escola Mista
Grupo Escolar Joaquim Murtinho	1947	Ensino Primário	Pública	Não Confessional	Escola Mista
Patronato de Menores de Dourados	1949/1950	Ensino Primário	Privada	Confessional Católica	Escola Mista
Colégio Oswaldo Cruz	1954	Ensino Primário /Secundário	Privada	Não Confessional	Escola Mista
Escola Franciscana Imaculada Conceição	1956	Ensino Primário /Secundário	Privada	Confessional Católica	Educação Feminina (em regime de internato e externato)
Escola Agrícola Dom Bosco	1956	Preparação Prática para o trato agrícola	Privada	Confessional Católica	Educação Masculina (em regime de internato)
Escola Estadual Presidente Vargas	1958	Ensino Secundário	Pública	Não Confessional	Escola Mista

Fonte: Lima (2010), com inserções e alterações realizadas pela pesquisadora.

Na análise de Sarat e Mancini (2007), a história da educação no município de Dourados é marcada por significativas mudanças, assim como em outras localidades do país, ela segue as tendências do modo como a educação nacional estava organizada. Tal história é marcada inicialmente pela responsabilidade da família em ensinar a ler, escrever e contar, e nas primeiras décadas do século XX pela iniciativa privada.

Somando-se a isso, cumpre destacar que Dourados fazia parte da porção Sul do antigo Mato Grosso, logo, os douradenses reclamavam de esquecimento e desprezo pelo Sul por parte do Poder Público, principalmente, em relação aos investimentos na área da educação.

Em Dourados, na época, poucos políticos davam valor ao ensino [...]. Dourados sempre reclamava de Cuiabá, porque as verbas repassadas a nós, diminutas, às vezes não davam nem para comprar giz. Numa espécie de menosprezo pelo Sul, seguravam as verbas, o que obrigava os professores a fazer vaquinhas para comprar o material indispensável ou então se recolhia dinheiro para a caixa-escolar, numa taxa cobrada dos alunos com a qual comprava o material indispensável à escola (ROSA, 1990, p. 166).

Na compreensão de Furtado e Marques (2013), o desenvolvimento da educação no município de Dourados não foi diferente do restante do antigo Sul de Mato Grosso. Nesta parte

do Estado, a educação se desenvolveu lentamente, por vários motivos, seja pela expansão territorial, a distância da capital Cuiabá e a precariedade dos meios de locomoção.

As fontes impressas confirmam essa realidade e também a demanda da população pela criação de escolas, diante do grande fluxo demográfico em Dourados. Aliás, a imprensa desempenhou um importante papel ao incluir em seu repertório inúmeras reivindicações da sociedade, críticas e denúncias sobre os problemas educacionais, as dificuldades de acesso à escolarização institucionalizada, as consequências negativas da expansão demográfica desenfreada e a falta de políticas públicas que acompanhassem esse crescimento.

Podemos observar muitas edições que solicitavam a abertura de instituições escolares, a construção de prédios adequados para os fins da educação, a precariedade das casas que serviam de escolas, a morosidade na liberação de verbas públicas para educação, a falta de material escolar e de professores formados, o alto índice de analfabetismo da população, entre outras.

Na 1.^a edição do jornal O Douradense de 11 de maio de 1948 foi publicado um texto intitulado *Um prédio para o Grupo Escolar de Dourados é de inadiável necessidade*, em que descreve um estabelecimento de ensino com aproximadamente 500 alunos que precisavam ser acomodados num prédio inadequado para este fim. “Acresce a tudo isso, que a frequência de alunos naquela casa é de cem por cento, fato este bastante expressivo. E de imediata solução” (O DOURADENSE, 1948, p.4).

Segundo Pinto (2017), a imprensa se revela como uma importante aliada na compreensão desses temas pertinentes ao cenário social. “A imprensa, em alguns momentos, arregimenta a responsabilidade e o interesse de conclamar o poder público a mobilizar-se em prol da implantação e organização do aparelho escolar do Estado” (PINTO, 2017, p.30).

A exemplo dessa prática, na edição de 24 de junho de 1948, o jornal O Douradense publicou a sua pretensão de servir aos anseios da população e cobrar dos poderes públicos iniciativas pelo ensino e criação de escolas em Dourados:

Somos dos que acreditam no grandioso futuro que nos reserva, principalmente quando olhamos para essa mocidade em flor que anda em busca de um aprendizado, ao menos o das primeiras letras, nas Escolas. Somos, por isso, uns esperançosos, e, a nossa suprema aspiração, é de vermos todos os pequeninos brasileiros assistidos convenientemente quanto ao seu desenvolvimento intelectual e moral [...]. Aqui estamos para propugnar pelos interesses da comunidade que nos cerca, desta rica gleba mato-grossense. Propugnar, repetimos, fazendo com que, os poderes públicos nos atendam, na medida do possível, satisfazendo os anseios da população. (O DOURADENSE, 24/06/1948, p.1).

Já a edição de 10 de julho de 1948 publicou uma matéria sobre as iniciativas particulares de algumas professoras pela escolarização da infância douradense intitulada *Uma iniciativa louvável*, no qual descreve os traços da educação em Dourados nesse período e o quanto as iniciativas pioneiras dessas mulheres contribuíam para que a realidade do ensino no município não fosse ainda mais precária:

Iniciativas há, de caráter puramente particular que merecem registro especial, principalmente quando alicerçadas e levadas a efeito por espíritos desprendidos de conveniências e do interesse imediato, coisa um tanto difícil nos tempos modernos, merece de utilitarismo que nos absorve. Assim é que hoje vimos nos ocupar, embora em rápidos traços, do Curso de Admissão ‘Maria Auxiliadora’, criado e em funcionamento, sob a direção da Sr.^a Guiomar Motta e Srta. Umbelina Camara, professoras da nossa infância em o Grupo Escolar de Dourados. Sabem elas essas heroínas do ensino, da necessidade que nos oprime a falta de um ensino superior ao das primeiras letras. Crianças inteligentes, ávidas de ensinamentos, carregam consigo a tristeza de não poderem mais estudar, após o quarto ano primário. Essa brusca transformação faz dessas crianças espíritos tristes e sem coragem de voltar ao estudo, caso isso mais tarde aconteça. Serão, fatalmente, uns descontentes de todos os tempos (O DOURADENSE, 10/07/1948, p.1).

Podemos identificar no interior desse discurso, aquilo que Pinto (2017) chamou de função pedagógica da imprensa, pela preocupação em instruir e educar a população. Independente do direcionamento político que os jornais partilhassem, a pertinência das contribuições para os debates formativos no campo educacional permanecia. Pode-se verificar o interesse dos responsáveis por aqueles veículos em fomentar processos de ensino de leitura, visando, entre outros motivos, a ampliação do público leitor e potenciais assinantes de suas folhas.

Nesse engajamento, em 1948, o jornal O Douradense publicou uma entrevista com o recém nomeado Inspetor Escolar de Dourados, Prof.^o Armando Campos Belo, que deixa tangível não somente a realidade da educação em Dourados na época, como as condições de vida da população e a assistência à infância de um modo geral, expondo indícios fundamentais para compreendermos o contexto de criação do Patronato de Menores de Dourados.

Interrogado quanto ao número de alunos, em idade escolar, sem assistência, foi logo nos respondendo: _ Estima-se em mais de mil crianças, em idade escolar, sem assistência, e, na situação atual não temos recurso locais para sanar tão lamentável realidade. [...] As razões desta irregularidade são a falta de prédios, de material escolar necessário e respectivo mobiliário. [...] mesmo o leigo pode constatar a necessidade de assistência sanitária à verminose, às endemias, insuficiência alimentar, etc., espelham no semblante das nossas crianças os mais tristes presságios do nosso futuro. Os problemas da instrução pública ou melhor da alfabetização da nossa gente, se multiplicam com o crescimento constante da população [...] A mortalidade infantil é de proporção assustadora. Assim, é preciso levar em consideração o grau de civilização da nossa população antiga e o dos imigrantes que

aportam, pois mais de setenta por cento compõe-se de gente rústica, analfabetos, provindas por vários Estados sem fixar-se em nenhum (O DOURADENSE, 10/07/1948, p.1).

Em linhas gerais, o que a matéria evidencia é que nesse período, os cenários sociais e educacionais de Dourados estavam caóticos e que a cidade necessitava urgentemente de mais escolas. É justamente nesse palco da história, que situamos a criação do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, cuja a gênese não deixa de estar entrelaçada com os debates em torno da *questão social* e os movimentos de caridade, filantropia e assistência aos pobres que estavam em discussão na época.

3. O PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA: GÊNESE E TRAJETÓRIA

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (MOGARRO, 2005, p.79).

O Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana foi a primeira instituição escolar católica que os Franciscanos conseguiram consolidar institucionalmente no município, após uma tentativa frustrada de abrir uma escola paroquial em 1941 com as Irmãs Bernardinas, mas que precisou ser fechada.

Assim, em novembro de 1949, a Missão Franciscana conseguiu finalmente criar a tão idealizada escola católica, que começou a funcionar somente em 1950. O Patronato de Menores passou por mudanças e transformações significativas em seu itinerário, principalmente nos primeiros anos de atividade até alcançar a sua legitimação e representação de *escola de verdade*, com a inauguração em 1954 do primeiro prédio escolar construído exclusivamente para o seu funcionamento.

O que entendemos por instituição escolar encontra apoio nas preposições de Justino Magalhães (2004), segundo a qual, a educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizatórias que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social.

Nessa perspectiva, para compreendermos essas marcas socioculturais e civilizatórias, na primeira parte desse capítulo, trataremos de discutir as representações de pobreza e suas implicações nas estratégias de caridade, filantropia e assistência às chamadas crianças desvalidas, para descobrir os nexos que subsidiaram a proposta dos Patronatos de Menores.

Abordaremos ainda, o processo de criação dos Patronatos no Brasil como estratégia de escolarização da infância pobre, caracterizando esse modelo de escola implantado em vários estados brasileiros no início da República e amplamente difundido ao longo do século XX em

todo o país. Conhecer e interagir com esse percurso é indispensável para compreendermos a gênese e o sentido da instituição escolar investigada nesta tese.

Posteriormente, discutiremos especificamente a gênese e institucionalização do Patronato de Menores de Dourados, procurando responder a um dos questionamentos que insiste em se inscrever na história da instituição, ou seja, o porquê da implantação de um patronato de menores e os motivos pelos quais os Franciscanos escolheram criar justamente esse modelo de escola na cidade.

Por fim, analisaremos a estrutura organizacional e os primeiros anos de funcionamento do Patronato de Menores de Dourados sob a direção das Irmãs Franciscana da Penitência e da Caridade Cristã.

3.1 As representações de pobreza e suas implicações nas práticas de caridade, filantropia e assistência

A condição de pobreza, suas causas e enfrentamento está no cerne de antigos e recentes debates, sendo concebida e representada de diferentes formas ao longo da história entre as diversas culturas, sociedades e ideologias, a partir das quais a infância pobre e desvalida recebeu a proteção e a assistência de instituições, associações e indivíduos, em sua maioria ligados ao princípio cristão de ajuda mútua, das obras de misericórdia, da missão e da caridade ou das iniciativas filantrópicas.

As representações e reações face à pobreza sofreram inúmeras mudanças ao longo dos séculos, mas deixaram marcas e inculcações que permanecem no imaginário coletivo e nas políticas e ações de enfrentamento desse fenômeno. Para o historiador Bronislaw Geremek (1986), a imprecisão da terminologia nas abordagens da pobreza enquanto estigma social e a dificuldade de estabelecer distinções claras sobre essa categoria, reduzem a eficácia empírica dos estudos. Porém, há dois aspectos que precisam ser reconhecidos: o primeiro, trata-se de um tipo de discurso que insiste na existência de um grupo à parte entre os pobres, ou seja, no qual a pobreza se confunde com atos ilícitos, gerando uma distinção entre pobres meritórios e pobres indignos. Em segundo lugar, a diferença cultural que apresentam os pobres é simultaneamente interpretada como resultado das atitudes de condenação ou medo por parte do restante dos grupos sociais, e como consequência da interiorização desse estigma pelos próprios pobres, a pobreza é percebida de forma exclusivamente negativa.

Em razão desses dois aspectos, o discurso medieval propunha determinar as características dos pobres verdadeiramente dignos de serem socorridos pelas obras assistenciais

ou pela caridade individual. Já o pensamento moderno, procurou explicar a origem das atitudes negativas face à pobreza pelas relações desta com o desvio. Assim, ambas fazem repercutir critérios que implicam juízos de valor sobre a pobreza.

Na perspectiva da sociedade pré-industrial, o semblante da pobreza, do ponto de vista econômico, social e cultural, apresentou-se de modo diferente, sendo igualmente diversos os contextos em que ela se manifesta. Chama atenção para esta pesquisa, o modo como a pobreza é representada e interpretada pelo contexto religioso, que implicará nas práticas de caridade e assistência realizadas pela Igreja Católica.

Conforme Geremek (1986), a tradição judaico-cristã e todas as grandes religiões – judaísmo, cristianismo, budismo, islamismo – atribuem à pobreza um estatuto santificante; a riqueza, ao contrário, não é um valor dignificado nos primevos modelos socioculturais. Ao longo da história, estes modelos ideológicos vão se adaptando à realidade social.

Para entendermos essas adaptações, segundo Marcílio (1998), é importante lembrar os conceitos medievais de pobreza e caridade. Desde o final da Antiguidade e durante os primeiros tempos medievais, a concepção de caridade, incluindo a da pobreza, foi proclamada e praticada por bispos e monges, no Oriente e no Ocidente. Essa concepção buscava aliviar a humilhação material e social dos pobres. Os significados dos dois termos, utilizados por gregos e latinos foram mantidos: de um lado, a distinção entre pobreza e indigência; e de outro, a consideração da pobreza como condição de aproximação com Deus e com o próximo. O apelo constante com o dever de dar esmolas demonstra que a Igreja fez da caridade uma condição para a salvação. Assim, no exercício da beneficência, o papel principal passou das iniciativas e das atividades laicas para uma espécie de monopólio da Igreja.

Vale constar que, os debates preambulares sobre a questão da pobreza surgiram inicialmente na Europa, sobretudo, diante das transformações na própria estrutura da sociedade feudal europeia. Pinto (2008) esclarece que o fluxo de pobres nos caminhos e cidades da Europa sempre foi uma constante. Porém, o olhar sobre a pobreza nem sempre foi o mesmo. Na Idade Média, a opção pela pobreza chegava a ser uma via perfeita para alcançar a salvação, muitos renunciavam a seus bens materiais e passavam a viver das orações e esmolas, ajudando aos miseráveis e aos doentes.

Como vimos nesta tese, uma das personalidades emblemáticas dessa escolha de vida é justamente São Francisco de Assis. Nesse período, o Papa Honório III chegou a aprovar e incluir as chamadas ordens mendicantes na estrutura da Igreja Católica, sendo precursores desse projeto a Ordem dos Frades Menores (os Franciscanos) e os Dominicanos, que trazem como carisma principal os votos pela pobreza.

Paralelamente, Geremek (1995) destaca que, apesar da pobreza ser um valor proclamado e afirmado pelo cristianismo, o que repercutiu sobre a atitude geral diante do fenômeno social dos pobres, não se deve interpretar as louvações à pobreza como sinal de uma valorização positiva do mundo da miséria. A miséria voluntária era um estado digno de elogio, porém, a miséria por necessidade era condenada. A sociedade urbana produziu argumentos para a valorização social da riqueza e para que esta pudesse ser tratada como um sinal da graça de Deus. Assim, a pobreza se constituía a prova da falta da ajuda divina e talvez até sua ira. No plano societário o pobre era tratado como alguém que subvertia a ordem social e era socialmente perigoso.

O processo de pauperização da Europa foi marcado por dois grandes acontecimentos. O primeiro foi a crise do século XIV com a epidemia da Peste Negra, em que a catástrofe demográfica também foi acompanhada de uma grande recessão econômica. O segundo colapso que se sucede foi a partir do século XVI e XVII com uma série de crises de alimentos, conhecida como a Grande Fome.

Na análise de Geremek (1995), as crises de alimentos, que se difundiam sob a forma de carestia, fome e epidemias, deixaram uma marca singular na vida das massas rurais no final da Idade Média e início da Idade Moderna. Para uns poucos, essas crises favoreciam especulações lucrativas, mas para a massa dos camponeses, economicamente mais frágeis, elas significaram o fim das condições de vida, levando-os a abandonar os campos e se deslocarem para as cidades. Assim, o pauperismo surgiu como um fenômeno endêmico da aldeia moderna.

A atração exercida pelas cidades, que dispunham de estoque de alimentos e onde era mais fácil conseguir esmolas e ajudas temporárias, fez com que a miséria rural se locomovesse para os espaços urbanos. Segundo Geremek (1995), eram as massas esfomeadas que se dirigiam para as cidades enchendo as praças e ruas, e quando as portas da cidade estavam fechadas, se amontoavam aos pés das muralhas esperando ajuda, um leito em abrigos ou esmolas de passantes. Por sua vez, as cidades faziam o possível para se verem livres desses hóspedes. Com as novas colheitas, esse êxodo rural dos miseráveis era transitório, todavia, uma parte de tais migrantes esfomeados não tinha motivo para voltar aos campos. O pauperismo surgiu como um fenômeno endêmico da aldeia moderna. O historiador conclui que a pobreza não foi uma invenção, não tem certidão de nascimento. Todas as sociedades chamadas históricas evidenciam uma diferenciação das condições materiais e de força física dos homens.

Com as transformações na estrutura econômica da Europa entre os séculos XVI ao século XVIII, a tolerância em relação ao pobre foi gradativamente diminuindo e as reações políticas e sociais frente à pobreza também foram se transformando. As massas de miseráveis

que não tinham lugar nem nos campos e nem nas cidades, tornaram-se elemento constante na paisagem da Europa. Com isso, a partir do século XVI, soberanos e instituições públicas veem-se forçados a dinamizar a política social e a tomar medidas para conter os processos de pauperização e desorganização social. É a partir do século XVI que se dá também “o decisivo *aggiornamento*³⁸ das doutrinas religiosas, das atitudes colectivas e da política social face à pobreza” (GEREMEK, 1986, p.13).

Podemos observar que, nos séculos anteriores, a pobreza foi objeto de um vasto conjunto de atitudes (apoteose, aceitação, rejeição), mas os principais elementos que definiam as posições ideológicas e o próprio estatuto dos pobres, inscreviam-se no plano do sagrado. É justamente nesse ponto que irá residir “a grande diferença entre a abordagem medieval e a moderna” (GEREMEK, 1986, p.13).

A diferença na representação da pobreza no contexto moderno, torna-se parte integrante das mudanças suscitadas pelo processo de modernização que experimentavam os países mais desenvolvidos da Europa, como a França e a Inglaterra, que passam a estabelecer propostas legislativas para o enfrentamento do pauperismo e novas formas de repressão das massas de miseráveis, ao propor uma distinção entre pobres e vagabundos, surgindo daí, uma concepção simplista para a atuação frente a esse problema: os vagabundos deveriam ser reprimidos, enquanto os pobres e os doentes deveriam receber ajuda.

No final do século XVI e início do século XVII, essa concepção assumiria uma forma jurídica em 1597 até culminar na *Poor Law* – Lei dos Pobres – criada na Inglaterra em 1601 pela Rainha Elizabeth I. Esta lei embasou a atitude do Estado em relação a esse público durante mais de dois séculos, tendo como princípio fundamental a penalização dos pobres por meio do trabalho forçado, como forma de punição e prevenção à vagabundagem e mendicância.

Com o evidente objetivo de regular a presença dessa população nas cidades, a Lei dos Pobres determinava que todos os atendidos pelo sistema de assistência pública vivessem confinados em locais tão somente a eles destinados. Para este controle, nasceram as denominadas *workhouses* (casas de trabalho) ou Casas de Correção para ensinar a trabalhar, pois a pobreza era considerada um problema de caráter, deste modo, tais pessoas eram obrigadas a realizar todo tipo de trabalho, independente de salário, uma vez que o atendimento pela Lei dos Pobres implicava a destituição da cidadania econômica. Assim, sem nenhum domínio sobre a própria vida, podiam inclusive ser cedidos, sem qualquer ônus para os cofres públicos, para suprir transitoriamente a escassez de mão-de-obra. Também surgiram as *alm-houses* (casas de

³⁸ É um termo italiano que significa atualização. Assim, *aggiornamento* é utilizado pela Igreja para se referir a uma adaptação e uma nova apresentação de princípios da Igreja Católica.

caridade) ou as *poor houses* (casas para os pobres destinadas ao cuidado). Posteriormente, também surgiram os institutos médicos-pedagógicos para novos métodos de tratamento; os reformatórios, os asilos, orfanatos e casas para a infância desvalida. O século XVII foi, portanto, o século do nascimento dessas instituições (MARTINELLI, 2000; ZANELLA, 2018).

A Lei dos Pobres tornou-se vigente em quase todos os países europeus e também nos Estados Unidos. Dentro dos limites históricos da época, a legislação permitiu de certa forma uma aproximação com alguns critérios de justiça social. Conforme Zanella (2018), a sua existência contribuiu para o desenvolvimento de saberes e técnicas, que cooperaram para a separação da pobreza e do pauperismo.

De acordo com Duayer e Medeiros (2003), a legislação inglesa instituiu um aparato oficial centralizado em paróquias. Esse amparato era destinado a socorrer os trabalhadores pobres sob os auspícios da taxa dos pobres. Em outras palavras, a Inglaterra cuidou do pauperismo por meio da beneficência burocrática. Todavia, no final do século XVIII, diante do crescente aumento do pauperismo e em meio a lutas de classes trabalhistas, o Parlamento inglês percebeu a necessidade de reformular a sua legislação, pois concluiu que a Lei dos Pobres era a fonte principal do extremo pauperismo inglês.

O Parlamento argumentava que a própria legislação, sob a forma de beneficência, era um estímulo público das causas e da multiplicação da pobreza. “Não custou concluir, portanto, que a miséria, em lugar de ser prevenida como uma desgraça, deve ser reprimida e castigada como um crime” (DUAYER e MEDEIROS, 2003, p.242).

Assim, a partir de 1834, com a reformulação da *Lei dos Pobres*, ou melhor, com a *Nova Lei dos Pobres*, a pobreza passa a ter uma conotação marginal e de ameaça à ordem; e o pobre passa a ser visto sob o estereótipo do criminoso. Na análise de Eric Hobsbawm (2000), cuja historiografia tratou das transformações econômicas e políticas do reordenamento social provocado pela Revolução Industrial, poucos estatutos foram mais desumanos como a Lei dos Pobres de 1834, que tornava qualquer socorro social menos elegível que o mais baixo salário vigente, confinando os miseráveis em centros de trabalho com características de penitenciária, separando à força maridos, mulheres e filhos, a fim de castigar os pobres por sua indigência e desencorajá-los da perigosa tentação de procriar novos miseráveis.

A lei nunca foi inteiramente aplicável, pois onde os pobres tinham força resistiram aos seus extremos, e com o tempo ela se tornou um pouco menos rigorosa. No entanto, ela constituiu a base para a previdência social inglesa até as vésperas da I Guerra Mundial (HOBSBAWM, 2000, p.83).

A Lei dos Pobres de 1834, “submete a assistência social às necessidades do mercado de trabalho e assinala o triunfo do princípio segundo a qual estes dois domínios passarão a ficar estritamente ligados” (GEREMEK, 1986, p.277). Não obstante, a nova Lei estigmatizou e abandonou à própria sorte milhares de pessoas, pondo fim ao sistema paroquial³⁹ de proteção aos pobres. A realidade social foi amplamente composta pela fome, miséria, doenças, mortalidade infantil, abandono de crianças, insalubridade nas moradias, estigmatização social.

Nesse contexto, as causas da pobreza foram atribuídas a questões individuais, culturais, morais e psicológicas do próprio indivíduo que dela padecia, e não das questões sociais, políticas e econômicas da sociedade. Esse cenário constituiu-se, portanto, como uma seara ainda mais propícia para a ampliação e disseminação das obras de caridade e filantropia, impulsionadas pelo surgimento de movimentos humanitários.

À guisa de esclarecimento, é preciso destacar a diferença entre os conceitos e ações de caridade e filantropia. Segundo Martins (2017), a caridade é mais do que um ato de doação àquele que necessita, tendo em vista que, na sua formulação original dentro do pensamento cristão, trata-se de uma virtude da vida espiritual. Embora a caridade não dependesse do clero, os padres e pastores não deixavam de lembrar os cristãos de que a caridade não era somente uma virtude, mas do ponto de vista moral, um dever e como tal deveria estar no centro da vida cristã.

A prática da caridade como doação de esmolas aos pobres é muito antiga, tendo ocupado um importante lugar na economia moral das sociedades pré-industriais, tanto como forma de adequação à moralidade cristã, mas igualmente como parte da manutenção das relações de dominação das classes proprietárias que mantinham os ‘seus pobres’ e deles recebiam ou deveriam receber reconhecimento e deferência. O velho sistema paternalista da caridade por distribuição de víveres e esmolas teve nas Igrejas Católica e Protestante um importante elo de comunicação entre o clero, a moralidade cristã e os fiéis (MARTINS, 2017, p.248-249).

Nesse sentido, os programas caritativos encontraram uma sólida base de apoio nas instituições religiosas e nos laços comunitários locais. As atitudes face à pobreza são essencialmente definidas pela noção de *entreeajuda*. Na caridade, o auxílio aos pobres pode igualmente exprimir-se por meio da relação que se estabelece entre o dom e o seu valor escatológico: pelo sacrifício da esmola, opera-se uma comunicação entre o homem e a transcendência. O verdadeiro ato de caridade – exprimindo o sentimento fundamental de *caritas*: amor – deveria estar isento de quaisquer interesses, porém, elas se encontram frequentemente presentes nas atitudes sociais, das quais as motivações interesseiras se

³⁹ Baseado nos princípios de territorialização e descentralização administrativa.

misturam com a fraternidade genuína e a piedade (GEREMEK, 1986). A prática caritativa é, portanto, de inspiração religiosa e missionária, sendo entendida como uma virtude cristã (MARCÍLIO, 1998). Assim, as práticas de caridade motivaram a criação de Casas de Misericórdia, hospitais, abrigos para órfãos, ajuda temporária em pandemias, criação de escolas e asilos para os filhos da pobreza.

As ações de caridade precederam a filantropia, sendo considerada uma prática muito antiga, que se fortaleceu no século XVI, todavia, ambas não podem ser entendidas a partir de uma sucessão de fatos lineares, mas como um processo histórico. Segundo Martins (2017), a palavra filantropia é de uso mais recente, aparecendo entre os séculos XVII e XVIII, sendo de uso corrente no século XIX. Seu léxico e quadro de referências morais não são religiosos, embora não se possa separar definitivamente a caridade da filantropia, pois muitos filantropos e filantropas foram notáveis membros de suas comunidades religiosas, sobrepondo ações motivadas pela caridade com a moderna prática da filantropia. A filantropia foi definida e praticada como uma ação racional para expressar solidariedade e simpatia pelos os que sofrem, mas também por ser expressão das virtudes da benemerência e da sociabilidade, tão preciosas aos homens e mulheres ilustrados.

O sistema filantrópico atraiu confrarias de profissionais de diversas áreas, juristas, médicos, filósofos, higienistas, organizações da sociedade civil e ilustres personalidades das elites, propondo vincular a prática da benemerência a preceitos científicos, laicos e utilitaristas. Conforme Sanglard (2005), o conceito de filantropia foi construído e modificado aos poucos, dividindo espaço com outro termo, a beneficência. Os filantropos buscaram esvaziar o caráter caritativo da filantropia, reforçando seu lado utilitarista. O termo passou a ser percebido mais como uma prevenção à miséria do que uma forma de a suavizar.

Assim, o sistema de caridade era reconhecidamente caracterizado pela virtude cristã piedosa, ao passo que o sistema de filantropia estava vinculado a uma virtude social, ambos motivaram um conjunto diversificado de intervenções sociais de enfrentamento à pobreza. Compreender suas práticas e representações ao longo da história requer evitar uma mera oposição entre caridade e filantropia.

Afinal, para boa parte das pessoas das classes privilegiadas, fossem das classes médias, fossem da aristocracia, fazer o bem era algo esperado de um bom cristão e de uma pessoa civilizada. Dificilmente um filantropo faria boas ações motivado somente pela razão, pois a moralidade cristã e a filosofia moral convergiam no que podemos chamar de uma ética da ação desinteressada (MARTINS, 2017, p. 252-253).

Nesse sentido, Kuhlmann Júnior (2007) assinala que, usualmente, não se faz muita diferença entre os termos caridade e filantropia, pois, quando a filantropia, que pode se referir a secularização, a iniciativa não governamental e a racionalização da assistência, entrou em cena, muitos médicos, juristas e filantropos continuaram utilizando em seus próprios discursos o termo caridade, embora essa palavra remeta a um período anterior. Na verdade, a história da assistência deve ir além dessas categorias.

Segundo Sanglard (2005), na França, contrariamente ao que aconteceu em outros países, houve diferenciação entre os conceitos. A grande diferença entre caridade e filantropia, apontada por autores como Catherine Duprat, é que a primeira, por ser uma obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda a vaidade de seu autor e propugna o anonimato, enquanto a segunda é marcada por um gesto de utilidade, neste caso, a publicidade, que se torna uma arma importante nas mãos dos filantropos. O conceito de filantropia é sobretudo, uma ação continuada, refletida, organizada e não mais uma ação isolada.

Ligados todos esses acontecimentos e exposto todos esses nexos, cumpre destacar que, o movimento caritativo-filantrópico que tomou forma na Europa, e de modo mais intenso na Inglaterra entre as décadas de 1830 e 1840, depois na França e se espalhou por todo o continente europeu, também foi difundido além do Atlântico. É relevante considerarmos esses fatos, pois, no Brasil, nos primeiros séculos de colonização, o enfrentamento da pobreza e os princípios da proteção aos pobres decorreram primeiramente dos modelos oriundos da Europa, especialmente, da Península Ibérica.

Na Península Ibérica e em suas extensões ultramarinas, a função da caridade ficava ao encargo da Igreja Católica. No que tange à Coroa portuguesa, segundo Pinto (2008), a Igreja se constituía um verdadeiro braço do sistema político da época. Consequentemente, no Brasil colonial, a Igreja Católica atuava nesse período como integrante do quadro burocrático e administrativo, cabendo a ela, a assistência social ao pauperismo e indigência, à velhice e à infância desamparadas, aos enfermos, aos loucos etc.

No Brasil, do período colonial e imperial até meados do século XIX, vigorou na assistência o modelo *caritativo*, marcado fortemente pelo domínio da Igreja Católica e de suas ordens religiosas frente às práticas e estratégias de caridade.

O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação privilegiam a caridade e beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação

de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status* de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas (MARCÍLIO, 1998, p.134).

Nessa conjuntura, as ações implantadas pelos portugueses no Brasil reproduziam em grande parte as práticas da assistência lusitana. Em Portugal, um problema que centralizava as preocupações da assistência era justamente o fenômeno do abandono de crianças. Para isso, foram criadas em praticamente todos os *Concelhos* de Portugal as Casas de Misericórdia e as *Rodas dos Expostos*⁴⁰ para o atendimento das crianças desvalidas, que passaram a ser pauta prioritária das ações de assistência à pobreza.

O sistema de rodas dos expostos foi inventado na Europa medieval, mais precisamente na Itália. Seria ele um meio encontrado para preservar o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, portas de igrejas e casas de família, já que antes de serem encontradas, muitas crianças morriam de fome, frio e até mesmo eram comidas por animais. Em Portugal, as rodas dos expostos foram instaladas pela primeira vez, igualmente, no fim da Idade Média (MARCÍLIO, 2001).

Na Figura 23 podemos conhecer um modelo preservado desse dispositivo que se tornou simbólico dessa fase da assistência à infância desvalida. A roda do registro fotográfico funcionou no Convento Nossa Senhora do Carmo, localizado em Tentúgal, freguesia portuguesa do *Concelho de Montemor-o-Velho*.

O dispositivo tinha uma forma cilíndrica e era repartido ao meio por uma divisória. A roda de madeira girava num pino colocado sobre o seu eixo e era fixada no muro ou janela da instituição. No espaço inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criança que queria enjeitar, depois, girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro, uma verdadeira roleta da sorte que determinava o destino de uma legião de crianças abandonadas. Na entrega da criança, “puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar o vigilante ou rodeira que um

⁴⁰ O nome Roda dos Expostos provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. A origem desses cilindros rotatórios de madeira vinha dos vestibulos de mosteiros e de conventos medievais, usados então como meio de se enviar objetos, alimentos e mensagens aos seus residentes, então, rodava-se o cilindro e as mercadorias iam para o interior da casa, sem que os internos vissem quem as deixara. A finalidade era para evitar o contato dos religiosos enclausurados com o mundo exterior. Como os mosteiros recebiam crianças doadas por seus pais para o serviço de Deus, os chamados oblatos, muitos pais que queriam abandonar seus filhos utilizavam as rodas dos mosteiros para essa finalidade, no intuito de que a criança recebesse o cuidado dos monges, como também fossem batizados e pudessem receber uma educação aprimorada. Desse uso indevido das rodas dos mosteiros, surgiria o uso da roda para receber os expostos. No final do século XVIII, as Casas de Expostos começaram a ter sérios problemas de superlotação. No século XIX houve uma exposição em massa, levando a uma discussão ampla e estudos especiais sobre o fenômeno do abandono e as políticas voltadas para a infância desvalida (MARCÍLIO, 1998, 2001).

bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado” (MARCÍLIO, 2001, p.57).

Figura 23: Roda dos expostos do Convento Nossa Senhora do Carmo, Tentúgal – Portugal.



Fonte: Acervo iconográfico da pesquisadora, 2017.

Como assistência caritativa, a roda também tinha uma justificativa missionária para a Igreja, haja vista que, a primeira preocupação para com o bebê era providenciar o batismo, com o intuito religioso de salvar a alma da criança, algumas até eram deixadas com um bilhete caso já houvesse sido batizada. Todavia, tal preocupação não deixava de criar inúmeros estigmas para as crianças que eram abandonadas, a começar pelos próprios adjetivos pejorativos com que eram representadas na época. Mais do que isso, a roda não era a certeza de que tais crianças sobreviveriam ou que teriam os cuidados adequados para um crescimento saudável.

No Brasil, a assistência aos menores desvalidos também se constituiu como grande demanda para as ações sociais, sendo fortemente marcada pela influência da organização administrativo-institucional de Portugal e de outros países da Europa, como França e Inglaterra, no entanto, o país também teve suas particularidades conforme as vicissitudes de seu contexto social, demográfico, político, cultural e econômico.

Pesquisar a história da criança pobre brasileira é, segundo Del Priore (1991), dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência; as violências cotidianas que não excluía os abusos

sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram por mais de três séculos a história da infância desvalida no Brasil.

De acordo com Azzi (1992), as crianças enjeitadas e o nascimento de crianças ilegítimas foram sempre uma constante em toda a história do Brasil colonial, como decorrência da violência sexual exercida pelos portugueses sobre as mulheres indígenas e africanas. Mesmo quando a paternidade não era assumida pelos genitores, a presença dessas crianças não chegou a constituir um verdadeiro problema social durante os primeiros séculos da vida colonial. A razão disso era a marca tipicamente rural da sociedade luso-brasileira nessa época, cuja economia girava em torno da cana-de-açúcar, enquanto pouco a pouco se afirmava a criação do gado. Portanto, a vida familiar se desenvolvia entre os engenhos e as fazendas, das quais as próprias comunidades agrícolas acabavam tomando a seu cargo o sustento e a criação das crianças enjeitadas. Muitas delas encontravam nas casas grandes, nas senzalas e nos terreiros circunstantes o espaço para a própria sobrevivência.

Exposto todo esse passado, o problema do menor começou a ser sentido mais fortemente no Brasil em fins do século XVII e principalmente a partir do século XVIII, com o início do ciclo do ouro, “quando a vida urbana passou a se desenvolver e tomar incremento. O fenômeno das crianças enjeitadas constitui, portanto, um problema tipicamente urbano” (AZZI, 1992, p.35). Portanto, à medida que as cidades começaram a se multiplicar e a vida urbana passou a se fortalecer na colônia brasileira, o menor abandonado tornou-se uma preocupação cada vez maior.

Em razão disso, as primeiras instituições assistenciais para a infância pobre começaram a surgir no Brasil. Paradigmática da fase caritativa da assistência no país, segundo Marcílio (2011), a roda dos expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três regimes da nossa História. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se na República e só foi extinta definitivamente na década de 1950. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e também o último a acabar com o triste sistema das rodas dos enjeitados. Porém, a instituição cumpriu um importante papel, pois, por quase dois séculos e meio, a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. Em Mato Grosso, também foi instalada uma roda dos expostos em Cuiabá no ano de 1833, junto à Casa de Misericórdia.

As irmandades de misericórdia foram implantadas no Brasil desde o século XVI e tratava-se de confrarias religiosas católicas, cujos membros eram recrutados da classe senhorial, tendo como finalidade específica a prática de obras de caridade. Entre essas atividades, a mais destacada foi a criação das Santas Casas de Misericórdia para o atendimento dos doentes.

Progressivamente, nas primeiras décadas do século XVIII, em vista da ineficiência do poder público, a solução do problema dos menores desvalidos também passou a ser assumida pelo laicato católico, por meio dessas irmandades da misericórdia, assim sendo, o problema do menor passou a ser encarado como um desafio da caridade cristã (AZZI, 1992).

Sucessivamente, além da Roda dos Expostos e das Casas de Misericórdia, a fase caritativa também foi marcada por outras formas de atendimento à infância desvalida: por meio da adoção informal, que foi uma das práticas de atendimento mais difundida no Brasil, com os chamados filhos de criação; por meio das Câmaras Municipais e das instituições denominadas Recolhimentos para Meninas Pobres.

Entre meados do século XIX e meados do século XX, o Brasil passou por inúmeras mudanças sociais no que tange às políticas sociais, sobretudo, as voltadas para o atendimento da infância desvalida. Nesse cenário, a filantropia surge no Brasil como um modelo assistencial que se apresenta como qualificado para substituir o modelo da caridade. “Fundamentada pela ciência, a filantropia atribui-se a tarefa de organizar a assistência no sentido de direcioná-la às novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais” (RIZZINI, 1990, p. 82).

Dentre as grandes mudanças sociais dessa fase, Marcílio (1998) destaca a promulgação da Lei do Ventre Livre, o fim do regime de escravidão, a queda da Monarquia, a separação da Igreja e do Estado e a quebra do monopólio religioso da assistência social. Aos poucos a sociedade brasileira ia rompendo com a velha ordem oligárquica e implementando a ordem social burguesa e a ordem econômica industrial capitalista. Porém, o crescimento demográfico, a urbanização galopante e a construção de indústrias determinaram o lado perverso desse desenvolvimento: o aumento da pobreza tornou-se mais visível nos centros urbanos, multiplicaram-se as habitações precárias, as favelas e os cortiços.

Também se multiplicaram o número de doenças, menores abandonados e a exploração do trabalho infantil. Deste modo, segundo Rizzini (1990), as crianças nas ruas, nos asilos, nas famílias, nas fábricas e oficinas, a mortalidade e criminalidade infantil foram temas que preocuparam diversas categorias profissionais da época, aquecendo discussões, propostas, projetos e leis, no sentido de proteger e assistir a infância desvalida, mas também de aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença.

A polaridade entre a grande riqueza das classes privilegiadas e o incômodo de conviver com a pobreza e a crescente miséria nas cidades, que viviam um *boom* de progresso, tornou-se o cenário para a emergência dos debates em torno da *questão social* no século XIX.

No Brasil, segundo Sanglard e Lopes (2018), a emergência da *questão social* está vinculada ao fim do escravismo. E, para resolvê-la, médicos, juristas e filantropos se uniram

para a criação de instituições que objetivassem o combate à mortalidade infantil, que tornassem os menores abandonados aptos para o trabalho e combatessem as doenças. Em comum, a ideia do trabalho como regenerador e a fé na ciência.

Nessa perspectiva da questão social, a pobreza e todas as suas facetas e desdobramentos, passam a ser concebidas como fenômenos naturais, autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. Nessa concepção, as causas da pobreza estariam vinculadas a um déficit educativo, a um problema de planejamento do indivíduo ou incapacidade de planejamento orçamentário familiar e a problemas de ordem moral-comportamental, ou seja, causas que eram sempre associadas aos indivíduos que delas padecem.

Surgem daí, as representações da cultura da pobreza, sob a qual a miséria e as condições do pobre são encaradas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo. Em última análise, como propõe Chartier (1988), tais percepções tendem a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. As representações do mundo social assim construídas são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam.

Concomitantemente, dos debates da *questão social* surge a chamada *questão do menor*. Segundo Marcílio (1998), uma legião de crianças maltrapilhas, desamparadas, tornaram-se uma constante nas grandes cidades. Assim, surgiu a questão do menor, que exigia políticas públicas renovadas. Mas, desde o final do Império, as políticas sociais adotadas limitaram-se quase que tão somente à mera transposição de experiências da Europa e, depois, dos Estados Unidos.

A relação entre caridade, filantropia, assistência e pobreza no Brasil ganhou evidência com a emergência da chamada *questão social* – como se passou a denominar a preocupação com a pobreza urbana, em geral vinculada aos males da industrialização e no caso brasileiro vinculada também ao processo de abolição da escravidão. A preocupação com o pobre pautou as ações das sociedades ocidentais ao longo dos séculos, e foi se alterando concomitantemente à própria percepção da pobreza e sua transformação em *questão social* (SANGLARD e FERREIRA, 2014, p.73).

Nessa fase da filantropia, as primeiras propostas políticas sociais em favor da infância desvalida vinham sendo ensaiadas desde fins da década de 1830. Começaram por intervir no trabalho das Misericórdias, propondo transformá-las em institutos de proteção à infância abandonada a serviço do poder público. Em outras palavras, procurou-se esvaziar o caráter caritativo da assistência. Desta forma, em 1855 emergia um projeto de política pública em favor dos menores abandonados, inspirado na nova mentalidade filantrópica científica, que vinha

também no rastro das duas grandes epidemias que assolaram o Brasil e que deixaram uma legião de crianças órfãs e desamparadas: a da febre amarela em 1849 e a da cólera em 1855 (MARCÍLIO, 1998).

A filantropia surge para dar continuidade à obra da caridade, mas sob uma nova concepção de assistência. Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados. A caridade vai reagir à crescente tendência filantrópica da assistência, acusando as instituições de se distanciarem da ‘palavra cristã’ (RIZZINI, 1990, p.80).

Nesse sentido, com o avanço das especialidades médicas e jurídicas na segunda metade do século XIX, as discussões do processo de controle do Poder Público sobre a infância desvalida se intensificaram ainda mais. A participação de médicos, higienistas, educadores, filantropos e agentes públicos fomentaram novas propostas para o problema da infância pobre, priorizando duas questões fundamentais: de um lado a mortalidade infantil e de outro, a delinquência.

Os médicos higienistas procuraram atacar a questão da infância abandonada em várias frentes: combate à mortalidade infantil; cuidados com o corpo (estímulo à educação física, aos esportes, à amamentação e à alimentação corretas); estudos; importação de conhecimentos e campanhas de combate às doenças infantis; educação das mães; introdução da Pediatria e da Puericultura, como novas áreas de conhecimento; campanhas de higiene e de saúde pública (MARCÍLIO, 1998, p.194).

A filantropia também atraía cada vez mais as elites, pois acreditava-se que ela permitiria exercer um melhor controle sobre a sociedade. Na verdade, o que buscavam, além da manutenção da ordem, era o equacionamento dos conflitos sociais em uma sociedade liberal. A filantropia pode ser considerada uma das facetas da sociedade da *Belle Époque*, que se reunia nos salões da elite ou dos clubes para angariar donativos para a infância necessitada, para a criação e manutenção de hospitais, entre outras ações. Parte daí, as práticas das festas beneficentes com chás, bingos, bailes, loterias, com o propósito de atrair o público e doações. Uma forma de possibilitar às elites sociais e políticas, os instrumentos que possibilitaram a elas reclamarem para si o domínio de uma situação que as ameaçavam diretamente e que a Igreja já se mostrava incapaz de controlar (MARCÍLIO, 1998; SANGLARD e FERREIRA, 2014; RIZZINI, 1990).

O fato é que, as novas exigências do Brasil da segunda metade do século XIX exigiam igualmente novas posturas, novos métodos e novos sistemas de assistência em substituição ao modo colonial de proteção à infância desvalida. Surgiam então novas posturas e instituições, influenciadas e defendidas pelos médicos higienistas, juristas, especialistas da infância,

educadores e elites pensantes, que “mostravam o caminho da filantropia como solução racional e técnica para atender à questão social do menor abandonado” (MARCÍLIO, 1998, p.201).

Desse projeto resultou a criação de Asilos de Educandos em quase todas as capitais regionais, que não deixam de ser os antecessores dos Patronatos de Menores. Segundo Marcílio (1998), essas novas instituições eram fundamentadas em uma ideologia que incluía a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas, evitando que elas fossem entregues a si mesmas. Baseados na ideia utilitária de tirar os educandos dos asilos da ociosidade e levando-os para trabalhar em obras públicas e em ensaios agrícolas de fazendas do Estado.

Além dos asilos, surgem as colônias agrícolas, escolas de artes e ofícios, institutos correccionais, reformatórios e orfanatos. Tais instituições tinham como objetivos educar, formar, proteger e corrigir os menores abandonados. Com isso, a filantropia vislumbrava preparar a criança pobre para o trabalho, mas também, atender a família para prevenir a ociosidade, a prostituição, a criminalidade, a mendicância, o abandonado do menor e a situação de rua.

A preocupação com a pobreza por parte das ciências, como a medicina, a economia, a sociologia, a pedagogia, entre outras, permitiram legitimar a pobreza como objeto de estudos. Assim, o pobre, que até o século XIX, pertencia ao domínio da Igreja, passa a ser objeto da ciência. Além disso, nesse duelo entre a caridade e a filantropia, antes de tudo, subsistia conjuntamente uma disputa política e econômica pela dominação do pobre.

Como vimos, a assistência está historicamente vinculada à pobreza, sendo uma das formas de suavizá-la. Sua atuação variou no tempo e nos contextos locais e nacionais. A princípio, sua organização esteve vinculada às ações pias das irmandades devocionais e/ou confrarias profissionais, ou mesmo da Igreja, e caracterizou-se por uma solidariedade horizontal (entre iguais) e por separar o bom pobre do mau pobre – aquele afeito ao trabalho. Ressalta-se que até o início do século XX, assistência significava uma gama variada de ações, que passavam pela parturiente, pela criança, pelo idoso e pelo doente, podendo variar no tempo e no espaço, sendo fundamentais a criação e a manutenção de instituições congêneres. A profissionalização da atenção a cada um desses grupos foi um processo longo e deve ser entendido em suas especificidades e temporalidades (SANGLARD e LOPES, 2018; SANGLARD e FERREIRA, 2014).

Igualmente, vimos que o conceito de pobreza é sem dúvida bastante subjetivo e também não pode ser compreendido sem levar em consideração a inter-relação entre os diferentes tempos e espaços, bem como as vicissitudes das suas representações ao longo da história. Todavia, de um modo geral, é importante esclarecermos que, como bem pontuado por

Veiga (2017), a caracterização da pobreza como condição marginal não pode ser naturalizada, pois é constituída no processo sócio-histórico da sociedade burguesa e da economia de mercado, quando o fato de ser pobre se torna um problema social e político. Também não há que naturalizar os atos de inferiorização da criança pobre e indigente.

No início do século XX, sob os ideários da República recém-inaugurada, segundo Rizzini (1990), o movimento em prol de uma nova assistência à infância desvalida brasileira é marcado pelo conflito entre o que é considerado ultrapassado (representado pela assistência caritativa) e o que é visto como progresso (movimento filantrópico). Os grupos comprometidos com os ideais filantrópicos acusavam as iniciativas caritativas de falta de organização, de ordem e método de trabalho. A substituição da fé pela ciência torna-se um dos pontos de conflito e ruptura entre os dois modelos. Porém, no Brasil, a história mostra que este conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, a partir do momento em que os modelos puderam absorver métodos, técnicas e pontos de vistas de ambas as partes, de modo a se tornarem modelos assistenciais compatíveis.

O fato é que, para além dessa disputa ideológica, é bem verdade que, no acender das luzes do século XX não faltavam problemas sociais no Brasil. Assim, a caridade desafiada a uma nova realidade social, começou a assimilar táticas e estratégias da filantropia, que por sua vez, não abandonou inteiramente os preceitos religiosos, embora estes apareçam como justificativas secundárias e sem efeitos para as práticas filantrópicas.

Segundo Camara (2010), o cenário de miséria com que as camadas populares chegam ao século XX era desafiador, assombradas pelas chagas que assolavam e se multiplicavam nas cidades: pobreza, orfandade, mendicância, doenças, criminalidade, analfabetismo, vadiagem, alcoolismo, prostituição eram algumas delas. Logo se criou um movimento de salvação da infância.

A proposta de salvação estava na articulação entre educação e filantropia, fazendo com que as instituições de caráter assistenciais para as crianças pobres, ampliassem o poder de alcance das escolas.

Vislumbrada pelos intelectuais como panaceia para o progresso e a civilização do país, a educação foi perspectiva como fórmula mágica capaz de contribuir para a superação dos problemas sociais relacionados à infância pobre, delinquente, abandonada, criminalizada e analfabeta. O crescimento industrial e urbano bem como a onda migratória que assolavam os centros urbanos, especialmente a Capital do país, foram apresentados como fatores preponderantes no agravamento desses problemas (CAMARA, 2010, p. 127-128).

Nesse início de século, a infância pobre torna-se o mote não somente de atenção e cuidados, mas também de receios e preocupações. Conforme Rizzini (1990), havia um consenso geral de que a infância estava em perigo. Nos meios médicos e jurídicos uma questão era constantemente lembrada: a infância moralmente abandonada é potencialmente perigosa, de modo a associar que, devido as condições de extrema pobreza, baixa moralidade e doenças de seus progenitores, esta não recebia a educação considerada adequada pelos especialistas: com educação física, moral, instrucional e profissional. Concluíram então que, “sendo a miséria considerada o fruto de uma vida desregrada, a educação parece ser o melhor meio de aprendizagem da obediência, do hábito do trabalho e do respeito das leis” (GEREMEK, 1986, p.280).

Nesse panorama, várias áreas das ciências como medicina, psiquiatria, direito, pedagogia contribuíram com teorias e técnicas para a formação de novas táticas e estratégias de atendimento aos menores, pautadas em novas representações. Assim, segundo Rizzini (1990), a mentalidade repressiva começava a ceder espaço para uma concepção de reeducação e de tratamento na assistência ao menor.

Nessa perspectiva, o Estado passa a operar no espaço social por meio do policiamento de tudo o que for causador de desordem física e moral. Para tanto, foram criados novos projetos, leis e instituições, que integraram um novo modelo de assistência social para atender a infância pobre, que, de acordo com Rizzini (1990), era fundamentado não mais somente nas palavras de fé, mas também nas ciências. Desta forma, a assistência caritativa religiosa começou a ceder espaço para um modelo de assistência calcado na racionalidade científica, da qual o método, a sistematização e a disciplina tinha prioridade sobre a piedade e o amor cristão.

O próprio conceito de civilização desse período, segundo Kuhlmann Júnior (2007), passou a impor o critério da necessidade de novas instituições sociais. As instituições de educação popular para os membros das classes subalternas portavam signos de estigmatização social. Tais instituições, inicialmente com uma postura paternalista mais bondosa, passam a assumir uma dimensão cada vez mais autoritária diante da população pobre e trabalhadora: os homens das ciências seriam os detentores da verdade, capazes de efetuar a distribuição social sob o controle, na perspectiva da raça e do cultivo do nacionalismo.

Sob o aval e o amparo de uma *sociedade de patronato*, a finalidade da filantropia nesse período era a de preparar as crianças desvalidas para integrarem a sociedade brasileira, o que exigia o seu ajustamento às demandas do mercado de trabalho e aceitação das normas sociais e morais vigentes. “A educação se torna o principal instrumento utilizado pela assistência

filantrópica para atingir os seus fins. Surge o termo educação profissional, o qual dará novo sentido à assistência à infância pobre” (RIZZINI, 1990, p. 83).

O investimento na educação da chamada infância desvalida e desviante passa a ser, antes de mais nada, também uma questão de cunho político e econômico. Dentre as iniciativas dessa época, partem daí, a criação dos Patronatos de Menores.

Assim, seguindo as recomendações de Magalhães (2004), de que a história de uma instituição educativa se inicia pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. E que esta identidade implica ainda a inscrição num quadro sociocultural mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres e pelo sistema educativo, trataremos de conhecer melhor a representação orgânica e funcional dos Patronatos de Menores com base em seu modelo pedagógico e institucional.

Veremos inclusive, o quanto os resquícios das concepções de pobreza e de infância desvalida que discutimos ao longo deste trabalho marcarão a continuidade de certas representações e práticas do passado no modelo dos Patronatos de Menores.

3.2 A invenção dos Patronatos de Menores: iniciativas para a escolarização da infância pobre e *desvalida*

Na história da educação do Brasil é necessário considerar as múltiplas realidades e heterogeneidades que marcaram a institucionalização do ensino no país, ou seja, os diferentes modelos de escolas, programas, contextos regionais, períodos de implantação, práticas escolares e agentes sociais atendidos.

No início do século XX, segundo Kuhlmann Júnior (2007), houve uma maior propagação de instituições sociais nas áreas de saúde, família e educação, como consequência das leis governamentais destinadas à infância, sobretudo, ao tema da chamada infância moralmente abandonada. A fundação de Patronatos de Menores é exemplo dessas medidas voltadas para os mais pobres, que passam a constituir o campo da assistência, compreendidos como assistidos. Os Patronatos de Menores são entidades de assistência à infância, fundada por juristas brasileiros em 1906 no Rio de Janeiro.

Sônia Camara (2010), que investigou a situação da infância minorizada no Rio de Janeiro na década de 1920 percebeu que, apesar de todas as reformas que tiveram início no Rio de Janeiro neste período, como a de cunho *escolanovista* e do discurso republicano de escola para todos, a realidade era de um enorme contingente de excluídos, particularmente de jovens e crianças, que continuavam fora da escola, muitas vezes em situações de riscos pelas ruas da

cidade, e isso não acontecia apenas no Rio de Janeiro, mas em outras cidades do país. Assim, várias áreas do conhecimento, como a medicina, o direito e a educação se organizaram com o objetivo de intervir na cidade, promovendo mudanças na população pobre. Sob o prisma de um discurso higienista, os Patronatos de Menores foram criados para atender essas crianças pobres que deveriam ser preservadas das más influências das ruas.

Olhando para o próprio país, os juristas brasileiros descobrem o *menor* nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos pais e tutores são chamadas pelos juristas de abandonadas. Eram, pois, menores abandonados as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos frequentavam a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de menores criminosos. Os juristas assinalavam também que, aqueles menores eram principalmente abandonados pelo Estado, que os ignorava e tratava como simples caso de polícia. O menor não era pois o *filho de família* sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado e sim a criança ou o adolescente abandonado tanto material como moralmente (LONDONO, 1991).

A própria etimologia da palavra *Patronato* presente nos dicionários, nos fornece vestígios sobre as finalidades da sua criação. De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, organizado por Cândido Figueiredo e publicado em 1913, a palavra Patronato apresenta a seguinte definição: “Patrocínio; padroado” (FIGUEIREDO, 1913, p.1512); Patrocínio: “Amparo, auxílio, proteção” (Ibid., p.1512); Padroado: “Direito de protetor, adquirido por quem fundou ou dotou uma igreja” (Ibid., p.1468).

O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), apresenta a seguinte acepção para Patronato: “1 direito ou poder de patrão 2 classe dos patrões ou dos proprietários das empresas; proprietariado 3 patronagem 4 instituição que abriga e educa menores pobres; pensionato 5 instituição reformatória para menores contraventores” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2151).

No dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa (1999), Patronato significa:

Autoridade de patrão, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar à vida social os ex-condenados ou libertos condicionais, organização destinada a zelar pela infância abandonada, local onde essas sociedades têm sede (LAROUSSE, 1999, p.697).

Apesar dos limites dos testemunhos dos dicionários, não podemos negar que, de certa forma, as acepções referidas nos mesmos, apontam indícios das representações e das práticas discursivas em torno do grupo social a quem se destinavam esse tipo de escola e em contrapartida, também dos grupos que a forjaram segundo seus interesses patronais.

Segundo Anjos (2015), os dicionários não nos apresentam a compreensão do sentido corrente da educação, porém, nos fornecem uma interpretação a seu respeito, que permanece aberta mesmo agora, num outro tempo e numa outra época. Portanto, é só a partir desse horizonte que o seu testemunho pode começar a ser adequadamente considerado pelo historiador.

Para tanto, escolhemos analisar esses testemunhos à luz dos pressupostos de Chartier (1988), que entende que as percepções do social não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. As representações do mundo social assim construídas são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam.

Deste modo, a institucionalização dos Patronatos de Menores estava imbuída do interesse de almejar os ideários da República recém-inaugurada, com suas expectativas de civilização, regeneração e progresso, bem como os seus objetivos higienistas, sociais e jurídicos, a fim de evitar e prevenir que os menores ficassem em trabalho infantil nas ruas ou a perambular, mendigar e cometer atos infracionais nas vias públicas das cidades, pondo em risco inclusive, essa elite em ascensão.

Cumprir destacar também, os significados relacionados com a palavra *menor* vigentes nesse período histórico e que engendraram representações para os períodos subsequentes. Marcílio (1998) explica que desde quando se começou a pensar a infância pobre no Brasil, até hoje, a terminologia mudou. De santa infância, expostos, órfãos, infância desvalida, infância abandonada, petizes, peraltas, menores viciosos, infância em perigo moral, pobrezinhos sacrificados, vadios, capoeiras, passou-se a uma categoria dominante: *menor*. O termo *menor* aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.

Do ponto de vista de Londono (1991), na passagem do século, menor deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos. O significado do termo estava claramente limitado, pois, os menores abandonados eram menores de 14 anos, que por serem órfãos ou por negligência, vícios, enfermidades ou falta de recursos dos pais, tutores ou parentes, foram entregues às autoridades judiciárias ou policiais, ou foram encontrados habitualmente nas vias públicas, entregues a si mesmos ou desamparados de qualquer assistência natural.

Em consonância, Rizzini e Rizzini (2004) destacam que, a categoria jurídica de menoridade, historicamente identificada aos menores, surge na segunda metade do século XIX da preocupação com a educação dos chamados pequenos indigentes que circulavam pelas ruas. O emprego meramente jurídico do termo cede ao surgimento de uma nova categoria social: a dos menores. Assim, o menor é identificado como alvo privilegiado de políticas paternalistas, voltadas para o controle e a contenção social, especialmente a partir da instauração da República, quando o Estado se volta para a construção de políticas centralizadoras dirigidas a essa população.

No período republicano, a categoria *menor* acaba sendo vinculada à representação daqueles que deveriam ser público alvo dos setores jurídicos e da assistência, sendo criadas leis que transferem da família para os órgãos públicos, o poder de decidir sobre o destino do chamado *menor*. Na verdade, Marcílio (1998) apresenta uma importante análise, ao pontuar que, até mesmo a designação de infância mudou com a intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. De um lado, o termo *criança* foi empregado para o filho das famílias bem postas; e *menor*, por sua vez, tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada.

Nesse contexto, surge uma concepção de que a dependência do pobre em relação a outros, seja do patrão ou da assistência do Estado, o torna incapaz de levar uma vida racional, reforçando os estigmas de inferioridade e de conotação moral em relação à população pobre, com associações pejorativas, inclusive por parte de estudiosos e historiadores. Palavras como ralé, desvalida, vadia, delinquente, bandidos, canalhas, vagabundos, rebotalho da sociedade, selvagens são exemplos de adjetivos dados aos populares no sentido de desqualificá-los. Nesse cenário, representantes do Estado e elites proprietárias e industriais passaram a investir em políticas sociais; também ocorreu o apelo à escolarização das crianças como prevenção da pobreza e marginalidade e como facilitadora do progresso social, conseqüentemente, começa o aparecimento de instituições para a assistência da então denominada infância desvalida (VEIGA, 2017).

Sendo assim, de acordo com Kuhlmann Júnior (2007), os objetivos do Patronato de Menores, estabelecidos nos estatutos de 1909, eram: fundar creches e jardins de infância; proporcionar recursos para o ensino público primário de menores pobres; incutir no espírito das famílias pobres os preciosos resultados da instrução; auxiliar os Juízes de Órfãos no amparo e proteção aos menores materialmente e moralmente abandonados; proibir que os menores ficassem vendendo objetos nas ruas; codificar as causas da perda do pátrio poder; evitar a

convivência dos menores de ambos os sexos; promover a assistência dos detentos menores e tratar da reforma das prisões de menores.

Tais deliberações a respeito da atuação jurídica sobre a infância, evidenciam as lutas de representações presentes na sociedade da época no que tange ao atendimento da infância pobre brasileira. Segundo Faria Filho (2001), o combate à criminalidade, a formação do trabalhador e a incorporação do povo à República é apresentado como justificativa para a maioria das reformas na área da educação e da assistência à criança abandonada.

Nesse sentido, Oliveira (2003) aponta cinco formas de intervenção do poder público sobre a infância pobre: a primeira estaria relacionada à atuação das ordens religiosas e o poder da influência da Igreja Católica; a segunda diz respeito a divisão social do trabalho direcionada a uma parcela da população, acompanhada de uma tendência a especialização; a terceira investiga a presença de profissionais e saberes específicos que influenciaram a assistência à pobreza, como os juristas, engenheiros e médicos que produziram representações sobre a infância e utilizaram as instituições do Estado como mecanismo de intervenção sobre a situação; a quarta investiga a articulação entre iniciativas privadas e estatais na intervenção sobre a pobreza, por último, o autor verifica que parte das propostas de atendimento estava centrada no binômio trabalho *versus* educação.

Desta maneira, de acordo com Mendonça (2007), os Patronatos foram criados para atender a infância desvalida das cidades, correspondendo aos interesses de segmentos urbano-industriais empenhados em construir uma imagem moderna e profilática do Rio de Janeiro, então capital do país, onde foram criados em primeira instância em 1918. Os Patronatos eram núcleos de ensino profissional que habilitariam seus internos em horticultura, jardinagem, pecuária e cultivo de plantas industriais, mediante cursos profissionalizantes, com uma clientela composta de menores órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados por Chefes de Polícia e Juizes da Capital Federal, sendo uma alternativa às instituições prisionais urbanas, vistas como degradantes e infames.

De acordo com Nery (2009), desde a sua criação em 1918, os Patronatos caracterizavam-se por um duplo objetivo: o de ensino agrícola primário e da regeneração da infância pobre, sendo que a derrocada do modelo aconteceu principalmente pela exacerbação deste segundo aspecto.

No Brasil, segundo Georgea Suppo Prado Veiga (2014), funcionaram desde o início do século XX vários patronatos, com diferentes enfoques políticos e metodológicos, mas sempre com a finalidade de atendimento a crianças desfavorecidas. Os Patronatos de Menores foram associações criadas por juristas em 1906 e tiveram seus estatutos aprovados em 1908.

Ela reitera que ao longo da história, os Patronatos estavam vinculados a duas funções, a de regenerar e de formar as crianças pobres, sendo que o objetivo de regeneração era maior do que o da formação. Tais instituições se preocupavam em recuperar as crianças por meio do ensino de um ofício e isso era feito concomitantemente com o trabalho agrícola, pois acreditavam que as crianças se transformariam caso lhes fossem possibilitados de aprender algo.

Como vimos, a literatura não possui um consenso em relação a gênese e ao período de criação dos Patronatos. Na verdade, a legislação nos revela que os primeiros Patronatos instituídos por iniciativa do Governo Federal ocorreram oficialmente em 1918 pelo Decreto Federal N.º 12.893, de 28 de fevereiro e que se destinavam a instrução primária e ao ensino de práticas agrícolas.

Art. 1º Fica autorizado o Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Industria e Commercio a crear nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos colonias e outros estabelecimentos do Ministério patronatos agricolas destinados a ministrar, além da instrucção primária e civica, noções praticas de agricultura, zootechnia e veterinária a **menores desvalidos** (BRASIL, 1918 grifo nosso).

O Decreto N.º 12.893 de 1918 deixava evidente que a finalidade dos patronatos era para a instrução primária, cívica e profissional dos *menores desvalidos*. A Lei considerava que a criação dos patronatos era uma providência de expansão agrária e que o ensino profissional tornava cada vez mais frutuosa a produção agropecuária do país, permitindo restabelecer o equilíbrio entre a população das cidades e a população dos campos. Assim, constituía “dever do Governo contribuir para aumentar a população rural e formar o verdadeiro agricultor brasileiro, aproveitando e treinando como factor de riqueza o elemento nacional” (BRASIL, 1918).

Na análise de Boeira (2011), na ordem desses discursos, as crianças pobres passaram a ser sinônimo de desassistidas e como os discursos influenciam as práticas, estes originaram leis, que revelavam a oscilação entre a defesa dessas crianças e a proteção da sociedade contra estas, que se tornavam uma ameaça à ordem e progresso do país, mas que também deveriam ser educadas pois eram o futuro do país. Assim, o Estado utilizou o artifício de tutela sobre as crianças desassistidas como mecanismo de poder. Elas deveriam ser regeneradas pela educação e consequentemente pelo trabalho.

Posteriormente, o Decreto N.º 13.706, de 25 de julho de 1919 instituiu uma nova organização aos Patronatos Agrícolas, delineando suas finalidades, ensino e métodos; seu programa, instalações, corpo docente e administrativo, matrícula e admissão dos alunos; regimento escolar e cursos complementares, exames de avaliação e penalidades, enfim, saberes,

práticas socioeducativas, comportamentos e normas disciplinares, festas e rituais que evidenciam os vestígios da cultura escolar dos Patronatos da época.

Art. 1º Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a **educação moral, cívica, physica e profissional de menores desvalidos**, e daquelles que, por **insuficiencia da capacidade de educação na familia**, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Art. 2º Os patronatos agrícolas constituem, em seu conjunto, um instituto de assistência, protecção e **tutela moral** dos menores compreendidos no art. 1º do presente regulamento, recorrendo para esse effeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua acção educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorpora-los no meio rural (BRASIL, 1919, grifo nosso).

Podemos observar que a palavra *desvalida* é encontrada na documentação e legislação para se referir as crianças ou menores em situações marginais e de insuficiência. O prefixo *des* atribui significado a esta situação, isto é, não ser válido, do ponto de vista físico, material, moral e cultural. É preciso investigar que o sentido de ter validade numa sociedade é uma construção histórica. Especificamente do século XIX em diante, o estigma da criança desvalida passou a ser atribuído à criança sem validade econômica e social, ou seja, a criança pobre, abandonada ou delinquente (VEIGA, 2017).

O Decreto N.º 13.706/1919 indica ainda que o ensino ministrado nos patronatos agrícolas deveria ser prático e limitado, compreendendo noções de agricultura e do trabalho rural. Nos Patronatos deveriam ocorrer simultaneamente cursos primários para os menores analfabetos, assim como oficinas para o ensino profissional, sejam os de ferreiro, carpinteiro e seleiro. Podemos observar nessa prática, a associação da escolarização oferecida às crianças pobres a uma educação elementar, vinculada ao trabalho e ao utilitarismo social, conformando a instrução com a aprendizagem de um ofício.

Art. 13. Os patronatos agrícolas velarão pela educação moral e pela cultura psysica dos alunos, servindo-se no ultimo caso da gymnastica sueca e jogos esportivos ao ar livre, tendo sempre em vista a idade, resistencia organica, o estado geral de saúde e o desenvolvimento progressivo da intelligencia e do caracter individual. Parágrafo Único. No caso referido, como em tudo que disser respeito à escolha de métodos de educação física, higiene individual, natureza e duração dos serviços confiados aos menores, deve ser ouvido o médico do estabelecimento. Art. 14. Constituirão, também, elementos educativos da índole e das predisposições inatas do menor, o ensino da musica e do desenho, os jogos recreativos adequados à estação, os passeios, excursões, festas escolares e premios (BRASIL, 1919).

Os Patronatos de Menores foram *inventados*⁴¹ sob três fortes influências e discursos da época: a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa, com práticas sociais e educativas que visavam a cura, a correção e a regeneração moral, articulando o universo do ensino e do trabalho, sob a representação de um regime pedagógico-prisional. Em suas práticas e representações ficaram evidentes que era uma instituição escolar criada deliberadamente para os menores considerados desvalidos e moralmente abandonados.

Alguns artigos dos Decretos de criação denotam esses aspectos ao tratar o aluno como menor internado, ou, vincular a permanência do mesmo na instituição a partir da decisão do juízo competente ou de uma autoridade policial, chegando a tratar como fuga a saída não autorizada do Patronato.

Art. 93. O pae, tutor, parente ou pessoa interessada poderá promover a retirada do **menor internado**, mediante acção summaria, proposta ao juizo competente, ou por meio de requerimento dirigido aos respectivos directores de serviços. Art. 97. Verificada a **fuga de um menor**, será o facto, immediatamente, communicado à **autoridade policial**, à imprensa local e ao director do serviço, pelo director do estabelecimento, devendo acompanhar essa communicação cópia da ficha correspondente (BRASIL, 1919, grifo nosso).

De um modo geral, podemos notar que os Patronatos de Menores foram fundados com a finalidade de atender a infância pobre brasileira, muitas vezes, estigmatizada ora como uma infância desvalida, indigente e inferior, ora como uma infância delinquente e desqualificada. Sendo assim, em muitos casos, dependendo dos interesses e discursos norteadores dos grupos responsáveis pela sua criação, os Patronatos de Menores serviram não somente para o propósito da escolarização, caracterizada pelo viés da educação para o trabalho, mas também como prática reformatória, até mesmo de punição para menores que cometeram atos infracionais, nesses casos, os Patronatos funcionavam como controle e vigilância, numa espécie de medida correcional da época, quando as fronteiras das políticas de Educação e Assistência Social ainda nem tinham suas delimitações, aliás, quando essa última ainda estava longe de ser constituída como uma política pública do Estado.

Paradigmático desse período, também é o Código de Menores de 1927, que promoveu algumas mudanças no funcionamento dos Patronatos e consolidou as leis de assistência e

⁴¹ Termo inspirado na obra de Hobsbawm e Ranger (1984) intitulada “A invenção das tradições” cujo sentido é empregado nesta pesquisa para enfatizar a dimensão simbólica e subjetiva da construção da representação do modelo escolar institucionalizado pelos Patronatos de Menores, das práticas sociais, dos sistemas de valores e discursos da época. A tradição inventada é concebida pelos autores como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM e RANGER, 1984, p.10).

proteção aos menores, prevendo “a submissão do menor, de ambos os sexos, *abandonado* ou *delinquente*” (BRASIL, 1927), que tivesse menos de 18 anos de idade, à autoridade competente e às medidas de assistência e proteção contidas no código.

Segundo Marcílio (1998), a aprovação do Código de Menores de 1927 é entendida por alguns autores como um marco na história da assistência à infância, na medida em que esta passa a ser um atributo do Estado, embora seja preciso considerar nesse período a inexistência de uma delimitação clara entre a assistência estatal, a filantrópica e a caritativa. Assim, por meio de convênios com a beneficência privada, o Estado atuaria no atendimento ao menor. A autora reflete que o discurso da assistência e proteção aos menores desvalidos e o Código de 1927, articulados a uma tentativa de reorganização da assistência prestada a esse público, definiriam um novo projeto jurídico e assistencial voltado para os menores, que fosse não punitivo, recuperador, disciplinador, tutelar e paternal. Gradualmente, o Estado foi assumindo a assistência à infância desvalida e criando um aparato governamental para atender essa nova função.

Assim, a questão da chamada criança abandonada, vadia e infratora, pelo menos no plano da lei, deixou de ser uma questão de polícia e passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado por meio de instituições e patronatos. A atenção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos. Isso significava a participação de saberes como os do higienista, que devia cuidar da sua saúde, nutrição e higiene; os do educador, que devia cuidar de disciplinar, instruir, tornando o menor apto para se reintegrar à sociedade; e os do jurista, que devia conseguir que a lei garantisse essa proteção e essa assistência (LONDONO, 1991).

Apesar da longa tradição da presença do Estado na assistência da chamada infância desvalida, segundo Veiga (2017), esta ação se fez em parceria com instituições religiosas, iniciativa individual, instituições de características filantrópicas, fundadas por médicos, juristas entre outros, fazendo surgir uma diversidade de instituições.

Em Dourados, no ano de 1949 foi criado pela Missão Franciscana o primeiro Patronato de Menores da cidade, que começou a funcionar em 1950. Cumpre a essa pesquisa analisar a gênese e o processo de institucionalização dessa escola, que possui uma história bastante singular e distinta do modelo de Patronato difundido pelo Brasil.

3.3 Gênese e institucionalização do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana

A gênese e criação do Patronato de Menores de Dourados descende da primeira tentativa dos missionários franciscanos de instalarem na cidade uma escola católica que pudesse formar e entrosar as crianças douradenses na vida da igreja e na prática da religião. Assim, a Escola Paroquial Imaculada Conceição criada pelos franciscanos em 1941, de certa forma, está intimamente ligada a genealogia e história do Patronato de Menores, visto que após o seu fechamento e “após a retirada das irmãs em dezembro de 1944 [...], esta escola foi transformada mais tarde em Patronato de Menores e depois em Educandário Santo Antônio” (LEITZ, 1982, p. 49).

Apesar disso, cumpre a esta pesquisa esclarecer que este processo não foi simplesmente uma justaposição. Portanto, apesar das imbricações, essa transformação não significa exatamente uma continuidade da Escola Paroquial Imaculada Conceição para Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, pois tratam-se de estabelecimentos diferentes e com trajetórias singulares.

Dito isso, é importante frisar que após o fechamento da Escola Paroquial Imaculada Conceição em 1944 devido as acusações de espionagem e proibição das Irmãs Franciscanas de São Bernardino de lecionarem em Dourados, Frei Higino Latteck fez inúmeras tentativas para conseguir registrar e reabrir novamente a escola, mantendo o seu funcionamento com professoras leigas, porém, não obteve êxito e as atividades da escola precisaram ser totalmente interrompidas em 1946.

Com a transferência de Frei Higino e Frei Juliano para Minas Gerais em 1947, assumiu interinamente a paróquia de Dourados o pioneiro Frei Francisco Brugger em 14 de setembro de 1947 até a chegada do novo vigário Frei Antonino Schwenger em 25 de novembro, outro pioneiro da missão franciscana, que já havia prestado assistência ao município quando era vigário de Rio Brilhante.

Com a saída do primeiro vigário Frei Higino, assumiu a paróquia o já calejado missionário da primeira hora, Frei Antonino Schwenger, que trocando o cavalo pelo Jeep, iniciou a pastoral motorizada, sendo auxiliado por seus coadjutores Frei Servácio Schulte e Frei João Damasceno Herber (LEITZ, 1982, p.51).

Frei Servácio havia chegado há pouco tempo da Europa, tendo sido ordenado em Portugal e regressado à Alemanha a fim de se despedir da família e então assumir a missão em Mato Grosso. Juntos, os três novos padres começaram a organizar uma série de atividades missionárias e pastorais, bem como a cogitar e mobilizar estratégias e ações para abrirem

novamente uma escola católica em Dourados, que do ponto de vista pastoral e ideológico da igreja, tornava-se cada vez mais necessária e urgente.

No mês de maio de 1948, os padres fizeram um pedido de isenção de imposto territorial da igreja à Câmara Municipal de Dourados, que foi negado e arquivado. Em seguida, Frei Antonino insistiu com um outro pedido, desta vez, de doação de dois quarteirões para a Igreja realizar obras de expansão, entre elas, a construção de uma escola.

Em 14 de junho o vigário fez uma solicitação de doação à Paróquia de 2 quarteirões; um na zona urbana, perto do Cruzeiro; outro na zona suburbana na Cabeceira Alegre; pedido feito ao Presidente da Câmara Municipal Sr. Antônio de Figueiredo; citaram-se as necessidades da paróquia de Dourados. [...]. Até o dia 25 de agosto do corrente ano nada foi resolvido pela Câmara Municipal ou pelo Sr. Prefeito a respeito dos quarteirões, pedidos para a mitra diocesana. Até esta data, os padres não receberam nada de ajuda em compensação das despesas, havidas nas aulas catequéticas nas escolas do município ou das 2 colônias (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.20-20v).

Concomitantemente, nesse período, a chegada de colonos crescia de forma vultuosa em Dourados com as instalações das colônias agrícolas. Com efeito, os trabalhos dos missionários aumentavam sempre mais, do mesmo modo, as demandas da população nas diversas áreas. Ao término de cada ano, as atividades realizadas pelos padres eram contabilizadas em relatórios, a fim de acompanhar a expansão da igreja. O Relatório Paroquial de 1948 apresentado no Quadro 9, nos fornece uma dimensão do volume desse trabalho pastoral realizado pelos missionários franciscanos:

Quadro 9 – Transcrição das atividades desenvolvidas pelos missionários Franciscanos em Dourados no ano de 1948

RELATÓRIO PAROQUIAL DE 1948	
Superfície percorrida: 19.600 Km ²	População: 30.000 almas
ATIVIDADES	QUANTIDADE
Batizados	Sexo feminino: 397 – adultos: 57 Sexo masculino: 381 – adultos: 49
Crismas	644
Comunhões	1.580
Primeira Comunhão	104
Casamentos	Solteiros: 38 Viúvos: 4 Legitimados: 14
Extrema unções	4
Pia União das Filhas de Maria	16 sócias e 4 zeladoras
Apostolado da Oração	12 sócias e 9 zeladoras

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir do Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970), p.21).

O relatório demonstra a preocupação dos franciscanos em sistematizar o registro das obras pastorais e promocionais realizadas para aumentar a participação dos fiéis nos sacramentos da Igreja e melhorar a formação dos seus membros, incentivando a inscrição de novos integrantes nas associações religiosas. Nesses relatórios aparecem com frequência o termo *almas* para se referir ao total da população douradense ou para contabilizar aqueles que participavam das atividades paroquiais, expressando o discurso soteriológico da Igreja, que traduz a gênese do propósito evangelizador e formativo dos Franciscanos em Dourados.

Diante da dimensão do trabalho missionário, os novos freis tiveram que investir em motocicletas para dinamizar a locomoção e as atividades no imenso território das colônias, antes percorrido somente a cavalo. Com a expansão demográfica, aumentava também a preocupação com as obras assistenciais e a abertura de escolas para o ensino religioso tanto na zona rural como na cidade.

Organizaram visitas regulares a diversos pontos das colônias, dando também aulas de catecismo nas escolas. Além disso, criaram duas escolas paroquiais na colônia municipal. Na colônia federal, o próprio governo construiu, em 1949, uma belíssima igreja, inaugurada no dia 29 de junho do ano seguinte. Também se começou a construir uma capela de madeira no patrimônio da colônia municipal, que foi inaugurada em 1950, sob a invocação de S. José (KNOB, 1988, p.281).

No núcleo urbano, por sua vez, os Franciscanos ainda não tinham conseguido criar a tão almejada escola católica, mas continuavam com um intenso trabalho de aulas de catecismo nas instituições escolares da cidade. A imprensa local exaltava a atuação dos franciscanos, corroborando com o discurso da igreja no setor educacional. Em matéria intitulada *Idealistas pela causa do ensino, em Dourados*, o jornal O Douradense realizou a seguinte publicação de capa:

Hoje, ocuparemos do trabalho silencioso, porém, produtivo dos padres da Ordem de S. Francisco, em Dourados. Estes abnegados homens, dão assistência moral e religiosa a todas as Escolas do município, percorrendo-o nos seus quadrantes. Fazem este trabalho em aulas semanais e de modo fixo dentro do quadro escolar e de modo permanente. Além das visitas semanais que os mesmos fazem, regularmente desde o início das aulas, muitas outras escolas são visitadas por ocasião da passagem dos mesmos pelos sítios (O DOURADENSE, 24/06/1948, p.1).

É possível observar os discursos de engrandecimento àqueles que a imprensa devotamente denominou de idealistas do ensino. Assim, a publicação ao mesmo tempo em que apoiava, também propagava as aspirações dos padres em construir um colégio católico, e consequentemente, ajudava a angariar mais adeptos a esse projeto.

Pretendem, os Reverendos padres, e é justo que assim seja, construir um colégio para o ensino primário em Dourados. É preciso que todos compreendam o alcance dessa obra e as boas intenções dos mesmos. Seremos os primeiros a apoiar essa iniciativa de caráter coletivo, a qual redundará em benefício de todos, **ricos e pobres**, habitantes do município (O DOURADENSE, 24/06/1948, p.1, grifo nosso).

Nesse conjunto de circunstâncias, Frei Servácio insistia na urgência de uma obra social franciscana em Dourados, e, assim, após ter visitado o Rio de Janeiro em 1949, decidiu abrir um Patronato de Menores:

Por ocasião da sua estada no Rio de Janeiro, em 1949, Frei Servácio Schulte aproveitou o ensejo para criar uma obra social dos Franciscanos de Dourados: o patronato de menores de Dourados. Este começou a funcionar em 1950, como escola primária, num prédio provisório, na antiga escola ‘Imaculada Conceição’ (KNOB, 1988, p. 281).

Apesar da criação do Patronato ter ocorrido em 1949, o seu funcionamento começou apenas em 1950. “A Escola foi fundada conforme Ata de Fundação de 01 de novembro/49, com a denominação de ‘Patronato de Menores de Dourados’” (CEE/MS, PARECER 380/82, fl.1).

O Patronato representava uma nova tentativa dos franciscanos de se estabelecerem no mercado educativo de Dourados e para fazer oposição a Escola Presbiteriana Erasmo Braga que já atuava no município desde 1939 e era vista pelos missionários católicos como uma instituição concorrente, pois a escola atendia muitos alunos de famílias católicas, além disso, já possuíam uma estrutura organizacional e arquitetônica que a igreja católica ainda não dispunha, além de contar com investimentos financeiros dos Presbiterianos dos Estados Unidos.

A instituição funcionou de 1950 a 1953 em uma casa de madeira, na antiga Escola Paroquial Imaculada Conceição. Na Figura 24 é possível verificar essa casa e alguns dos alunos e alunas da época. Podemos observar os símbolos da Pátria, as posturas encenadas para o registro fotográfico, as vestimentas confeccionadas especialmente para o desfile cívico de Sete de Setembro de 1952, com peças de roupas demarcadas para cada gênero e aos papéis que ocupavam no evento.

Figura 24: Alunos do Patronato de Menores de Dourados, 1952

Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Dos elementos simbólicos constitutivos na fotografia acima, destacamos o vestuário como elemento significativo e comunicativo presente nas práticas culturais do Patronato de Menores. Segundo Linke (2013), o vestuário apresenta uma função específica enquanto elemento tradicional, que traz consigo uma carga ritualística e simbólica. No cotidiano ele é utilizado para revelar identidades, a individualidade e preferências. Em outras palavras, o vestuário é um documento que revela as escolhas coletivas e individuais, marca territórios, culturas, temporalidades, gênero, posição social e características de cada grupo. Enfim, assume papéis diversos em função de seus usos.

Nos anos subsequentes ao da criação do Patronato de Menores, a Paróquia Imaculada Conceição recebeu um novo pároco em substituição a Frei Antonino. A transferência foi sentida com tristeza em Dourados, tanto que o jornal *O Progresso* publicou uma matéria de enaltecimento aos missionários intitulada *Adeus aos Franciscanos*, lamentando também o fato de Frei Antonino não poder ver a anunciada obra do novo prédio do Patronato de Menores, tão almejado por ele, e que segundo o jornal atenderia a ricos e pobres.

Eles se vão. Criticados as vezes, maltratados outras, vão com a certeza de ter feito o possível, o que estava ao alcance de suas próprias forças. Vão deixando tudo [...]. Deixarão Dourados justo agora que os frutos de um trabalho silencioso e árduo estão aparecendo. Agora que acabam de firmar os alicerces de duas obras de grande valor humano, obras belas, **vitorias autenticas para servir a ricos e pobres: a Escola do Patronato de Menores**, a ser iniciada brevemente no quarteirão do cruzeiro e o Posto de Puericultura que estará funcionando no próximo ano e cuja pedra fundamental será lançada hoje. [...] Seguirão para outras plagas, com o mesmo lema que sempre adotaram, atendendo ao chamado de outras almas que necessitam de sua missão celestial, deixando na terra douradense milhares de corações agradecidos que

guardarão eternamente a sua lembrança nas **obras valiosas** que aqui deixaram (O PROGRESSO, 12/10/1952, p.4, grifo nosso).

Para ocupar o cargo de Frei Antonino, chegou em Dourados Frei Teodardo Leitz, nomeado pelo Bispo de Corumbá Dom Orlando Chaves. Frei Teodardo tomou posse do cargo em 23 de novembro de 1952 em uma missa solene realizada na Igreja Matriz de Dourados. Com a sua chegada, a paróquia experimentou profundas transformações. A cidade de Dourados também seguia num forte ritmo de crescimento graças ao impacto da colonização e dos programas de expansão demográfica.

A gestão do Frei Teodardo Leitz teve uma repercussão direta sobre as práticas pastorais, sociais e educacionais da Igreja, com destaque para a construção de um novo prédio de alvenaria para o Patronato de Menores de Dourados, a criação de uma filial do Patronato ao lado da Igreja Matriz e a inauguração no dia 30 de janeiro de 1956 da *Sociedade Pão de Santo Antônio*, entre outras. Na tentativa de aumentar a participação dos seus membros, também fundou novas associações religiosas como a Congregação Mariana, a Legião de Maria e a Cruzada Eucarística Infantil, esta última, com uma massiva participação dos alunos do Patronato de Menores.

No entanto, foi a construção do novo prédio para o Patronato de Menores de Dourados que recebeu maior prioridade de Frei Teodardo, que também se constituía um desejo antigo de Frei Antonino, pois a demanda de alunos era crescente e a antiga casa de madeira estava se tornando pequena e imprópria para o bom funcionamento da escola. Segundo Knob (1988) um problema que mereceu a máxima atenção do vigário foi a questão social, pois:

Desde 1950, já estava funcionando a escola patronato de menores, mas num prédio provisório. Finalmente, em 23 de novembro de 1952, pode ser lançada a pedra fundamental da nova escola primária no quarteirão do 'Cruzeiro', doação da prefeitura ao patronato. O prédio foi construído principalmente com subvenções obtidas da federação, do Estado e do município (KNOB, 1988, p.282).

Assim, é possível afirmar que o terreno para a construção de uma sede própria para o Patronato de Menores foi de fato uma doação da prefeitura que, como vimos, advém de um pedido anterior realizado ainda por Frei Antonino em 1948. A prática de doação de terrenos por parte da Prefeitura para instituições religiosas não se restringia apenas à Igreja Católica. A edição do jornal O Progresso de 29 de novembro de 1953 publicou a Lei que autorizava a Prefeitura doar dois lotes urbanos no Patrimônio de Panambi à Igreja Presbiteriana de Dourados para a construção de uma escola e de uma igreja.

O convite para o lançamento da Pedra Fundamental do Patronato de Menores foi amplamente divulgado na imprensa. A edição de 16 de novembro de 1952 do jornal O Progresso anunciou em tom de euforia a concretização dessa obra:

Mais uma novidade para os douradenses que se ufanam desta cidade que é hoje a mais progressiva do interior, será o lançamento no domingo próximo da pedra fundamental da Escola Patronato de Menores no quarteirão do Cruzeiro. Concretiza-se assim, o trabalho abnegado e silencioso do frei Antonino Schwenger, que deixou vitoriosa a campanha que por quatro anos foi objeto de sua grande aspiração [...] O povo, por outro lado, está sendo conclamado a contribuir com a compra das telhas e acelerar a conclusão da obra e estamos certos de que será essa uma campanha vitoriosa entre os douradenses que orgulharão de dar, cada um, o que lhe for possível para a absoluta concretização do sonho de seu antigo vigário. O grandioso projeto da Escola está aprovado. Foi recebida a primeira verba federal. A Câmara Municipal, por sua vez, votou um auxílio de vinte e cinco mil cruzeiros⁴² para o próximo ano. Nada deterá agora o avanço dessa obra que vem enriquecer com mais uma valiosa instituição de ensino a nossa progressiva cidade (O PROGRESSO, 16/11/1952, p.1).

A conclusão do prédio do Patronato contou ainda com o reconhecimento e verbas do Governo Estadual, mas neste caso, existe um fato curioso quanto a procedência desse auxílio financeiro. A Lei N.º 307, de 27 de outubro de 1953 revela que a origem do financiamento decorreria da anulação parcial das verbas destinadas a construção do Quartel de Dourados para tornar possível a construção da escola:

Lei N.º 307 de 27 de outubro de 1953 Autoriza o Governo do Estado a auxiliar o Patronato de Menores de Dourados. O Presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei: Artigo 1.º - Fica o Governo do Estado autorizado a auxiliar com Cr\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL CRUZEIROS), o Patronato de Menores de Dourados. Artigo 2.º - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta da anulação parcial da verba 76-40 'Auxílio a Prefeitura de Dourados para a construção de um Quartel'. Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1953. Benedicto Vaz Figueiredo Presidente (MATO GROSSO, 1953, ARQUIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO).

A anulação da verba do quartel para a construção do Patronato de Menores de Dourados, não demonstra apenas um simples redirecionamento de subvenções públicas, mas, revela e simboliza o fortalecimento das relações de poder da Igreja Católica em Dourados nesse período. O fato é que, depois de mais de uma década da chegada do primeiro padre permanente na cidade e após sucessivas instabilidades, gradativamente, os franciscanos conquistaram um espaço importante na sociedade douradense, na mediação entre lideranças de grupos sociais e na aliança com políticos das esferas municipais, estaduais e federais, garantindo um lugar

⁴² O auxílio de Cr\$ 25.000,00 corresponderia atualmente a uma proporção de R\$ 20.264,75. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/calculadoradocidadao>. Aplicativo Oficial do Banco Central do Brasil.

próprio de poder e influência, tornando exequíveis as reivindicações da Igreja Católica e a ocupação de posições decisórias, numa estratégia em busca da expansão de suas obras missionárias, sociais e educacionais.

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Patronato de Menores contou com a presença das autoridades civis, políticas e eclesiásticas, entre as quais, o Pe. Vigário Franco de Ponta Porã, o Prefeito Municipal de Dourados, que na época era o médico e missionário protestante Nelson de Araújo. Na ocasião, Frei Teodardo Leitz benzeu a pedra fundamental do novo prédio da escola, sob os olhares de uma grande quantidade de pessoas que acompanhavam a cerimônia e que puderam ouvir de Frei Servácio Schulte, os agradecimentos especiais às autoridades políticas, sobretudo, pelas subvenções que destinaram para a execução da obra.

O Vigário Frei Teodardo Leitz lançou e benzeu a pedra fundamental da Escola Primária do Patronato de Menores de Dourados, Ação Social Franciscana. Será o novo prédio construído no lugar denominado 'Cruzeiro'⁴³ onde a Ação Social Franciscana possui uma quadra de 100x100 m. Apreciável número de povo assistiu à cerimônia, na qual o Pe. Frei Servácio Pedro Schulte, um dos iniciadores da obra, usou da palavra, agradecendo a todos que concorreram para a realização desta obra social, principalmente às autoridades federais, estaduais e municipais que têm auxiliado consideravelmente com subvenções especiais (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.26).

As primeiras etapas da execução da obra e os primeiros traços estruturais do novo prédio de alvenaria para o Patronato de Menores podem ser verificadas na Figura 25. A placa no centro, com letras garrafais, indicava que ali se erguia as futuras instalações da escola.

Figura 25: Prédio em construção do Patronato de Menores de Dourados



Fonte: Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD)

⁴³ Essa localização corresponde à Avenida Marcelino Pires esquina com a Rua Floriano Peixoto. Mas em algumas fontes, também utilizavam como endereço a Rua Minas Gerais, atual Joaquim Teixeira Alves e que correspondia a uma das ruas laterais da quadra do Cruzeiro. Nesta quadra, atualmente se localiza a Paróquia São José Operário.

Além das subvenções públicas, a construção do Patronato contou com muitos donativos particulares, inclusive, algumas edições do jornal O Progresso incitava a população a contribuir com campanhas para a celeridade da obra. A edição de 14 de dezembro de 1952 convocava a todos para a campanha das telhas do Patronato. Já a matéria da edição de 11 de janeiro de 1953 intitulada *Espetáculo em benefício do Patronato*, convidava a população a prestigiar um recital no Cine Santa Rita, de bailados e canções folclóricas com o artista chileno professor Michel Le Roy, para “brindar o povo culto de Dourados, com um festival em benefício do Patronato de Menores” (O PROGRESSO, 11/01/1953, p.1).

Enquanto o novo prédio do Patronato era erigido, paralelamente a esta construção, em 1953 foi reformada a Igreja Matriz e precisou ser construído um salão paroquial para o uso do Patronato de Menores no fundo da mesma. O convite para a inauguração do salão, que também marcaria o encerramento das aulas do Patronato, foi divulgado como primeira notícia na edição do jornal O Progresso de 29 de novembro de 1953. No Livro Tombo, Frei Teodardo explicou as finalidades dessa obra:

Por conta do Patronato de Menores de Dourados construiu-se, este ano, atrás da igreja-matriz, de madeira um salão de 15x7 metros, que servirá de salão de recreio para as crianças do Patronato, bem como para as crianças do Catecismo, e também para reuniões da paróquia e festinhas. Possui o salão um palco fixo de 3x7 metros. Foi inaugurado do dia 4 de dezembro de 1953 com a festa do encerramento do ano escolar do Patronato, em presença do Exmo. Sr. Bispo Diocesano e de numerosíssima assistência do povo douradense (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.28v).

Em menos de dois anos ficou pronto o novo prédio do Patronato de Menores na Quadra do Cruzeiro, construído pelo empreiteiro Vittório Fedrizzi. Nas edições dos dias 07 e 14 de fevereiro de 1954, a imprensa já anunciava a matrícula para a escola, sob a direção dos padres franciscanos. Neste ano, os cursos oferecidos pelo Patronato de Menores eram: o Curso Primário de 4 anos para ambos os sexos e o chamado Curso Doméstico voltado para moças, com matérias de corte, costura e trabalhos manuais, sob a direção da professora leiga Íria Torraca.

Figura 26: Propaganda da matrícula do Patronato de Menores



Fonte: O Progresso 07/02/1954, p.4.

O novo prédio do Patronato foi inaugurado em 28 de fevereiro de 1954 com a presença do Bispo Dom Orlando Chaves e demais autoridades locais. Na ocasião, Frei Teodardo fez questão de mencionar mais uma vez que a construção foi possível graças a “subvenções federais, estaduais, municipais e donativos particulares” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.30). Segundo a matéria do jornal O Progresso de 28 de fevereiro de 1954, a inauguração da escola ocorreu numa manhã de domingo, às 10:00 horas, com uma missa campal em frente ao Patronato, declamação de poesias e discursos alusivos à solenidade, hasteamento da bandeira e benção do prédio.

No ato inaugural estiveram presentes as autoridades locais, representante do Prefeito e todos os vereadores municipais [...]. Cortada a fita inaugural dando acesso ao público às dependências do prédio, tendo, no seu interior, feito uso da palavra o Revmo. Bispo Diocesano, o vereador Weimar Torres e finalmente o vigário Teodardo Leitz. A inauguração desse moderno prédio que conta já com ótimo campo de futebol, vem enriquecer sobremaneira o ensino em nossa terra, pelo o que merecem nossos melhores elogios os Padres Franciscanos, realizadores dessa obra de tanta significação e valor (O PROGRESSO, 07/03/1954, p.1).

As aulas iniciaram no dia 1.º de março de 1954, com a matrícula de 263 alunos de ambos os sexos e 9 professoras. A princípio, a escola foi dirigida pelos franciscanos e teve como diretor o próprio Frei Teodardo Leitz da missão franciscana de Dourados, mas a intenção era entregar a administração para as Irmãs assim que fosse possível.

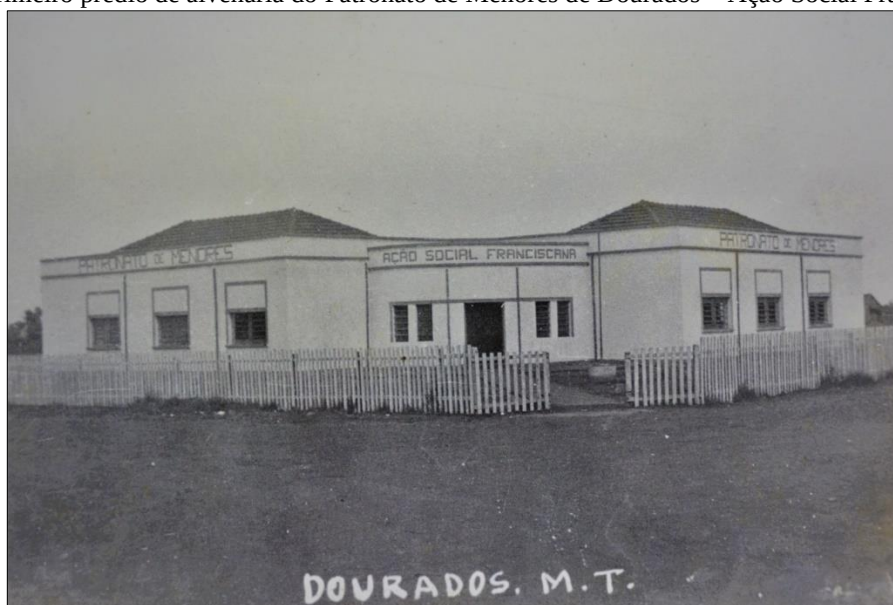
No Livro Tombo I, ao descrever a inauguração do novo prédio do Patronato, Frei Teodardo Leitz apresenta algumas informações sobre o funcionamento da escola, os cursos

oferecidos, o quadro docente e os valores financeiros das mensalidades, o que denota que a instituição era de natureza privada, embora trouxesse no nome um modelo de escola que, como vimos, em sua essência foram criadas para atender crianças *desvalidas* e sem condições pecuniárias para custear o seu ingresso e permanência na escola.

Funciona Curso Primário, com 4 anos, Curso de Admissão e Curso de Corte e Costura. O estabelecimento é dirigido pelos Franciscanos, sendo diretor o Revmo. Pe. Teodardo Leitz. Lecionam 9 professoras: Pompéia Capilé (Admissão), Antônia Silveira Capilé (4.º ano), Rosalba Saburá (3.º ano), Elza Brandão (3.º ano), Neli de Barros (2.º ano), Carmem Garcia Azambuja (1.º ano b), Clori Capilé (1.º ano), Lúbia Torraca (1.º ano) e Iria Torraca (Corte e Costura), sendo 5 professoras pagas pelo Estado e 4 particulares. Os alunos pagam, na medida do possível, as seguintes mensalidades: Admissão 50 cruzeiros, Corte e Costura 50 cruzeiros, 3.º e 4.º anos 30 cruzeiros, 1.º e 2.º anos 20 cruzeiros⁴⁴ (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.30).

O novo prédio, que pode ser observado na Figura 27, possuía 4 salas de aula, medindo 6x8 metros cada uma, além da sala de entrada que servia de secretaria e dois corredores. Para as atividades esportivas, “a Prefeitura aplainou com a patrula uma área para jogar futebol” (ibid., p. 30). Frei Teodardo Leitz também afirmou com uma conotação de concorrência acirrada que “com esta escola procuramos fazer um contrapeso à Escola Protestante Erasmo Braga, verdadeira praga para a causa católica de Dourados” (ibid., p. 30).

Figura 27: Primeiro prédio de alvenaria do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, 1954



Fonte: Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD)

⁴⁴ A mensalidade de Cr\$ 50,00 corresponderia atualmente ao valor de R\$ 40,53; a mensalidade de Cr\$ 30,00 corresponderia ao valor de R\$ 24,31 e a mensalidade de Cr\$ 20,00 corresponderia ao valor de R\$16,21. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/calculadoradocidadao>. Aplicativo Oficial do Banco Central do Brasil.

A concorrência entre católicos e protestantes se refletia de forma evidente na atuação das escolas Patronato de Menores e Erasmo Braga. Tais evidências podem ser constatadas até mesmo nas matérias dos jornais e no espaço concedido pela imprensa. As publicações relacionadas às escolas frequentemente eram impressas lado a lado, desde a divulgação das matrículas, propagandas, encerramento do ano letivo e até elogios endereçados às instituições. Era muito comum alguém de renome ou que tinha filhos matriculados nessas escolas, escreverem enaltecidos agradecimentos e congratulações, como uma estratégia de legitimação e disseminação da qualidade do ensino prestado pela escola, como podemos ver:

Através desta folha, venho trazer de coração o bem justo elogio à Escola Erasmo Braga, pela maneira que comportaram os seus alunos, durante as manifestações cívicas do dia da nossa pátria (7 de Setembro) notando se muita disciplina, boa cadência; enfim tudo o que se pode desejar de uma boa escola, fruto dos esforços abnegados das competentes e profícuas professoras, que ali ministram incansáveis, a indispensável instrução ao elevado número de alunos. Vem se notando há tempo a preferência de muitos pais em porem seus filhos na Erasmo Braga, isto também indica nitidamente que realmente é uma escola boa. Aqui fica o meu elogio sincero, desejando e fazendo mil votos que sempre continuem com este preceito e disciplina. Joziel S. Pires (O PROGRESSO 13/09/1953, p.6).

O encerramento do ano letivo de 1954 da Escola Patronato de Menores recebeu muitos elogios da imprensa. A festividade foi emblemática para a instituição, pois era o primeiro ano de seu funcionamento no prédio novo, além de ser uma grande oportunidade para a divulgação dos resultados obtidos com as melhorias e mudanças pela qual a escola havia passado.

No dia 2 do corrente o Patronato de Menores, já agora funcionando em seu novo prédio, sob a competente direção do Frei Teodardo Leitz, realizou no Clube Social Dourados a sua festa de encerramento do ano escolar que constou de belíssimo programa muito bem apresentado e que causou a melhor impressão em todo o numeroso público que superlotou o amplo salão do Clube. Foi paraninfo da turma dos concluintes o Dr. Weimar Gonçalves Torres⁴⁵ cuja a oração foi muito aplaudida. Da parte de palco constaram numerosos cânticos orfeonicos, dirigidos pelo frei Frederico Mies e que deixaram a melhor das impressões na assistência, além de bailado monólogos, etc. No mesmo dia, pela manhã, foi rezada missa cantada em ação de graças. O Patronato apresentou também magnífica exposição de trabalhos escolares, sob a brilhante direção da professora Iria Torraca, a quem endereçamos os nossos parabéns. Queremos também felicitar ao Diretor do Patronato e seus professores pelo êxito alcançado, congratulando-nos também por este motivo com os alunos e seus pais (O PROGRESSO 05/12/1954, p.1).

Essas fontes da imprensa nos permitem compreender as ideias e representações em circulação nesse período histórico, bem como, a necessidade que as duas instituições escolares

⁴⁵ É importante destacar que Weimar Gonçalves Torres além de Presidente da Câmara de vereadores, era proprietário e diretor do Jornal *O Progresso* e também membro ativo da Igreja Católica.

confessionais tinham de fazer proselitismo e publicidade das suas ações. Um dos expoentes da cultura escrita, Chartier (2003), destaca que, com a imprensa, vemos estabelecer uma nova espécie de tribuna, de onde se comunicam impressões e disputas, de onde se exerce um império menos tirânico sobre as paixões. Além disso, “os jornais diários se profissionalizavam, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública” (LUCA, 2008, p.137).

A extensa matéria de capa sobre o Patronato, nos permite conhecer ainda os alunos que concluíram o 4.º ano do Primário e as alunas do Curso de Corte e Costura de 1954. Sem dúvida, esse foi o ano que marcou definitivamente o processo de institucionalização do Patronato de Menores em Dourados, pelo qual alcançou o *status* de escola de verdade.

São os seguintes os alunos que receberam o diploma do 4.º ano: Ilma Azambuja, Natalia Viegas, Elio Torraca, Antônio João de Farias, Alencar Marques da Silva, Alcindo Marques da Silva, Ana Laurici de Oliveira, Celina Maria de Jesus, Doroti dos Santos, Elia Torraca, Gregoria Benites, José João de Oliveira, José Tupi Melo, Luiz Azambuja, Neri Azambuja, Moisés Marra de Oliveira, Renato Antunes da Silveira, Sofia Cáceres, Abelina da Silva, Felisberto de Campos Belo, Luiz Landes Pereira da Silva (orador). Receberam também, na ocasião o seu diploma as alunas do Curso de Corte e Costura da Escola e que são as seguintes: Elba Marcondes de Sousa, Yone Ribeiro, Marciana Maria Dourado, Joana Batista Viegas, Agripina Barbosa, Lourdes Dodsworth Brito (O PROGRESSO 05/12/1954, p.1).

A publicidade se tornou uma estratégia privilegiada para informação e difusão das práticas sociais, representações e códigos de comportamento da escola franciscana, mais do que isso, também se constituiu como estratégia para os aspectos comerciais e para fazer frente à escola presbiteriana. Podemos analisar com Lustosa (1983), que a difusão da imprensa católica foi uma das estratégias de reação da Igreja às transformações da sociedade. Assim, a imprensa foi o canal privilegiado, utilizado pela hierarquia da Igreja e pelos católicos para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em última palavra, para informar e formar uma opinião pública. Em Dourados, a Igreja Católica não possuía um periódico próprio, mas sabemos que as direções dos jornais da época eram compostas de membros atuantes da Igreja, que destinavam colunas e espaços para essas finalidades.

Nesse aspecto, podemos verificar o que Luca (2008, p.133) identificou como “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público” com que a imprensa brasileira foi caracterizada nesse período. Luca (2008) adverte que o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca uma série de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação. Assim, o pesquisador deve considerar que os discursos adquirem significados de

muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e as ilustrações que os cercam. Da mesma maneira, a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal pretende atingir.

Destarte, em tom jubiloso, Frei Teodardo descreveu no Livro Tombo I as impressões que teve sobre a cerimônia de encerramento do ano letivo de 1954 do Patronato de Menores de Dourados. Com o mesmo discurso competitivo e uma linguagem de concorrência e comparação com a Escola Erasmo Braga, teceu engrandecimentos à escola católica e aos seus alunos.

Foi uma belíssima demonstração do valor da nossa escola, distinguindo-se os alunos nas representações teatrais, no canto orfeônico, graças aos vigentes esforços do Revmo Pe. Frei Frederico Mies. Conforme julgamento de pessoas competentes **superou** esta festa em muito às das outras escolas primárias de Dourados, inclusive **a da escola protestante ‘Erasmo Braga’**. É um bom augúrio para o Patronato que terá um grande futuro [...]. No entanto, não se deve subestimar o perigo protestante que ameaça a nossa religião, tanto em Dourados onde contam com obras de vulto (Hospital – único em toda a zona, Escola Primária, Posto de Índios, Orfanato), como também em Itaporã, Colônia Federal e demais zona rural. Sob a direção de um protestante, Sr. Luiz Alexandre, proprietário do Ginásio ‘Oswaldo Cruz’, foi iniciado esse ano em Dourados um curso ginasial [...]. É proibido, dentro do horário, o ensino religioso. O estabelecimento funciona mais do que precariamente. Um Ginásio Diocesano, projetado pelo Sr. Bispo, não se deixou realizar por enquanto, pois não dispomos de elementos competentes para o corpo docente. Talvez resolvam as Irmãs Franciscanas em futuro não muito remoto, este problema, pelo menos para o mundo feminino (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.31-31v, grifo nosso).

Contudo, podemos compreender que a criação do Patronato de Menores de Dourados representa não somente a consolidação das estratégias franciscanas para criar uma escola em Dourados, mas também a legitimação da presença e das práticas expansionistas da Igreja Católica na região. Porém, ainda cabe a esta pesquisa evidenciar os motivos que levaram os franciscanos a criarem justamente um Patronato de Menores em Dourados e não um outro tipo de escola primária.

3.4 Uma trama na história: Por que um Patronato de Menores em Dourados?

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance. Essa trama não se organiza, necessariamente, em uma sequência cronológica: como um drama interior, ela pode passar de um plano para o outro (VEYNE, 1998).

Em outras palavras, Justino Magalhães (2005) nos diz que, a história é por inerência uma narrativa escrita, pelo que, quando referenciada a uma instituição educativa, se compõe basicamente de um historial, de um quadro, de uma ação que corresponde a uma intriga/trama e de um epílogo, que entre outros aspectos, sistematiza e revela a identidade histórica da instituição educativa em análise.

Posto isso, como vimos, em sua identidade histórica, os Patronatos de Menores foram instituições assistenciais e educativas criadas no início do século XX para instruir e regenerar, geralmente em regime de internato, a chamada infância pobre, desamparada e *desvalida* do país. O modelo, copiado de instituições da Europa, foi implantado primeiramente no Rio de Janeiro, então capital do país, e logo, se disseminou para os centros urbanos e por todas as regiões do Brasil. A criação dessas instituições teve uma ampla difusão a partir da década de 1930 e a Segunda metade do século XX, obtendo cada vez mais um viés filantrópico, além do alinhamento massivo com iniciativas de entidades religiosas, que eram outorgadas com o auxílio e subvenções do Estado.

Vale lembrar que, o próprio conceito de Patronato denota uma estratégia de tutela como mecanismo de poder, assim, o fundador e mantenedor da instituição, seja o Estado ou uma entidade religiosa, teria o poder de patrão e patronagem, que refletiam nas práticas de controlar, proteger, instruir e regenerar seus tutelados, nesse caso, a infância pobre e todas as categorias subjacentes atribuídas a ela nessa época.

É justamente a partir dessa representação de escola, que reside o fio condutor para o estranhamento sobre os motivos que levaram os Franciscanos a quererem criar um Patronato de Menores em Dourados e não um outro tipo de escola primária. Os indícios deixados nas fontes documentais, como nos jornais de época, indicam que Dourados precisava de mais escolas e que a demanda de alunos era muito alta: “Estima-se em mais de mil crianças, em idade escolar, sem assistência, e, na situação atual não temos recurso locais para sanar tão lamentável realidade [...]. As razões desta irregularidade são a falta de prédios, de material escolar necessário e respectivo mobiliário (O DOURADENSE, 1948, p.1).

Juntando-se a esse fato, logo que chegaram em Dourados, os franciscanos perceberam a necessidade e a vantagem de Escolas Católicas para que de fato pudessem formar um povo mais vinculado com a vida da Igreja e os preceitos da religião. Os franciscanos temiam ainda o avanço progressivo do protestantismo, que já tinha um aparato missionário bem estruturado, com a Missão Evangélica Caiuá, uma escola, um ambulatório médico e um orfanato na Aldeia Indígena, bem como um hospital e a Escola Erasmo Braga no núcleo urbano. Em vários momentos, os freis expressaram que era uma tortura ver os filhos de chacareiros e fazendeiros

católicos, ou seja, os filhos das elites, nas fileiras da escola protestante. Foi então que os franciscanos tentaram abrir uma escola paroquial com a ajuda das Irmãs Bernardinas, mas pelos motivos que já apresentamos, a instituição precisou ser fechada.

Somente no ano de 1950, que a Igreja Católica conseguiu concretizar seus planos para o funcionamento de uma escola confessional na cidade, desta vez, um Patronato de Menores. A escolha pela abertura desse modelo escolar não aconteceu somente por ocasião da visita de Frei Servácio em 1949 ao Rio de Janeiro, de onde trouxe essa ideia de criar uma obra social franciscana em Dourados, mas também pela facilidade desse modelo obter subvenções, já que o mesmo, por lei, teria a finalidade de instruir e prestar assistência às crianças *abandonadas* e *desamparadas*, como vimos no extenso levantamento bibliográfico realizado.

O projeto católico se consolidou ainda mais em 1952, com o anúncio da construção de um novo prédio para o funcionamento do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, que dispôs do recebimento de subvenções públicas para a “realização desta obra social, principalmente das autoridades federais, estaduais e municipais que têm auxiliado consideravelmente com subvenções especiais (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.26).

Convém destacar que, o Patronato de Menores de Dourados foi criado no contexto do Governo Getúlio Vargas, que sancionou a Lei N.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951 que dispunha sobre o pagamento de auxílios e subvenções ordinárias e extraordinárias justamente às instituições públicas, autárquicas ou privadas de caráter assistencial e cultural, regularmente organizadas. Lembrando que não era a primeira vez que o Governo Vargas criava mecanismos para financiar instituições dessa natureza, ainda no período entre o seu governo provisório e o governo constitucional (1930-1937), mediante o Decreto N.º 20.351, de 31 de agosto de 1931, Vargas criou a Caixa de Subvenções para auxiliar os estabelecimentos de caridade, de ensino técnico e os serviços de nacionalização do ensino, dentre eles, “institutos de proteção à infância desvalida” (BRASIL, 1931).

É reconhecido plenamente que ao longo das décadas de 1920 e 1930 houve uma expansão de medidas políticas voltadas à assistência aos pobres na forma de caridade e/ou filantropia. Direta e indiretamente, essas políticas favoreceram a união de interesses entre o Estado e a Igreja Católica, o que significou para esta última, um acréscimo de instituições. Esse período foi o que a Igreja e suas instituições mais puderam usufruir de benefícios para o desenvolvimento de seus projetos pastorais e administrativo no campo específico da caridade. (GONÇALVES, 2011).

Mais do que isso, a aliança pelas subvenções resultou para a Igreja Católica em um fortalecimento do seu prestígio para o desenvolvimento da assistência nos moldes cristãos. Assim, a caridade e a filantropia se apresentam como categorias fundamentais para a compreensão do funcionamento das políticas de subvenções praticadas pelo governo e as estratégias utilizadas pela Missão Franciscana para angariar esses recursos e, desta forma, viabilizar a abertura e o funcionamento das suas instituições em Dourados.

À guisa de conhecimento, a Lei N.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, com os Arts. 5.º e 6.º definiam as entidades que poderiam ser beneficiadas com a cooperação financeira da União:

Art. 5.º Somente poderão ser beneficiadas com subvenções entidades que visem especificamente aos seguintes fins: I – Promover a educação e desenvolver a cultura; II – Promover a defesa da saúde e a assistência médico-social; III – Promover o amparo social da coletividade. Art. 6.º **Não se concederá subvenção:** I – A instituição que: a) vise à distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes; b) constitua patrimônio de indivíduo ou de sociedade **sem caráter filantrópico**; c) tenha finalidades precipuamente recreativas, esportivas ou comerciais; d) distribua benefícios apenas aos próprios membros ou proprietários e respectivas famílias (Revogado pela Lei 2.266, de 1954); e) não tenha pedido registro no Conselho Nacional de Serviço Social ou cujo registro tenha sido negado definitivamente (BRASIL, 1951, grifo nosso).

A Caixa de Subvenções robusteceu a aliança entre Estado e o catolicismo, conferindo à Igreja um estatuto legitimador que a consolidou como “a mais fiel parceira da república laica” (GONÇALVES, 2011, p.319). Em diálogo com as fontes, nos diversos documentos da Ação Social Franciscana de Dourados pudemos perceber que os franciscanos recorriam justamente à Lei N.º 1.493/51 para fazer valer os benefícios do governo e solicitar verbas e recursos para a instituição, como aponta o Requerimento de Subvenção para o Patronato de Menores na Figura 28.

Figura 28: Requerimento de Subvenção para o Patronato de Menores

Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura

O Patronato de Menores, Ação Social Franciscana

na cidade de *DOURADOS* Estado *MATO GROSSO*

pelo presente, requer de V.Excia., se digne mandar pagar-lhe na forma dos dispositivos da Lei número 1.493 de 13 de dezembro de 1951, a importância de NCr\$ *1.500,00*

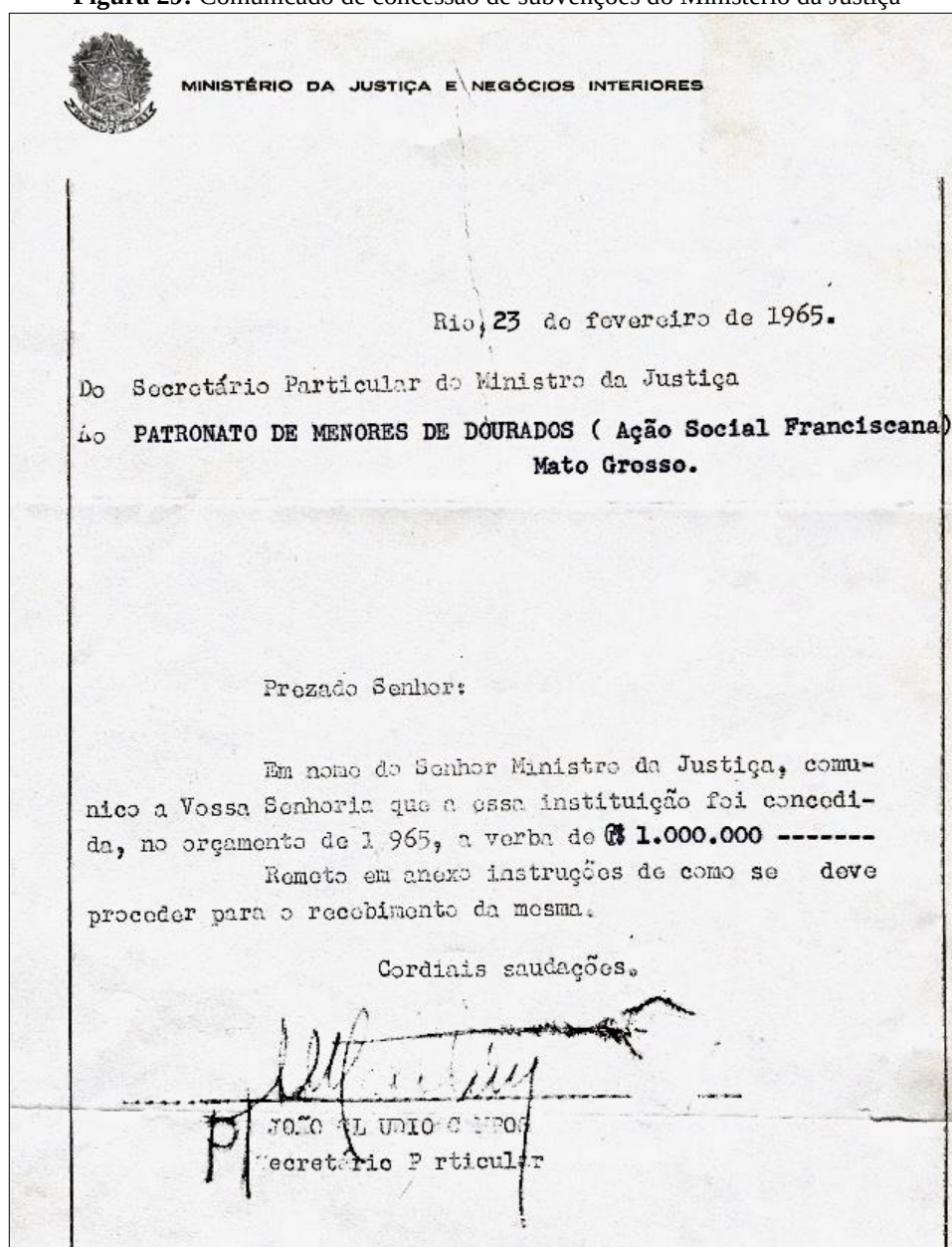
que lhe foi consignada no Orçamento da União do exercício financeiro de 1969, anexo dêsse Ministério como subvenção ordinária.

Nestes termos,
P. deferimento

REGISTRO NO CNSS:
Processo n.º
Deferido em
Isento de selos, ex-vi
do art. 17 da Lei 1.493

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

Por se tratar de uma instituição que supostamente prestava assistência aos menores, o Patronato de Dourados também recebia subvenções do Ministério da Justiça, como podemos verificar na Figura 29, que apresenta o comunicado de 23 de fevereiro de 1965, assinado por João Cláudio Campos, secretário particular do Ministro da Justiça, no qual informa a concessão de uma subvenção no valor de Cr\$ 1.000.000 para o Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana.

Figura 29: Comunicado de concessão de subvenções do Ministério da Justiça

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Na Figura 30, também podemos identificar um documento da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) de 03 de janeiro de 1966, no qual comunica a destinação de Cr\$ 2.000.000 do Ministério da Justiça para o Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana. É interessante notarmos que, neste documento está assinalado no item 6, que a instituição apresentou um atestado de que prestava assistência aos menores.

Figura 30: Comunicado da CRB sobre a concessão de subvenções do Ministério da Justiça

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL
 Av. Rio Branco, 131 - 9º andar
 RIO DE JANEIRO - GB

Rio, 23 JAN 1966

Sr. (a) Diretor (a)

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo

Comunicamos que, no orçamento da União do exercício financeiro de 1966, essa instituição foi contemplada com a subvenção abaixo discriminada:

Ministério Justiça natureza Adendo "A" valor R\$ 2.000.000
 DENOMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Patronato de Menores, de Dourados

Queira, por obséquio, enviar-nos os documentos assinalados abaixo:

- (X) 1-Requerimento - Anexo remetemos o documento para ser assinado pelo presidente ou diretor, e nos ser restituído;
- (X) 2-Procuração feita em Cartório - Instruções anexas;
- (X) 3-Prova de Mandato da diretoria e regular funcionamento da entidade;
- (X) 4-Plano de Aplicação em 2...vias; OBRAS OU EQUIPAMENTOS
- (X) 5-Atestado de Manutenção - Modelo anexo;
- (X) 6-Atestado de que presta assistência a menores - Modelo anexo;
- () 7-Atestado de identidade de nomes - Modelo anexo;
- () 8-Relatório das atividades referente ao ano de 1965;
- () 9-Balancete de Receita e Despesa do ano de 1965. Na parte da receita, entre outros numerários, fazer constar a entrada das subvenções recebidas, observando a sua natureza e o ano da consignação. No caso de não recebimento de verba ordinária em 1965, fazer declaração nesse sentido.

Na expectativa da imediata remessa dos documentos em apêgo, firmamo-nos com religiosa estima,

atenciosamente,
 CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL
 Manoel Ribeiro Sampaio
 Procurador-Chefe

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

A ampla política de subvenções do Governo Vargas contribuiu para “uma aliança mais franca e consolidada entre Estado e Igreja católica pelo exercício da caridade, modalidade vista aqui como núcleo de interdependência entre as duas esferas” (GONÇALVES, 2011, p.317). Assim, os pobres atraíam cada vez mais o interesse e as atividades do catolicismo e a prática de subvenções funcionava como um fomento para impulsionar mais ainda as entidades católicas para dentro do Estado.

Tais instituições também receberam amplo apoio de subvenções estaduais e municipais. Seguindo as prerrogativas do Governo Federal, os governos estaduais dispunham de leis e decretos para subsidiarem as entidades que atestassem seu caráter filantrópico e sua utilidade pública. A Lei N.º 620 de 26 de outubro de 1953, de autoria do deputado estadual

Camilo Hermelindo, corrobora com os indícios de que o Patronato de Menores de Dourados possuía uma finalidade nas documentações oficiais de subvenções, mas na prática, o seu funcionamento não seguia totalmente as finalidades e critérios de um Patronato, enquanto instituição de assistência para os menores desvalidos e abandonados.

Lei N.º 620 de 26 de outubro de 1953. Subvenciona o Patronato de Menores de Dourados. O GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1.º - Fica concedida a subvenção de Cr\$ 24.000 (VINTE E QUATRO MIL CRUZEIROS), que será paga anualmente em duodécimos ao Patronato de Menores de Dourados. Artigo 2.º - A importância de que trata a seguinte lei, será aplicada na **manutenção e assistência a menores abandonados**. Artigo 3.º - Será consignada, em rubrica própria, na lei de meios a subvenção de trata a presente lei. Artigo 4.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário. Palácio Alencastro, em Cuiabá, 26 de outubro de 1953, 132.º da Independência e 65.º da República. Governador Fernando Corrêa da Costa (MATO GROSSO, 1953. ARQUIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MATO GROSSO, grifo nosso).

Paralelamente a essas constatações, cumpre destacar que nessa conjuntura, Dourados vivia uma efervescência do movimento caritativo-filantrópico, instigado pela própria desigualdade de renda da população douradense, em outras palavras, pelo número crescente de famílias pobres e miseráveis que se formava em Dourados, consequência da explosão do fluxo migratório e das falsas promessas propagandísticas das políticas de expansão territorial, que atraíam um contingente cada vez maior de famílias de várias regiões do Brasil, que vinham para Dourados com a esperança de um futuro promissor, mas que já não encontravam os subsídios oferecidos nas primeiras fases dessas campanhas do Governo.

O fenômeno da pobreza em Dourados surge da urbanização e do êxodo desordenado dos colonos para a cidade. Podemos compreender essa realidade dos migrantes e colonos em Dourados, por meio do depoimento da professora e pioneira Sílvia Araújo de Moraes à pesquisadora Maria da Glória Sá Rosa:

A cidade começou a mudar com a criação do território de Ponta Porã, quando muita gente de fora se estabeleceu aqui. Vieram famílias de nordestinos que acamparam em frente à nossa casa, precisando de tudo. Não sabíamos como ajudá-los, apesar de vermos a carência em que estavam. Naturalmente a miséria, o desespero favoreciam a violência (ROSA, 1990, p.161).

O depoimento do professor Celso Müller do Amaral, embora arraigado de estereótipos culturais, também nos fornece vestígios sobre essas desigualdades sociais, a formação das elites e a presença de famílias pobres no município de Dourados, a partir dos quais, podemos

reconhecer como essa sociedade concebia o seu cotidiano e como o imaginário individual do depoente fornece pistas sobre o imaginário coletivo da época:

Havia pobres, remediados e ricos, todos ligados pela harmonia, todos amigos. [...] Dourados foi formada a princípio por gente de nível elevado, que veio do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, como se pode comprovar pelas fotografias das procissões de D. Antônia, em que aparecem pessoas de gravata borboleta, terno, etc. Aí, com a criação da Colônia Agrícola Nacional por Getúlio Vargas, a cidade foi invadida por nordestinos, principalmente os flagelados pelas secas. No meio deles, começaram depois a surgir professores e médicos que construíram a nova elite da cidade (ROSA, 1990, p.164 e 167).

Por meio das fotografias a seguir, podemos tocar esse passado de Dourados, não apenas como imagem do ontem, mas como documento-monumento que pode ser interrelacionado com outras fontes, neste caso, com o depoimento do Professor Celso Müller do Amaral. Na Figura 31, podemos verificar as procissões religiosas mencionadas pelo professor, com pessoas muito bem trajadas, representando parte da elite douradense, que também foi responsável por inúmeras ações de caridade e filantropia no município.

Figura 31: Procissão religiosa em Dourados, década de 1940



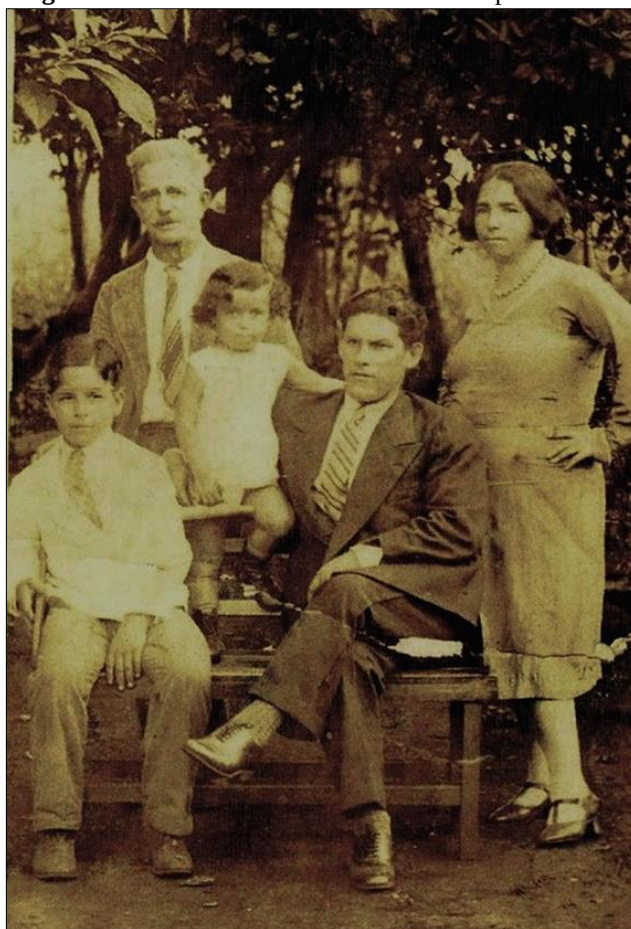
Fonte: Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD

É bem verdade que as fotografias não esgotam sua utilidade ou função pela simples estética, o que prende nossa atenção à imagem não é apenas a apreciação artística, mas a possibilidade de reconhecer/conhecer o real, como nos asseguram Vidal e Abdla (2005). Segundo as autoras, vemo-nos transportados no tempo e no espaço, tocando o passado, eternizado

pela ação mecânica da máquina fotográfica. Nesse sentido, a importância da fotografia para a história reside nesse dom de permitir visualizar o ontem e o hoje em seus contornos de verdade.

Por meio da Figura 32, podemos conhecer a família da professora Antônia da Silveira Capilé, citada por Celso Müller e que figurou como uma importante personalidade no que tange às obras sociais e educacionais em Dourados. A família demonstra sua posição social na própria indumentária escolhida para o registro fotográfico profissional.

Figura 32: Professora Antônia da Silveira Capilé e família



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

A Sr.^a Antônia da Silveira Capilé, que aparece em pé à direita, foi uma mulher de inúmeras funções, sendo referida por Frei Higino no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados como uma senhorita inteligente e bem religiosa. Isso porque Antônia Capilé teria sido não somente responsável pela educação de várias crianças douradenses em sua escola particular, como também teria sido uma das primeiras responsáveis pela formação catequética da infância douradense, quando Dourados ainda nem contava com um padre permanente. Ela foi 2.^a secretária da Comissão responsável pela construção da primeira Capela de Dourados, cuidava da Igreja, organizava as

procissões como mencionou Celso Müller e auxiliava os padres em várias funções, sobretudo, a de formar e educar as crianças católicas.

Considerada uma verdadeira '*mulher de família*' da sua época, a Sr.^a Antônia representava a elite intelectual douradense, sendo diretora de escola, professora da primeira Escola Paroquial Imaculada Conceição criada em 1941 e também uma das primeiras professoras do Patronato de Menores de Dourados. Versátil em suas atividades, a Sr.^a Antônia realizava inúmeras peças teatrais, sobretudo, para angariar recursos financeiros para obras de caridade e filantropia associadas à Igreja Católica.

Doravante, é justamente a partir da realidade social de pobreza, supracitada pelos pioneiros Sílvia Araújo de Moraes e Celso Müller do Amaral, que começaram a se intensificar e ampliar cada vez mais em Dourados, no início da década de 1950, as ações de caridade e filantropia, por intermédio da elite e de diversos agentes como jornalistas, juristas, religiosos, líderes políticos, profissionais da saúde e da educação, ou, simplesmente pelos chamados *homens de boa vontade* e as *damas* ou *senhoras da caridade*, como bem representa Dona Antônia da Silveira Capilé. A propósito, em Dourados, ambos os movimentos eram praticamente justapostos, melhor dizendo, a filantropia se fazia presente sem abandonar os preceitos religiosos, assim como, a caridade praticada pelas igrejas e seus membros, assimilavam cada vez mais a racionalidade, os métodos, as táticas e estratégias do movimento filantrópico daquele período.

Na prática, a década de 1950 foi bastante frutífera no que se refere às mobilizações para a fundação e o credenciamento de associações, clubes, ligas e instituições ligadas à assistência. Essas iniciativas eram lideradas por filantropos da elite douradense e por personalidades da sociedade civil, e muitas dessas pessoas também eram vinculadas à Igreja Católica. Destacamos nesse período, a fundação do Rotary Clube e a Casa da Amizade em 1952; a Legião Brasileira de Assistência (LBA) de Dourados, que foi presidida pela Sr.^a Neuza Carvalho do Amaral; a criação do Clube Social de Dourados, inaugurado em 1953, que não era propriamente uma instituição de assistência aos pobres, mas um espaço de sociabilidade e entretenimento da elite douradense, mas que por diversas ocasiões servia para a realização dos eventos sociais com lucros revertidos para as obras de caridade e filantropia.

O entrosamento entre as ações caritativas e filantrópicas se tornou possível em Dourados, pois, tanto a caridade quanto a filantropia visavam o mesmo objetivo, a de proteção da ordem e a atuação sobre a *questão social*. Porém, muitas dessas práticas se configuravam muito mais como ações isoladas e paliativas do que uma promoção social propriamente dita, corroborando com as representações e desdobramentos daquilo que já vimos sobre a assistência

à pobreza e à infância desvalida ao longo da história. Assim, muitas dessas ações realizadas em Dourados, aconteciam de forma pontual e apenas em datas simbólicas para os cristãos, principalmente no Natal, como podemos verificar na matéria de capa do jornal *O Progresso* de 21 de dezembro de 1952, intitulada *Os douradenses pobres vão ter um Natal feliz*:

Felizmente no corrente ano os pobres de Dourados vão ter, como nos anos anteriores, momentos de alegria e satisfação na data em que se comemora o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. A nossa reportagem recolheu junto ao Sr. Antônio Moraes dos Santos a agradável notícia de que por sua iniciativa e contando com os seus próprios recursos, será feita farta distribuição de brinquedos, roupas e guloseimas a todas as crianças pobres de Dourados que assim terão, para a felicidade de todos nós, um Natal alegre e venturoso. Também a Legião Brasileira de Assistência vai atender ao Natal dos adultos pobres que, naquele dia receberão das mãos da Sra. Neuza Carvalho do Amaral, Presidente daquela entidade, roupas e calçados. É, pois, motivo de grande satisfação para todos esta grata notícia, pois, verifica-se que o **espírito de filantropia** preside os atos de nossas autoridades e daqueles que, possuindo sobejos recursos, fazem questão de proporcionar aos desprotegidos da sorte, um Natal feliz, um Natal prodigo, um Natal festivo. Parabéns aos pobres de Dourados e aqueles que com invejável desprendimento voltaram os seus olhares para uma ação tão digna, tão nobre e tão louvável (*O PROGRESSO*, 21/12/1952, p.1, grifo nosso).

A publicidade das ações caritativas e filantrópicas voltadas aos pobres de Dourados, também evocados como os desprotegidos da sorte, se tornara uma marca registrada dos filantropos e da imprensa, inclusive, a divulgação e exaltação dos nomes dos benfeitores era uma prática muito comum nessa época, não somente para atrair e incentivar as ações piedosas cristãs ou o humanitarismo comunitário de outros agentes da sociedade civil, mas também por outros interesses pessoais, como podemos reconhecer na edição de 16 de dezembro de 1962 do jornal *O Progresso*:

Uma Sra. modestamente vestida procurou uma das organizadoras do natal das crianças. Pensou-se logo que ela quisesse um cartão. Em vez disso, retirou da bolsa Cr\$70,00 e os entregou para ajudar o natal das crianças. E disse ainda que iria dar também para o natal dos velhos. Não é um fato digno de nota? Esta humilde Sra. tendo tão pouco para dar, deu um exemplo a que muitos que podiam dar tanto e, no entanto, dão pouco ou não dão nada. Há agora o reverso da medalha: a Sra. Marina Crisóstomo de Oliveira, esposa do Sr. Orlando Crisóstomo de Oliveira, que a pouquíssimo tempo está residindo em Dourados, assinou no 'livro de ouro' a generosa quantia de 20 mil Cruzeiros. Há ainda tempo para tornar uma criança feliz. Se você comprar um cartão de natal por Cr\$ 200,00 estará colaborando para a comissão organizadora possa fazer um bonito natal para mil crianças no próximo dia 25 (*O PROGRESSO*, 16/12/1962, p.6).

É interessante notar que, muitas dessas ações não combatiam de fato a causa da pobreza, muito menos faziam a sua prevenção, como é o caso da *Campanha da Sobra*, também divulgada na edição de 16 de dezembro de 1962: “Campanha da Sobra – alguma coisa está sobrando em sua casa? Um par de sapato? Uma roupa? Um brinquedo? [...] o que pode não

servir para você, será de grande utilidade para uma família pobre” (O PROGRESSO, 16/12/1962, p.6).

Na mesma edição, o jornal chama a atenção da população para a quantidade de crianças pobres em Dourados, fazendo um apelo aos douradenses para colaborarem com o Natal das mesmas. “Dê, porém, com consciência; há realmente à nossa volta muita criança pobre, a qual poderá no dia de natal ser tão feliz como outras crianças, graças a você” (O PROGRESSO, 16/12/1962, p.6).

A edição de 15 de outubro de 1969 intitulada *Causas Filantrópicas*, convoca todos os douradenses a colaborarem com uma campanha em prol da Missão dos Índios, promovida pela Igreja Presbiteriana:

Lá, um casal abnegado e desprendido, luta diária e incessantemente, para manter e dar melhor atendimento possível, aos **menos protegidos da sorte**. O orfanato é cheio de criancinhas, que às vezes, são obrigadas a ficarem separadas de suas mães que se encontram enfermas. A escola é cheia de crianças. O hospital, essa é a parte mais triste. Repleto desde pequenos da mais tenra idade, moços e alguns de idade avançada. [...]. Dona Loyde e Revdo. Orlando, são os missionários abnegados a quem nos referimos (O PROGRESSO, 15/10/1969, p.6, grifo nosso).

As fontes impressas dos jornais de época, nos permitem identificar como as representações e práticas de caridade e filantropia realizadas em Dourados foram construídas e pensadas, mais do que isso, como essa realidade social também influenciou a demanda e criação de instituições e ações para estes fins.

As matérias da imprensa representam muito bem os costumes clientelistas que marcaram a história da assistência ao pobre e que são paradigmáticos desse período, no qual vemos surgir a figura dos patronos sociais e da caridade que, muitas vezes, funcionou como um amor (im)piedoso e ambíguo, que acabava por legitimar e reproduzir a própria pobreza.

Tudo isso nos faz entender certas práticas que se tornaram, na verdade, laços paternalistas e patronais, que difundiram conservadorismo e hierarquias sociais. Tais ações propiciaram, como analisa Donzelot (1980, p.116), o “persistente vício caridoso, gerador de um prazer individual, mas perturbador, e até mesmo acelerador dos flagelos sociais”, como percebemos na seguinte matéria jornalística:

Foi além da expectativa o natal das crianças pobres de Dourados, celebrado no dia de natal, na sede do clube social pelas organizadoras desta iniciativa. O clube foi pequeno demais para conter uma multidão enorme de crianças, e adultos, e por esse motivo e por haver poucas pessoas ajudando a controlar o movimento, houve um pouco de confusão, o que aliás é bem compreensível. Mas afinal, não deixou de correr tudo muito bem. Foram distribuídos 1.500 pacotes contendo tecido (2 mts.), brinquedo, sabonete, pasta, pente, escova de dente, além de biscoitos e caramelos. 1500 pacotes

de biscoitos e balas. 2000 sanduíches e 2000 refrigerantes, que foram poucos devido aos acompanhantes das crianças. Afinal ainda sobraram pacotes os quais foram distribuídos de perua pelas zonas rurais da cidade. E com isso muita criança saiu pulando de alegria, por ver que o ‘papai noel’ não havia se esquecido delas. Houve ainda para alegrar a criançada um show (O PROGRESSO, 30/12/1962, p.8).

Em Dourados, a caridade e a filantropia eram quase que indissociáveis e andavam de mãos dadas com os princípios religiosos. Ainda na edição de 30 de dezembro de 1962, foi dado destaque ao natal das crianças pobres de Dourados, vinculando o gesto como um ato de caridade de pessoas ilustres. A coluna assinada pelo Dr.º Marcelo Ataíde, também exalta a caridade como a maior das virtudes cristãs, citando o trecho bíblico escrito pelo Apóstolo Paulo aos Coríntios.

Quanta fé no trabalho e esperança no futuro! Agora, quando vemos a cidade regorgitando de alegria ao som venerado dos sinos e da extenuante musicalidade, ocorre-nos a mensagem natalina. Ela aqui esteve perfeitamente concretizada no acontecimento social, sem precedentes com a farta distribuição de tecidos, brinquedos, comestíveis e refrigerantes as crianças pobres. Registremos aqui os nomes ilustres da abnegada família proprietária do Grande Hotel, Sr. Vitorio Fedrizzi e sua esposa Ymera, e o braço direito Srta. Libia Torraca por tão bela e oportuna promoção da suprema excelência da caridade. Realmente tivemos uma sinfonia natalina pela festa da caridade e amor cristão. Cantando a excelência desse hino que dizia o Apostolo Paulo: ‘agora, pois, permanecem: a fé, a esperança e a caridade, estas três virtudes, mas a maior destas é a <CARIDADE>’. Esta nossa mensagem pela maior das virtudes cristãs: A CARIDADE! (O PROGRESSO, 30/12/1962, p.1).

Exposto todos esses nexos, podemos depreender que, a tática de criar uma escola de natureza filantrópica como um Patronato de Menores, seria muito mais vantajosa e passível de realização, não somente pela grande demanda de crianças pobres fora da escola, mas pela maior probabilidade de obter o aval e o cofinanciamento das subvenções do Estado e as contribuições da sociedade civil douradense. Mas, por falta de instituições escolares em Dourados, os dois segmentos, ricos e pobres, disputariam um interesse em comum: ambos queriam uma escola para os seus filhos.

Em Dourados, com a visibilidade dos movimentos filantrópicos de enfrentamento à pobreza, os missionários franciscanos pegaram carona na esteira do movimento *Ação Social Católica*, que se espalhava por todo o Brasil ao longo do século XX, quando a *questão social* clamava por uma solução, e os chamados Congressos Católicos procuraram associar e eleger a Igreja Católica para esta tarefa. Assim, num entrelaçamento entre caridade e filantropia, o movimento *Ação Social Católica* foi uma das estratégias mais importantes da Igreja Católica na missão de reconquista da sua influência social e de investida para a recatolização da sociedade brasileira.

A *Ação Social* católica pode ser compreendida como um movimento de ações estratégicas da Igreja no intuito de engajar a sociedade em diversos assuntos (trabalho, ética, pobreza, política, justiça, etc.) e assim estabelecer uma ordem social cristã. No Brasil, essas atividades foram se constituindo com mais visibilidade desde a Proclamação da República, chegando até os dias de hoje. Por um lado, foi uma resposta aos problemas advindos do pauperismo crescente da população urbana e das más condições de vida dos trabalhadores, abordada através do campo emergente da questão social; e, por outro, uma ofensiva na tentativa de conquista de espaço na sociedade, em virtude da perda de poder com a sua separação do Estado. Esse desenvolvimento esteve inserido num processo anterior e mais amplo, denominado romanização da igreja brasileira, que se iniciara mais ou menos em meados do século XIX e atingiria seu ápice no último quartel daquela centúria, com inúmeros desdobramentos no século XX, os quais fornecem vários elementos para se pensar o dispositivo da caridade (FERREIRA, 2019, p.182-183).

Partindo daí, os Franciscanos fundaram em Dourados a *Ação Social Franciscana*, no qual puderam vincular a criação da sua primeira instituição, a escola Patronato de Menores. Teoricamente, como o próprio nome preconiza, o Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, sendo uma instituição de natureza filantrópica, como de praxe, deveria oferecer o atendimento para a denominada infância pobre e abandonada. Entretanto, o que aconteceu em Dourados, que sofria pela escassez de escolas, seja para pobres ou abastados, foi o contrário.

Mesmo dizendo que oferecia vagas e condições especiais para as crianças pobres, o Patronato funcionou como uma escola particular que, progressivamente, passou a atender em sua maioria, os filhos da elite douradense. Além disso, o Patronato também era a única escola católica do município, cuja a demanda por matrículas era tamanha que, tornou-se necessário a aplicação de uma avaliação para que os alunos pudessem ser selecionados para a matrícula, o que também não deixava de ser, via de regra, uma seleção dos considerados mais capacitados para entrarem na instituição.

Assim, na denominação oficial, a instituição era um Patronato de Menores, mas atendia como uma escola primária, seriada e de ensino misto; era uma escola urbana, de natureza privada, com cobranças de mensalidades, em regime de externato e com a finalidade de instruir, segundo várias publicações da imprensa, “em benefício de todos, **ricos e pobres**, habitantes do município (O DOURADENSE, 24/06/1948, p.1, grifo nosso).

Podemos acrescentar ainda que, apesar de oferecer o curso profissionalizante de corte e costura e de ter sido criado em pleno contexto e região de ampla colonização e fomento de políticas de expansão agrária, o Patronato de Menores de Dourados esteve longe de ter como foco a educação profissional voltada para o trabalho e o ensino agrícola, como preconizava a maioria dos Patronatos.

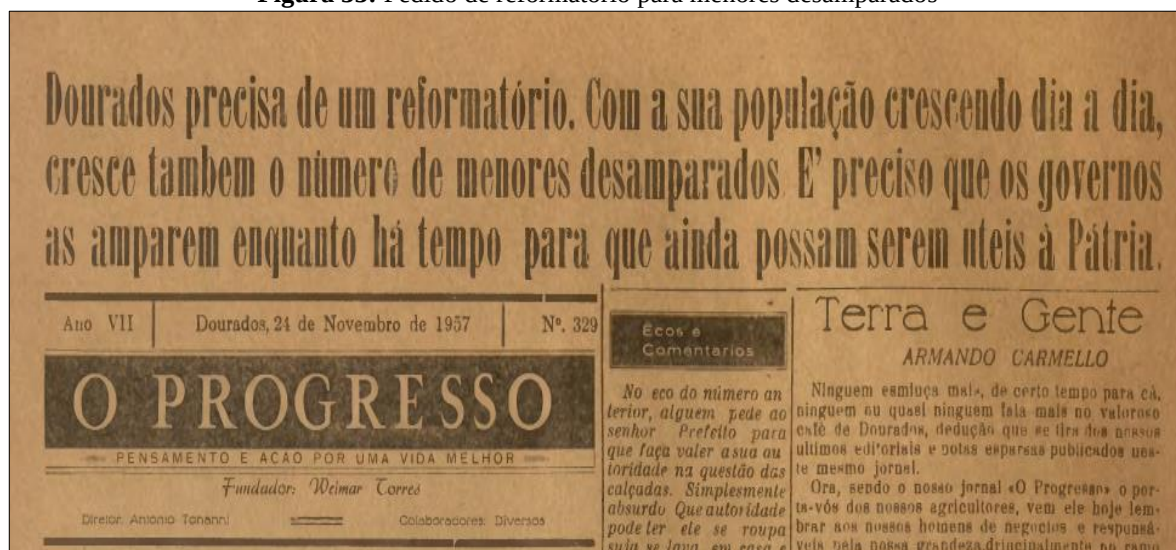
O entrecruzamento e análise das fontes evidenciam que de fato o Patronato de Menores de Dourados atendia ricos, como a imprensa divulgava, porém, não há indícios e documentos que comprovem que a instituição atendida as denominadas crianças *desamparadas*, *abandonadas* e *desvalidas*, como exigia os documentos de subvenções e a legislação de tais instituições. Na verdade, o Patronato de Menores ficou reconhecidamente marcado no imaginário coletivo como uma escola que atendia predominantemente os filhos da elite e das famílias tradicionais da cidade, que tinham condições financeiras de custear a permanência dos filhos na instituição.

Nos Livros de Matrícula do Patronato de Menores de Dourados (1956-1966), podemos verificar tais evidências, ao constatarmos que os alunos da instituição tinham responsáveis, endereço e residência fixa, os pais tinham emprego, profissão e renda. A propósito, a profissão e sobrenome dos pais é um grande indício de que a instituição atendia as famílias tradicionais e a elite douradense, estando em seu corpo discente, os filhos de fazendeiros, chacareiros, dentistas, médicos, advogados, comerciantes, farmacêuticos, escrivão, tabelião, funcionários federais, entre outros, por outro lado, também atendia filhos de charreteiros, pedreiros, roceiros, mecânicos, sapateiros, carpinteiros, domésticos, profissões que indicavam um poder aquisitivo menor ou condição de pobreza, mas que não configuravam que esses alunos eram crianças desvalidas e abandonadas.

A constatação de que o Patronato de Dourados não atendia os *desvalidos* e *desamparados*, conforme a legislação e finalidade desse modelo de escola, também ficou perceptível na imprensa. A contradição reside justamente no fato de que, embora Dourados já tivesse um suposto Patronato de Menores, os jornais publicavam pedidos solicitando instituições dessa natureza no município, para que os menores desamparados pudessem ser atendidos, deixando patente que, na prática, a cidade não contava com nenhuma instituição que realmente cumpria essa finalidade, evidenciando que o Patronato instalado em Dourados, fugia da proposta de criação desse modelo e funcionava como uma escola primária particular.

A edição de 24 de novembro de 1957 do jornal O Progresso corrobora com esse pressuposto, ao trazer a seguinte matéria: “Dourados precisa de um reformatório. Com a sua população crescendo dia a dia, cresce também o número de **menores desamparados**. É preciso que os governos as amparem enquanto há tempo para que ainda possam serem **uteis** à Pátria” (O PROGRESSO, 24/11/1957, p.1, grifo nosso).

Figura 33: Pedido de reformatório para menores desamparados



Fonte: O Progresso 24/11/1957, p.1.

Nessa trama da história, podemos considerar, portanto, que a criação de uma escola com o nome de Patronato de Menores facilitaria legalmente e financeiramente as diligências dos missionários franciscanos em instituírem uma escola católica em Dourados, daí os motivos da escolha. O fato é que, como vimos, as políticas de subvenções lançadas pelos governos foi um mote para a disseminação de muitas instituições desse tipo, tendo sido um momento promissor para muitas entidades religiosas, inclusive para os Franciscanos no Sul do antigo Mato Grosso, que também conseguiram abrir outros Patronatos na região, como o do município de Rio Brillante e outro em Paranaíba. Somando-se a isso, Dourados experimentava o auge da ocupação demográfica, com um grande contingente humano chegando no município e o aumento de crianças fora da escola por falta de instituições oficiais, sejam elas públicas ou privadas.

A Caixa de Subvenções, destinada a auxiliar estabelecimentos de caridade, órgãos de natureza técnico-educacional e prover recursos para a nacionalização de ensino, pela sua amplitude e generalidade não tinha encontrado paralelos na história republicana como no governo Vargas. Da mesma forma, a majoração sobre o discurso da caridade como política de Estado, era algo que não se realizaria sem a presença, a influência e o ativismo de ordens religiosas e instituições geridas por católicos, vistas como centrais para a execução do programa (GONÇALVES, 2011).

Portanto, a Missão Franciscana encontrou um contexto político e social favorável para execução das suas táticas e estratégias no que tange a expansão das suas obras sociais e, consequentemente, também das obras missionárias e religiosas.

Nessa época, a movimentação de subvenções era tamanha, que a Igreja Católica por intermédio da Conferência dos Religiosos do Brasil⁴⁶ (CRB), pensando em otimizar as estratégias de recebimento dessas subvenções, criou o seu Serviço de Procuradoria, na época com sede no Rio de Janeiro, para auxiliar as instituições católicas com instruções para as prestações de contas, cadastros, certificados e demais documentações requisitadas e exigidas para o auxílio e subvenções federais. Assim, todas as subvenções enviadas do Governo Federal para o Patronato de Menores e demais instituições da Ação Social Franciscana de Dourados eram intermediadas e orientadas pela organização.

Na linha dos serviços que desde o início a CRB presta aos Religiosos do Brasil, um dos mais eficientes é o de PROCURADORIA. Ele atende às necessidades concretas de numerosas entidades, para que se enquadrem nos termos das exigências legais. Processos para a obtenção do **Certificado de Fins Filantrópicos**, pedidos de **Decreto de Utilidade Pública Federal**, **Registro do Conselho Nacional de Serviço Social**, **Comprovações de Utilidade Pública Federal** são quatro faixas de intensa atividade [...]. Trabalho sério e metódico, dentro dos melhores padrões de serviço específico [...]. Além disso, o Serviço de Procuradoria da CRB distinguiu-se pelo número e qualidade dos processos para **obtenção de verbas** protocolados e deferidos nos **Ministérios da Educação e Cultura**, da **Justiça** e da **Saúde**, três áreas de maior presença de Religiosos (CIRCULAR N.º 010 DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL – SERVIÇO DE PROCURADORIA PARA A AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, 1973, p.2, grifos do autor. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados).

A estratégia do Serviço de Procuradoria da CRB era de agilizar e viabilizar o maior número possível de subvenções para as diversas áreas de atuação católica, que garantiam a criação, manutenção e continuidade das suas entidades. Segundo as informações do Ofício Circular N.º 10 de 1973, no Brasil, em 1972 somavam 2.276 entidades católicas que usavam dos serviços prestados pela Procuradoria. O Mato Grosso totalizava 68 entidades.

A Ação Social Franciscana de Dourados, portanto, contratou esse serviço da CRB, recebendo correspondências com instruções e diversos modelos de documentos que deveriam seguir para continuar assegurando suas verbas federais, como podemos observar nas Figuras 34 e 35.

⁴⁶ A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) foi fundada em 11 de fevereiro de 1954, por tempo indeterminado, no Rio de Janeiro, durante o Congresso Nacional de Religiosos. Atualmente, sua sede é em Brasília. A CRB é um organismo que congrega todos os institutos religiosos e todas as sociedades de vida apostólica ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana presentes no Brasil.

Figura 34: Modelo de Requerimento e Atestado para certificado e cadastro de Entidade Filantrópica

AUXÍLIOS 25 SUBVENÇÕES ESCRITÓRIO PARTICULAR DE PROCESSAMENTO DE SUBVENÇÕES FEDERAIS FERNANDO FERNANDEZ VIEIRA - RAUL SÉRGIO F. VIEIRA MARIO MACHADO VIEIRA FILHO Av. Franklin Roosevelt, 23 - G. 1.208 - Tel. 242-6963 - Rio - GB Modelos dos Documentos para requerer CERTIFICADO DE ENTIDADE DE FINS FILANTRÓPICOS NO Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação	MODELO DE REQUERIMENTO ESCRITÓRIO PARTICULAR DE PROCESSAMENTO DE SUBVENÇÕES FEDERAIS Ilmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social , entidade localizada em....., no Estado d..... , vem requerer a V. Sa. se digne conceder-lhe Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, juntando, para esse fim, os documentos exigidos. Nêstes Termos, P. Espera Deferimento (Data e assinatura) INDISPENSÁVEL! Reconhecer Firma do signatário em Tabelião.

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Figura 35: Procuração do Patronato para recebimento de Subvenções

Cópia

Procuração

Cuiabá

Pelo presente instrumento de procuração, por mim
feito e assinado, eu, FREI SALVADOR FLECK, alemão,
maior, solteiro, sacerdote religioso, residente em
Dourados, rua Minas Gerais, 400, Estado de Mato Grosso,
na qualidade de Diretor do PATRONATO DE MENORES DE
DOURADOS, Ação Social Franciscana, nomeio e consti-
tuo meu bastante procurador, o Sr. FREI EVERARDO KREM-
PER, alemão, maior, solteiro, sacerdote religioso, re-
sidente em Cuiabá, rua Cândido Mariano, 644, a quem
confio amplos e gerais poderes, especialmente para re-
ceber subvenções destinadas ao Patronato de Menores de
Dourados, firmar recibos e tudo o mais praticar para o
bom desempenho deste mandato que poderá substabelecer,
se necessário.

Dourados, aos 6 de setembro de 1963

Frei Salvador Fleck, Diretor

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Nesse tocante, podemos verificar na Figura 36, uma Comunicação em caráter de urgência da Conferência dos Religiosos do Brasil referente a liberação de uma verba vultuosa de Cr\$ 650.000,00 para o Patronato de Menores de Dourados, mas que somente seria liberada com a condição do envio urgente dos documentos necessários.



As Congregações podem dispensar desta tramitação burocrática inúmeros religiosos que se aplicavam só a essa tarefa, povoando de modo não raro chocante e deprimente os corredores da Câmara e do Senado. Nosso trabalho é feito por uma equipe de leigos para isso contratados, ficando os Religiosos das entidades apenas os contatos pessoais em ocasiões bem definidas para objetivos concretos. É no sentido desta oportuna liberação de Religiosos, da necessidade cada vez maior de uma temática de trabalho em vista das crescentes exigências dos Ministérios, que a CRB decidiu manter e incrementar o Serviço de Procuradoria, que é realmente um serviço aos Religiosos do Brasil (CIRCULAR N. ° 010 DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

– SERVIÇO DE PROCURADORIA PARA A AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, 1973, p.2).

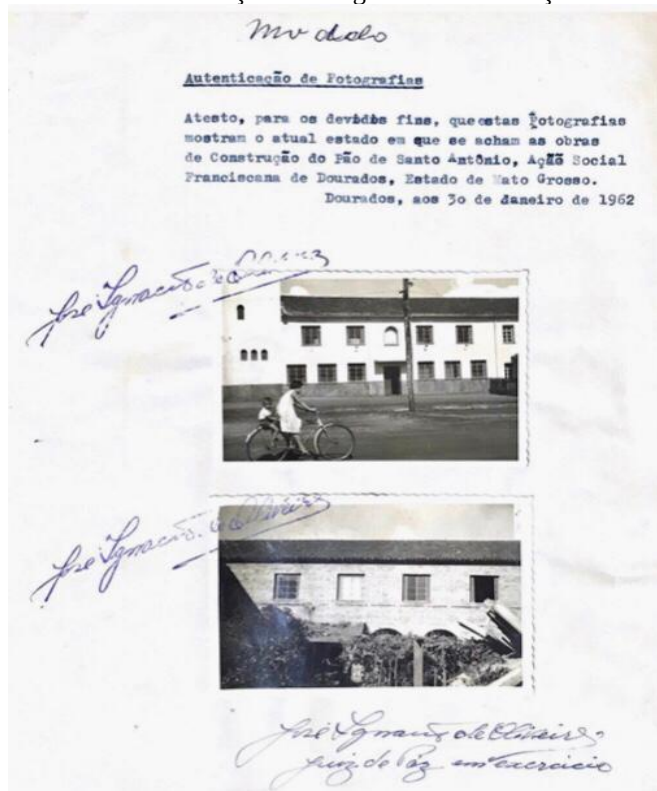
As subvenções públicas viabilizaram a expansão de inúmeras instituições de caridade e filantropia, de tal modo que os Franciscanos de Dourados, embalados pelas discussões em torno da *questão social*, puderam implementar uma rede institucional com a criação de outras obras. Assim, vinculadas à Ação Social Franciscana, além do Patronato de Menores, os missionários também fundaram outras instituições, como a *Sociedade Pão de Santo Antônio*, criada em 1955 e inaugurada em 30 de janeiro de 1956, “com distribuição diária e gratuita de leite para as crianças pobres. No primeiro ano de funcionamento, o fichário já acusava mais de 150 nomes, número que aumentou nos anos seguintes” (KNOB, 1988, p. 283).

Na coluna religiosa assinada por Frei Teodardo Leitz para a edição do Jornal O Progresso do dia 01 de janeiro de 1956, o missionário fez um balanço das atividades dos franciscanos em Dourados, destacando a criação da obra caritativa Pão de Santo Antônio e suas finalidades.

Foi criado em 1955 uma obra caritativa denominada ‘Pão de Santo Antônio’ que faz parte da Ação Social Franciscana de Dourados e se destina ao amparo dos necessitados em geral. Principiaremos as nossas atividades ainda neste mês de janeiro, com a distribuição gratuita de leite em pó para criança pobre e subnutridas. Já temos em depósito uma boa quantia de leite em pó, generoso donativo dos católicos norte-americanos às crianças pobres do Brasil. Tencionamos ampliar, pouco a pouco, as atividades do ‘Pão de Santo Antônio’, socorrendo com viveres em geral e etc. os indígenas. Aceitamos qualquer donativo oferecido neste sentido. Para proporcionar à Ação Social Franciscana instalações apropriadas, está projetado, para o ano de 1956, a construção de um prédio próprio, de frente à Praça Antônio João, entre o Convento e a Igreja Matriz. Abrigará este prédio no andar térreo Depósito e Despacho do ‘Pão de Santo Antônio’, a Biblioteca Paroquial e uma Sala de Conferência e, no andar superior, um grande salão festivo. Esperamos em Deus que também este projeto possa ser realizado dentro do ano que se inicia hoje e pelo qual desejamos a todos os nossos paroquianos as mais ricas bênçãos do céu (O PROGRESSO, 01/01/1956, p.2).

À vista disso, na Figura 37, apresentamos um atestado de fiscalização das obras de construção do espaço onde funcionaria o Pão de Santo Antônio, assinado por José Ignácio de Oliveira, Juiz de Paz em exercício. Interessante analisarmos por meio dos registros fotográficos autenticados no documento, que justamente nesse mesmo complexo arquitetônico, também funcionava o Patronato de Menores, ao lado da Igreja Matriz.

Figura 37: Atestado com autenticação de fotografias da construção Pão de Santo Antônio



Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Os franciscanos também criaram o *Abrigo de São Francisco* em 24 de julho de 1961 e a *Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Dourados* (APAMI), ambas eram presididas pelos superiores dos Franciscanos no município. Podemos perceber que estas três instituições de fato eram voltadas para as crianças e famílias pobres e desvalidas, como testemunha o atestado apresentado na Figura 38.

O atestado já apresentava o novo nome da escola, que deixa de ser Patronato de Menores em 1966 e passa a se chamar Educandário Santo Antônio – Ação Social Franciscana. O documento deixa expresso que a finalidade da instituição era oferecer o ensino e a educação de crianças. Essa fonte comprova que finalmente nos documentos oficiais, os Franciscanos deixam de assinalar que a instituição tinha por finalidade a assistência aos menores.

Figura 38: Atestado do Ministério da Fazenda para o recebimento de subvenção

Para receber subvenções pelo Banco do Brasil
B



MINISTERIO DA FAZENDA
 Exatoria Federal
DOURADOS
 Estado de Mato Grosso, Brasil

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que o PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS, AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, desde 29 de março de 1966 sob o nome de EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, DOURADOS, MT, está funcionando regularmente, tem por finalidade o ensino e a educação de crianças, não desconta para nenhum Instituto de Previdência Social, e que seu atual presidente é Frei Salvador Fleck, pessoa competente à vista dos estatutos, para movimentar todos os haveres da aludida entidade, inclusive receber subvenções.

Dourados, 3 de novembro de 1966

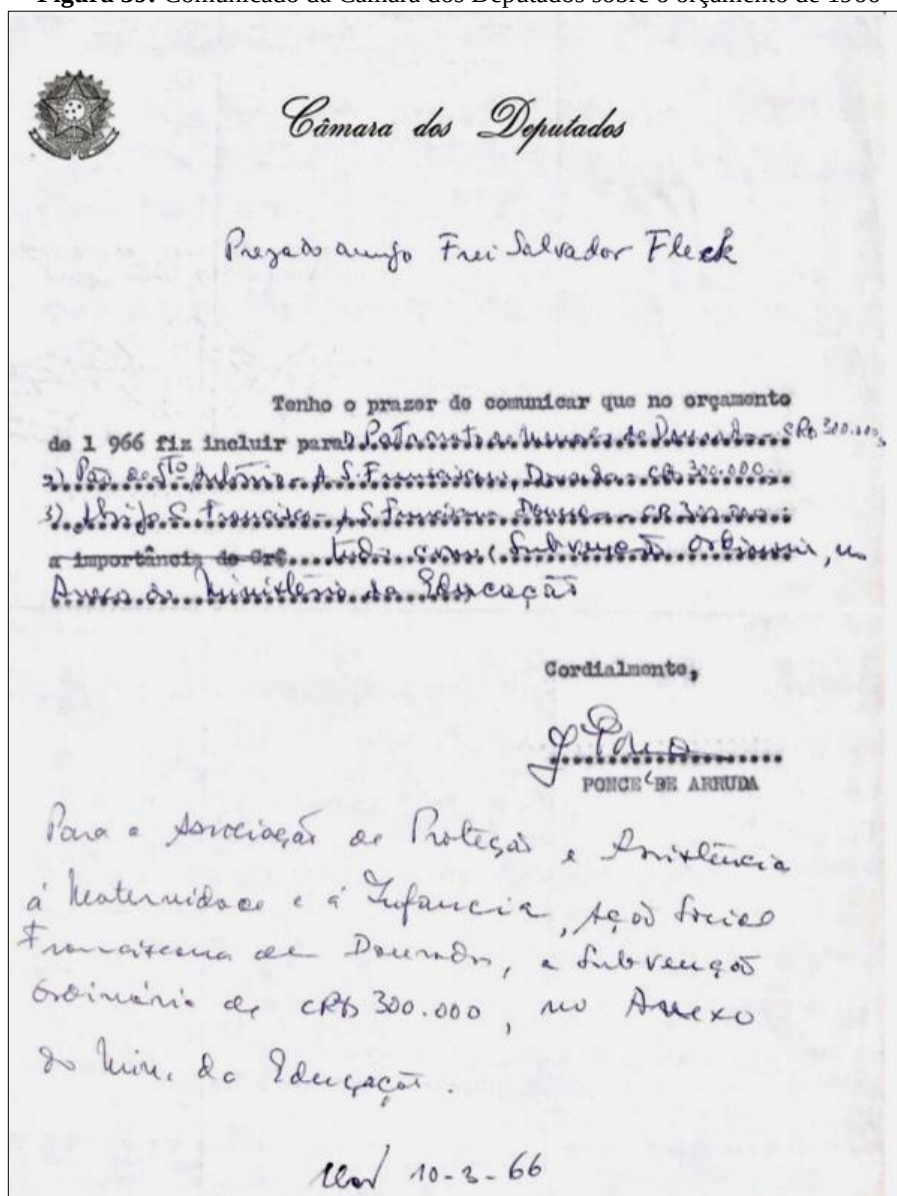
Firma rec.

Pão de Santo Antônio: ... de socorrer a pessoas indigentes
 Abrigo São Francisco: ... de socorrer a pessoas necessitadas
 APAMI : ... de socorrer a pobre Mãe e Filho

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Também podemos constatar que essas obras sociais possuíam o mesmo endereço do Patronato, levando a considerar que, tais instituições eram burocraticamente vinculadas ao Patronato de Menores – Ação Social Franciscana, sendo uma tática encontrada pelos freis para legalizarem indiretamente as subvenções e a própria atividade do Patronato de Menores, comprovando por meio das demais instituições da Ação Social Franciscana, a oferta de ações caritativas e filantrópicas, podendo inclusive, passar pelo crivo das fiscalizações e das exigências com as documentações e certificações, como mostra a Figura 39.

Figura 39: Comunicado da Câmara dos Deputados sobre o orçamento de 1966



Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

O Estatuto e as Atas de Reuniões do Abrigo de São Francisco – Ação Social Franciscana, nos permitem compreender ainda mais essa relação, ao apresentar as finalidades da instituição, sua organização e estratégias de funcionamento.

Art. 1 – Com o nome de ‘Abrigo de São Francisco’, a Ação Social Franciscana em Dourados, Mato Grosso, mantém na cidade de Dourados, uma obra de caridade com a finalidade de socorrer às pessoas e famílias necessitadas, prestar abrigo transitório a pobres imigrantes, dar instrução moral e religiosa à juventude, e construir um prédio para estes fins. [...] Art. 4 – O patrimônio do ‘Abrigo de São Francisco’, é constituído: a) por doações e legados; b) por contribuições oferecidas; c) pela venda e renda de bens que venha adquirir; d) por subvenções oficiais (ATA DO ABRIGO DE SÃO FRANCISCO (1961-1971), p.1-2).

A Ata de Reunião do dia 26 de fevereiro de 1962, evidencia que o Abrigo de São Francisco funcionou, na verdade, como um Jardim de Infância nos fundos do Patronato de Menores, sendo proposto a construção de um prédio para cumprir esta finalidade: “Foi resolvida a construção dum prédio no fundo do Patronato de Menores de Dourados, que servirá de Jardim de Infância” (ATA DO ABRIGO DE SÃO FRANCISCO (1961-1971), p.3).

Em tais instituições encontramos correlacionados a dimensão assistencial e educacional, mistura que produzia o perfil das instituições da Ação Social Franciscana em Dourados, e que, de certa forma, também serviram de estratégias de expansão religiosa e consolidação do catolicismo no município. Segundo Azzi (1994), esses estabelecimentos educacionais passaram a exigir também maiores investimentos em termos de recursos humanos e econômicos, seja para satisfazer as exigências do governo, seja para poder competir, em termos de igualdade, com os colégios leigos e protestantes.

Todavia, até o mês de fevereiro de 1963, o prédio do Jardim de Infância ainda não havia sido construído. Desta forma, a Ata do dia 23 de fevereiro do referido ano aponta que o convento que emprestou uma sala para funcionar o Jardim de Infância com 30 crianças, e depois, “foi comprado um pequeno terreno no fundo do Patronato de Menores para construir o prédio do ‘Abrigo de São Francisco’ com o auxílio da Missão Franciscana de Mato Grosso. Não teve entrada de subvenções durante o ano de 1962” (*Ibid.*, p.4).

Na Assembleia Geral da Diretoria do Abrigo de São Francisco realizada no dia 31 de dezembro de 1963, foi apresentado o Relatório de Atividades da entidade no ano de 1963. Na Ata consta que foi começada a construção do prédio do Abrigo de São Francisco em 1963: “Esta construção forma a continuação do prédio do Patronato de Menores de Dourados. Para dar aulas de instrução moral e religiosa, foram compradas 100 mesas e cadeiras. Pessoas pobres receberão auxílio” (*Ibid.*).

O que fica perceptível é que, para atender as crianças pobres, foi construído um Abrigo, que, na verdade, funcionava como um Jardim de Infância em um espaço anexo ao Patronato de Menores. Nesse mesmo espaço, também funcionava o Pão de Santo Antônio. Parte daí, a confusão que muitos fazem com o próprio nome do Patronato de Menores.

O Abrigo de São Francisco também realizava inúmeras outras ações caritativas, como o auxílio alimentar e financeiro para famílias pobres, como podemos verificar na Ata do dia 31 de dezembro de 1965:

Durante o ano de 1965, o Abrigo de São Francisco, Ação Social Franciscana, cumprindo suas finalidades de socorrer as famílias necessitadas e dar instrução moral e religiosa à juventude. Além de distribuição semanal de alimentos na sede da instituição, foram entregues víveres às famílias de gente necessitada. Foram

distribuídas: leite em pó: 4.050 Kg; Azeite (óleo): 5.320 Kg; Farinha de Trigo: 1.800 Kg.; Banha: 154 Kg; Fubá: 1980 Kg; Feijão: 135 Kg; Açúcar: 765 Kg. A Caritas Brasileira forneceu estes alimentos de viagem norte-americana. Pelo frete foram gastos Cr\$ 280.000. Pobres estudantes e doentes receberam auxílio financeiro (C\$ 90.000). Pela construção do prédio do Abrigo São Francisco foram gastos C\$ 800.000. [...]. As despesas foram cobertas por donativos e subvenções (ATA DO ABRIGO DE SÃO FRANCISCO (1961-1971), p.5).

O relatório das atividades referentes ao ano de 1969 (Figura 40) afirma que o Abrigo de São Francisco também servia de abrigo transitório para pobres viajantes, e em colaboração com a entidade Pão de Santo Antônio – Ação Social Franciscana, distribuía alimentos às famílias pobres e oferecia remédio aos velhos, inválidos e doentes, bem como roupas aos estudantes e auxílio financeiro aos viajantes.

Figura 40: Relatório das atividades do Abrigo de São Francisco de 1969

ABRIGO SÃO FRANCISCO
AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA
Dourados
Est. de Mato Grosso

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REFERENTES AO ANO 1968.

Durante o ano 1968, a entidade **ABRIGO SÃO FRANCISCO, AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, Dourados, Mt;** funcionou regularmente, cumprindo sua finalidade : socorrer a famílias necessitadas, dar instrução moral e religiosa à pobres crianças e prestar abrigo transitório a pobres viajantes.

Em colaboração com a entidade **PÃO DE SANTO ANTONIO, AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA DE DOURADOS, Mt;** foram distribuídas duas vezes por Mês alimentos a pobres famílias, no total 1.200 Kg.

Velhos, inválidos, doentes receberam remédios e roupas , estudantes e viajantes receberam auxílio financeiro.

As despesas foram cobertas por donativos e subvenções federais.

Dourados , 1º de abril de 1969.

Arlete de Souza Frei Patrício Salmon
Arlete de Souza, Secr. Frei Patrício Salmon, Pres.

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Mesmo com todas essas ações e entidades em funcionamento, chama a atenção que, em setembro 1964, diante do número ainda expressivo de menores desamparados em Dourados, o Lions Clube apresentou uma proposta de construir a Casa da Criança Desamparada, sendo notícia de capa do jornal O Progresso de 23 de setembro de 1964: “A Casa da Criança Desamparada: uma iniciativa do Lions Clube – Marcará o início da obra com o lançamento da pedra fundamental a 12 de outubro próximo” (O PROGRESSO, 23/09/1964, p.1).

As iniciativas voltadas para os menores abandonados não pararam por aí, denotando a grande demanda que havia em Dourados desse público. Assim, em 1965, juristas, filantropos e as damas da caridade também se mobilizaram para fundar um abrigo para menores necessitados de Dourados que, inicialmente, funcionou de modo improvisado no edifício do próprio Fórum do município, como noticiou a edição de 24 de novembro de 1965:

Associação protegerá menores desamparados – Movimentando as damas de nossa sociedade, o magistrado Rafael Arcanjo de Arruda, conseguiu após duas reuniões, ver eleita a primeira diretoria provisória do ‘Abrigo dos Menores Necessitados de Dourados’, coroando de êxitos uma campanha por ele encetada, a fim de que possam os **menores abandonados**, receberem uma proteção mais segura, mais condizente com suas necessidades, retirando-os das **ruas** e da **escola do vício**. Na eleição do 12 do corrente, ficou assim constituída a Diretoria que regerá os destinos da nova entidade assistencial: Presidente, Da. Geni Ferreira Milan; Vice-Presidente, Da. Maria de Lourdes da Cruz e Souza; 1.^a Secretária, Da. Ymera Fedrizzi; 2.^a Secretária, Da. Maria Florezia Pessoa Carneiro; 1.^a Tesoureira, Da. Afif Bussuan e 2.^a Tesoureira, Da. Filomena Guimarães Gomes. Provisoriamente o AMND funcionará no edifício do Fórum local. Ao cumprimentarmos as senhoras componentes da nova organização, nós estendemos nossos cumprimentos ao eminente magistrado, pela sua maravilhosa contribuição para a solução de tão magno problema (O PROGRESSO, 24/11/1965, p.1, grifo nosso).

Portanto, todas essas fontes deixam mais que evidente que o Patronato de Menores de Dourados, na verdade, não atendeu essa infância abandonada e desvalida, tal como vimos representada e conceituada ao longo da história. A instituição sempre funcionou como uma escola primária particular e teria utilizado o título de Patronato de Menores como tática para burlar a legislação, angariar subvenções e atingir o objetivo de criar uma escola confessional, que pudesse não somente atender as demandas das famílias católicas, mas fazer frente à escola protestante.

Enfim, foi necessário tecer toda essa trama para compreendermos os motivos que levaram os franciscanos a optarem pela criação desse tipo de instituição. Entender que as subvenções públicas tornaram exequível a criação e institucionalização de uma escola católica em Dourados, principalmente se ela tivesse um caráter caritativo e filantrópico, é o limiar para continuarmos analisando o itinerário do Patronato de Menores de Dourados, os seus primeiros

anos de funcionamento e as inúmeras vicissitudes que ocorrem na trajetória dessa escola, sobretudo, quando esta passou a ser administrada pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

3.5 Sob nova direção: as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã

Entre 1951 e 1953 vimos que o Patronato de Menores funcionou de maneira improvisada numa modesta casa de madeira. Sem dúvidas, foi o ano de 1954 que ficou marcado como um momento de consolidação da institucionalização da escola, que passou a funcionar em um prédio novo (Figura 41) e atrair cada vez mais o interesse das famílias em matricular seus filhos na instituição. No documento visual, podemos ver os alunos e alunas da época, as professoras, e no centro do enquadramento fotográfico, Frei Frederico Mies e Frei Teodardo Leitz, diretor do Patronato.

Figura 41: Alunos, professores e administradores do Patronato de Menores de Dourados, 1954



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Em 1955, após um ano do seu funcionamento no prédio novo, o Patronato de Menores tomaria novos rumos com a chegada das Irmãs Franciscanas, afinal, desde o início a intenção era entregar a administração da escola às Irmãs, porém, não foi uma estratégia fácil de conseguir.

Primeiramente, em maio de 1954, visitaram Dourados para conhecerem a realidade da obra, as Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição de Bonlanden, congregação franciscana de origem Alemã. “Vieram a Madre Provincial das Irmãs Franciscanas de Bonlanden, na companhia de irmã Gertrudes de Ladário, para estudar as possibilidades duma fundação desta Congregação em Dourados, infelizmente não puderam assumir um compromisso para 1955” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.30). A visita das Irmãs chegou a ser destaque nas matérias da imprensa:

Estão entre nós a Reverenda Madre Provincial das Irmãs Franciscanas de São Paulo e a Revda. Irmã Superiora de Ladário para inspecionar a Escola da Patronato de Menores e deliberar sobre a fundação de uma casa de Irmãs em Dourados. Fomos informados que as ilustres visitantes ficaram impressionadas com a escola e com os alunos do Patronato, e também com a situação e o desenvolvimento de Dourados em geral. Resolveu-se, pois a fundação da casa das Irmãs, e fazemos votos que isso se faça o quanto mais antes, em prol da Paróquia de Dourados (O PROGRESSO, 23/05/1954, p.1).

Apesar do entusiasmo divulgado na imprensa, nesse primeiro momento, as Irmãs Franciscanas de Bonlanden não acharam possível e viável a vinda para Dourados para a administração do Patronato de Menores. O fato é que a Missão Franciscana ainda não possuía sequer uma estrutura básica, como uma residência, para que fosse possível a vinda das Irmãs para o município.

Posteriormente, Dom Orlando Chaves fez uma nova tentativa de trazer freiras para Dourados. Desta vez, propôs à Provincial da Congregação Franciscana da Penitência e Caridade Cristã, Madre Antonina, que aceitasse criar uma fundação na Missão de Mato Grosso. Assim, a pedido do Bispo, ainda em julho de 1954, visitaram Dourados, as Irmãs da Congregação Franciscana da Penitência e Caridade Cristã, cuja sede provincial ficava em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

No entender de Frei Teodardo, a chegada das Irmãs seria uma verdadeira vitória para a causa católica de Dourados, consequentemente, para o ensino católico da região e a assistência social.

Em 25 de julho de 1954 vieram, em companhia do Exmo. Revmo. Sr. Bispo Diocesano, a Revma. Madre Provincial das Irmãs Franciscanas de Santa Maria, Rio Grande do Sul, com a sua assistente para ver as possibilidades de uma fundação em Dourados. Ficaram bem impressionadas e resolveram abrir uma fundação em 1955, comprometendo-se em aceitar a administração do Patronato de Menores, Posto de Puericultura (associação leiga que vai ser passada para as Irmãs e que já tem prédio próprio) e ambulatório, mandando logo 6 Irmãs e algumas aspirantes, comprometendo-se a paróquia a construir um convento para as Irmãs, na quadra do

Patronato. Uma grande vitória para a causa católica de Dourados! (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.30v).

Nessa época, a Igreja Católica já havia ganhado um espaço no jornal *O Progresso*, chamado Coluna Religiosa, geralmente assinada pelo pároco. Na Coluna de 1.º de agosto de 1954, Frei Teodardo Leitz utilizou o registro para anunciar mais detalhes da visita das Irmãs Franciscanas em Dourados e ao mesmo tempo publicizar as novidades que a Igreja Católica haveria de realizar no município por meio das Irmãs.

Vieram as Rvemas. Irmãs Madre Antonina e Madre Maria de Lourdes, Provincial e Secretária respectivamente das Franciscanas do Rio Grande do Sul. Vieram as ilustres visitantes para estudar a possibilidade da fundação duma casa de Irmãs em Dourados. Foram recebidas cordialmente no aeroporto local pelo Revmo. Pe. Vigário de Dourados e na frente da igreja matriz pela paróquia. No salão paroquial as crianças que acabaram de fazer a Primeira Comunhão deram, com uma linda festinha, as boas-vindas aos queridos visitantes, de maneira que as Irmãs se sentiram em casa entre nós. Domingo de tarde mostraram o Bispo Diocesano e o Pe. Vigário às Irmãs as obras católicas desta paróquia, ficando as visitantes muito bem impressionadas, principalmente com a Escola do Patronato e com as possibilidades do desenvolvimento destas mesmas obras, como seja, p. ex., a fundação, pelas Irmãs, dum Ginásio e Internato católicos. Resolveu a Revma. Madre Provincial fundar, ainda neste ano, uma casa de Irmãs em Dourados, devendo chegar as primeiras Franciscanas em dezembro. [...] em dezembro poderemos fechar, com chave de ouro, o Ano Mariano e abrir uma nova época da história da nossa paróquia (*O PROGRESSO*, 01/08/1954, p. 3).

As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã aceitaram o desafio de vir para Dourados, ficando a data marcada para o dia 08 de dezembro de 1954, no simbólico dia da Festa da Padroeira Imaculada Conceição e do Ano Mariano declarado pela Igreja na época. Entretanto, era necessária alguma estrutura para que o trabalho missionário fosse praticado. Assim, a construção de uma casa para as Irmãs tornou-se uma prioridade iminente da Igreja e dos seus membros, como passou a ser divulgado nas matérias dos impressos com discursos de apelo por ajuda dos fiéis:

Nenhum empreendimento se nos afigura mais importante a esta altura do que a campanha pela construção da casa das Irmãs Franciscanas que deverão chegar a Dourados em dezembro próximo para aqui se dedicarem ao ensino e serviços vários de assistência social. Quem conhece o trabalho abnegado e fecundo das Irmãs de Caridade sabe avaliar quanto representa para uma cidade a existência dessas humildes obreiras de Deus. Ensinando nas escolas sem objetivo de lucros, batalhando nas lides de caridade, atendendo a hospitais, socorrendo e animando sempre os sofredores, são almas eleitas que qualquer cidade recebe com orgulho em seu seio. Por isso, deixamos aqui o nosso mais veemente apelo no sentido de não se negar ajuda para a construção da casa indispensável para alojar as Irmãs Franciscanas. Será uma casa modesta de madeira, mas, mesmo assim, custará dinheiro e o povo de Dourados, de comprovada altivez e espírito progressista, está convocado para construir essa casa, entrando cada

um com sua parcela de ajuda, a fim de que a obra se realize (*O PROGRESSO*, 31/10/1954, p. 4).

Rapidamente começaram inúmeras campanhas e atividades para angariar fundos para que a obra fosse concluída no prazo previsto. Fizeram quermesses, peças teatrais, rifas, leilões, concurso de bonecas e até a instalação de um parque recreativo que funcionava aos finais de semana ao lado da Igreja Matriz. As arrecadações da Festa da Padroeira do ano de 1954 também foram especialmente destinadas para a concretização da obra. O movimento ficou conhecido como Campanha Pró Casa das Irmãs. Na coluna religiosa do jornal *O Progresso* de 14 de novembro de 1954, Frei Teodardo escreveu:

A prioridade nos nossos trabalhos tem atualmente a construção da Casa das Irmãs que já foi iniciada e que esperamos poder concluir, com a ajuda de Deus, antes do fim do ano [...]. Para garantir a manutenção das obras católicas de Dourados, foi proposta a fundação da associação paroquial com contribuições mensais dos sócios, proposta que encontrou pronta aceitação e sobre a qual falaremos oportunamente nesta Coluna Religiosa (*O PROGRESSO*, 21/11/1954, p. 3).

A Câmara Municipal de Dourados também aprovou um Projeto de Lei de autoria dos vereadores Orlando de Almeida, José Joel Saburá e Weimar Torres, com emenda do vereador Aguiar Ferreira de Sousa, para viabilizar recursos para a casa das Irmãs. O jornal *O Progresso* de 07 de novembro de 1954 estampou em letras garrafais a destinação desses recursos: “Auxílio de Cr\$ 40.000,00 para a construção da casa das Irmãs Franciscanas” (p.4). A matéria falava da urgência da verba, pois a chegada das Irmãs estava próxima. Porém, no entrecruzamento das fontes encontramos um registro de Frei Teodardo que afirmava que a verba nunca chegou para os cofres da Igreja. O vigário deixou implícito que o motivo do não pagamento era o fato do prefeito ser protestante, este por sua vez, contra-argumentou que os cofres da Prefeitura é que estavam vazios:

A Câmara Municipal aprovou por unanimidade um auxílio de Cr\$ 40.000,00 para a casa das Irmãs. O Prefeito Municipal (protestante) sancionou em 19-11-1954 esta lei, não tendo pago, porém, até o fim do ano nada, alegando os cofres vazios da Prefeitura - - - (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.30v).

Sem a possibilidade desse recurso municipal, a Igreja intensificou a sua campanha em prol da casa das Irmãs. A imprensa aumentou a frequência de publicações sobre o tema para impulsionar as ações e estimular a população nesse processo de arrecadação, como podemos verificar na Figura 42:

Figura 42: Teatro em benefício da Casa das Irmãs



Fonte: *O Progresso* 12/12/1954

Apesar dos esforços coletivos, não foi possível concluir a casa das Irmãs em 1954. Assim, a vinda das Franciscanas para Dourados precisou ser adiada, já que era imprescindível que as Freiras tivessem pelo menos uma residência para dar início aos seus trabalhos.

A Campanha 'Pró Casa das Irmãs' arrecadou até o fim do ano Cr\$ 55.000,00, sendo Cr\$ 25.000,00 da Festa da Padroeira N. Sra. da Conceição ao cargo do Sr. Ângelo Nigro e Senhora, que trabalhou durante um mês, organizando na frente da casa paroquial um pequeno parque recreativo. Cr\$ 15.000,00 rendeu um "concurso de bonecas" e mais Cr\$ 15.000,00 entraram com leilões, quermesses e rifas [...]. A Casa das Irmãs é feita em madeira, sob base de tijolos, conforme planta enviadas pelas Irmãs. Mede 23x10 metros, tendo água encanada (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.30v).

No início de 1955, a Casa das Irmãs finalmente foi concluída, contando ainda com uma pequena capelinha. A expectativa pela chegada das Irmãs mobilizou toda a Igreja Católica, mas também grande parte da sociedade douradense e a imprensa. Em matéria de capa de 06 de fevereiro de 1955 intitulada "Chegarão a Dourados, no dia 9 deste mês, em avião especial da FAB as revdas. Irmãs Franciscanas" (*O PROGRESSO*, 06/02/1955). A imprensa anunciava com entusiasmo a chegada das missionárias. Na Coluna Religiosa da mesma edição, Frei Teodardo confirmou a vinda das Franciscanas, agendada para a tarde do dia 09 de fevereiro de 1955.

A matéria convocava a todos para a recepção das Irmãs educadoras no aeroporto local, mas não somente isso, exaltava a importância delas para o funcionamento do Patronato de

Menores, ao mesmo tempo em que destacava o alto custo com a construção da casa e a necessidade de os católicos continuarem a ajudar com doações para a obra.

Com a vinda das Irmãs Franciscanas tornar se bela realidade um antigo desejo nosso. Teremos finalmente também na nossa paróquia, estas ótimas colaboradoras, e, para o nosso Patronato competentíssimas mestras e educadoras. Conseguimos levantar para as Irmãs um modesto, mas amplo convento. Embora seja só de madeira, foi elevado o custo da obra, e tivemos que contrair dívidas para se poder terminar e mobiliar a casa com o mais necessário. Vai aqui mais uma vez um veemente apelo aos católicos no sentido de nos auxiliarem mais ainda, e generosamente nesta obra que é de comum interesse de todo o Dourados [...]. A Escola do Patronato se tornará, sem dúvida, um estabelecimento de primeira qualidade e oferecerá, às crianças de Dourados um ensino modelar. Desde já convidamos os pais a matricular seus filhos na escola do Patronato sob a competente direção das Irmãs Franciscanas (*O PROGRESSO*, 06/02/1955).

No dia 09 de fevereiro de 1955 após uma missa de envio, as Irmãs rumaram com destino a Dourados. A viagem foi realizada em um avião militar da Força Aérea Brasileira, cedido gratuitamente. O dia ficou marcado pela chegada tão aguardada das Irmãs da Congregação da Penitência e Caridade Cristã, que se dedicariam especialmente às instituições escolares, a começar pelo Patronato de Menores de Dourados, que foi a primeira escola no município assumida pelas Irmãs.

No Livro de Crônicas, aberto pelas Franciscanas em 1955, elas fizeram questão de relatar como foi esse processo de despedida do Rio Grande do Sul e a chegada em Dourados:

O dia da vinda estava determinado para o dia 08 de dezembro de 1954. Mas o Frei não conseguiu ultimar a construção do edifício até esta data, pediu então para retardar a chegada das missionárias. No entanto, a fundação ficou sendo considerada do Ano Mariano e por conseguinte a capelinha foi consagrada a Imaculada Conceição. Dia 9, bem cedinho, o Revmo. Padre Edu celebrou a santa Missa pedindo a Deus a bênção para uma boa viagem e para os trabalhos missionários, as Irmãs dirigiram-se ao refeitório, onde depois de uma breve refeição fizeram sua última despedida já os automóveis pararam em frente do Colégio Sant'Anna para conduzir as 6 felizes pioneiras, Madre M. Liuba Heck; Irmã Rosita Meyer, Irmã Alfredina Stülp, Irmã Iracema Grings, Irmã Miraci Adams e Irmã Leonarda Lunkes. [...]. Madre Antonina não pode acompanhar-nos até Mato Grosso por causa de sua saúde debilitada, mandou por isso, em seu lugar, Madre Norbertina e Irmã Lourdes (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1955, p.1).

A chegada das Irmãs Franciscanas ficou perenizada na Fotografia 43, que registrou o desembarque das missionárias, trazidas pelo avião da Força Aérea Brasileira (FAB), o que denota interdependência, acordo social e certas permanências na parceria entre o Estado e a Igreja. O evento foi um verdadeiro acontecimento para o município. Já no aeroporto local, ainda com pista de gramado, as Irmãs foram recebidas pelas autoridades religiosas, civis e políticas, como Frei Teodardo Leitz que posa para a foto ao lado das irmãs, junto com as mulheres do

movimento Filhas de Maria, demais paroquianos e pelo deputado estadual e educador Celso Müller do Amaral e sua esposa professora Neuza Carvalho do Amaral⁴⁷, que aparece de vestido branco e cinto preto entre as freiras à esquerda da fotografia. O casal foi responsável por oferecer a primeira refeição de boas-vindas às Irmãs em sua residência.

A fotografia da chegada das Franciscanas em Dourados simboliza a concretização da possibilidade de a Igreja Católica ter, finalmente, uma escola institucionalizada e capaz de fazer frente às instituições concorrentes. Mais do que isso, representa a tão idealizada presença das Irmãs em Dourados e todos os desdobramentos possíveis dessa chegada, isto é, a oportunidade de expansão missionária da Igreja Católica, com novas frentes de atuação em diversos setores e obras sociais.

Figura 43: Chegada das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em Dourados, 09/02/1955



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

A fotografia em tela não aparece simplesmente como uma ilustração, mas como testemunho histórico. Como afirma Vidal (1994, 1998), ela afigura-se como unidade que

⁴⁷ Foi professora nas escolas de Dourados, considerada uma das pioneiras do município, faleceu aos 92 anos em 04/07/2020. Junto com seu esposo Celso Müller do Amaral (educador, ex-vereador e ex-deputado estadual) e família, doaram as terras onde hoje está instalada a Universidade Federal da Grande Dourados e parte da área onde foi construída a nova residência das Irmãs e a Escola Imaculada Conceição. O casal era entusiasmado pela educação. Celso Müller do Amaral era químico e entrou para a política para defender os projetos da educação. Em seu mandato de vereador e deputado estadual, a partir dos anos 1950, liderou movimentos políticos a favor do setor, uma das grandes conquistas foi a abertura da Escola Estadual Presidente Vargas, da qual foi o primeiro diretor. Teve papel fundamental na criação do Centro Universitário de Dourados (CEUD), embrião da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

produz uma imagem sensível do ontem, como documento/monumento que permite rever este passado/presente sob um novo prisma. Em consonância, Kossoy (2001) nos ensina que a fotografia serve como um documento real, como fonte histórica, pois é uma forma de expressão cultural, na qual foram registrados do tempo, aspectos religiosos, costumes, habitação, enfim, acontecimentos sociais de diversas naturezas, que foram objetos documentados através da imagem. Daí, a importância de o pesquisador conseguir “enxergar as coisas miúdas” (ABDALA, 2016). Deste modo, problematizar essas coisas miúdas, talvez seja um dos principais desafios para as pesquisas em História da Educação.

Assim, o entrecruzamento do documento visual com as fontes impressas corrobora com a narrativa fotográfica, a exemplo da edição do jornal *O Progresso* de 13 de fevereiro de 1955, que dedicou quatro colunas e manchetes sobre a vinda das Irmãs Franciscanas para Dourados, reforçando a divulgação das matrículas para o Patronato de Menores sob a nova direção, bem como o convite para uma festa em homenagem a chegada das missionárias, com destaque para a coluna religiosa, que dedicou todo o seu espaço para a descrição da chegada das Irmãs:

No dia 9 deste mês, quarta-feira passada, às 13 horas, chegaram, com avião especial da FAB as revdas. Irmãs Franciscanas a Dourados. Fizeram ótima e rápida viagem, diretamente de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a nossa cidade, com escala em Foz do Iguaçu tendo voado por cima das célebres Sete Quedas, onde receberam indeléveis impressões daquela paisagem sem igual no mundo inteiro. No aeroporto local, as revdas. Irmãs foram recebidas pelos padres franciscanos, Filhas de Maria e mais paroquianos, seguindo logo para a cidade, onde o exmo. Sr. Celso do Amaral e distinta esposa ofereceram às recém chegadas uma refeição na sua residência. De lá foram as Irmãs à Igreja matriz para agradecer ao Nosso Senhor e a Virgem Santíssima a boa viagem e a feliz chegada ao seu novo campo de atividade. Seguiu depois a pequena caravana para a residência das Irmãs, ao lado do Patronato de Menores onde lhes foi prestada, pelo povo ali reunido uma singela homenagem (O PROGRESSO 13/02/1955, p.3).

Durante a homenagem de recepção, Frei Teodardo Leitz destacou que a vinda das Irmãs para atuarem nas obras sociais, sobretudo, no Patronato de Menores, era um desejo antigo dos católicos douradenses, mencionando ainda, os fundadores das respectivas Ordens Religiosas, São Francisco e Santa Clara de Assis, para evocar o ambiente de simplicidade e pobreza onde as freiras iriam residir.

Usou da palavra o revmo. Pe. Vigário, Frei Teodardo Leitz, dando as Irmãs as boas vindas da paróquia, expressando a alegria de todos em verem realizados, com a vinda das Irmãs, os antigos desejos dos católicos de Dourados. Disse ainda que podia oferecer às Irmãs, como São Francisco à Santa Clara, somente uma humilde e modesta casa, sabendo, porém, que as revdas. Irmãs não iam estranhar isso, animadas como estão, do verdadeiro ideal franciscano, e dispostas a lançar-se ao trabalho apostólico

sem medir esforços e sacrifícios. Em nome das Irmãs respondeu Madre Assistente Lourdes, agradecendo a cordial recepção, expressando a sua satisfação em ver tão bem preparado o novo convento e prometendo a decisiva colaboração das Franciscanas nas obras católicas e sociais de Dourados. Em seguida todos os presentes percorrendo o Convento com as suas dependências oferecendo depois distintas senhoras e senhoritas às Irmãs o jantar já na cozinha da nova residência. Estamos de parabéns, tendo entre nós finalmente as Franciscanas (O PROGRESSO 13/02/1955, p.3).

A presença das Irmãs em Dourados possibilitaria ainda a ampliação das instituições sociais administradas pela Igreja Católica, que além do Patronato de Menores, com a vinda de uma Irmã formada em Enfermagem, também almejava a criação de um Posto de Puericultura.

São seis Irmãs, exercendo o cargo de superiora e diretora a revma. Madre Liúba. Vão dedicar-se ao ensino no Patronato de Menores, administrando pessoalmente todos os Cursos. Uma Irmã diplomada em enfermagem, com muitos anos de atividade neste ramo, vai encarregar-se, em breve também do Posto de Puericultura. Não podemos terminar esta pequena resenha sem agradecer a todos os bem feitores o seu óbolo e seu trabalho em prol da Casa das Irmãs. Falta ainda muito, é verdade, principalmente em mobiliário, de maneira que serão recebidos com gratidão quaisquer futuros auxílios e contribuições. Estamos certos que Dourados não se furtará ao sagrado dever de apoiar plena e efetivamente esta obra que visa somente o bem do nosso povo e o engrandecimento da nossa cidade (O PROGRESSO 13/02/1955, p.3-4).

Além de toda a publicidade da imprensa, utilizada pela Igreja como tática para dar visibilidade ao novo trabalho das Franciscanas junto ao Patronato de Menores, a acolhida às Irmãs contou ainda com muitos outros eventos. A convite da Paróquia de Dourados, a população foi convocada não somente para prestar homenagens às Franciscanas, como para participar de musicais e peça de teatro para angariar fundos financeiros em benefício das mesmas.

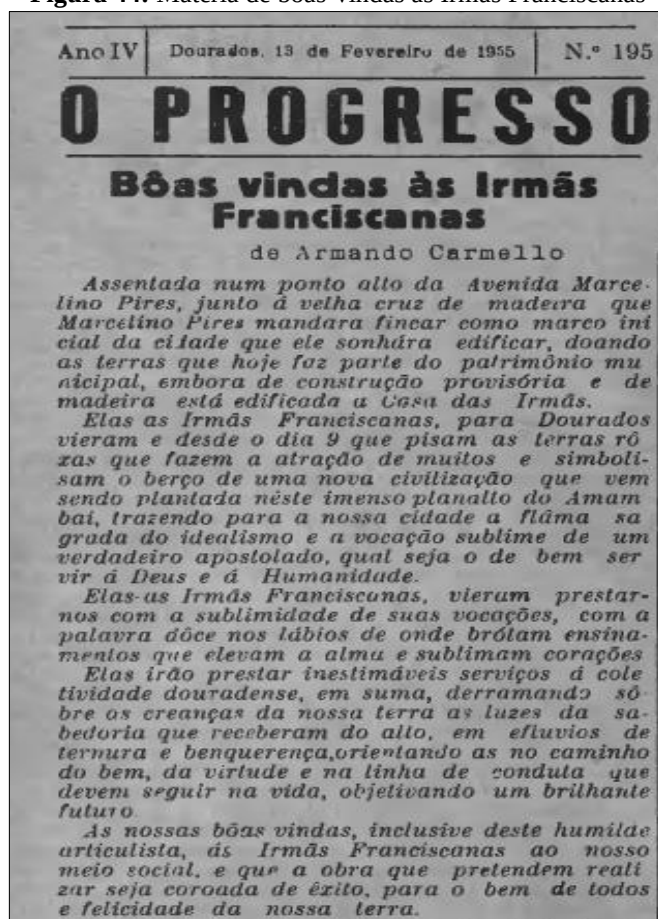
Convite: Festa em Homenagem às revdas. Irmãs Franciscanas. A Paróquia de Dourados tem a honra de convidar as autoridades e o povo da nossa cidade a festa em homenagem às revdas. Irmãs Franciscanas que se realizará no dia 17 deste mês, quinta-feira, às 19:30 no Clube Social. O programa conta com vários números de musicais e de comovente peça teatral 'Uma graça de Santo Antônio'. Ingressos: Cr\$ 10,00 para adultos, Cr\$ 5,00 para crianças, sendo o lucro em benefício da Casa das Irmãs (O PROGRESSO 13/02/1955, p.1).

No Livro Tombo, Frei Teodardo relatou com entusiasmo que depois de uma interrupção de mais de 10 anos, Dourados voltara a contar com a presença de Irmãs Franciscanas, que formariam o corpo docente e a estrutura administrativa da escola Patronato de Menores de Dourados. Nesse período, a Ordem Franciscana vivenciava uma nova fase em Dourados, sem as perseguições provocadas pela Guerra e sem as desconfianças sobre os religiosos e religiosas de origem alemã.

Depois de demoradas conversações, vieram afinal 6 Irmãs Franciscanas de Santa Maria, Rio Grande do Sul (Congregação da Penitência e Caridade) para administrar o nosso 'Patronato de Menores' [...]. Fazemos votos que sejam melhor sucedidas do que as Norte-americanas que vieram em agosto de 1941 e se retiraram de Dourados em dezembro de 1944, achando a Superior Geral o ambiente impróprio para as suas Irmãs, graças a Deus, dali para cá já mudou muita coisa! (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), 1955, p.35).

Como vimos, a chegada das Franciscanas foi muito festejada pela imprensa, lideranças políticas e eclesásticas, leigos católicos e comunidade douradense em geral, mas, sobretudo, pelas famílias que ansiavam por melhorias na escolarização de seus filhos e que também tinham contribuído financeiramente para a viabilização da Casa das Irmãs ou Convento como também chamavam a residência. Armando Carmello, jornalista do Jornal O Progresso, também fez questão de dedicar a sua coluna para oferecer as boas-vindas às Franciscanas. Em um discurso quase que poético, Carmello associava o trabalho das Irmãs junto aos alunos do Patronato de Menores, como um verdadeiro apostolado a serviço da coletividade douradense, ao colaborar com ensinamentos que elevariam as almas das crianças e construiriam uma nova civilização, como podemos notar na Figura 44.

Figura 44: Matéria de boas-vindas às Irmãs Franciscanas



Fonte: O Progresso 13/02/1955

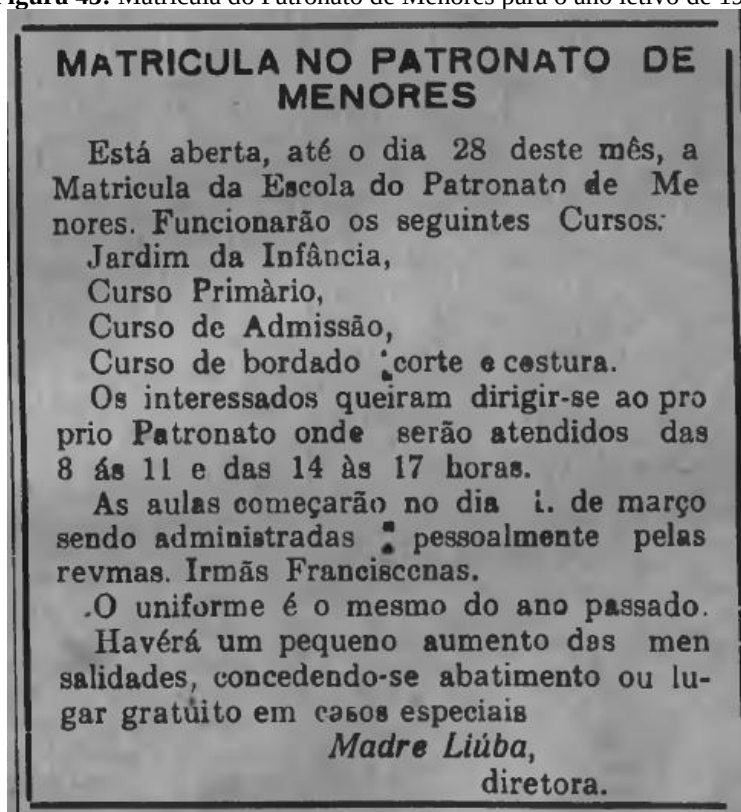
Tais propagandas funcionavam como tática para pensar o que o próprio Patronato de Menores pretendia dar a ver sobre si e para os efeitos de publicidade, serve como base para refletirmos sobre seus objetivos, estrutura, funcionamento e o sentido de escolarização que empregava, as defesas e os combates que elegiam como necessários e importantes. Assim, analisar uma propaganda possibilita identificar o modo pelo qual uma instituição pretendia ser notada e o modo como formava uma opinião pública. Com muito acerto, advertem Limeira e Nascimento (2013) que, as propagandas das instituições escolares apresentavam uma certa perspectiva acerca da cultura escolar, deixando evidente o que estava sendo forjado como importante, fundamental, e não necessariamente a realidade e o cotidiano daquelas práticas e experiências.

Essa reflexão permite ler e analisar de forma mais crítica a publicidade que o Patronato de Menores fazia. Neste caso, como bem aponta Marin (2018), analisar a apropriação dos meios de comunicação pelos diferentes segmentos religiosos possibilita trazer novas dimensões para a compreensão das suas estratégias.

A divulgação das matrículas do Patronato na imprensa já demonstrava que a instituição estava sob nova direção, trazendo a identificação da sua mais nova diretora, a Irmã Madre Liúba. Percebemos que, para corresponderem a tantas expectativas, assim que chegaram em Dourados, prontamente as Irmãs encontraram muito trabalho pela frente, pois já decorria o mês de fevereiro e o Patronato de Menores estava prestes a iniciar o ano letivo de 1955.

O Patronato de Menores também ampliou a oferta dos seus cursos, passando a atender com Jardim de Infância, Curso Primário, Curso de Admissão, Curso de bordado, Corte e Costura. Notamos que a propaganda alertava que haveria um aumento das mensalidades da escola, porém, poderia haver abatimento ou gratuidade para os casos especiais, ou seja, para os alunos pobres, como descrito na Figura 45.

Figura 45: Matrícula do Patronato de Menores para o ano letivo de 1955



Fonte: O Progresso 20/02/1955, p.1

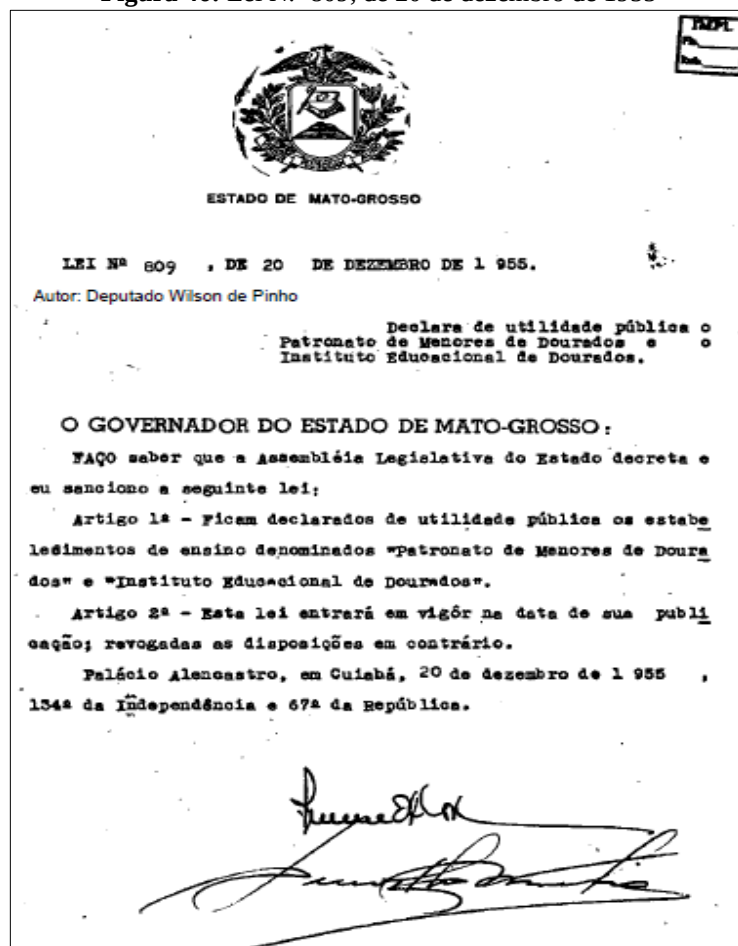
Todo entusiasmo, publicidade e expectativa com a presença das Irmãs Franciscanas, fizeram com que no dia 1.º de março de 1955, as matrículas do Patronato de Menores de Dourados subissem para 480 alunos: “Dia 15: início da matrícula que até o fim do mês já passou de 300. A matrícula total atingiu o número de 480 disto, inclusive as do Corte e Costura” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1955, p. 3).

Para legitimar esse trabalho frente à educação, já no dia 1.º de março de 1955, as Irmãs se reuniram e decidiram fundar o Instituto Educacional de Dourados⁴⁸ com o “objetivo de tratar dos assuntos relativos à Educação e Instrução. [...] um instituto que se dedicasse inteiramente à educação e instrução religiosa e patriótica da juventude desta cidade, o que foi unanimemente aprovado” (Ata N.º 1 da Assembleia Geral de Fundação do Instituto Educacional de Dourados).

⁴⁸ Cumpre esclarecer que, em um primeiro momento, o Instituto Educacional de Dourados não funcionou como um estabelecimento escolar propriamente dito, mas sim, como uma fundação das Irmãs para tratar dos assuntos relativos à educação e a instrução em Dourados, como uma estrutura organizacional. Posteriormente, o Instituto recebeu o *status* de instituição escolar e se constituiu como gérmen para as Irmãs implantarem em 1959 os Cursos do Normal Regional e Normal Colegial para o ensino feminino e a formação de professores em Dourados. É importante destacar ainda que em 1962 o Instituto passou a ser chamado de Colégio Imaculada Conceição, em funcionamento até hoje em Dourados com o nome de Escola Franciscana Imaculada Conceição, que como vimos, tem a sua história intimamente implicada com a história do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana.

No dia 20 de dezembro de 1955, pela Lei n.º 809, de autoria do Deputado Estadual Wilson de Pinho, o Governo do Estado de Mato Grosso declarou de utilidade pública o Patronato de Menores de Dourados e o Instituto Educacional de Dourados, assim, as instituições tornaram-se aptas para receberem subvenções públicas, como podemos verificar na Figura 46:

Figura 46: Lei N.º 809, de 20 de dezembro de 1955



Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa do Mato Grosso

O primeiro ano letivo do Patronato de Menores sob a direção das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade foi marcado por muitas conquistas, sobretudo, pela consolidação e aumento da credibilidade que a instituição alcançava, deixando de ser uma escola de improviso e passando a ser uma escola solidamente estruturada, com corpo docente, administrativo e espaços físicos mais adequados. Na Figura 47, podemos observar uma foto clássica de alunos, que traz a organização de uma cena bastante comum a outras fotografias do universo escolar, nela podemos conhecer os alunos do Patronato de Menores de 1955 e as Irmãs Franciscanas em suas primeiras atividades frente a instituição.

O registro demonstra a preocupação em destacar a presença das missionárias, que aparecem na posição central da cena fotográfica, legitimadas enquanto autoridades da escola; ao redor das mesmas estão as crianças, sujeitos da formação proposta pela Igreja. É possível perceber não somente a padronização da indumentária e da postura dos alunos e alunas, mas também o aumento significativo do corpo discente do Patronato em relação ao ano de 1954.

Figura 47: Alunos e Irmãs do Patronato de Menores, 1955



Fonte: Acervo Fotográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição *apud* AMARO, 2018, p.109.

Por conseguinte, em 1956, depois de um ano de convivência e experiência com o Patronato de Menores, as missionárias perceberam uma grande dificuldade dos alunos residentes na área central da cidade, ou seja, eles precisavam percorrer uma longa distância entre suas casas e a escola. Além disso, o êxito das atividades do ano letivo de 1955 fez com que o número de alunos interessados em frequentar a escola aumentasse cada vez mais. Logo, começaram a cogitar a abertura de uma Filial do Patronato de Menores.

Com a abertura de uma filial do Patronato em 1956, novas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade chegaram a Dourados no mesmo ano, pois a demanda de matrículas era alta e o número de professores bastante reduzido. “A querida Madre Antonina mandou um reforço para os múltiplos trabalhos missionários, nas pessoas da querida Irmã Ruth Müller e Irmã Águeda Thun que chegaram ao seu destino no dia 11 de fevereiro, as duas novas pioneiras” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1956, p. 11).

A chegada da Irmã Ruth Müller, com formação em Música, ampliou a possibilidade das aulas do Patronato de Menores, que passou a contar com uma variedade de instrumentos musicais. Tão logo, no dia 20 de fevereiro, a Irmã Ruth viajou para São Paulo para comprar um piano para as aulas de música do Patronato.

As missionárias precisaram dinamizar ainda mais os seus trabalhos para conseguirem conciliar as atividades no Patronato e na filial. Para o deslocamento e transporte, desde que chegaram em Dourados em 1955, as Franciscanas trataram logo de adquirir bicicletas, carroças e cavalos para se locomoverem em suas diversas tarefas, sobretudo, entre a Quadra do Cruzeiro (onde se localizavam o Patronato e a Casa das Irmãs) e o centro da cidade, onde funcionava a filial Patronato de Menores, ao lado da Igreja Matriz. Aos poucos, os douradenses foram se familiarizando com as Irmãs ciclistas, vestidas com seus tradicionais hábitos e percorrendo de bicicleta as ruas da cidade ou com a conhecida charrete das Irmãs, como mostra a Figura 48.

Figura 48: Irmãs Franciscanas em os seus meios de transporte, 1955



Fonte: Acervo Fotográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição *apud* AMARO, 2018, p.91

O Livro de Crônicas nos permite conhecer com uma dose de humor, alguns contratempos e experiências que as Franciscanas tiveram com esses meios de transporte, até que pudessem aprender corretamente como conduzi-los.

Noutro domingo a nossa Madre levou a Irmã Miraci junto para ver se passava menos trabalho, mas, viu um grande engano. Esta na ida foi bem, mas de tanto medo tremiam-lhe as pernas, que quando chegou perto da Igreja tombou pelo todo o

comprimento. O Frei Mateus⁴⁹, estava tocando o sino percebeu, correu ligeirinho, buscar uma bacia com água, toalha e escova. Pior foi a volta, apesar de inúmeras experiências, não conseguiu mais subir a mulinha, andando assim quase todo o trajeto ao lado dele. Mas não desistiu. Na última tentativa chegou a montá-la, mas novo empecilho. Um homem caminhando em sua frente, não a percebe, e ela não sabendo desviar e nem tocar a campainha, grita bem alto: Ó homem sai do caminho. Irmã Rosita também não estava bem treinada, num dos ensaios virou uma vez terra com o nariz. Muito faceira começou a corrida. De repente buzinou uma charrete atrás dela. Não sabia desvira nem travar. Para se livrar do embaraço ali mesmo pulou da bicicleta, que causou um tombo estendendo-a com todo o corpo pelo chão à beira da estrada, semelhante ao homem que caiu nas mãos dos salteadores, o charreteiro passou adiante qual levita sem fazer caso (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1955, p.3).

Podemos vislumbrar na Figura 49 não somente as Irmãs com suas respectivas bicicletas, mas também a casa construída para elas, resultado de uma intensa campanha de arrecadação. A Casa das Irmãs ou Convento foi a primeira moradia das Franciscanas, construída de madeira, coberta de telhas de cerâmica e alicerces de tijolos. Podemos observar na frente, como símbolo patriótico, o mastro para o hasteamento da bandeira. Nesse espaço também foi construído uma pequena capela para as Irmãs desenvolverem suas práticas religiosas. Ao fundo, em pé e de uniforme, aparece no registro fotográfico alguma aluna do Patronato, já que a casa das Irmãs também foi construída na Quadra do Cruzeiro, ao lado da escola.

Figura 49: As Irmãs Franciscanas ciclistas, 1955



Fonte: Centro de Documentação Regional - (CDR/UFGD)

⁴⁹ Frei Mateus Rothmann

Com a ampliação das suas ações educativas, sociais e catequéticas, em março de 1958, as Irmãs Franciscanas ganharam um Jeep, uma doação das Irmãs do Rio Grande do Sul: “Imensa foi a nossa alegria ao vermos realizado o sonho de ter uma condução mais confortável. No dia 19 de março chegou o nosso Jeep. É outra coisa do que andar de bicicleta ou a pé em dias de chuva e lama” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1958, p.19).

As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foram gradativamente encontrando seu lugar simbólico, mostrando suas possibilidades, dificuldades internas e externas e suas funções não somente na área da educação, mas dentro da sociedade douradense.

No ano de 1955, aqui chegou esta benemérita organização de nossas Irmãs Franciscanas, e tão logo, deram início a uma árdua tarefa, ou melhor, se considera um apostolado divino: ‘A EDUCAÇÃO DE NOSSA JUVENTUDE’. Por início, graças aos sacrifícios dessa organização, eram orientadas duas Escolas Primárias, ou sejam, Patronato de Menores e Sagrado Coração de Jesus (O PROGRESSO, 23/09/1964).

Com o passar do tempo e o fluir das suas atividades, as Franciscanas conseguiram se estabelecer e ocupar os seus espaços físicos e subjetivos, e assim, puderam construir o seu lugar próprio, de modo a contribuir significativamente para a escolarização da infância e a história da educação de Dourados. Como bem reflete Viñao Frago (2001) qualquer atividade humana precisa de um espaço e tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação. A ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como um lugar. O salto qualitativo que leva do espaço ao lugar é, pois, construção. O espaço se projeta ou se imagina, enquanto o lugar se constrói. Constrói-se a partir do fluir da vida e a partir do espaço como suporte. O espaço, portanto, está sempre disponível e disposto para converter-se em lugar e para ser construído.

As Franciscanas marcaram a trajetória do Patronato de Menores, assumindo a administração da instituição até o encerramento de suas atividades em 1983. Nesse itinerário, a escola passou por mudanças significativas em sua dimensão espacial e estrutural, não somente com a abertura de uma filial da escola em 1956, mas também na sua própria identidade institucional, ou seja, passou de Patronato de Menores para Educandário Santo Antônio em 1966. Uma das primeiras iniciativas dessa transição foi a de elaborar o primeiro Estatuto da instituição, dando maior clareza aos objetivos, finalidades, público atendido e estrutura organizacional da escola. No próximo capítulo, trataremos de analisar as vicissitudes dessa transição e os vestígios da sua cultura escolar.

4. DE PATRONATO DE MENORES À EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO: VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR

Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: atos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer (FRAGO, 1995, p.69).

E meticulosa tecitura é esta, a de historiar uma instituição educativa na sua complexidade, definindo-lhe um quadro spatiotemporal, reconhecendo-lhe uma ação sociocultural, material, simbólica, organizacional, antropológica, descobrindo-lhe, pois, um sentido. E relembrando a epígrafe, 'não há histórias sem sentido (...) é preciso considerar os acontecimentos, liga-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis' (MAGALHÃES, 2004, p.169).

O que significa cultura? O que podemos entender com esta palavra? De que conceito de cultura estamos falando? Devido à própria polissemia da palavra cultura, tais questionamentos podem nos levar a uma empreitada complexa e a debates extensos, o que não cabe nesta pesquisa. Portanto, de um modo geral, cultura é tudo aquilo que é produzido pelo homem, sendo muito difícil atribuir significados ao termo sem relacioná-lo a um campo ou área de conhecimento. Portanto, nesta tese, associamos o conceito ao campo da História, e mais especificamente, com a Nova História Cultural.

À luz da Nova História Cultural, o termo cultura também se ampliou. Costumava se referir às artes e às ciências, depois aos seus equivalentes populares, como música, medicina popular e assim por diante até que a palavra passou a se referir a uma gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar). A Antropologia também encorajou o emprego do termo em sentido amplo, o que abrange os processos técnicos, ideias, hábitos e valores, incluindo conhecimento, crença, arte, moral, costumes, aptidões. Assim, muitos historiadores culturais se apropriaram dessa noção antropológica e aprenderam a usar o termo em sentido amplo (BURKE, 2005).

Para Viñao Frago (2001), a cultura é um produto histórico, portanto, também passível a mudanças e com uma relativa autonomia para gerar modos de pensar e fazer. Souza (2009) afirma basicamente que a fertilidade do conceito de cultura escolar reside tanto em sua força interpretativa como nas possibilidades de uma compreensão mais rica da vida escolar.

Nas últimas décadas, a cultura escolar tem se destacado cada vez mais como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira, subsidiando as

análises historiográficas e assumindo visibilidade nas pesquisas sobre a história das instituições escolares. Ao eleger como categoria de análise a cultura escolar, dando ênfase aos sujeitos, suas práticas e representações, bem como, aos tempos e espaços escolares, pretendemos demonstrar a dinâmica do movimento da escola que ocorreu no interior do movimento da cidade e da região, num processo simultâneo de produção da escola que também produz a sociedade.

Assim, “olhar a escola pelas lentes da cultura escolar permite não apenas ampliar nosso entendimento sobre o funcionamento interno da instituição como nos provoca a rever as relações estabelecidas historicamente entre escola, sociedade e cultura” (VIDA, 2009, p.39).

A cultura escolar tem a capacidade de atravessar as fronteiras do tempo e das relações sociais, de fazer memória e permanecer em nós, tal como uma herança que acumulamos em nossa arqueologia individual e coletiva, constituída ao longo da história a partir do espaço físico e simbólico chamado: escola, lugar formativo por excelência. A cultura escolar também se conecta e se inscreve na cultura ordinária, na cultura da cidade, da infância, da docência, do cotidiano e está incorporada em cada um de nós, nas nossas práticas e representações, nas nossas posturas, normas e gestos, nos nossos conhecimentos e comportamentos inculcados; modos de fazer e pensar, nas nossas lembranças, enfim, na nossa constituição de criança em aluno.

Nesse sentido, a escola que habita cada um de nós é composta por um conjunto de saberes e práticas, desdobrado por rotinas e rituais, cheiros e sabores, sons e luzes, tempos e espaços, condutas e hábitos, brincadeiras e canções, sinos e merendas, travessuras e castigos, normas e subversões, por histórias que todo aquele que foi aluno tem para contar e lembrar. A cultura escolar envolve o conjunto do fazer escolar. A escola faz e transmite cultura por meio de seus conteúdos, e o grande desafio da pesquisa é buscar entender como os sujeitos escolares se apropriam e representam essa cultura.

A cultura escolar seria, em síntese, algo que permanece e dura; algo que sobrevive às reformas e que constitui um sedimento formado ao longo do tempo. Um sedimento configurado mais por camadas entrelaçadas, do que por camadas sobrepostas que, de modo arqueológico, é possível desenterrar e separar. Essa seria a tarefa do historiador (VIÑAO FRAGO, 2001).

Desta forma, somando-se a esse empreendimento arqueológico, também parafraseando com as noções de Ginzburg (1989), que compara o trabalho do historiador às figuras do caçador, do detetive e do médico para propor o seu paradigma indiciário, neste capítulo, pretendemos desenterrar os indícios, as pistas, os vestígios e os sinais da cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana. O que Ginzburg nos propõe é um paradigma indiciário, um método interpretativo que possui “a capacidade de, a

partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ibid., p.152).

Para tanto, propomos pensar a instituição, que foi transformada em 1966 em Educandário Santo Antônio, como um produto histórico da interação de dispositivos de normatização escolar e práticas dos atores sociais que se apropriaram deles; como o espaço onde as crianças douradenses, além de serem instruídas formalmente, também foram formadas na fé católica e situadas no âmbito da Educação Franciscana, que cumpria uma dupla finalidade: a formativa-educadora e a catequética-missionária.

4.1 Lugar de escola e tempo de construção: espaço escolar, cultura urbana e visibilidade

A cultura escolar é tudo o que envolve a vida da escola, porém, Viñao Frago (1995) dedicou uma atenção especial a dois aspectos: os espaços e os tempos escolares. A partir dessas premissas, podemos dizer que a configuração espacial do Patronato de Menores na cidade de Dourados é passível de ser analisada como um importante elemento da cultura escolar, que por sua vez, está entrelaçada com a própria cultura urbana no qual se insere. Como uma construção cultural, o espaço escolar do Patronato, para além de sua materialidade, também expressa, reflete e transmite determinados discursos.

Nessa mesma linha de considerações, Escolano (1998) infere que o espaço escolar, como lugar que abriga a liturgia acadêmica, deve ser analisado como um construto cultural que expressa e reflete, para além da sua materialidade, determinados discursos. O espaço-escola não é apenas um continente em que se acha a educação institucional, isto é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. Por isso, a arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, referência para a aprendizagem sensorial, motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos.

O Patronato de Menores começou a funcionar inicialmente em uma modesta casa de madeira improvisada e somente em 1954 passou a funcionar em um prédio próprio de alvenaria, construído exclusivamente para ser um espaço escolar, um lugar próprio para a escolarização. Com a chegada das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em 1955, o Patronato de Menores atraiu o interesse de muitas famílias para matricularem seus filhos na escola, mas o impasse de muitas delas era a distância em que estava instalada a instituição, isto é, na Quadra

do Cruzeiro. Assim, diante da grande demanda por matrículas e para atender os alunos da região central de Dourados, os Franciscanos decidiram abrir em 1956 uma Filial do Patronato de Menores.

Na coluna religiosa de 29 de janeiro de 1956 do jornal O Progresso (Figura 50), Frei Teodardo realizou um balanço da história do Patronato de Menores e dos resultados alcançados em 5 anos de funcionamento da escola, fazendo questão de ressaltar o início modesto e principalmente, o padrão modelar que o espaço escolar adquiriu com a construção da nova sede em 1954 e com a chegada das Irmãs Franciscanas para assumirem a direção da instituição em 1955. O pároco recorda ainda que a única desvantagem que o Patronato de Menores apresentava, era a sua distância em relação as residências dos alunos. Para assegurar a expansão do Patronato e garantir que os alunos da área central pudessem frequentar a escola, resolveram abrir uma Filial do Patronato na antiga Casa Paroquial, que ficava ao lado da Igreja Matriz.

Figura 50: Coluna religiosa sobre o Patronato de Menores, 1956



Fonte: O Progresso 29/01/1956, p.4.

Para não provocar possíveis comparações entre o Patronato de Menores instalado no quarteirão do Cruzeiro e a Filial, o discurso de Frei Teodardo era que a filial também estaria sob a direção e administração das Irmãs Franciscanas e que ofereceria todos os anos do curso primário, e ainda a vantagem de estar mais perto da residência dos alunos.

A partir de 1956, o Jardim de Infância passou a ser oferecido somente na Filial, enquanto o Curso de Admissão e de Corte e Costura somente no Patronato da Quadra do Cruzeiro. Por outro lado, chama a atenção a informação da coluna religiosa de que para alguns a mensalidade da escola seria módica e, em casos especiais, poderia receber abatimento e até gratuidade.

Portanto, há indícios de que o Patronato manifestava a disponibilidade em atender a infância pobre, porém, não necessariamente aquela concebida como infância *desvalida*. A escola acabou progressivamente, atendendo cada vez mais os filhos de famílias tradicionais da área central e da elite douradense, já que o Patronato de Menores ainda era a única opção oferecida às famílias católicas que não abdicavam do interesse de matricular seus filhos em uma escola da sua respectiva doutrina religiosa.

No Livro de Crônicas escrito pelas Irmãs Franciscanas, podemos compreender melhor os objetivos da abertura desse novo espaço. A fonte permite elucidar ainda alguns equívocos encontrados em pesquisas acadêmicas em relação aos diversos nomes que a instituição recebeu ao longo do seu itinerário histórico e como eles transitaram na memória coletiva de seus atores sociais. Assim, podemos esclarecer que foi a Filial do Patronato de Menores que teve um incremento em sua denominação, agregando o nome de um santo franciscano, isto é, Santo Antônio, sendo chamada então de Filial Patronato de Menores Santo Antônio.

Como o Patronato fica muito afastado do Centro, resolvemos abrir uma filial na antiga Casa Paroquial que fica ao lado da Igreja, recebendo esta escola o nome de **Filial do Patronato de Menores Santo Antônio**. Foi um **golpe para a seita protestante**, pois muitos alunos que antes frequentavam a escola evangélica, agora passaram para o Patronato. Iniciamos as aulas com um belo número de alunos. Foi um problema achar algumas professoras (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1956, p. 12, grifo nosso).

Sob o véu dos discursos presentes no Livro de Crônicas, podemos evidenciar outro motivo inerente com a abertura de uma filial do Patronato no centro de Dourados, isto é, a finalidade de fazer concorrência direta com a escola protestante Erasmo Braga, instalada desde 1939 na região central da cidade, cerca de um pouco mais de 200 metros de distância das futuras instalações da Filial Patronato de Menores Santo Antônio. Essa estratégia pretendia “reivindicar

o lugar central que a escola devia ocupar em todo o urbanismo racional” (ESCOLANO, 1998, p.32).

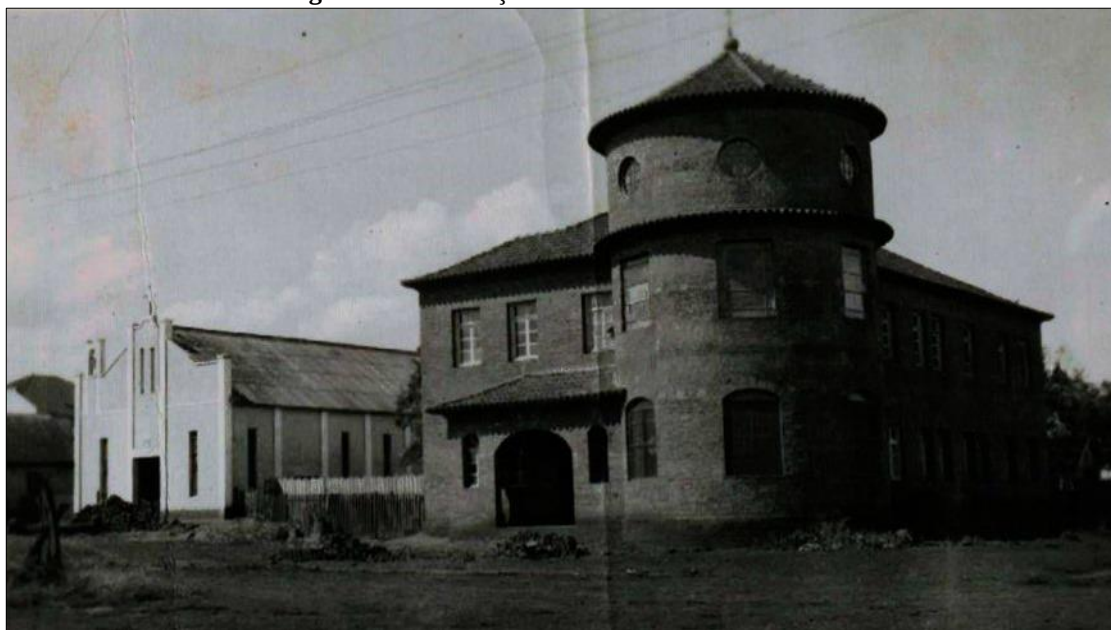
Essa estratégia também pode ser analisada a partir da variável da localização, compreendida por Escolano e Viñao Frago (1998) como uma variável decisiva do programa cultural e pedagógico comportado pelo espaço e pela arquitetura escolar. A localização da escola a definiria como um elemento dominante do conjunto de construções que a rodeiam, sendo o símbolo que representaria o esforço em favor da cultura. Assim, a partir de uma localização nuclear, a escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia.

A abertura da Filial do Patronato simbolizava para os Franciscanos o próprio esforço em favor da educação e da causa católica. Localizada na área central da cidade, a criação da filial foi possível graças a um outro espaço que a Missão Franciscana construiu, isto é, o Convento Franciscano.

A insuficiência da velha residência se fazia cada vez mais onerosamente notória pelo rápido crescimento de Dourados e do sempre crescente serviço paroquial. No ano de 1953, a Missão Franciscana conseguiu comprar um terreno ao lado da igreja matriz para construir uma nova residência ou convento Franciscano. A planta foi projetada pelo então vigário, Frei Teodardo Leitz, em conjunto com o Irmão Frei Valfrido Stähle. Construiu-se um prédio de dois pisos em estilo colonial moderno. Em 30 de janeiro de 1955, deu-se início à obra que foi entregue aos cuidados do Sr. Antônio Spoladore. As obras correram bem, de modo que, no começo de janeiro do ano seguinte, os frades já puderam entrar no novo ‘Convento dos Padres Franciscanos de Dourados’ que, segundo voz corrente do povo, era, na época, ‘a mais bela construção de Dourados’ (KNOB, 1988, p. 278).

O edifício do Convento pode ser visto na Figura 51. Nesse período, a Igreja Católica em Dourados vivia um tempo de intensa expansão de suas obras religiosas e de suas edificações arquitetônicas. Como podemos perceber no documento visual, a construção do Convento já apresentava traços da arquitetura moderna.

Figura 51: Construção do Convento Franciscano de Dourados



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

A inauguração do Convento Franciscano de Dourados ocorreu no dia 02 de janeiro de 1956. Como vimos, a obra foi realizada em um terreno adquirido em nome da Missão Franciscana de Mato Grosso, na esquina da Igreja Matriz. A propósito, o valor da obra e o objetivo com a evocação de toda essa materialidade monumental do Convento Franciscano são expostos pelo próprio Frei Teodardo:

Segundo o vigário, embora talvez pecasse um pouco contra a simplicidade franciscana, mas ‘finalmente a causa católica também se faz presente externa e dignamente’ porque até então todas as construções representativas de Dourados eram dos protestantes norte-americanos, que se esforçavam na sua atividade proselitista para dar a Dourados um aspecto protestante (KNOB, 1988, p.278).

A imponência da nova construção, embora contrária aos princípios de simplicidade franciscana, foi defendida pelos missionários para representar o poder simbólico da Igreja Católica em Dourados e sua capacidade de também fazer proselitismo frente aos seus concorrentes, corroborando com o que Escolano (1998) infere sobre a capacidade da linguagem arquitetônica expressar, além de uma ordem construtiva, um sistema de intenções, valores e discursos, um jogo de simbolismos que atribuem uma tradição cultural.

A arquitetura do Convento Franciscano de Dourados pode ser contemplada como suporte para outros símbolos, que criaram uma tradição cultural não somente para a causa católica, mas para a cultura urbana do município. Com a inauguração do Convento, também ficou à disposição, a antiga casa paroquial de madeira com um salão, que foram transformados

em salas de aula. Foi assim que se tornou exequível a ideia da abertura de uma Filial do Patronato de Menores no centro da cidade.

É por isso que concordamos com Escolano (1998), quando o mesmo diz que, não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades precisa ser examinada. A configuração da escola na cidade moderna e a própria relação da criança com o espaço urbano não é um episódio isolado, mas um corolário que se acrescenta ao modo de construir as cidades em nossas sociedades.

Na Figura 52, podemos visualizar de forma mais detalhada a localização desses edifícios católicos, que aos poucos foram mudando a paisagem urbana de Dourados. Portanto, na esquina temos o Convento Franciscano, uma construção de alvenaria com dois andares e uma espécie de torre circular; no meio, a Igreja Matriz e do lado esquerdo, a casa de madeira, onde passou a funcionar a Filial Patronato de Menores Santo Antônio, como indica a placa pendurada na parte frontal do edifício. No registro fotográfico, podemos observar ainda um pouco da paisagem urbana de Dourados na segunda metade da década de 1950.

Figura 52: Convento Franciscano e Filial do Patronato de Menores Santo Antônio, 1956



Fonte: (KNOB, 1988, p.276)

A Filial Patronato de Menores Santo Antônio começou a funcionar com uma matrícula de aproximadamente 300 alunos e o Patronato do Cruzeiro com a mesma quantidade. A Figura 53, apresenta os primeiros alunos da Filial do Patronato de Menores Santo Antônio da época. No meio da multidão de alunos aparecem o pároco Frei Teodardo Leitz e três Irmãs da Penitência e Caridade, trajadas com o hábito da Ordem. É possível distinguir a fonte fotográfica

da escola pelas características da casa de madeira e pelos vestígios da placa no pendural do telhado com a descrição do nome Filial Patronato Santo Antônio.

Figura 53: Alunos da Filial do Patronato de Menores Santo Antônio, 1956



Fonte: Centro de Documentação Regional - (CDR/UFGD)

Após a construção do Convento Franciscano e a abertura da Filial Patronato de Menores Santo Antônio, a Igreja Católica de Dourados passaria por mudanças ainda maiores com o projeto de criação da Diocese de Dourados, que implicou em inúmeras modificações já no fim dos anos 1956, que refletiram na trajetória e nos espaços do Patronato de Menores: foi necessário realizar uma permuta entre os espaços físicos e terrenos da Mitra Diocesana e da Missão Franciscana do Mato Grosso.

Com isso, a Missão Franciscana entregou à Mitra o quarteirão do Cruzeiro com todas as suas benfeitorias, isto é, o prédio da escola do Patronato de Menores e uma casa grande de madeira, recebendo “em compensação: 1) um terreno 55x50m defronte da Praça Antônio João, onde se acha construída a Igreja Matriz e a casa paroquial (de madeira)” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.37v). A Missão Franciscana recebeu ainda “uma quadra 100x100m na zona suburbana ‘Vila Progresso’, sem benfeitorias, a ser escriturada para as Irmãs Franciscanas de Dourados” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.37v).

No livro comemorativo dos 25 anos da Diocese de Dourados, Frei Teodardo Leitz (1982) explica que até o ano de 1957, todo o atual território de Mato Grosso do Sul teria sido uma única Diocese, a de Corumbá, que por sua vez, foi criada em 1910, sendo desmembrada

da Diocese de Cuiabá. Com a forte imigração e desenvolvimento do Sul do Estado de Mato Grosso, formando dois importantes polos, de um lado, Campo Grande como centro comercial, militar, viário e estudantil, e de outro, Dourados como centro de vasto desenvolvimento agrícola, Dom Orlando Chaves tratou da criação de mais duas Dioceses com sede em Campo Grande e Dourados respectivamente, autorizada pelo Papa Pio XII em 15 de julho de 1957.

Com a instituição da Diocese de Dourados, também advinha a necessidade de um reordenamento e ampliação dos espaços físicos. Com efeito, no dia 07 de setembro de 1957, justamente em uma festa cívica que atraía uma grande multidão, foi inaugurado um novo salão paroquial e também a Ala da Ação Social Franciscana ao lado da Igreja Matriz.

Devido à grande procura por matrículas que o Patronato de Menores recebia e diante de um espaço escolar que ficara cada vez mais diminuto para as novas demandas do cotidiano escolar, no dia 04 de outubro de 1957 foi lançada ainda, a pedra fundamental para a construção de uma nova sede da escola, também ao lado da Igreja Matriz, no centro da cidade, na Rua João Candido Câmara, n.º 400, no lugar da antiga casa paroquial de madeira, que fora demolida.

A escolha do dia para o lançamento da pedra fundamental da escola não poderia ter sido mais propícia, ou seja, o dia do santo patrono da Ordem, São Francisco de Assis, confirmando que tais momentos eram pensados e organizados como verdadeiros espetáculos formativos e simbólicos, não apenas de tradições, mas de sensibilidades e sentimentos face a comunidade e a cultura urbana.

Nesse sentido, podemos dizer que o lugar da educação escolar no centro da cidade, isto é, no lugar dos melhores prédios e palácios, não é o mesmo que nos subúrbios, de tal modo, que Faria Filho nos ajuda a compreender que “um lugar é sempre definido, ou constituído, em referência a outro lugar, estabelecendo-se sempre uma relação de lugares identificados singularmente” (FARIA FILHO, 2000, p.39).

Segundo Viñao Frago e Escolano (1998), a localização da escola surge com a confluência dos fatos: um deles seria a necessidade de a instituição escolar se localizar em um edifício próprio, construído com tal fim; o outro, seria o crescimento das cidades e as tentativas de regulá-lo mediante o planejamento urbanístico. Deste modo, a configuração da escola na cidade e a relação da criança com o espaço urbano não devem ser compreendidos como um fato isolado, mas um corolário que se acrescenta ao modo de construir as cidades em nossas sociedades.

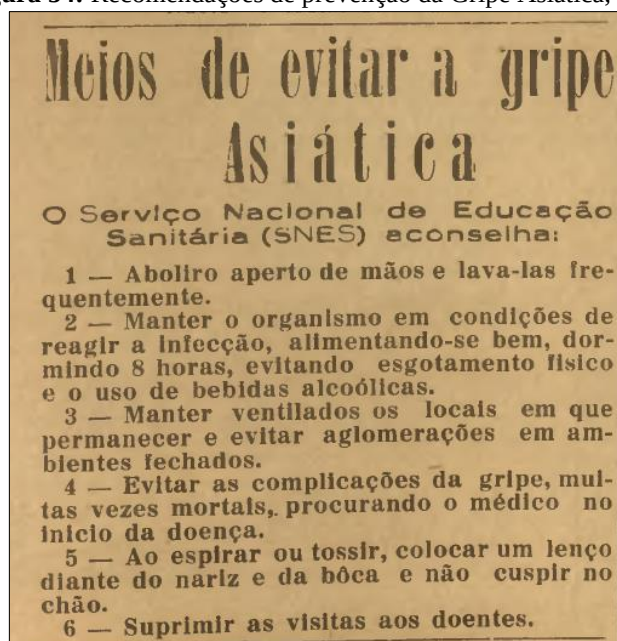
Não restam dúvidas que a escolha da localização do Patronato de Menores de Dourados, bem como a construção de um edifício mais amplo e apropriado para o seu funcionamento, possibilitaria maior visibilidade social e prestígio para a instituição, além de

permitir a expansão do ensino confessional e a ampliação do campo de atuação católica. Mas não era só isso, o contexto sócio-histórico de 1957 também exigia espaços mais modernos e que obedecessem às condições higiênicas e sanitárias, que levassem em consideração a entrada de luminosidade e ventilação, a disponibilização de água potável, banheiros, lavatórios e outros elementos.

Acontece que, entre os anos de 1957 e 1958, o mundo viveu um tempo de pandemia⁵⁰ pelo vírus H2N2, popularmente conhecido como Gripe Asiática, que surgiu no Norte da China e se espalhou para os outros continentes, levando ao óbito mais de 2 milhões de pessoas, alcançando inclusive, o município de Dourados.

A matéria do jornal O Progresso de 29 de setembro de 1957 alertava a população douradense quanto aos cuidados de higiene e prevenção para evitar o contágio pelo vírus, como podemos verificar na Figura 54:

Figura 54: Recomendações de prevenção da Gripe Asiática, 1957



Fonte: O Progresso, 29/09/1957, p.3.

O assunto da gripe também se tornou tema das aulas de catequese na escola, como podemos verificar na Figura 55, que mostra um texto didático mimeografado para a primeira catequese, sob o título: Deus não quer a morte das crianças (nenhuma deve morrer de gripe).

⁵⁰ Não podemos deixar de registrar que desde o ano de 2019 o mundo tem vivido uma nova pandemia, causada pela Covid-19, que teve origem na China e que até o presente momento já causou a morte de 3.110.124 milhões de pessoas no mundo inteiro. O Brasil já soma 390.707 mortes, sendo um dos países mais atingidos pela pandemia. Neste contexto trágico, milhares de estudantes tiveram as aulas presenciais suspensas, além disso, outras medidas de restrições precisaram ser adotadas. A vida, a rotina e o cotidiano de todos foram de uma forma ou de outra afetados.

Figura 55: Aula de Catequese do Patronato de Menores

PRIMEIRA CATEQUESE

TÍTULO: Deus não quer a morte das crianças. (Nenhuma deve morrer de gripe)

OBJETIVO: Cuidar da saúde.

MATERIAL DIDÁTICO: A Bíblia. Cartaz: "Saúde para todos"

Frases: "Deus não quer que as crianças morram."

1. MOTIVAÇÃO:

Amiguinhos, quantas vezes eu venho no meio de vocês e percebo que faltam um ou dois. Quantas vezes os alunos ficam sem aula porque o professor não veio. Vocês sabem me dizer porque muitos alunos e muitos professores não vêm à escola? (Deixar que encontrem a resposta). Quantos colegas ficam semanas inteiras na cama! Outros perdem o semestre inteirinho por causa de doenças. Vocês sabem me dizer quais as doenças que mais atacam os alunos e professores aqui em nosso meio? (Escrever as doenças mais comuns no quadro negro). Hoje vamos falar sobre uma dessas doenças que atacam muito as crianças: AS GRIPE.

Imaginem uma criança de um aninho com gripe! Que sofrimento! Passa o dia e a noite chorando!

E todos nós ficamos gripados com facilidade. Pergunto: "Por que as crianças ficam gripadas?" (Escrever no quadro negro as causas da gripe: fadiga, passagem do quente para o frio, vento, falta de roupa, corpo fraco, chuva, chão molhado, pedra fria...)

O que é que a criança sente quando tem gripe? (Escrever no quadro as respostas) Da dor de cabeça forte e insuportável. Do corpo inteiro. Os nervos ficam moles. Sente fraqueza. Não tem força para estudar, para correr, para brincar e nem para caminhar. A febre aumenta. Fica sem vontade de comer. Perde todo o apetite. Não quer nem sopa, nem carne, nem arroz e nem frutas ou doces. Espirra muito forte. Tem de conservar o lenço no nariz todo o tempo porque fica pingando. E pode até matar a criança. Pode faltar totalmente a respiração, estragar os pulmões e acabar com a saúde.

Olhem para este cartaz: "Saúde para todos". Temos que lutar para ter saúde durante a vida, até o fim. A gripe é um inimigo. Deve ser combatido. O nosso corpo é fraco e podemos perder a vida só por causa de uma gripe, mal curada.

2. MENSAGEM:

Vamos ouvir uma história em que Deus não quer a morte das crianças, mas quer que elas cresçam, brinquem e estudem.

"Deus tinha um grande amigo. Chamava-se Elias. Ele conhecia uma amiga que tinha uma criança. Elias foi parar na casa desta amiga. O menino começou ter febre e a respiração começou a baixar e acabou morrendo.

A mãe ficou desesperada. Disse a mulher: "Elias, você veio aqui recordar meus pecados e fazer morrer, por castigo, meu filho?" Elias tomou dos braços da mãe o menino e disse a Deus: "Senhor, irás anular o sofrimento desta viúva que me acolheu em sua casa? Eu te suplico: faz voltar ao corpo a alma do menino."

E Deus ouviu a oração de Elias e a alma do menino voltou ao corpo. E Elias entregou o menino vivo à mãe, dizendo: "Olha, teu filho está vivo!" E a mãe pegou o menino nos braços e, ajoelhada, feliz e cheia de lágrimas, disse: "Elias, tenho certeza de que és um homem de Deus e que a palavra de Deus está em tua boca".

Ouvindo esta história, que conclusão tivemos? (Deixar que descubram) (1 Reis 17, 17-24) Temos que cuidar da saúde dos coleguinhas. Cuidar para curar bem as gripes.

Evitar os lugares muito úmidos e frios... (1 Reis 17, 17-24).

Mostrar o cartaz: "Deus não quer que as crianças morram". Cuidar da saúde e também amar a Deus.

3. ORAÇÃO: Vamos rezar por aqueles que não têm saúde (momento de silêncio). (fezer um gesto de abraçar). Vamos abraçar os doentes. Os que têm gripe. Os que não podem respirar. Os fracos. Os que não têm apetite. Os que estão na cama.

4. ATIVIDADES: Dramatização do fato narrado. Personagens: Elias, a viúva e o menino.

Visitar um coleguinha doente. Organizar uma visita ao hospital.

Pergunta: Quando você fica gripado quais são os remédios que toma para vencer e matar a gripe?

O que você aconselha a uma amiga que está gripada?

X.X.X.X.X.X.X.X.X.

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Nos textos do Livro de Crônicas, as Irmãs Franciscanas também registraram esse episódio e o quanto a pandemia teve impacto no tempo e no calendário escolar, bem como na saúde dos alunos e das missionárias:

Encerramos o ano letivo mais cedo, devido a algumas doenças entre as crianças e as Irmãs. [...] Como moramos numa zona pobre, Irmã Rosita, a nossa enfermeira, vem auxiliando essas famílias. Já fez 1.364 injeções, pois a gripe este ano, tem batido forte aqui. Devido a gripe foi necessário encerrarmos o ano letivo já em novembro (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1957, p.13 e 17).

Diante dessa pandemia e frente às novas recomendações sanitárias, o novo edifício construído para o Patronato de Menores representava também uma resposta da Igreja para enfrentar o problema e oferecer um ambiente seguro e saudável para os alunos. Enquanto a nova sede da escola não ficava pronta, a instituição ficou funcionando somente na Quadra do Cruzeiro até setembro de 1958.

A propósito, as fontes impressas nos permitem conhecer ainda um fato bastante curioso que envolvia a localização do Patronato de Menores e a Casa das Irmãs na região da Quadra do Cruzeiro e que expõe os princípios de moralidade da sociedade douradense da época. O fato é que, devido ao crescimento da cidade de Dourados e a abertura de novas ruas, a Zona

do Meretrício que antes ficava isolada, passou a ter acesso pelas proximidades do Patronato de Menores, causando um incômodo muito grande nas famílias dos alunos, sob o argumento de que eles tinham o direito de serem educados em um ambiente sadio e familiar, como podemos verificar na edição de 10 de agosto de 1958 do jornal O Progresso:

Grande movimento popular vai reclamar a mudança da Zona do Meretrício para outro local. Com o crescimento da cidade, a zona do meretrício que antigamente ficava isolada, foi pelas novas ruas abertas, tendo próximo o Colégio das Freiras e centenas de famílias que se sentem expostas aos mais tristes vexames com essa situação. Agora um grande movimento popular teve início com um abaixo assinado que conta com 305 assinaturas e que foi confiado ao Dr. Weimar Torres, a fim de apresenta-lo a todas as autoridades, solicitando apoio para o movimento que visa a mudanças das meretrizes para outro local mais afastado onde as famílias e principalmente as crianças do Patronato não estejam aqueles vexames. Estamos certos que o movimento será muito bem recebido por todos, porque se trata de uma aspiração justa de centenas de famílias em torno do direito de viver tranquilamente e educar seus filhos num ambiente mais sadio. Deixemos aqui nosso apelo mais veemente a todos os responsáveis e ao povo em geral que deem seu apoio a esse movimento, independentemente de qualquer partidatismo, por amor à família e à terra douradense (O PROGRESSO, 10/08/1958, p.1).

Enquanto esse imbróglio não se resolvia, era o Patronato de Menores que estava prestes a se mudar da Quadra do Cruzeiro para o seu lugar definitivo no centro da cidade, ao lado da Igreja Matriz. A construção da nova sede da escola seguia de forma rápida e contínua. Para essa obra, além das subvenções governamentais, a escola realizou ainda inúmeras promoções e eventos sociais para angariar fundos para a construção, desde recital de música, quermesses, teatros e leilões. A Figura 56 revela o andamento da obra em sua fase de acabamento.

Figura 56: Construção do novo prédio do Patronato de Menores ao lado da Igreja Matriz



Fonte: Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD

Podemos verificar a parte interna da construção do edifício, erigido com dois andares, com paredes de alvenaria ainda sem reboco, com salas e janelas amplas. No corredor, foram fixados lavatórios próximos às portas para que as crianças pudessem fazer a higienização das mãos para entrarem nas salas de aula. Segundo Werle, Britto e Colau (2007), as reformas, ampliações, intervenções no sentido de modernizar e prover mais segurança ao prédio são fatores que implicam na configuração da cena e na compreensão acerca da forma como a instituição se desenvolveu e respondeu a demandas por expansão e por especialização de serviços.

Nesse tempo, o primeiro Bispo de Dourados Dom José de Aquino Pereira foi consagrado no dia 13 de abril de 1958, tomando posse em Dourados no dia 26 de maio do mesmo ano, repercutindo em uma série de transformações para a Igreja Católica e suas instituições. A matéria de capa do Jornal O Progresso de 01 de junho de 1958 trouxe o seguinte título: “Comovente e apoteótica a recepção tributada a Dom José de Aquino, Primeiro Bispo de Dourados”:

Uma página inesquecível da história de Dourados foi escrita sob a égide da hospitalidade, do entusiasmo e do espírito cristão de nossa gente, tributando a Dom José de Aquino Pereira a maior e mais entusiástica recepção já prestada a um cidadão, nesta terra de Marcelino Pires. Após os mais intensos preparativos, a população douradense, aguardava a chegada de S. Excia. Revma. no dia 25 de maio. Devido a impraticabilidade do voo dos aviões, somente, no dia seguinte, ao entardecer, aqui chegou Dom Aquino (...). Recebido no aeroporto por uma grande multidão e quase uma centena de veículos, dirigiu-se S. Excia. para o Patronato de Menores, de onde, acompanhado da multidão que o aclamava, veio, a pé, até a Igreja Matriz, passando sob os números arcos triunfais, armados pelos comerciantes e entidades de classe, ao longa da Avenida Marcelino Pires, com dezenas de faixas alusivas ao grande acontecimento e expressando as boas vindas ao primeiro bispo da diocese. No palanque armado defronte à matriz, teve lugar a cerimônia de posse (...). Às nove horas teve lugar o grande banquete oferecido pelas senhoras católicas no salão do Clube Social (O PROGRESSO, 01/06/1958).

As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade também narraram as suas impressões sobre esse acontecimento no Livro de Crônicas:

Dia 25 de maio foi o dia marcado para a solene recepção de Sua Excia. Revma. D. José de Aquino Pereira, primeiro Bispo da Diocese de Dourados. Devido muita chuva não foi possível o avião aterrizar. No dia 26, Sua Excia. chegou com um taxi aéreo, acompanhado por D. Orlando Chaves, D. Arcebispo de Cuiabá. Assim enviado por Sua Excia. o Núncio Apostólico, que devido o atraso não pode mais chegar em Dourados. Veio também D. Ladislau Paz, Bispo de Corumbá. As altas Dignidades Eclesiásticas foram recebidas no aeroporto pelas autoridades locais e conduzidas até à nossa casa, onde S. Excia., foi recebido pelo povo. Depois de paramentado seguiu em procissão pela Avenida Marcelino Pires, ricamente ornamentada com 24 arcos de honra e a rua atapetada de serragem, para assim encobrir a lama. As cerimônias da posse realizaram-se todas ao ar livre, pois a Igreja é pequena para acolher a multidão (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1958, p.19).

As narrativas da imprensa e do Livro de Crônicas sobre os lugares e o percurso realizado por Dom José de Aquino pela cidade são contribuições que nos permitem conhecer os principais espaços sociais e os mapas dessa cultura urbana de Dourados. Certeau (1998) se utiliza justamente da metáfora das caminhadas pela cidade para falar desse espaço praticado. Os processos do caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever os seus traços e as trajetórias. Tais estruturas narrativas tem o valor de sintaxe espaciais. “Os relatos poderiam ter esse belo nome [metáfora]: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles o selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços (CERTEAU, 1998, p.199).

Na coluna religiosa de 01 de junho de 1958, Frei Teodardo também estendeu um convite a toda população de Dourados para participar de diversas solenidades que aconteceriam para homenagear a chegada do Bispo diocesano, entre elas, uma procissão luminosa pelas ruas da cidade, missas e uma solene sessão literomusical com a participação dos alunos do Patronato de Menores, que aconteceria no Cine Teatro Ouro Verde, conforme convite apresentado na Figura 57.

Figura 57: Coluna Religiosa sobre a recepção do primeiro Bispo de Dourados



COLUNA RELIGIOSA

AGRADECIMENTO

Agradeço sinceramente a todos que concorreram para o bom êxito da recepção do primeiro Bispo de Dourados. Se me couber algum merecimento nisso, então porque tive a boa sorte de encontrar uma equipe de valiosos elementos que abnegadamente se dedicaram à organização da Festa, a qual, sem dúvida e apesar de todos os contratempos, marcou época na história da nossa cidade. A todos, portanto, do fundo do coração um sincero «Deus lhes pague».

Frei Teodardo, vigário.

Convite

A Paróquia de N.ª. Sr.ª. da Conceição convida a nobre população de Dourados para as seguintes solenidades:

Sábado, 31 de maio, às 6 horas da tarde: Procissão Luminosa de Encerramento do Mês de Maria, saindo do Patronato e percorrendo a Avenida Marcelino Pires até a Catedral, onde se realizará a Solene Coroação da Imagem de Nossa Senhora.

Depois da Reza, defronte da Catedral, **Quermesse e Leilão.**

Domingo, dia 1º de junho, Abertura do Mês do Sagrado Coração de Jesus. A missa das 9 horas será celebrada pelo exmo. e revmo. Sr. Bispo Diocesano, havendo na mesma também pregação de S. Excia. As 18.30 horas Reza Solene do S. Coração de Jesus. Depois, defronte à Catedral, Grande Quermesse e Leilão em benefício das obras católicas de Dourados.

Segunda-feira, 2 de junho, às 19.30 horas, no Cine Teatro «Ouro Verde», a Paróquia da Conceição de Dourados, oferecerá ao exmo. e revmo. Sr. Bispo Dom José de Aquino Pereira uma solene Sessão literomusical, à qual convidamos a todos os Douradenses. Entrada gratuita.

Quinta-feira, 5 de junho, Festa do Corpo de Cristo, Dia de Guarda. As missas da manhã serão no horário do domingo, fazendo os nossos dois Ginásios a sua Solene Comunhão Pascal na primeira missa. As 4 horas da tarde sairá da Catedral a Grandiosa Procissão do Santíssimo Sacramento. Pedimos encarecidamente ao Comércio local que feche os seus estabelecimentos. Ao recolher-se a Procissão, será celebrada, em frente à Catedral, pelo exmo. e revmo. Sr. Bispo, uma Missa Vespertina.

Frei Teodardo

Fonte: O Progresso, 01/06/1958, p.4.

O Cine Teatro Ouro Verde era um espaço utilizado para muitos eventos importantes da cidade de Dourados, inclusive da Igreja católica e do Patronato de Menores, como podemos ver na Figura 58. A fotografia é rica em detalhes e registrou a sessão literomusical que aconteceu no dia 02 de junho de 1958, que foi preparada pelo Patronato de Menores para recepcionar o primeiro Bispo de Dourados.

Pode-se observar na primeira fileira dos assentos, o Bispo Dom José de Aquino Pereira (a), com toda a sua indumentária composta de solidéu, capa magna e outros símbolos litúrgicos, como um grande crucifixo peitoral; ao seu lado, estão outras autoridades políticas e civis, bem como a diretora do Patronato de Menores, Madre Liúba Heck (b), que segura em seu colo um arranjo de flores; próximas à Madre Liúba, estão as crianças do Patronato de Menores (c), muito bem vestidas para realizarem a próxima apresentação cultural.

O evento também era uma oportunidade da escola administrada pelas Irmãs Franciscanas ter visibilidade social e demonstrar ao Bispo, às autoridades e a toda sociedade douradense, as competências e habilidades dos seus alunos. Nessa imagem é possível perceber a grandeza da cerimônia, ao observarmos um número expressivo de pessoas no recinto, muitas delas, devido a superlotação, estavam sem assentos. Na fotografia podemos conhecer os alunos da instituição e seus familiares. Pelas vestimentas, sobretudo das pessoas ocupantes das primeiras poltronas, infere-se que muitas pessoas importantes estariam participando do evento.

Figura 58: Posse do primeiro Bispo de Dourados, Dom José de Aquino Pereira, 1958



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

O que fica evidenciado nas fontes analisadas acima é que a cidade de Dourados crescia cada vez mais, e no mesmo ritmo, também crescia a comunidade católica, cujos os membros passaram a participar mais ativamente da vida da Igreja com as inúmeras ações missionárias realizadas pelos franciscanos. Consequentemente, os espaços constituídos para a prática das cerimônias litúrgicas e os eventos sociais da Igreja já não comportavam mais o número de católicos, tornando-se cada vez mais insuficientes e obsoletos. Muitas vezes, a própria Praça Antônio João servia como uma extensão do espaço da Igreja Matriz, tornando-se com ela, um lugar simbólico para as celebrações e festividades católicas.

A situação inicial da Diocese de Dourados foi um tanto desafiadora para Dom Aquino. “Faltou, quase por completo, a infraestrutura para uma Diocese, achando-se o primeiro bispo perante um desafio que exigiu dele muita competência, abnegação e vontade de trabalhar, dotando a Diocese de pelo menos o mais necessário para um bom funcionamento” (LEITZ, 1982, p.11).

Dourados não dispunha de um espaço para a Residência Episcopal e nem de uma Catedral, assim, a pequena Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi elevada a Pró-Catedral e por falta de residência, o Bispo começou a morar provisoriamente no recém construído Convento Franciscano. Segundo Leitz (1982), além da atuação pastoral, Dom José de Aquino trabalhou para aumentar o patrimônio e as obras de infraestrutura da Diocese.

Assim, no dia 10 de setembro de 1958, Dom Aquino já inaugurou a primeira grande obra de infraestrutura: o novo prédio do Patronato de Menores, que passou a concentrar todas as suas atividades em um único espaço físico. A escola que até então funcionava em um edifício simples na Quadra do Cruzeiro, ganhara uma arquitetura suntuosa e de destaque na cidade, um espaço mais amplo, moderno e estrategicamente localizado ao lado da Igreja Matriz, em frente à Praça Antônio João.

A inauguração ocorreu em um dia bastante oportuno, isto é, após um desfile cívico sob os olhares de todas as outras escolas de Dourados, como podemos verificar nos relatos das Irmãs no Livro de Crônicas:

As festividades cívicas de 7 de setembro, devido à chuva, foram reduzidas a uma curta hora cívica. Em compensação todas as escolas desfilaram no dia 10, pela Avenida Marcelino Pires até o altar erguido em frente ao Patronato onde assistiram a missa campal e logo após a inauguração da escola (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1958, p.20).

A definição de um lugar próprio implicou a produção de tipos ideais para a construção de prédios escolares, que permitissem a instauração de uma nova pedagogia do olhar, que

realçasse não apenas o caráter espetacular dos prédios e das atividades escolares, mas que também possibilitassem um maior controle das professoras e alunos e a obediência a certas condições higiênicas e pedagógicas (FARIA FILHO, 2000).

A fixação do Patronato nesse novo espaço, cuja fachada podemos ver na Figura 59, nos faz pensar justamente a escola como lugar, que segundo Viñao Frago (1998), pode variar em cada cultura. A escola como lugar é um produto cultural específico, que diz respeito não somente às relações interpessoais, território, contatos, comunicações, conflitos de poder, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos, a localização e posturas, à sua hierarquia e relações. Todas essas questões podem se referir ao âmbito da escola como lugar, à sua configuração arquitetônica e à ordenação espacial de pessoas e objetos, de usos e funções que têm o lugar em tal âmbito. Em especial quando se tem em conta que nela se permanece durante os anos em que se formam as estruturas mentais básicas das crianças, adolescentes e jovens. Estruturas mentais conformadas por um espaço que, como todos, socializa e educa, mas que, diferentemente de outros, situa e ordena essa finalidade específica a tudo e a todos quantos nele se encontram. A noção de lugar, a localização num espaço determinado para tal fim, é um dos elementos mais característicos da instituição escolar. “Ali, onde se aprende e se ensina, sempre é um lugar, cria-se um lugar” (VIÑAO FRAGO, 1998, p.66).

Figura 59: Fachada do Patronato de Menores – Ação Social Franciscana



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

O modelo do edifício do Patronato de Menores se destaca por sua fachada, ela revela traços importantes da cultura escolar e determina a disposição de todo o conjunto arquitetônico, combinando uma ideia de clausura ou isolamento por razões de controle e vigilância, e ao mesmo tempo, com acentuada imponência de um edifício sólido, com grandes janelas e paredes altas, que constituem a fronteira com o mundo exterior. Podemos perceber prontamente que se trata de um edifício típico de escola confessional católica, ao olharmos para um dos portões com uma imagem sacra disposta no centro da sua parede.

A nova construção do Patronato de Menores não lembrava em nada a velha casa de madeira onde tudo começou. O espaço-escola do Patronato, como bem disse Escolano (1998), também foi se regionalizando, emancipando-se primeiro da casa e de outros lugares nos quais se localizou, constituindo-se depois como habitação especializada nas funções de instrução, inclusive com anexos complementares como bibliotecas, pátios, átrios e diferenciando-se em salas de aula separadas.

A instalação do Patronato no centro da cidade, além dos motivos já descritos, evidencia uma intenção estratégica para que a escola fosse situada em uma localização propícia à sua visibilidade. Ao discutir as instruções higiênicas e pedagógicas quanto à localização das escolas, as análises de Viñao Frago (1998) também nos ajudam a compreender tais escolhas. O autor explica que havia uma tendência em escolher a localização das instituições escolares a partir de dois critérios principais, um deles favorável a localização em bairros mais afastados, e um outro, que optava por localizações menos distantes das residências dos alunos, nesse caso, se escolhiam lugares próximos a praças, jardins ou ruas largas e espaçosas, como é o caso do Patronato de Menores de Dourados.

Toda a projeção do lugar visava à concentração, a imersão nos estudos e nas tarefas escolares. As grandes janelas que permitiam a invasão da luz na sala de aula obscureciam o ambiente externo, a calçada, a rua, a cidade. Vemos assim como um critério de adequação arquitetônica corresponde às necessidades disciplinares. Por trás do portão, das paredes e jardins, a disposição e a distribuição do espaço escolar refletem um projeto cultural. Esse projeto, com vistas a civilizar e moralizar as crianças, e, por extensão, suas famílias, configurou-se em cada canto do edifício escolar (SOUZA, 1998).

Mas com a transferência do Patronato para o centro da cidade, em maio de 1959 o Bispo Diocesano mudou-se para uma residência provisória, construída ao lado da antiga Casa das Irmãs na Quadra do Cruzeiro. Por sua vez, no prédio onde funcionava o Patronato de Menores, naquele lugar “serve agora de Pré-seminário para uns 25 seminaristas” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.39).

Em 1959 começaram também as obras de uma casa provisória para as Franciscanas da Penitência e Caridade na chamada Chácara das Irmãs, isto é, na quadra da Vila Progresso. Em fins de 1959, as Irmãs fecham a casa e transferem as suas atividades da Quadra do Cruzeiro, então Seminário Diocesano, “e se mudam todas para a residência na chácara” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.39v), onde também iniciam novas frentes de ensino.

No Livro de Crônicas, as Irmãs Franciscanas registraram como foi esse processo de mudança e a reordenação dos espaços destinados as instituições escolares católicas em Dourados:

Quando em 1955 chegamos em Dourados, fomos morar num terreno pertencente aos Reverendos Padres Franciscanos. Mais tarde, este terreno passou para a Mitra. Uma vez que Dourados recebeu seu Exmo. Sr. Bispo, as nossas Superiores acharam melhor entregar casa e terreno à Cúria Diocesana. Foi assim que se deu início à construção provisória na Vila Progresso, apesar de ficar bem afastada da cidade. [...] Além do Patronato de Menores que continuamos a dirigir, damos início a Escola Normal do Instituto Educacional. [...] Na festa de Nossa Senhora do Rosário, os operários deram início a cavação dos fundamentos para o prédio ‘Instituto Educacional’ (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1958, p.21).

Cumprе destacar que o Instituto Educacional se constituiu como um projeto embrionário para que as Irmãs Franciscanas implantassem em 1959 os Cursos do Normal Regional e Normal Colegial para o ensino feminino e a formação de professores em Dourados. Nesse período, o Patronato de Menores também serviu como espaço para a realização dos estágios das futuras normalistas, que futuramente iriam compor o quadro docente da escola.

Para o funcionamento do Instituto começou a ser erigido em 1959 um prédio monumental na Vila Progresso, que funcionou como escola e convento. Tratava-se de um modelo arquitetônico suntuoso e de proporções inéditas para a cidade de Dourados, como podemos verificar na Figura 60, que registra uma parte da escola, especialmente, da ala conventual do edifício, reservada para os dormitórios das Irmãs, também chamados de celas, como podemos perceber pelas janelas com suas grades características.

Figura 60: Escola Franciscana Imaculada Conceição, 1970

Fonte: Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD

Nessa época, a Vila Progresso era um lugar ermo e despovoado, com pouca interação com o centro da cidade e demais zonas de maior movimento. Assim, enquanto o Patronato de Menores se estabeleceu no centro da cidade, concomitantemente, as Irmãs Franciscanas também começavam um ambicioso projeto educativo na Vila Progresso. Desta vez, a escolha da localização combinava tanto a finalidade educativa: distanciamento do barulho, acesso à natureza e a um ambiente propício ao estudo e a formação das moças de família, quanto a finalidade higiênica e econômica: o valor dos terrenos, em grande parte recebidos como doação de algumas famílias, como a família Müller do Amaral e outras, como relata as Irmãs Franciscanas: “A Senhorita Délia Ravasco, doou à Congregação um terreno quase todo coberto por mata-virgem. Também o Sr. Luiz Antônio Leão, possuidor de muitas terras, doou duas quadras às Irmãs” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1957, p.16).

A imprensa dedicou uma matéria especial em homenagem ao trabalho desempenhado pelas Irmãs Franciscanas na área da educação e que revela um pouco mais sobre a arquitetura escolar e os novos espaços constituídos pelas missionárias para a escolarização, bem como, as impressões da população em relação a tal empreendimento, considerado como um majestoso colégio, cujo o conjunto arquitetônico completo pode ser visto na Figura 61.

O Sagrado Apostolado de nossas Irmãs Franciscanas: É de um contentar esplêndido, quando os nossos olhos deparam com um majestoso colégio. Sua localização um tanto isolada faz nos acreditar ser um ambiente salubre à vida quotidiana de nossos estudantes. Assim, como em todas as autarquias, a ordem e a disciplina se tornam

requisitos especiais, ao bom cumprimento do dever. O esporte sadio é ministrado por nossas irmãs, que ainda desvelosamente, dedicam suas sábias orientações, participando da vida recreativa de nossas alunas. [...] Com a doação de dois quarteirões pelo senhor Wlademiro Müller do Amaral, a seguir se inicia a construção desse majestoso estabelecimento educandário, que, hoje nos desperta admiração profunda e, nos deixa pasmados ante a estética em que foi levantada esta construção, ainda em franco andamento, contudo, já funcionando o Instituto Educacional além de internato feminino e Escola Normal, em atividade desde o ano de 1959. As Revmas. Irmãs adquiriram mais um quarteirão do mesmo doador e, segundo informações, há a pretensão de ser efetuada a compra de mais um [...]. Grandes dificuldades marcaram o início do levantamento desta grande obra. O Deputado Weimar Tôres adquirira várias verbas, além de donativos de particulares tão generosamente ofertados, para esta realização. O Curso Normal já formara duas turmas, contando atualmente com 30 alunas. Até o ano passado os cursos funcionaram nas dependências do Colégio Patronato de Menores, dependências estas cedidas gentilmente, por nossa, também admirável, organização de padres Franciscanos (O PROGRESSO, 23/09/1964, p.1).

Figura 61: Escola Franciscana Imaculada Conceição, 1970.



Fonte: Acervo Fotográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição *apud* AMARO, 2018, p.228.

Segundo Amaro (2018), as ruas que cortavam as quatro quadras da escola foram doadas pela prefeitura de Dourados no ano de 1966, formando um único terreno onde se localiza a Escola Franciscana Imaculada Conceição. A construção do prédio escolar só foi concluída em 1969, devido à escassez de água e recursos financeiros.

É importante esclarecer que em 1962 o Instituto passou a ser chamado Colégio Imaculada Conceição, em funcionamento até hoje em Dourados com o nome de Escola Franciscana Imaculada Conceição, que teve o tecido da sua história alinhavado com o da história do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio.

Seguindo o projeto expansionista, no dia 08 de dezembro de 1959, Dom Aquino benzeu a pedra fundamental para a construção daquele que seria o monumento arquitetônico

mais majestoso da Diocese, isto é, a Catedral Imaculada Conceição, que aconteceu por cima da antiga igreja, que continuou a funcionar até o término das obras.

A planta da catedral foi idealizada com a contribuição do construtor Vittorio Fedrizzi, que também construiu o Patronato, e do vigário Frei Teodardo Leitz, que se inspirou “em igrejas conventuais antigas e modernas, chegando à conclusão de que, como elemento de ligação entre o convento, Ala Ação Social Franciscana e a Escola Patronato de Menores, a Igreja deveria ter duas torres e uma fachada que combinasse bem com a construção já existente” (KNOB, 1988, p.277). Desta maneira, definitivamente, a arquitetura do Patronato de Menores passou a estar ainda mais interligada com a arquitetura da nova Igreja Matriz, ou melhor, da Catedral Diocesana.

Na coluna religiosa de 07 de fevereiro de 1960, intitulada *Despedida da Velha Matriz*, Frei Teodardo Leitz, que também possuía conhecimentos e habilidades na área de arquitetura e construção, exalta a importância que teve a velha Igreja Matriz e explica a necessidade da nova obra da Catedral:

Durante mais de 15 anos, a igreja que ora deixamos, fora a casa de Deus, onde temos adorado a Nosso Senhor, aonde temos levado os nossos pedidos e as nossas mágoas, e onde sempre temos encontrado paternal acolhimento e doce consolação. [...] O tempo passou, Dourados cresceu rapidamente e a comunidade católica com ele. A Igreja-Matriz, grande e espaçosa para as exigências de 15 anos atrás, se tornou pequena e acanhada para o movimento religioso de hoje. Tornou-se urgente a construção duma nova e ampla matriz e, com a ajuda de Deus, a grande obra, iniciada em 8 de dezembro de 1958, já está no ponto de se colocar o madeiramento do telhado. O nosso agradecido e saudoso adeus a nossa querida velha igreja, e avante para a terminação da nova! (O PROGRESSO, 07/02/1960, p. 3).

Na Figura 62 é possível observar a grandiosidade do edifício e como a Igreja se mostra imponente na paisagem urbana do centro de Dourados. Na fachada, entre a nave central já concluída, destacam-se a construção das duas torres, nas quais os sinos ocupam um importante lugar, regulando não somente os principais eventos da Igreja, mas o próprio tempo da comunidade douradense. Segundo Escolano (1998), a torre é um elemento que costuma fazer parte de muitos centros educativos, sobretudo, daqueles de filiação religiosa, sendo um signo de poder e de domínio muito presente em igrejas, castelos e prefeituras.

Figura 62: Fachada da Catedral Imaculada Conceição em construção



Fonte: Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD

No Livro Tombo I da Paróquia de Dourados, Frei Teodardo revela com mais detalhes o andamento da construção e a arquitetura do novo empreendimento da missão franciscana na cultura urbana de Dourados:

A construção da nova igreja progride lenta, mas seguramente. As medidas são: 45 x 15 m no total, a nave (única) a ser ocupada pelo povo 30 x 15 m. Duas torres de 20 m de altura. Paredes 8 m de altura. Construção a cimento armada, pilares de 52 x 52 cm de 3 em 3 m. de distância, para receberem o madeiramento do telhado. Presbitério redondo, 8 m de fundo, 10 m de largura. Estilo: românico modernizado. Planta-rascunho: Frei Teodardo Leitz em colaboração com o Sr. Vittório Fedrizzi. Cálculos técnicos e fiscalização: engenheiro civil Frederico Mandelik. Administração: Frei Teodardo Leitz. Financiamento: Festas (Quermesses, Leilões, Rifas) Contribuições mensais (uns 50 contribuintes), auxílios provenientes da Alemanha (benfeitores, [ilegível]), economias da Residência Franciscana de Dourados. A construção se faz em redor da antiga matriz, que ainda serve para as funções religiosas. Estado da obra em fins de 1959: 7 metros de altura (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 39v.).

Na Figura 63, podemos observar a edificação da Catedral pela perspectiva do pátio e dos alunos do Patronato de Menores. Do lado esquerdo da fotografia, é possível notar os andaimes e estacas da construção e a estrutura de uma das suas torres. Porém, o que chama a atenção nesse registro fotográfico é que, por meio dele, podemos conhecer o pátio interno do novo prédio do Patronato de Menores já concluído e ampliado, com alguns alunos da instituição, todos rigorosamente uniformizados com roupas brancas, possivelmente, para algum evento cívico ou religioso.

Figura 63: Pátio do Patronato de Menores, 1959



Fonte: Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD

Em relação ao pátio escolar, Faria Filho (2000) explica que na busca por separar a escola da rua implicou também, e fundamentalmente, a criação do pátio escolar, um espaço de transição, que permitia fazer com que os alunos não somente saíssem da rua, mas também permitia evitar que eles entrassem à sala de aula no mesmo ritmo que vinham da rua. Nesse sentido, o pátio significava a passagem de uma ordem a outra, de uma cultura a outra, no qual a fila cumpria o importante papel de imposição de uma postura espacial-corporal necessária à ordem escolar, como podemos observar na Figura 64.

Figura 64: Alunos do Educandário Santo Antônio em fila, 1970



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Por todas essas razões que Viñao Frago (1995, p.25) afirma que “o espaço não é neutro. Sempre educa”. Nos recreios, o pátio era vigiado pelas professoras e pela diretora, a propósito, os ex-alunos do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio lembram até hoje dos dispositivos disciplinares da instituição, principalmente, da postura enérgica de sua principal diretora, a Irmã Auxiliadora.

Assim como a cidade, a escola impõe-se como cenário e cena, é estrutura e linguagem de uma cultura escolar. Nas fotografias, também podemos perceber a preocupação em murar a escola para separá-la da rua, na verdade, por ser construída em dois andares e por ficar conjugada junto à Igreja, a visão que se tinha do Patronato era de uma verdadeira muralha. Para Faria Filho (2000), junto a preocupação de separar a escola da rua, o muro além de servir de proteção, servia como impedimento à livre circulação dos alunos. O muro configuraria, simbólica e materialmente, a delimitação de um espaço próprio, apartado da rua e que se autoinstitui como significativo, ao mesmo tempo em que produz a rua como lugar maléfico às crianças.

O interior do edifício-escola também se configura uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e encontro dos corpos. A sala de aula é a especificação básica: uma para cada ano do curso de cada seção. A cada sala corresponde um grupo de alunos. O modelo de sala de aula para as escolas primárias no Brasil atendeu o princípio da racionalidade funcional e a critérios disciplinares. Um apartamento retangular consolidou-se como figura mais apropriada para a aula. A questão mereceu a atenção não só de arquitetos, mas de educadores, médicos e higienistas que recorreram a sua missão civilizadora de prescrever critérios e condições ideais de ar, luz, mobiliário e postura dos alunos (SOUZA, 1998).

Nas fotografias a seguir, podemos conhecer o cenário de algumas salas de aula do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio. A Figura 65 registra uma sala da Pré-escola no último dia de aula antes das férias de 1970. É notável a posição corporal dos estudantes, que estão sentados em cadeiras e com os olhares voltados para a professora. Podemos perceber ainda, a utilização de alguns objetos e brinquedos que estão sobre as mesas, que serviam como recursos didáticos para o ensino do conteúdo. Com uma régua na mão apontada para a lousa, a professora encena uma posição clássica do ensinar, ao consolidar os gestos e os comportamentos identificados como docentes, que na maior parte do tempo precisava ficar em pé na sala de aula. Chama a atenção o vestido curto da professora, que demonstra certa subversão diante das regras de uma instituição confessional.

Figura 65: Sala de aula do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, 1970



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

A partir das reflexões de Souza (1998), podemos analisar que a disposição retangular da sala de aula facilita a concentração da atenção dos alunos em uma das extremidades, isto é, onde fica a professora e o quadro negro. Facilita ainda a visualização e a disposição das carteiras, o mais importante móvel escolar da sala de aula. Todo o enquadramento do espaço é pensado para propiciar um ambiente de estudo, concentração e aprendizado.

A Figura 66, por sua vez, retrata o interior de uma sala de aula da 4.^a série durante uma atividade em grupo, realizada pela Irmã Alfreda, que aparece em pé no centro da sala. Nessa cena do cotidiano escolar, apesar de algumas permanências nos elementos estruturantes da organização das salas de aula, podemos verificar algumas mudanças nos fazeres escolares, como no modo de se movimentar da professora, na postura corporal dos alunos e na distribuição das carteiras, o que implica pensar na difusão de distintas práticas e concepções pedagógicas dos professores, a começar pela disposição da mobília escolar e até mesmo a separação por gênero na formação dos grupos para proporcionar a referida atividade.

No momento do registro fotográfico, os alunos parecem alheios à presença do fotógrafo, enquanto alguns voltam seus olhares para a câmera fotográfica com certa desconfiança, outros continuam naturalmente suas atividades e no fundo da sala, um aluno faz um gesto com o polegar de forma descontraída para a captura da imagem.

Figura 66: Sala de aula da 4.^a série do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, 1968



Fonte: Arquivo particular de Fátima Carneiro

Partindo das considerações de Faria Filho (2000), notamos que a movimentação da professora é tida como uma maneira de animar os alunos na aula, transformando-se num mecanismo importante de ensino, tanto quanto os utensílios dispostos ordenadamente. O controle da professora no exercício da sua função, transmuta-se na intenção de produzir uma disposição ordenada dos sujeitos e objetos no espaço escolar e, por outro lado, da determinação das formas autorizadas de apropriação do espaço produzido e praticado pela professora, meninos e meninas, alunos e alunas.

Quanto aos elementos estruturantes da organização desses espaços, podemos observar nas fotografias, certas permanências: a distribuição dos alunos voltados para a direção da professora, a existência do suporte da escrita, como folhas, cadernos e quadro-negro; a utilização de objetos para a escrita e leitura, como giz, lápis, canetas e livros; a posição corporal dos estudantes, sentados em cadeiras e com os braços apoiados em mesas, e dos professores, sempre em pé. Tais gramáticas escolares, segundo Vidal (2009), trazem justamente as marcas do que Dominique Julia (2001) considerou como cultura escolar.

A pretensão de transformar a sala de aula em espaço onde se possam realizar de maneira consciente os processos e as finalidades da educação moderna, implica, entre outras coisas, uma análise minuciosa de sua organização, dos processos metodológicos e atividades nela desenvolvidos, dos gestos e movimentos das professoras, bem como da busca em despertar nas crianças emoções e sentimentos que possam não apenas contribuir no processo de aprendizagem, mas, sobretudo, ser utilizadas como mecanismo de controle (FARIA FILHO, 2000, p.161).

Olhando para as paredes das duas salas de aula e de outros ambientes do espaço escolar, como o da Figura 67, podemos perceber o quanto elas também servem de suporte para os símbolos e também para os materiais didáticos, como mapas, cartazes, desenhos, que dizem respeito à práxis pedagógica. O professor tinha à disposição materiais que tornavam o ensino mais concreto, além de uma aula expositiva, a visualização e o manuseio dos mesmos auxiliavam na compreensão prática dos conteúdos.

Figura 67: Escadaria da escola Patronato de Menores, 1960



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Sobre esse aspecto, Escolano (1998) observou que o edifício-escola serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, símbolos da religião, o relógio, máximas morais e higiênicas. As paredes serviram para nelas exibirem imagens e inscrições de personalidades que se consideravam exemplares para a infância. Do mesmo modo, os símbolos políticos, cívicos, religiosos e outras imagens e textos se penduravam nas salas de aulas, como as orações de entrada e saída, a distribuição do tempo, as lousas, cartazes, mapas, quadros, entre outros. “Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais” (ESCOLANO, 1998, p.40).

A propósito, como vimos, a própria arquitetura do Patronato de Menores exprimia todo um simbolismo de ideais que queriam transmitir. Gradativamente, os Franciscanos conseguiram construir edifícios monumentais para suas instituições, agrupando em um mesmo espaço, a escola, a Ala da Ação Social Franciscana, a Catedral e o Convento, todos localizados no coração da cidade, em frente à principal praça do município.

A inauguração e bênção solene da Catedral Imaculada Conceição aconteceu em uma data simbólica para os católicos douradenses, em 8 de dezembro de 1960, festa da Padroeira Imaculada Conceição, após dois anos do lançamento da sua pedra fundamental. Na Figura 68 podemos observar a obra finalizada, na ocasião das Santas Missões Populares de 1963.

Figura 68: Inauguração da Catedral Imaculada Conceição, 1963



Fonte: Museu Municipal de Dourados

Esse registro fotográfico nos permite compreender não somente a importância dessa celebração para a cultura religiosa, mas o entorno da cidade, seus atores sociais, a cultura urbana da época e as transformações ocorridas ao longo do tempo nesse espaço físico e simbólico, que compõem o patrimônio cultural e religioso de Dourados e que consagram inúmeras influências sobre a história do Patronato de Menores.

Nesse sentido, o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visava incutir nos alunos o apreço pela educação (FARIA FILHO e VIDAL, 2000). Mas não era só isso, ao inscrever-se na cena da cidade, o Patronato de Menores o faz como uma experiência intensa e complexa, em que até os sons da escola se misturavam aos sons de Dourados, e nesse movimento de conformação de uma urbanidade, uma cultura escolar era produzida.

No bairro de maior atividade de Dourados, as buzinas das charretes, os sons das ferraduras dos cavalos, dos carros, das bicicletas, do comércio, do sino e do alto-falante da Igreja, se mesclavam com os sons da sineta do Patronato de Menores, que indicavam o tempo

do recreio, dos intervalos, do início e término das aulas dos períodos matutino e vespertino. As rotinas e o movimento dos alunos na recreação, na chegada e saída da escola, com suas brincadeiras, correrias, risadas e conversas, se misturavam com os horários e rotinas dos trabalhadores, das famílias e daqueles que se deslocavam pelas ruas da cidade.

Portanto, para além das construções materiais, existe uma ação dialógica com a dimensão simbólica na história de uma instituição escolar, isto é, uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos e dos grupos sociais envolvidos. Assim, comungamos do pressuposto de que:

A disposição arquitetônica dos prédios, a distribuição e ordenação dos espaços, a orientação estética, a acessibilidade, influenciam o cotidiano educacional, quanto à materialidade e à funcionalidade, mas também afetam as representações e os modos de estar, vivenciar, relacionar-se, referenciar e projetar por parte de todos os membros de uma comunidade educativa (MAGALHÃES, 2004, p.144).

A cultura escolar do Patronato organizou itinerários e percursos de espaços pela cidade. Atravessar a Praça Antônio João talvez tenha sido um dos caminhos preferidos de muitos alunos, que aproveitavam as flores de magnólia amarela para presentear a professora na chegada para aula.

A praça ‘Antônio João’, muito verde, cercada de magnólias, contrastando com as cores da bela fonte luminosa, fazendo cenário aos dois monumentos que em suas diferentes categorias constituem uma homenagem do povo douradense, ao herói tenente da cavalaria Antônio João Ribeiro, poconeano que deixou seu nome gravado com letra de ouro na história, da qual esta região foi teatro, e outra ao colono, o maior responsável pelo nosso progresso, que se assenta na agricultura, o qual, com o seu trabalho, constante e perseverante, trouxe para Dourados esse desenvolvimento que todos nós estamos vendo, assistindo e aplaudindo (CARMELLO, 1973, p.55).

A Praça Antônio João também era a extensão do pátio da escola, a materialização da convivialidade escolar e urbana, o palco para as últimas brincadeiras e conversas entre os alunos antes do retorno para casa, como revelam as Figura 69 e 70, nesta última, podemos observar algumas alunas do Patronato de Menores de 1960 em atividade recreativa, junto com sua professora, uma Irmã Franciscana da Penitência e Caridade Cristã.

Figura 69: Praça Antônio João, década de 1960



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Figura 70: Alunas do Patronato de Menores na Praça Antônio João, 1960



Fonte: Acervo Fotográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição *apud* AMARO, 2018, p.224.

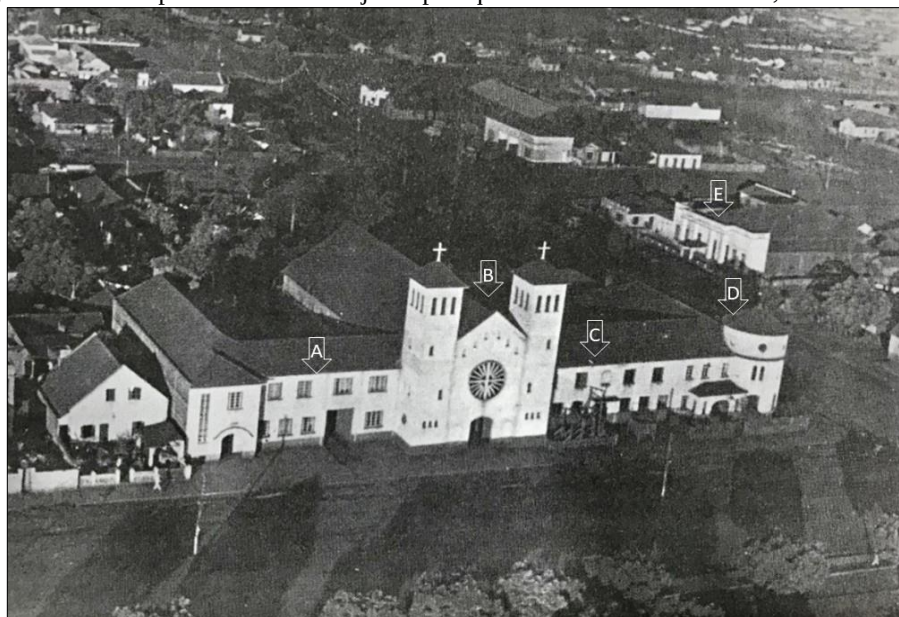
Foi nesse cenário, que os eventos promovidos pela Igreja se tornavam quase que automaticamente os eventos da escola, articulados pelos freis e freiras que atuavam nas duas instituições. Aos domingos e nos dias de festas de guarda, os alunos eram convocados a participar da missa e celebrações na Igreja Matriz, muitas vezes, eram acompanhados das próprias professoras, que ficavam sempre atentas para perceber os alunos piedosos e aqueles que não estavam presentes. Nos relatos das Irmãs Franciscanas no Livro de Crônicas, podemos interagir um pouco mais com esses lugares praticados:

Arrumamos na praça, entre as belas magnólias, um altar e sobre o mesmo o presépio. Foi impressionante o respeito e silêncio da grande multidão que devotamente assistiu ao santo sacrifício da Missa. O alto-falante transmitiu a toda a circunvizinhança a solenidade do Nascimento do Menino Jesus. O coro misto acompanhado de flauta, deu um brilho especial ao ato. Calcula-se em número de 3.500 os assistentes à Santa Missa do Galo (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1956, p. 14).

Foi na constituição desse espaço físico e simbólico, ou seja, desse “lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p.202), que a Missão Franciscana produziu as suas ações e estratégias. Também foi nesse espaço que o Patronato de Menores produziu a sua cultura escolar, suas práticas e representações, numa relação de influência e proximidade com a própria cultura religiosa e urbana de Dourados.

Na Figura 71, podemos visualizar a magnitude do conjunto paroquial e arquitetônico formado pela Missão Franciscana em Dourados até a década de 1960 e a hegemonia da cultura religiosa católica no centro da cidade. Também podemos contemplar uma perspectiva mais ampla de Dourados, sobretudo, da área central do município, suas construções, as zonas edificadas e muitos espaços ainda vazios. Porém, o que chama a atenção nessa fotografia é o quanto o conjunto arquitetônico constituído pelo Patronato de Menores (a), Catedral Imaculada Conceição (b), Ala da Ação Social Franciscana (c) e o Convento Franciscano (d), se sobressai diante das demais construções da cidade. Ao lado direito, podemos conhecer, por exemplo, o edifício do Clube Social de Dourados (e) e o quanto a cidade foi crescendo e se expandindo a partir da posição da Igreja.

Figura 71: Visão panorâmica do conjunto paroquial da Missão Franciscana, década de 1960



Fonte: Knob (1988, p.277)

Na fotografia, também podemos identificar por um outro ângulo, o formato e o modelo do edifício construído para a escola. A arquitetura do Patronato combinou aquilo que Viñao Frago (1995) define como um grande edifício no meio urbano, com fachada rente à rua, pátio interno fechado e invisível a partir do exterior, como claustros; fachada imponente, majestosa e sólida; estrutura simétrica com grandes alas retilíneas. É possível perceber um modelo escolar em forma de U, que é formado com a lateral da Igreja. Segundo o autor, nesse jogo de relações entre o interno e o externo, o fechado e o aberto, na forma em U predomina a fachada e oculta o seu interior.

O modelo em forma de U do edifício do Patronato de Menores, além de possibilitar uma maior vigilância, tem um viés disciplinador. As janelas voltadas para o exterior e também as voltadas para os corredores e pátio interno, obedeciam não somente os preceitos higienistas, mas permitiam um maior controle sobre o comportamento dos estudantes e das práticas dos docentes. De um modo geral, o espaço da escola era composto da seguinte estrutura física: “Um prédio destinado a fins educacionais, com 11 (onze) salas, compreendendo salas de aulas, biblioteca, sala de professores, diretoria, instalações sanitárias, cantina, secretaria e outras dependências, bem assim o pátio que lhe serve para recreio” (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO N.º 3527, DE 24/06/1970).

Devido à proximidade física e institucional, havia uma ligação quase que simbiótica entre o Patronato de Menores e a Catedral Imaculada Conceição. Aliás, o próprio quintal da Igreja acabava sendo um espaço muito frequentado pelas crianças da escola. Os testemunhos narrados por Sampaio (2004) dão conta que havia no quintal da Igreja muitas frutas como manga, laranja e goiaba. “Quem tomava conta da Igreja era Frei Teodardo e o Frei João que davam permissão para as crianças comerem as frutinhas da Igreja e ainda ofereciam doces, bolos e balas” (SAMPAIO, 2004, p.20).

As vivências das crianças nesses espaços estão bem presentes na memória de ex-alunos, como nas recordações compartilhadas por Iolete a Sampaio (2004):

Iolete foi crescendo na fé católica, sempre participando da Igreja que, na época, agregava ao lado um colégio chamado Educandário Santo Antônio. E foi ali a sua segunda escola, que frequentou de maneira mais regular por estarem com moradia fixa na cidade durante a semana, e também por a escola estar próxima a casa onde as meninas residiam (SAMPAIO, 2004, p.20).

Na Figura 73 podemos visualizar melhor essa interação da arquitetura da escola com a arquitetura da Igreja. O registro fotográfico é da concentração da escola para o desfile de Sete de Setembro de 1974. A imagem é rica em detalhes e nos permite conhecer um pouco mais do

seu pátio interno, com suas janelas e corredores, literalmente conectados com a lateral da Catedral. Nesse período, a escola já se chamava Educandário Santo Antônio, como podemos perceber pelas iniciais ESA grafadas nos instrumentos musicais da fanfarra da escola.

Figura 73: Espaço interno da escola junto à lateral da Catedral, 1974



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Ademais, um fato interessante que precisa ser mencionado sobre o edifício da escola é que ele também serviu de espaço para a instalação de uma instituição de Ensino Superior privada. Conforme a certidão do Instrumento Particular de Contrato (Figuras 74 e 75), registrado em cartório em 1975, a Missão Franciscana alugou o prédio do Educandário Santo Antônio para a Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados (SOCIGRAN), atual Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN).

Figura 74: Certidão de Instrumento Particular de Contrato, 1975

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE DOURADOS

Cartório do 4º. Ofício
RENÉ MIGUEL
4.º Tabelião e Escrivão do Civil em Geral, Privativo dos Inventários, de Menores, Acidentes no Trabalho e Justiça do Trabalho

CERTIDÃO

CARTÓRIO DO 4.º OFÍCIO
RENÉ MIGUEL
4.º TABELIÃO
Maria de Lourdes Santos da Silva
Escrivã Substituto
Sergio da Silva Dias
2.º Substituto
Maria Thereza Prado Miguel
Escrivente Juramentada
Peri Carlos Pael Lopes
Escrivente Juramentado
Av. Pres. Vargas, 407 - Dourados - MS

MARIA DE LOURDES SANTOS DA SILVA, /
1ª SUBSTITUTA DO REGISTRO INTEGRAL/
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DESTA CIDA-
DE E COMARCA DE DOURADOS, ESTADO DE
MATO GROSSO, NA FORMA DA LEI, ETC..

CERTIFICA a requerimento -/
verbal de parte interessada, que revendo em Cartório, os competentes/
Livros de Títulos e Documentos, neles verifiquei constar o Registro /
Integral de um Instrumento Particular de Contrato, devidamente regis-
trado sob o nº de ordem 3527, as fls. 167/168, Livro B-8, em 24 de ju-
nho do ano de 1975, cujo inteiro teor é o seguinte: Registro Integral
de um Instrumento Particular de Contrato que me foi apresentado pelo/
interessado, cujo teor é o seguinte: Instrumento Particular de Cont-
to. Locadora: Missão Franciscana da 1ª Ordem de São Francisco no Esta-
do de Mato Grosso. Locataria: Sociedade Civil de Educação da Grande /
Dourados. Por este instrumento particular de contrato, datado e assi-
nado, a entidade Missão Franciscana da 1ª ordem de São Francisco no /
Estado de Mato Grosso, com sede e foro na cidade de Campo Grande, Es-
tado de Mato Grosso, situada a rua 13 de maio s/nº, CGCMF sob nº.....
03265097/001, neste ato representada por seu bastante procurador Fr./
Jaime Augustinho Clasen, brasileiro, sacerdote, consoante, instrumen-
to de procuração lavrado no sétimo Tabelião e Oficial da 2ª Circuns-
crição de Imóveis de Campo Grande-Mt., Livro 13, folhas 270, e dora-
vante denominado apenas locadora, da em locação a sociedade civil de/
Educação do grande Dourados, com sede e foro na cidade de Dourados, /
Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Diretor Presi-
dente, Doutor Boris Grimberg, brasileiro, casado, advogado, domicili-
ado e residente a rua Santana, nº 215, na cidade de Mogi das Cruzes, /
Estado de São Paulo, RG- 1.197-119 e CJC- 018.396.248-68 e doravante/
designado simplesmente locataria, o imóvel de sua propriedade situado
a rua João Candido da Camara, Nº 446, na cidade de Dourados, estado/
de Mato Grosso, consistente de um prédio destinado a fins educacio-
nais, com 11 (onze) salas, compreendendo salas de aulas, biblioteca, /
sala professores, diretoria, instalações sanitárias, cantina, secreta-
ria e outras dependências, bem assim o pátio que lhe serve para re-
creio, conforme planta abaixo anexa, e que fica fazendo parte integran-
te deste, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Prime-
ira:- O Prazo de locação é de 05 (cinco) anos, a partir desta data e /
com termino no dia 27 de maio de 1980. Cláusula segunda:- O Aluguel /
mensal é de R\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros), pagáveis até o décimo dia
útil do mês subsequente ao vencido. Cláusula Terceira:- O Aluguel se-
rá majorado anualmente, observado o índice fixado pelo Egrégio Con-
selho Federal de Educação, alusivo as taxas educacionais. Cláusula Quar-
ta:- Fica a "locataria" autorizada a fazer as benfeitorias no imóvel,
com anuência prévia, por escrito, da "locadora", as quais ficarão in-
corporadas ao mesmo, independente de qualquer indenização. Cláusula /
Quinta:- A "locataria" entra na posse do imóvel mencionado no "caput"
.....continua.....

11
12.
12-5-75

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Figura 75: Certidão de Instrumento Particular de Contrato (verso), 1975

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE DOURADOS

Cartório do 4^o. Ofício
RENÊ MIGUEL

4.º Tabelião e Escrivão do Cível em Geral, Privativo dos Inventários, de Menores, Acidentes no Trabalho e Justiça do Trabalho

.....continuação.....
deste contrato, imediatamente à sua assinatura, inclusive iniciar as reformas que se fizerem necessário, observando o disposto na cláusula quarta. Cláusula Sexta:- Todos os impostos e taxas que recaírem sobre o imóvel objeto do presente contrato, serão pagos pela "locatária", sem qualquer ressarcimento. Cláusula Setima:- O material didático, móveis e utensílios e biblioteca, enquanto durar a locação, serão de uso comum dos contratantes. Cláusula Oitava:- A "locatária" se obriga a conservar o imóvel ora locado no que tange a limpeza diária em todas as dependências, mas tendo por a isso funcionários as suas expensas e entregar o prédio ao final do contrato, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Cláusula Nona:- A "locatária" poderá se for de seu interesse, desocupar o imóvel ora locado no momento que julgar necessário, digo, que julgar conveniente, bastando para isso comunicar a locadora através de carta com antecedência de 60 dias. Cláusula Décima:- Fica convencionado que "locador" e "locatária", não poderão transferir sob qualquer pretexto, a terceiros, as cláusulas e condições do presente contrato. Cláusula Décima Primeira:- Fica estipulada a multa de 3 (três) alugueres a parte que infringir qualquer das cláusulas deste contrato, independentemente de sua rescisão. Cláusula Décima segunda:- Para dirimir quaisquer dúvidas resultantes deste contrato, elegem o foro da comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato, na presença de duas testemunhas abaixo, que a tudo estiveram presentes a fim de que produza seus legais e jurídicos efeitos. Dourados, 27 de maio de 1975. (as.) Boris Grimberg. (as.) Jaime Augustinhi Clasen. Testemunhas: (as.) Ivo Cerzósimo de Souza. (as.) Ilégivel. As firmas estão reconhecidas pelo 1º Tabelionato desta cidade. Registrado conforme o original, do que dou fe. Eu (as.) René Miguel, Oficial do Registro o fiz escrever, conferi, subscrevi e assino. Dourados, 24 de junho de 1975. (as.) René Miguel, O Oficial do Registro. Anotações: Nada Consta. e o que me foi requerido. O referido é verdade e dou fe. Dado e passado nesta cidade e comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis. Eu _____, 1ª Substituta o fiz datilografar, conferi, subscrevi e assino.

MÁRIA DE LOURDES SANTOS DA SILVA
PRIMEIRA SUBSTITUTA

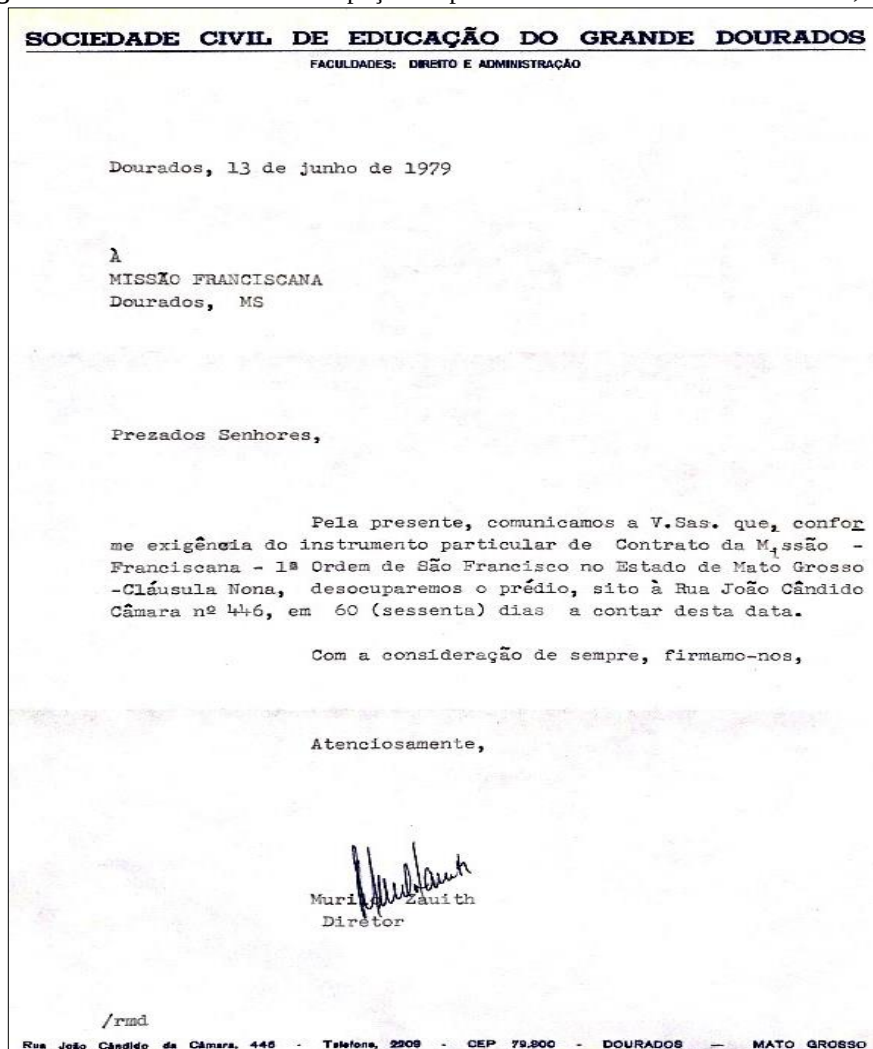
CARTÓRIO DO 4.º OFÍCIO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS -
PESQUISA JURÍDICA
RENÊ MIGUEL
Oficial do Registro
DOURADOS - MATO GROSSO

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Com a locação do imóvel, durante o período matutino e vespertino, o prédio era utilizado pelo Educandário Santo Antônio, e no período noturno, era ocupado pela UNIGRAN, sendo este o seu primeiro local de funcionamento por quase cinco anos, conforme demonstra a

Figura 76 que apresenta o comunicado de desocupação assinado em 1979 pelo seu diretor na época.

Figura 76: Comunicado de desocupação do prédio do Educandário Santo Antônio, 1979



Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Desde a sua instalação no conjunto arquitetônico localizado no centro da cidade, o Patronato de Menores prosseguiu o seu itinerário institucional funcionando no mesmo espaço por mais 25 anos de história até o seu fechamento em 1983. Nesse itinerário, a escola atravessou por uma mudança significativa, ou seja, passou de Patronato de Menores para Educandário Santo Antônio em 1966. Uma das primeiras iniciativas dessa transição foi a de elaborar o primeiro Estatuto da instituição, dando maior clareza aos objetivos, finalidades, público atendido e estrutura organizacional da escola. Compete a esta pesquisa analisar as vicissitudes dessa transição.

4.2 De Patronato à Educandário: transição, permanências, estatuto e estrutura organizacional

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição, memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A educação consagra a integração, preparação, formação das gerações novas na cultura, regras e linhas de rumo das gerações adultas, assegurando estabilidade, permanência, equilíbrio. É por relação à permanência que a educação é condição de inovação, mudança, progresso, futuro. A educação confere à ação humana o sentido instituinte (MAGALHÃES, 2004).

A marca que o modelo dos Patronatos de Menores trazia em sua genealogia, ao enfatizar a assistência aos menores desvalidos por meio do ensino agrícola voltado para a regeneração, foi um dos pontos decisivos que levou ao processo de mudança do nome do Patronato de Menores de Dourados para Educandário Santo Antônio em 1966.

Como vimos, a adoção do título de Patronato de Menores foi uma tática utilizada pelos Franciscanos para facilitar o recebimento de subvenções e assim viabilizar a criação e o funcionamento da instituição, que atuou com essa denominação por 16 anos. Entretanto, na década de 1960 com todas as transformações nas legislações brasileiras, tornou-se cada vez mais insustentável a manutenção dessa denominação.

Ocorre que, no período que vai da queda do Estado Novo, em 1945, até o início da Ditadura Militar em 1964, o sistema educacional brasileiro passou por mudanças significativas, entre elas, a instalação do Conselho Federal de Educação em 1961, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos e de expansão do ensino primário e superior. Além disso, na fase que precedeu a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), um forte movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita impulsionava ainda mais os debates sobre os novos rumos da educação.

Após treze longos anos de debates, a LDB foi aprovada em 1961, tendo como pano de fundo e principais pontos de tensão a separação entre o Estado e a Igreja, bem como as questões relativas ao Ensino Público e Privado. O sistema educacional brasileiro que até 1960 era centralizado no Governo Federal, tendo o modelo seguido por todos os estados e municípios, com a aprovação da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia e participação, diminuindo a centralização do já então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Nesse contexto da aprovação da primeira LDB, o Brasil estava a

se transformar profundamente, de um país agrário para um país industrial, de um país rural para um país urbano.

Concomitantemente, em relação à política de proteção ao menor, em especial, a chamada infância desvalida e abandonada, em meados da década de 1960 ocorreu a extinção de várias instituições destinadas ao serviço de atendimento ao menor, sendo implantada a Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Aos poucos, os Patronatos de Menores foram sendo extintos e redesenhados, sendo instituídos ainda, entre outras instituições, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) como instrumento político e de propaganda da ditadura militar, tendo como atribuição coordenar uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

A este respeito, Marcílio (1998) explica que foi só na década de 1960 que o Estado brasileiro se tornou o grande interventor e o principal responsável pela assistência e pela proteção à infância pobre e à infância desviante. Em 1964, os militares no poder criaram a Funabem, que “tinha por objetivo básico formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e do planejamento das soluções, e a orientação, a coordenação e a fiscalização das entidades que executem essa política” (MARCÍLIO, 1998, p.225).

Com todas essas mudanças e com um sistema de fiscalização mais contíguo, o Patronato de Menores de Dourados precisou se adequar às novas exigências. Apesar da instituição declarar nos documentos que era um Patronato e para tanto, deveria prestar assistência aos menores desvalidos, na prática, esse não era o foco primordial da escola, embora fosse administrada pelos Franciscanos, que por si só, deveriam preconizar a opção pela pobreza.

A instituição funcionou como uma escola primária particular e atendeu um número expressivo de crianças, porém, a maioria delas eram provenientes justamente de uma classe social que possuía recursos financeiros para custear suas mensalidades, como podemos verificar na Figura 77.

Figura 77: Comprovante do pagamento de mensalidades, 1972

Mês	Mensalidade	Fornecimentos	Total	Observações
MARÇO	20,00	PAGO		
ABRIL	20,00	PAGO		
MAIO	20,00	PAGO		
JUNHO	20,00	10,00 mês de julho	30,00	
AGOSTO	30,00	PAGO	pg 4-8-72	10,00 mês de agosto
SETEMBRO	30,00	PAGO		
OUTUBRO	30,00	PAGO	pg 25-10-72	
NOVEMBRO	PAGO	10,00 mês de dezembro	30,00	pg 10-00-72

Fonte: Arquivo particular de Damarci Olivi da Costa

Como o Patronato de Menores de Dourados nunca atendeu exclusivamente a infância pobre e desvalida, muito menos ofereceu uma formação profissional ou agrícola para os seus alunos, não havia mais motivos e justificativas capazes de sustentar a denominação de Patronato.

Assim, em 1966 a escola passou a se chamar Educandário Santo Antônio, permanecendo como uma escola primária confessional e particular. Os desdobramentos dessa transição também podem ser vistos nos documentos da instituição. Na Figura 78, podemos notar tanto a mudança de nome, quanto as aplicações da nova realidade, isto é, de que o Educandário Santo Antônio já não precisava apresentar o atestado de prestação de assistência aos menores, como fazia anteriormente para cumprir os critérios para conseguir as subvenções.

Figura 78: Comunicado sobre orçamento do Educandário Santo Antônio

13 JUN 1967

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL
Av. Rio Branco, 123 - 10º andar
RIO DE JANEIRO - RJ -

A
EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO - DOURADOS - MATO GROSSO
Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo

Comunicamos que, no orçamento da União do exercício financeiro de 1967, essa entidade, foi contemplada com a subvenção discriminada abaixo:

Ministério	EDUCAÇÃO	natureza	EXTRAORD.	NCr\$ 1.000,00
DENOMINAÇÃO	ORGANIZATÓRIA:	EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO		

Queira, por obséquio, enviar-nos os documentos assinalados abaixo:

- (X) 1 - Requerimento - Este documento deverá ser preenchido pelo nosso Serviço de Procuradoria, Anexo, remetemos o referido requerimento para que seja somente assinado pelo Diretor ou Presidente da entidade contemplada, e restituído com os demais documentos assinalados abaixo;
- (X) 2 - Procuração feita em Cartório - Instruções anexo;
- (X) 3 - Prova de Mandato da diretoria e regular funcionamento da entidade, modelo anexo;
- (X) 4 - Plano de Aplicação com a discriminação dos materiais ou serviços, preços unitários e globais, indicando também a finalidade do empréstimo da importância. O Plano deverá ser feito em 2 vias e se referir a OBRAS OU EQUIPAMENTOS
- () 5 - Atestado de Manutenção - modelo anexo;
- () 6 - Atestado de Identidade de Nomes - modelo anexo;
- () 7 - Atestado que Presta Assistência à Menores;
- () 8 - Relatório das atividades, referente ao ano de 1966;
- () 9 - Balancete de Receita e Despesa do ano de 1966. Na parte da receita, entre outros numerários, fazer constar a entrada das subvenções recebidas, observando a sua natureza e o ano da consignação. No caso de não recebimento da verba ordinária de 1966, fazer declaração neste sentido.

Na expectativa da imediata remessa dos documentos em - -
apreço, subscrevemo-nos com religiosa estima,
atenciosamente,
CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL
MANOEL RIBEIRO SÁFALO
procurador chefe.

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Vale lembrar que, apesar de adotar o conceito de Educandário, a instituição continuou funcionando como uma escola primária. O nome é empregado no sentido genérico do termo, apenas com o propósito de designar um estabelecimento de ensino. Portanto, a mudança do nome também não está relacionada com a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos que recebeu notoriedade principalmente nas décadas de 1940 e 1950 com o objetivo de oferecer o ensino secundário para atender as crianças pobres nas diferentes localidades do país.

O Livro de Registro de Atas da Assembleia Geral dos membros da diretoria e dos sócios do Educandário Santo Antônio – Ação Social Franciscana, discorre sobre a alteração do nome de Patronato de Menores de Dourados em 02 de agosto de 1966, com a aprovação por unanimidade do seu Estatuto, que fora elaborado no dia 29 de março de 1966:

Aos 2 de agosto de 1966, às 15:00 h, numa sala de aula do Educandário Santo Antônio reuniram-se os membros da Diretoria e os sócios do mesmo para aprovar os Estatutos que contém a extinção do 'Patronato de Menores de Dourados, Ação Social Franciscana' e a fundação do 'Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana

Dourados, Mato Grosso', e que foram elaboradas pelos sócios do Patronato de Menores aos 29 de março de 1966 (ATA N.º 01 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 29/03/1966, p.1).

Com a mudança, foi agregado na denominação da escola, o nome do santo que outrora utilizaram para nomear a filial do Patronato de Menores que funcionou em 1956 na antiga casa paroquial de madeira, ao lado da Igreja Matriz, demolida para a construção de um espaço único para as duas escolas, que passara a se chamar Educandário Santo Antônio. Portanto, é preciso deixar claro que não se trata da abertura de uma nova escola, mas apenas da transição do modo como a instituição passou a ser denominada.

Sem maiores explicações e com uma pequena nota, a Diretoria da escola publicou na edição de 13 de agosto de 1966 do jornal O Progresso, uma breve comunicação da mudança de nome do Patronato de Menores para Educandário Santo Antônio, alegando adaptações a exigências atuais, como podemos ver na Figura 79.

Figura 79: Comunicado sobre a mudança do nome da escola



Fonte: O Progresso, 13/08/1966, p.5.

As exigências a que se refere a publicação são aquelas que já mencionamos e discutimos. Cumpre destacar que até 1966, o Patronato de Menores já se destacava na cidade pela sua representação de ensino de qualidade, disciplina e organização. A instituição atraía cada vez mais alunos, sobretudo, os filhos das famílias mais abastadas. Com o aumento da demanda e o crescimento do número de matrículas, a escola também precisou fazer uma ampliação de uma ala, aumentando o número de salas de aula no fundo do seu terreno. Nesse contexto de transição, o Educandário Santo Antônio permaneceu e perpetuou o *status* e o

prestígio social da escola, que era considerada uma das melhores da cidade e que fazia concorrência direta com a escola protestante Erasmo Braga:

O Educandário Santo Antônio e o colégio Erasmo Braga eram considerados na época os melhores da cidade. A diferença entre eles, é que o colégio Erasmo Braga era frequentado por crianças que tinham melhores condições financeiras (SAMPAIO, 2004, p.20).

Quanto ao seu estatuto, era a primeira vez que a instituição apresentaria um documento dessa ordem, formalizando a sua natureza, organização e demais disposições gerais de suas atividades. Nos Artigos do seu Capítulo 1, podemos conhecer um pouco mais sobre o seu funcionamento e as vicissitudes dessa transição:

Art.1. – O Patronato de Menores de Dourados, Ação Social Franciscana, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso, foi extinto na reunião da diretoria e dos sócios do mesmo, aos 29 de março de 1966. Na mesma sessão foi deliberado sobre a criação de uma nova entidade a denominar-se Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, Dourados, Mato Grosso, a qual passará a reger-se como pessoa jurídica civil pelos presentes estatutos. [...]. Art.3. – O Educandário Santo Antônio terá sua sede na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso, à rua João Cândido da Câmara, 400. Art. 4 – Os fundos sociais da entidade serão constituídos das contribuições dos sócios e de bens que venham a adquirir ou que lhe forem doados ou legados (ATA N.º 01 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 29/03/1966, p.1-1v).

Apesar da escola não se declarar mais como um Patronato, isto é, como uma instituição de assistência a menores pobres e desvalidos, ainda assim, o Educandário Santo Antônio permaneceu vinculado com a Ação Social Franciscana, que por sua vez, já havia criado outras instituições que eram de fato voltadas para a caridade e assistência em Dourados, como o Pão de Santo Antônio, o Abrigo São Francisco e a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Dourados.

Junto com o Educandário Santo Antônio, todas essas instituições formavam a Ação Social Franciscana, e com isso, o Educandário permaneceu recebendo por muitos anos subvenções e verbas municipais, estaduais e federais. É bem verdade que esse financiamento precisou continuar pelo simples fato de que, nesse período, o Estado ainda não conseguia atender todas as crianças em idade escolar fora da escola, e a própria LDB/61 assegurava o direito à educação e em seu Art. 27 previa que o ensino primário deveria ser obrigatório a partir dos sete anos de idade.

Por conseguinte, no Capítulo 2 do Estatuto, podemos conhecer um pouco mais sobre a estrutura organizacional do Educandário Santo Antônio e os seus sujeitos administrativos:

Art.5. – O Educandário Santo Antônio faz parte da Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco no Estado de Mato Grosso, entidade jurídica legitimamente registrada entre as sociedades civis, no 1.º Cartório de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, no Livro I, registro 59, de 8 de janeiro de 1940. Art. 6. – A diretoria do Educandário Santo Antônio será constituída por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário. Art. 7. – O presidente será sempre o superior da residência franciscana em Dourados, Estado de Mato Grosso. O vice-presidente será sempre o diretor do ensino no Educandário Santo Antônio. Tesoureiro e Secretário serão nomeados pelo presidente. Art.8. – Os membros da diretoria não serão remunerados pelos serviços por eles prestados à sociedade. Art. 9 – Os professores e auxiliares serão sempre escolhidos pela diretoria (ATA N.º 01 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 29/03/1966, p.1v-2).

Não obstante, ao se confrontarem com as reformas educativas e as novas configurações das políticas públicas para a assistência e a educação, os Franciscanos precisaram não somente adequar o nome da instituição, mas incorporar algumas mudanças na sua estrutura organizacional. Entretanto, nessa transição e aprovação do seu Estatuto, percebemos que o alto escalão da diretoria da escola ainda continuava centralizado nas autoridades religiosas, sendo sempre o Presidente da Diretoria o Superior da residência franciscana e o Vice-presidente, o Diretor do Educandário, nesse caso, durante todo o período em que a escola esteve em funcionamento, desde a chegada das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em 1955, apenas elas foram diretoras da escola.

O Presidente também era o responsável por nomear o Tesoureiro e o Secretário. E era essa Diretoria que escolhia os professores e auxiliares da escola. Ainda assim, entre os novos sujeitos escolares estão os chamados sócios do Educandário Santo Antônio, entre os quais foram inseridas pessoas leigas da sociedade civil, incluindo professores e pais de alunos. As competências da Diretoria e dos sócios do Educandário Santo Antônio ficaram definidos da seguinte forma:

Art.10. – Ao presidente compete: a) convocar e presidir as reuniões da diretoria; b) autorizar as despesas extraordinárias; c) elaborar relatórios das atividades da associação; d) representar a associação em juízo e fora dele, podendo outorgar-se procuração. Art.11. – Compete ao vice-presidente substituir o presidente nos seus impedimentos. Art.12. – Ao secretário incumbe toda a correspondência da associação e a redação das atas de suas reuniões. Art.13. – Ao tesoureiro compete arrecadar as contribuições e as demais rendas da sociedade e pagar as despesas autorizadas pelo presidente. Art.14. – Para as retiradas de bancos e caixas, os cheques deverão ser assinados pelo presidente e tesoureiro. Art.15. – Podem ser sócios do Educandário Santo Antônio todos aqueles que se comprometerem a observar seus estatutos e participar de suas atividades. O número de sócios é ilimitado (ATA N.º 01 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 29/03/1966, p.2).

Em 1966, a Diretoria do Educandário Santo Antônio era constituído pelos seguintes membros: Presidente: Frei Salvador Flech; Vice-presidente: Irmã Mara Braun, diretora do

Educandário Santo Antônio; Secretário: Antônio Rodrigues da Silva; Tesoureiro: Irmã Ruth Müller; Sócios: Delma Arguelho Portella, Bernardette Baur, Maria Madalena Marques, Francisca Costa Vasconcelos, Anita Alves Zacarin, Guiomar Rabello Motta, Ilma Terezinha Vieira de Nardo, Tereza Reis Vieira, Maria Aparecida Silva (passou a se chamar Maria Aparecida Silva Dutra depois de casada), Maria Socorro Pereira, Irmã Eloísa e Irmã Maria Alfreda. Essa diretoria executiva atuou até março de 1970.

Na Figura 80, podemos identificar no centro desse clássico registro fotográfico, o Frei Salvador Flech com os alunos da Primeira Comunhão do Educandário Santo Antônio, separados por gênero no enquadramento da fotografia.

Figura 80: Frei Salvador Flech com alunos da Primeira Comunhão do Educandário Santo Antônio



Fonte: Dourados, recantos e histórias

No dia 11 de março de 1970, em virtude da transferência de Frei Salvador Flech, assumiu como novo Vigário e Superior da residência franciscana de Dourados o Frei Teodardo Leitz, conseqüentemente, conforme o Art. 7.º do Capítulo II do Estatuto do Educandário Santo Antônio, o mesmo tomou posse como Presidente da Diretoria da escola. Em consonância com as suas atribuições, Frei Teodardo nomeou como Secretária a Sr.^a Guiomar Rabello Motta e como Tesoureira a Sr.^a Ilma Terezinha Vieira de Nardo. No mesmo ano, devido a transferência da Irmã Mara Braun para o Rio Grande do Sul, foi eleita como Vice-presidente, e conseqüentemente, como Diretora do Educandário Santo Antônio, a Irmã Maria Auxiliadora Steffen.

A partir da década de 1970, o Educandário Santo Antônio também mudou o número do endereço do seu edifício. Até então, todo o conjunto paroquial usava o mesmo número em suas correspondências. Assim, apesar de permanecer no mesmo espaço físico, a sede do Educandário passou a ter um novo número, a constar, “Rua João Cândido Câmara, n.º 446” (ATA N.º 02 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 11/03/1970, p.3).

Nesse período, além de Presidente do Educandário Santo Antônio e de todos os seus trabalhos como Vigário Superior, Frei Teodardo Leitz precisou acumular outras funções na Diocese em consequência da renúncia do segundo Bispo de Dourados Dom Carlos Schmitt (1960 a 1970) em 21 de fevereiro de 1970. Assim, Frei Teodardo ficou como Vigário-Capitular, sendo responsável pelo governo da Diocese. Enquanto Presidente do Educandário, junto com a Diretoria da escola decidiu “aceitar gratuitamente os pobres, fornecendo-lhes vestuário e material” aos que não pudessem pagar. Entretanto, nessas circunstâncias, a escola já tinha uma tradição em atender a demanda dos filhos das elites.

Após a renúncia de Dom Carlos Schmitt, a sede episcopal de Dourados ficou vacante por mais de um ano, até que em 27 de março de 1971, o próprio Frei Teodardo foi empossado como o terceiro bispo da Diocese. De origem alemã, Dom Teodardo era proveniente da Província de Fulda, de onde partiram os primeiros missionários alemães do Mato Grosso. Vivendo em Dourados desde outubro de 1952, Dom Teodardo conhecia muito bem a realidade da região, tendo trabalhado inclusive, como professor de ensino religioso em muitas escolas e grupos escolares. “O lema do brasão de Dom Teodardo é ‘*evangelizare pauperibus*’, isto é, ‘evangelizar os pobres’ – aquilo mesmo que o documento de Puebla⁵¹ recomenda e enfatiza quando coloca, como prioridade pastoral na América Latina, a opção preferencial pelos pobres” (LEITZ, 1982, p.21). Anos mais tarde, veremos o quanto esse lema será decisivo nos rumos do Educandário Santo Antônio.

A preocupação com os pobres da Diocese, se tornaria uma das pautas mais importantes de Dom Teodardo, que ampliou o número de pastorais para atuarem em diversas áreas como pastoral da saúde, pastoral da terra, pastoral indígena, pastoral da comunicação social, entre outras, inclusive a pastoral catequética e de ensino religioso, que teve uma forte atuação nas práticas do Educandário.

⁵¹ Documento resultante da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizado em Medellín, na Colômbia no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A temática proposta foi ‘A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II’. Ganharam grande repercussão e fortes reflexões os documentos sobre a justiça, a paz e a pobreza.

Com a nomeação de Frei Teodardo Leitz para Bispo de Dourados, “ficou nomeado Vigário e Superior da Residência Franciscana em Dourados MT, o Frei Salvador Flech [...], que tomou posse do cargo como Presidente do Educandário Santo Antônio” (ATA N.º 03 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 20/04/1971, p.3v). A Vice-presidente e Diretora do Educandário continuou sendo a Irmã Maria Auxiliadora Steffen até o fechamento da instituição em 1983, embora em algumas Atas, a mesma assina simplesmente com o nome civil de Maria Florentina Steffen. Frei Salvador nomeou ainda para Secretária, a Sr.^a Maria Teresinha Araújo Martins e como Tesoureira, a Sr.^a Antônia Taveira Palhano.

Em 1973, tomou posse como Presidente do Educandário, o Frei Hugolino Pedro Becker, permanecendo até o fechamento da escola. Portanto, pelos próximos dez anos de funcionamento, Frei Hugolino e Irmã Auxiliadora permaneceriam respectivamente como Presidente e Diretora do Educandário Santo Antônio até o ano de 1983, havendo alternâncias apenas nos cargos de Secretários e Tesoureiros da Diretoria, como podemos acompanhar no Quadro 10, que permite visualizar todas as Diretorias que atuaram no Educandário Santo Antônio no período de 1966 a 1983:

Quadro 10 – Diretoria do Educandário Santo Antônio (1966-1983)

Período da gestão	Presidente	Vice-presidente	Secretário	Tesoureiro
1966/1970	Frei Salvador Flech	Irmã Mara Braun	Antônio Rodrigues da Silva	Irmã Ruth Müller
1970/1971	Frei Teodardo Leitz	Irmã Maria Auxiliadora Steffen	Guimar Rabello Motta	Ilma Terezinha Vieira de Nardo
1971/1973	Frei Salvador Flech	Irmã Maria Auxiliadora Steffen	Maria Teresinha Araújo Martins	Antônia Taveira Palhano
1973/1977	Frei Hugolino Pedro Becker	Irmã Maria Auxiliadora Steffen	Bárbara Aparecida Anunciação	Maria Marlene Lima Leite
1977/1980	Frei Hugolino Pedro Becker	Irmã Maria Auxiliadora Steffen	Dirce de Matos Além	Maria Marlene Lima Leite
1980/1983	Frei Hugolino Pedro Becker	Irmã Maria Auxiliadora Steffen	Lenira Magrini	Maria Marlene Lima Leite
1983	Frei Hugolino Pedro Becker	Irmã Maria Auxiliadora Steffen	Lenira Magrini	Mitsuru Ogawa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do Livro Ata do Educandário Santo Antônio (1966-1983)

Por conseguinte, vale ressaltar que, com a Reforma do Ensino suscitada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a LDB 5.692 de 11 de agosto de 1971, novos parâmetros para a educação foram estabelecidos, instaurando mudanças significativas, principalmente, no que se refere a conversão do curso primário em Ensino de 1.º Grau.

As novas nomenclaturas em relação aos graus de ensino, passaram a ser fixadas em Ensino de 1.º e 2.º Graus. Tais mudanças concentraram-se nos cursos denominados até então

de primário, ginásial e colegial. Por consequência, dissolveu-se também, muitas modalidades de escolas, como as Escolas Reunidas, as Escolas Isoladas e os próprios Grupos Escolares e os Patronatos de Menores, invenções republicanas que atravessaram gerações.

Assim, a criação da nomenclatura *1.º Grau* passa a resultar da fusão do Ensino Primário e do Ginásio. O Ensino de *2.º Grau*, por sua vez, resulta ao equivalente do Colegial. Deste modo, um aspecto se destaca na Reforma: a obrigatoriedade escolar é ampliada de quatro para oito anos, ou seja, passa a integrar os oito anos correspondentes do antigo Primário e Ginásio, que se convertem, portanto, em Ensino de *1.º Grau*, instituindo a ampliação da escolarização obrigatória no país:

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.
Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades. [...]. Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos (BRASIL. LDB, 1971).

A LDB/1971 anunciou também o fim dos exames de admissão para o ginásio e trouxe mudanças na grade curricular, que passou a incluir a disciplina de Educação Moral como obrigatoriedade do currículo, além de confirmar um ponto de tensão com a Igreja, com a matrícula facultativa para o Ensino Religioso (Art.7). A Reforma alterou a organização e a estrutura da educação brasileira e também apresentou novos delineamentos no que tange a formação dos professores. Os Arts. 29 e 30 estabeleceram as seguintes prerrogativas:

Art. 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se as diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos. Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1.º grau, obtida em curso de curta duração. (BRASIL. LDB, 1971).

Todas essas mudanças exigiram alterações profundas na rede de ensino, que nem sempre condiziam com as reais condições de muitas regiões brasileiras na época, como a do próprio Mato Grosso, que ainda apresentava antigas dificuldades e inúmeras carências na área da educação, desde a escassez de escolas, a falta de professores habilitados e um vasto território cujas regiões padeciam pela ausência do Estado.

Portanto, a conversão do Ensino Primário, não se reduzia a meras questões de nomenclatura, mas envolvia todo um processo de transição, que por sua vez, gerou dilemas

organizacionais, estruturais e políticos na educação, como para a própria cultura escolar e a dimensão simbólica do Ensino Primário.

Para desmistificar as dúvidas e amenizar o clima de instabilidade perante as mudanças, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso resolveu fixar normas preliminares para a implantação do Ensino de 1.º Grau através da Resolução n.º 019 de 28 de junho de 1972:

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal n.º 5692, de 11 de agosto de 1971, no seu artigo 72 e Leis Estaduais n.º 1922, de 05 de novembro de 1963 e n.º 2821 de 14 de março de 1968, resolve: Capítulo I: Da Organização e Denominação dos Estabelecimentos de Ensino: Art. 1.º - Passam a constituir-se em Ensino de 1.º Grau, o conjunto de 8 (séries), resultante da integração do ensino primário de 4 (quatro) anos com o ciclo ginasial. Art. 2.º - A denominação dos Estabelecimentos do Ensino de 1.º Grau, será objeto de regulamentação especial; [...]. Capítulo II: Do funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino do 1.º Grau. Art. 4.º - Os estabelecimentos de ensino definirão, nos respectivos regimentos, a sua organização administrativa, didática e disciplina, com observância das normas a serem fixadas pelo Conselho Estadual de Educação. Art. 7.º - Por solicitação, das respectivas administrações ou entidades mantenedoras, o Conselho Estadual de Educação poderá autorizar que estabelecimentos de ensino, oficiais ou particulares, que tenham condições, implantem, desde logo, no todo ou em parte, o regime instituído pela Lei 5.692/71, observadas as normas da presente resolução. Art. 15.º - Os atuais estabelecimentos que mantenham somente o ensino primário ou o ensino ginasial, poderão continuar apenas as séries que lhe correspondem, redefinidas quanto à ordenação e composição curricular, desde que se vão constituindo entidades integradas do 1.º Grau (MATO GROSSO. Resolução n.º 019 de 28 de junho de 1972. Arquivo da DRE/Dourados. CDR – UFGD).

A princípio, o Educandário Santo Antônio, a exemplo da maioria das escolas do Sul do Mato Grosso, enfrentou dificuldades para incorporar o novo regime instituído, sobretudo, em relação a formação dos seus professores. Somente “em 26.10.73, a escola recebeu a autorização de funcionamento do ensino de 1.º grau – 1.ª à 4.ª série” (PARECER N.º 380/82 DO CEE/MS, p.1).

A adequação da sua nomenclatura demorou quase dez anos para ser regulamentada em 10 de outubro de 1980, desassociando finalmente, a instituição escolar da Ação Social Franciscana: “reuniram-se os membros da Diretoria do Educandário Santo Antônio com a finalidade de retificar o título ‘Educandário Santo Antônio – Ação Social Franciscana’, Dourados, Mato Grosso do Sul, para ‘Educandário Santo Antônio – Missão Franciscana em Mato Grosso do Sul’” (ATA N.º 07 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 10/10/198, p.5).

Como vimos, mesmo com a alteração do nome e a separação entre o Educandário e a Ação Social Franciscana, a simbologia e a representação da palavra *Missão* resistiam em permanecer e expressar o cerne das finalidades da instituição. Posteriormente, em menos de um ano, no dia 23 de agosto de 1981, o Educandário precisou readequar mais uma vez o seu nome

para cumprir finalmente as exigências da LDB/1971, passando a se chamar *Educandário Santo Antônio – Pré-Escolar e 1.º Grau*:

Aos três dias do mês de agosto de 1981 (um mil novecentos e oitenta e um), reuniram-se os membros da Diretoria do Educandário Santo Antônio, na sala dos professores, com a finalidade de modificar a denominação de ‘Educandário Santo Antônio’ para ‘Educandário Santo Antônio – Pré-Escolar e 1.º Grau (ATA N.º 08 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 03/08/1981, p.5v).

A partir das orientações do Conselho Estadual de Educação, o Educandário Santo Antônio manteve somente as séries que correspondiam ao ensino primário e que já ofertavam anteriormente, assegurando assim, o ensino da 1.ª a 4.ª série do 1.º Grau, bem como o ensino Pré-Escolar, encerrando a oferta do curso de Admissão, como podemos verificar na identificação da sua fachada, na Figura 81.

Figura 81: Educandário Santo Antônio Pré-Escolar e 1.º Grau, 1983



Fonte: O Progresso, 30/06/1983, p.3

Mesmo com todas as mudanças e readequações burocráticas que o Patronato/Educandário Santo Antônio precisou passar, é possível identificar em um sentido mais amplo, certas permanências de modos de pensar e agir difundidos ao longo da sua história, sobretudo, aqueles relacionados aos seus conjuntos de normas e finalidades, que definiam os conhecimentos a ensinar e as condutas a inculcar, e que serviam como princípios ordenadores das práticas educativas e da cultura escolar, que traduzem a gênese do propósito evangelizador e formativo dos Franciscanos em Dourados, materializados na estrutura organizacional

constituída pela igreja e pela escola, tomadas como representação do caráter missionário e educativo.

4.3 Instruir e catequizar: normatizações e finalidades da escola franciscana

A formação religiosa e a formação educativa sempre estiveram no cerne da proposta da Igreja Católica. Na trajetória dos conhecimentos transmitidos ao longo dos anos pelas Ordens Religiosas no Brasil não foi diferente, assim, a Educação Franciscana, representada e praticada pelo Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, além de ter uma significativa importância para o desenvolvimento social e cultural de Dourados, também esteve comprometida desde a sua fundação com a transmissão desses conhecimentos, cumprindo uma dupla finalidade: a formativa-educadora, mas também, a catequética-missionária.

Deste modo, seguindo as trilhas de Julia (2001), acreditamos que, para se entender a cultura escolar, é preciso também se interessar pelas normas e finalidades que regem a escola. A propósito, esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.

Nesse sentido, Magalhães (2004) nos faz pensar que a instituição consagra justamente essa combinação de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, enfim, uma relação intra e extra sistêmica. Assim, as funções básicas de uma instituição educativa centram-se na dimensão sociocultural e concretizam-se pela transmissão e pela produção de uma cultura científica e tecnológica, mas também pela socialização e pela formação de hábitos e mudanças de atitudes e pela interiorização de valores.

Em se tratando de finalidades, há sempre as declaradas e outras implícitas. É bem verdade que desde a chegada dos primeiros franciscanos no Mato Grosso, o desejo de abrir escolas foi muito patente. Esse desejo sempre veio acompanhado da finalidade de empreender ações que levassem a população a se desvencilhar das práticas pagãs e supersticiosas, de fazer frente a outras religiões e formar a grande massa de incultos nas normas e preceitos da fé católica.

No que se refere à catequese, Azzi (1999) explica que na perspectiva pastoral moderna, costuma-se fazer uma distinção entre evangelização e catequese, sendo o termo evangelização reservado para o primeiro anúncio da mensagem cristã, enquanto catequese é situado na ação de conservação e fortalecimento da fé.

A catequese praticada pelos Franciscanos em Mato Grosso e em Dourados é resultado de uma história complexa e insere-se em uma rede de relações mais amplas. Os elementos do processo histórico-social dessa atuação, já refletidos ao longo desse trabalho, nos permitem dizer que, no início da ação missionária dos Franciscanos, não se podia pensar ainda numa catequese formal, por diversos aspectos relacionados: em primeiro lugar, pela predominância entre a população de uma cultura iletrada e não afeita aos discursos de argumentação. A grande parte da população não tinha acesso a livros, tampouco, aos manuais e textos catequéticos oficiais da Igreja, sendo que a principal forma de transmissão dos conhecimentos religiosos acontecia por meio dos ritos, símbolos e imagens. Assim, a maioria das pessoas seguiam e reproduziam as práticas religiosas populares e devocionais, tão duramente rechaçadas e combatidas pelos primeiros franciscanos. Quanto ao ensino da doutrina católica, geralmente era realizado nos períodos das missões populares⁵², que duravam uma semana ou mais e não aconteciam todos os anos.

Por tudo isso, num primeiro momento, podemos perceber que o ensino religioso praticado pelos Franciscanos em Dourados, estava muito mais associado com o significado de evangelização e com as representações de conversão e salvação das almas. Aliás, estes termos estavam muito presentes nos documentos escritos e no discurso dos Franciscanos, sobretudo, quando se referiam a população indígena que aqui encontraram e aos próprios sertanejos, que muito pouco sabiam da doutrina católica.

A partir dessa interpretação enviesada, feita nos moldes da cultura europeia, os Franciscanos entendiam que era preciso introduzir nos mato-grossenses, os domínios da civilização, tirando-os do estado de barbárie em que se encontravam. Segundo Azzi (1999), os missionários acreditavam que os povos da América estavam desviados do reto caminho, ou seja, fora da rota da verdadeira fé. Era necessário, portanto, afastá-los da vida do mal e da perdição, a fim de convertê-los, isto é, trazê-los para a senda do bem e da verdade. Dessa forma, as populações indígenas e os sertanejos não eram vistos apenas como carentes da fé, mas imbuídos de uma concepção de mundo que deveria ser abandonada, devendo ser substituída por uma nova interpretação da realidade oferecida pela fé católica.

Mas essa dita ignorância religiosa do povo douradense, tão enfatizada pelos franciscanos, tinha causas mais profundas. Era consequência da falta de organicidade da Igreja, da própria carência de padres diante de um imenso território e de uma população rural quase

⁵² As missões populares na Igreja Católica consistem em uma série de pregações, palestras e celebrações dirigidas ao povo cristão, com a finalidade de avivar a fé e a vida cristã, bem como impulsionar a participação nas comunidades paroquiais e comunidades eclesiais.

sem assistência. Somando-se a isso, o índice de adultos, jovens e crianças não escolarizadas era imenso. Para essas pessoas, as lições e os textos catequéticos pouco ou nada faziam sentido e nem sempre eram assimilados.

Diante desse quadro, os Franciscanos perceberam rapidamente a necessidade de escolas para viabilizarem não somente a instrução intelectual, mas como estratégia para a educação religiosa e para a estruturação de uma catequese formal para a população. Por diversas vezes, os Franciscanos defendiam na imprensa e em seus documentos, a importância do ensino religioso nas escolas. Segundo Passos (1999), a insistência sobre o ensino da religião, significava numa primeira instância, o meio para se conhecer as verdades da fé católica e suprir a ignorância religiosa e despertar nos fiéis a participação nos sacramentos. Tal era a preocupação de impregnar a sociedade com os princípios da fé católica, que a Igreja não se abria para um maior diálogo com os diferentes aspectos culturais, religiosos e sociais.

A Igreja depositava em seu corpo doutrinário uma tática para fazer frente às outras religiões, combater a filosofia laica do regime republicano e até mesmo o comunismo que ascendia na sociedade brasileira. Assim, as contribuições das escolas católicas e das congregações religiosas seriam de suma importância para esses objetivos.

Nessa linha de considerações, a incorporação e inculcação de normas, condutas, conhecimentos e comportamentos são aspectos situados no âmbito das escolas franciscanas, a exemplo do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, lugar onde muitas crianças douradenses, além de serem uniformizadas e introduzidas à cultura letrada e ao processo de sociabilidade, também foram catequizadas na fé católica e no âmbito da Educação Franciscana, na participação da liturgia da missa e dos sacramentos, em suma, onde foram inseridas em rituais da vida social e religiosa.

Tais finalidades ficam evidenciadas nas fontes documentais, identificadas no próprio Estatuto da escola, que no Capítulo 1, Art. 2, estabelece:

Art.2. – A associação, que durará por tempo indeterminado, terá por finalidade: a) educar e instruir a infância e juventude, mantendo os cursos de Pré-primário, Primário e Admissão; b) ministrar a referida instrução, sem fazer distinção de classe, sexo, raça, política e credo; c) desenvolver centros de Catequese e de Preservação Moral nas zonas urbana, suburbana e rural (ATA N.º 01 do Educandário Santo Antônio, Ação Social Franciscana, 29/03/1966, p.1v).

Assim, ambas as instituições, o Educandário Santo Antônio e a Igreja, numa relação quase que simbiótica, por meio da atuação franciscana, assumiram a função de instruir e catequizar, num projeto articulado de civilizar, alfabetizar, disciplinar e moralizar a sociedade

douradense. Pelas mãos das missionárias e missionários franciscanos, a cultura escolar e a cultura religiosa se relacionaram, os costumes e crenças locais foram reinterpretados pela introdução dos dogmas da Igreja Católica por meio da catequese, dos sacramentos e da observância das virtudes cristãs dos alunos.

Outros aspectos do regimento e das normatizações do Educandário Santo Antônio podem ser identificados no Boletim Escolar (Figura 82) dos alunos, tais como o uso diário do uniforme, a pontualidade no pagamento das mensalidades, a assiduidade na frequência e a aprovação de alunos que realmente demonstrassem progressos nos estudos.

Figura 82: Boletim Escolar, 1972

Nome do(a) aluno(a) Damarci
Olivi da Costa
 Residência _____
 Nº _____ Fone _____

«São disposições do Regimento deste Educandário»

- 1.º — Uso diário do uniforme.
- 2.º — Pontualidade no pagamento das mensalidades (dia 10 do mês).
- 3.º — Assiduidade na frequência em todos os dias da semana, inclusive aos sábados.
- 4.º — Promover somente os alunos que demonstram progresso nos estudos. Para isso recomenda-se no mínimo duas horas de estudo em casa, diariamente.

Fonte: Arquivo particular de Damarci Olivi da Costa

Os dispositivos prescritos no Regimento do Educandário Santo Antônio confirmam ainda a existência de um sistema rígido e altamente seletivo, cujos os bons alunos geralmente eram associados às virtudes de observância, capricho, assiduidade, disciplina, dedicação, aplicação nos estudos e inteligência, aspectos com os quais podemos perceber e interpretar os traços da cultura escolar idealizada pela Igreja a partir do que era prescrito em seus textos normativos, nos conhecimentos a serem transmitidos e nos comportamentos a serem inculcados.

Não obstante, vale lembrar também que, numa relação de entrosamento e de interesses, Estado e Igreja se aproximavam para formarem um bom cidadão e um cristão cumpridor dos princípios da Pátria. Segundo Souza (2009), a associação entre educação moral e nacionalismo fundia-se em uma mesma compreensão sobre a finalidade social da escola primária e nos projetos de transmissão de valores morais, obediência e boa educação.

Deste modo, os ideais de formação da nação brasileira pela escola, perpassavam também pelas finalidades atribuídas a matérias como as que podemos identificar no Boletim Escolar (Figura 83) dos alunos do Educandário Santo Antônio, tais como: História Pátria, Educação Moral, e é claro, de acordo com a Igreja, a matéria de Religião.

Figura 83: Boletim Escolar, 1972

BOLETIM DE NOTAS													
3º ANO DO CURSO <i>primária</i>													
MESES	Relig.	Ling.	Mat.	História Pátria	Geografia	Cienc.	Educ. Moral	Ates APLICADAS	Média	Comp.	Aplic.	VAL-TAS	Nome do pai ou tutor
Março	70	95	95	85	100	55	60	70	70	70	95	-	<i>Ruth Olivi</i>
Abril	80	65	80	70	45	55	60	50	65	90	95	-	<i>Ruth Olivi</i>
Maio	70	80	90	90	80	75	80	60	77	90	95	-	<i>Ruth Olivi</i>
Junho	90	77	95	100	90	100	85	65	92	95	100	-	<i>Ruth Olivi</i>
Agosto	80	45	95	100	85	100	75	65	85	90	80	-	<i>Ruth Olivi</i>
Set.	95	80	90	80	90	90	90	80	86	90	90	-	<i>Ruth Olivi</i>
Outubro	100	80	80	95	50	70	80	80	75	95	95	-	
Nov.	83	74	86	85	77	77	72	64	77	95	95	-	
E. Final	80	80	60	90	60	75	70	60	73	95	95	-	
	81	77	73	87	68	76	71	68	76	95	95	-	
<i>a. provado com média 76 (setenta e seis)</i> Tem o direito de matricular-se no 4º ano, mediante apresentação deste boletim. Dourados, 2 de dezembro de 1972. <i>Dr. M. Herculano</i> A DIRETORA <i>Elma A. Silva</i> A PROFESSORA													

Fonte: Arquivo particular de Damarci Olivi da Costa

Do Boletim Escolar, emerge ainda a referência aos objetos da escrita, como, por exemplo, a utilização de canetas coloridas e os códigos constituídos para o seu uso, neste caso, a cor vermelha utilizada para a correção e para assinalar as notas abaixo da média, enquanto a azul para as notas acima da média. Podemos notar, os campos destinados para as assinaturas do responsável familiar, da professora e da diretora da escola, remetendo aos papéis das autoridades e as relações de poder e hierarquia.

As finalidades das matérias básicas também acentuavam a contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno, sua adaptação e autonomia na sociedade letrada. Nas Artes Aplicadas, destacava-se ainda a prática da música, como o canto orfeônico, “que objetivava despertar o gosto artístico e o senso rítmico, influir na formação do caráter, fazer a criança sentir a função socializadora do canto e o valor do trabalho de cooperação” (SOUZA, 2009, p.221). A música era destacada como um importante agente nacionalizador, por isso, a indicação de cantos cívicos que enalteciam os fatos expressivos do Brasil, bem como a honra, o respeito e o amor pela Pátria, como podemos observar na Figura 84 de um desfile cívico.

Figura 84: Alunas de Canto Orfeônico do Patronato de Menores



Fonte: Dourados, recantos e histórias

A cultura escolar do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio estava articulada para formar cidadãos disciplinados, estudiosos, patrióticos e católicos, o que fica tangível na finalidade de educar seus alunos sob as normatizações da moral católica, cujas as práticas e representações afirmavam um ideário religioso, moral e intelectual para a sociedade que a escola pretendia legitimar. Por isso, que as definições propostas por Julia (2001) nos instigam a perceber que a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.

Nessa empreitada, os Franciscanos construíram táticas e estratégias para que o ensino religioso fosse ofertado e legitimado não somente nas escolas confessionais, mas em todas as

escolas oficiais, formatando normas e práticas que pudessem modelar o instruir e o catequizar. Nessa concepção, o ensino tinha um caráter doutrinário pelo estímulo da função catequética nas aulas, buscando inculcar nas crianças os modos e maneiras de viver em sociedade como um verdadeiro cristão e cidadão.

Sendo uma escola confessional franciscana, as finalidades, os espaços, os eventos e o próprio cotidiano do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio se misturavam com as práticas da Igreja. A Figura 85 é uma demonstração clássica dessa relação, no qual podemos ver a diretora da escola, Irmã Auxiliadora, junto com duas alunas do Patronato de Menores vestidas para o sacramento da Primeira Comunhão. A foto foi registrada no interior da escola, que sempre abria as suas portas para oferecer a confraternização aos pais e aos alunos que acabavam de realizar a Primeira Comunhão.

Figura 85: Irmã Auxiliadora com alunas do Patronato de Menores da Primeira Comunhão



Fonte: Dourados, recantos e histórias

No Livro de Crônicas das Irmãs Franciscanas, podemos perceber o quanto a dupla finalidade da educação franciscana, isto é, a formativa-educadora e a catequética-missionária, estavam presentes no cotidiano, nas tarefas e na participação dos alunos das atividades da Igreja:

Ainda no mês de agosto iniciamos novo Centro Catequético, na Cabeceira Alegre. Queremos, também aí, arrancar algumas pessoas e crianças à influência protestante. De 27 de outubro a 11 de novembro, Dourados teve a grande graça das santas Missões. Alguns alunos distribuíram convites e, sem o saber, bateram à porta duma casa protestante. O dono soltou os cachorros. Dois conseguiram escapar e o 3.º salvou-se trepando numa árvore. A procissão inicial luminosa foi um espetáculo nunca visto em Dourados. Também as crianças trabalharam pelo feliz êxito das Santas Missões, por meio de sacrifícios, orações e convites (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1956, 13).

Esse excerto das Crônicas, assim como o que podemos conhecer a seguir, são interessantes para analisarmos não somente a importância dada ao catecismo e como este favorecia a participação nos sacramentos e no cotidiano da Igreja, mas também o quanto a ação catequética praticada pelos franciscanos ainda estava imbuída dos ideais de conversão e de combate às outras doutrinas religiosas concorrentes:

Este ano aumentou muito o nosso campo da catequese. Além do centro da ‘Cabeceira Alegre’, temos mais dois novos: um na Escola Reunida e outro no Grupo Escolar com 450 crianças. Dia 29 de junho houve a primeira comunhão de 120 crianças sendo a maioria de nossa Escola. A segunda turma de neo-comungantes, também em número de 120, alunos dos centros catequéticos, realizou-se em novembro. Entre a última turma houve 14 batizados, quase todos japoneses. Também entre os índios é preciso intensificar a catequese, pois o inimigo trabalha sem tréguas. Felizmente já recebeu mais visita do sacerdote e mais uma santa missa. [...]. Durante o ano as Irmãs instruíram na religião, 26 japoneses, que receberam o santo batismo, crisma, santa comunhão. Tivemos também o prazer de solenizar o 1.º casamento religioso em Dourados de noivos japoneses, convertidos ao cristianismo no ano passado. Foi assistido por diversos patrícios seus, ainda budistas (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1957, 1959, p.17 e 23).

Para auxiliar nesse trabalho de catequização dos alunos da Colônia Japonesa, em 1964 chegaram em Dourados “duas Religiosas japonesas da Associação das Catequistas Missionárias de São Francisco de Assis, com o fim de visitar as famílias japonesas desta cidade. Conseguiram converter diversos budistas ao catolicismo que não deixa de ser tarefa difícil” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1964, p.42).

O posicionamento central da Missão Franciscana era de que, a educação sem a formação cristã, seria como uma construção sem fundamento e sem base. Era por isso que o método de ensino adotado visava à transmissão dos dogmas católicos, como forma de reforçar uma coesão e propiciar um embasamento teórico nos católicos e naqueles que pretendiam converter, ratificando a hipótese de que a cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados teria por finalidades não apenas a instrução da infância douradense, mas a formação catequética e espiritual, bem como a inculcação de comportamentos e normas da vida cristã católica.

Estas constatações podem ser confirmadas nas reflexões de Frei Roberto Zavalloni (1999), que afirma que a Pedagogia Franciscana deve ser entendida num sentido vasto e abrangente, quer dizer, como função da vida, “despertando a consciência cristã e com ela o verdadeiro conceito da vida, com as suas consequências de fiel observância do Santo Evangelho, da imitação de Cristo até a máxima conformidade da nossa vida com a sua” (*ibid.*, p.24). Assim, para o autor, na cultura escolar franciscana a afetividade, a espiritualidade, a educação e a intelectualidade devem caminhar juntas, tendo como exemplo São Francisco de Assis.

Por conseguinte, o catecismo em Dourados ganhou ainda mais destaque e impulso com as mudanças provocadas pelo Concílio Vaticano II na década de 1960, que acarretou em profundas renovações da Igreja Católica. Esse projeto era importante para a defesa das posições da Igreja, principalmente pela sua vulnerabilidade e pelas concorrências ideológicas que enfrentava naquele momento. O ensino religioso passou a ser intensificado nas escolas, além disso, a Missão Franciscana fundou vários centros catequético em vários pontos da cidade.

Para que todos possam chegar ao conhecimento da Doutrina Cristã, fundaram-se vários centros catequéticos nos diversos pontos da cidade. Para que mais pessoas pudessem ajudar no ensino do Catecismo, realizou-se, de 8 a 22 de novembro, um curso de religião, tendo uma assistência de mais de 100 pessoas. Também algumas Irmãs o acompanharam (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1959, p.25).

Do ponto de vista de Passos (1999), tratava-se de um projeto catequético endereçado à educação e à formação de pessoas, não apenas em nível intelectual ou em nível da verdade religiosa presa em si mesma, mas também no âmbito afetivo e operativo, frente aos problemas da família, da escola e da sociedade.

O Concílio Vaticano II afirmou claramente a importância da catequese em toda a pastoral da Igreja. Assim, a pregação litúrgica, isto é, o anúncio da Palavra de Deus e a instrução catequética deveriam ocupar o primeiro lugar dos deveres da Igreja. Em um parágrafo verdadeiramente programático para a renovação da catequese, o *Decreto Christus Dominus sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja*, define a natureza, as finalidades e os objetivos da catequese:

Instrução catequética: Vigiem que a instrução catequética, que se orienta a fazer com que a fé, ilustrada pela doutrina, se torne viva, explícita e operosa nos homens, seja cuidadosamente ministrada quer às crianças e aos adolescentes, quer aos jovens, quer até aos adultos: procurem que esta instrução seja dada segundo a ordem e o método que mais convêm não só à matéria de que se trata mas também à índole, capacidade, idade e condições de vida dos ouvintes, e que se baseie na Sagrada Escritura, na

Tradição, na Liturgia, no magistério e na vida da Igreja. Procurem, além disso, que os catequistas se preparem devidamente, adquirindo perfeito conhecimento da doutrina da Igreja e aprendendo teórica e praticamente as leis psicológicas e as ciências pedagógicas. Esforcem-se também por estabelecer ou organizar melhor a formação dos catecúmenos adultos (DECRETO *CHRISTUS DOMINUS* SOBRE O *MÚNUS* PASTORAL DOS BISPOS NA IGREJA, 1965, CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO N.º14).

As orientações do Concílio Vaticano II reconheciam a importância de a instrução catequética ser conduzida com métodos de ensino eficientes, que levassem em conta os conhecimentos da doutrina da Igreja, que deveriam ser transmitidos por catequistas preparados pelas leis psicológicas e as ciências pedagógicas. As preposições do Concílio também foram transformadas em um *Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1966-1970)*, direcionado em forma de carta pastoral dos bispos brasileiros para todas as Dioceses e Igrejas do Brasil:

Damos grande importância à catequese e ao aprofundamento doutrinal na comunidade de base, onde existe todo um clima e ambiente eclesial, que a sustenta e dinamiza. Todas as outras formas de ação e organização catequética devem, inclusive, orientar e levar o cristão a inserir-se numa comunidade de Igreja concreta. Por motivos teológicos e pastorais, emprestamos grande importância à catequese que prepara os sacramentos, especialmente os sacramentos da iniciação cristã: batismo, crisma e eucaristia. São etapas decisivas da vida de um cristão. [...] Dentro de tudo aquilo que foi exposto, apresentamos as principais atividades para a realização desta linha de trabalho: A. Atividades fins: 1. Promover e organizar a catequese paroquial através das comunidades de base: catequese infantil; catecumenato à 1ª eucaristia (preparação à 1ª comunhão); catequese dos pais em preparação ao batismo dos filhos; catecumenato⁵³ batismal para jovens e adultos; catecumenato crismal e catequese da adolescência e juventude. 2. Instituir nas comunidades de base, na Matriz ou nas zonas pastorais, centros de preparação para o matrimônio e vida familiar. 3. Promover conferências, cursos, dias de estudo, para aprofundamento doutrinal. 4. **Promover e organizar a catequese nas escolas de nível elementar.** 5. Promover e organizar a catequese no ciclo ginasial e colegial. 6. Promover e organizar a catequese no ensino de nível superior. 7. Promover a catequese através de sistema de rádio e TV com recepção organizada. 8. Promover e organizar a catequese nos instrumentos de educação assistemática. 9. Suscitar equipes dos movimentos de Ação Católica e equipes, de leigos em geral (famílias, profissionais, jovens, adolescentes, crianças) para aprofundar o conhecimento e a vivência da mensagem, ao mesmo tempo que as exigências de um testemunho missionário (PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO DA CNBB (1966-1970), 1966, p.49-50, grifo nosso).

O Plano foi elaborado a partir de seis diretrizes de trabalho da Igreja: Unidade visível da Igreja Católica; Ação Missionária; Ação Catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica; Ação Litúrgica; Ação Ecumênica e Ação da Igreja no mundo. O plano enfatizava, sobremaneira, a importância de se promover e organizar a catequese nas escolas e em todos os

⁵³ O Catecumenato é, no Cristianismo, o período de formação do fiel em preparação para o batismo. O termo é utilizado também na Igreja Católica para designar uma forma de catequese contínua, que não se encerra com o recebimento de cada sacramento, mas perpassa todo o processo de iniciação cristã.

seus níveis de ensino, nos meios de comunicação e que pudesse alcançar as diferentes faixas etárias dentro de um projeto de educação permanente da fé católica. Com efeito, sob a tutela de todas essas orientações do Concílio Vaticano II e do Plano de Pastoral da CNBB, em Dourados, o movimento catequético foi fortalecido e renovado pela Ordem Franciscana, que já carregava em sua própria essência, um carisma e uma pedagogia missionária:

Nos últimos anos houve um surto de construções na diocese de Dourados. [...] Na cidade de Dourados, por exemplo, se segue um planejamento de capelas nos bairros, de modo que ninguém precisa andar mais de mil metros para alcançar uma missa dominical. Foram construídas, nos últimos dez anos, 8 Centros Catequéticos e sociais, a sede do Neocatecumenato em Dourados [...] Todas essas obras são também um resultado positivo da conscientização do Povo de Deus, mediante o Cursilho e congêneres, vários cursos, dias de formação, comunidades eclesiais de base, grupos de reflexão, etc. que criaram uma mentalidade mais comunitária, uma visão mais cristã e também mais humana, em conformidade com o Concílio Vaticano II e as orientações de Puebla, da CNBB e da Diocese (LEITZ, 1982, p.23).

Para organizar e dinamizar ainda mais o ensino religioso, Dom Teodardo Leitz instituiu na Diocese de Dourados uma Pastoral Catequética, que também tinha como objetivo promover a catequese nas escolas:

A equipe de Coordenação Diocesana da Pastoral Catequética e Ensino Religioso, numa busca sincera, vem empreendendo seu esforço para que a Ação Catequética e o Ensino Religioso sejam realmente uma resposta à realidade da nossa Diocese e às necessidades da Educação da fé das crianças, jovens e adultos. No intuito de levar à frente este objetivo está sendo realizado um trabalho de base, por meio de: preparação de coordenadores de catequese paroquial e de ensino religioso para as escolas oficiais de 1.º e 2.º graus; formação de catequistas e das equipes que atuam nas paróquias, capelas e comunidades rurais. Isto tudo por meio de cursos, treinamentos, encontros, jornadas, dias de formação, num amplo trabalho, procurando atingir todas as Foranias, Paróquias e Comunidades (LEITZ, 1982, p.25-27).

Além de todas essas iniciativas, segundo Leitz (1982), também foram elaborados e lançados o manual para o Crisma, livros de textos para o Ensino Religioso de 1.ª a 4.ª séries para as escolas oficiais, além de “formação de excelentes colaboradores no trabalho, tanto nas paróquias como nas escolas” (LEITZ, 1982, p.27).

D. Teodardo continua a dar muita importância à catequese e ao ensino religioso nas escolas. A Diocese de Dourados tem o mérito de ter batalhado muito pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas, editando até pequenos manuais para os professores, hoje de uso em todo o Estado de Mato Grosso do Sul (KNOB, 1988, p.218).

Por se tratar de uma instituição confessional, o Patronato de Menores tinha sua cultura escolar pautada em uma educação voltada para as normas e práticas educativas moldadas pela

doutrina cristã, como a caridade, o amor ao próximo, o perdão. Para alcançar tais conhecimentos e comportamentos, a instituição utilizava instruções metódicas e a preparação das crianças para os sacramentos de iniciação cristã e a catequese.

A Igreja Católica exerceu indubitavelmente uma grande contribuição para o ensino nas escolas douradenses, mas também é verdade, que essa atuação fortalecia sua presença no interior das comunidades e instituições. Do mesmo modo, a educação realizada no Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio é portadora de indícios tanto de instrução quanto de catequização próprias de sua cultura, inscrita especialmente no *modus operandi* e nos contornos da missão e carisma da Ordem Franciscana, que modela o instruir e o catequizar, que estrutura e formata suas normas e finalidades, materializadas pela ação dos seus sujeitos escolares, sob o véu dos preceitos católicos.

4.4 Sujeitos escolares: os alunos do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio

Os alunos do Patronato de Menores e, respectivamente, do Educandário Santo Antônio são sem dúvidas, os grandes protagonistas e agentes sociais dessa instituição escolar tão significativa para a história da educação de Dourados e para a história da Missão Franciscana, talvez seja por isso que discorrer sobre eles seja uma tarefa tão complexa e desafiadora, tendo em vista a grande quantidade de estudantes que construíram, participaram e influenciaram a gênese, a trajetória, as práticas escolares e as representações dessa escola. A discussão nos remete, portanto, para o lugar central que os alunos do Patronato/Educandário ocuparam na construção e tradução da sua cultura escolar.

Por tudo isso, concordamos com Vidal (2009) que entende que no desafio de compreender a conformação da cultura escolar em suas diferentes dimensões é essencial distinguir os modos como ela se manifesta nos objetos produzidos pela e para a escola, mas também nas práticas instaladas no seu interior pela ação dos seus sujeitos escolares. Portanto, é preciso considerar a valorização dos sujeitos escolares como agentes sociais, com o objetivo de perceber como eles traduziram e traduzem as regras legais, as normas pedagógicas e os imperativos políticos em práticas escolares.

Em Dourados, a possibilidade de escolarização dos filhos era para muitas famílias uma necessidade social e um motivo de orgulho. As fontes documentais supracitadas ao longo dessa pesquisa nos instigam a perceber no Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, a existência de um grupo ligado à Igreja Católica, que vislumbrava na educação institucionalizada

e confessional, a oportunidade de formar seus filhos em uma escola considerada referência no que se refere a moral, disciplina e educação religiosa.

Para conhecermos melhor esses sujeitos escolares, recorreremos aos Livros de Matrícula e Livros de Registro Escolar dos anos de 1956 a 1966, portanto, da primeira fase do Patronato de Menores; dos anos 1968 a 1970, de 1974 a 1977 e de 1983, referente ao último ano de funcionamento da escola. Além disso, no Livro de Crônicas das Irmãs Franciscanas também tivemos acesso ao número de matrículas dos anos 1954 e 1955, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 11 – Número de Alunos Matriculados (1954-1983)

Ano	Número de alunos matriculados	Ano	Número de alunos matriculados	Ano	Número de alunos matriculados
1954	263	1964	644	1974	153
1955	480	1965	692	1975	380
1956	609	1966	864	1976	321
1957	396	1967	Não localizado	1977	403
1958	463	1968	631	1978	Não localizado
1959	526	1969	600	1979	Não localizado
1960	506	1970	613	1980	Não localizado
1961	483	1971	Não localizado	1981	Não localizado
1962	509	1972	Não localizado	1982	Não localizado
1963	605	1973	Não localizado	1983	364

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos Livros de Matrícula do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio (1956-1966/1968-1970/1974-1977/1983) e do Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987)

Apesar de alguns Livros de Matrícula não terem sido localizados, os dados que conseguimos inventariar são extremamente relevantes para compreendermos a demanda de alunos que a escola recebia e o quanto esses números revelam as vicissitudes e transições que a instituição experimentou ao longo do seu processo histórico.

Considerando esses dados, uma observação interessante diz respeito ao ano de 1955, em que o número total de alunos matriculados quase que dobrou, justamente no ano da chegada das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Com a abertura de uma filial do Patronato em 1956 para atender os alunos da região central da cidade, podemos constatar um aumento ainda maior do número de alunos matriculados devido o desdobramento da escola em dois espaços simultâneos.

Em 1957 percebemos uma queda do número de alunos, haja vista que, o espaço no qual funcionava a filial do Patronato de Menores precisou ser demolido para a construção de

uma nova sede da escola, assim, a instituição voltou a atender somente na Quadra do Cruzeiro, que já se tornara um espaço pequeno para a quantidade de alunos que desejavam estudar na escola. A partir de 1958 com a inauguração da nova sede do Patronato de Menores no centro da cidade, podemos perceber uma demanda crescente de alunos, culminando no ano de 1966 com o maior número de alunos matriculados, exatamente no ano em que a escola passa a se chamar Educandário Santo Antônio e experimenta também a ampliação das suas salas de aula.

Por outro lado, em 1974 foram localizadas as matrículas de apenas 153 alunos, uma quantidade discrepante em relação aos outros anos, por isso, acreditamos que esse número seja maior, porém, devido ao extravio e desaparecimento de uma grande parte das fontes documentais, não podemos precisar fidedignamente os dados desse ano. E finalmente, em 1983, também percebemos um decréscimo no número de alunos matriculados, possivelmente, em consequência dos rumores do fechamento da escola, o que fez com muitos pais já transferissem os filhos para outras escolas, principalmente para o Colégio Imaculada Conceição.

Esse corpo discente do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio era bastante heterogêneo. Os livros de Registro Escolar (1956-1966) nos permitem conhecer e analisar um pouco mais o perfil desses sujeitos escolares atendidos pela instituição. Entre as características que mais se destacam estão a nacionalidade das famílias e dos alunos, as profissões dos pais e as religiões professadas pelas famílias.

É possível perceber, por exemplo, que o corpo discente era formado por alunos cujos os pais eram provenientes de diversas nacionalidades, como: Paraguai, Japão, Alemanha, Itália, Portugal, Líbano, Argentina, Síria e Espanha. Em um contexto mais amplo, não podemos deixar de lembrar que na década de 1950, o mundo experimentava os reflexos do Pós-Segunda Guerra Mundial, com seus refugiados e as políticas de imigração internacional, sobretudo, dos povos da Europa e do Japão. Muitos deles também vinham de outros estados brasileiros, principalmente de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e dos estados do Nordeste, a refletir, portanto, o próprio processo histórico e social de intensa migração que o Centro-Oeste experimentou com a política nacional de ocupação demográfica da região.

Nos Livros de Registro Escolar (1956-1966), podemos conhecer um pouco mais sobre as famílias e os responsáveis, consequentemente, das condições sociais e econômicas dos alunos. Tais informações são identificadas nas próprias profissões dos pais, dentre as quais, localizamos filhos de médicos, farmacêuticos, comerciantes, advogados, bancários, fazendeiros, funcionários públicos, até roceiros, charreteiros, poceiros, carpinteiros, mecânicos, barbeiros, domésticas, costureiras, entre outros. Em relação ao grau de escolaridade, a ampla maioria possuía apenas o ensino primário, muitos ainda eram analfabetos e uma minoria possuía

o ensino secundário e superior, o que não deixava de demonstrar o próprio cenário da educação brasileira da época e a dificuldade de acesso da população à escolarização.

Tomando como referência algumas seções do Livro de Registo Escolar de 1956, dispostas nas Figuras 86 e 87, podemos verificar os vestígios das profissões dos pais e dos sobrenomes das famílias, que indicam que o alunado que frequentava o Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio eram majoritariamente oriundos dos estratos sociais altos e médios, mas também das camadas populares, mas que, nem por isso, poderiam ser considerados menores desvalidos, o que corrobora ainda mais com a hipótese de que a ausência de escolas e a escassez das existentes, bem como a falta de um corpo docente qualificado teriam favorecido a demanda pelas escolas confessionais em Dourados não somente por parte dos moradores menos abastados, mas principalmente dos segmentos das elites e de um grupo composto por certa hegemonia da cultura religiosa católica.

Figura 86: Livro de Registro Escolar do Patronato de Menores de Dourados – Matrícula de 1956

MATRICULA

ANO DE 19....

B - PARTE DESTINADA AOS RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS															
EXCLUSÃO DO ALUNO		NOME DO RESPONSÁVEL	E pai, mãe, tutor ou responsável?	RESIDÊNCIA (tratando-se de cidade, indicar rua e número)	CARACTERÍSTICOS DOS PAIS										
Data (dia e mês)	Motivo (doença, falecimento, transferência, medida disciplinar, abandono ou outro motivo a indicar)				Do pai				Da mãe						
					Nacionalidade	Profissão (vêde "indicador das principais profissões" - fl. 5)	Instrução (primária, secundária, superior, ou 6 analfabeto?)	Religião	Nacionalidade	Profissão (vêde "indicador das principais profissões" - fl. 5)	Instrução (primária, secundária, superior, ou 6 analfabeto?)	Religião			
(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)	(28)	(29)	(30)	(31)	(32)	(33)	(34)			
		Bassiano R. Ojeda	pai	R. P. Batarina	parag.	marceneiro prim	cat	cat	domest.	domestica prim	cat	S S			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		Marceliano Aquino	"	R. Marcelino Tires	"	carpint.	"	"	parag.	"	"	" "			
		Leandro Medeiros	curador	R. Parana	bras.	lavrador	"	"	bras.	"	analf	" "			
		Dilson Lefer	pai	R. Alegre	"	comercio	"	"	"	"	prim	" "			
		Edsonio Verdo	"	R. Alegre	argent.	lavrador analf	"	"	"	"	analf	" "			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		Francisco F. Pinheiro	"	R. Alegre Tires	bras.	comercio prim	"	"	"	"	prim	" "			
		Benedito Ovidio Valentim	"	R. Paulo	"	mecânico	"	"	"	"	"	" "			
		José Vilhalva	pai	R. R. Grande Sul	argent.	comercio sec.	"	"	parag.	costureira sup.	"	" "			
		José Gonzaga	"	R. Parana, 1326	parag.	roceiro prim	"	"	Verdo	domestica analf	"	15			
		Leandro Ovidio Valentim	mãe	R. Alegre Tires	bras.	motorista	"	"	"	"	"	" "			
		Leandro Parana	pai	"	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		Manoel André Silva	pai	R. Parana	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		Romão Lopes	"	R. R. Grande Sul	"	comercio analf	"	"	"	"	"	" "			
		Marino A. Silva	pai	R. Alegre	"	segurador prim	"	"	"	"	"	" "			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		Clarindo Defumado	"	R. P. Batarina	"	serreiro	"	"	"	"	"	" "			
		Geroldino Luiz Silva	"	R. Alegre	"	lavrador	"	"	"	"	"	" "			
		Muri Gomes	"	R. Alegre	"	inspetor m.	"	"	"	"	prim	" "			
		Leandro Lentiago	"	R. Alegre Tires	"	comercio sec.	"	"	"	"	sec.	" "			
		Pedro R. Ribeiro	"	R. Alegre, 46	"	"	"	"	parag.	"	"	" "			
		Expedito Ferreira	"	R. Alegre Capile	"	mecânico prim	"	"	bras.	"	analf	" "			
		Antônio da Silva	"	Raposa	"	charuteiro	"	"	"	"	"	" "			
		Mercedes Moaro	"	R. Alegre, 46	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		Abigail Agostinho	"	R. Paulo	"	"	"	"	"	"	prim	" "			
		Américo Moaro	"	R. P. Batarina	"	mecânico	"	"	"	"	"	" "			
		Ernestina Ovidio Valentim	mãe	R. Parana	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	" "			
		José Romão Barne	pai	R. P. Batarina	"	peixeiro analf	"	"	"	"	analf	" "			
		Joaquim Lourenço T.	"	R. Alegre Tires	"	medico sup.	"	"	"	"	sup.	" "			
		Roberto Barros	"	R. Curitiba	"	func. públ.	sec.	"	"	"	prim	" "			

34/100

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

Figura 87: Livro de Registro Escolar do Patronato de Menores de Dourados – Matrícula de 1956

MATRÍCULA

ANO DE 19....

B - PARTE DESTINADA AOS RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS

EXCLUSÃO DO ALUNO		NOME DO RESPONSÁVEL	E pai, mãe, tutor ou responsável?	RESIDÊNCIA (tratando-se de cidade, indicar rua e número)	CARACTERÍSTICAS DOS PAIS										
Data (dia e mês)	Motivo (doença, falecimento, transferência, medida disciplinar, abandono ou outro motivo a indicar)				Do pai				Da mãe						
					Nacionalidade	Profissão (vêde "indicador das principais profissões" - fl. 5)	Instrução (primária, secundária, superior, ou é analfabeto?)	Religião	Nacionalidade	Profissão (vêde "indicador das principais profissões" - fl. 5)	Instrução (primária, secundária, superior, ou é analfabeto?)	Religião			
(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)	(28)	(29)	(30)	(31)	(32)	(33)	(34)			
		Artur de Lima Teixeira	"	R. Goiás	bras.	comércio	analf. cat.		bras.	doméstica	prim. cat.	s s			
		Aguiar de Almeida	"	R. Rio Grande Sul	"	carpinteiro	prim.	"	"	"	"	"			
		Alvino Martins Viana	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"			
		Orcirio Pedrozo	"	"	"	criados	"	"	"	"	"	"			
		João Gonzaga	"	R. Paraná, 1366	"	fazendeiro	"	"	"	"	"	"			
		Alagado Sebastião Souza	"	R. Mare. Dias	"	farmacêutico	"	"	"	"	"	"			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"			
		Antônio Zoccolaro	"	Barbosa Alegre	"	negociante	"	"	"	"	"	"			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"			
		Aguiar de Lima	"	"	"	comércio	"	"	"	"	"	"			
		Aguiar Ferreira de Souza	"	R. P. Vargas, 789	"	gda. livros	sec.	"	"	"	"	"			
		Teruki Tokko	"	R. Paraná	japon.	agricultor	prim.	"	japon.	"	"	"			
		Teruki Tokko	"	R. Paraná	"	"	"	"	"	"	"	"			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"			
		Teruki Tokko	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"			
		Wakung Rigoti	"	R. Bahia	paraq.	"	"	"	"	"	"	"			
		João Manoel Gonçalves	"	Barbosa Alegre	bras.	serreiro	prim. cat.		bras.	doméstica	prim. cat.	s s			
		Oswaldo Heli	"	R. Pargipe	"	sapateiro	"	"	"	"	"	"			
		Orlando Marques Almeida	"	R. Mare. Dias, 1995	"	hoteleiro	"	"	"	"	"	"			
		João de M.	"	R. Mare. Dias, 1980	paraq.	marceneiro	sec. evang.	"	"	"	"	"			
		Shunkei Shumma	"	R. Minas Gerais	japon.	hoteleiro	prim.	"	japon.	"	"	"			
		Manoel Manoel Almeida	"	R. Curitiba	bras.	gda. fis.	cat.		bras.	escriturária	cat.	s s			
		Aguiar Figueira	"	"	"	comércio	"	"	"	doméstica	"	"			
		Aguiar de Almeida	"	R. Rio Grande Sul	"	carpinteiro	"	"	"	"	"	"			
		João Augusto Aguiar	"	R. Desembargo Vargas	"	criados	"	"	"	"	"	"			
		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"			
		Paul Leite Farias	hist.	R. P. Leite	ital.	"	"	"	"	"	"	"			

SU400

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Nos Livros de Registro Escolar (1956-1966), podemos observar ainda que, entre as religiões professadas pelas famílias e pelos alunos, destacam-se a predominância da religião católica, mas também foram localizadas matrículas de alunos protestantes, espíritas, budistas, mulçumanos e até mesmo daqueles que se declaravam racionalistas. Em seu Estatuto, o Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio afirmava que não fazia distinção de crenças, a propósito, aceitar a matrícula de alunos de outras religiões, também era uma estratégia para postular a conversão dos mesmos, e deste modo, como bem explica Certeau (1998, p.99), “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias”.

Em relação à procedência dos alunos do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, a maioria já era nascida em Mato Grosso, porém, muitos ainda eram oriundos de estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Alagoas, Sergipe, Ceará, Bahia, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e também de outras nacionalidades, principalmente do Japão e do Paraguai, entre outras, revelando a heterogeneidade dos alunos atendidos, com seus diferentes sotaques, costumes e tradições, enfim, existia no Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio uma verdadeira multiplicidade cultural dos seus alunos, como demonstram os dados das Figuras 88 e 89, que são representativas desses dados.

Figura 88: Livro de Registro Escolar do Patronato de Menores de Dourados – Matrícula de 1966

REGISTRO DA

A - PARTE DESTINADA AOS ALUNOS

Número da matrícula	Data (dia e mês)	NOME DO ALUNO (por extenso)	Sexo (M = masculino, F = feminino)	Certidão de registro civil (sim ou não)	DATA DO NASCIMENTO			Idade (anos completos até 30 de junho)	Nacionalidade (se não brasileiro, declarar o Estado ou Território onde nasceu)	Ano ou série que vai cursar	Faltas 1ª, 2ª ou 3ª vez, que vai cursar o mesmo ano ou série?	TEMPO ESCOLAR (em anos)		PROCEDÊNCIA DO ALUNO				24 meses de escolaridade (sim ou não)	A que distância da Escola reside? (em metros)	APROVEITAMENTO	
					Dia	Mês	Ano					Na própria escola	Em outra escola	Da própria escola (F = federal, E = estadual, M = municipal, P = particular)	De outra escola (F = federal, E = estadual, M = municipal, P = particular)	Do lar (sim ou não)	Aprovado? reprovado? não compareceu ao exame?			Grav de aprovação	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	
567	19-2-66	Judith F. de Queiroz	F		20	9	54	12	Paraná	4º	1	Sim		Sim					700	m	
568	19-2-66	Garina J. de Queiroz	F		10	8	53	13	"	3º	2								700	m	
569	19-2-66	Yanelis J. de Queiroz	F		2	6	52	14	"	2º	2								700	m	
570	19-2-66	Hammonson J. de Queiroz M.	M		6	7	56	10	"	1º	2								700	m	
571	19-2-66	Moacir J. de Queiroz M.	M		27	7	52	8	"	1º	2								700	m	
572	19-2-66	Agacira Guimaraes J. de Queiroz F	F		27	3	53	7	Mt.	1º	1					Sim			700	m	
573	19-2-66	Mª de Fátima R. de Queiroz	F		2	6	52	11	Mt.	3º	2	Sim		Sim					700	m	
574	19-2-66	Yeraldo Paqueta R. de Queiroz	M		16	10	56	9	Mt.	2º	2	Sim		Sim					700	m	
575	19-2-66	Alda Lúcia Rodrigues	F	Sim	26	5	54	11	S. Paulo	4º	1º		3	Sim	Município				2000	m	
576	19-2-66	Maria Dalte Andrade	F	"	21	9	57	9	Mt.	2º	1º	1		Sim					1000	m	
577	19-2-66	Marieline Andrade	F	"	30	6	55	11	"	2º	2º	2		Sim					1000	m	
578	19-2-66	Maria Aparecida Andrade	F	"	15	1	54	12	"	3º	1º		2	Mt.	Município				1000	m	
579	19-2-66	Luiz Maria Freitas	F	"	28	8	57	9	"	2º	2º	1		Sim					1000	m	
580	19-2-66	Silvius de Araújo	M	"	15	6	51	15	"	3º	1º	2		Sim					500	m	
581	19-2-66	Calineu de Lima	M	"	19	8	55	10	"	2º	1º	1		Sim					400	m	
582	19-2-66	José Maria M. de Lima	M	"	5	8	54	12	S. Paulo	4º	1º	3							400	m	
583	19-2-66	Flora Cecília Gomes	F	"	1	2	57	9	Paraná	1º	2º						Sim	Sim	300	m	
584	19-2-66	Maria Glória Junqueira	F	"	26	6	59	7	Mt.	1º	2º						Sim	Sim	300	m	
585	19-2-66	Regina Maria da Silva	M	"	9	11	57	9	Mt.	1º	1º						Sim	Sim	800	m	
586	20-2-66	Fernanda Rosângela Silva	F	"	7	2	56	10	Mt.	3º	2º		Sim	Mt.	Estad.		Sim	Sim	500	m	
587	21-2-66	Neutem Baldurina Silva	F	"	7	2	57	9	Mt.	1º	2º						Sim	Sim	500	m	
588	21-2-66	Arvani T. de Almeida	F	"	1	2	56	9	Mt.	1º	2º						Sim	Sim	500	m	
589	21-2-66	Adriana G. de Almeida	F	"	11	2	56	10	Mt.	2º	1º	1		Sim			Sim	Sim	3000	m	
590	21-2-66	Odete Gonçalves	F	"	30	4	52	13	Mt.	4º	1º	Sim	Sim	Sim	Município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
591	21-2-66	Mariela Pereira Procópio	F	"	11	9	50	15	S. Paulo	4º	1º	Sim	Sim	Sim	Município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
592	21-2-66	Carlos Estefano	M	"	22	5	53	11	Paraná	4º	1º	Sim	Sim	Sim	Município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
593	21-2-66	Gregório da Silva	F	"	12	12	56	9	Mt.	2º	1º	Sim	Sim	Sim			Sim	Sim	Sim	Sim	
594	21-2-66	Pracema Martins	F	"	11	8	53	12	Mt.	4º	1º	3		Sim			Sim	Sim	Sim	Sim	
595	21-2-66	Alfa Lúcia G. de Almeida	F	"	10	4	54	11	Mt.	4º	1º	1	4				Sim	Sim	Sim	Sim	
596	21-2-66	Silvia G. de Almeida	F	Sim	1	2	58	8	S. Paulo	3º	3º	3	1	Sim			Sim	Sim	5000	m	
597	21-2-66	Domíngos dos Santos	M	Sim	8	10	52	12	Alagoas	4º	2º			Sim			Sim	Sim	3000	m	
598	23-2-66	Orlando Fernandes de Souza	F	Sim	30	5	56	9	Mt.	2º	1º			Sim	Sim	Estad.	Sim	Sim	1000	m	
599	23-2-66	Josely G. de Almeida	F	Sim	6	10	60	6	(MT) SP	1º	1º						Sim	Sim	6000	m	
600	23-2-66	José Francisco Nery	M	Sim	10	12	55	9	Paraná	1º	2º	Sim	Sim	Sim	Estad.	Sim	Sim	Sim	2000	m	
601	23-2-66	Frederico Inácio Nery	M	Sim	8	10	58	8	Paraná	1º	2º	Sim	Sim	Sim			Sim	Sim	2000	m	
602	23-2-66	Marcelo Antônio Martins	M	Sim	8	12	54	11	S. Paulo	3º	1º	Sim	Sim	Sim	Município	Sim	Sim	Sim	4000	m	
603	23-2-66	Osvaldo de Souza Dias	M	Sim	8	6	50	15	Mt.	4º	2º	Sim	Sim	Sim	Município	Sim	Sim	Sim	500	m	

- 142 -

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Figura 89: Livro de Registro Escolar do Patronato de Menores de Dourados – Matrícula de 1958

REGISTRO DA

A - PARTE DESTINADA AOS ALUNOS

Número da matrícula	Data (dia e mês)	NOME DO ALUNO (por extenso)	Sexo (M = masculino, F = feminino)	Certidão do registro civil (sim ou não)	DATA DO NASCIMENTO			Idade (anos completos até 30 de junho)	Nacionalidade (se não brasileiro, declarar o Estado ou Território onde nasceu)	Ano ou série que vai cursar	F. a 1.ª a 2.ª a 3.ª, ou qual vez que vai cursar o mesmo ano ou série?	TEMPO ESCOLAR (em anos)		PROCEDÊNCIA DO ALUNO				Já sabia ler e escrever? (sim ou não)	A que distância da Escola reside? (metros)	APROVEITAMENTO	
					Dia	Mês	Ano					Na própria escola	Em outra escola	Da própria escola (sim ou não)	De outra escola (F = federal, E = estadual, M = municipal, P = particular)	Do lar (sim ou não)	Aprovado? (sim ou não)		Nota de aprovação		
218	13-2	Nestor Dourado	M	s	29	9	47	11	P. G.	3.º	1.º	2	-	s	-	-	s	-	-	-	
218	13-2	Eleusa Amaral	F	n	27	10	46	11	Mat.	4.º	1.º	3	4m	s	-	-	s	300	-		
219	13-2	Galvina	F	n	4	3	47	10	Mat.	4.º	1.º	3	-	s	-	-	s	-	-		
220	13-2	Jorge Luiz Nates Marques	M	n	20	3	53	4	P. G. do Sul	2.º	2.º	1	-	s	-	s	100	-			
221	13-2	Luiz Augusto Gomes Monteiro	M	s	10	10	46	11	Mat.	2.º	1.º	1	-	s	-	s	1000	-			
222	13-2	Joana Angélica Cavalcante Lemos	F	n	18	12	53	4	Beira	1.º	-	-	-	-	-	-	3000	-			
223	14-2	Elza A. Brandão	F	m	23	6	47	11	Mat.	4.º	1.º	4	-	s	-	m	s	150	-		
224	14-2	João Saturnino	M	s	26	8	48	10	P. G.	3.º	1.º	2	-	s	-	m	s	400	-		
225	14-2	Salvador	M	s	29	11	50	7	Mat.	2.º	1.º	1	-	s	-	m	s	800	-		
226	14-2	Amilton Roberto	M	s	27	4	45	13	Mat.	4.º	1.º	3	2	s	-	m	s	700	-		
227	14-2	Agostinho Roberto Tabunko	M	s	5	4	47	11	Mat.	3.º	1.º	2	2	s	-	m	s	-	-		
228	14-2	Luiza Roberto Dias	F	s	24	3	49	9	Mat.	2.º	1.º	2	-	s	-	m	s	-	-		
229	14-2	João Barin de Souza	M	m	31	8	46	12	Mat.	4.º	1.º	3	1	s	-	m	s	300	-		
230	14-2	Agustar Barin de Souza	M	m	26	2	48	10	Mat.	4.º	1.º	3	1	s	-	m	s	-	-		
231	14-2	Alfete Barin de Souza	F	m	1	12	50	8	Mat.	3.º	1.º	3	-	s	-	m	s	-	-		
232	14-2	Elisa Brandão de Souza	F	m	26	9	51	-	Mat.	1.º	1.º	-	2jard.	n	Part. Es.	m	s	-	-		
233	14-2	Gregório Laurence Neto	M	m	18	2	48	10	P. G.	4.º	1.º	2	1	s	-	m	s	30	-		
234	14-2	Polina Maria Laurence	F	m	11	10	50	7	"	1.º B	2.º	1	-	s	-	m	s	-	-		
235	14-2	João Bosco Gonçalves Sabina	M	s	30	1	52	6	Beira	1.º	2.º	1	-	s	-	m	s	300	-		
236	15-2	Guineia Kyrie Katika	F	m	9	4	47	11	Tarana	4.º	1.º	-	3	m	F	m	s	400	-		
237	15-2	Clarice Katika	F	s	29	7	48	9	"	3.º	1.º	-	2	m	F	m	s	-	-		
238	15-2	Fernando Chui Katika	M	s	30	11	49	8	"	2.º	1.º	-	1	m	F	m	s	-	-		
239	15-2	João Viegas Machado	F	s	5	7	49	8	Mat.	2.º	1.º	1	2	s	-	-	s	2500	-		
240	15-2	Luiz Mendes Costa	M	m	15	6	44	14	Mat.	4.º	1.º	1	2	s	-	-	s	500	-		
241	15-2	João Benedito da Costa	M	s	13	7	46	11	P. G.	1.º	4.º	3	-	m	Pa.	s	-	-	-		
242	15-2	Alino Mendes	M	s	16	11	48	9	Tarana	1.º	3.º	-	2	m	-	m	s	-	-		
243	15-2	Camilla Candido de Souza	M	s	1	12	41	16	Mat.	3.º	1.º	2	3ano	s	-	-	s	400	-		
244	15-2	Adelino	M	s	28	1	44	14	Mat.	3.º	1.º	2	-	s	-	-	s	-	-		
245	15-2	Edson	M	s	5	5	46	12	Mat.	2.º	1.º	-	13	m	grupo	s	-	-	-		
246	15-2	Odvaldo	M	s	16	6	48	10	Mat.	1.º	2.º	-	2	m	-	s	-	-	-		
247	15-2	Felipe Bento Parque Nunes	M	s	20	1	47	11	Mat.	2.º	1.º	1	-	s	-	s	600	-			
248	15-2	Nelson	M	s	10	8	50	7	Mat.	1.º	1.º	-	-	-	-	m	s	500	-		
249	15-2	Alton Ferreira Alencastro	M	m	3	11	48	9	P. G.	1.º	2.º	-	1	m	grupo	s	-	-	-		
250	15-2	Almir	M	m	19	7	45	12	Mat.	4.º	1.º	3	1	s	-	-	s	1000	-		
251	15-2	Ramona	F	m	1	6	48	10	Mat.	4.º	3.º	-	-	s	-	-	s	-	-		
252	15-2	Beatrice Henri	F	m	26	5	50	8	Mat.	1.º	2.º	2	-	-	-	-	s	-	-		
253	15-2	"	F	m	3	4	52	6	Japão	1.º	1.º	-	-	-	-	-	300	-	-		

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Pelos indícios dos registros fotográficos, esse mosaico cultural dos alunos também era abordado nas atividades do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, como podemos perceber na Figura 90, que mostra os estudantes vestidos com trajes típicos de vários países e estados brasileiros em um desfile de Sete de Setembro de 1974. Apesar de toda essa diversidade advinda das correntes imigratórias, a escola tinha por prescrição dar relevo ao estudo da língua nacional, a nossa cultura e costumes, a devoção à Pátria e a homogeneização da sociedade brasileira.

Figura 90: Alunos do Educandário Santo Antônio, desfile de Sete de Setembro de 1974



Fonte: Dourados, recantos e histórias

O Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio atendia ainda a demanda de alunos da grande colônia japonesa, como assegura Knob (1988, p.282): “Ainda bem que alguns japoneses mandavam os filhos para o Patronato, onde eram bem preparados para o batismo”. Essa intenção de prepará-los bem para o batismo se dava em virtude de que, a maioria dos japoneses eram praticantes do budismo, assim, um dos objetivos da instituição, como já antecipamos, também era a conversão dos mesmos para o catolicismo.

Em 1953, durante o mês de junho, chegaram as primeiras famílias, na segunda fase da colonização japonesa em nossas terras, em número de 60. Como sempre se observou, os nipônicos, agricultores por excelência, foram para a lavoura ocupando parte da 3.^a linha da Colônia Federal. Mais tarde, outras famílias vieram para Dourados, com procedência de São Paulo e Paraná, perfazendo hoje mais de 300 famílias, os quais se ramificaram na lavoura propriamente dita, no comércio e nas indústrias (CARMELLO, 1973, p.57).

No Livro de Crônicas, as Irmãs Franciscanas confirmam o trabalho com esses alunos: “Os japoneses perseveraram na sua crença, mas deixam facilmente que os filhos se batizem e pratiquem a religião católica. São dóceis, da nossa escola já foram batizados sete de 10 a 16 anos” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição, 1955, p.7). Nas Figuras 91 e 92 podemos conhecer alguns desses alunos da Colônia Japonesa. A propósito, ainda hoje, podemos notar no cotidiano e na cultura de Dourados, a presença expressiva dessa Colônia e dos descendentes das primeiras famílias que imigraram para região.

Figura 91: Alunos da Colônia Japonesa – Patronato de Menores, 1957



Fonte: Acervo Fotográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição *apud* AMARO, 2018, p.223.

Figura 92: Alunos da Colônia Japonesa – Educandário Santo Antônio, 1982



Fonte: Dourados, recantos e histórias

A iconoteca escolar, seja ela de arquivos pessoais, de instituições educativas, de arquivos públicos ou até mesmo das fotografias socializadas em redes sociais, tem a capacidade de projetar a cultura escolar e a experiência de escolarização dos alunos, mesmo que sejam fragmentos de trajetórias individuais e coletivas. Segundo Souza (2009), os estúdios fotográficos, os fotógrafos profissionais e amadores souberam apreender bem o significado simbólico dessa experiência. A partir dos anos de 1950, um novo tipo de fotografia passa a ser comercializada, isto é, a foto individual de recordação da série escolar tirada durante ou no final do ano letivo.

O repertório dessas fotografias, nos permite conhecer um pouco mais sobre os alunos do Patronato/Educandário, como podemos verificar nas Figuras 93 e 94.

Figura 93: Aluna do Educandário Santo Antônio, recordação da 1.ª série, 1968



Fonte: Arquivo particular de Zilda Batistoti

Figura 94: Aluno do Educandário Santo Antônio, recordação da 4.ª série



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Essas fotografias exprimem um tempo da infância associado à escolarização formal e aos símbolos discentes, como o mapa estampado no fundo do cenário fotográfico, o livro, o globo terrestre, a bandeira do Brasil e a identificação da escola, que demonstravam a representação e a construção social dos sujeitos escolares da época.

Ser aluno também é ser integrante de uma classe, que se tornou a unidade fundamental da organização escolar, revelando os critérios de classificação dos grupos e de identidade coletiva. De acordo com Souza (2009), as fotografias de classe de alunos consagraram uma representação simbólica da vida escolar, em que a identidade individual se projeta na identidade do grupo. Assim, as crianças transformadas em alunos, em sujeitos que passam a existir para a escola como alguém que aprende, são tratadas como sujeito coletivo. Na análise de Faria Filho (2000), essas crianças são dissolvidas e reconhecidas pelos padrões preestabelecidos de condutas apropriadas. A categoria que despersionaliza enseja a homogeneização, isto é, o tratamento de todos os alunos como um só.

As fotografias de turmas do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio dispostas a seguir, nos permitem mergulhar na vida escolar dos seus alunos, por meio de imagens que reúnem as lembranças dos tempos de funcionamento da escola e que se revestem de um grande significado sobre os sujeitos escolares. Na foto da classe esperava-se que os alunos demonstrassem o mesmo comportamento daqueles que eram treinados e inculcados no cotidiano, isto é, a disciplina, o silêncio, a postura espacial-corporal, a obediência e a seriedade.

Na perspectiva da fotografia escolar, o retrato pode ser considerado como um tipo de fotografia que mais atrai, tanto na sua produção, preservação quanto na circulação. Todavia, a escola é o lugar do coletivo, assim, embora o retrato individual tenha o seu lugar, o retrato em grupo parece um objetivo cobiçado e, portanto, mais produzido. As fotografias produzem uma representação de educação, da escola e, principalmente, da forma como as pessoas, nesse caso os alunos e os professores, se veem em seus papéis e funções sociais e profissionais. Desse modo, têm claramente duas dimensões: a de suporte afetivo e a de fonte documental (ABDALA, 2016).

Na Figura 95, é possível observar uma turma da Pré-Escola do Educandário Santo Antônio. Os alunos estão cuidadosamente posicionados na escadaria da escola, merecendo ênfase a postura rígida e séria da maioria deles. O posicionamento das mãos rentes ao corpo também são indicativos de disciplina e certa rigidez exigidas nesse período.

Figura 95: Alunos da Pré-Escola do Educandário Santo Antônio



Fonte: Comissão de Revisão História de Dourados

A Figura 96, também indica uma postura rígida dos alunos, que estão em posição ereta e com as mãos alinhadas ao corpo. Porém, apesar de ser uma foto clássica de turma, trazendo uma organização bastante comum no enquadramento da cena, é possível notar ainda assim, maior liberdade no momento do registro fotográfico e até mesmo vestígios de subversão às regras da representação iconográfica escolar e às normas da instituição, tanto que alguns alunos estão sorrindo e outros ainda fazem caretas e troças. Merece destaque a homogeneização do uniforme, com cores sóbrias, todos com camisas brancas. A maioria das meninas estão com saias plissadas e meias, provavelmente na cor azul escuro, já os meninos estão de calça comprida. O cenário da foto é a porta frontal da Catedral Imaculada Conceição, que com suas escadarias, serviu de local para muitos registros iconográficos da cultura escolar, que por diversas vezes estava imbricada com a cultura religiosa.

Figura 96: Turma de alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

O enquadramento dos alunos para os registros fotográficos pode apresentar variações diferentes, como na Figura 97, no qual é possível notar um comportamento mais descontraído dos alunos, com alguns meninos agachados em posturas diversas e espontâneas. No arranjo da cena houve ainda a separação por gênero, com os meninos posicionados à frente e as meninas na fileira do fundo em pé sobre bancos para que todos pudessem aparecer na fotografia.

Figura 97: Turma de alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Na composição da fotografia escolar, o tempo para a preparação e ordenação dos alunos para a pose era longo. Os menores na frente, os maiores atrás, o ensaio das posturas e os cuidados para que todos aparecessem adequadamente no enquadramento. Apesar do comportamento e da disciplina desejada para esse momento, os impulsos e a energia da infância sempre advêm e se opõem à docilização e domesticação dos corpos.

Na Figura 98, por exemplo, é possível perceber as expressões dos alunos, os desvios dos olhares, a concentração de alguns, mas a dispersão de outros; a gargalhada que foi preciso ser contida, o riso insinuado ou descontrolado; a timidez e a vergonha, enfim, ao fitar essas imagens, é bem possível perscrutar até mesmo a formulação de certos comentários entre os alunos, os sons de suas risadas ou simplesmente a mera diversão com o momento.

Figura 98: Turma de alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

A professora sempre acompanhava as classes durante as fotografias, e às vezes até mesmo a diretora. Geralmente estas fotografias de turma eram tiradas no encerramento do ano letivo, revestindo-se de um significado ainda mais simbólico. Na Fotografia acima, posam ao centro dessa turma risonha, a professora Maria Aparecida Silva Dutra, carinhosamente chamada pelos alunos de professora Cidinha. Logo atrás das fileiras dos alunos, também está a Irmã Maria Auxiliadora Steffen, diretora da escola, considerada muito rígida em relação às normas de disciplina, porém, mesmo havendo um rigor disciplinar na instituição, os alunos mantinham um bom convívio e nutriam um grande carinho e afeto por ela, pelas outras Irmãs e professoras.

O fato de haver disciplina e rigidez, não excluía as demonstrações de afeto, carinho e cuidado entre alunos e professores. É evidente que, os alunos possuíam mais afeto e cumplicidade com algumas professoras e mais distância com outras. Em muitos trechos do Livro de Crônicas, as Irmãs se referiam aos alunos afetuosamente como '*nossos pequerruchos*', ou nossos pequenos.

Segundo Faria Filho (2000), o termo classe era o que mais parecia identificar o esforço de homogeneização dos alunos, porém, não passava despercebido e nem deixava de causar incômodo o fato de uma mesma classe ser composta por alunos diferentes, como aqueles que tinham a idade muito discrepante dos demais alunos, como podemos perceber na Figura 99, em que uma aluna já adolescente aparece em pé no canto esquerdo do enquadramento fotográfico, quase que escondida entre as outras crianças da turma. A propósito, nos Livros de Registro Escolar podemos encontrar muitos alunos com idade discrepante dos outros alunos da classe.

Figura 99: Turma de alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Nessa mesma linha de considerações, Souza (2009) analisa que a classe sempre teima em se constituir como tensão permanente entre igualdade e diferença. Ritmos diversos de aprendizagem impõem a divisão da própria classe em seções, ou seja, a fileira dos mais adiantados, seguida dos médios e dos difíceis, dos mais lentos, dos não alfabetizados, dos indisciplinados. “A homogeneidade é uma quimera, uma suposição idealizada” (SOUZA, 2009, p.319). Segundo a autora, nem mesmo o uniforme como indumentária de identidade e homogeneização, escapa da diversidade renitente. Essas diferenças individuais são desveladas nas próprias fotografias dos alunos do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio apresentadas a seguir:

Figura 100: Alunos do Jardim de Infância do Patronato de Menores, 1957



Fonte: Acervo Fotográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição *apud* AMARO, 2018, p.224.

Podemos notar nas fotografias 100 a 103 que, apesar de seguirem um certo padrão, nem mesmo a cor das calças dos meninos, os sapatos ou o comprimento das saias das meninas são os mesmos. Isso ocorre também com as blusas e camisas, e mais ainda com as boinas, suspensórios e gravatas. É claro que as diferenças não se reduziam somente ao uniforme, mas ao rendimento escolar, aos comportamentos, as condições econômicas, entre outras.

Figura 101: Turma de alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1980



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Figura 102: Turma de alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Não obstante, nas representações do corpo discente do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, sempre surgiam referências quanto à ordem e as práticas disciplinares como constitutivas da sua cultura escolar, que elevavam não somente o valor da

escola, mas davam crédito à instituição e ao seu alunado. No interior da escola, os espaços eram extremamente normatizados e os alunos sempre monitorados pelos olhares vigilantes das professoras, zeladoras e, sobretudo, da direção. No entanto, quando os alunos eram situados fora dos muros da escola, seja na calçada ou na Praça Antônio João, para a entrada ou término de mais uma jornada, alunos e alunas, sob a liberdade desses espaços intersticiais, se permitiam e se entregavam a gargalhadas, conversas, brincadeiras, jogos, mas também a brigas, confusões, peraltices e até atos indisciplinados, como podemos testemunhar com a edição de 26 de agosto de 1964:

Aconteceu mesmo um caso deplorável: No dia 24, segunda-feira passada tivemos oportunidade de presenciar um dos casos mais deploráveis de nossa sociedade, infelizmente provocada pela garotada douradense, aliás, **pelos alunos do patronato**, quando em plena Praça Antônio João, os estudantes em número de mais de vinte avançavam atirando pedras no conhecido ‘maluquinho Rui Barbosa’ (Vital Castilho), fazendo com o mesmo se defendesse e se lançasse sobre os meninos com uma vara que transportava. Lamentamos que nenhuma varada tenha atingido a nenhum menino sequer, pois se eles não recebem educação em casa, devem pelo menos sofrer as consequências fora de casa. Solicitamos encarecidamente aos papais e mamães, que vigiem e orientem seus filhos, não os deixem agir desta maneira. Lamentamos profundamente que testemunhamos cenas como esta. Em breve iremos convocar todos os chefes de família douradenses para tratar do assunto que publicamos em manchete no domingo último, então aproveitaremos também para fazer observações neste outro sentido (O PROGRESSO, 26/08/1964, p.1, grifo nosso).

Esse episódio nos faz reconsiderar, portanto, a representação fortemente arraigada de que os alunos do passado eram todos perfeitamente disciplinados e altamente respeitosos com os adultos. A subversão do grupo de alunos do Patronato de Menores relatada pela imprensa evoca a necessidade de discussões mais amplas sobre a cultura escolar, as culturas infantis, as culturas familiares e suas relações intergeracionais, uma oportunidade para novas pesquisas.

Enfim, ao analisarmos o alunado do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, para além de todas as discussões abordadas, chama a atenção a lista incomensurável de alunos que a escola atendeu e o quanto esse corpo discente testemunha a parcela de contribuição que a instituição teve na escolarização da infância douradense e na expansão do ensino. Igualmente importante no processo de ensino-aprendizagem estão os professores, que se constituem como elementos-chave para a investigação da cultura escolar.

4.5 O corpo docente do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio

O corpo docente ocupa um lugar central no fenômeno da educação e na construção da cultura escolar, já que a partir de suas práticas e interações com os alunos que é possível o processo de ensino-aprendizagem.

Apesar da constatação óbvia, segundo Vidal (2009), essa obviedade não foi percebida a não ser muito recentemente. Foi a partir dos anos 1970, com a introdução de novos objetos de pesquisa e incorporação de outros referenciais teóricos e metodológicos, como o da Nova História Cultural, que de instrumento de mediação ou de reprodução da sociedade e de objeto de recepção e inculcação de normas sociais, professores e alunos passaram a ser vistos como sujeitos privilegiados do processo de ensino-aprendizagem, pelas escolhas que efetuam e pelos saberes que produzem.

Ao longo desse trabalho, de certa forma, já analisamos alguns contornos e elementos sobre os professores do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, suas práticas, gestos e comportamentos. Por isso, daremos ênfase nesse momento, principalmente para a composição e identificação do corpo docente da instituição.

O corpo docente do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio era composto por professoras religiosas e leigas. Tais sujeitos escolares eram essencialmente do gênero feminino, o que não deixa de ser um reflexo do processo de feminização do magistério, especialmente do ensino primário, bem como dos determinantes de gênero e geração que experimentava a educação naquele contexto histórico.

As professoras religiosas que atuavam na escola eram todas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, que começaram a administrar e lecionar na instituição em 1955. Nesse período inicial, as Irmãs contaram com a ajuda de professoras leigas que já atuavam no ensino particular em Dourados e geralmente estavam ligadas a algum trabalho catequético ou alguma função religiosa na Igreja, sendo referidas pelos freis franciscanos como distintas senhoras “inteligentes, enérgicas e bem religiosas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p.16v), tais como Francisca Rojas Machado, Antônia Azambuja, Antônia da Silveira Capilé, Aurea Azambuja, Sílvia Araújo de Moraes, entre outras.

O fato é que, na década de 1950, quase não havia professoras disponíveis em Dourados, muito menos ainda com formação mais avançada. Algumas dessas professoras leigas possuíam somente o ensino primário ou apenas a vontade de ensinar, como é o caso da professora pioneira Sílvia Araújo de Moraes, que apesar de “ter lecionado durante mais de vinte anos, só passou oito meses na escola [...]. São traços típicos da cultura de MS – alguém ser professora, quando nem deixou de ser aluno (ROSA, 1990, p.159).

Na Figura 103, podemos conhecer algumas professoras do Patronato de Menores que atuaram na instituição no final da década de 1950 e na década de 1960. Em pé, da esquerda para direita estão as professoras Neide Murakami, Ilma Terezinha Vieira de Nardo e Nidia Murakami. As professoras de origem japonesa tinham uma função importante, a de auxiliar no ensino dos inúmeros alunos da Colônia Japonesa que a escola atendia.

A fotografia também é um flagrante de uma vida dedicada ao ensino das crianças douradenses e de uma carreira docente intensa da professora Sílvia Araújo de Moraes, que aparece na fotografia sentada junto às demais colegas de profissão com uma caneta em punho.

Figura 103: Professoras do Patronato de Menores de Dourados, década de 1959



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

O cenário da fotografia é o recém inaugurado prédio do Patronato de Menores, com as paredes ainda sem reboco. O globo, os livros, a caneta e demais objetos simbólicos do universo docente também compõem a imagem. A professora Sílvia Araújo lecionou por dez anos no Patronato e, segundo ela, em depoimento prestado à Rosa (1990), foi a escola onde ela mais gostou de lecionar.

Trabalhei em vários lugares: na Cabeceira Alegre, na Usina, na Picadinha, enfrentando longas distâncias, sol, chuvas, frio, sem qualquer tipo de reclamação. Tive várias diretoras: Antônia Capilé, Umbelina Câmara, Guiomar Rabelo Motta e Neusa Carvalho, todas excelentes pessoas. O lugar em que mais gostei de trabalhar foi com as Irmãs, no Patronato Santo Antônio, onde fiquei dez anos (ROSA, 1990, p. 160).

O depoimento da professora Sílvia Araújo nos ajuda a compreender a formação dos professores de sua época, suas rotinas, cotidiano, comportamentos, suas experiências de vida, seus contextos socioculturais e dificuldades enfrentadas.

Aprendi as primeiras letras aqui em Dourados, com o professor Amâncio Leopoldo de Campos. Foi em 1922, eu tinha oito anos e em oito meses aprendi a ler, a contar, adquiri noções fundamentais de Geometria, História do Brasil, Geografia e Desenho. Nesse curto espaço de oito meses, li toda a cartilha, depois fui do primeiro ao quarto livro de Felisberto de Carvalho. Eu tinha grande facilidade de aprender. Aí adoeci e nunca mais voltei à escola. Fiquei moça, casei. Foi então que o primeiro prefeito daqui, Álvaro Brandão, criou a primeira escola municipal e, como havia falta de professores na cidade, fui chamada para lecionar lá. Eu não tinha coragem de enfrentar uma classe, mas Dona Antônia Capilé insistiu comigo, dizendo que eu era capaz: 'Sílvia, você é inteligente, você estuda, você dá conta'. Assim comecei a lecionar, sem prática nenhuma, apenas com muita vontade de acertar. Lecionei o primeiro, o segundo e o terceiro ano primário. As provas eram aplicadas por professores que vinham de fora. Meus alunos sempre se saíam bem. Numa ocasião, veio uma banca de Campo Grande, para examinar as professoras leigas, fui aprovada, tive média, para continuar lecionando. Também estudava sem parar, quando não sabia alguma coisa perguntava, nunca passei vergonha com meus alunos. Foi dona Antônia Capilé que arranhou minha nomeação: através do seu prestígio político [...]. Só com a instalação do Território Federal de Ponta Porã é que eu passei a ganhar mais. Nessa primeira escola em que eu lecionei, nem carteira havia; a gente improvisava bancos e carteiras com tijolos e tábuas arranjadas com os vizinhos, com os pais de alunos. O prédio ainda estava sendo construído, tudo era precário (ROSA, 1990, p.160).

As palavras da professora Sílvia expressam a forma como os professores se situavam em relação a história do seu tempo, além de retratarem como esses profissionais lidavam com a precariedade e a escassez do ensino, as interferências políticas, a falta de escolas e de professores habilitados em Dourados e no Sul do antigo Mato Grosso como um todo. É possível notar também, a grande preocupação que as professoras tinham com o rendimento escolar dos seus alunos, pois, na maioria das vezes, o reconhecimento público do professor e da escola passava pelos resultados que os mesmos alcançavam nos exames e na conduta moral e disciplinar.

De acordo com Vidal (2009), investigar a prática docente, compreendendo-a na intersecção do saber e da ação de professores, instou a indagação sobre a mistura de vontades, gostos, experiências, acasos que foram consolidando gestos, rotinas e comportamentos identificados como docentes, isto é, o modo de organizar aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os recursos didáticos e, mesmo, a maneira de organizar a relação pedagógica. A relação entre as experiências de vida e ambiente sociocultural também passou a objeto de reflexão, traduzida em questões sobre o impacto do estilo de vida do professor dentro e fora da escola.

Nesse sentido, os relatos da professora Sílvia Araújo nos permitem conhecer os vestígios das relações interpessoais estabelecidas entre alunos e professores, suas rotinas, as estratégias mobilizadas em sala de aula e até mesmo o cuidado com a ordem e a disciplina, em suma, a construção da cultura escolar por meio dos seus sujeitos.

Fiquei nessa rotina de trabalho de 1940 a 1962, quando foi extinto o Território de Ponta Porã, e nos colocaram à disposição do Estado de Mato Grosso. Veio a nomeação, fomos prestar compromisso em Cuiabá, e nos aproveitaram no Ministério da Agricultura, onde fui colocada como auxiliar de datilografia, sem nunca ter batido máquina. Resolvi então aprender o ofício. Desde pequena, gostei de ler, de fazer teatro, vem daí o meu interesse pelo ensino. Guardo carinhosa lembrança de todos os professores e diretores que trabalharam comigo. O diretor mais exigente foi Luís Castanho, que fazia a gente chegar dez minutos antes à escola, quer o tempo estivesse ruim, quer a gente morasse longe. Também me recorro do Weimar Torres que, quando foi inspetor de ensino, visitava com frequência os colégios e dava muita força pra gente. E não me esqueço dos alunos, alguns dos quais são pessoas importantes na cidade como o Luís Bussuan, o Ramon Perez, o Moacir Moreira Matos, da Prefeitura. ‘Quinze de outubro’ era o dia de maior alegria para mim, pois era sempre homenageada pelas crianças. No último ano em que lecionei, os alunos me fizeram uma surpresa. Ganhei tantos presentes, que foi preciso duas charretes para trazê-los para casa. Depois da festinha, os alunos vieram à minha casa e fizeram o almoço, foi uma emoção que até hoje me acompanha. A escola de antigamente era bem diferente da de hoje, havia mais exigência, mais disciplina. Antes da entrada na sala de aula, a professora ficava na porta, esperando os alunos que chegavam em fila. Primeiro entravam os meninos, depois as meninas. Ficavam de pé, esperando a professora dar o sinal e só então se sentavam. As professoras não podiam sentar-se. Davam aula o tempo todo de pé, caminhando entre os alunos. Trabalhávamos bastante, preparando a parada de Sete de Setembro, sem nenhuma revolta de no feriado estarmos acompanhando os alunos, marchando ao lado deles. Os meninos eram separados das meninas, houve tempo em que só lecionei meninas, depois só meninos. [...]. Certos professores davam castigos severos, mas eu o máximo que fazia era deixar os mais rebeldes de pé, sem recreio ou copiando uma frase (ROSA, 1990, p.160-161).

Como pudemos perceber, os deveres dos professores evidenciavam não apenas os conteúdos a serem desenvolvidos ou os programas oficiais de educação que deveriam cumprir, mas as questões práticas da rotina, como o cuidado com o comportamento dos alunos e as condutas disciplinares, que era um dos aspectos mais exigidos no Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio.

Quanto à formação das professoras, a partir de 1959, as Irmãs Franciscanas implantaram por meio do Instituto Educacional de Dourados, os Cursos do Normal Regional e Normal Colegial para o ensino feminino. Essa estratégia foi um grande avanço também para o Patronato de Menores, pois, por meio desses cursos, as Irmãs puderam ampliar a formação do corpo docente da instituição e instruir novas professoras.

Somando-se a isso, a partir de meados da década de 1960 e 1970, com os novos preceitos legais e as próprias exigências da legislação educacional, uma nova geração de professoras passaram a compor o quadro docente do Patronato de Menores/Educandário Santo

Antônio. As Irmãs Franciscanas também passaram a reduzir o quadro de religiosas que lecionavam no Patronato de Menores, contratando um número maior de professoras leigas, que podemos conhecer nas Figuras 104 e 105. O fato é que, as Irmãs Franciscanas também expandiram suas instituições educativas e o seu campo de atuação, passando a se dedicar muito mais à Escola Franciscana Imaculada Conceição, que também funcionou como um noviciado para nossas freiras.

Figura 104: Professoras e Diretora do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Figura 105: Professoras e Diretora do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

As fotografias retratam a composição desse corpo docente já no período em que a escola passara a se chamar Educandário Santo Antônio. Podemos notar junto às professoras, a presença sempre assídua da Irmã Auxiliadora, diretora da escola. Aliás, desde que chegaram em Dourados, a direção da escola sempre ficou ao encargo de alguma das religiosas, sendo que a Irmã Auxiliadora foi quem ficou por mais tempo à frente da direção.

As imagens confirmam um corpo docente composto essencialmente de mulheres. Todavia, os registros iconográficos e as fontes documentais, como os Livros de Relações dos Empregados e os Livros Ponto, certificam que a escola também admitia, mesmo que minimamente, professores do gênero masculino, entre eles, o professor Gilberto Pereira da Costa, admitido em 1979 como professor de Educação Física; o professor Aderaldo Pereira da Costa, admitido em 1968 e o professor Mário Júlio Cerveira, que era o responsável pelos ensaios da fanfarra da escola e aparece na Figura 106 com os seus alunos vestidos de marinheiros.

Figura 106: Alunos da fanfarra com o Professor Mário Cerveira, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Também aparece agachada e abraçada com um aluno, novamente a Irmã Auxiliadora. A fotografia é um registro descontraído da confraternização da escola, após o encerramento do desfile de Sete de Setembro de 1975. As imagens demonstram que, para além da ordem e da disciplina que a escola tanto exigia, sempre havia espaço para o afeto, para a irreverência, para o humor e as sensibilidades.

A Irmã Auxiliadora também fazia questão de realizar momentos de descontração e fraternidade entre o corpo docente, como podemos verificar nas Figuras 107 e 108.

Figura 107: Confraternização das professoras do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Como bem observam Vidal e Abdala (2005), apreciar uma fotografia é sempre um momento de prazer. Um deleite que não se resume à contemplação de pessoas ou lugares do nosso passado, mas várias vezes somos tomados pelo prazer de vagar o olhar em imagens que não possuem qualquer marca da nossa presença, como fotografias de uma festa da qual não participamos ou lugares pelos quais jamais passamos. Em nossa sociedade ocular, a fotografia exerce uma poderosa atração sobre aqueles que a miram.

Portanto, contemplar esses registros fotográficos das professoras do Educandário Santo Antônio desperta em nós justamente esse deleite. Nos faz querer transcender a imagem para perscrutar o que as professoras comentavam, do que elas riam e quais as representações e memórias que elas deixaram em seus alunos. Tem professoras que marcaram de tal forma a vida dos seus alunos, que na memória afetiva dos mesmos, resistem as lembranças da voz, do cheiro e da personalidade de suas mestras.

Na Figura 108 também podemos conhecer o espaço da sala dos professores, seu mobiliário e a presença marcante da cultura religiosa, representada pelo quadro de Jesus Cristo na parede. As confraternizações eram sempre acompanhadas de refrigerantes e salgadinhos, e pela mesa de presentes, possivelmente comemoravam o dia dos professores ou o encerramento

do ano escolar e a troca de presentes que antecipam as celebrações de Natal. Os registros fotográficos também revelam o modo como as professoras se vestiam.

Figura 108: Sala dos professores do Educandário Santo Antônio



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Por conseguinte, tomando como referência os Livros de Ponto dos professores, aos quais foram localizados apenas os dos anos 1968 a 1971 e de 1980 a 1983, podemos identificar essas professoras que formaram o corpo docente do Educandário Santo Antônio.

No ano de 1968, no período matutino, lecionaram na escola as seguintes professoras: Nadir Pires Fonseca, Guilhermina M. do Amaral, Rosa Maria Azambuja, Maria Marlene Lima Leite, Maria Aparecida Aguiar, Antônia Cruz da Mota, Ilma Araújo Vizeu, Guiomar Rabello Motta, Sandra Mota da Silva. No período vespertino, lecionaram ainda os professores: Maria Aparecida da Silva, Maria Teresinha Martins, Delma A. Portela, Aderaldo Pereira da Costa, Maria Socorro Pereira e Ilma Terezinha Vieira de Nardo.

Em 1969, no período matutino, o corpo docente do Educandário era formado por Guiomar Rabello Motta, Jurema Vieira de Mattos, Marlene Lima Leite, Maria Aparecida Aguiar, Antônia Cruz da Mota, Ilma Araújo Vizeu, Maria Socorro Pereira, Daici Oliveira Trota, Maria Aparecida da Silva, Maria Teresinha Martins, Maria Azevedo Lira e Ilma Terezinha Vieira de Nardo. No período vespertino eram: Maria Aparecida da Silva, Luiza Azevedo Lira, Iria Luiz Azambuja, Suzana Curcino Pedroso, Sandra Mota da Silva, Clarice Maria Oliveira Borges.

Na Figura 109 podemos conhecer a professora Ilma Terezinha Vieira de Nardo com algumas de suas alunas da 4.^a série do ano de 1969. A professora Ilma também fazia parte da diretoria do Educandário, ocupando o cargo de tesoureira.

Figura 109: Professora e alunas do Educandário Santo Antônio, 1969



Fonte: Arquivo particular de Fátima Carneiro

Em 1970, o quadro docente do Educandário Santo Antônio no período matutino era composto das seguintes professoras: Guiomar Rabello Motta, Ilma de Nardo, Maria Socorro Pereira, Ilma Araújo Vizeu, Ana Rita M. da Silva, Marlene Lima Leite, Antônia Cruz da Mota, Maria Aparecida da Silva, Maria Aldaci Almeida, Zulmira Silva, Irmã Diva Degrandi. No turno vespertino: Maria Socorro Pereira, Suzana Curcino Pedroso, Elba Pérez Lima, Maria Aparecida Silva, Maria Teresinha Martins e Rita de Paula.

O Livro Ponto dos professores também revela que a Irmã Auxiliadora Steffen, além de diretora, por vezes também cumpria a função de docente no Educandário Santo Antônio. A propósito, o entrecruzamento com os Livros de Chamada escolar de 1970 confirmam isso, como podemos notar na Figura 110.

Figura 110: Livro de Chamada escolar do Educandário Santo Antônio (1970)

FIGURA 16 Erro de Chamada escolar do Educando São Antonio (1976)

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

Em 1971, a escola também admitiu professoras auxiliares, como Maria da Silva Fortunato, Maria Aparecida da Silva Barbosa, Cleusa Fabro e Salete Maria Stefanés Leal Pereira. As professoras titulares e auxiliares do ano 1971 podem ser conhecidas na Figura 111, que demonstra o Livro Ponto do dia 29 de abril de 1971, acompanhado de um recado da Diretora Irmã Auxiliadora, que estava sempre atenta e no controle de tudo, advertindo o corpo docente da seguinte forma: “Por obséquio, queiram sempre fazer o livro ponto antes do trabalho. Muito obrigada” (Livro Ponto, 1971, p.16).

Figura 111: Livro Ponto dos professores, 1971

1971 16

Ponto das Professoras		Ponto das Professoras	
16	Suzana Maria Gurgeno	1	Edna M. Auxiliadora
17	Maria Terezinha Martins	2	Guionmar Rabello Motta
18		3	Ima de Nardo
19	Salete Maria Stefano	4	
20	Licença	5	Ima Araújo Tizen
21	Reide Spoladore	6	Ana Rita M. da Silva
		7	Maria Terezinha Martins
		8	Maria Aparecida da Silva
		9	Antônio Rallano Seneiro
		10	Maryne Lima Leite
		11	Oléusa Falvo
		12	Zulmira Silva
		13	
			Turno Abatutino
		14	Maria Aparecida Silva
		15	Maria Aparecida Barbosa
		16	Suzana Maria Gurgeno
		17	Maria Terezinha Martins
		18	
		19	Salete Maria S.
		20	
		21	Reide Spoladore 2 hor.
			Dia 1 de maio
			Fimado Nacional
			Dia 2 de maio
			Domingo

29 de abril

1 Edna M. Auxiliadora

2 Guionmar Rabello Motta

3 Ima de Nardo

4

5 Ima Araújo Tizen

6 Ana Rita M. da Silva

7 Maria Terezinha Martins

8 Maria Aparecida da Silva

9 Antônio Rallano Seneiro

10 Maryne Lima Leite

11 Oléusa Falvo

12 Zulmira Silva

13

Turno Abatutino

14 Maria Aparecida Silva

15 Maria Aparecida Barbosa

16 Suzana Maria Gurgeno

17 Maria Terezinha Martins

18

19 Salete Maria S.

20

21 Reide Spoladore 2 hor.

Dia 1 de maio

Fimado Nacional

Dia 2 de maio

Domingo

Por abrigos
queiram
pungir
fazer o livro
ponto antes
do trabalho

Maria Terezinha Martins

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Os Livros de Ponto inventariados nos permitem conhecer ainda os professores que lecionaram no Educandário Santo Antônio de 1980 até o último ano de funcionamento da instituição, em 1983. Podemos perceber a admissão de uma nova geração de professoras, mas também a permanência de algumas pioneiras. Também é possível perceber a redução do número de professora que formavam o corpo docente da escola.

Em 1980 lecionavam no Educandário as seguintes professoras: Ivone Cardoso Pires Daquinto, Edi Albino Nunes, Maria Marlene Lima Leite, Aguiamar Franco Cordeiro, Meire de Souza Freitas, Rosa Maria Balani, Mirian Henklain Ferruzzi, Edite M. Ueno Nakamura, Edna Maria Nunes Facholi, Maria Terezinha Martins Araújo. Em 1981, além das professoras já citadas, foram admitidas ainda, a professora Avani Cargnelutti Fehlauer⁵⁴ e Jussara Aparecida Abreu Ribas.

⁵⁴ Tornou-se nome de uma escola municipal de Dourados, localizada no Jardim Florida I.

Em 1982, a composição do corpo docente do Educandário permaneceu praticamente o mesmo, com exceção da saída da professora Edi Albino Nunes. Em contrapartida, foi readmitida a professora Maria Aparecida da Silva Dutra (nome de casada) e a admitida a professora Vera Lúcia G. Sabala.

As últimas professoras que integraram o corpo docente do Educandário Santo Antônio até o encerramento de suas atividades em 1983 foram: no período matutino, Ivone Cardoso Pires Daquinto, Maria Marlene Lima Leite, Meire de Souza Freitas, Rosa Maria Balani, Avani Cargnelutti Fehlauser, Maria Aparecida da Silva Dutra e Lúcia Doroti Navarro Choueiri, esta última, admitida em 1983. No período vespertino, atuaram as seguintes professoras: Maria Terezinha Fernandes, Vera Lúcia G. Sabala e Maria Surian Maia, sendo que esta última, permaneceu até o mês de setembro. As professoras Rosa Maria Balani e Maria Aparecida da Silva Dutra lecionavam nos dois turnos.

A partir dos Livros de Registro de Empregados do Educandário Santo Antônio referentes ao período de 1969 a 1983, conseguimos conhecer ainda mais as professoras e professores que formaram o corpo docente da instituição nessa época. No Quadro 12 e Figura 112 podemos conferir quem eram esses profissionais e o período que lecionaram na escola.

Quadro 12 – Corpo docente do Educandário Santo Antônio (1969-1983)

Ordem	Nome do(a) professor(a)	Grau de instrução	Ano/período que lecionou
01	Aguimar Franco Cordeiro	Normal incompleto	1978 a 1982
02	Albaniza Azambuja Almirão	Não informado	1973
03	Alice de Oliveira R. Vilhalva	Normal	1975
04	Ana Emília Vieira Barbosa	Normal	1976-1977
05	Ana Rita Martins da Silva	Não informado	1974 a 1975
06	Anneliese Alcoba Ruiz	Normal	1976 a 1978
07	Aparecida Clemente Rodrigues	Não informado	1975
08	Aparecida Perez Lima	Normal	1979
09	Avani Cargnelutti Fehlauser	Não informado	1981 a 1983
10	Célia Maria Staut Melo	Não informado	1973
11	Clarice Liebelt	2.º Grau	1978
12	Clarice Maria Oliveira Borges	Não informado	1969
13	Clarinda Maria Oliveira Borges	Não informado	1969
14	Daice Oliveira Trota	Não informado	1969
15	Dayse Nunes de Rezende Oliveira	Não informado	1972 a 1973
16	Dineva Cecília	Normal	1975 a 1977
17	Doraci Candido Ramos	Não informado	1969
18	Edi Albino Nunes	Normal (cursando)	1978 a 1981
19	Edite M. Ueno Nakamura	Normal	1980 a 1982
20	Edna Maria Nunes Facholi	Normal	1977 a 1980
21	Erma Tomázio Garcia Cáceres	Normal	1978
22	Gilberto Carlos Silva	Não informado	1979
23	Helena Aparecida Pleus	Não informado	1977
24	Helena Silva Ortega	Não informado	1970
25	Ieda Isabel da Silva Brandão	Normal	1975 a 1977
26	Ilda Flores de Lima	Normal	1976

27	Ilma Araújo Vizeu	Não informado	1969 a 1978
28	Ineide Stranieri	Não informado	1975
29	Ivone Cardoso Pires Daquinto	Normal	1979 a 1983
30	Joana Prado Medeiros	Normal	1976
31	Jurema Vieira de Matos	Não informado	1969 a 1970
32	Jussara Aparecida de Abreu Pires	Não informado	1981 a 1982
33	Leane Nunes Pael	Não informado	1972
34	Leiner Maura Araújo Vizeu	Normal	1976-1977
35	Lúcia Doroti Navarro Choueiri	Não informado	1983
36	Maria Aparecida da Silva Dutra	Normal	1968 a 1974 e 1982 a 1983
37	Maria Aparecida Faria Barbosa	Não informado	1971 a 1973
38	Maria de Fátima da Silva Bento	Não informado	1974 a 1975
39	Maria Heloisa Floriano Peixoto	Normal	1976 a 1977
40	Maria Juliana de Oliveira Senatore	Não informado	1973 a 1975
41	Maria Marlene Lima Leite	Não informado	1969 a 1983
42	Maria Rosana de Jesus	Normal	1978 a 1980
43	Maria Socorro Pereira	Não informado	1969 a 1975
44	Maria Surian	Não informado	1974 a 1975 e 1983
45	Maria Terezinha Martins de Araújo	Normal	1978 a 1983
46	Meire de Souza Fretes	Normal	1979 a 1983
47	Miriam Henklain Ferruzzi	2.º Grau	1980 a 1982
48	Nídia Rosa Felizari Escolar	Colegial	1978
49	Rosa Maria Balani	Normal	1977 a 1983
50	Rosane de Carvalho Lange	Normal	1976
51	Salette Maria Stefanos Leal Pereira	Não informado	1971
52	Solange Santos de Lima	Não informado	1973 a 1976
53	Sonia Maria Ferreira	Normal	1978
54	Suzana Nocêra	Não informado	1974
55	Suzana Maria Curcino Pedroso	Não informado	1970 a 1973
56	Terezinha Azambuja Almirão	Não informado	1972 a 1973
57	Terezinha Barcelos Gonçalves	Normal	1975 a 1979
58	Valdelice Edwirges Paes	Normal	1977 a 1978
59	Vani Helena de Lima Ferrari	Normal	1978 a 1979
60	Vera Fátima Corsino Almeida	Não informado	1974
61	Vera Lúcia Lopes Gomes Sabala	Normal	1979 a 1983
62	Virginia Maria Belucci	Superior	1978
63	Zenir Hacherlin	Superior	1976 a 1978

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos Livros de Registros de Empregados do Educandário Santo Antônio (1969-1983). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Figura 112: Corpo docente do Educandário Santo Antônio (1969-1983)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos Livros de Registros de Empregados do Educandário Santo Antônio (1969-1983). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Nesse período, a maioria das professoras que lecionavam na escola já eram normalistas, duas delas inclusive possuíam o curso superior. A maior parte também eram professoras leigas, além disso, não encontramos evidências de que as professoras religiosas fossem registradas nesses livros ou que recebessem alguma remuneração pelas funções desempenhadas, o que denota o sentido da missão que decidiram abraçar. Infelizmente, alguns dados do corpo docente não foram preenchidos nos Livros de Registro, como o grau de escolaridade de todos, fazendo com que muitas informações ficassem desconhecidas.

Nos Livros de Registro localizados, foi identificado apenas um professor do gênero masculino, como podemos conferir na Figura 113, confirmando o processo de feminização do magistério e o grande contingente feminino que atuava no Educandário Santo Antônio.

Figura 113: Livro de Registro dos Empregados (1979)

39

LIVRO DE REGISTRO DOS EMPREGADOS

Cor.....
Cabelo.....
Barba.....
Bigode.....
Olhos.....
Altura.....
Peso.....

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

O Sr. Gilberto Carlos Silva, portador da
Carteira de Trabalho e Previdência Social n.º 37.442 série 597 Carteira de Trabalhador
e Previdência Social (Rural) n.º série emitida por
C. P. F. n.º 20.337.0511-00 Título de Eleitor n.º FL 456 da 269ª Zona, Carteira de Identidade
R. G. N.º 083.397 foi admitido em 15 de maio de 19 79 para exercer a função
de prof. de Educação Física com o salário de Cr\$ 280,00 (Dois mil e
oitocentas cruzeiros)
por mts, no seguinte horário de trabalho: das 7:00 às 16:00 horas com 2 horas de intervalo
para repouso e alimentação
Filiado ao Sindicato.....Fitec
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO:
Data da opção 15-05-1979 Data da retratação.....
Conta vinculada ao Banco Banco do Brasil S.A.

Nacionalidade..... <u>Brasileira</u>	Quando ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL P I S
Filho de <u>João da Silva Filho</u>	N.º da Cart. mod. 19.....	Cadastrado em <u>19/06/1979</u>
e de <u>Adriana Regina da Silva</u>	N.º do Reg. Geral.....	SOB N.º <u>1000945-883</u>
Nasceu em <u>Pico do Jaraguá</u>	Casado com brasileira?.....	DOMICÍLIO BANCÁRIO
a <u>27</u> de <u>dezembro</u> de <u>1955</u>	Tem filhos brasileiros?.....	NOME DO BANCO <u>Bradesco S.A.</u>
Estado civil..... <u>solteiro</u>	Quantos?.....	AGÊNCIA/CÓDIGO BANCO <u>237</u>
Grau de instrução.....	Data da chegada ao Brasil.....	ENDEREÇO DA AGENCIA <u>R. Joaquim Teixeira Alves</u>
Residência.....	Naturalizado.....	<u>nº 1750 ang</u>
Odo. Mot.: Cart. N. Hab. n.º.....	Decreto N.º.....	
Situação Militar.....		
Nome do Conjuge.....		
Beneficiários.....		

Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão:
Dourados 26 de maio de 19 79

Ficha dactiloscópica
Polegar direito

Observações:

SPF - 075

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

A última docente admitida e registrada pelo Educandário Santo Antônio foi a professora Lúcia Doroti Navarro Choueiri, que teve seu contrato rescindido no dia 15 de dezembro de 1983, como podemos verificar na Figura 114.

Figura 114: Livro de Registro dos Empregados (1983)

LIVRO DE REGISTRO DOS EMPREGADOS

VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Cor: _____ Cabelo: _____ Barba: _____ Bigode: _____ Olfos: _____ Altura: _____ Peso: _____

O Sr. Lúcia Doroti Navarro Chouini portador da Carteira de Trabalho e Previdência Social n.º 25536 série 2239 Carteira de Trabalhador e Previdência Social (Rural) n.º _____ série _____ emitida por _____

C. P. F. n.º _____ Título de Eleitor n.º _____ Zona, Carteira de Identidade R. G. n.º _____ foi admitido em 18 de março de 83 para exercer a função de Protenha com o salário de Cr\$ 49.790,00 (quarenta e nove mil, setecentos e noventa e nove reais) por _____ no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 18:00 horas com 02 horas de intervalo para repouso e alimentação.

Filiado ao Sindicato _____

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
Data da opção: 18.03.1983 Data da retratação: _____
Conta vinculada ao Banco: do Brasil SA

Nacionalidade: Brasileira Quando ESTRANGEIRO _____
Filho de Joana Navarro e de Thomaz Navarro N.º da Cart. mod. 19 _____
Nascido em 28 de fevereiro de 50 N.º do Reg. Geral _____
Estado civil: Casado Casado com brasileira? _____
Grau de instrução: _____ Tem filhos brasileiros? _____
Qtd. Mot.: Cart. N. Hab. n.º _____ Quando? _____
Situação Militar: _____ Data da chegada ao Brasil: _____
Nome do cônjuge: _____ Naturalizado _____
Beneficiários: 2 filhos Decreto N.º _____

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL F. I. S.
Cadastrado em 16.01.1983 SOB N.º 12156590340
NOME DO BANCO Ca. Econômica Fide
AGÊNCIA/CÓDIGO BANCO 901 562
ENDEREÇO DA AGÊNCIA _____

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Guia N.º	Data	Cr\$	Nome do Sindicato
SA 000000	1983	165962	FITTEC

AFASTAMENTOS LEGAIS, ACIDENTES DO TRABALHO OU DOENÇAS PROFissionais

Em	Alt	Em	Alt
19/19	19/19	19/19	19/19
19/19	19/19	19/19	19/19
19/19	19/19	19/19	19/19
19/19	19/19	19/19	19/19
19/19	19/19	19/19	19/19

ALTERAÇÕES DE SALÁRIOS — (Hora — Dia — Mês)

Em	Alt	Cr\$	por	Em	Alt	Cr\$	por
01/03/1983	19/03/1983	51.216,00	por mês	19/03/1983	19/03/1983	51.216,00	por mês
01/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11
19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11	19/09/1983	19/09/1983	75.850,00	por 11

ALTERAÇÃO DE CARGO

Data	ALTERAÇÃO DE CARGO	Data	ALTERAÇÃO DE CARGO
18/03/1983	Protenha	18/03/1983	Protenha

FÉRIAS CONCEDIDAS

de	a	referente ao período de	a
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983
18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983	18/03/1983

ANOTAÇÕES:

Recebi os seguintes documentos que me pertencem: Carteira Profissional

Data e assinatura do empregado na ocasião da demissão: 18 de dezembro de 1983 Lúcia Doroti N. Chouini

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Em suas rotinas, os professores também precisavam se ocupar daquilo que Certeau (1998) chamou de prática escriturística. Para o historiador, escrever é “a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (CERTEAU, 1998, p.225). Escrever, portanto, fazia parte do comportamento e do cotidiano das professoras do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio. E se tinha um espaço próprio para que essa prática pudesse ser materializada, ele se chama Livro de Frequência ou Livro de Chamada.

As Figuras 115 e 116 apresentam excertos dos Livros de Chamada de 1970 e 1971 preenchidos pelas professoras Sandra Mota da Silva e Maria Socorro Pereira. Neles podemos reconhecer a referência aos objetos da escrita, como, por exemplo, a utilização de canetas coloridas para destacar determinadas informações, além dos códigos e instruções constituídas para a escritura e organização das informações, tais como a separação dos alunos por gênero, as estatísticas de assiduidade e rendimento, os feriados religiosos, além da assinatura da diretora em vermelho, que indicava a supervisão do trabalho realizado pelas docentes.

Figura 115: Livro de Chamada escolar da professora Sandra Mota da Silva (1970)

O Professora Isolda Mota da Silva

Chamada de

alunos do 3º Ano

Mês de

Maio

de 1970

16

NOMES

IDADE

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

SOMA

Ano

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

C

F

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Figura 116: Livro de Chamada escolar da professora Maria Socorro Pereira (1971)

[illegible]

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

servem os professores ao preencherem os mapas de frequência, renovando, nas estratégias da escrita, táticas de sobrevivência profissional, como a manutenção das escolas e o recebimento dos salários. Ao mesmo tempo, os mestres instalam práticas de classificação, ordenamento e hierarquização dos saberes e dos sujeitos escolares. Constróem identidades ao trabalho docente e à infância escolarizada, agindo de maneira que normatizem o exercício profissional e o aluno. Acumulam o passado e desenham o presente. E, no processo de escrituração dos mapas de frequência, produzem, os professores também sistemas de inclusão e exclusão.

Mas também foi entre as páginas em branco de um Livro de Chamada da turma da 1.^a série E da professora Edi Albino Nunes, que pudemos adentrar não somente no interior da sala de aula do Educandário Santo Antônio, mas vislumbrar os laços sociais estabelecidos entre professores e alunos. Na Figura 118, podemos visualizar uma flor amarelada, com as pétalas já desfeitas pelo tempo e que foi guardada pela professora Edi Albino Nunes dentro do seu Livro de Chamada de 1978. O comportamento dos alunos de presentear as professoras com flores materializa as relações sociais e os vínculos afetivos entre os sujeitos escolares, mais do que isso, simboliza a própria cultura escolar.

Figura 118: Livro de Chamada escolar da professora Edi Albino Nunes (1978)

The image shows an open attendance book from 1978. The left page is titled "O Professor" and "Chamada d" and contains a large grid for recording student names and attendance. The right page is titled "de 19" and contains a grid for recording dates and attendance, with a "SOMA" (SUM) section at the top. The book shows signs of age, including yellowing and some damage to the binding.

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Mais adiante teremos a oportunidade de conhecer ainda mais as práticas socioeducativas dos sujeitos escolares, traduzidas nas festas, rituais e tradições que fizeram parte da liturgia da escola e de suas celebrações.

4.6 A liturgia da escola e as suas práticas socioeducativas: entre festas, rituais e tradições

As práticas socioeducativas podem ser entendidas nas várias redes de negociação e experiências vivenciadas tanto internamente na escola, como em suas ações culturais, nas manifestações sociais originadas de diferentes contextos e momentos históricos, nos elementos simbólicos e tradições dos sujeitos escolares e dos grupos implicados na vida escolar.

Portanto, discutir e analisar a cultura escolar também pressupõe pensar nas suas práticas, nos seus rituais e tradições. O próprio Chartier (1988) nos ajuda a pensar a cultura como uma prática, destacando a necessidade de se reconhecer “as práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais” (*Ibid.*, p.134).

De acordo com Vidal (2009), o entendimento das práticas escolares é eficaz porque permite ressaltar o caráter inovador das misturas interculturais, destacando que a hibridação, isto é, a passagem de uma cultura para outra, surge da criatividade individual e coletiva na reconversão de um patrimônio cultural, o que nos convida a perscrutar as diversas culturas que convivem no interior da escola, como as culturas familiares, infantis, docentes, administrativas, percebendo-as não como isoladas ou puras, mas como mestiças, ao mesmo tempo reconhecendo a escola como um lugar de fronteira cultural, de zona de contato, e a cultura escolar como uma cultura híbrida.

Nesse âmbito simbólico e subjetivo, destacamos a convivência e hibridação entre as festas escolares, as festas religiosas, as festas cívicas e as festas populares praticadas no Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, que inculcaram valores e perenizaram lembranças na história e memória dos seus agentes, revelando os sentidos mais profundo do ritualismo escolar, seja ele pedagógico, religioso, cívico ou popular. Portanto, como bem sugere Chartier (1988), neste trabalho, nos interessa muito mais identificar a maneira como, nas práticas escolares, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais, do que simplesmente saber se pode chamar-se de popular ao que é criado pelo povo ou àquilo que lhe é destinado.

O sistema de rituais escolares inclui, assim, gestos e posturas corporais, movimentos e formas de organização, discursos e práticas diversas, envolvendo os atores, remetendo-os para algo transcendente (crenças, valores, conhecimentos) e projetando

a sua transformação em comunidade. Os símbolos, rituais, coreografias, cerimônias, celebrações, liturgias ou mitos são parte integrante da cultura escolar, surgindo em estreita articulação com a gramática específica que a define, e dão corpo a um projeto ideal de transformação da criança e do jovem em aluno ou escolar (PINTASSILGO e PEDRO, 2013, p.120).

Dentro do complexo sistema de rituais constituído no Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, que envolve desde o comportamento em sala de aula, a postura corporal, as palavras, os horários, a higiene com o corpo e com o uniforme, as orações para o início e os término das aulas, os castigos, as normas, a assiduidade, as relações interpessoais com os colegas e professores até a formação das filas entre outras práticas, queremos destacar, contudo, as suas celebrações e cerimônias escolares, religiosas e cívicas praticadas pelos seus sujeitos e as diversas culturas que interagem no interior da escola.

Em Dourados, os eventos cívicos tinham um carácter bastante popular, atraindo grandes multidões para as principais vias públicas da cidade, sobretudo, para a Praça Antônio João, dando grande visibilidade também ao Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio e a Igreja Matriz, que ficavam justamente nessa mesma região central da toponímia da cidade. Essas festas contavam com o patrocínio das autoridades civis e o apoio financeiro e a participação ativa das autoridades políticas da cidade.

As fotografias dos desfiles de Sete de Setembro apresentadas a seguir, representam muito bem o quanto esses eventos eram atrativos e tinham um forte engajamento da sociedade civil, política e religiosa de Dourados. Na Figuras 119, podemos ver os alunos do Patronato de Menores desfilando pelas ruas da cidade, ainda de chão batido, o que fazia com que as roupas brancas dos alunos ficassem ao término desses eventos completamente sujas da terra roxa de Dourados. O desfile é de 1955, com direito a uma comitiva de ciclistas do Patronato. Também já podemos notar a presença das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, sendo que duas delas aparecem no canto direito da foto entre os populares, vestidas com seus tradicionais hábitos.

Figura 119: Desfile de Sete de Setembro dos alunos do Patronato de Menores, 1955



Fonte: Museu Municipal de Dourados

As Irmãs não estavam simplesmente acompanhando o desfile, mas monitorando a organização e a postura dos seus alunos. A propósito, em 1955, o Patronato de Menores acabou vencendo em 1.º lugar o concurso do desfile, coroando o primeiro ano de atuação das Irmãs Franciscanas frente à instituição. Elas deixaram registrado no Livro de Crônicas todo o entusiasmo com essa conquista:

Dia 7, encerramento da semana da Pátria. Grandioso desfile pela juventude douradense. À tarde jogo de futebol pelos alunos do ginásio contra o Patronato de Menores. No desfile os alunos do Patronato conquistaram o 1.º lugar. Por toda a parte ouviu-se dizer: o Patronato prima pelo ornato. Dezoito ciclistas com suas bicicletas artisticamente enfeitadas, precederam o desfile enorme. Foi simples, mas bonito (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1955, p.9).

Estas festas cívicas estão bem presentes nas memórias dos ex-alunos do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, como nas recordações de Iolete, relatadas a Sampaio (2004), que descreve um fato que aconteceu mais ou menos em 1956 em um desfile de Sete de Setembro das escolas de Dourados. Neste dia caiu uma grande chuva na cidade, mas o desfile precisou acontecer assim mesmo. Os relatos nos ajudam a compreender a dimensão da tradição e simbolismo desses eventos:

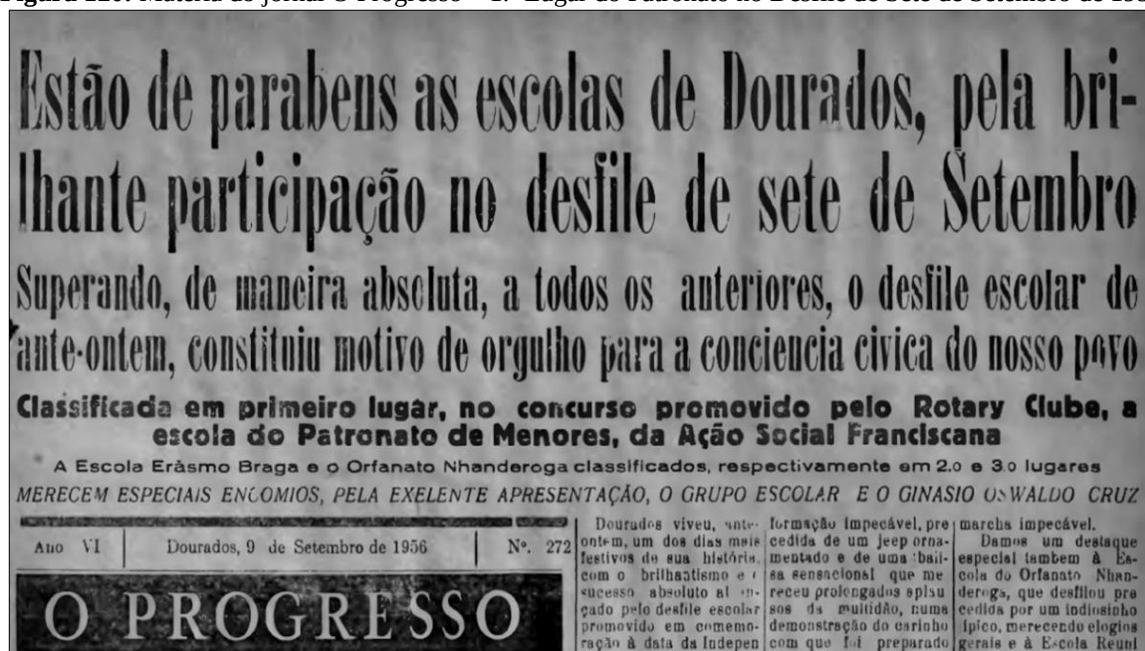
Tinham que desfilar, afinal eram patriotas. Todos eufóricos obedeceram, levaram na brincadeira, mas fizeram tudo bonitinho. Foi um espetáculo de transformações: todos

os sapatinhos e meinhas brancas ficaram cobertos de barro, inclusive a baliza. As pessoas assistiam e aplaudiam debaixo da chuva e também cobertas de barro. Foi realmente um acontecimento que ficou marcado na lembrança de muitos que presenciaram o evento (SAMPAIO, 2004, p.22).

Assim, entre as festas mais tradicionais da cidade e das escolas estavam as festas cívicas, verdadeiros espetáculos formativos, que compõem a memória e o imaginário dos alunos. Os desfiles de Sete de Setembro eram oportunidades de as escolas mostrarem para as autoridades e toda sociedade douradense a sua organização institucional e patriotismo, bem como a disciplina, o asseio e as habilidades de seus alunos, enfim, o seu poder simbólico.

Portanto, os desfiles de Sete de Setembro se transformaram em verdadeiros concursos e ocasiões para que as escolas externassem suas rivalidades, disputas e competições entre elas. O fato é que vencer um desfile de Sete de Setembro repercutia em grande prestígio para as instituições escolares, como podemos perceber na matéria de capa do jornal O Progresso de 09 de setembro de 1956.

Figura 120: Matéria do jornal O Progresso – 1.º Lugar do Patronato no Desfile de Sete de Setembro de 1956



Fonte: O Progresso 09/09/1956, p.1.

A citação abaixo, apesar de extensa, evidencia como o patriotismo e o nacionalismo desse período envolveu a sociedade civil, as escolas, a imprensa e as famílias, difundindo práticas e representações, bem como construtos simbólicos, tradições e rituais. A reportagem é do Desfile de Sete de Setembro de 1956, que consagrou novamente o Patronato de Menores em primeiro lugar no concurso das escolas.

Dourados viveu, ante ontem, um dos dias mais festivos de sua história, com o brilhantismo e o sucesso absoluto alcançado pelo desfile escolar promovido em comemoração à data da Independência. Pela primeira vez verificou-se uma organização prévia do desfile, atendendo aos mínimos detalhes, da qual participaram não só a comissão composta dos diretores de educandários, como ainda a Prefeitura Municipal, a Inspetoria Escolar e outras autoridades. Instalou-se também, pela primeira vez, o palanque oficial na Praça Antônio João, o que, por certo, contribuiu grandemente para o êxito das solenidades [...]. Desde as primeiras horas da manhã já o movimento era grande nas ruas da cidade, não só do público, mas ainda dos escolares que se dirigiam aos seus estabelecimentos para a formatura. As 8:30 horas, com as escolas postadas em frente ao palanque oficial, teve início a parte cívica das comemorações, com hasteamento da bandeira, ao som do hino Nacional. Foi orador oficial da solenidade o deputado Wilson Dias de Pinho que enalteceu o valor da criança brasileira pelo o que deles espera a Nação, no futuro. Seguindo-se à programação com os números apresentados pelas escolas presentes. Um bem organizado serviço de alto-falantes, irradiou esse programa, após o qual teve início o desfile oficial das escolas, obedecendo a um itinerário previamente estabelecido, passando de frente ao palanque onde permaneceram as autoridades e a Comissão do Rotary Clube. Todas as Escolas brilharam de maneira invulgar nesse desfile. [...]. O Patronato de Menores que desfilou com o maior número de alunos, foi também alvo de aclamações gerais pelas originalidades de seus alunos, que apresentou, destacando-se pelo conjunto de tambores e clarins, pelo Jardim de Infância, pela simpática baliza, pelas bandeirinhas nacionais portadas por todos os desfilantes e pelos sugestivos dísticos. Também a Escola Erasmo Braga primou pelo esmero e originalidade, notadamente pela exibição das bandeiras dos vinte e um Estados da Federação, pelo capricho dos uniformes e perfeição da marcha. [...] No concurso patrocinado pelo Rotary Clube de Dourados, cuja comissão julgadora se viu em sérias dificuldades para chegar a uma conclusão, foram classificadas a Escola do Patronato de Menores, a Escola Erasmo Braga e o Orfanato Nhanderoga, respectivamente, em primeiro lugar, segundo e terceiro lugares, recebendo, cada uma, um certificado das citadas classificações (O PROGRESSO, 09/09/1956, p.1).

Além das matérias difundidas pela imprensa, que mostram o quanto as festas cívicas eram significativas para a população e para as instituições, os inúmeros registros fotográficos desses eventos também se tornaram populares e paradigmáticos dessa tradição. A Figura 121 mostra a quantidade de pessoas que essas celebrações atraíam para as ruas de Dourados na época.

Nessa fotografia do desfile do Educandário Santo Antônio podemos perceber o quanto era comum os alunos desfilarem com elementos do meio ambiente, que segundo Souza (2009), tinha como objetivo despertar o respeito à flora e à fauna e ligava a infância e a escola à natureza e aos valores socioculturais considerados representativos de uma boa educação. As festas cívicas e nacionais alimentavam o imaginário político, o nacionalismo e a memória nacional.

Figura 121: Desfile de Sete de Setembro dos alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

A Figura 122, por sua vez, capturou o exato momento em que a fanfarra do Educandário Santo Antônio passou pelo palanque das autoridades e da comissão julgadora no Desfile de Sete de Setembro de 1972. Era o momento em que os alunos ficavam mais ansiosos, pois era justamente nesse ponto em que os olhares mais críticos se derramavam sobre eles, para avaliarem todos os detalhes das suas vestimentas, dos adornos, dos gestos, da postura, da marcha e da originalidade dos alunos e da escola.

Figura 122: Fanfarra dos alunos do Educandário Santo Antônio, 1972



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Destacam-se os detalhes das vestimentas dos componentes da fanfarra e a pose para a fotografia. Os preparativos para esses eventos cívicos começavam muito antes do mês de setembro. Eram realizados muitos ensaios das fanfarras, dos pelotões, das músicas, dos jograis e da marcha, para que durante o desfile tudo ocorresse de forma sincronizada e harmoniosa.

As festas escolares, como toda festa, eram momentos especiais, rituais de conagração e compartilhamento de sentimentos e valores comuns. Integração, identidade, memória. Para além dessas finalidades, nos momentos de festa a escola se abria, sem reservas, à sociedade, ganhando a rua, invadindo a praça, revelando-se à cidade. Da mesma maneira, abria suas portas para receber as famílias como convidados de honra. O cerimonial revestido de pompa e solenidade contava com a presença das autoridades públicas: prefeito, os vereadores, juiz, padre, bispo, imprensa (SOUZA, 2009, p.308-309).

Na verdade, as famílias também precisavam se organizar financeiramente para esses eventos, muitas tinham que economizar dinheiro durante meses para a confecção das indumentárias e figurinos de gala para os filhos, que eram detalhadamente pensados para essas ocasiões, sem contar que, muitas delas, tinham até mais de quatro filhos estudando na escola de uma só vez. Geralmente, era a própria mãe que passava semanas preparando o molde e a costura das roupas. Os fotógrafos sabiam aproveitar muito bem esse período das festividades cívicas. As famílias contratavam seus serviços para registrarem essas ocasiões, em que os filhos apareciam com calçados novos e muito bem vestidos e alinhados, como mostram as fotografias a seguir.

Figura 123: Alunos do Patronato de Menores, Sete de Setembro de 1955



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Figura 124: Alunos do Patronato de Menores, Desfile Sete de Setembro de 1955



Fonte: Museu Municipal de Dourados

Figura 125: Baliza do Patronato de Menores, desfile de Sete de Setembro de 1959



Fonte: Museu Municipal de Dourados

Figura 126: Alunas do Educandário Santo Antônio, desfile de Sete de Setembro de 1973



Fonte: Arquivo particular de Damarci Olivi da Costa

Figura 127: Fanfarra do Educandário Santo Antônio, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Figura 128: Desfile de Sete de Setembro do Educandário Santo Antônio, 1972



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Figura 129: Alunos do Educandário Santo Antônio, desfile de Sete de Setembro de 1972



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Figura 130: Alunos do Educandário Santo Antônio, desfile de Sete de Setembro, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Figura 131: Alunos do Educandário Santo Antônio, desfile de Sete de Setembro, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Nas fotografias elencadas, destacam-se, sobretudo, o rigor dos vestuários dos estudantes e a presença dos símbolos pátrios, como a bandeira do Brasil, as faixas verdes e amarelas. Era muito comum os alunos trajarem uniformes das mais variadas profissões, principalmente, aquelas vinculadas ao militarismo, que muito influenciou o formato dos desfiles, como vimos na Figura 129 com os alunos vestidos de soldados. Também podemos notar na Figura 131 a utilização de trajes típicos de outros estados e países, que remetiam ao multiculturalismo em Dourados e a presença de migrantes e imigrantes que ajudaram a construir a história, a cultura e as tradições do município.

Exposto tudo isso, percebemos o quanto a roupa e suas variadas utilizações são documentos que representam esses rituais e celebrações. Segundo Linke (2013), as roupas

retratam os diferentes períodos históricos, culturais, modos de pensar e fazer, a partir do momento em que o indivíduo se apropria dos diversos códigos que o compõem e cria novas linguagens, linguagens estas, presentes nas festas populares e manifestações cotidianas, guardando uma memória e uma mensagem a ser passada.

Nessa perspectiva, é importante observar que a participação nos desfiles e comemorações cívicas era praticamente uma obrigação. Na própria LDB 5.692/1971 aprovada durante o Governo Militar, o Art.7 previa justamente a inclusão obrigatória da Educação Moral e Cívica nas escolas. Também a disciplina de Educação Física passou a ser obrigatória em todos os níveis, ganhando um papel de destaque no treinamento dos corpos e posturas para a participação dos alunos nas apresentações cívicas.

Todavia, para além de uma imposição, esse nacionalismo e sentimentos patrióticos já era uma tradição que vinha sendo inventada e legitimada desde a instauração da República. Portanto, muito mais que uma obrigação, desfilar nessas celebrações era para muitos um motivo de orgulho e patriotismo. Desta forma, além das escolas de Dourados, outras organizações também participavam desses festejos cívicos, como relata as Irmãs Franciscanas em seu Livro de Crônicas:

Prosseguindo no nosso ano escolar, comemoramos com muitos festejos a Semana da Pátria. Todos os colegiais com seus uniformes de gala desfilaram garbosamente. Algumas organizações, como bancários, funcionários da prefeitura e guarda-mirim, também fizeram seu desfile (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1967, p.56).

A festa da independência não acontecia somente no dia Sete de Setembro, mas durante toda a Semana da Pátria. No Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, a bandeira nacional era hasteada todos os dias e os alunos precisavam decorar e cantar o hino nacional na hora cívica junto com as professoras. Segundo Souza (2009), essas comemorações foram rituais institucionalizados nas escolas desde o início do século XX. Tais práticas deram visibilidade às finalidades morais e cívicas da escola. Em suas apresentações públicas esses agrupamentos infantis manifestavam todo o potencial educativo das instituições escolares exibindo os vigorosos laços entre nacionalização e civilização pela escola.

Essas tradições, como já vimos nesta tese, podem ser concebidas a partir da definição de Hobsbawm e Ranger (1984) como tradições inventadas, que são conceituadas pelos autores como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e

normas de comportamento por meio da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM e RANGER, 1984, p.10).

Consequentemente, as comemorações cívicas, enquanto tradições inventadas, foram incorporando novas celebrações ao longo do tempo, que gradativamente se constituíram como datas importantes não somente para o civismo e a Pátria, mas para o calendário escolar. No dia da inauguração de Brasília, por exemplo, “os alunos do Patronato desfilaram pela Avenida principal, apresentando a seguir variados jogos dirigidos pelo professor de Educação Física” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1955, p.27).

No calendário do Educandário Santo Antônio de 1971, transcrito abaixo, podemos perceber o quanto as datas cívicas se faziam presentes na instituição como verdadeiras tradições e rituais. Além do Dia Sete de Setembro, destacam-se o Dia do Soldado Brasileiro, o Dia da Proclamação da República, o Dia do Trabalho. Essas festas, assim como o Dia da Árvore, a festa de encerramento do ano letivo e as comemorações cívicas foram rituais institucionalizados nas escolas desde o início do século XX e que implicaram numa continuidade.

Quadro 13 – Transcrição do Calendário Escolar do Educandário Santo Antônio, 1971

EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO CALENDÁRIO ESCOLAR DE 1971	
MARÇO (27 dias letivos)	
DIA 1.º Início das aulas. Classificação das turmas. Dar avisos e orientá-los. DIA 25 de março entrega do Plano de Curso. Dia 10 iniciar com matéria nova. DIA 20 Planejamento da 1.ª prova. Entregar os boletins até o dia 3 de cada mês.	
ABRIL (23 dias letivos)	
DIA 9 Sexta-feira Santa e dia 10 Sábado Santo (feriados) DIA 21 TIRADENTES (feriado Nacional) hora cívica a cargo da prof.ª D. Guiomar. Na parte da tarde Dona Socorro Pereira (todas cooperam) DIA 24, às 7:30 hs, planejamento entre classes	
MAIO (25 dias letivos)	
DIA 1.º “DIA DO TRABALHO” (feriado Nacional) hora cívica dia 30 a cargo das professoras, cedo Da. Ilma de Nardo, a tarde Da. Suzana Curcino. DIA 9 segundo domingo de Maio, “DIA DAS MÃES” homenagem na _____ DIA 22, às 7:30 hs, planejamento entre classes.	
JUNHO (25 dias letivos)	
DIA 10 “CORPO DE DEUS” (dia Santo de guarda) DIA 13 PRIMEIRA COMUNHÃO DOS NOSSOS ALUNOS e outros que o desejarem. DIA 19 Elaboração das provas do 1.º semestre (MIMIOGRAFADAS). DIA 24 FESTEJOS JUNINOS, aqui na ESCOLA em benefício _____ DIA 26 INÍCIO DAS PROVAS	
JULHO (3 dias letivos) aula até o dia 3	
NOTA: O boletim ficará na secretaria até o dia 2 de agosto, quando reiniciaremos novamente as atividades escolares. 1.º SEMESTRE 102 dias letivos. Caso houver feriados imprevistos serão recuperados em julho.	
AGOSTO (26 dias letivos)	

DIA 2 Início das aulas DIA 8, dia do papai, trabalho em aula DIA 25, DIA DO SOLDADO BRASILEIRO, hora cívica a cargo das Profas. Ilma Vizeu e Maria Aparecida (2.º ano) DIA 21 – Planejamento de provas e planejar a semana da Pátria
SETEMBRO (25 dias letivos)
DIA 1.º ao dia 7 hora cívica DIA 7 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (feriado Nacional) DIA 21 dia da árvore. Homenagem pelos alunos dos 1.ºs anos de cedo e da tarde. DIA 27 dia do Acião (visita aos nossos velhinhos) DIA 25 planejamento às 7:30 hs
OUTUBRO (25 dias letivos)
DIA 12, dia da criança “SEMANA DA CRIANÇA” DIA 15 “DIA DO PROFESSOR” HOMENAGEM PELOS ALUNOS DIA 16 PASSEIO DIA 23 Dar início do planejamento das provas finais, bem como as do mês de outubro
NOVEMBRO (24 dias letivos)
DIA 2 FINADOS. DIA 15 FERIADO NACIONAL Hora cívica dia 13 a cargo das Profas. Marileide e Ana Rita, a tarde _____ DIA 16, última prova
DEZEMBRO (6 dias letivos)
DIA 1.º início das provas finais. Dia 10 entrega dos boletins. Dia 13 entrega dos CERTIFICADOS do 4.º e 5.º ano às 8 horas na portaria do Colégio. DIA 14 renovação das Matrículas para 1972. Em 1972 haverá matrículas em fevereiro.
DIAS LETIVOS PREVISTOS 202 (DUZENTOS E DOIS)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das fontes do Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Com o passar do tempo, as tradições inventadas foram incorporando novas datas como a Semana da Criança, a entrega do primeiro livro, as Festas Juninas, o Dia das Mães e o Dia dos Pais, o Dia de Tiradentes, Dia do Acião, entre outras. Essas festas escolares estão explícitas tanto no calendário escolar do Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, como no Livro de Crônicas das Irmãs Franciscanas.

No dia 10 de maio os alunos homenagearam suas mães com uma singela festinha, depois de outras terem consagrado seus filhos à Virgem, representados pelas flores que levavam ao altar da mesma. [...]. O ‘Dia da Criança’ não podia ficar despercebido. Foi carinhosamente preparado pelas professoras que, no dia 12, viram os esforços recompensados pelo prazer e a satisfação dos pequerruchos. No mesmo dia houve quermesse em benefício de nossa Escola. Deu um lucro satisfatório com a generosa cooperação das famílias. Recebemos 11 novilhas dos bons fazendeiros, além de muitos outros donativos (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1956 e 1959, p. 16 e 24).

As festas escolares também foram materializadas nas fotografias da escola, como as apresentadas a seguir. Na Figura 132, podemos observar o dia da entrega do primeiro livro escolar. Nessa fotografia podemos testemunhar a professora Maria Marlene Lima Leite no momento da entrega dos livros a seus alunos, sob a supervisão sempre atenta da Diretora Irmã Auxiliadora.

Figura 132: Entrega do primeiro livro



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Já as Figuras 133 e 134 retratam toda a alegria e descontração das tradicionais festas juninas que eram realizadas no pátio do Patronato/Educandário. Algumas dessas festas, também serviam para angariar fundos para a manutenção da escola. O destaque especial fica por conta dos trajes típicos e as caracterizações realizadas para esses festejos, que marcaram as culturas infantis e a cultura escolar.

Figura 133: Festa Junina do Educandário Santo Antônio, 1968



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Figura 134: Festa Junina do Educandário, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Também não podemos deixar de mencionar, a incontestável influência que o catolicismo exerceu nesse período sobre as festas escolares e as festas da cidade, considerando o que nos adverte Julia (2001), ao dizer que a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período da história, com o conjunto de culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.

As Festas Juninas inspiradas na tradição católica e legitimadas pela cultura popular também ganharam espaço no calendário da cidade. A festa junina de Dourados acontecia na Praça Antônio João e contava com uma programação intensa, entre elas, as tradicionais quadrilhas das escolas, barracas com comidas típicas e muitos discursos políticos, já que a festa era organizada pela Prefeitura. Essas festas eram momentos especiais de integração, identidade, memória e rituais de conagração.

Com uma intensa programação, teve início ontem, na Praça Antônio João, a VI Festa Junina. Antecedendo a abertura oficial, foi celebrada uma missa solene, logo após, as duplas, Gilson e Jarbas, Canção e Poema, Albery Venâncio e seu conjunto, entreteram a comunidade com apresentação de músicas sertanejas e tradicionais. [...] Hoje serão apresentadas as quadrilhas das escolas Armando da Silva Carmelo e Maria da Glória Muzzi Ferreira [...]. Amanhã, **as quadrilhas das escolas** Castro Alves e do **Educandário Santo Antônio farão suas apresentações**, assim como a escola Reis Veloso. [...] O ex-prefeito de Dourados, José Elias Moreira, candidato ao Governo do Estado pelo PDS estará no último dia da festa, ou seja, domingo, para participar das festividades, visto que o mesmo foi quem introduziu a Festa Junina em Dourados, que de lá para cá, se tornou de grande importância para os douradenses (O PROGRESSO, 25/06/1982, grifo nosso).

Em Dourados, os Franciscanos não somente influenciaram o calendário de eventos e celebrações, como inculcaram valores, símbolos e ritualismos católicos, de modo a sacralizar não somente as práticas escolares das instituições educativas, mas também as práticas

socioculturais da sociedade douradense. Assim, é possível perceber que no Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio, “o sistema de rituais escolares surge, enquadrado pelas tradicionais práticas do catolicismo” (PINTASSILGO e PEDRO, 2013, p.120). Esses rituais imbuíram em toda a vida escolar nas suas diversas dimensões, em articulação com o espaço, o tempo, a organização pedagógica e a materialidade escolar.

Por se tratar de uma escola confessional, evidentemente que o calendário escolar do Patronato/Educandário também era composto por inúmeras festas e rituais de cunho religioso. Além das celebrações dispostas no calendário, como a Semana Santa, a Primeira Comunhão, o Dia de *Corpus Christi* e Dia de Finados, outras cerimônias também faziam parte da rotina das crianças, como o dever de participar das missas. “A ida coletiva à missa, sob a vigilância do professor, exprime a sobreposição, que então se pretende, entre os dois tipos de rituais, escolares e religiosos” (PINTASSILGO e PEDRO, 2013, p.121).

A sobreposição desses dois tipos de rituais pode ser observada na Figura 135, que apresenta o panfleto da Missa do Dia das Mães de 1975, promovida pelo Educandário Santo Antônio. A lembrança da participação dessa Missa representa muito bem a cultura material e a hibridação e intercâmbio cultural das celebrações realizadas pelo o Educandário.

Figura 135: Lembrança da Missa do Dia das Mães do Educandário Santo Antônio, 1975

Lembrança da minha participação na Missa do «Dia das Mães»
Promoção do Educandário Santo Antonio

ENTRADA 1. Deus é amor simplesmente Desse amor vivemos nós Quem ama sabe e consente Que se escuta sua voz R. Juntos do altar reunidos Juntos à mãe do Senhor As nossas mães repetimos: Teu nome é amor 2. Entre a chegada e a partida Cada qual tem seu papel Todo sentido da vida Se resume em ser fiel ★ ★ MEDITAÇÃO R. A minha alma engrandece o Senhor E exulta meu espírito Em Deus meu Salvador 1. Pós os olhos na humildade de sua serva Doravante toda terra cantará os meus louvores R. 2. O Senhor fez em mim maravilhas Santo é seu nome ★ ★ ALELLUIA Alelluia, Alelluia Alelluia, Alelluia Alelluia, Alelluia 1. O Senhor fez em mim maravilhas Santo é seu nome Alelluia, Alelluia Alelluia, Alelluia Alelluia, Alelluia Alelluia, Alelluia ★ ★ AÇÃO DE GRAÇAS «E a Deus neste dia nós ousamos unir a nossa voz Deus é pai, mas é filho também E abençoe nossa Mãe por nós»	OFERTÓRIO 1. O pão que Deus nos dá É que trazemos ao altar Revela o nosso esforço De trabalho e de união R. Bendito seja Deus que nos deu tanto Que recebe por enquanto mas se dá na comunhão 2. O vinho que trazemos ao altar É dom de Deus Sinal de que sofremos Mas mantemos a adesão 3. Queremos neste dia agradecer o imenso dom De termos nossas mães aqui na terra ou já nos céus 4. Recebe em tuas mãos o que trazemos Pois a oferta que fazemos é de amor, eterno Deus ★ ★ COMUNHÃO: 1. Deus de amor venho a ti bendizer Todo o amor, toda afeição que co- nheci logo ao nascer, Quero louvar até o fim, Tua presença junto de mim C. O teu amor no mais puro amor encontrei, onde há caridade e o amor Deus aí está. Eu te achei 2. Deus, venho a ti demonstrar gra- tidão pelo amor que recebi e con- servei no coração Agradecer e abençoar Que me levou ao teu altar 3. Deus, me perdi ao perder teu amor Caminhei, cansado e só, quase esqueci o bem maior Peço perdão por te esquecer longe de ti não sei viver 4. Deus, quero crer, esperar e viver com amor, e proclamar que só o amor fez renascer Redescobrir no teu altar a mesa posta do nosso lar

«A SEMANA» - Douragrat Ltda. MAIO/75

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Os vestígios da cultura escolar demonstram que além do calendário escolar, simultaneamente, o Patronato/Educandário seguia o calendário oficial da Igreja Católica, com todas as suas celebrações e festejos, como a Festa da Padroeira, as Santas Missões Populares, as missas dos dias de guarda, a participação nos sacramentos, as procissões, a reza do terço, as quermesses, assim como as festas dedicadas a Santo Antônio e a São Francisco, patronos da escola e da Ordem, que eram bastante festejados tanto com cerimônias religiosas como com os eventos sociais. Inclusive, muitas dessas festas eram para arrecadar fundos para a própria escola.

Nas festividades desses santos, que atraía uma grande participação dos fiéis, os Franciscanos sempre faziam questão de realizar gestos concretos de grande efeito simbólico, que exprimiam não apenas a preocupação com as obras espirituais da Igreja, mas com as obras materiais, como o lançamento da pedra fundamental do novo prédio do Patronato de Menores, como demonstra o convite realizado pelo Superior Franciscano de Dourados:

Festa de São Francisco de Assis: dia 4 de outubro: Nos dias 1, 2 e 3 de outubro, às 18:30 horas, haverá Solene Tríduo em preparação da Festa de São Francisco. No dia 4 de outubro, Festa de São Francisco, às 6 horas da manhã Missa com Comunhão Geral. Fundação da Ordem Terceira de São Francisco na nossa paróquia com vestição do hábito e benção sacramental. Às 8 horas Missa Solene Cantada em louvor de São Francisco. Depois da **Missa Lançamento da Pedra Fundamental** da nova Escola do Patronato de Menores, ao lado da Igreja Matriz. Orador oficial: Dr. Wilson de Pinho. Convidamos a todos os amigos e benfeitores do Patronato a esta solenidade. Às 19:30 horas Reza de Trânsito de São Francisco, com pregação e benção sacramental. O Vigário e Superior dos Franciscanos de Dourados (O PROGRESSO, 29/09/1957, p.4, grifos do autor).

A Festa de Santo Antônio, santo franciscano que inspirou o nome do Educandário, também era um evento muito festejado pelos católicos. Os festejos sociais geravam renda não somente para a escola como também para as obras de caridade da Ação Social Franciscana.

A festa do popular e milagroso Franciscano Santo Antônio, celebrada nesta paróquia nos dias 15 até 19 de agosto, decorreu num ambiente de serena piedade e de amistosa confraternização religiosa-social. Desde a Missa de abertura na tarde do dia 15 de agosto até a grandiosa Procissão de encerramento no dia 19, se verificou um extraordinário movimento, tanto nas funções religiosas na Igreja Matriz, como também no pequeno, mas animado Parque Recreativo na frente da Praça Antônio João. [...]. Na varanda da Filial do Patronato funcionou, organizada pelas revdas. Irmãs Franciscanas, um original e bem interessante quermesse em benefício do Patronato. Graças à perfeita colaboração dos organizadores da Festa e dos nossos bons e generosos católicos tornou-se a Festa de Santo Antônio um sucesso em todos os sentidos. O lucro líquido do Parque e da Quermesse atingiu os 30 mil cruzeiros, que serão aplicados na construção do pavilhão da Ação Social Franciscana e nas obras do nosso Patronato (O PROGRESSO, 26/08/1956, p.3).

No mês de dezembro, os católicos celebravam o evento mais simbólico do patrimônio cultural e religioso da cidade, isto é, a Festa da Padroeira Imaculada Conceição. Na ocasião, os alunos do Patronato de Menores participavam da celebração de coroação de Nossa Senhora Imaculada Conceição, das procissões e das quermesses.

A Festa de N.^a Sra da Conceição, augusta Padroeira de Dourados, revestiu-se, neste ano, de extraordinário brilhantismo. As solenidades decorreram no mais devoto e harmonioso ambiente, reunindo durante toda a Novena, numerosa assistência, tanto nas sagradas funções na Igreja Matriz, como também na Quermesse da Festa, que se realizou no jardim da Praça Antônio João. Ali foram montadas seis barracas bem sortidas, destacando-se a Barraca das Senhoras do ‘Apostolado da Oração’ com a sua grande quermesse, a barraca das Irmãs Franciscanas com lindas e originais prendas, e a ‘Barraca Gaúcha’ com o seu tradicional churrasco. A parte religiosa da Festa teve, além da própria Novena, a solene Missa cantada no dia 8 de Dezembro (O PROGRESSO, 16/12/1956).

A Festa dedicada a Padroeira de Dourados é uma tradição praticada até os dias de hoje e compõe as lembranças dos alunos do Patronato/Educandário que participavam ativamente dessa celebração, que teve início pela primeira vez em Dourados nos anos de 1925.

A festa mais esperada acontecia em dezembro. Era a coroação de Nossa Senhora, havia procissão e as meninas se vestiam de anjinho. Iolete esperava ansiosamente o dia oito de dezembro para sair vestida de anjinho na procissão. Era um orgulho para as famílias terem as filhas participando desta forma, do evento” (SAMPAIO, 2004, p.20).

A Figura 136 representa a forma como as procissões eram celebradas na década de 1950 pelas ruas de Dourados e demonstra como essas festividades religiosas estavam integradas não somente à vida dos alunos como de toda a comunidade douradense.

Figura 136: Procissão pelas ruas de Dourados, década de 1950



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Os alunos do Patronato/Educandário também participavam e desempenhavam funções importantes nos eventos e celebrações das Santas Missões Populares, que eram realizadas de tempos em tempos pela Igreja Católica em toda a região da Grande Dourados, contando com a presença de missionários de outros estados e de outras Ordens religiosas, principalmente, os Redentoristas. Em seus escritos, as Irmãs Franciscanas descrevem com entusiasmo os resultados das Missões Populares e a atuação dos alunos do Patronato de Menores em suas atividades:

De 27 de outubro a 11 de novembro, Dourados teve a grande graça das Santas Missões. [...]. Os alunos tiveram licença de saírem das aulas a fim de buscarem as mães para estas assistirem às conferências. Alguns foram felizes já na primeira vez, outros voltaram duas ou três vezes, até que forma vitoriosos, voltando à Igreja ao lado da mãe. Os resultados das Santas Missões foram além do que se esperava. A procissão de encerramento foi muito edificante. A enorme cruz das Missões foi carregada nos ombros dos homens e moços, da Igreja Matriz até a quadra do seu fim, digo, quadra do Patronato, onde foi implantada. Neste lugar todos os transeuntes são lembrados do seu fim último, principalmente da salvação de sua alma. [...]. Damos com grande satisfação o resultado final das missões: terços rezados nas escolas e famílias durante a pré-missão: 17.220. Confissões: 3.484. Primeira Comunhão de pessoas adultas: 15.000. Batizados de adultos: 286. Casamentos legitimados: 162 (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1956 e 1963, p.13 e 35).

Podemos perceber nos relatos das Irmãs Franciscanas não somente um discurso escatológico de salvação das almas, mas o forte apelo que esses eventos tinham para convocar a presença das crianças e das famílias, a fim de ampliar a participação das mesmas na vida e nos sacramentos da Igreja. A importância dada a esses eventos era tamanha, que os alunos chegavam a ser dispensados das aulas para que pudessem participar das inúmeras atividades que aconteciam nesse período, como catequeses, missas e conferências. Eles também tinham a tarefa de entregar os convites na comunidade para esses eventos e, mais ainda, tinham a incumbência de trazer os pais para participarem ativamente dessas ocasiões especiais da cultura religiosa. Na Figura 137, podemos observar o momento em que os homens carregavam a cruz das Missões na frente da Igreja Matriz. A fotografia nos permite conhecer a grandiosidade desses eventos e a capacidade que os mesmos tinham de arregimentar multidões.

Figura 137: Santas Missões Populares, 1963

Fonte: Dourados, recantos e histórias

A participação nas festas e em seus rituais ficaram marcados na memória dos ex-alunos do Patronato/Educandário, como podemos verificar com Sampaio (2004):

E as festas? As festas que Iolete frequentava eram as quermesses na Igreja Matriz de Dourados, casamento de parentes e amigos e alguns batizados, adoravam quando tinha circo. As crianças eram muito comportadas, ficavam todas sentadinhas no chão com uma bacia grande para comer todos juntos o alimento da festa [...]. Mas, em geral, as festas eram muito simples, e nem se serviam doces. Os pequenos sempre iam acompanhados dos pais e frequentavam festas somente durante o dia e por pouco tempo. Iolete se alegrava em participar da Igreja, fazia parte da cruzadinha de Jesus, também chamada cruzadinha da fita amarela porque usavam uma fita amarela na roupa. As crianças participavam das missas. A missão dos meninos, os cruzadinhos, era tocar o sino para chamar os fiéis à missa. A missão das meninas era rezar e cantar (SAMPAIO, 2004, p.19).

É interessante analisarmos o quanto esses rituais eram mesmo híbridos, pois, além da participação do corpo discente nas festividades religiosas praticadas no Patronato/Educandário, os estudantes também eram incentivados a participarem concomitantemente de rituais e ligas da Igreja, especialmente, da Cruzada Eucarística Infantil⁵⁵, popularmente chamada de Cruzadinha Infantil. “Do curso primário um bom número de crianças pertence à Cruzada

⁵⁵ Foi um movimento educativo católico voltado para as crianças e jovens entre 5 a 18 anos, sendo que essa faixa etária variou ao longo dos anos. Surgido em 1915 na França, depois do apelo do Congresso Eucarístico Internacional que aconteceu na cidade de Lourdes à formação de uma grande Liga Eucarística de crianças. O movimento encontrou suas raízes na tradicional Rede Mundial de Oração (Apostolado da Oração). A partir de 1962, sob os efeitos do Concílio Vaticano II, deu-se início a um processo de renovação pedagógica e a Cruzada Eucarística Infantil passou a se chamar Movimento Eucarístico Jovem, ainda em atividade, estando atualmente presente em mais de 59 países.

Eucarística” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1966, p.53).

A participação das crianças nessa Liga implicava em uma série de rituais e práticas que deveriam cumprir. Um dos rituais mais importantes da Cruzadinha era a ênfase na devoção à Eucaristia, assim, os alunos precisavam obrigatoriamente participar no mínimo das missas dominicais.

A base pedagógica era a experiência comunitária em pequenos grupos, que reunia meninos e meninas divididos por faixas etárias e com reuniões semanais, com o objetivo de acompanhar a formação dessas crianças na vida cristã, na família e na comunidade. As atividades eram supervisionadas pelo Frei Superior Franciscano e conduzidas pela Irmã Ruth Müller, que também era professora de música no Patronato de Menores.

Quanto ao programa espiritual, as crianças deveriam seguir quatro sentenças: rezar; comungar; servir e pregar o Evangelho com a vida. Eram quatro pilares fundamentais: Oração, Eucaristia, Evangelho e Missão. A partir dessas devoções e deveres, as crianças precisavam participar da vida da Igreja por meio das celebrações e eventos, bem como das atividades da Cruzada.

A prática das orações também seguia vários rituais conforme cada idade, como: fazer orações em grupo e em sua rotina individual, que incluíam desde agradecimentos, louvores, penitências, entrega, silêncio, cantos, partilha da Palavra entre outras, tais como:

Fazer seu oferecimento diário todas as manhãs; Rezar, todos os dias, ao menos duas dezenas do Rosário; Receber a Santa Comunhão todo domingo (se possível); Fazer pelo menos um sacrifício todos os dias; Lutar contra sua falha dominante; Ir à Confissão pelo menos uma vez por mês. Fazer suas orações noturnas (CONGREGAÇÃO MARIANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 2019).

Na fotografia 138, podemos conhecer a Liga da Cruzada Eucarística Infantil, composta em grande parte pelos alunos do Patronato de Menores da época e junto deles, a Irmã Ruth Müller. Chama a atenção não somente a postura rígida das crianças, mas, sobretudo, as suas indumentárias, que eram constituídas de um grande valor simbólico. Uma diferença fundamental pode ser observada e que demonstra a categoria que as crianças estavam, isto é, quando ainda se encontravam em preparação para a Primeira Comunhão, as crianças que pertenciam aos aspirantes, se diferenciavam por usar uma pequena fita amarela ao centro, com uma cruz azul anil presa na camisa por um broche, no lado esquerdo do peito, na altura do bolso.

Figura 138: Alunos da Cruzada Eucarística Infantil, 1956



Fonte: Dourados, recantos e histórias

Após a Primeira Comunhão, os neocomungantes passavam para a categoria de perseverantes, integrantes da chamada Cruzada Juvenil, percebidos pela exibição de uma faixa amarela, que era disposta diagonalmente no tórax, partindo do ombro esquerdo e seguindo até o quadril direito, tendo, na face anterior, a mesma cruz azul, concluindo por duas listras de fita azul na junção da faixa. Trajados elegantemente com seus símbolos, os membros da Cruzadinha participavam das missas e procissões, e cantavam com fervor os seus hinos.

Como objeto signifiante, podemos perceber o quanto o vestuário assume diversos papéis e relata realidades que se constroem no cotidiano, nas manifestações culturais e tradições, agregando valores e crenças. A roupa, o traje e a indumentária produzem uma linguagem visual composta por formas, cores, texturas e linhas que ao se combinarem criam diferentes características e expressam diversos momentos culturais. (LINKE, 2013).

Assim, em muitas manifestações como os desfiles de Sete de Setembro, as festas juninas, as cerimônias de Primeira Comunhão, as procissões, as formaturas de encerramento do ano escolar, podemos perceber, como nessas várias práticas socioeducativas, os vestuários dos alunos se mostram presentes, marcando a individualidade, a identidade e as características do grupo social no qual estão inseridos, revelando o quanto os vestuários auxiliam “na construção simbólica da realidade do grupo. Cada cor, adorno ou peça de roupa assume um papel específico, uma função signifiante” (LINKE, 2013, p.93), como podemos visualizar na Figura 139.

Figura 139: Primeira Comunhão dos alunos do Patronato de Menores, 1957



Fonte: Acervo Fotográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição *apud* AMARO, 2018, p.223

A fotografia retrata a cerimônia da Primeira Comunhão de 120 alunos do Patronato de Menores de 1957, materializando a função significativa desses eventos e o quanto os vestuários contribuíam para a construção simbólica da realidade experimentada pelos alunos, muitos desses, inclusive, eram vestidos de anjos por suas famílias, para que pudessem celebrar esse ritual de passagem tão importante para a religião católica.

Essas cerimônias da Primeira Comunhão são mencionadas pelas Irmãs da seguinte forma: “Dia 29 de junho houve a primeira comunhão de 120 crianças sendo a maioria de nossa Escola [...]. Houve a 1.^a Comunhão dos alunos do Patronato de Menores. Oitenta alminhas receberam o ósculo de Jesus, isto é, a Santa Eucaristia, com muita devoção e piedade” (Livro de Crônicas do Instituto Educacional de Dourados/Escola Imaculada Conceição (1955-1987), 1957/1959, p.17 e 22).

O dia da Primeira Comunhão era um verdadeiro espetáculo. Com trajes solenes, cada criança carregava na mão uma vela branca e aguardava ansiosamente o momento tão esperado de receber pela primeira vez a Eucaristia. A Figura 140 apresenta uma fotografia de recordação dessa cerimônia, em que as alunas do Educandário com suas velas nas mãos, posam para a foto no pátio da escola junto com uma das professoras franciscanas da instituição.

Figura 140: Alunas do Patronato de Menores vestidas para a Primeira Comunhão, 1971



Fonte: Arquivo particular de Zilda Batistoti

Na década de 1950 até início de 1970 era tradição as meninas usarem um véu branco cobrindo a cabeça e os cabelos. Esse hábito era praticado não somente nas cerimônias de Primeira Comunhão, mas também durante as celebrações das missas e estava associado a um comportamento piedoso, que para a Igreja simbolizava a modéstia, o recato e a disciplina. As mulheres casadas deveriam usar um véu preto, enquanto que as mulheres solteiras e as crianças do gênero feminino deveriam usar um véu branco. Esta era uma exigência do Código de Direito Canônico da Igreja. A obrigação do seu uso foi extinta pelo Concílio Vaticano II na segunda metade da década de 1960, mas a prática do hábito ainda perseverou durante alguns anos. Na Figura 141, podemos verificar que já não havia obrigatoriedade dessa tradição na década de 1980.

Figura 141: Primeira Comunhão dos alunos do Educandário Santo Antônio, década de 1980



Fonte: Dourados, recantos e histórias

A Primeira Comunhão era um ritual marcado por momentos muito especiais para os alunos do Patronato/Educandário, legitimando a formação cristã dos mesmos e a participação nos sacramentos instituídos pela Igreja. Na matéria publicada na coluna religiosa do jornal O Progresso, podemos perceber o valor e a importância desses momentos.

Na missa das 7:30 horas, na Igreja Matriz local, realizou-se domingo a solenidade de primeira comunhão dos alunos do Patronato de Menores. Todos de branco e conduzindo uma vela branca na mão, com muita elegância, entraram os alunos na nave do templo. A Matriz da Praça Antônio João, estava decorada com lindas rosas brancas, oferecendo um efeito todo especial. Logo após a cerimônia, os comungantes e seus respectivos pais, passaram para o salão paroquial, onde lhes foi oferecido uma lauta mesa de doces. Parabéns aos organizadores, pois a festinha da primeira comunhão do Patronato de Menores estava magnífica (O PROGRESSO, 24/11/1965, p.6).

Para além de todas essas cerimônias já descritas, vale a pena mencionar que o Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio era um grande promotor de eventos sociais na cidade de Dourados, realizando desde recitais de música, teatros, concursos da rainha e princesa da Igreja até cantadas de Natal. Além da natureza simbólica, esses eventos tinham uma finalidade promocional e serviam para angariar recursos financeiros para a escola. A Figura

142 apresenta um registro fotográfico de um concurso de Rainha e Princesa que ocorreu na década de 1970 entre as alunas da escola. Na ocasião, a Diretora da instituição, Irmã Auxiliadora, entrega a premiação para as participantes vencedoras do concurso.

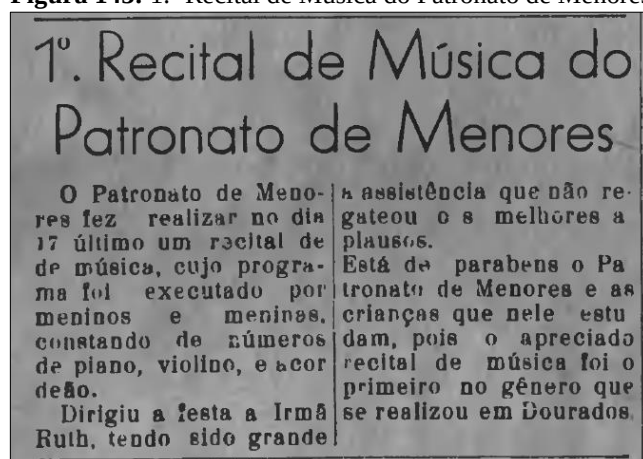
Figura 142: Alunas do Educandário Santo Antônio no Concurso de Rainha e Princesa, década de 1970



Fonte: Dourados, recantos e histórias

A imprensa não só divulgava esses eventos, como também contribuía para convidar toda a comunidade para prestigiar os mesmos e contribuir financeiramente com as obras de manutenção da escola. Esses eventos e espetáculos aconteciam com bastante frequência e eram oportunidades da escola se abrir para a cidade e se revelar para as autoridades que sempre prestigiavam esses momentos, numa troca mútua da pedagogia do olhar.

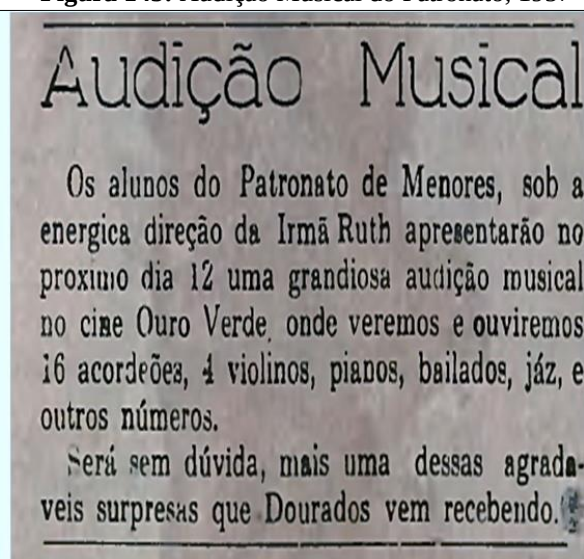
Figura 143: 1.º Recital de Música do Patronato de Menores



Fonte: O Progresso, 25/11/1956, p.4

Figura 144: Festival do Patronato, 1957

Fonte: O Progresso, 18/08/1957, p.1

Figura 145: Audição Musical do Patronato, 1957

Fonte: O Progresso, 10/11/1957, p.1

As próprias cerimônias de encerramento do ano letivo eram revestidas de pompa, com a presença das autoridades políticas, civis e eclesiásticas. Esses eventos aconteciam geralmente no espaço do Clube Social de Dourados ou no Cine Ouro Verde. Além das inúmeras apresentações culturais dos alunos, também os paraninfos da turma, o Frei Superior, a diretora e as professoras tinham a oportunidade de tecer seus discursos e homenagens diante da comunidade escolar e das autoridades. Tais discursos eram revestidos dos ideais e finalidades que a instituição defendia ao longo da sua trajetória, isto é, a de instruir e formar moral e intelectualmente as crianças, para que elas se tornassem bons cristãos e bons cidadãos da Pátria.

E por falar em encerramento, no alvorecer da década de 1980, os primeiros rumores de que o Educandário poderia fechar já eram ouvidos pelos corredores da escola, nas reuniões de pais, no recreio, na sala dos professores e nos bancos da Igreja. Os Franciscanos tentaram ser discretos e cautelosos, mas desde o início dos anos 1980 deram indícios de que essa possibilidade se tornara cada vez mais concreta e irreversível, até que em 1983 sob forte protesto, o Educandário teve suas atividades oficialmente encerradas.

4.7 Sob protestos: o Educandário Santo Antônio fecha as portas em 1983

Quando iniciamos a presente investigação, um dos enigmas mais desafiadores desta tese era descobrir os motivos que levaram os Franciscanos a encerrar as atividades da escola em 1983. Havia uma espécie de não-dito sobre o assunto, muitas especulações confusas e sem

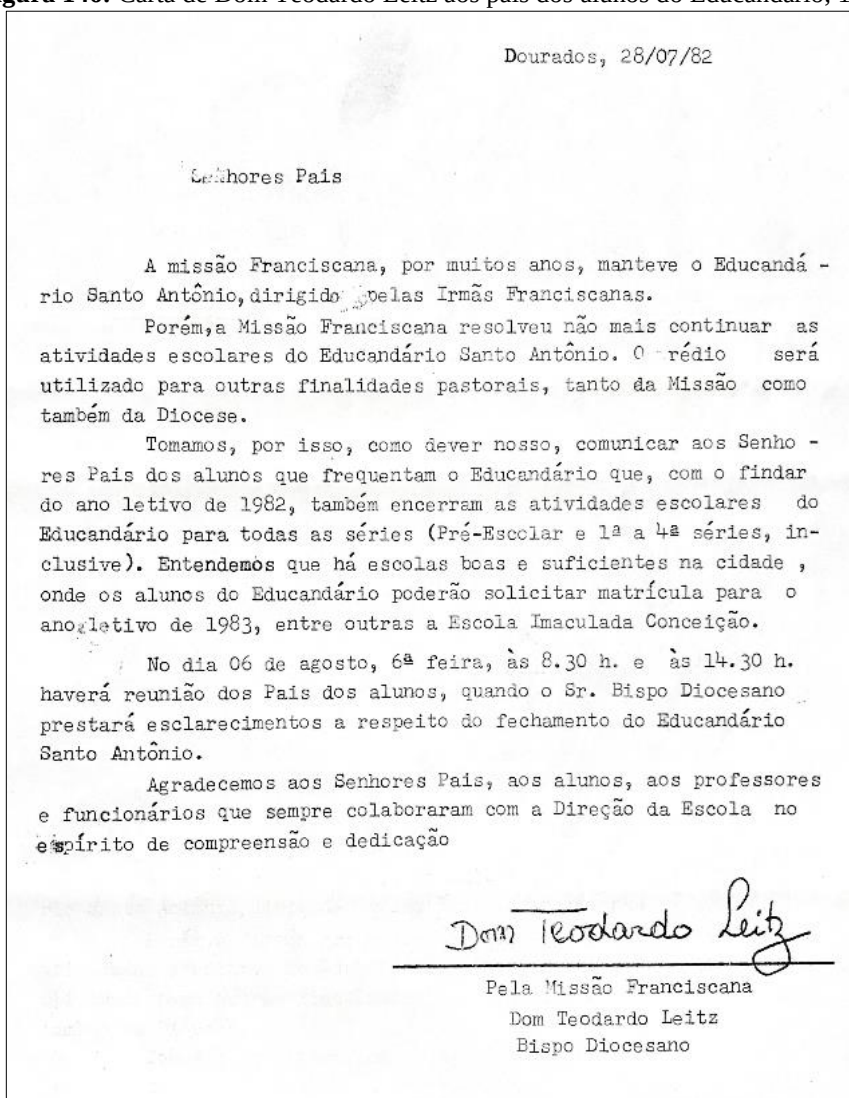
sentidos nas memórias dos seus atores e, mais ainda, uma curiosidade de um número ainda maior de interessados em saber o porquê o Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio foi fechado. Para além da curiosidade epistemológica, compreender essa etapa da trajetória da instituição nos possibilita analisar o seu significado social, a sua ação simbólica e o quanto a escola se consolidou como um patrimônio da história da educação de Dourados e de Mato Grosso do Sul.

Não podemos negar que, desvendar as tramas, produzir um discurso historiográfico e construir um “sentido histórico” (CERTEAU, 2010, p.45) sobre esse percurso final do Patronato/Educandário muito nos instigam. Para essa tarefa, segundo Chartier (2010), o saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões e os desconhecimentos que durante um longo tempo desorientaram as memórias coletivas. A propósito, Chartier nos ensina que entre história e memória as relações são claras, mas nem por isso, memória e história são identificáveis. A memória é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo. A história, por sua vez, se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, isto é, científico.

Portanto, com o respaldo do saber histórico e reconhecendo que não há histórias sem sentido, assumimos o compromisso de tecer os nexos, até mesmo os menos visíveis, para descobrir a dinâmica institucional do Patronato/Educandário e como se deu o seu fechamento, partindo da perspectiva de Magalhães (2004), que também nos inspira a perceber que na sua evolução, como na sua conservação e consolidação, a dinâmica institucional traduz-se num constructo em que se entrecruzam a educação, a história e a instituição. Tecer nexos entre essas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas e projetivas.

Dito tudo isto, após o inventário das fontes localizadas e a análise documental, pudemos descobrir que em 1982, a Missão Franciscana que já cogitava internamente a intenção, começou a anunciar publicamente que daria início ao processo de encerramento gradativo das atividades do Educandário Santo Antônio, *a priori*, prevista para o ano de 1984.

Esse primeiro anúncio aconteceu formalmente por meio de uma Carta da Missão Franciscana assinada pelo então Bispo Diocesano de Dourados Dom Teodardo Leitz em 28 de julho de 1982 e endereçada aos pais dos alunos. Dom Teodardo alegava que a Missão Franciscana precisava do prédio do Educandário para finalidades pastorais e que o município já dispunha de escolas suficientes para atender os alunos, aliás, as próprias Irmãs Franciscanas também tinham a Escola Imaculada Conceição para atender os alunos que não abdicavam de estudar em uma escola confessional católica. As declarações contidas na Carta podem ser conferidas na Figura 146.

Figura 146: Carta de Dom Teodardo Leitz aos pais dos alunos do Educandário, 1982

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

A notícia apresentada na Carta de Dom Teodardo repercutiu como uma bomba na cidade, tornando-se o assunto mais comentado de Dourados. A decisão foi recebida com muitas objeções, sobretudo, por parte dos pais dos alunos, professores e da classe política, tanto que, na edição do jornal O Progresso de 06 de agosto de 1982, em resposta à carta do Bispo, o então vereador e professor Celso Müller do Amaral pediu que Dom Teodardo Leitz reconsiderasse a decisão que determinava o fechamento do Educandário, argumentando que a escola era um patrimônio educacional de Dourados, onde muitas figuras de projeção e profissionais ilustres teriam estudado, por fim, o vereador ressaltava ainda que Dourados não dispunha de salas de aula suficientes para atender a demanda populacional crescente da cidade.

Justifica o professor Celso Amaral que o Educandário Santo Antônio é um dos patrimônios educacionais de Dourados e por onde passaram figuras hoje de projeção das profissões liberais, na vida pública e integrantes do Ministério e que estas

personalidades sempre se orgulham em dizer que fizeram seus estudos básicos no Educandário Santo Antônio. O encerramento dos cursos básicos naquela unidade educacional já está tendo grandes repercussões, não só na cidade como também no Estado, porque a obra que se realiza ali é muito conhecida e difundida. Conclui o professor Celso afirmando que o pedido de reconsideração ao Bispo Diocesano, se prende ainda aos problemas que enfrenta o Mato Grosso do Sul com a falta crescente de salas de aula mercê do aumento do índice populacional da cidade e periferia (O PROGRESSO, 06/08/1982).

Em resposta aos inúmeros apelos recebidos e também a um abaixo-assinado que a comunidade escolar e os políticos fizeram na época, Dom Teodardo Leitz cedeu à pressão da opinião pública e das autoridades, e já no dia seguinte publicou um comunicado no jornal O Progresso, que foi destaque como matéria de capa da edição de 07 e 08 de agosto de 1982 com o título: Bispo determina reabertura do Educandário ‘Santo Antônio’.

Em atendimento a manifestação de pais, mestres e autoridades, o bispo diocesano de Dourados, Dom Teodardo Leitz, determinou a reabertura de um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino de Dourados, o Educandário ‘Santo Antônio’. Dom Teodardo recebeu ontem um abaixo-assinado contendo diversas assinaturas entregue por representantes dos pais, da Câmara Municipal e inclusive do Deputado Sultan Rasslan. Também a primeira dama do município, dona Elisa Cerveira, em nome do prefeito José Cerveira, propôs uma ajuda financeira de parte da municipalidade e possivelmente do Estado para a manutenção da Escola. **O BISPO:** As pessoas que estiveram presentes ao encontro com D. Teodardo elogiaram a sua sensibilidade para com o pedido que representa a vontade de toda a comunidade douradense e sua disposição para superar as dificuldades que envolvem o funcionamento do Educandário, uma das primeiras escolas implantadas em Dourados. Segundo as mesmas, ‘devemos lutar a todo custo para preservar a tradição histórica do estabelecimento e apoiar a D. Teodardo a manter acesa esta importante chama educacional que é o Educandário Santo Antônio’ (O PROGRESSO, 07-08/08/1982, grifos do autor).

Nesse primeiro momento, evidencia-se que os motivos não-ditos na Carta de Dom Teodardo também estariam ligados às dificuldades financeiras da Missão Franciscana em manter a instituição. Mas se o problema era esse, as autoridades e até mesmo a primeira dama se mobilizaram contra-argumentando que iriam buscar recursos para manter o funcionamento da escola, considerada por elas como um patrimônio histórico de Dourados. Além disso, também alegaram que Dourados necessitava de mais instituições educativas, pois muitas crianças ainda estavam fora da escola, portanto, as autoridades explicavam que não havia sentido fechar as escolas existentes no município.

Apesar do recuo, ainda assim, em 27 de setembro de 1982, a Missão Franciscana protocolou junto ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS), um requerimento de solicitação do encerramento das atividades escolares do Educandário Santo Antônio, assinado por Frei Jorge Elsing, Diretor da Missão Franciscana da 1.ª Ordem de São

Francisco no Estado de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande/MS. A estratégia era justamente retirar o peso da decisão sobre os ombros do Bispo Diocesano de Dourados, cuja a imagem estava a ficar desgastada demais com essa decisão.

O requerimento estava subsidiado pelas instruções contidas em uma Deliberação do CEE/MS, isto é, a Deliberação n.º 40/80, que orientava os pedidos de encerramento das atividades dos estabelecimentos de ensino, a saber:

Art. 29 – O pedido de encerramento das atividades do estabelecimento de ensino, curso ou habilitação, por parte da entidade mantenedora, é acompanhado de: a) exposição de motivo; b) plano de encerramento das atividades; c) prova da comunicação por escrito feita em prazo razoável aos pais ou responsáveis, de modo a permitir continuidade de estudo aos alunos e garantir a regularidade da documentação escolar. Parágrafo Único – O descumprimento desta determinação importa na impossibilidade de pedido de autorização de funcionamento de novos estabelecimentos, cursos e habilitações requeridos pela entidade mantenedora (CEE/MS, DELIBERAÇÃO N.40/80, 1980. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados).

A solicitação do encerramento das atividades do Educandário Santo Antônio ocorreu por meio dos processos n.º 1973/82 a 1976/82 do CEE/MS, bem como pelo processo n.º 19388/82 da Secretaria Estadual de Educação. Na ocasião, a entidade entregou todos os documentos exigidos pela Deliberação n.º 40/80 para o andamento da extinção da escola, como podemos verificar nas Figura 147 e 148.

Figura 147: Solicitação do encerramento do Educandário Santo Antônio, 1982

PROCESSO N.º 19388/82
 DATA 27/09/82

Secretaria de Estado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Cartão de Andamento de Processo

NOME: E. Educandário St.
 Auto. de Esc. e I Grau

ASSUNTO: Solicitação Encerramento das Atividades

AS INFORMAÇÕES SÓ SERÃO DADAS À VISTA DESTES CARTÃO (DE ÀS HS)

MOD. - SIDAP - 01

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Figura 148: Requerimento de autorização para o encerramento do Educandário Santo Antônio, 1982

MISSÃO FRANCISCANA
da 1.ª Ordem de São Francisco
no Estado de Mato Grosso
CGC 03265097/0001-82
Rua 14 de julho, 4213
Cx. Postal, 205 - Tel. (067)624-8075
Br. 79.100 - Campo Grande - MS

Exma.Sra. Profª Ruth Pinheiro da Silva
DD. Presidente do Conselho Estadual de Educação

R E Q U E R I M E N T O

Frei Jorge Elsing, residente no Convento São Francisco, à rua 10 de Maio, 3/N, de Campo Grande, MS, Diretor da Missão Franciscana da 1.ª Ordem de São Francisco, no Estado de Mato Grosso, Entidade Mantenedora do Educandário Santo Antônio, na cidade de Dourados, MS, vem requerer a V.Sª. se digne autorizar o encerramento das atividades escolares do Educandário Santo Antônio de Dourados, anexando, para isso, a exposição de motivos e demais documentos indicados na Deliberação 40/80 do C E E/MS.

Nestes Termos
Pede deferimento

Dourados, 27 de setembro de 1982



Frei Jorge Elsing
Diretor da Missão Franciscana
da 1.ª Ordem de São Francisco
no Estado de Mato Grosso

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Entre os documentos apresentados, estava o da exposição de motivos, no qual a Missão Franciscana fundamentou as razões que levaram a Ordem a não dar mais continuidade ao Educandário Santo Antônio. Apesar de longa, a citação é necessária para compreendermos as vicissitudes desse processo.

A Missão Franciscana da 1.ª Ordem de São Francisco no Estado de Mato Grosso é MANTENEDORA do Educandário Santo Antônio, situado à rua João Cândido da Câmara, n.º 440. A Diretoria da Missão Franciscana, por seu Diretor Frei Jorge Elsing, decidiu não dar mais continuidade ao Educandário Santo Antônio e expõe os seguintes motivos: 1 – A Igreja Particular da Diocese de Dourados, orienta suas atividades pastorais através do Plano Nacional de Pastoral Orgânica. 2 – Consequentemente, as paróquias, afim de atender suas prioridades pastorais devem possuir um prédio com as devidas instalações, onde todos os movimentos de apostolado possam ter lugar onde realizarem as reuniões e atividades. 3 – A Igreja Catedral de Dourados, ainda não possui este local adequado. Por isso, a Missão Franciscana entendeu ocupar o prédio, que por muitos anos foi cedido para o funcionamento do Educandário Santo Antônio. 4 – A Missão Franciscana está consciente de que a atual Política Educacional Governamental, já conseguiu implantar uma vasta rede de Escolas Estaduais e Municipais, para atender alunos de 1.ª a 4.ª séries. 5 – Existe também um bom número de Escolas Particulares no Centro da Cidade, onde os pais podem matricular seus filhos, inclusive a Escola Imaculada Conceição, se preferirem uma Escola Católica, dirigidas por religiosas. Tendo em vista os motivos expostos, a Missão Franciscana vai encerrar, gradativamente, as atividades Escolares a partir de 1983, portanto: 1) Em

1983 haverá matrícula para 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Séries; II) Em 1984 haverá matrícula para a 2.^a, 3.^a e 4.^a Séries; III) Assim, será considerado o último ano letivo para as atividades escolares do Educandário Santo Antônio, o ano de 1984. A Missão Franciscana apela para a compreensão das Autoridades Educacionais Competentes, acolhendo as justificativas acima. Dourados, 27 de setembro de 1982. Frei Jorge Elsing (MISSÃO FRANCISCANA DA 1.^a ORDEM DE SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MATO GROSSO/MATO GROSSO DO SUL, 1982. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados).

Como já vimos, dos motivos elencados, o principal estava relacionado com a necessidade de um prédio adequado para as atividades pastorais da Missão Franciscana e da Diocese. Apesar do Diretor ter afirmado no documento que o edifício era cedido para o Educandário Santo Antônio, bem sabemos que o prédio em questão foi construído especificamente para a escola, inclusive, com a ajuda da comunidade por meio de diversas promoções e campanhas, apesar disso, é bem verdade que o terreno pertencia à Missão Franciscana. Discordando ainda da imprensa e das autoridades políticas e civis, o Diretor argumentou que as iniciativas públicas já teriam aberto escolas suficientes para atender a demanda do município, além disso, orientou as famílias que alegavam que queriam manter os filhos em escolas católicas, que matriculassem os mesmos na Escola Imaculada Conceição, também dirigida pelas Irmãs Franciscanas.

Para sustentar seus argumentos e cumprir com as exigências da Deliberação do CEE/MS, a Missão Franciscana entregou ainda um Plano de Encerramento das Atividades do Educandário. Do mesmo modo, também encaminhou duas cartas comprovando que os pais dos alunos foram informados da decisão do fechamento da escola. A primeira delas, foi emitida pelo Bispo Diocesano Dom Teodardo Leitz ainda em 28 de julho de 1982, que se configurou como o primeiro estopim para toda a polêmica sobre a extinção da escola. A outra, foi escrita e assinada em 25 de setembro de 1982 pelo Superior da Missão Franciscana em Dourados, Frei Hugolino Pedro Becker, cujo o conteúdo pode ser conhecido na Figura 149.

Figura 149: Carta do Frei Hugolino aos pais dos alunos do Educandário, 1982

Dourados, 25 de setembro de 1982

Senhores Pais,

A Missão Franciscana após a reunião realizada no dia 06 de agosto próximo passado, reuniu seu Conselho para considerar a solicitação feita pelos senhores pais a respeito do encerramento das atividades escolares do Educandário Santo Antônio e decidiu dar um prazo para mais dois anos.

Em 1983 funcionarão as seguintes séries: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª.

Em 1984 funcionarão as seguintes séries: 2ª, 3ª e 4ª.

Assim, será considerado o último ano letivo para as atividades escolares do Educandário Santo Antônio o ano de 1984.

O prédio continua com suas portas abertas para todos os movimentos pastorais, cujos objetivos são prioritários para a Missão Franciscana, hoje.

Atenciosamente,

Frei Hugolino P. Becker, opm.
 Frei Hugolino Pedro Becker
 Superior da Missão Franciscana em
 Dourados

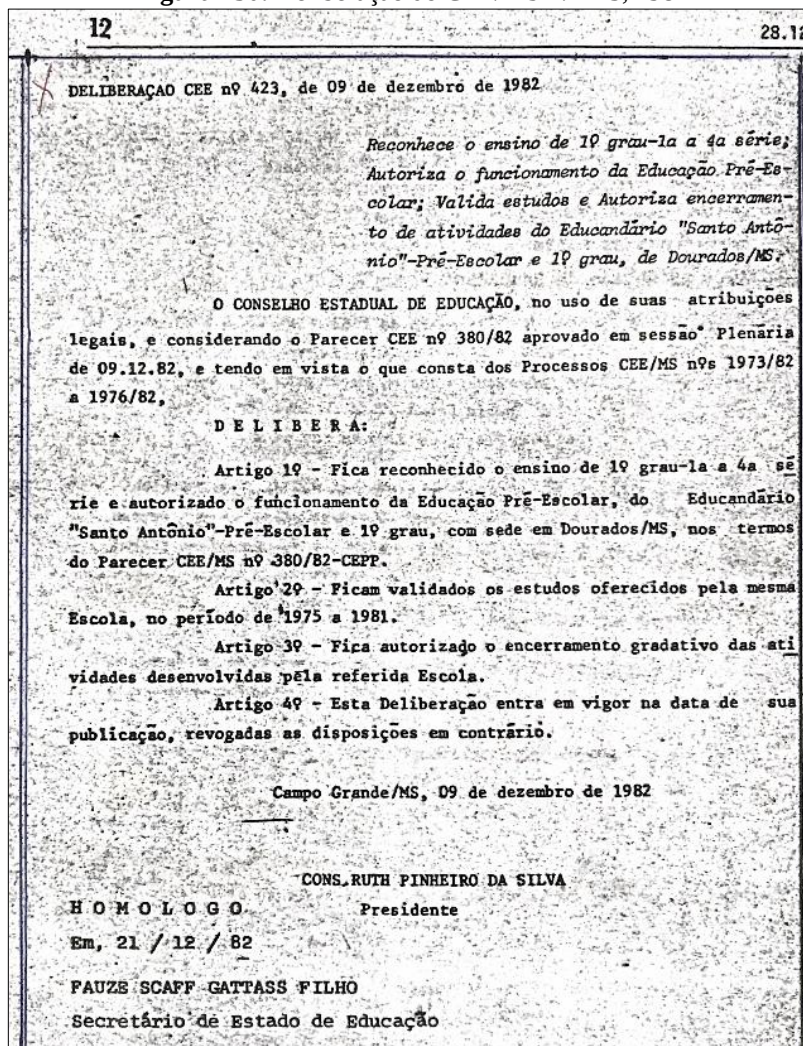
Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Em resposta ao pedido da Missão Franciscana, o CEE/MS, que tinha como Presidente a conselheira Ruth Pinheiro da Silva, resolveu aprovar o encerramento das atividades do Educandário por meio do Parecer n.º 380/82, que teve como relatora a Conselheira Lori Alice Gressler, que fez questão de incluir o seguinte comentário no seu relatório: “Este CEE lamenta o encerramento das atividades educacionais em escola que tem desenvolvido tão relevante trabalho na comunidade de Dourados” (CEE/MS, PARECER N.º 380/82, fl. 02).

O Parecer foi aprovado pelo plenário no dia 09 de dezembro de 1982, além do voto favorável da relatora, também a Presidente da Câmara de Ensino Pré-Escolar e de 1.º Grau, a conselheira Maria Monteiro Padial manifestou-se favorável ao requerimento, sendo acompanhada pelos conselheiros: Therezinha de Alencar Selem, Carolina Maria Freire de Barros, Vera Alba Congro Bastos e José Pereira Lins.

A partir da aprovação do parecer, por meio da Deliberação CEE n.º 423 de 09 de dezembro de 1982, publicada no Diário Oficial de 28 de dezembro, o Conselho autorizou o encerramento gradativo das atividades da escola, como podemos verificar na Figura 150.

Figura 150: Deliberação do CEE/MS n.º 423, 1982



Fonte: Diário Oficial de 28/12/1982. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Com a Deliberação do CEE/MS, o fechamento da escola tornou-se uma realidade cada vez mais iminente e irreversível. Apesar dos nexos visíveis que foram explicitados nos documentos oficiais pela Missão Franciscana, existiam outros motivos velados e não-ditos para a tomada dessa decisão. Não é por menos que Ginzburg (1989, p.157) nos adverte que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural”.

O fato é que a Missão Franciscana experimentava um período de autocritica e já não estava confortável em saber que o público atendido no Educandário Santo Antônio era proveniente de famílias da classe média e alta de Dourados, portanto, que possuíam condições

financeiras de custear a educação de seus filhos. Somando-se a isso, a Missão Franciscana já não contava com estratégias de financiamentos e um volume de subvenções governamentais suficientes para manter toda a estrutura da instituição, que apesar da cobrança de mensalidades, exigia um investimento alto da Diocese. Além disso, as Irmãs Franciscanas já possuíam outra instituição escolar particular que poderia suprir as necessidades dessas famílias atendidas pelo Educandário, e de certa forma, aproveitavam o ensino para promover a escola.

Na verdade, os Franciscanos entenderam que o Educandário Santo Antônio estava se distanciando do fundamento nuclear da visão de São Francisco no que tange à pobreza. Isso fez com que os missionários pensassem e repensassem em suas escolas franciscanas: estavam mesmo cumprindo a missão como Franciscanos? Estavam atendendo de fato as crianças mais pobres? O próprio lema de Dom Teodardo Leitz era *‘evangelizare pauperibus’*, isto é, evangelizar os pobres.

Sobre essa realidade, Ramos (2018) reflete que, historicamente os franciscanos iniciaram centros educacionais para atender as crianças mais pobres. Entretanto, ao longo da história, por motivos mais variados, o público atendido foi mudando, surgiram as mensalidades, a educação virou um negócio, a concorrência aumentou (inclusive entre as próprias escolas católicas) e assim foram poucos os estudantes de famílias muito pobres atendidos pelas escolas franciscanas. Porém, segundo o autor, a Educação franciscana precisava fazer a diferença, sem abrir mão da qualidade, sem descuidar do administrativo e não cair em estratégias equivocadas. Era preciso atuar com impacto social de modo que os estudantes fossem de fato sujeitos da história e que a comunidade fosse transformada.

A Missão Franciscana de Dourados sabia dessa incoerência e contradição, mas não era tão simples romper com antigas práticas e representações, mais do que isso, não era tão fácil romper os vínculos afetivos e simbólicos que não somente os alunos, mas também as famílias, os professores e toda comunidade douradense nutriam pela escola. Desta forma, as tensões em torno do fechamento da instituição tornaram-se cada vez mais conflituosas. Nesse contexto de sentimentos exacerbados, a imprensa tornou-se emissária das inúmeras trocas de mensagens acirradas entre a Missão Franciscana, as autoridades e as comissão de pais e estudantes.

Em matéria de capa da edição de 14 e 15 de maio de 1983, o jornal O Progresso informou a toda comunidade sobre a decisão definitiva da Missão Franciscana:

Um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino de Dourados, será desativado até o final do ano de 1984, segundo informações prestadas por integrante da Missão Franciscana da 1.^a Ordem dos Franciscanos, proprietária da escola. O encerramento das atividades foi aprovado em sessão do Conselho Estadual de Educação ocorrida

em 9 de dezembro do ano passado, devendo ocorrer de forma gradativa. O Educandário foi fundado em 1949, denominado Patronato de Dourados. Em 1966, passou a receber nova denominação. Embora uma comissão de pais e alunos tenham feito gestões em contrário junto aos responsáveis pela escola, a decisão do fechamento é irreversível, de acordo com as informações do frei Théo Engles. Segundo o religioso, através de entendimentos dos superiores da Ordem Franciscana, da Ordem da Congregação das Irmãs e do bispo Teodardo Leitz, ficou acertado que o complexo compreendido pelo estabelecimento será destinado às pastorais. Para o frei, o fechamento do Educandário não causará problemas de ordem educacional, uma vez que **este é frequentado por filhos de pais bem situados economicamente** e que a cidade conta hoje com diversas escolas de nível igual ou superior a este. Outra alegação dele é a falta de interesse de pais e alunos pela conservação do prédio, exigindo que a Diocese aplique volumosos recursos para deixá-lo em bom estado de conservação (O PROGRESSO, 14-15/05/1983, p.1 e 3, grifo nosso).

Por meio das declarações prestadas por Frei Théo Engles ao jornal, finalmente a Missão Franciscana expôs abertamente que um dos motivos do fechamento da escola era devido ao fato dela ser frequentada por alunos bem situados economicamente. Em contrapartida, a comissão de pais não aceitava esse motivo, tentando de todas as formas reverter essa decisão. Assim, para justificar o fato de os alunos do Educandário serem de famílias ricas, a comissão argumentava que a educação tem por finalidade o engrandecimento da Pátria e era direito de todos e que, por isso, não poderia fazer distinções de classe social.

Em relação à conservação do prédio do Educandário, o entrecruzamento com as fontes documentais do Livro Tombo II da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Dourados (1970-1996), nos permite verificar que de fato essa era uma grande preocupação da Missão Franciscana. Em junho de 1983, os Franciscanos relataram sérios problemas estruturais no conjunto arquitetônico da Diocese, inclusive algumas rachaduras no prédio do Educandário, que exigiriam um investimento financeiro alto para a sua reforma e manutenção.

Preocupações não pequenas nos causaram diversas rachaduras na Igreja e o afundamento da torre, que se manifestou na entrada da Igreja e além disso, largas **fissuras no Educandário Sto. Antônio**, principalmente na parte da livraria. Um técnico de Campo Grande e também um engenheiro da prefeitura de Dourados declarou que não existe perigo para a Igreja. A inclinação da torre, em junho foi de apenas 4.5 cm para o lado da praça. No Educandário foram colocados, sobre estacamentos, quatro ‘travesseiros’ para firmar as paredes. Para firmar as vigas rompidas sobre a entrada para o pátio do Educandário foram construídos dois arcos. As paredes rachadas foram ‘costuradas’ (Livro Tombo II da Paróquia Nossa Senhora Conceição de Dourados (1970-1996), p.20, grifo nosso).

É bem verdade também, que por trás de todos esses argumentos visíveis, o que estava inerente nesse duelo era a existência de uma tradição inventada. Em outras palavras, com todo o seu poder simbólico e institucional, o Educandário Santo Antônio havia se legitimado ao longo do tempo para permanecer tal como uma tradição inventada, no sentido hobsbawmiano

do termo, portanto, como a escola era representada como uma tradição era ainda mais complexo assimilar o seu encerramento e isso fica evidente nos discursos das autoridades e da comissão dos pais dos alunos.

COMISSÃO DE PAIS: Segundo informações existe em formação na cidade, uma comissão de pais de alunos, para reivindicar junto a direção do Educandário Santo Antônio, o prosseguimento do mesmo, na arte de educar os alunos, principalmente porque é um estabelecimento de ensino tradicional de Dourados e seu fechamento em 84, trará grandes prejuízos para a cultura local. Num momento em que o país está saindo da analfabetização, é salutar que novos colégios sejam abertos e não fechados, como é o caso do Educandário Santo Antônio, que no ano que vem não deverá funcionar mais, o que é um ato um tanto impensado por parte de sua direção, segundo opinião de pais de alunos. O Educandário Santo Antônio, engloba – em sua maioria – **alunos de famílias de porte financeiro considerável**, o que é uma razão de sua direção, em relação ao fechamento do mesmo, considerando que estes alunos **são filhos de pais ricos**. Mas no entanto, isto não tem nada a ver, uma vez porque a educação não tem preço, distinção e nem classe social: somente o saber para o engrandecimento da Pátria (O PROGRESSO, 14-15/05/1983, p.1 e 3, grifo nosso).

Como a Missão Franciscana não mudava de opinião, as famílias começaram então, uma verdadeira romaria em busca de apoio político e de autoridades que pudessem influenciar e intervir nesse embate com a Igreja. E não foram poucos. A começar pelo deputado estadual Anis Faker, que enviou um ofício ao secretário estadual de educação, Leonardo Nunes da Cunha, solicitando do mesmo “uma pronta e enérgica intercessão junto ao Bispo Diocesano de Dourados, visando evitar o fechamento de uma das mais tradicionais e antigas entidades de ensino douradense, o Educandário Santo Antônio” (O PROGRESSO, 30/06/1983, p.1).

Proporcionar meios e condições para que um povo possa beneficiar-se com a instrução cultural, é o mínimo que um governo que reconhece a legitimidade dos direitos e liberdade do homem, pode oferecer. Baseado nessa crença, [...] explica o deputado em seu ofício ao secretário, que ‘o Educandário Santo Antônio foi construído com a colaboração do povo e do poder municipal e estadual, para contribuir para a sadia e cristã formação da gente da nossa terra, e que atualmente congrega mais de 500 alunos, tem seu fechamento programado para o ano de 1.984 – numa evidente afronta à fraternidade propagada pela CNBB; um flagrante avilta aos direitos de um povo que trabalha pelo progresso de sua terra e que rega com o suor do seu rosto a semente plantada a cada dia, pelos ensinamentos ali difundidos’, Anis Faker, apela ‘para o seu espírito e coração de mestre’, referindo-se ao secretário Leonardo Nunes da Cunha, pois ‘temos certeza que não deixará de pronunciar-se contra o que consideramos uma violência social, já que uma escola, por menor que seja, é o único abrigo seguro e única certeza de que sempre estaremos caminhando em busca da paz social’ (O PROGRESSO 30/06/1983, p.3).

O discurso político do deputado Anis Faker, que definiu a atitude da Missão Franciscana como uma afronta à fraternidade e um flagrante avilta aos direitos do povo douradense, conseguiu convencer o secretário estadual de educação a enviar um ofício de n.º 5264/0563/SE/83 em 18 de julho de 1983 à Missão Franciscana para que repensassem sobre o

fechamento da escola. Interessante notar que, nas relações de rupturas e permanências entre Estado e Igreja, esta última sempre foi acusada de interferir nos assuntos do Estado, porém, o inverso também é verdadeiro, neste caso, os políticos, como representantes do Estado, quiseram de todas as formas interferir nas decisões da Igreja. Assim, em resposta ao ofício do secretário estadual de educação, o Vigário Geral da Diocese de Dourados, Frei Hugolino Pedro Becker respondeu brevemente e sem muitas explicações:

Do Vigário Geral da Diocese de Dourados
Para Exmo Sr. Dr. Leonardo Nunes da Cunha
MD Secretário de Estado de Educação
Campo Grande – MS

Respondendo ao Of. n.º 5264/0563/SE/83 de 18/07/83 comunicamos a V. Excia que a Missão Franciscana, da 1.ª Ordem de São Francisco, do Estado de Mato Grosso, mantenedora do Educandário Santo Antônio, decidiu através do seu Egrégio Conselho encerrar as atividades escolares do Educandário Santo Antônio, gradativamente, sendo considerado o último ano letivo para as atividades escolares do Educandário Santo Antônio, o ano de 1984. O encerramento das atividades escolares obedece, rigorosamente, às instruções da Deliberação n.º 40/80 do CEE/MS. E a Missão Franciscana tendo encaminhado a devida documentação aos órgãos competentes, teve apreciação favorável, expressa no Parecer CEE n.º 380/82 e na Deliberação CEE n.º 423/82, publicada no Diário Oficial de 28/12/1982. A Missão Franciscana não pretende mais continuar mantendo escolas, uma vez que sua prioridade é exercer atividades pastorais. Sendo assim, a entidade mantenedora, através do seu Conselho, ponderou sobre o assunto, e julgou necessário permanecer firme em sua decisão. Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de alta estima e consideração. Atenciosamente, Frei Hugolino Pedro Becker (MISSÃO FRANCISCANA DA 1.ª ORDEM DE SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MATO GROSSO/MATO GROSSO DO SUL, Ofício S/N de 28/07/1983. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados).

Como podemos perceber, o secretário estadual de educação não conseguiu convencer a Missão Franciscana a recuar da sua decisão. E em resposta ao deputado estadual Anis Faker, “Leonardo Nunes da Cunha, diz que ‘tratando-se de entidade de domínio particular, esta Secretaria só tem a lamentar o fato, pois a matéria foge a sua esfera administrativa” (O PROGRESSO, 18/08/1983, p.3). Em consequência desses desdobramentos, o mês de agosto de 1983 foi marcado por intensas manifestações e protestos, sendo o período mais tenso desse imbróglio, com direito a passeatas pelas ruas da cidade e concentração pública durante a noite em frente ao estabelecimento de ensino.

Um grupo de senhoras, formado por mães de alunos e professoras do Educandário Santo Antônio, anexo a igreja Matriz de Dourados, está desenvolvendo uma árdua luta em prol do funcionamento do Estabelecimento de Ensino, que está ameaçado de ser paralisado a partir do fim deste ano, pelo bispo Dom Teodardo Leitz, que inclusive, segundo informações do grupo de mães, a escola está com ‘os dias contados’, embora o número de vagas escolares existentes no município de Dourados seja insuficiente para abrigar todos os jovens com idade de estudar. As mães de alunos e professoras já fizeram vários movimentos com este intuito, mas até o momento não conseguiram

sensibilizar o bispo, que continua com o firme propósito de fechar a escola, a partir do fim deste ano, alegando, segundo as mães, que o prédio precisa ser utilizado pela Igreja Católica para fins pastorais, o que não concordam as manifestantes, que frisam: as atividades pastorais serão realizadas somente no período noturno, por isso, o funcionamento do Educandário Santo Antônio, nos períodos matutino e vespertino, não servira de obstáculo (O PROGRESSO 13-14/08/1983, p.1).

Os argumentos do grupo de mães e professoras do Educandário eram plausíveis e sustentados no fato de Dourados ainda não possuir escolas suficientes para atender as demandas de alunos. Além disso, o prédio teria sido construído especificamente para o Educandário e com a colaboração de subvenções públicas e de toda a comunidade, sem contar que, a utilização do mesmo pelas pastorais seria no período noturno, o que não atrapalharia o funcionamento de ambas as atividades, afinal de contas, o prédio também teria sido alugado outrora por quase cinco anos a uma instituição de ensino superior particular que funcionava no contraturno do Educandário. Definitivamente, para além desses nexos visíveis, existiam outros que pesavam sobre a decisão dos Franciscanos.

Conforme os conflitos foram se tornando cada vez mais intensos, as manifestações dos pais, autoridades e professores tornavam-se cada vez mais frequentes tanto nos jornais como na frente do edifício do Educandário por meio de concentrações públicas, como mostra a matéria do jornal O Progresso dos dias 13 e 14 de agosto de 1983:

APELO AS AUTORIDADES: Ao mesmo tempo, as mães e professoras estão apelando as autoridades estaduais, para que ajudem a resolver o problema, pois os alunos precisam da escola e vão mais adiante; quando o prédio foi construído, os trabalhos foram realizados e concluídos com apoio de todos, porque agora, que mais que nunca nossa cidade precisa de mais sala de aulas, vai fechar uma escola que abriga cerca de 400 alunos e mantém mão de obra para diversas pessoas que precisam de ganhar seu sustento de cada dia. ‘O vereador Erisvaldo Mendonça dos Santos, da Câmara Municipal de Dourados, vem se movimentando junto as diversas autoridades com o intuito de resolver o problema, mas todos nós sabemos que não vai ser fácil, pois alguns deputados de nossa área eleito pelo PMDB – partido do governo, que é quem está governando o Estado, continua apenas querendo se aparecer em nome de todos, ao invés de reunir com o governador Wilson Barbosa Martins, para tentar resolver o problema’, disseram as mães e professoras, acrescentando que ‘o problema é sério, precisamos resolvê-lo o mais rápido possível’.

CONCENTRAÇÃO PÚBLICA: Ao anoitecer de ontem, dezenas de mães e professoras de alunos do Educandário Santo Antônio, promoveram uma concentração pública, nos portões do Estabelecimento de Ensino, com intuito de discutir o assunto com a direção representada pelo frei Jorge, mas até o momento nada foi conseguido. Elas prometem mais movimentação a partir de hoje, inclusive uma passeata que deverá acontecer no decorrer da próxima semana (O PROGRESSO 13-14/08/1983, p.1).

Como pudemos observar, além de protestar contra o fechamento da escola, a comissão dos pais cobrava uma postura mais atuante das autoridades, denunciando os políticos que estavam usando o movimento apenas para se promoverem. A Figura 151 retrata o grupo de

mães e professoras no protesto em frente ao Educandário Santo Antônio que aconteceu em agosto de 1983.

Figura 151: Protesto de pais e professores em frente ao Educandário Santo Antônio, 1983



Fonte: O Progresso, 13-14/08/1983, p.1

O fato é que os representantes da Missão Franciscana não gostaram nenhum pouco do teor da publicação do jornal O Progresso de 13/14 de agosto de 1983, tanto que guardaram o recorte da matéria nos arquivos da escola e já na edição seguinte do jornal, também publicaram uma nota de esclarecimento para rebater as críticas e acusações recebidas:

Referindo-se a publicação do dia 13/14 do corrente que trata do fechamento do Educandário para fins de ensino, o abaixo assinado, frei Hugolino, julga-se na obrigação de esclarecer o seguinte: É do conhecimento de muitos que existe uma campanha apaixonada promovida por algumas professoras do Educandário contra o fechamento desse Estabelecimento. Na edição de Sábado/Domingo afirmou-se que o Bispo Dom Teodardo vai fechar a Escola. A bem da verdade informo que não é o Senhor Bispo Diocesano que vai fechar a Escola – se bem que esteja de pleno acordo com seu fechamento, para que o prédio possa servir para fins pastorais da Paróquia e da Forania e da Diocese – e sim a ‘Missão Franciscana’ da 1.ª Ordem de São Francisco no Est. de Mato Grosso, mantenedora deste Estabelecimento. E digo mais: em última instância dependia o fechamento da autorização do Conselho Estadual de Educação, que de fato autorizou o encerramento de atividades escolares do Educandário Sto. Antônio, em 09 de dez. de 1.982, conforme consta no Diário Oficial de 28 de dez. de 1.982. Frei Hugolino P. Becker, ofm. Vigário da Par. de N. Sra. da Conceição (O PROGRESSO 16/08/1983, p.3).

Definitivamente, a atmosfera de tensão entre as partes ficara cada vez pior. O assunto do fechamento da escola tornara-se o mais debatido da cidade, tomando uma proporção que, de certa forma, reverberava na vida religiosa das famílias e na participação das atividades da Igreja Católica. O envolvimento das professoras nas manifestações também impactou negativamente o clima organizacional da instituição, tornando o cotidiano escolar bastante instável.

As polêmicas aumentaram ainda mais com a adesão da UDE (União Douradense de Estudantes) nas manifestações contra o fechamento da escola, a começar com a publicação de uma nota de repúdio e a convocação de toda a sociedade douradense para os diversos protestos credenciados pela UDE. A UDE qualificou o fechamento da escola como um rude golpe contra o ensino, já que Dourados, segundo os mesmos, possuía sete mil crianças fora da escola por falta de instituições escolares.

NOTA DE REPÚDIO: A UNIAO DOURADENSE DE ESTUDANTES – UDE –, vem publicamente manifestar o seu veemente protesto contra o fechamento do EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO, por ver neste ato um rude golpe desfechado contra o ensino no município. Quando sabemos que sete mil crianças não estudam por falta de Escolas, não podemos ficar omissos, sob pena de que futuramente Dourados se torne um reduto de analfabetos. Diante do exposto urge que os estudantes tomem uma postura intransigente no sentido de evitar que decisões dessa natureza sejam aprovadas, visto que esta categoria no futuro assumirá as rédeas da nação, razão pela qual precisam ser pessoas altamente capacitadas, o que só é possível com uma política de total apoio a educação. Procurando não ficar apenas em palavras a UDE convoca toda a categoria estudantil, e a toda sociedade de um modo geral, para que se façam presente na passeata de protesto a realizar-se sexta-feira na Praça Antônio João, a partir das 10:30 horas, cuja coordenação está a cargo dos professores e mães dos alunos da referida escola. - POR MAIS ESCOLAS. - POR MAIS VERBAS PARA A EDUCACAO. UNIAO DOURADENSE DE ESTUDANTES (O PROGRESSO 16/08/1983, p.3).

O mês de agosto de 1983, a imprensa local tornou-se uma espécie de arena, na qual transitava quase que diariamente publicações sobre o destino da escola. As críticas emitidas por integrantes da comissão de pais e professores à postura de alguns políticos, também abalaram o relacionamento com tais autoridades, com as quais muitos pais se apegavam e acreditavam que poderiam reverter a decisão da Igreja. Diante do receio de perder o apoio político e a luta como um todo, a comissão de pais de alunos emitiu o seguinte esclarecimento:

Esclarecimento: Representando a comissão de pais de alunos do Educandário Santo Antônio, um dos componentes da mesma, esteve ontem à tarde na redação de 'O PROGRESSO', quando esclareceu que nessa luta travada em prol do funcionamento da Escola, a comissão está contando com total apoio dos nossos representantes na Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Dourados, afirmando que inclusive, 'os parlamentares do Partido do Movimento Democrático Brasileiro mantiveram entendimentos com o governador Wilson Barbosa Martins e com o secretário Estadual de Educação e Cultura, professor Leonardo Nunes da Cunha, com intuito de resolver

o problema de uma forma pacífica para todos. Diante disso, o representante esclareceu que a comissão obteve dessas autoridades total apoio em suas reivindicações e que os mesmos se colocaram a disposição dessa causa, orientando que a ‘única saída para esse impasse seria a obtenção de novo requerimento no sentido da continuidade do funcionamento da Escola Educandário Santo Antônio, e que o Conselho Estadual de Educação, se compromete a apreciar favoravelmente. Como se vê, a comissão está trabalhando sem cores partidárias, para sensibilizar as autoridades constituídas no sentido de que todos irmanados consigam fazer com que a Mitra Diocesana reestude o seu requerimento de fechamento da escola, visto que o município está carente de sala de aulas. A Comissão de pais de alunos (O PROGRESSO 17/08/1983, p.2).

Diante da orientação do Conselho Estadual de Educação, a Comissão de pais dos alunos e a União Douradense de Estudantes começaram a pressionar ainda mais a Missão Franciscana para que a Ordem encaminhasse um novo requerimento ao CEE/MS, mas, desta vez, solicitando a continuidade do funcionamento do Educandário, já que o órgão deliberativo havia manifestado que votaria favoravelmente caso esse documento fosse enviado, sendo esta a única saída para que pudessem resolver o impasse.

A fim de obterem maior engajamento nessa empreitada, a Comissão de pais e professores junto com a União Douradense de Estudantes, convocaram toda a população de Dourados para unirem forças para barrar a medida da Missão Franciscana, considerada por eles como arbitrária.

Carta aberta à população: Atendendo a solicitação da ‘Missão Franciscana’ da 1.^a Ordem de São Francisco em Mato Grosso do Sul, mantenedora do Educandário Santo Antônio, o Conselho Estadual de Educação autorizou, em dezembro de 1.982, o fechamento deste tradicional estabelecimento de ensino de Dourados, que vem participando da formação cultural de nossa gente, deixando agora cerca de 400 estudantes sem escola, além de dezenas de professores e funcionários sem emprego. Essa absurda e odiosa medida, acontece em pleno século XX, quando é de conhecimento público que só em Dourados existe atualmente mais de 7 mil crianças em idade escolar que se somam aos cerca de 7 milhões em todo o país, e parte daqueles que sem sombra de dúvidas deviam ser o maior incentivador da Educação, no caso, a ‘Missão Franciscana’, tendo como representante maior o Bispo de Dourados, D. Teodardo Leitz. Com essa medida, que temos certeza não será encampada pela hierarquia maior da Igreja Católica, vem o senhor Bispo de Dourados colocar-se ao lado dos setores que exploram a ignorância do nosso povo para manter determinadas formas de dominação hoje existentes em nosso país, fugindo inclusive a orientação da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB que em uma de suas últimas campanhas de fraternidade adotou o tema ‘Educação para todos’. As alegações da ‘Missão Franciscana’ para o fechamento do Educandário Santo Antônio, se perdem diante da necessidade premente de mantermos, custe o que custar, o funcionamento deste estabelecimento de ensino. Para isto, é necessário a união de todos, pois só assim conseguiremos barrar esta medida arbitrária, já que entendemos ser a EDUCACAO UM DIREITO DE TODOS. União Douradense de Estudantes – UDE. Pais e Professores do Educandário Santo Antônio (O PROGRESSO 18/08/1983, p.5).

As críticas contra a Missão Franciscana tornaram-se cada vez mais contumazes. Os manifestantes culpavam principalmente o Bispo Diocesano Dom Teodardo pela extinção da

escola, dizendo que o mesmo se colocava ao lado dos setores que pretendiam explorar a ignorância do povo para manter certas estratégias de dominação, argumentando inclusive, que a Igreja Diocesana de Dourados se posicionava contra o que orientava a própria CNBB, que em suas campanhas, defendia que a educação era um direito de todos.

Em contrapartida, os Franciscanos tentavam evidenciar que as decisões pelo fechamento da escola seguiam justamente o que previa as orientações da Igreja e da própria Educação Franciscana. Segundo Ramos (2018), a Educação Franciscana não podia distanciar-se dos princípios evangélicos e das orientações da Igreja, e precisava considerar a vida concreta dos estudantes e de suas famílias com tudo que as atinge. Assim, uma instituição cristã católica precisa ter identidade clara. As instituições educativas franciscanas precisam evidenciar certos princípios que caracterizam o franciscanismo, dentre eles o vivenciar a justiça, a bondade, a misericórdia, a caridade, a fraternidade, a minoridade, a gratuidade e a simplicidade. E era isso o que os Franciscanos de Dourados alegavam que estavam a defender.

Diante de todo esse imbróglio, o evento decisivo que determinaria os novos rumos da trajetória do Educandário Santo Antônio aconteceu no dia 19 de agosto de 1983, que foi uma passeata que reuniu mais de mil pessoas nas ruas de Dourados para protestarem contra o fechamento da escola.

Num clima de total tranquilidade, cerca de 1.000 pessoas, entre alunos, professores e pais de alunos, saíram em passeata, no centro da cidade, protestando a decisão da Missão Franciscana de paralisar as atividades do Educandário Santo Antônio. Faixas e cartazes, reivindicavam da Agência Regional de Educação, uma espécie de intervenção, junto à direção do estabelecimento de ensino, para o não fechamento da escola que poderá deixar centenas de alunos sem estudo e vários professores, sem trabalho. A passeata organizada pela União Douradense de Estudantes, teve início defronte ao Educandário Santo Antônio e foi até a sede da Agência Regional de Ensino, localizada na Avenida Marcelino Pires, em sentido à saída para Rio Brilhante. Lá, o agente regional, professor Idenor Machado, recebeu de uma comissão, um documento reivindicando sua intervenção para o não fechamento da escola. Idenor, falou aos presentes, que fará de tudo, para que o Educandário continue a funcionar. O médico Geraldo Resende Pereira, também defendeu os estudantes e disse da importância do estabelecimento de ensino na formação cultural da cidade e pediu para que as autoridades, tomem providências e convencem a Missão Franciscana, visando beneficiar e cultura douradense. Após as rápidas palavras do agente regional e do médico, a passeata retornou até o Educandário Santo Antônio, onde todos, rezaram um 'Pai Nosso', invocando que a realidade educacional do Estado, tem que ser mais 'realista'. O bispo diocesano Dom Teodardo Leitz, paralelamente ao acontecimento, dava entrevista à imprensa afirmando, categoricamente, que 'a desativação do Educandário, é irreversível e gradativa (O PROGRESSO 20-21/08/1983, p.1).

A Figura 152 retrata como aconteceu as manifestações durante a passeata. Aliás, o registro fotográfico perenizou esse momento tão simbólico da trajetória do Educandário Santo Antônio e da própria história da educação de Dourados. Na ocasião, estavam presentes

estudantes, familiares, professores, autoridades e sociedade civil como um todo. A maioria carregava nas mãos faixas e cartazes com mensagens alusivas à importância da educação e com pedidos apaixonados para que a escola não fosse fechada. À frente do movimento seguia uma grande faixa carregada pelos alunos do Educandário com o seguinte apelo endereçado à Ministra da Educação: ‘Senhora Ministra da Educação não deixe que fechem a nossa escola! As crianças’.

Figura 152: Passeata em protesto ao fechamento do Educandário, 1983



Fonte: O Progresso, 20-21/08/1983, p.1.

Os manifestantes tinham como objetivo sensibilizar a Missão Franciscana a enviar um novo requerimento ao CEE/MS pedindo a continuidade das atividades da escola. Enquanto a passeata acontecia, Dom Teodardo Leitz também concedia uma entrevista à imprensa reafirmando categoricamente que a decisão de fechar a escola era irreversível.

Na verdade, a repercussão da passeata teve um efeito oposto ao desejado pelos manifestantes. O fato é que, os integrantes da Missão Franciscana estavam emocionalmente cansados com todas essas sucessões de acontecimentos. Igualmente, a imagem do Bispo Diocesano estava desgastada com todo esse contexto. Com tantos conflitos e divergências de opiniões, no próprio Educandário já não havia ambiente propício para o ensino. As professoras trabalhavam inseguras e decepcionadas diante do risco do desemprego e os alunos não sabiam ao certo se a escola fecharia ou continuaria com suas portas abertas.

A Missão Franciscana decidiu então, encaminhar um novo requerimento ao CEE/MS em 29 de setembro de 1983, entretanto, ao contrário do que esperavam os manifestantes, a Ordem solicitou a antecipação do encerramento definitivo das atividades escolares da instituição já para o ano de 1983, conforme requerimento apresentado na Figura 153.

Figura 153: Requerimento de autorização para o encerramento do Educandário Santo Antônio em 1983

03265097/0005-52

MISSÃO FRANCISCANA DA 1ª ORDEM DE
S. FRANCISCO NO EST. DE MT.
RESIDÊNCIA FRANCISCANA DE DOURADOS
Rua João da Câmara, 400
C.B.P. 79800

DOURADOS - MT.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, Estado de MS.

REQUERIMENTO

Frei Hugolino Pedro Becker, superior da Missão Franciscana de Dourados-MS, e representante legal da entidade mantenedora do Educandário Santo Antônio, na cidade de Dourados, MS, tendo em vista as ocorrências surgidas em torno da questão do encerramento das atividades escolares e considerando que não há mais condições favoráveis para conduzir a escola por mais um ano letivo, como prevê a Deliberação nº 423 de 09 de dezembro de 1982, vem requerer a V.Excia. se digne autorizar o encerramento das atividades escolares do Educandário Santo Antônio de Dourados-MS, já em fins do ano letivo de 1983, anexando, para isso, a exposição de motivos e demais documentos indicados pela Deliberação nº 40/80 do CEE/MS.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Dourados, 29 de setembro de 1983

Frei Hugolino Pedro Becker
Frei Hugolino Pedro Becker
Superior da Missão Franciscana da
1ª. Ordem de São Francisco de Mato Grosso

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

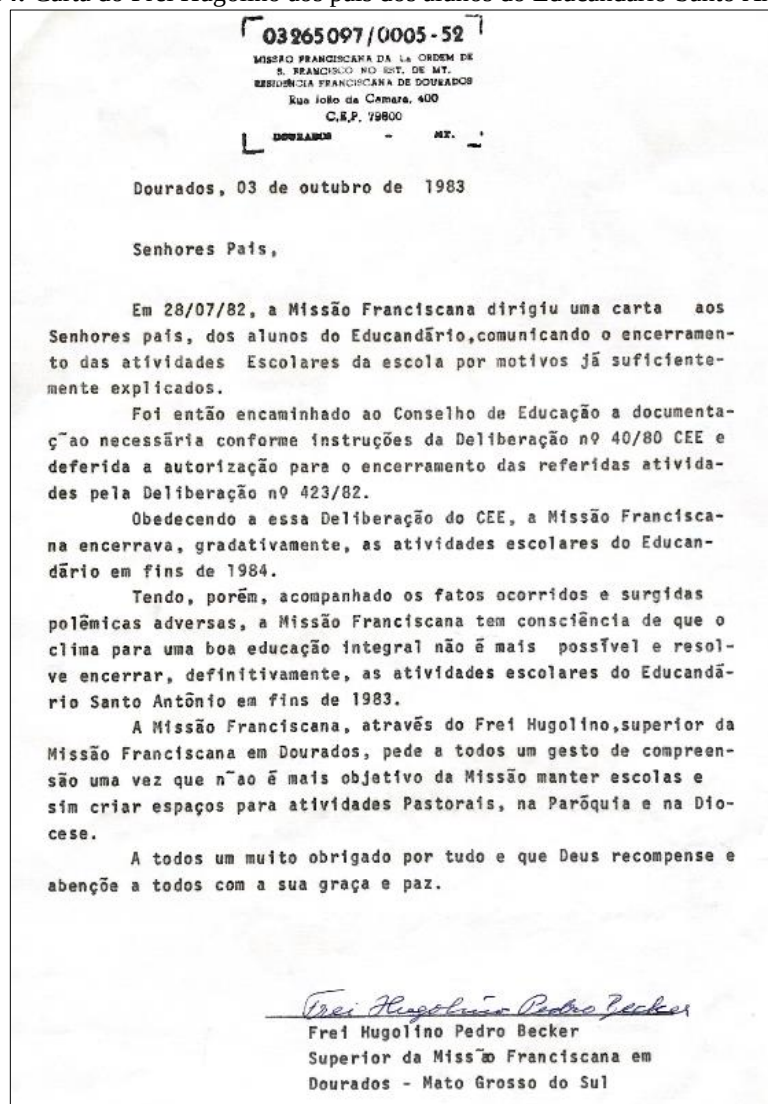
Além dos motivos já expostos no requerimento anterior, Frei Hugolino Pedro Becker acrescentou que já não havia clima favorável para uma educação integral devido todas as polêmicas geradas em torno do fechamento do Educandário.

A Missão Franciscana, acompanhando os fatos e polêmicas surgidas tem consciência que o clima para uma educação integral não é mais possível. Tendo em vista os motivos expostos no processo anterior e o que consta acima, a Missão Franciscana vai encerrar, definitivamente, as atividades do Educandário Santo Antônio no final do ano

letivo de 1983. A Missão Franciscana apela para a compreensão das Autoridades Educacionais Competentes, e confia na agilização urgente deste processo para que seja assegurada a vida escolar dos educandos para o próximo ano letivo (MISSÃO FRANCISCANA DA 1.ª ORDEM DE SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MATO GROSSO/MATO GROSSO DO SUL, Ofício S/N de 29/09/1983. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados).

Cumprindo os protocolos exigentes, no Plano de Encerramento das Atividades Escolares, a Missão Franciscana também se comprometeu a indenizar os professores e funcionários conforme as orientações da CLT, bem como, a entregar o arquivo escolar para a Agência Regional de Educação de Dourados em dezembro de 1983. Do mesmo modo, encaminhou uma nova carta aos pais dos alunos esclarecendo todo o processo, como podemos verificar na Figura 154.

Figura 154: Carta do Frei Hugolino aos pais dos alunos do Educandário Santo Antônio, 1983



Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Não obstante, por meio do processo CEE/MS n.º 3418/83, no qual consta o novo requerimento da Missão Franciscana, o CEE/MS, considerando o Parecer n.º 194/83 aprovado em sessão plenária de 20 de outubro de 1983, resolveu pela Deliberação n.º 556 de 20 de outubro de 1983 aprovar o fechamento da escola em 1983:

Artigo 1.º - Fica autorizado o encerramento, em dezembro de 1983, das atividades do Educandário 'Santo Antônio' – Pré-Escolar e 1.º Grau, sediado em Dourados/MS, nos termos do Parecer CEE/MS n.º 194/83 [...] Campo Grande/MS, 21 de outubro de 1983 CONS. Beatriz Pereira da Costa Presidente (CEE/MS, Deliberação n.º 556/83).

No dia 10 de novembro de 1983, o jornal O Progresso publicou uma matéria oficializando toda a população de Dourados a desativação do Educandário Santo Antônio. A edição descreveu brevemente o desfecho desse processo, enfatizando que todos os esforços para evitar essa decisão foram em vão.

Oficializada a desativação do Educandário Santo Antônio: Saiu no Diário Oficial do Estado, do dia 20 de outubro deste ano, a resolução n.º 564/83, da Secretaria de Educação, que estabelece a desativação das atividades do colégio Santo Antônio, a partir de dezembro próximo. O fechamento da escola foi criticado por políticos e pelas autoridades educacionais do município, fomentando inclusive, uma polêmica em torno do assunto. Porém, foram em vão todos os esforços nesse sentido, pois agora, definitivamente, o estabelecimento será desativado. Conforme a resolução, essa decisão foi consolidada em concordância com o parecer do Conselho Estadual de Educação, n.º 194/83, que alegava todas as prerrogativas que justificavam o fechamento da escola (O PROGRESSO 10/11/1983, p.1).

O último dia letivo do Educandário Santo Antônio foi registrado no Livro Ponto dos professores em 15 de dezembro de 1983, como consta na Figura 155. Interessante notarmos que nos últimos dias de funcionamento da escola, algumas professoras já não compareciam para trabalhar, de certa forma, um comportamento que expressava o protesto, a tristeza e a resistência em ter que presenciar o apagar das luzes e o fechar das portas da escola.

Figura 155: Último Livro Ponto dos professores, 15/12/1983

ponto de trabalho					73				
número	hora de entrada	assinatura	atraso ou desconto		assinatura	hora de saída	assinatura	prorrogativa	total horas
			saída	entrada				entrada	saída
1	13-12-83	Vespertino							
2	13-12-83	Vespertino							
3	13-12-83	Vespertino							
4	13-12-83	Vespertino							
5	13-12-83	Vespertino							
6	13-12-83	Vespertino							
7	13-12-83	Vespertino							
8	13-12-83	Vespertino							
9	13-12-83	Vespertino							
10	13-12-83	Vespertino							
11	13-12-83	Vespertino							
12	13-12-83	Vespertino							
13	13-12-83	Vespertino							
14	13-12-83	Vespertino							
15	13-12-83	Vespertino							
16	13-12-83	Vespertino							
17	13-12-83	Vespertino							
18	13-12-83	Vespertino							
19	13-12-83	Vespertino							
20	13-12-83	Vespertino							
21	13-12-83	Vespertino							
22	13-12-83	Vespertino							
23	13-12-83	Vespertino							
24	13-12-83	Vespertino							
25	13-12-83	Vespertino							
26	13-12-83	Vespertino							
27	13-12-83	Vespertino							
28	13-12-83	Vespertino							
29	13-12-83	Vespertino							
30	13-12-83	Vespertino							
31	13-12-83	Vespertino							
32	13-12-83	Vespertino							
33	13-12-83	Vespertino							
34	13-12-83	Vespertino							
35	13-12-83	Vespertino							
36	13-12-83	Vespertino							
37	13-12-83	Vespertino							
38	13-12-83	Vespertino							
39	13-12-83	Vespertino							
40	13-12-83	Vespertino							
41	13-12-83	Vespertino							
42	13-12-83	Vespertino							
43	13-12-83	Vespertino							
44	13-12-83	Vespertino							
45	13-12-83	Vespertino							
46	13-12-83	Vespertino							
47	13-12-83	Vespertino							
48	13-12-83	Vespertino							
49	13-12-83	Vespertino							
50	13-12-83	Vespertino							
51	13-12-83	Vespertino							
52	13-12-83	Vespertino							
53	13-12-83	Vespertino							
54	13-12-83	Vespertino							
55	13-12-83	Vespertino							
56	13-12-83	Vespertino							
57	13-12-83	Vespertino							
58	13-12-83	Vespertino							
59	13-12-83	Vespertino							
60	13-12-83	Vespertino							
61	13-12-83	Vespertino							
62	13-12-83	Vespertino							
63	13-12-83	Vespertino							
64	13-12-83	Vespertino							
65	13-12-83	Vespertino							
66	13-12-83	Vespertino							
67	13-12-83	Vespertino							
68	13-12-83	Vespertino							
69	13-12-83	Vespertino							
70	13-12-83	Vespertino							
71	13-12-83	Vespertino							
72	13-12-83	Vespertino							
73	13-12-83	Vespertino							

Fonte: Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados

Observamos que o percurso histórico da instituição foi marcado por inúmeras tramas, e se os Franciscanos encontraram impasses e dificuldades para a abertura dessa escola tão desejada, as polêmicas foram ainda maiores para o seu fechamento. Criada no dia 01 de novembro de 1949, a escola começou a funcionar somente em 1950, portanto, foram 33 anos de atuação até o seu fechamento em 1983, nessa trajetória, absolutamente nada aconteceu por acaso.

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o (s) arquivo (s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas (MAGALHÃES, 2004, p.155).

Finalmente, conforme anunciado repetidas vezes pela Missão Franciscana, como podemos verificar na Figura 156, no prédio do Educandário passou a funcionar o Centro Pastoral Santo Antônio, destinado aos movimentos e pastorais da Igreja Católica, de acordo com a identificação inscrita na fachada do edifício. A manutenção do nome do patrono do

Educandário, de certa forma exprimia as reminiscências do poder simbólico e da tradição da instituição, legitimando “uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM e RANGER, 1984, p.10).

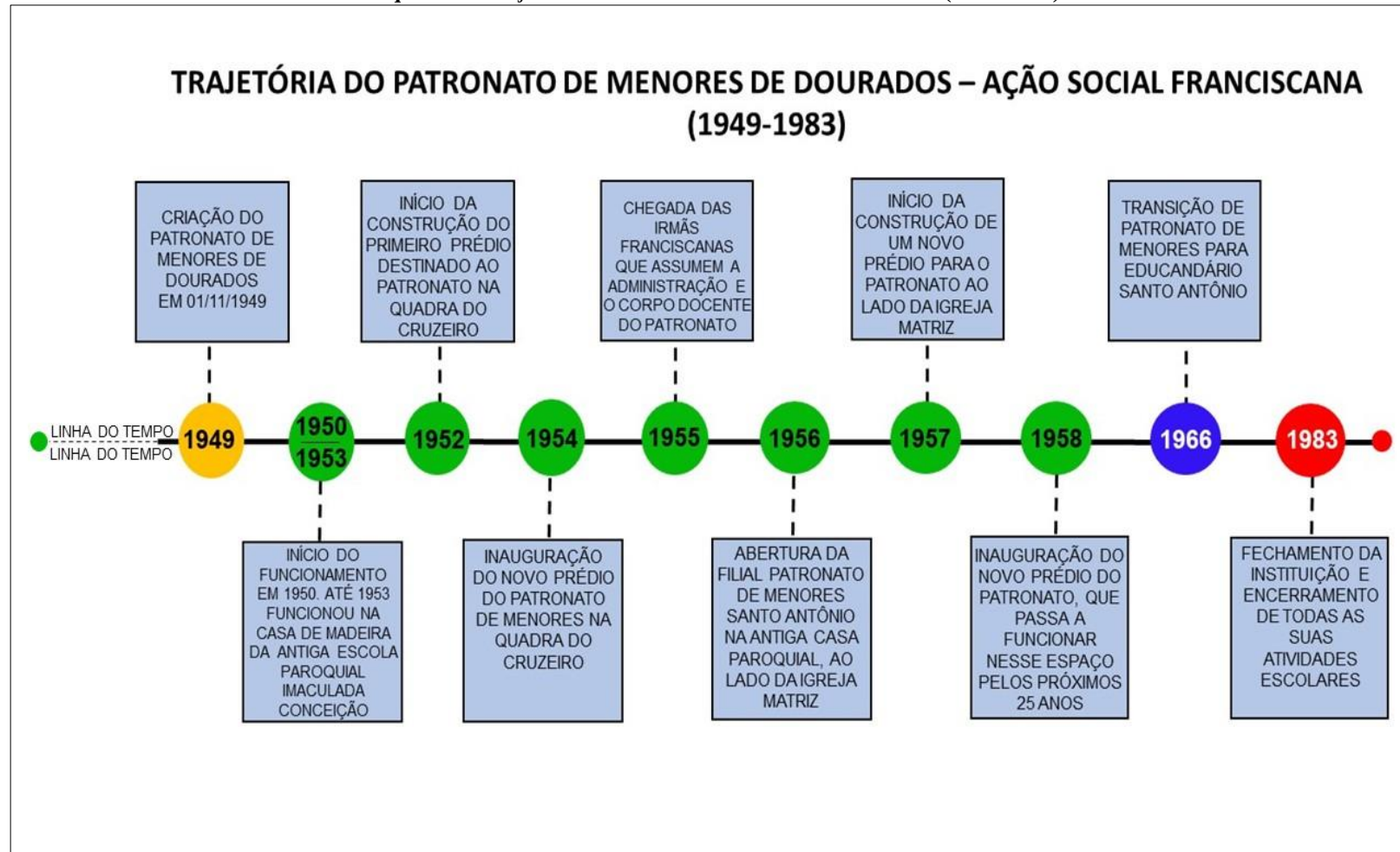
Figura 156: Centro Pastoral Santo Antônio, 1984



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados, 1985, n.p.

Ao longo deste trabalho, propomos construir um discurso historiográfico sobre a gênese, o processo de criação e a trajetória institucional do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, o que incluía compreender os motivos e o processo de fechamento da escola em 1983. Sabendo dos inúmeros equívocos que muitos produziram sobre as suas denominações, datas simbólicas e outros eventos relacionados à escola, no Esquema 1, apresentamos ao leitor de forma sintética e didática as principais informações sobre a trajetória da instituição.

Esquema 1: Trajetória do Patronato de Menores de Dourados (1949-1983)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das fontes documentais da instituição, 2020.

Não obstante, cumpre ainda a esta pesquisa esclarecer um desfecho importante. No início de 1984, ainda sob os efeitos dos ressentimentos e dos desdobramentos da desativação do Educandário, os Franciscanos acharam por bem indenizar de alguma maneira a comunidade douradense pelo fechamento da instituição. A estratégia encontrada foi a construção de uma outra escola, entretanto, desta vez, os Franciscanos deixaram bem evidente que não abdicariam de construir uma instituição que de fato atendesse especificamente os mais pobres, para que assim, pudessem ser coerentes com o carisma da Ordem e com o testemunho do seu fundador.

Construção duma Escola primária: em lugar do ‘Educandário S. Antônio’ ao lado da Catedral ‘que foi fechada e transformada em Centro Pastoral S. Antônio’, a Diocese está construindo, num bairro pobre de Dourados (Jardim Mato Grosso), uma Escola de 4 séries e 320 vagas (480 vagas se houver turno noturno) para ‘indenizar a população do prejuízo’ que teve com o fechamento do Educandário – o qual causou um forte movimento contra bispo e padres. Acontece que **o Educandário era para a classe média e alta, não teve mais razão de ser**, enquanto **a nova escola está a serviço dos pobres**. A Diocese fará um convênio com o Governo do Estado para pôr a escola em funcionamento no ano que vem (Livro Tombo I da Diocese de Dourados (1958-1988), p.125v e 126, grifo nosso).

A Mitra Diocesana de Dourados realizou a construção da nova escola e em contrapartida, o Governo do Estado ficaria responsável pela compra da mobília, pelos recursos humanos e pela administração da instituição, que foi chamada de ‘Escola Estadual de 1.º Grau Santo Antônio’. Todavia, desta vez, a exigência dos franciscanos era de que a nova escola ofertasse o ensino gratuito para as crianças pobres do bairro.

Assinatura de Comodato para a Escola Santo Antônio: No dia 30 de agosto de 1984, Dom Teodardo Leitz pela Mitra Diocesana de Dourados, e o Governador do Estado Wilson Barbosa pelo Estado assinaram um Comodato no sentido de a Escola Santo Antônio, propriedade da Diocese (vide fl. 125 verso) ser administrada pelo Governo. Este dá a mobília, coloca e paga os professores e funcionários, paga luz e água e conserva o prédio. A escola passa a ser denominada ‘Escola Estadual de 1.º Grau Santo Antônio’. Entra em funcionamento em 1985 no início do ano escolar. Abrange as 1.^{as} quatro séries, é gratuita e oferece a merenda escolar dos alunos **(muito importante para as crianças de um bairro pobre)**. Desta maneira se solucionou o impasse que se deu com o fechamento do Educandário S. Antônio, o qual, por sua vez, foi transformado em Centro Pastoral S. Antônio da Catedral (Livro Tombo I da Diocese de Dourados (1958-1988), p.131, grifo nosso).

Enfim, uma escola para os pobres foi o que finalmente os Franciscanos conseguiram cumprir. E se uma instituição é constituída para permanecer, podemos verificar que, mesmo desativado há quase 40 anos, de certo modo, o Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio permanece. Permanece ainda hoje na história, na memória e nas lembranças de seus inúmeros atores, entre ex-alunos e ex-professores; permanece na subjetividade e nos vestígios

do patrimônio histórico, cultural e religioso de Dourados. E agora permanece por meio da escrita dessa história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Digo sempre a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam as palavras. É justamente por esse impossível que a verdade provém do real (LACAN, 1993, p.11).

Tudo na vida segue uma imposição cronológica e talvez o momento mais difícil de uma jornada seja o tempo de estabelecer um limite, um ponto de parada, ou porque não dizer, um ponto de chegada. Chegamos até aqui sabendo, desde o início, dos desafios que a operação historiográfica nos impõe pela sua própria natureza de circundar o real, mas nunca apreendê-lo como um todo, pois sempre restam coisas não-ditas e não-escritas, portanto, sempre haverá coisas novas para dizer e para escrever, pois a história pulsa e pesquisa é provocada justamente pela falta.

Não obstante, também chegamos até aqui acreditando que construímos ao longo desta pesquisa, um importante discurso historiográfico da realidade, sendo este o momento de terminar aquilo que propomos no início desta tese, pois como nos ensinou Certeau (2010), “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar” (*Ibid.*, p.94).

Certeau (2010) nos orientou ao longo desta pesquisa que a historiografia faz surgir a interrogação sobre o real em duas posições bem diferentes do procedimento científico: o real enquanto é o conhecido, isto é, aquilo que “o historiador estuda, compreende ou ‘ressuscita’ de uma sociedade passada” (*Ibid.*, p.45) e o real enquanto implicado pela operação científica, ou seja, a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido. De um lado o real é o resultado da análise e, de outro, é o seu postulado. A ciência histórica existe, precisamente, nessa relação, ela tem como objetivo próprio devolvê-la em um discurso.

Desta maneira, da mesma forma que iniciamos, queremos terminar essa tese aceitando que a história não está ligada ao objeto em si, portanto, a história não é o real. A história é uma produção de discurso sobre o real, jamais será a própria realidade vivida e passada. É por isso que Certeau nos ajudou a entender que o historiador jamais resgata a história ou um fato histórico, pois o que foi vivido não pode ser jamais recuperado em sua essência, o que o historiador faz é uma construção historiográfica.

A partir desta perspectiva, quando iniciamos esta proposta de pesquisa, o nosso ponto de partida foi buscar compreender em que medida as estratégias de atuação da Ação Social Franciscana e a cultura escolar desenvolvida no Patronato de Menores de Dourados legitimaram a consolidação da influência católica e contribuíram para a expansão do ensino na região. O fato é que tínhamos pela frente mais do que um problema de pesquisa, tínhamos um grande desafio, haja vista que esta instituição teria sido criada há mais de sete décadas e há quase quarenta anos havia sido extinta.

Mas o que seria de uma pesquisa se não fosse esse incômodo epistemológico? O que seria de uma investigação se não houvesse uma questão, uma dúvida, uma provocação, uma lacuna, uma falta? Seria essa a força do desejo e da curiosidade ardente que Jules Michelet nos falava na epígrafe? Decidimos, pois, nos lançar nesse trabalho sem trégua, esquadrinhando nosso problema de pesquisa por meio do objetivo geral de analisar a história e os vestígios da cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados sob a égide do sistema educacional franciscano entre 1950 a 1983, que por sua vez, gerou outros objetivos específicos, especialmente, o de produzir um discurso historiográfico sobre a gênese, o processo de criação e a trajetória institucional do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana.

Para responder o nosso problema e alcançar os nossos objetivos, aprendemos ao longo desse processo “farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais” (GINZBURG, 1989, p.151). As pistas que tínhamos eram de algumas tentativas de pesquisas que tangenciaram a história do Patronato de Menores de Dourados, mas que não conseguiram ser executadas por carência de fontes sobre a instituição. Ainda assim, seguindo os rastros do paradigma indiciário, insistimos em continuar a investigação, tal como um detetive buscando decifrar cada vestígio e o maior número possível de pistas fornecidas pelas pessoas que interrogamos, até que pudemos chegar à caixa preta da instituição, melhor dizendo, ao seu arquivo. Certeau (2010, p.78) tinha muita razão quando disse que “fazer história é uma prática”.

Paulatinamente, a cada fonte descoberta e entrecruzada, era como se retirássemos camadas sedimentadas pelo tempo daqueles papéis, que pouco a pouco deixavam de ser meros papéis antigos para tornarem-se documentos históricos. Fatos inéditos foram descobertos e no tecer que cada nexos, outros fios soltos surgiam e precisavam ser entrelaçados ao tecido da história. Enfim, já não era possível recuar frente ao desafio e ao compromisso epistêmico de atribuir sentidos a esta trama. A partir de então, o nosso objeto de investigação pode ser delimitado e nossa preposição de pesquisa tornou-se cada vez mais tangível.

As fontes escrutinadas indicaram desde o início a importância e a dimensão simbólica que esta instituição escolar revelava, a começar pela quantidade de alunos que foram

matriculados e instruídos na escola ao longo dos seus 33 anos de funcionamento. Arriscamos dizer que é quase impossível falar sobre a história da educação de Dourados sem ao menos mencionar a existência do Patronato de Menores ou Educandário Santo Antônio, como queiram chamar.

Os sentidos evidenciados pelos caminhos e pelos rastros trilhados durante esse processo, nos permitiram já ao longo dos capítulos apresentar as respostas que buscávamos para o nosso problema de pesquisa e para os objetivos traçados, neste momento nos resta apenas complementar o seu desfecho. A propósito, mais do que responder a uma questão, a tese produzida conseguiu preencher com sentidos muitas lacunas historiográficas sobre a gênese e a trajetória do Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana e sua relação com o seu contexto envolvente. Parafraseando Chartier (2002b), pelas escolhas e pelas relações que estabelecemos, conseguimos atribuir um sentido inédito às palavras que arrancamos do silêncio dos arquivos.

Portanto, à guisa de considerações, após as análises empreendidas, conseguimos responder com esta tese que no Sul do antigo Mato Grosso e em Dourados, a implantação das escolas confessionais católicas, como o Patronato de Menores, teria emergido não apenas pelo imenso contingente de crianças fora da escola e pela lacuna do Estado no campo da educação pública, mas também como estratégia da missão franciscana para a ocupação dos espaços necessários para a construção e consolidação do seu lugar de poder, para a contenção de ideologias concorrentes e para o maior engajamento da população com a Igreja e as práticas da religião católica.

A ausência de escolas e a escassez das existentes, bem como a falta de um corpo docente qualificado teriam fomentado a demanda pelas escolas confessionais em Dourados não somente por parte dos moradores menos abastados, mas em grande parte pelos segmentos das elites e de um grupo composto por certa hegemonia da cultura religiosa católica.

Apesar de ter sido criado nos documentos oficiais como um Patronato de Menores, na prática, a instituição não teria atendido os chamados menores desvalidos, ainda assim, contribuiu substancialmente para a expansão do ensino na região, tendo sido responsável pela escolarização de uma grande quantidade de crianças douradenses.

A pesquisa inferiu que a Missão Franciscana teria utilizado o título de Patronato de Menores na criação da escola como tática para angariar subvenções públicas, quando apresentamos evidências a partir das fontes analisadas de que a política de subvenções para instituições filantrópicas teria impulsionado os Franciscanos a decidirem por esse modelo institucional, porém, além de não ter prestado assistência a menores desvalidos e abandonados,

a escola também não ofereceu o ensino profissional ou o ensino agrícola como preconizava os documentos oficiais.

O Patronato de Menores/Educandário Santo Antônio funcionou como uma escola primária, seriada e de ensino misto. Era uma escola urbana, em regime de externato, de natureza privada e com cobranças de mensalidades. Até hoje, a instituição é representada no imaginário coletivo como uma escola que atendia predominantemente as famílias com melhores condições financeiras e as famílias tradicionais da cidade.

Os resultados da pesquisa apontaram ainda que, a cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados/Educandário Santo Antônio não teria por finalidades apenas a instrução formal da infância douradense, mas a formação catequética e espiritual, bem como a inculcação de comportamentos e normas da vida cristã católica.

Por tudo isso, pudemos defender ao longo desta tese que o Patronato de Menores não atendeu a infância desvalida de Dourados conforme era exigido nos documentos oficiais, mesmo assim, além de legitimar a consolidação do projeto missionário católico, diante da ausência e escassez de escolas públicas, também contribuiu para o acesso e a expansão do ensino na região, tendo como legado a escolarização de uma ampla parcela da infância douradense.

Não poderíamos deixar de reconhecer também, a importância que os Franciscanos tiveram nas diversas regiões brasileiras por onde passaram. Em cada localidade fundaram escolas, hospitais, centros de educação infantil, lar de idosos e diversas outras obras nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Esta tese conseguiu “construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica” (MOGARRO, 2005, p.79).

Por conseguinte, no que tange à educação e a assistência das crianças pobres brasileiras, não podemos deixar de refletir, que mesmo com todas as conquistas das últimas décadas, desde o advento da Constituição Federal em 1988, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, bem como, a implementação das políticas públicas de educação e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ainda assim, o Brasil continua apresentando um triste cenário no que diz respeito à infância pobre. Muitos estereótipos segregatórios do passado continuam entremeados nas nossas práticas e representações. Ainda temos uma legião de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua e com seus direitos violados, mais outras tantas em situação de trabalho infantil, abuso e

exploração sexual. Ainda há muitas crianças e adolescentes pelos diversos recônditos brasileiros sem acesso a uma educação de qualidade e a uma vida com o mínimo de dignidade. Muitas abandonaram a escola e foram recrutadas pelo crime organizado, pelo tráfico de drogas e pelos atos infracionais.

Esperamos que a construção desta representação escriturária venha contribuir para novas discussões, para a ampliação do estado do conhecimento sobre a temática abordada e para a historiografia das instituições educativas, assim como, para a preservação do patrimônio documental e das diversas fontes históricas que esta tese conseguiu sistematizar e arrancar do silêncio dos arquivos, de modo a permitir o acesso da comunidade civil e científica à informação e à abertura para novas possibilidades de pesquisas, pois, “a renovação da historiografia das instituições educativas desafia a uma criteriosa política de conservação arquivística, museológica e bibliográfica” (MAGALHÃES, 2004, p.152).

Diante do exposto, apesar de termos alcançado as respostas às questões colocadas nesta tese, reconhecemos os limites da pesquisa e que não esgotamos todas as suas possibilidades. Fica, portanto, a sugestão para novas investigações: há ainda muitos temas que precisam ser elucidados e pesquisados dentro da história da instituição, há muitas lacunas, por exemplo, sobre as práticas docentes e os determinantes de gênero; as culturas infantis; o cotidiano; a análise do currículo escolar; o aprofundamento sobre as normas, condutas e comportamentos transmitidos pela instituição; as relações estabelecidas entre os sujeitos escolares. A propósito, muitos deles, ex-alunos e ex-professores estão por aí, próximos a nós e dispostos a apresentar as suas memórias e contar as suas lembranças, uma oportunidade de pesquisa para aqueles que trabalham com as narrativas de histórias de vida e com a metodologia da história oral.

Diante dessa falta que persiste na pesquisa, esperamos que outras produções acadêmicas surjam para continuar, aprimorar, contribuir e confrontar a escrita da história aqui apresentada. Afinal, o princípio da pesquisa é sempre aguçado pela falta, como nos fez entender Certeau (2010). Aliás, Michel de Certeau soube entender e ensinar como ninguém a metáfora lacaniana de que a verdade é não-toda, de que não se consegue falar toda a verdade, pois a verdade provém do real.

Enfim, sabemos que o real está na ordem do impossível, é aquilo que não pode ser descoberto totalmente, ele sempre escapa até mesmo das palavras. Por outro lado, é justamente esse imperativo que impulsiona o desejo epistemológico e os novos problemas de pesquisa que não de surgir. Resta-nos, portanto, estabelecermos um ponto final neste texto. Finalizamos esta

escrita com a sensação de que nem tudo foi dito ou escrito, condição *sine qua non* do sujeito da ciência, que é por essência, sujeito da linguagem, da cultura e da história.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Rachel Duarte. Fotografia de e na escola: práticas do olhar e representações sociais. In: MUNHOZ, Fabiana Garcia; MORAES, Felipe Tavares; CALDEIRA-MACHADO, Sandra; ABDALA, Rachel Duarte; ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios (Orgs.). **De madeiras e artes de fazer flechas: apontamentos teóricos-metodológicos em História da Educação**. Taubaté: Casa Cultura, 2016.
- ABREU, Ricardo Nascimento. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de emergente teoria dos direitos linguísticos. **Revista da Abralin**, v. 17, n.2, 2018, p.46-76.
- AGUIAR, Veronica Aparecida Silveira. **A construção da norma no movimento franciscano: *Regulae e Testamentum* nas práticas jurídicas mendicantes (1210-1323)**. 2010. 266f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo/MS, 2010.
- AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. **Entre Rupturas e Permanências: A Igreja Católica na Região de Dourados (1943 – 1971)**. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados/MS, 2005.
- AMARO, Eliane Maria. **Escola Franciscana Imaculada Conceição: história da instituição educativa na região de Dourados, Sul de Mato Grosso (1955-1975)**. 2018. 236f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2018.
- AMORIM, Maria Adelina. **Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na Primeira Metade de Seiscentos**. Lisboa: SerSilito, 2005.
- ANDRADE, Stela Cabral de. Os impressos nas pesquisas em História da Educação: a Revista do Ensino de Ouro Preto (1886-1889). In: MUNHOZ, Fabiana Garcia; MORAES, Felipe Tavares; CALDEIRA-MACHADO, Sandra; ABDALA, Rachel Duarte; ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios (Orgs.). **De maneiras e artes de fazer flechas: apontamentos teórico-metodológicos em História da Educação**. Taubaté: Casa Cultura, 2016.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **Pais e filhos na Província do Paraná: uma história da educação da criança pela família**. 2015. 617f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2015.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. **A Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ASSIS, Wanderlice da Silva. **Cultura material escolar no Brasil (1998-2015): análise da produção científica e acadêmica brasileira**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.
- AZZI, Riolando. **A Igreja e o menor na História Social Brasileira**. São Paulo: Paulinas, 1992.

AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o projeto ultramontano** (História do Pensamento Católico no Brasil, v. IV). São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. Os primórdios da catequese: arranjos do período colonial e imperial. In.: PASSOS, Mauro (Org.). **Uma história no plural: 500 anos do movimento catequético brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da igreja no Brasil: terceira época – 1930-1964**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOSA, Adriel Moreira. Tempo e lugar em Michel de Certeau, implicações para os estudos de religião. **Revista Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 17, n.º 23, p. 203-215, ago.-dez., 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CienciasSociaiseReligiao/article/view/53442>. Acesso em: 12/07/2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aparecida Maria Almeida. **No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963)**. 2010. 465f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2010.

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira de Dourados (1920-1960): conservadorismo e mudanças de práticas culturais. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.4, n.7, p. 16-37, jul./dez. 2014.

BÍBLIA. Novo Testamento Evangelho de São Lucas. In: **Bíblia Sagrada: edição claretiana**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2010.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <http://www.bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20/05/2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOAS, Antônio Carlos Vilas. **Da origem do Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” (1918) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS (2008) – Campus Inconfidentes**. 2018. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, 2018.

BOAVENTURA, S. **Legenda maior: vida de São Francisco de Assis**. São Paulo: Editora Santa Cruz, 1263-2017.

BOEIRA, Daniel Alves. Instituições de correção, educação e regeneração: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). I Seminário Internacional História do Tempo Presente. **Anais...** Florianópolis: 2011. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/295/216>. Acesso em: 20/04/2018.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a minoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)**. 2012. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012.

BORBA, Marcel dos Santos. **Entre leigos e franciscanos: da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979)**. 2019. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2019.

BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Mancini. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil – Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (Uno) – 1940-1970. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v.15, n.1, p.123-136, 2012.

BRAZIL, Maria do Carmo; SILVA, Wilker Solidade da. História e Educação em Dourados/MS: Grupos Escolares no Sul de Mato Grosso (1963-1974). XVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais...** Natal: 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327760_ARQUIVO_ANPUH-WILKERSOLIDADEDASILVA.pdf. Acesso em: 28/07/2016.

BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMARA, SÔNIA. **Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPILÉ, Julio. **Antigamente era assim: para a história**. Brasília: Ed. do Autor, 2004.

CAPILÉ Jr., João Augusto; CAPILÉ, Júlio; CRUZ E SOUZA, Maria de Lourdes da. **História, Fatos e Coisas Douradenses**. Dourados: s/d, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARMELLO, Armando da Silva. **Dourados, Terra Prometida: esboço histórico de Dourados – MT**. Campo Grande: Gráfica Alvorada, 1973.

CARVALHO, Cibele. **Francisco de Assis entre duas Regras (1221-1223)**. 2005. 99f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2005.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES. Disponível em: <http://www.catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 25/05/2018.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: Artes do Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002a.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002b.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentidos: cultura escrita – entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de leitura do Brasil (ALB), 2003.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CONGREGAÇÃO MARIANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO. **A Cruzada Eucarística Infantil**, 2019. Disponível em: <https://salvemaria.com.br/cruzada/>. Acesso em: 30/11/2020.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. **De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?** 2017. 308f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias/RJ, 2017a.

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. Patronato São Bento: entre o arquivo institucional e a imprensa local. A infância menorizada (1960-1969). IX Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE. **Anais...** João Pessoa: 2017. Disponível em: <https://vdocuments.com.br/patronato-sao-bento-entre-o-arquivo-institucional-e-salvaguardado-pelo-centro.html>. Acesso em: 20/04/2018.

CAROLI, Ernesto. **Dicionário Franciscano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaicos de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DEL PRIORE, Mary (ed.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia – psicografando Marx. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 7, p.237-262, jul./dez., 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1: uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELSING, Jorge. **Entre os rios Paraguai e Paraná**: experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso. Campo Grande: Loyola, 1988.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FALCON, Francisco José. **História Cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Editora Universitária, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação**: A experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.º 14, p.19-34, mai/jun/jul/ago, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr., 2004.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. O franciscanismo espanhol em terras americanas: Os irmãos menores na Nova-Espanha do Século XVI. **Revista Aulas**, n.º 4, p.1-27, abr./jul., 2007.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS. **Inter-Ação**: Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 29, n.1, p.43-62, jan./jun., 2004.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **A miséria da piedade**: o Governo da pobreza no dispositivo da caridade (Fortaleza, 1880-1930). 2019. 256f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2019.

FERREIRA, Paula Ruas. **A formação dos frades menores no convento de São Francisco da Bahia**: franciscanismo, filosofia e teologia - memória e permanência dos valores pedagógicos dos restauradores alemães 1890-1970. 2016. 211f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/BA, 2016.

FIGUEIREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1913. Disponível em: <http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>. Acesso em: 24/04/2019.

FREYRE, GILBERTO. **A propósito de Frades**. Salvador: Progresso Editora, 1959.

FURTADO, Alessandra Cristina; MARQUES, Inês. Fontes para pesquisa e escrita da educação em Dourados e Região (1940-1990): mapeamento e inventário. VII Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE. **Anais...** Cuiabá: 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/FONTES%20PARA%20PESQUISA%20E%20ESCRITA%20DA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 08/07/2019.

FURTADO, Alessandra Cristina; PINTO, Adriana Aparecida Pinto. Fontes para pesquisa em história da educação no Antigo Sul de Mato Grosso (1890-1950): elaborando instrumentos de pesquisa. VI Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE. **Anais...** Vitória: 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/717.doc. Acesso em: 07/07/2018.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002.

GATTI JUNIOR, Décio e GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 17, n. 2, p.327-359, jul./dez. 2015.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força: História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: Vagabundos e miseráveis na literatura europeia 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOHL, Marlei Edviges Kochman. **Missão Franciscana: a contribuição de Frei João na Educação Brasileira (1956-2002)**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba/PR, 2015.

GOMES, Ângela Maria Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et al.* (Orgs.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 151-166.

GONÇALVES, Carlos Barros. **O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados**. 2009. 223f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2009.

GONÇALVES, Marcos. Caridade, abre as asas sobre nós: política de subvenções do governo Vargas entre 1931 e 1937. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p.317-336, jan./jun., 2011.

GONSALVES, Maria Ivanete Nonato. A Missão Franciscana e a Escola Patronato São Francisco em Dourados-MS, décadas de 1940 e 1960. XII Encontro de Pesquisa em Educação – Centro-Oeste – ANPED-CO. **Anais...** Goiânia: 2014. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Maria-Ivanete-Nonato-Gonsalves.pdf>. Acesso em: 20/04/2018.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao Município de Dourados. Dourados: L.A. Gressler, 1988.

GRESSLER, Lori Alice. **Dourados 60 anos de emancipação**: 1935-1995. Dourados: Prefeitura Municipal de Dourados, 1995.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à Pesquisa**: Projetos e Relatórios. São Paulo: Loyola, 2007.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOORNAERT, Eduardo *et al.* **História Geral da Igreja na América Latina**: Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Editora Vozes LTDA., 1977.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGLESIAS, Tania Conceição. **A experiência educativa da Ordem Franciscana**: aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial. 2010. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2010.

IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na História da Educação Brasileira. **Revista HISTEDBR On-Line**, n. 43, p.254-267, set., 2011.

LACAN, Jacques. **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

LINKE, Paula Piva. O vestuário e a cultura dos objetos. In.: SIMILI, Ivana Guilherme; VASQUES, Ronaldo Salvador (Orgs.). **Indumentária e moda: caminhos investigativos**. Maringá: Eduem, 2013.

LONDONO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

JARA, Sandra Maria Honda; PAES, Ademilson Batista. Escolas Franciscanas: mapeando fontes primárias do Educandário Santa Clara e Patronato de Menores São José de Paranaíba (MS). I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste – EHECO. **Anais...** Cuiabá: 2011.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1 jan/jun., p. 9-43, 2001.

KNOB, Frei Pedro. **A Missão Franciscana do Mato Grosso**. Campo Grande: Editora Loyola, 1988.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LARA, Camila de Brito Quadros. **O Patrimônio Cultural Religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS**. 2017. 225f. Dissertação (Metrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2017.

LAROUSSE, Pierre. **Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p.697.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

LEITZ, Teodardo. **Diocese de Dourados: 25 anos (1957 – 1982)**. Dourados: Diocese de Dourados, 1982.

LIMA, Maria Bethânia. **História da formação docente no antigo sul de Mato Grosso: limites e possibilidades a respeito do caso de formação de professores das séries iniciais no município de Dourados/MS (1959-1982)**. 2010. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2010.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. Cadernos de História da Igreja no Brasil. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso: 1889-1989.** São Paulo: Edições Paulistas, 1991.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI, Júnior; INÁCIO FILHO, Geraldo. **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In.: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MARIN, Jérri Roberto. **O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia.** 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2000.

MARIN, Jérri Roberto. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Religiões e Identidades.** Dourados: Editora UFGD, 2012a. p. 103-130.

MARIN, Jérri Roberto. Diáspora e identidades: as experiências missionárias dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH**, Ano V, n.2, p.205-234, maio, 2012b.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 3, p.197-217, set./dez., 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A política dos sentimentos e a questão social no século XIX. **Anos 90**, Porto Alegre, v.24, n. 46, p.239-268, dez., 2017.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro: (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, FAPERJ, 2007.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.º 10, p.75-99, jul./dez., 2005.

MONTEIRO, Juliana da Silva; BRAZIL, Maria do Carmo. O estado do conhecimento de pesquisas sobre a história das instituições escolares denominadas Patronatos de Menores (2000-2018). **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 19, p.1-23, julho, 2019.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. **Memória fotográfica de Dourados**. Campo Grande: UFMS, 1990.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil: Passado, Presente, Futuro**. 2a. São Paulo: Ed. São Paulo, Loyola, 2000.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2006.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: Balanço Crítico**. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html. Acesso em: 06/05/2018.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2008. Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq5/2_instituicoes_cp5.pdf. Acesso em: 06/05/2018.

NUNES, CLARICE. História da Educação: espaço do desejo. **Em Aberto**, Brasília, v.9, n.º47, p. 37-46, jul./dez., 1990.

OLIVEIRA, Benícia C. de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 – 1945)**. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa. **De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?** 2007. 222f Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2007.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Transformando menores orphãos ou abandonados em fatores do campo, pomicultores, horticultores, jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos offícios agrícolas: a criação do Patronato Agrícola no Pará Republicano. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p.103-123, out. 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 145-163, dez.2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et al.* (Orgs.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República**. 2000. 130f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2000.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **Os frades menores capuchinhos e a educação no Paraná no século XX (1920-1976)**. 2017. 255f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2017.

PASSOS, Mauro (Org.). **Uma história no plural: 500 anos do movimento catequético brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

PEIXOTO, Patrícia Rodrigues Luiz. **O Educandário Nossa Senhora Aparecida – Ipameri-GO (1936-1969)**. 2013. 239f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão/GO, 2013.

PEREIRA, Aline Cerutti. **Representações franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande – Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)**. 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2006.

PINTASSILGO, Joaquim; PEDRO, Lénia Cristina. Rituais escolares e construção da cultura escolar em Portugal na transição do século XIX para o século XX. In.: MOGARRO, Maria João (Org.). **Educação e Patrimônio Cultural: Escolas, Objetos e Práticas**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

PINTO, Adriana Aparecida. **Imprensa e ensino: catálogo de fontes para o estudo da história da educação mato-grossense**. Dourados: EdUFGD, 2017.

PINTO, Jefferson de Almeida. “Uma esmola pelo amor de Deus!”: caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930). **Revista Opsi**, Catalão, v. 8, n. 11, p.275-298, mar. 2008.

POMPEU, Ercília de Oliveira. **Monografia do Município de Dourados**. Dourados, 1965. Texto mimeografado.

POMPEU, Ercília de Oliveira. **Monografia do Município de Dourados**. Dourados: Nicanor Coelho Editor; Grupo Literário Arandu, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. **Dourados 50 anos (1935-1985):** capital econômica de Mato Grosso do Sul. Dourados: Equiplan Serviços Gráficos, 1985.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: MARIN & VASCONCELOS (org.). **História, Região e Identidades**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

RAMOS, Valmir. **A Educação Franciscana em prol do humanismo solidário**. Rede Educacional Franciscana, 2018. Disponível em: <https://www.refeduc.com.br/galeria/getImage/552/2092447679538605.pdf>. Acesso em: 21/11/2020.

RIBEIRO, Cristiane Angélica; SILVEIRA, Tânia Cristina da. A “Cidade dos Meninos”: Patronato Rio das Pedras de Uberlândia-MG: 1951 a 1953. III Encontro de História da Educação do Centro-Oeste – EHECO. **Anais...** Uberlândia: 2015. Disponível em: <https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/a-e2809ccidade-dos-meninose2809d1.pdf>. Acesso em: 21/04/2018.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX – da repressão à reeducação. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 77-94, mar./maio, 1990.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004.

ROCHA, Vanessa Anelise Figueiredo da. **Missões Franciscanas como ferramenta da conquista dos sertões de Pernambuco (1659-1763)**. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2016.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: Histórias de vida**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SAMPAIO. Emílio Davi (Org.). **Relatos e contos de Dourados**. Dourados: Ed. Teixeira, 2004.

SANDER, Sabrina Gabriele. **As Irmãs de Bonlanden: Colégio Franciscano São Miguel de Ladário MT/MS (1940-1974)**. 2020. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2020.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação: Franciscanismo e Jesuitismo na Educação Brasileira**. 2004. 267f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2004.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. O Franciscano e o Jesuíta: tradições da educação brasileira. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.43, n.2, p. 691-709, 2018.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas**, Rio de Janeiro, 1920-1940. 2005. 261f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro/RJ, 2005.

SANGLARD, Gisele; LOPES, Maria Antônia. Pobreza e Assistência: debates historiográficos. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 24, n.2, p.281-284, maio/ago., 2018.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.27, n. 53, p. 71-91, jan./jun., 2014.

SANTINI, Poliana Gianello. A presença da Igreja Católica da Educação em Dourados/MS: o caso do Patronato de Menores (1943-1983). XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais...** São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300911244_ARQUIVO_Texto-versaoanpuh.pdf. Acesso em: 21/04/2018.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. **Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)**. 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947)**. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2015.

SARAT, Magda; MANCINI, Ana Paula Gomes Mancini. História e Memória da Educação: Instituições Escolares e infância no município de Dourados e região (1940-1990). VII Jornada do HISTEDBR. **Anais...** Campo Grande: 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/HIST%D3RIA%20E%20MEM%D3RIA%20DA%20EDUCA%C7%C3O%20INSTITUI%C7%D5ES%20ESCOLARES%20E.pdf. Acesso em: 14/07/2019

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p.3-12.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Revivendo Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 1997.

SOUSA, Rogério Luiz. As Escolas Paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaicos de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p.155-173.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba-MG (1920-1964)**. 218. 396f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 21-56.

SPOTO, Donald. **Francisco de Assis: o santo relutante**. São Paulo: Editora Objetiva, 2010.

TEIXEIRA, Celso Márcio. Perfil do Frade Menor. **Revista Franciscana**, v. 1, n. 1 e 2, p.7-29, 2001.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; BARBOZA, Marcos Ayres. A atuação educativa, missionária e pastoral dos franciscanos no Brasil colonial nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 20, p.1-23, 2020.

THURY, Inácia Maria Carneiro. **Ensino Agrícola: um estudo da gênese e das práticas pedagógicas no antigo Patronato Agrícola Manoel Barata-PA**. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2012.

VALDEZ, Fanny Silva. **Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)**. 254f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Grande Dourados, Dourados/MS, 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. Crianças Pobres como Grupo Outsider e a Participação da Escola. **Revista Educação e Realidade**, v. 42, p. 1239-1256, 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 43, p. 272-332, 2016.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p.90-103, set./out./nov./dez. 2002.

VEIGA, Georgea Suppo Prado. Escolarização da infância: memórias dos internos do Patronato de Menores São José - Paranaíba (MS). I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste – EHECO. **Anais...** Cuiabá: 2011. Disponível em: <http://eheco.com.br/index.php/ehecos-antiores/>. Acesso em: 20/04/2018.

VEIGA, Georgea Suppo Prado. **História da Educação do Patronato de Menores São José em Paranaíba/MT (1953-1963)**. 218f. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2014.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2010.

VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giana Lange do. Medidas Higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-1934) – Pelotas/RS. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p.123-133, mar. 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fontes visuais na História: significar uma peça. **Varia História**, Belo Horizonte, n.13, p.128-131, jun. 1994.

VIDAL, Diana Gonçalves. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Educação, Modernidade e Civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares**: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, jul./dez., 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDA, Diana Gonçalves. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para a história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista brasileira de história da educação**, n. 17, p.41-67, maio/ago., 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre a cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteira**, v.9, n.1, p.25-41, jan./jun., 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; SALVADORI, Maria Angela Borges; COSTA, Ana Luiza Jesus da. Cultura e História da Educação: diálogos com Michel de Certeau e E.P. Thompson. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 19, p.1-25, março, 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. ¿Fracasan las reformas educativas? La respuesta de un historiador. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org.). **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001. Coleção Memória da Educação.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez.1995.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAO, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.7, n.22, p.147-163, set./dez, 2007.

WILLEKE, Venâncio. Escolas Franciscanas do Brasil. **Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco**. Recife, 1961.

WILLEKE, Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil: 1500/1975**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos no Maranhão e Piauí**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ZANELLA, Maria Nilvane. **Da institucionalização de menores à desinstitucionalização de crianças e adolescentes: os fundamentos ideológicos da extinção da Funaben como solução neoliberal**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2018.

ZAVALLONI, ROBERTO. **Pedagogia Franciscana: desenvolvimento e perspectiva**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL REGIONAL/CATEDRAL DE DOURADOS – DOURADOS/MS. Ofícios, correspondências, requerimentos, registros de subvenções, contratos e certidões da Ação Social Franciscana (décadas de 1960 e 1980).

ATA DO ABRIGO DE SÃO FRANCISCO (1961-1971). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

ATA DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA (1966-1983). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

ATA N.º 1 DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS. Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

BRASIL. **Decreto Federal N.º 12.893, de 28 de fevereiro de 1918**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18/05/2018.

BRASIL. **Decreto Federal N.º 13.706, de 25 de julho de 1919**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html>. Acesso em: 18/05/2018.

BRASIL. **Decreto Federal N.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19/05/2018.

BRASIL. **Decreto N.º 20.351, de 31 de agosto de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20351-31-agosto-1931-508403-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25/11/2018.

BRASIL. Decreto Federal N.º 5.941 de 28 de outubro de 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14/06/2018.

BRASIL. Lei N.º 1.493 de 13 de dezembro de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1493.htm. Acesso em: 25/11/2018.

BRASIL. Lei N.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23/04/2020.

BRASIL. Lei N.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23/04/2020.

CALENDÁRIO ESCOLAR DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO (1971). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

CEE/MS, DELIBERAÇÃO N.º 40/80. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

CEE/MS, DELIBERAÇÃO N.º 423/82. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

CEE/MS, DELIBERAÇÃO N.º 556/83. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

CEE/MS, PARECER N.º 380/82. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

CEE/MS, PARECER N.º 194/83. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

COLEÇÃO MEMÓRIA FOTOGRÁFICA DE DOURADOS. Fotografias. Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD.

COMISSÃO DE REVISÃO HISTÓRICA DE DOURADOS. Fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/comissaaoderevisao>. Acesso em: 15/03/2018 e 21/01/2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1966-1970), 1966, Edição de 2004. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183626.pdf. Acesso em: 12/12/2020.

CRB. Circular da Conferência dos Religiosos do Brasil de 22 de maio de 1969. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

CRB. Circular n.º 010 da Conferência dos Religiosos do Brasil – serviço de procuradoria para a Ação Social Franciscana, 1973. Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

DOURADOS, RECANTOS E HISTÓRIAS. Fotografias. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/douradosrecantoshistorias>. Acesso em: 15/12/2020 e 21/01/2021.

JORNAL. **A Penna Evangelica.** Biblioteca Nacional. Hemeroteca. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 03/10/2019.

JORNAL. **A Cruz.** Biblioteca Nacional. Hemeroteca. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 03/10/2019.

JORNAL. **O Radical.** Rio de Janeiro – RJ, 25 de agosto de 1938. CDR – UFGD.

JORNAL. **O Douradense.** Dourados: 1948-1951. CDR – UFGD.

JORNAL. **O Progresso.** Décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980. CDR – UFGD.

LIVRO DE CRÔNICAS DO INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS/ESCOLA IMACULADA CONCEIÇÃO (1955-1987). Arquivo da Escola Franciscana Imaculada Conceição – Dourados/MS.

LIVROS DE REGISTRO DOS EMPREGADOS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO (1969-1983). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados – Dourados/MS.

LIVROS DE REGISTRO ESCOLAR DE FREQUÊNCIA DIÁRIA/CHAMADA DO PATRONATO DE MENORES/EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO (1957-1974/1965-1981). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados – Dourados/MS.

LIVROS DE REGISTRO ESCOLAR/MATRÍCULAS DO PATRONATO DE MENORES DE DOURADOS – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA (1956-1962). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados – Dourados/MS.

LIVROS DE REGISTRO ESCOLAR/MATRÍCULAS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA (1968-1970/1974-1977/1983). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados – Dourados/MS.

LIVROS PONTO DOS PROFESSORES DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTÔNIO (1968-1971/1980-1983). Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados – Dourados/MS.

LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970). Disponível no Centro de Documentação Regional – CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

LIVRO TOMBO DIOCESE DE CORUMBÁ (1935-1958). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

LIVRO TOMBO I DA DIOCESE DE DOURADOS (1958-1988). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

LIVRO TOMBO DOM JOSÉ (1958-1960). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

LIVRO TOMBO II DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA CONCEIÇÃO DE DOURADOS (1970-1996). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

MATO GROSSO. **Lei N.º 620 de 26 de outubro de 1953.** Arquivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Cuiabá.

MATO GROSSO. **Lei N.º 307 de 27 de outubro de 1953.** Arquivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Cuiabá.

MATO GROSSO. **Lei N.º 809 de 20 de dezembro de 1955.** Arquivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Cuiabá.

MATO GROSSO. **Lei N.º 1.057 de 14 de dezembro de 1957.** Arquivo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Cuiabá.

MATO GROSSO. **Resolução N.º 019 de 28 de junho de 1972.** Arquivo da DRE/Dourados – CDR – UFGD.

MISSÃO FRANCISCANA DA 1.^a ORDEM DE SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE MATO GROSSO/MATO GROSSO DO SUL. **Ofícios, correspondências e requerimentos (1982-1983).** Arquivo da Conferência Episcopal Regional/Catedral de Dourados.

ORDEM DOS FRADES MENORES. **Idé e Ensinai:** Diretrizes Gerais para a Educação Franciscana. Trad. Frei Celso Márcio Teixeira OFM. Roma: *John Abela - Ufficio Comunicazione* OFM, 2009.

VATICANO. **Decreto *Christus Dominus* sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja,** 1965. Disponível em:
https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html. Acesso em: 12/12/2020.